

# ANTROPOLÍTICA



55.1

1º QUADRIMESTRE

ISSN 2179-7331

REVISTA CONTEMPORÂNEA DE ANTROPOLOGIA  
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

# ANTROPOLÍTICA

V. 55, N. 1 - 1º quadrimestre 2023

ISSN 2179-7331

Antropolítica	Niterói	v. 55, n. 1	1. quadri. 2023
---------------	---------	-------------	-----------------

Direitos desta edição reservados à Revista Antropolítica – Revista Contemporânea de Antropologia – Avenida Prof. Marcos Waldemar de Freitas Reis Campus Gragoatá, Bloco P, sala 211 – São Domingos – CEP: 24.210-201 – Niterói, RJ Brasil – Tel.: 2629-2866 - <https://periodicos.uff.br/antropolitica/index> - E-mail: antropoliticauff@gmail.com.

*Projeto Gráfico:* Fabricio Trindade Ferreira

*Diagramação:* Mayra Laurindo Rabello

*Revisão:* Rafael Abreu e MC&G Design Editorial

### Catálogo-na-Fonte (CIP)

Antropolítica: Revista Contemporânea de Antropologia/Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-Graduação em Antropologia. – n. 1 (1995) – Niterói, RJ: PPGA/UFF, 2023.

ISSN: 2179-7331

v. 55, n. 1 - 2023

Quadrimestral

1. Antropologia. 2. Ciências Sociais. I. Universidade Federal Fluminense. II. Programa de Pós-Graduação em Antropologia.

CDD 300

## UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

### *Reitor*

Antonio Claudio da Nóbrega

### *Vice-Reitor*

Fabio Barboza Passos

### *Pró-Reitor de Pesquisa, Pós Graduação e Inovação*

Andrea Brito Lage

### *Comissão Editorial da Antropolítica*

Deborah Bronz (PPGA/UFF)

Fabio Reis Mota (PPGA/UFF)

Gisele Chagas Fonseca (PPGA/UFF)

Laura Graziela F. F. Gomes (PPGA/UFF)

Lucía Eilbaum (PPGA/UFF)

Nilton da Silva Santos (PPGA/UFF)

### *Assistente Editorial*

Mayra Laurindo Rabello

### *Créditos das Capas*

André Luiz Aquare e Guilherme Rodrigues

### *Conselho Editorial*

Ana Maria Gorosito Kramer (UNAM)

Arno Vogel (UENF)

Charles Freitas Pessanha (UFRJ)

Clara Saraiva (ULisboa)

Claudia Lee Williams Fonseca (UFRGS)

Edmundo Daniel Clímaco dos Santos (Ottawa University)

Jane Felipe Beltrão (UFPA)

João Baptista Borges Pereira (USP)

Lana Lage de Gama Lima (UENF)

Luís Roberto Cardoso de Oliveira (UnB)

Laura Nader (Berkeley University)

Marc Breviglieri (EHSS)

Mariza Gomes e Souza Peirano (UnB)

Otávio Guilherme Cardoso Alves Velho (UFRJ)

Roberto Mauro Cortez Motta (UFPE)

Rosana Pinheiro-Machado (University of Bath)

Ruben George Oliven (UFRGS)

Sofia Tiscórnica (UBA)

NOTA DOS EDITORES

## **DOSSIÊ: ANTROPOLOGIA DAS INSTITUIÇÕES E DAS PRÁTICAS DE PODER: ETNOGRAFIA, POLÍTICA E BASES SOCIAIS DO CONHECIMENTO**

APRESENTAÇÃO: ANTROPOLOGIA DAS INSTITUIÇÕES E DAS PRÁTICAS DE PODER: ETNOGRAFIA, POLÍTICA E BASES SOCIAIS DO CONHECIMENTO

**Carla Costa Teixeira, Cristina Dias da Silva, Sérgio Ricardo Rodrigues Castilho**

“VOCÊ É A FAVOR OU CONTRA O GÊNERO?”: DISPUTAS, DISCURSOS E ATOS ADMINISTRATIVOS NA DISCUSSÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO RIO DE JANEIRO

**Carolina Dias**

PARLAMENTARES NO TWITTER: CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADE POLÍTICA PELAS PRESIDENTAS DE COMISSÕES PERMANENTES DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

**Cristiane Brum Bernardes**

GOVERNAMENTALIDADE NO REGIME MILITAR (1964-1985): A REFORMA IBEGEANA E O ENDEF

**Laura Graziela Gomes**

“CIVIL PARADENTRO E MILITAR PARA FORA”: INSTITUIÇÕES, IDENTIDADES E INTERESSES EM DISPUTA NA GUARDA CIVIL MUNICIPAL DE NITERÓI

**Carlos Eduardo Pereira Viana**

SEGUINDO CONTROVÉRSIAS EM PROCEDIMENTOS REGULATÓRIOS: O CASO DA CANNABIS NO BRASIL (2014-2019)

**Hellen Caetano**

CONTRA OU A FAVOR? A INCIPIENTE INSTITUCIONALIZAÇÃO DO DIREITO SISTÊMICO

**Raissa Romano Cunha**



## **DOSSIÊ: NOVOS OLHARES ANTROPOLÓGICOS SOBRE COMIDA**

APRESENTAÇÃO: NOVOS OLHARES ANTROPOLÓGICOS SOBRE COMIDA

**Nicole Benemann, Caetano Sordi, Renata Menasche, Janine Collaço**

“INCONFIDÊNCIA QUEIJEIRA”: EVOLUÇÕES INSTITUCIONAIS E PRÁTICAS MULTIESPÉCIE NA CONSTRUÇÃO DE UM MERCADO DE EXCELÊNCIA PARA OS QUEIJOS ARTESANAIS DE MINAS GERAIS

**Leonardo Vilaça Dupin**

“A GENTE APRENDEU COM AS MAIS VELHAS”: SABER-FAZER CAMPONÊS E TRABALHO FEMININO NA PRODUÇÃO DO QUEIJO COLONIAL EM JAGUARI-RS

**Renata Piecha, Maria Catarina Chitolina Zanini**

MEMORIA ALIMENTARIA Y TRANSFORMACIÓN AMBIENTAL EN LAS COMUNIDADES MAZAHUAS DE MÉXICO

**David Figueroa Serrano, Sofía De la Luz Reyes**

ALIMENTAÇÃO E RELAÇÕES INTERGERACIONAIS EM CABO VERDE: UMA ANÁLISE DE PRÁTICAS ALIMENTARES EM UM BAIRRO PERIFÉRICO

**André Omisilê Justino**

O CORPO COMO LABORATÓRIO: CIÊNCIA E ESPIRITUALIDADE NA ALIMENTAÇÃO PRÂNICA

**Caroline Brito**

A ALIMENTAÇÃO FITNESS: CORPO E COMIDA NA CONTEMPORANEIDADE

**Neuza Cristina Gomes da Costa, Juliana Abonizio**

## **ARTIGOS**

A JUVENTUDE COMO EXPERIÊNCIA LIMINOIDE: UMA REFLEXÃO A PARTIR DAS PERFORMANCES POLÍTICAS DE ESTUDANTES SEM TERRA NO PARANÁ

**Fernanda Marcon**

NARRATIVAS EM DISPUTA SOBRE A LOUCURA: DA (RE)PRODUÇÃO DISCURSIVA SOBRE A PERICULOSIDADE AOS AGENCIAMENTOS DAS INTERNAS EM MANICÔMIOS JUDICIÁRIOS NO PARÁ E NO DISTRITO FEDERAL

**Beatriz Figueiredo Levy, Érica Quinaglia Silva, Wesley Braga da Rocha**

UMA CATEDRAL DA MODERNIDADE: PATRIMÔNIO, SAGRADO E SECULAR NA VIDA SOCIAL DA CATEDRAL DA SÉ DE SÃO PAULO

**Juliano Florczak Almeida**

UMA BASÍLICA GRANDE E BELA COMO O BRASIL: A FABRICAÇÃO DE UM CATOLICISMO MONUMENTAL

**Adriano Godoy**

# **TRAJETÓRIAS E PERSPECTIVAS**

O PÓS-HUMANISMO CONVIDADO AO JANTAR: EXPLORANDO O POTENCIAL DE  
UMA PERSPECTIVA MAIS-QUE-HUMANA EM FOOD STUDIES

**Sarah Elton, Janice Alves Trajano**

## **RESENHA**

SOCIEDADE JUNTO AO ESTADO: POLÍTICA INDÍGENA, VOTO E ELEIÇÕES

**Marcos Pereira Rufino**

EDITOR'S NOTE

## **DOSSIER ANTHROPOLOGY OF INSTITUTIONS AND POWER PRACTICES, ETHNOGRAPHY: POLITICS, AND THE SOCIAL FOUNDATIONS OF KNOWLEDGE**

PRESENTATION: ANTHROPOLOGY OF INSTITUTIONS AND POWER PRACTICES, ETHNOGRAPHY: POLITICS, AND THE SOCIAL FOUNDATIONS OF KNOWLEDGE

**Carla Costa Teixeira, Cristina Dias da Silva, Sérgio Ricardo Rodrigues Castilho**

“ARE YOU FOR OR AGAINST GENDER?": DISPUTES, SPEECHES AND ADMINISTRATIVE ACTS IN THE DISCUSSION OF THE MUNICIPAL EDUCATION PLAN OF RIO DE JANEIRO

**Carolina Dias**

CONGRESSWOMEN IN TWITTER: THE CONSTRUCTION OF POLITICAL IDENTITY BY THE CHAIRS OF PERMANENT COMMITTEES OF THE BRAZILIAN CHAMBER OF DEPUTIES

**Cristiane Brum Bernardes**

GOVERNMENTALITY IN THE MILITARY REGIME (1964-1985): THE IBGE REFORM AND THE ENDEF

**Laura Graziela Gomes**

“CIVIL ON THE INSIDE AND MILITARY ON THE OUTSIDE”: INSTITUTIONS, IDENTITIES, AND INTERESTS IN DISPUTE

**Carlos Eduardo Pereira Viana**

FOLLOWING CONTROVERSIES IN REGULATORY PROCEEDINGS: THE CASE OF CANNABIS IN BRAZIL (2014-2019)

**Hellen Caetano**

FOR OR AGAINST? THE INCIPIENT INSTITUTIONALIZATION OF SYSTEMIC LAW

**Raissa Romano Cunha**

## **DOSSIER NEW ANTHROPOLOGICAL PERSPECTIVES ON FOOD**

PRESENTATION: NEW ANTHROPOLOGICAL PERSPECTIVES ON FOOD

**Nicole Benemann, Caetano Sordi, Renata Menasche, Janine Collaço**

“INCONFIDÊNCIA QUEIJEIRA”: INSTITUTIONAL EVOLUTIONS AND MULTISPECIES PRACTICES IN THE CONSTRUCTION OF AN EXCELLENCE MARKET FOR ARTISAN CHEESES FROM MINAS GERAIS

**Leonardo Vilaça Dupin**

“WE LEARNED FROM THE OLDER”: PEASANT KNOWLEDGE AND FEMALE WORK IN COLONIAL CHEESE PRODUCTION IN JAGUARI-RS

**Renata Piecha, Maria Catarina Chitolina Zanini**

ALIMENTARY MEMORY AND ENVIRONMENTAL TRANSFORMATION IN THE MAZAHUA COMMUNITIES OF MEXICO

**David Figueroa Serrano, Sofia De la Luz Reyes**

FOOD AND INTERGENERATIONAL RELATIONSHIPS IN CAPE VERDE: AN ANALYSIS OF FOOD PRACTICES IN A PERIPHERAL NEIGHBORHOOD

**André Omisilê Justino**

THE BODY AS LABORATORY: SCIENCE AND SPIRITUALITY ON PRANIC NOURISHMENT

**Caroline Brito**

DIETING FOR PHYSICAL FITNESS: BODY AND FOOD IN THE CONTEMPORARY WORLD

**Neuza Cristina Gomes da Costa, Juliana Abonizio**

## **ARTICLES**

THE YOUTH AS A LIMINOIDE EXPERIENCE: A REFLECTION BASED ON THE POLITICAL PERFORMANCES OF SEM TERRA STUDENTS IN PARANÁ

**Fernanda Marcon**

DISPUTED NARRATIVES ABOUT MADNESS: FROM THE DISCURSIVE (RE) PRODUCTION ABOUT DANGEROUSNESS TO THE AGENCIES OF INMATES IN JUDICIAL PSYCHIATRIC HOSPITALS IN PARÁ AND THE FEDERAL DISTRICT

**Beatriz Figueiredo Levy, Érica Quinaglia Silva, Wesley Braga da Rocha**

A MODERNITY CATHEDRAL: HERITAGE, SACRED AND SECULAR IN THE SOCIAL LIFE OF SÃO PAULO'S CATHEDRAL (BRAZIL)

**Juliano Florczak Almeida**

A BIG AND BEAUTIFUL BASILICA JUST LIKE BRAZIL: THE MAKING OF A MONUMENTAL CATHOLICISM

**Adriano Godoy**

# NOTA DOS EDITORES

É com satisfação que a Antropolítica. Revista Contemporânea de Antropologia, vinculada ao Programa de Pós-graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense, apresenta seu número 55.1, nesse primeiro quadrimestre de 2023.

Em continuidade com nossa política de chamada aberta e publicação de Dossiês temáticos contemplando programas de pós-graduação e instituições distintos, publicamos nesta edição dois Dossiês. Com essa iniciativa visamos a ampliação e diversificação dos temas e colegas envolvidos no processo de publicação na Revista e, ao mesmo tempo, propor diferentes discussões temáticas dentro de cada número.

O primeiro dossiê tem como título **Antropologia das instituições e das práticas de poder: etnografia, política e bases sociais do conhecimento**. Foi proposto e organizado pelas professoras Carla Costa Teixeira (UnB) e Cristina Dias da Silva (UFJF) e pelo professor Sérgio Ricardo Rodrigues Castilho (UFF), com o objetivo de discutir questões empíricas e teóricas que antropólogos, antropólogas e pesquisadores em geral, se defrontam ao procurar construir uma antropologia das instituições e das práticas de poder. Composto por seis artigos, além da apresentação assinada pelos organizadores, o dossiê inclui trabalhos articulados em torno a três eixos: 1) as questões metodológicas nos variados contextos institucionais; 2) os processos de institucionalização e as bases compartilhadas de conhecimento e 3) as práticas governamentais, o processo sócio-histórico e cotidiano de construção das ‘políticas públicas’, a dimensão documental dos itinerários burocráticos.

O segundo dossiê temático deste número trata sobre **Novos olhares antropológicos sobre comida** e foi proposto e organizado pelos professores Renata Menasche (UFPEL e UFRGS), Janine Helfst Leicht Collaço (FCS e UFG), Caetano Sordi (UFSC) e Nicole Weber Benemann (UFPEL). Além da apresentação, o dossiê reuniu seis artigos variados nas suas abordagens e campos empíricos, que evidenciam, segundo os organizadores, uma pequena, mas significativa amostra do contemporâneo estado da arte da pesquisa sobre alimentação em antropologia, privilegiando os estudos de caráter etnográfico. Os seis artigos convergem quanto à necessidade de compreender a comida e o comer como processos que articulam diferentes escalas e dimensões da vida sociocultural, através da reflexão sobre as atitudes, representações e práticas alimentares dos sujeitos das pesquisas seja na produção ou consumo de alimentos.

Além desses dois debates temáticos, o presente número da Antropolítica traz quatro artigos com temática livre, oriundos do fluxo contínuo da revista e um artigo na seção “Trajetórias



e Perspectivas”. Por fim, incluímos também uma resenha de um livro da área.

A seção de Artigos inicia com o trabalho **A juventude como experiência liminoide: uma reflexão a partir das performances políticas de estudantes Sem Terra no Paraná**, de Fernanda Marcon, da Universidade Federal da Fronteira Sul, no Paraná. Com base em pesquisa de campo de caráter etnográfico, em encontros e atividades diversas de jovens Sem Terra no contexto universitário, o artigo discute sobre o caráter liminoide de experiências que evidenciam as tensões geracionais cotidianas dos interlocutores, tanto no âmbito da militância no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) quanto em sua inserção em um curso de graduação na área de Educação do Campo. Assim, o artigo apresenta uma reflexão sobre a categoria ‘juventude’, pensada enquanto classificação relacional em que diferentes elementos são acionados e negociados a partir das interações sociais cotidianas.

O artigo seguinte, de coautoria de Beatriz Figueiredo Levy, da Universidade Federal do Pará, e Érica Quinaglia Silva e Wesley Braga da Rocha, ambos da Universidade de Brasília, Brasília, intitula-se **Narrativas em disputa sobre a loucura: da (re)produção discursiva sobre a periculosidade aos agenciamentos das internas em manicômios judiciários no Pará e no Distrito Federal**. A partir de uma abordagem comparativa, o artigo trata sobre a situação das mulheres submetidas a uma medida de segurança no Pará e no Distrito Federal. Através de uma etnografia de e em documentos de processos judiciais, laudos psiquiátricos e relatórios psicossociais, a análise foca nas narrativas sobre a periculosidade atribuída as mulheres, bem como nas disputas entre os poderes-saberes jurídico e psiquiátrico na gestão dos corpos femininos tidos como desviantes.

Em seguida, o artigo **Uma catedral da modernidade: Patrimônio, Sagrado e Secular na vida social da Catedral da Sé de São Paulo**, de Juliano Florczak Almeida, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, apresenta, a partir de pesquisa em arquivos, a trajetória de construção da Catedral Metropolitana de São Paulo, entre o fim do século XIX e início do século XX. O objetivo da análise é refletir sobre o lugar da Igreja Católica no processo de secularização e modernização do país e como a derrubada da antiga Catedral estimulou a emergência de um movimento em prol da preservação do patrimônio histórico.

O último artigo da seção dialoga com o anterior na articulação entre patrimônio histórico, religião e modernização. Intitulado **Uma basílica grande e bela como o Brasil: a fabricação de um catolicismo monumental**, é de autoria de Adriano Godoy, do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento de São Paulo. O trabalho analisa, a partir de documentos, imagens e pesquisas de campo sobre os processos de construção da Basílica Nacional de Nossa Senhora, como as dimensões religiosas, estéticas e políticas do templo, evidenciam os modos pelos quais

o catolicismo brasileiro busca materializar uma nova forma de presença pública no imaginário nacional. Assim, o autor argumenta que o tamanho colossal e monumental do edifício se firma como o principal referencial estético de brasilidade na sua fabricação enquanto um monumento nacional.

Após os artigos livres, segue a seção “Trajetórias e Perspectivas”. A mesma tem como objetivo a publicação de artigos e ensaios que abordem reflexões sobre o fazer antropológico, a partir das experiências e trajetórias de antropólogos brasileiros e estrangeiros, bem como do histórico de constituição e/ou consolidação de áreas ou campos de pesquisa no Brasil e em outros países.

Neste número, publicamos, a tradução ao português do artigo **O pós-humanismo convidado ao jantar: explorando o potencial de uma perspectiva mais-que-humana em *food studies***, de Sarah Elton, da professora da Universidade de Toronto. Em diálogo com o segundo dossiê deste número e sugerida pelos organizadores, a tradução deste artigo propõe e estimula os estudos sobre alimentação a descentralizar o olhar dos humanos e explorar as agências não humanas nas análises sobre os processos de produção, consumo e circulação de alimentos. A tradução foi elaborada por Janice Alves Trajano, doutoranda em Antropologia Social e Cultural pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pelotas, do idioma original em inglês ao português, propiciando a circulação e difusão da proposta de Elton.

Por fim, o número 55.1 da Antropolítica traz a resenha da coletânea de artigos **Antropologia da política indígena - Experiências e dinâmicas de participação e protagonismo indígena em processos eleitorais municipais (Brasil - América Latina)**, organizado por Ricardo Verdum e Luís Roberto de Paula. O livro foi publicado pela Associação Brasileira de Antropologia, em 2020, como resultado da participação dos autores no grupo de trabalho “Políticas indígenas nas políticas não indígenas”, realizado na 31ª Reunião Brasileira de Antropologia, em 2018, com apoio do Laboratório de Pesquisas em Etnicidade, Cultura e Desenvolvimento (Laced), do Museu Nacional. A resenha, intitulada **A sociedade junto ao Estado: política indígena, voto e eleições**, foi elaborada por Marcos Pereira Rufino, professor da Universidade Federal de São Paulo. Rufino apresenta a obra nas suas linhas principais focalizando nos processos de participação política dos povos indígenas do Brasil, Colômbia, Peru, Argentina, México e Equador em processos eleitorais no âmbito municipal. Segundo o autor, a obra revela a importância de uma perspectiva multidisciplinar no estudo do fenômeno e do diálogo com uma incipiente antropologia voltada ao estudo do voto, das eleições e dos partidos políticos.

Em relação à capa do número, seguindo a proposta de publicação de dois dossiês, optamos por reproduzir as escolhas dos respectivos organizadores. Em referência ao dossiê “Antropologia das instituições e das práticas de poder: etnografia, política e bases sociais do conhecimento”, ilustramos o número com a foto de autoria André Luiz Aquere, professor associado do Departamento de Engenharia Civil e Ambiental da UnB, realizada em fevereiro deste ano. A imagem mostra o Congresso Nacional e o Mastro da Bandeira, em Brasília, vistos da saída da Ponte JK. A escolha desses símbolos de poder busca retratar a tensão entre os Poderes, imersos em uma paisagem bucólica, como visto por aqueles que saem de casa para o trabalho no início da manhã. Na base da imagem, uma pequena placa de prestação de serviço, quase como um ruído no cenário retratado, reforça o contraste entre a dinâmica do poder instituído e o dia a dia da cidade que o acolhe.

A imagem que ilustra o dossiê “Novos olhares antropológicos sobre comida”, corresponde a uma fotografia de autoria de Guilherme Rodrigues, sobre o processo de transformação do leite cru no queijo serrano característico da região dos Campos de Cima da Serra no Rio Grande do Sul. Como os organizadores do dossiê apresentam, a imagem reúne os agentes e elementos, visíveis e invisíveis, que tornam a alimentação possível, sendo essa uma das dimensões centrais das produções do dossiê, bem como do artigo publicado na seção “Trajetórias e Perspectivas”.

Para finalizar, lembramos a nossos leitores que continuamos a receber submissões de interesse para a área das Ciências Sociais, em especial no campo da Antropologia, em regime de fluxo contínuo, através do site <http://www.revistas.uff.br/index.php/antropolitica>, no qual podem ser encontradas as normas de publicação e outras informações. Mantemos o nosso e-mail ([antropoliticauff@gmail.com](mailto:antropoliticauff@gmail.com)) para eventual contato. Sugerimos também acompanhar nossas notícias também através do perfil do Facebook, Instagram ([antropoliticauff](#)) e no Twitter ([@RAntropolitica](#)).

Boa leitura!

**D** **OSSIÊ**

# **Antropologia das instituições e das práticas de poder: etnografia, política e bases sociais do conhecimento**

Anthropology of institutions and power practices, ethnography: politics, and the social foundations of knowledge

**Carla Costa Teixeira**

Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília, Distrito Federal, Brasil

**Cristina Dias da Silva**

Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, Minas Gerais, Brasil

**Sérgio Ricardo Rodrigues Castilho**

Departamento de Sociologia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro, Brasil

## **RESUMO**

Embora a antropologia possua uma longa tradição de estudos das formas de organização social, foi apenas a partir dos anos 1920 e do início dos anos 1930 que uma antropologia das instituições começou a tomar forma. Com a intensificação da globalização e a expansão do capitalismo industrial e pós-industrial, a partir das últimas duas décadas do século XX a antropologia voltou-se cada vez mais para o entendimento das sociedades complexas e de suas instituições. Os problemas tradicionais derivados da inserção da/o antropóloga/o no seu ambiente de estudo e análise tornam-se mais agudos quando nos voltamos para as instituições, uma vez que elas, numa definição operacional inicial: têm o objetivo do aumento da produtividade (de mercado e/ou política); têm regras formais internas, estruturadas a partir de uma hierarquia funcional; separam as relações organizacionais das demais; e disciplinam os “de dentro”, erigindo barreiras ao acesso dos “de fora”. O dossiê focaliza algumas das principais questões – empíricas e teóricas – com que antropólogos e antropólogas se defrontam quando procuram construir uma antropologia das instituições e das práticas de poder, sem, para isso, excluir as contribuições de autores de áreas conexas interessados no tema e todo o arcabouço teórico-metodológico que a antropologia nos legou. Três dimensões principais foram exploradas, com maior ou menor intensidade, nos seis artigos aqui reunidos: 1) as questões relacionadas à etnografia nos variados contextos institucionais, suas potencialidades e limites;



2) os processos de institucionalização e as bases compartilhadas de conhecimento e 3) as práticas governamentais, o processo sócio-histórico e cotidiano de construção das ‘políticas públicas’, a dimensão documental dos itinerários burocráticos experimentada pelos interlocutores.

**Palavras-chave:** Antropologia, Instituições, Etnografia, Política, Poder.

## **ABSTRACT**

Although anthropology has a long tradition of studies regarding forms of social organization, it was only from 1920s twenties and 1930s that an anthropology of institutions began to take shape. With the intensification of globalization and the expansion of industrial and post-industrial capitalism, from the last two decades of the 20th century, anthropology has increasingly endeavored to understand complex societies and their institutions. The traditional problems derived from the insertion of the anthropologist in the space of his study become more acute when we turn to institutions, since these, in an initial operational definition: have the objective of increasing productivity (market and/or policy); have internal formal rules, derived from a functional authority; separate organizational relationships from others; and discipline the “insiders”, erecting barriers to the access of the “outsiders”. The dossier focuses on some of the main questions – both empirical and theoretical – faced by anthropologists when they try to build an anthropology of institutions and practices of power that does not exclude contributions from authors from related areas interested in the theme and the entire theoretical framework- methodological approach that anthropology bequeathed us. Three main dimensions were explored, with greater or lesser intensity, in the six articles gathered here: 1) questions related to ethnography in different institutional contexts, its potentialities and limits; 2) institutionalization processes and shared knowledge bases; and 3) governed practices and the socio-historical and everyday process of construction of “public policies”, as well as the documentary dimension of the bureaucratic scripts experienced by the interlocutors.

**Keywords:** Anthropology, Institutions, Ethnography, Politics, Power.

## **CONSIDERAÇÕES INICIAIS**

Embora a antropologia possua uma longa tradição de estudos das formas de organização social (um suposto constituinte da disciplina: todas as sociedades humanas são organizadas, não apenas as industriais ou ocidentais), foi apenas a partir do famoso “experimento Hawthorne”, levado a cabo por Elton Mayo e sua equipe em uma indústria em Chicago no final dos anos 1920 e no início dos anos 1930 que uma antropologia das instituições (ou das organizações, como preferem os anglo-saxões) começou a tomar forma.

A partir de então – e para além das variações nas denominações – o crescimento de uma antropologia das instituições deve ser entendido como uma das consequências do giro reflexivo a que a antropologia foi submetida desde o final da Segunda Guerra Mundial. Com a intensificação da globalização e a expansão do capitalismo industrial e pós-industrial, a partir das últimas duas décadas do século XX a antropologia voltou-se cada vez mais para o entendimento das sociedades complexas e de suas instituições.

Na pesquisa voltada às organizações e instituições modernas os antropólogos e antropólogas têm se encontrado com uma gama de outros pesquisadores e abordagens: administradores, engenheiros de produção, cientistas políticos, sociólogos, psicólogos, pesquisadores da saúde coletiva e assistentes sociais, entre outros, são maioria. À medida que antropólogos/as têm ocupado posições fora da universidade, em órgãos do governo e em organizações não governamentais, como funcionários e consultores dos mais diversos tipos, suas possibilidades de acesso e pesquisa em e sobre instituições têm crescido e diversificado o entendimento desse universo. Trata-se, portanto, de um vasto campo de investigação marcado pela interdisciplinaridade e pela complexidade de seus universos de pesquisa, dispersos espacial e temporalmente.

Os problemas tradicionais derivados da inserção dos/as antropólogos/as no seu ambiente de estudo e análise tornam-se mais agudos quando nos voltamos para as instituições, uma vez que, numa definição operacional inicial: têm o objetivo do aumento da produtividade (de mercado e/ou política); têm regras formais internas, estruturadas a partir de uma hierarquia funcional; separam as relações organizacionais das demais; e disciplinam os “de dentro”, erigindo barreiras ao acesso dos “de fora” (TEIXEIRA e CASTILHO, 2020, p. 23-24). Como fazer etnografia nesse tipo de configuração espaço-temporal? Quais estratégias deve utilizar o antropólogo para obter seus dados e desenvolver sua pesquisa? Os diferentes tipos de acesso às organizações (aberto, encoberto, interno, externo etc.), por exemplo, implicam estratégias de pesquisa distintas, que merecem mais reflexão e refinamento metodológico. Tais foram algumas

das questões gerais iniciais que provocaram a proposta para este dossiê.

Um segundo conjunto de questões proposto focaliza as bases sociais de conhecimento e os processos de institucionalização, o que permitiria ao/à antropólogo/a partir de seus conhecimentos disciplinares para estabelecer diálogos amplos e transversais. Mayo estabeleceu a observação e entrevista em primeira mão das operárias que procurava entender como um imperativo de sua pesquisa. Ao fazê-lo, encontrou uma “cooperação espontânea” que lhe permitiu criar os fundamentos de sua teoria das relações humanas na indústria (BENDIX e FISHER, 2007, p. 11-12). Isso reposicionou a questão da “cultura”, agora nas fronteiras organizacionais. Os problemas derivados dos valores, das regras de convivência e de uma base comum para a produção de conhecimentos, mas também dos conflitos e contradições, passaram a ser cada vez mais uma preocupação de todos os pesquisadores e pesquisadoras voltados ao estudo das instituições, não só dos antropólogos. Em outra perspectiva dos processos de institucionalização, Mary Douglas (1998) enfatizou, recuperando as reflexões durkheimianas, a indissociabilidade das bases cognitivas e morais da produção do conhecimento em instituições, o que também recolocou a questão da livre escolha e da utilização, por parte dos indivíduos que participam daquelas, de argumentos “racionais”. Que elementos devemos levar em conta quando buscamos compreender como se dá a consolidação de uma instituição e/ou do campo maior em que se insere? Existiriam elementos comuns aos processos de institucionalização, para além de suas diferenças empíricas (de local, de temporalidade, das redes de atores em suas afinidades e conflitos, entre outras)?

O terceiro e último conjunto de questões diz respeito às práticas governamentais, às “políticas públicas”, aos documentos e às legislações. Partimos de uma abordagem que privilegia o olhar sobre o cotidiano das instituições, numa busca pela compreensão das práticas e das performances em variados contextos burocrático-administrativos que considera a materialidade desses itinerários como parte do tipo de conhecimento ali produzido (documentos e legislações). Para tanto, inspiramo-nos nos trabalhos seminais sobre a relação entre dizer e fazer ou de como dizer é fazer (AUSTIN, 1990) e na concepção igualmente reconhecida na qual o Estado não existiria *a priori* (ABRAMS, 1988), constituindo-se antes por processos e contextos a serem investigados. Assim, nossa compreensão das práticas de poder, gestão e administração pública converge para o problema da produção e da legitimação das práticas de conhecimento, das disputas de sentido e do jogo de linguagem que realiza ações políticas, produz relações de poder e confere condições de possibilidade para seu exercício.

O dossiê focaliza, portanto, algumas das principais questões – empíricas e teóricas – com que antropólogos e antropólogas se defrontam ao procurar construir uma antropologia

das instituições e das práticas de poder, sem, por isso, excluir as contribuições de autores de áreas conexas interessados no tema. Três dimensões principais foram exploradas: 1) as questões relacionadas à etnografia nos variados contextos institucionais, suas potencialidades e seus limites; 2) os processos de institucionalização e as bases compartilhadas de conhecimento; e 3) as práticas governamentais, o processo sócio-histórico, o cotidiano de construção das “políticas públicas” e a dimensão documental dos itinerários burocráticos experimentada pelos interlocutores. É claro que essas dimensões se interpenetram e não se apresentam de maneira pura na prática concreta da pesquisa, servindo antes como um balizador para nossas discussões e o avanço do conhecimento. Dessa perspectiva, as utilizamos também para apresentar os seis textos que foram selecionados para compor nosso Dossiê.

Em primeiro lugar, todos os textos colocam para os leitores questões relacionadas ao que é fazer etnografia no mundo contemporâneo, embora não tematizem explicitamente a questão.

Hellen Caetano (“Seguindo controvérsias em procedimentos regulatórios: o caso da Cannabis no Brasil (2014-2019)”) e Carolina Dias (“‘Você é a favor ou contra o gênero?’: Legislativo municipal, mediação e representação local na discussão do Plano Municipal de Educação do Rio de Janeiro na câmara municipal”) escrevem seus textos a partir de fontes documentais, construindo sobretudo um tipo de etnografia que, apesar de não corresponder ao entendimento original antropológico do que é a etnografia, já constitui um campo relativamente estabelecido (FERREIRA e LOWENKRON, 2020; HULL, 2012; RILES, 2006). Voltaremos a esse ponto.

Brum Bernardes (“Parlamentares no Twitter: construção de identidade política pelas presidentas de comissões permanentes da Câmara de Deputados”) envereda por uma trilha etnográfica muito recente, que ganhou relevância no período da pandemia da covid-19: a chamada etnografia em ambiente virtual. Trata-se, contudo, de uma possibilidade de investigação que, pela própria importância que as redes sociais adquiriram na vida cotidiana contemporânea, parece ter vindo para ficar e se encontra em intensa elaboração conceitual e metodológica a partir do diálogo com a etnografia tradicional (FERRAZ, 2019).

Laura Gomes (“Governamentalidade no regime militar (1964-1985): a reforma ibegeana e o Endef”) apresentou um texto muito original: a autora se utilizou sobretudo de sua própria memória e sua experiência profissional de jovem pesquisadora nos anos 1970, quando atuou como antropóloga na aplicação e na análise do Estudo Nacional da Despesa Familiar (1974-1975), pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e conhecida como Endef. O tratamento de um material documental de grande relevância, somado a uma abordagem etnográfica de grande sensibilidade, permitiu a construção de um texto importante

para o entendimento da ditadura militar. A quantidade de informações que o Endef produziu, observa a autora, deve ser entendida também a partir do contexto mais geral de autoritarismo e negação de liberdades fundamentais da época, que gerava receio e passividade na população, em especial nos mais desfavorecidos. Isso ocorreu de tal forma que, quando em campo, os pesquisadores visitavam cada família durante sete dias, ao menos duas vezes por dia, pesando os alimentos antes e depois da preparação, anotando e indagando criteriosamente sobre todos os itens alimentares consumidos pelas famílias – e ainda aplicando três questionários.

Viana (“Civil para dentro e militar para fora: instituições, identidades e interesses em disputa na Guarda Civil Municipal de Niterói”) e Romano (“Contra ou a favor? A incipiente institucionalização do Direito sistêmico”) se utilizam de estratégias de pesquisa mais ortodoxas, combinando de modo criativo e interessante o trabalho de campo e a interação face a face (com inserções múltiplas) com a pesquisa documental e histórica. Viana teve acesso a uma interação prolongada e intensa com os agentes e pôde atuar em um curso de formação desses agentes, o que possibilitou um intenso circuito de trocas de ideias e formas de conhecimento. Romano também pôde conviver com os idealizadores e propagadores do “Direito sistêmico”, participando de seções de “constelação familiar”.

As outras duas dimensões que serviram de motivo para a chamada dos artigos podem reorganizar os textos selecionados a partir de outras ênfases fundamentais a uma antropologia das instituições. Os textos de Dias, Brum Bernardes, Gomes e Viana acentuam a especificidade de instituições particulares, voltadas a atividades políticas e governamentais. Na medida em que podemos fazer tal distinção, Dias e Brum Bernardes tratam de instituições legislativas, enquanto Gomes e Viana tratam de instituições vinculadas ao Poder Executivo (no primeiro caso, no nível federal, no segundo, no nível municipal). Já os textos de Romano e Caetano lidam sobretudo com os processos de institucionalização e as formas de conhecimento postas em circulação para tal. Vejamos os seis textos mais de perto, enfatizando agora as duas últimas dimensões principais.

Os artigos de Carolina Dias e Cristiane Brum Bernardes resultam de investigações realizadas em um tipo de instituição política que tem sido considerada por cientistas sociais diversos, mas não somente por eles, um ícone das democracias contemporâneas: as instituições legislativas (a Câmara Municipal do Rio de Janeiro e a Câmara dos Deputados, respectivamente). Em que pese tal relevância, a percepção predominante nas discussões afins a esse universo, em diferentes eventos científicos, é de que não têm sido espaços priorizados por antropólogos, percepção que se confirma quando saímos da dimensão das experiências pessoais e sobrevoamos o campo maior dessa produção.



Numa pesquisa recente no catálogo de teses e dissertações da Capes, encontramos apenas 26 teses e dissertações (1987-2022) somando as palavras-chave “parlamento”, “legislativo”, “câmara dos deputados”, “congresso nacional”, “câmara municipal”, “assembleia legislativa” e “senado”, eliminando também os resultados repetidos, quando a mesma tese ou dissertação era classificada em mais de uma palavra-chave. Sem surpresa alguma, observamos que a maioria dos registros era oriunda das áreas de conhecimento do “Direito”, da “Ciência política” e da “Sociologia”. Os artigos de Dias e Brum Bernardes vêm somar à contribuição teórico-metodológica que a antropologia pode oferecer ao entendimento dessa forma específica das práticas de poder contemporâneas.

Em “‘Você é a favor ou contra o gênero?’: disputas, discursos e atos administrativos na discussão do Plano Municipal de Educação do Rio de Janeiro”, Carolina Dias se volta ao trajeto do Plano Municipal de Educação (PME) e à sua disputa discursiva na Câmara Municipal do Rio de Janeiro. Observa, assim, o modo como o Plano Nacional de Educação (PNE), ao ser debatido no espaço para a construção da política municipal, desdobramento necessário para sua implantação, permite a expressão de outras dinâmicas políticas. Toma como chave interpretativa, para a compreensão dessa transformação, os efeitos engendrados pela mudança da espacialização do debate de uma política nacional para o domínio municipal. Em suas palavras:

[...] o plano, ao cruzar este espaço [a câmara municipal], é capturado pelas dinâmicas ali existentes, se constituindo como objeto das relações ali estabelecidas, sendo, numa via de mão dupla, recortado, ao ser impactado pelo espaço em que se encontra, ao mesmo tempo que tais recortes reforçam relações e dinâmicas pré-existent.

A partir de uma etnografia dos documentos que constituíram o trajeto do PME, Dias elege o fio condutor do voto da relatora da Comissão de Defesa da Mulher do PME, a vereadora Marielle Franco. Trata-se de um voto que foi lido em plenário pelo vereador Tarcísio Motta, em decorrência de seu assassinato apenas duas semanas antes da sessão em tela, e teve como eixo central a recusa das emendas apresentadas que propunham a retirada de “gênero”, “sexualidade” e “geração” do documento. Uma recusa se baseou no argumento de que a manutenção desses termos seria fundamental ao combate à violência contra as mulheres, não uma doutrinação.

Embora a polêmica em torno da “ideologia de gênero” tenha atravessado nos últimos anos diferentes espaços da vida política brasileira, por tal estratégia de escrita e análise o leitor ou a leitora tem de imediato a compreensão das emoções e concepções que são trazidas ao primeiro plano nesse outro espaço-tempo da política e, simultaneamente, pode apreender as performances e simbologias que atualizam os papéis desses representantes parlamentares na dinâmica entre o “local” e o “nacional” do cenário político.

Dias desenvolve sua análise a partir de documentos políticos, construindo um tipo de etnografia que, apesar de não corresponder ao entendimento original antropológico do que a etnografia é, já constitui um campo relativamente estabelecido (RILES, 2006; HULL, 2012; FERREIRA, LOWENKRON, 2020), especialmente no que diz respeito a pesquisas em organizações (não) governamentais e de mercado, nas quais os fluxos de papéis diversos é constitutivo de dinâmicas centrais à sua existência. Brum Bernardes, por sua vez, envereda por uma trilha etnográfica muito recente, que ganhou relevância no período da pandemia da covid-19: a chamada etnografia de ambiente virtual. Trata-se, contudo, de uma possibilidade de investigação que, pela própria importância que as redes sociais adquiriram na vida cotidiana contemporânea, parece ter vindo para ficar e se encontra numa intensa elaboração conceitual e metodológica a partir do diálogo com a etnografia tradicional (FERRAZ, 2019).

Partindo de uma etnografia virtual, Brum Bernardes focaliza “as estratégias discursivas de comunicação política adotadas no Twitter pelas presidentas de sete comissões permanentes da Câmara dos Deputados brasileira em 2021”. Esse grupo seletivo, com forte poder de agenda em suas comissões e com eco nos desdobramentos das ações ali tomadas, surge no texto por meio da articulação entre textualidade e imagética que compõem as postagens analisadas pela autora. Em um trabalho de atualização desse novo meio de comunicação, reconhecemos a inspiração em Goffman (1985) na “construção da fachada” dessas parlamentares em seu dia a dia como atrizes políticas sociais/digitais.

No artigo “Parlamentares no Twitter: construção de identidade política pelas presidentas de comissões permanentes da Câmara dos Deputados”, Brum Bernardes toma a separação da representação política entre descritiva, substantiva e simbólica (tão cara à ciência política, campo em que se insere) para complexificá-la à luz das reflexões antropológicas sobre a necessária dimensão simbólica dessa atuação política – em reflexões que se aproximam de Bourdieu (1989). Como argumentou:

[...] se partimos da perspectiva “performativa” da representação proposta por Saward (2006), os parlamentos são organizações que abrigam os representantes sociais, provêm uma plataforma para a performance deles e realizam uma performance institucional que reproduz e às vezes desafia as relações sociais e políticas dominantes.

Nessa perspectiva, o conteúdo escrito das postagens é inserido nas clivagens e nas lutas do campo político em que as deputadas se posicionam, ao mesmo tempo que é articulado aos elementos de enquadramento da imagem da parlamentar: sua expressão facial, suas companhias na foto (se aparece sozinha ou não), as cores escolhidas para compor o fundo da postagem. Isso ocorre de tal modo que podemos acompanhar, nesse processo específico de construção

de si como porta-vozes, as identidades políticas dessas parlamentares em performances que valorizam (em combinações múltiplas) perfis profissionais, geográfico-regionais, familiares e ideológicos, bem como seus posicionamentos em relação ao então governo em exercício. Por fim, como Brum Bernardes destaca – ao interpretar a não senioridade de algumas dessas deputadas nomeadas para a presidência de comissões (em especial da deputada de 1º mandato Bia Kicis, escolhida para a prestigiosa Comissão de Constituição e Justiça) – que tal produção simbólica no ambiente digital pode revelar uma produção de sentidos nem sempre afins aos imaginários sociais hegemônicos que conformam os espaços e os processos políticos. Isso só é possível na medida em que a pesquisadora, como é o caso aqui, desenvolve familiaridade tanto com o meio digital investigado quanto com o ambiente institucional do qual é indissociável, numa dinâmica que está longe de ser simples.

Os artigos de Gomes e Viana se baseiam em investigações realizadas em instituições governamentais *stricto sensu*, isto é, localizadas na estrutura do Executivo: a primeira, no plano federal, a segunda, no plano municipal. Os dois se centram em aspectos simbólicos e cognitivos da ação estatal, lidando com as formas de gestão de populações em regimes autoritários, no caso do primeiro, e com as formas de construção do *ethos* de uma instituição de segurança pública, no caso do segundo.

Gomes parte do IBGE que atuou (junto com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA - embora este tivesse funções distintas, ligadas ao “planejamento”), na linha de frente de novas funções estatais. Embora tenha sido criado em 1937 por Getúlio Vargas, o IBGE também se transformou com a reforma administrativa que o regime militar realizou em 1967, sofrendo novo impulso renovador a partir de 1970, com a presidência de Isaac Kerstenetzky, economista de formação responsável pela introdução de técnicas modernas de estatística não só no IBGE, mas em outros órgãos de governo. Kerstenetzky trouxe vários economistas e cientistas sociais para o órgão, entre eles o sociólogo Parga Nina, responsável pelo Endef, feito junto com a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO).

O Endef expandiu a ação estatal para áreas e populações antes inatingidas, construindo um mapa das formas de alimentação das diversas classes e grupos do país. Ao trazer informações etnográficas sobre as populações pobres urbanas da cidade do Rio de Janeiro na década de 1970, o texto mostra não só o universo da pobreza e da desigualdade naquelas áreas (a autora trata especificamente da Rocinha, local onde atuou como pesquisadora à época) como também as novas faces de uma sociedade que passou a ter no consumo um aspecto cada vez mais importante. O Endef permitiu que se fizesse uma classificação operacional dos itens de despesas que compõem o orçamento doméstico no Brasil, separando o consumo alimentar do consumo

de outros bens.

O texto contribui também, portanto, para uma visão mais abrangente do regime militar, ao evidenciar que esse governo, ao lado do seu aspecto repressivo (que incluiu tortura e assassinatos de opositores políticos, algo que nunca é demais lembrar), se preocupou em atualizar as relações com uma população que se urbanizava e passava por grandes mudanças. A autora analisa tais relações a partir da noção de governamentalidade, desenvolvida por Foucault nos anos 1970.

O artigo de Viana aborda os dilemas identitários da Guarda Civil Municipal de Niterói, que o autor traduz em termos de uma complexa dicotomia: de um lado, uma concepção da guarda como menos hierarquizada e com maior autoridade do agente individual (“civil para dentro”) *versus*, do outro, uma concepção que adere à hierarquia militar (“militar para fora”). Lembrando que inexistem atribuições de funções claras para a guarda e evidenciando que isso traz uma oscilação entre os modelos institucionais a serem seguidos (estaduais/federais, por um lado, e municipais, por outro), o texto demonstra que os agentes atuam à procura de um *ethos* próprio, para além das atribuições funcionais imediatas.

É nesse contexto de identidade(s) à deriva, por assim dizer, que o debate sobre a questão do armamento da guarda aparece. Para além de quaisquer polarizações fáceis, os agentes da Guarda Municipal de Niterói perceberam nessa discussão a possibilidade de ressignificar sua identidade. O autor enfatiza corretamente os diversos ajustes e transformações nas formas de pensar e agir dos agentes. A atribuição oficial, definida pela Secretaria de Ordem Pública (Seop) de Niterói, à qual a guarda é subordinada, é de que a GCM da cidade “tem por missão precípua o exercício do poder de polícia, através da emissão de ordens, sanções, fiscalizações e de autorizações, com o objetivo de prover ordenamento urbano”. Essa normatização diminui a importância da guarda municipal na hierarquia de instituições da segurança pública, que inclui as Forças Armadas no topo.

Os agentes e a instituição localizam-se, assim, entre os dois polos daquela dicotomia, negociando, na realidade, ajustes. O modelo “civil para dentro” serve para que a instituição obtenha prestígio junto à população civil em geral, enquanto o modelo “militar para fora” procura obter prestígio junto às forças de segurança pública. A posse de armas aparece para a guarda como a possibilidade de ultrapassar a “mera” função de ordenador urbano e se juntar “por direito” às forças de segurança pública. Ao mesmo tempo existe todo um trabalho de ressignificar o uso das armas, de forma a construir uma identidade própria.

Os artigos de Hellen Caetano e de Raissa Romano discorrem sobre o irrompimento de práticas de saúde alternativa e/ou complementar no Judiciário brasileiro (uso das noções de

“Direito sistêmico” e “constelação familiar” nas audiências), abordando processos distintos de institucionalização e se integrando também aos debates teóricos sobre documentos nas pesquisas antropológicas contemporâneas. Trazem, além disso, uma interlocução de ordem interdisciplinar com as áreas da saúde e do Direito. Sob esse último aspecto, cabe destacar que ambos os artigos contribuem para a pesquisa antropológica produzida em contextos de interdisciplinaridade, tendo como pano de fundo tanto a lógica dos documentos produzida entre os operadores do Direito como aquela produzida pelos diversos profissionais da saúde pública no Brasil.

Caetano nos apresenta uma etnografia sobre a construção cotidiana de leis e sobre as práticas de conhecimentos que lhe são constitutivas, através das quais os documentos ganham vida, trajetória e sentidos disputados. No caso elaborado pela autora, são analisados vários momentos e etapas que compreendem os procedimentos regulatórios produzidos pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária e pelo Conselho Federal de Medicina, no que tange às regras de uso do canabidiol, derivado da *Cannabis*, para fins terapêuticos.

Segundo a proposta da autora, os documentos devem ser pensados para além de sua representação instrumental, pois, conforme as pesquisas recentes problematizam, os documentos constituem ao mesmo tempo práticas de conhecimento, tecnologias discursivas, instrumentos burocráticos e práticas escritas do Estado. Além disso, documentos seriam capazes de produzir ações específicas, uma vez que descreveriam trajetórias, constituiriam subjetividades e desvelariam relações e socialidades, ao serem analisados nos contextos em que foram gerados.

É esse movimento de (re)construção de tais contextos, um dos enfoques teórico-metodológicos de uma antropologia das instituições, que podemos encontrar no artigo de Hellen Caetano, uma contribuição oportuna para a questão de como pesquisar entre pessoas e documentos sem que uma categoria de análise prescindida da outra. Ao trazer o foco para a relação criada entre pesquisadores, pesquisados e documentos, a autora redimensiona o caráter meramente técnico da documentação, devolvendo-a a seu intrínseco universo de negociações, conflitos e disputas entre sujeitos políticos. O processo de institucionalização do uso do canabidiol é multifacetado: são deputados, senadores, assistentes técnicos, pessoas diagnosticadas com diversos tipos de enfermidade e seus familiares, entre outros, que estão articulados ao processo de produção de atas, minutas e projetos de lei sobre o uso medicinal do canabidiol. Mais do que uma planta ambígua capaz de incorporar diversos tipos de uso e finalidade, a *Cannabis* revela-se um contexto histórico e político, e a etnografia descreve em detalhes muito dos movimentos presenciados na trajetória dos documentos. Trata-se, portanto, de uma instigante leitura sobre como um *corpus* documental torna-se matéria viva, constituída por práticas escritas de um



Estado que não se deixa cristalizar em sentidos formalistas, mas se torna inteligível por meio do registro e da problematização de seus elementos cotidianos.

Raissa Romano agrega a essa perspectiva uma etnografia focada nos processos de institucionalização em si, isto é, se volta ao momento em que novidades são incorporadas a práticas institucionais e se tornam ou não referência. Tipicamente, a institucionalização de uma prática ou um conjunto de saberes ocorre quando se incorporam de tal forma no imaginário social que sua origem já não mais é percebida nem questionada, tendendo, portanto, a apresentar a característica de ocultar sua origem social e histórica, garantindo legitimidade típica aos processos de consolidação das instituições.

Ao elencar as microdinâmicas do processo de produção de uma lei para a institucionalização da prática de constelação familiar ou de métodos associados ao Direito sistêmico em audiências judiciais, a pesquisa de Romano se aprofunda na etnografia dos processos de institucionalização e em suas possibilidades múltiplas e ambíguas. Se nem toda tentativa de institucionalizar certa prática ou certo conjunto de saberes é bem-sucedida, a autora demonstra que a própria etnografia desses processos em si é central para uma análise antropológica que correlacione de maneira profunda práticas governamentais e bases sociais de conhecimento. Uma vez que os documentos constituem movimentos de posição e contraposição, os sujeitos podem ser vistos e pensados em continuidade com processos sociais e históricos mais abrangentes. Assim, mais do que uma terceira parte que arbitra – para relembrarmos os termos simmelianos –, o documento se torna um mediador cujas falas e sentidos são disputados a cada reunião, a cada audiência, em cada votação em plenário, cada vez que se revisa um texto de projeto de lei. Esses cenários capturados pelas etnografias aparecem como movimentos, etapas de uma trajetória dinâmica entre sucessos e insucessos, dilemas e consensos.

Diante da confluência entre documentos e sujeitos, deparamos com problemas de pesquisa que denotam a indissociabilidade de prática, conhecimento e poder. Deparamos também com a construção de uma perspectiva capaz de alinhar processos que, muitas vezes, julgamos pertencerem a distintas naturezas sociais (como o técnico e o político), nos permitindo mergulhar em arranjos complexos de situações sociais cuja temporalidade é múltipla e cuja espacialidade é diversa.

## REFERÊNCIAS

1. ABRAMS, Philip. Notes on the difficulty of studying the State (1977). **Journal of Historical Sociology**, v. 1, n. 1, p. 58-89, mar. 1988.
2. AUSTIN, John **Quando dizer é fazer: palavras e ações**. Porto Alegre: Editora Artes Médicas, 1990.
3. BENDIX, Reihhard.; FISHER, Lloyd. The perspectives of Elton Mayo. *In*: JIMENEZ, Alberto Corsin (ed.). **The anthropology of organisations**. New York: Routledge, 2007. p. 11-18.
4. BOURDIEU, Pierre. A representação política. *In*: BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Bertrand Brasil; Rio de Janeiro: Difel, 1989. p. 163-208.
5. DOUGLAS, Mary. **Como as instituições pensam**. São Paulo: Edusp, 1998.
6. FERRAZ, Claudia. A etnografia digital e os fundamentos da antropologia para estudos em redes on-line. **Aurora**, São Paulo, v. 12, n. 35, p. 46-49, 2019. Disponível em: [https://doi.org/10.23925/v12n35\\_artigo3](https://doi.org/10.23925/v12n35_artigo3). Acesso em: 20 mar. 2023.
7. FERREIRA, Leticia.; LOWENKRON, Laura (org.). **Etnografia de documentos**. Pesquisas antropológicas entre papéis, carimbos e burocracias. Rio de Janeiro: E-papers, 2020.
8. GOFFMAN, Erving. **A representação do Eu na vida cotidiana**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1985.
9. HULL, Matthew. Documents and bureaucracy. **Annual Review of Anthropology**, Stanford, CA, v. 41, p. 251-267, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1146/annurev.anthro.012809.104953>. Acesso em: 20 mar. 2023.
10. RILES, Annelise (ed.). **Documents**. Artifacts of modern knowledge. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 2006.
11. TEIXEIRA, Carla; CASTILHO, Sérgio. **IPEA – etnografia de uma instituição: entre pessoas e documentos**. Brasília: ABA/AFIPEA, 2020. Disponível em: [http://www.portal.abant.org.br/aba/files/159\\_00127275.pdf](http://www.portal.abant.org.br/aba/files/159_00127275.pdf). Acesso em: 20 mar. 2023.

*Carla Costa Teixeira*

Professora Titular no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Brasília. Doutora em Antropologia pela Universidade de Brasília. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3792-9687>. Análise teórica e de dados, Redação e Revisão. E-mail: [carla.c.teix@gmail.com](mailto:carla.c.teix@gmail.com)

*Carla Costa Teixeira  
Cristina Dias da Silva  
Sérgio Ricardo Rodrigues Castilho*

*Cristina Dias da Silva*

Professora Associada de Antropologia no Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora. Doutora em Antropologia pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de Brasília. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8360-5272>. Análise teórica e de dados, Redação e Revisão E-mail: [cristinabaltor@gmail.com](mailto:cristinabaltor@gmail.com)

*Sérgio Ricardo Rodrigues Castilho*

Professor do Departamento de Sociologia da Universidade Federal Fluminense. Doutorado em Antropologia Social pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8156-3184>. Análise teórica e de dados, Redação e Revisão E-mail: [sergiorodriguescastilho@gmail.com](mailto:sergiorodriguescastilho@gmail.com)

# “Você é a favor ou contra o gênero?”: disputas, discursos e atos administrativos na discussão do Plano Municipal de Educação do Rio de Janeiro

“Are you for or against gender?”: disputes, speeches and administrative acts in the discussion of the Municipal Education Plan of Rio de Janeiro

**Carolina Dias**

Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

## RESUMO

O artigo oferece uma perspectiva sobre a atuação parlamentar municipal a partir da observação da discussão sobre a exclusão de termos como “gênero” e “sexualidade” no Plano Municipal de Educação do Rio de Janeiro. Este, que poderia ser um fato menor dentro do todo, acaba virando o centro da disputa entre os parlamentares da Câmara Municipal da cidade. Argumento que isso se dá porque tais palavras são carregadas de significados ameaçadores conferidos pelos próprios parlamentares, quando defendem sua visão sobre elas, em embates com outros parlamentares que conferem outros significados aos termos. Desse modo, tais parlamentares e seus apoiadores dão a sua contribuição para o processo de produção de concepções que qualificam, regulam e enquadram corpos, sujeitos e afetos como (in)desejáveis, ainda que isso seja feito apenas pela remoção de uma palavra de uma política pública. Para tal, foi realizada a análise etnográfica dos documentos que registram os trâmites legislativos da discussão, os demais documentos produzidos durante a elaboração da política pública em questão e entrevistas com interlocutoras fundamentais nesse processo de elaboração. Nesse sentido, procuro destacar nesses fatos e registros o modo como parlamentares do Legislativo municipal desempenham seu papel, produzindo efeitos, discursos e performances na sua atividade parlamentar e levam a cabo os atos administrativos.

**Palavras-chaves:** Plano Municipal de Educação, Câmara Municipal do Rio de Janeiro, Etnografia de documentos.

---

Recebido em 07 de outubro de 2023.  
Avaliador A: 08 de dezembro de 2022.  
Avaliador B: 15 de dezembro de 2022.  
Aceito em 22 de março de 2023.

---



## ABSTRACT

The article offers a perspective on municipal parliamentary action based on the observation of the discussion about the removal of terms such as “gender” and “sexuality” in the Municipal Education Plan of Rio de Janeiro. This, which could be a minor fact within the whole, ends up becoming the center of the dispute between the parliamentarians of Rio de Janeiro’s City Council of. I argue that this happens because such words are loaded with threatening meanings conferred by the parliamentarians themselves, when they defend their view on them, in clashes with other parliamentarians who confer other meanings to the terms. In this way, such parliamentarians and their supporters make their contribution to the production process of conceptions that qualify, regulate and frame bodies, subjects and affections as (un)desirable, even if this is done only by removing a word from a policy public. To this end, an ethnographic analysis of the documents that record the legislative procedures of the discussion, the other documents produced during the elaboration of the public policy in question and interviews with key interlocutors in this elaboration process were carried out. In this way, I try to highlight in these facts and records the way in which parliamentarians of the municipal legislature play their role, producing effects, speeches and performances in their parliamentary activity and carrying out administrative acts.

**Keywords:** Municipal Education Plan, City Council of Rio de Janeiro, Document ethnography.

## INTRODUÇÃO

Voto da Relatora da Comissão de Defesa da Mulher – PME – Vereadora Marielle Franco.

O Brasil é o 5º País que mais mata mulheres no mundo.

Os números são assustadores: em 2016, foi registrada uma violência contra a mulher a cada cinco horas no Estado do Rio de Janeiro.

Mas também sabemos que esses números são apenas de parte das mulheres que conseguiram, de algum modo, buscar auxílio e denunciar.

E eu pergunto a vocês: seguiremos nos recusando a falar sobre igualdade de gênero? Até quando? [...]

Por isso, quero deixar registrado que essa Casa, ao retirar os termos “gênero”, “sexualidade” e “geração”, fortalece a continuidade de desigualdades e violências dos mais diversos tipos.

Hoje falamos do principal plano para desenvolvimento social do nosso município: o Plano Municipal de Educação. Este plano merece que tenhamos compromisso e responsabilidade.

O termo “gênero” começou a ser utilizado como categoria de análise a partir de 1970 com o objetivo de dar visibilidade às desigualdades entre homens e mulheres. Logo, tanto na origem da sua criação, quanto no uso corrente em debates sobre a superação

das desigualdades, falar de “gênero” tem como finalidade promover a devida atenção e crítica das discriminações sofridas pelas mulheres e tentar achar meios para que todas e todos possamos juntos enfrentar este cenário.

Desde quando falar sobre uma opressão, que gera tantas mortes, é falar sobre alguma doutrinação? [...]

É mais do que urgente que esta Casa não se cale sobre as vidas que são interrompidas dia a dia neste Município. Falar de igualdade de gênero é defender a vida!

Assim, diante dos argumentos acima expostos, rejeitam-se as Emendas nº 67, 68, 69, 137 e 139, para que os termos “gênero”, “orientação sexual”, “sexualidade” e “geração” sejam mantidos no texto do Plano Municipal de Educação.

Vereadora Marielle Franco. (RIO DE JANEIRO, 2018 p. 15)

Os trechos acima foram retirados de um discurso que nunca chegou a ser proferido pela ex-vereadora da cidade do Rio de Janeiro Marielle Franco. Esse texto, ainda assim, foi lido na íntegra pelo vereador Tarcísio Motta, na parte inicial da 4ª Sessão Plenária Extraordinária de 2018, na Câmara Municipal do Rio de Janeiro (CM), no dia 27 de março. O debate que seria apresentado pela parlamentar, assassinada cerca de duas semanas antes, fazia referência à discussão do então projeto de lei que deu origem ao Plano Municipal de Educação da cidade do Rio de Janeiro (PME). Tal discurso declarava os pareceres da Comissão Parlamentar de Defesa da Mulher, da qual Marielle foi presidente até sua morte, em 14 de março daquele mesmo ano.

O texto da vereadora é enfático ao demonstrar que a recusa às emendas ao projeto de números 67, 68, 69, 137 e 139 era essencial, já que tratar de questões como gênero e sexualidade no plano de educação da cidade seria uma importante ação de combate à violência contra às mulheres, fato que, segundo o discurso, é um problema grave da realidade brasileira. Marielle, assim como Tarcísio, era vereadora do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), o partido de esquerda com mais representantes na casa (seis parlamentares)<sup>1</sup>. A oposição às emendas citadas foi acompanhada, na votação que aconteceu no dia seguinte e na declaração de pareceres e discursos ao longo da referida sessão, pelos vereadores e pela vereadora desse e de outros partidos reconhecidos como de esquerda: o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido Democrático Trabalhista (PDT)<sup>2</sup>.

A pauta principal da plenária em que foi lido o texto citado era a aprovação de emendas ao texto do Projeto de Lei Municipal nº 1.709, de 2016, que continha a proposta do Plano Municipal de Educação do Rio de Janeiro. Esse plano faz parte de um conjunto amplo de políticas públicas para a educação em âmbito nacional e se conecta com o Plano Nacional de

---

1 Além de Tarcísio, eram vereadores pelo PSOL na ocasião da referida sessão plenária os seguintes parlamentares: David Miranda, Leonel Brizola Neto, Paulo Pinheiro, Renato Cinco e Babá, que assumiu o mandato no lugar de Marielle, após a sua morte.

2 Eram vereadores por esses partidos Luciana Novaes, Reimont (ambos do PT) e Fernando William (PDT).

Educação (PNE), aprovado em 2014, e com os diversos desdobramentos dessa política nacional. Entre eles, por exemplo, está a criação da Secretaria de Articulação entre os Sistemas de Ensino (Sase) pelo Ministério da Educação, que se encarregaria de acompanhar o desenrolar das propostas contidas no PNE. Essas e outras medidas fortaleceriam um dos principais objetivos do plano: o de unificar a educação brasileira. Está previsto em lei até mesmo a criação de um Sistema Nacional de Educação (BRASIL, 2014).

O PME do Rio de Janeiro, que começou a ser elaborado a partir da aprovação do plano nacional, em 2014, é subsidiário, portanto, do plano maior. No processo de “implantação” do PNE (SASE/MEC, 2014), estabeleceu-se que correlatos locais deveriam ser criados em todos os estados, em todos os municípios e no distrito federal do país. Esses planos buscavam organizar uma série de formulações acerca da educação, apontando para objetivos e horizontes; no processo, pretendia ainda aproximar o maior número de atores, criando “um processo cuidadoso e democrático” que certamente resultaria em “uma proposta de plano capaz de representar os anseios e os esforços de toda a sociedade em torno dos avanços necessários à educação” (SASE/MEC, 2014, p. 20).

Para a concretização dos planos, é basilar, portanto, a contribuição de diversos setores da sociedade, tais como membros de organizações da sociedade civil interessados no assunto, especialistas e representantes escolhidos pelo povo para debater políticas públicas nas casas legislativas do país. Tais especialistas, elaboradores dos acúmulos que foram materializados nos PME e nos documentos que o circulam, poderiam ser funcionários públicos ou não. Entretanto deveriam ser pessoas que, a partir de sua *expertise* (MITCHELL, 2002) contribuiriam para a construção de parâmetros, indicadores e metas, tomando como base referenciais considerados técnicos<sup>3</sup>. Por outro lado, é mister considerar como a passagem de um plano pelo espaço de uma Câmara Municipal agrega outras discussões, abre outras disputas, entre concepções e paixões, típicas daquele lócus. É, portanto, necessário *espacializar* a política (TEIXEIRA e CHAVES, 2004) e entender que, ao ser atravessado pela Câmara, o plano acumula em si mesmo outras intenções e expectativas. Ou seja, ao cruzar esse espaço, o plano é capturado pelas dinâmicas ali existentes, se constituindo como objeto das relações ali estabelecidas. É recortado, numa via de mão dupla, impactado pelo espaço em que se encontra, enquanto os recortes reforçam relações e dinâmicas pré-existentes.

No processo de entender como o trajeto do PME na Câmara Municipal o coloca no centro

---

<sup>3</sup> Ao observar tal contribuição “técnica” desses atores, pensada como parte estruturante do trabalho de planejamento, também pode levantar outras possibilidades de análise, trazendo mais dimensões para o nosso entendimento sobre a relação entre técnica e política (LEWANDOWSKI, 2019; MITCHELL, 2002).



das disputas características do espaço, é possível observar como a política pública em questão e sobretudo a discussão acerca da inclusão de termos como “gênero” e “sexualidade” no texto final do PME demonstram os tipos de relação, performances e simbologias características da política legislativa. Ao observar em profundidade como se desenrolou tal discussão, é possível dar contornos aos papéis que tais legisladores assumem no exercício de seu cargo e de suas relações políticas.

Para observar esse aspecto, apresento no presente artigo uma breve análise etnográfica acerca do debate sobre algumas das emendas destacadas pelo discurso de Marielle, que, embora não fossem os únicos pontos a serem discutidos e votados pelos parlamentares, acabaram, pelo seu conteúdo “polêmico”, dominando a 4ª Sessão Extraordinária da CM<sup>4</sup>. Essa análise se deu a partir da mobilização das notas taquigráficas da referida sessão da câmara, em paralelo à análise de outros documentos relacionados, tais como o próprio PME, documentos elaborados pela Sase/MEC e propostas de emendas, atas da CM etc., a partir da utilização das metodologias de etnografias de documentos (FERREIRA e LOWENKRON, 2020).

Agregam-se a esse conjunto de documentos as contribuições de duas importantes interlocutoras, Juliana e Márcia<sup>5</sup>. Márcia, servidora municipal, lotada na Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro (SME), foi uma das pessoas centrais para o desenrolar do PME dentro da SME. Sua dedicação ao plano municipal se iniciou a partir de sua atuação “militante” no Fórum de Educação de Jovens e Adultos (EJA), ainda nos debates do PNE. É através dessa relação militante no fórum que Márcia conhece Juliana, professora universitária da área de educação. Em consequência desse vínculo, Juliana foi trazida para compor o grupo que organizou a elaboração, a adaptação e a discussão do PME no Rio de Janeiro.

Ao congregar esse material, portanto, construo aqui uma análise do modo como as propostas de emenda e o veto à inclusão de alguns termos – dentro do que foi chamado de combate à “ideologia de gênero”<sup>6</sup> – foram exercitados no processo de construção de, uma política pública para a área de educação, o PME, de modo a refletir sobre a atuação de parlamentares

---

4 Embora as propostas de emenda 67, 68 e 69 tenham mais destaque na presente análise, por terem sido as que de fato modificaram o texto final e acabaram definindo a redação final do PME, as demais emendas (137 e 139) ainda aparecem, por terem sido citadas e colocadas no mesmo patamar que as outras, no decorrer da sessão analisada.

5 Como é costume nas pesquisas etnográficas, as interlocutoras tiveram seus nomes substituídos com o objetivo de preservar sua identidade.

6 A intenção aqui não é trazer uma definição do que seria a “ideologia de gênero”, entendendo que é um termo em construção, envolto em disputas e narrativas acerca do seu significado (FACCHINI e RODRIGUES, 2017). Aqui, importa justamente demonstrar um dos espaços onde se constitui a disputa pelo significado da “ideologia de gênero” e por seus usos no espaço parlamentar, na construção da política pública aqui analisada.



nesse processo. A partir da exclusão de certas palavras, lidas como *perigosas*, se constroem narrativas e se dá corpo ao que se postula como a “ideologia de gênero”. E nesse processo de formulação sobre o que é perigoso ou não, aceitável ou não, em meio à discussão das palavras específicas que entrariam ou seriam retiradas de um documento e de uma política pública, performam-se disputas entre concepções e coletividades, em meio aos vereadores atuantes na Câmara Municipal do Rio de Janeiro. A intenção é, portanto, trazer mais dimensões para os estudos que apontam a maneira como são constituídas as relações no espaço do Legislativo, suas disputas, suas performances e os efeitos de tais atos, com atenção, ademais, à discussão sobre as questões de gênero em relação ao Estado (VIANNA e LOWENKRON, 2018) na elaboração de políticas públicas e de planejamento estatal, analisando-as a partir de debates colegiados e documentos.

## **ANTROPOLOGIA DO ESTADO, DAS INSTITUIÇÕES E A ANÁLISE ETNOGRÁFICA DE DOCUMENTOS**

A investigação antropológica, de certa maneira, incorporou em sua construção a análise sobre o Estado de maneira quase onipresente. Mesmo quando – e possivelmente especialmente quando – os sujeitos e interlocutores são aqueles que estão excluídos, se opõem ou não constituem as formas de racionalidade administrativas e a autoridade do Estado, este segue sendo apresentado como figura central para observar as mais diversas formas de organização social (DAS e POOLE, 2004). E é justamente porque a análise antropológica do Estado se incorpora à tradição da pesquisa antropológica que esse tipo de objeto se constitui como válido (BEVILAQUA e LEIRNER, 2000). Tem sido, portanto, a tarefa dos pesquisadores contemporâneos, ao retomarem o Estado como centro de suas análises, reconhecer que “aqueles princípios mais gerais e mais abstratos que fundamentam as relações sociais” (BEVILAQUA e LEIRNER, 2000, p. 106) também fazem parte das instituições estatais e de suas relações com os demais setores da sociedade.

Os trabalhos recentes de um campo da antropologia do Estado apontam justamente o que há de frutífero em demonstrar como se geriu e gerenciou a diferença “na descrição minuciosa a partir da visada etnográfica sobre documentos, eventos, rituais e situações etnográficas” (SOUZA LIMA e FACINA, 2019). Ao olhar para a vida cotidiana das burocracias e cotidianos estatais, pode-se ir além do que é comumente dispensado como “rotineiro, mundano e repetitivo”

(MATHUR, 2017, p. 2) ou, numa repetição de concepções reificadas sobre o Estado, apenas tentar observar algo supostamente ocultado por algum tipo de “máscara política” (ABRAMS, 1988). Minha intenção é, portanto, partir dessas próprias práticas para observar como nelas também se estabelecem modos de governo, autoridade e poder, de modo que, a partir da “investigação do mundo das instituições, das práticas de poder e das dinâmicas estatais”, se encontrem nos mais diversos espaços e produções “os efeitos produzidos pelo espetáculo do poder, pelas tecnologias de governo” e pela combinação de ambos (TEIXEIRA; LOBO; ABREU, 2019).

O esforço vai no sentido de congregar uma investigação do que pode ser considerado mais comum na prática política, a atividade parlamentar, com metodologias que apontam para um exame minucioso das práticas e da produção estatal. Desse modo, parto para uma observação dos diversos artefatos etnográficos e/ou gráficos (FERREIRA e LOWENKRON, 2020; HULL, 2012; ONTO, 2019) utilizados na construção de consensos em torno de um objetivo: manter ou retirar certas palavras de redação final de um documento e projeto de lei. A partir dessa compreensão, a intenção é evitar as “cômodas abstrações do ‘Estado’” (FONSECA *et al.*, 2016) e os cômodos olhares para atividade parlamentar, entendendo como, no ambiente do Parlamento, o estranhamento necessário ao fazer antropológico “é causado pelos discursos parlamentares, pelos rituais do processo legislativo, pelas espacialidades rigidamente demarcadas e pelas corporalidades observadas nas relações de parlamentares entre si e com o público” (SPRANDEL, 2021, p. 3). Busco, assim, analisar o espaço do Legislativo a partir de outras chaves, indo atrás de uma compreensão ampla de como o debate de uma política pública num plenário de uma Câmara Municipal pode também ser um interessante objeto na construção de tais análises do Estado pela antropologia e como “a tramitação de um projeto de lei é fortemente influenciada pelas relações que acontecem nos corredores, plenários, gabinetes, antessalas [...], reunindo os mais diversos atores políticos, sociais e empresariais” (SPRANDEL, 2021, p. 4).

Ao entender que “os documentos são artefatos paradigmáticos das práticas modernas de conhecimento” (RILES, 2006), podemos apreender como as noções reificadas do Estado, que o pensam como algo unívoco, com uma estrutura fixa e praticamente “impenetrável”, partem muito da construção de documentos. O ato de fazer, escrever, produzir e arquivar documentos é essencial para o que se pensa como a atividade legitimada do e pelo “Estado”. É nesse sentido que os estudos da antropologia do Estado vêm se perguntando cada vez mais sobre o ato de produzir tais documentos, a partir da noção de que

[...] a análise etnográfica de documentos em seu espaço social de fabricação, circulação e arquivamento oferece um olhar privilegiado sobre o ato de documentar, isto é, sobre como ele é realizado, o que significa e que efeitos produz em diferentes contextos. (FERREIRA e LOWENKRON, 2020, p. 18).

Desse modo, busca explorar as diferentes “dimensões e capacidades” (FERREIRA e NADAI, 2015) do texto.

Para tal, este trabalho se debruça sobre as emendas citadas na primeira seção e, também, as notas taquigráficas produzidas a partir 4ª Sessão Plenária Extraordinária da casa. A expectativa é de que a análise de tais elementos como *artefatos etnográficos*, ou seja, buscando trazer para o centro o modo como foram gerados e debatidos, permita observar as disputas e relações de poder envolvidas nesse processo. Compreendo que, ao tomar documentos como artefatos etnográficos, o fazemos porque queremos olhar não só para o conteúdo final do plano ou suas propostas, observando se elas são seguidas ou não, também observando o ato de produzir aquele documento específico e o que esse processo pode revelar sobre seu significado para os atores envolvidos e os contextos em que sua produção se dá (FERREIRA e LOWENKRON, 2020). Busco, a partir dessa abordagem, observar de que maneira a atuação conjunta de parlamentares e outros atores em pautas relacionadas à educação pode reforçar discursos e coletividades, produzindo efeitos bastante significativos, numa análise dos documentos produzidos que não só olha *através* deles, mas *para* eles (HULL, 2012).

A análise dos documentos feita pela antropologia pode seguir diversos caminhos, entre os quais se destacam as abordagens cujo problema central é a “ligação entre pessoas, lugares, coisas, tempos e formas de sociabilidade”, associada aos processos de produção de documentos (HULL, 2012, p. 255). Essas abordagens enfatizam as interrelações entre forma e conteúdo, nos alertando sobre a construção de divisões reificadas entre esses dois elementos, em que as relações simbólicas envolvidas com o documento são trazidas para o centro das análises. É a partir dessa chave que construo a presente discussão para demonstrar como, na questão do PME, trazida aqui, a exclusão de uma palavra diz muito menos sobre o que ela significa no papel e muito mais sobre como ela pode ser usada por grupos interessados em construir determinadas visões de mundo e se inserir em debates que não se restringem ao espaço do PME. Observar como as relações entre a forma e o sentido das emendas com conteúdo de “gênero” no Plano Municipal de Educação aparecem nas falas e interpelações dos parlamentares, durante a sessão plenária que aqui indico, bem como compreender o que isso projeta nas relações estabelecidas naquela casa e fora dela, é uma tentativa de observar como documentos podem ser importantes meios de construção de ligações entre indivíduos, ideias, formas de agir e visões de mundo, sobretudo no espaço de uma Câmara Municipal.

## **O PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO RIO DE JANEIRO ENTRE TEMPOS, ESPAÇOS E DISPUTAS**

Além da elaboração de documentos, outra característica que confere legitimidade ao Estado da maneira como o conhecemos é a elaboração de planos e planejamentos no modo de governar as populações. O planejamento é uma característica tão fundamental ao Estado que é possível se questionar quanto ao que fica dele sem as propostas de planejamento e organização de objetivos e horizontes prometidos (ABRAM e WESZKALNYS, 2011). E a promessa, a orientação para o futuro também é, em si, uma performance. É justamente nesse ponto que a ideia de Estado se constitui, ao gerar efeitos como a relação, o pacto de confiança entre aqueles que prometem e aqueles que esperam esse “futuro”, entre governos e populações, entre especialistas e leigos, entre parlamentares e eleitores. A Constituição brasileira de 1988, por exemplo, é fundamentada em “promessas de futuro”. Ao ser elaborada no contexto da redemocratização, orienta diretrizes e bases para um futuro melhor do que o passado ditatorial, recente à época, e a promessa de democracia, inclusão e participação política.

Entre os muitos planos e promessas que continha, a Constituição de 1988 estabeleceu a elaboração decenal de um Plano Nacional de Educação (PNE) como política de Estado. A cada dez anos, portanto, um novo PNE seria construído, com o objetivo de formular “diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino, em seus diversos níveis, etapas e modalidades, por meio de ações integradas das diferentes esferas federativas” (BRASIL, 2014). Apesar de o processo de discussão ter começado em 2009, com previsão de encerramento para 2010, o plano hoje vigente só veio a ser aprovado em 2014. Essa demora se deu em grande parte pelos intensos debates e disputas em torno de suas concepções, sobretudo no que dizia respeito à educação para a sexualidade e as questões de gênero, pautas relacionadas aos debates em torno do constructo que ficou conhecido como “ideologia de gênero” (FACCHINI e RODRIGUES, 2017).

Como parte da efetivação do PNE, os 26 estados, o distrito federal e, depois, os 5.570 municípios deveriam produzir suas próprias formulações da educação em seus âmbitos, isso porque, como descreve o caderno de orientações do Ministério da Educação para a elaboração dos Planos Municipais de Educação (SASE/MEC, 2014), o plano nacional só tem êxito quando o debate nos âmbitos estaduais e municipais é multiplicado, se enraizando através dos diversos aparatos estatais e em diálogo com os diversos setores da sociedade. Para tal elaboração, os estados e municípios tinham o prazo de um ano, ou seja, deveriam encerrá-lo em 2015.

No entanto, da mesma forma que o PNE foi objeto de inúmeras disputas e embates, o mesmo aconteceu nos diversos processos locais em que PEEs e PMEs eram discutidos pelo Brasil afora. Vanessa Leite (2019), que observou o acionamento da “ideologia de gênero” como bandeira de luta pelos grupos “conservadores”<sup>7</sup> no processo de construção do PNE, entre outras discussões públicas, aponta que o mesmo aconteceu em processos estaduais e municipais similares. Leite sublinha o fato de que as expressões “gênero” e “orientação sexual” foram retiradas dos textos do plano nacional e dos planos estaduais e municipais “em meio a batalhas quase corporais nas casas legislativas do país” (LEITE, 2019, p. 127).

O processo de elaboração, discussão e aprovação do Plano Municipal de Educação (PME) do Rio de Janeiro, embora tenha sido bastante demorado, não o foi por fruto de inúmeros processos de discussão, mas sim porque suas características principais foram a morosidade e o silêncio. E é importante ressaltar que o silêncio pode ser bastante expressivo, à medida em que a omissão do debate, sobretudo quando a discussão estava envolta na chamada “polêmica” de gênero, “põe em destaque a polêmica que ronda essa pauta, principalmente em uma época de reafirmação do pensamento conservador” (NAJJAR; MOCARZEL; MORGAN, 2020, p. 7). Entre 2014, portanto, até a sua aprovação, em 2018 (três anos após o fim do prazo), é possível observar longos períodos em que o PME não é objeto de nenhuma discussão oficial, contexto em que são deixados para os últimos momentos de sua aprovação as disputas, os ocultamentos e as irradiações de discursos e concepções, principalmente os ligados às “polêmicas” de gênero e sexualidade, trajeto que culmina com a retirada do termo “gênero” da redação final PME<sup>8</sup>.

O Plano Municipal de Educação do Rio de Janeiro, como dito, começou seu processo de elaboração e discussão em junho de 2014, quando foi publicado o Plano Nacional de Educação, e foi finalizado em março de 2018, com sua aprovação na Câmara Municipal do Rio de Janeiro (CMRJ). Durante cerca de dois anos, o plano foi objeto de comissões de trabalho, das quais

---

7 A partir da abordagem proposta por Almeida (2017), não faço aqui nenhuma definição apriorística do termo “conservadores”, entendendo seu caráter conjuntural e relacional, chamando atenção para possíveis naturalizações e reificações no uso do termo.

8 O “silêncio” em torno do PEE do Rio de Janeiro também segue presente, e é muito difícil encontrar pistas sobre os caminhos por onde passou ou foi paralisado. O último registro encontrado sobre o PEE está no Diário Oficial do Estado, num parecer do Tribunal de Contas do Estado do dia 8 de julho de 2020, primeiro ano do governo Witzel, que aponta a falta de aprovação do novo PEE como uma das justificativas do parecer contrário à aprovação das contas do Executivo no ano anterior. Como publicado: “IMPROPRIEDADE Nº 21: Ausência de aprovação de um novo Plano Estadual de Educação ou da adequação do existente ao Plano Nacional de Educação, nos termos do art. 8º da Lei Federal nº 13.005/14”; o texto continua com “DETERMINAÇÃO Nº 38: À Secretaria de Estado de Educação e Secretaria de Estado da Casa Civil e Governança Elaborar um novo Plano Estadual de Educação ou promover a adequação do existente ao Plano Nacional de Educação, nos termos do art. 8º da Lei Federal nº 13.005/14” (RIO DE JANEIRO, 2020, p. 5).

fizeram parte servidores da prefeitura, docentes de universidades e membros de organizações da sociedade civil. O objetivo desses atores era transformar o documento nacional na sua “versão” local, agregando conteúdo municipal às diretrizes, metas e estratégias o (SASE/MEC, 2014). Além disso, deveriam fazer isso agregando o maior número de atores possível, “promovendo amplo debate”, como destaca a publicação em Diário Oficial que instituiu as comissões (RIO DE JANEIRO, 2015). O evento mais significativo dos debates do PME, antes de o plano ser encaminhado à Câmara, se deu na Conferência Municipal de Educação, realizada em maio de 2015, na Escola Municipal Orsina da Fonseca. Trata-se de um evento aberto cujo principal objetivo era transformar o que já fora redigido pelas comissões num documento-base a ser enviado para o Executivo e, posteriormente, à Câmara Municipal.

Após o documento-base, resultado da Conferência Municipal de Educação, ter sido recebido pelo poder Executivo, o prefeito Eduardo Paes o encaminhou para a Câmara apenas no ano seguinte, em fevereiro de 2016<sup>9</sup>. A casa realizou, então, as primeiras sessões ordinárias para debater o tema no final daquele mês. A partir daquele momento, fevereiro de 2016, até março de 2018, o PME do Rio de Janeiro se tornou objeto de debate na CMRJ e novos atores entraram em disputa por sua construção e pela definição de seus objetivos.

Durante a passagem pela CMRJ, a exemplo de muitas câmaras pelo Brasil afora, algumas pautas foram postas em destaque, de modo semelhante ao que havia ocorrido nacionalmente. De 2014, portanto, até sua aprovação, três anos após o fim do prazo estabelecido pelo PNE, é possível observar disputas, ocultamentos e irradiações de discursos e concepções que dizem respeito sobretudo às “polêmicas” de gênero e sexualidade e culminam com a retirada de termos como “gênero” da redação final do plano. Além do debate sobre gênero e sexualidade, outros temas discutidos, como a valorização dos profissionais da educação, a educação especial, a meritocracia e a privatização da educação, foram colocados em pauta novamente, num contexto em que os vereadores propuseram mais de 250 emendas ao projeto de lei. Todo o processo de elaboração de tais emendas renderia inúmeras discussões. No escopo da presente análise, optei por abordar em maior profundidade apenas algumas dessas emendas, a saber, as que envolvem as temáticas omitidas de gênero e sexualidade. Ainda que não queira reforçar a ideia de que o

---

<sup>9</sup> É importante perceber como aqui já se dá um primeiro grande silêncio, entre maio de 2015 e fevereiro de 2016, período em que o documento-base transitou pelo Executivo, até ser encaminhado à casa legislativa municipal. O documento não passaria por esse trâmite inalterado, tendo sofrido alguns “ajustes” de texto, sobretudo no diz respeito a consequências concretas para questões como a oferta de vagas na rede municipal e o aumento do limite de alunos em sala de aula de 25 para 30.



debate sobre o PME girou apenas em torno da questão de gênero<sup>10</sup>, entendendo que ela abre um campo de discussão interessante sobre o modo como, ao chegar à CM, uma política pública de educação como o PME assume outro papel numa disputa de coletividades, ideais e consensos. Esse processo é revelador do papel de mediadores e representantes locais destes parlamentares.

## **“E AÍ FICOU NAQUELE ‘REME-REME’”: O PME NA CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO**

Após a elaboração do Projeto de Lei (PL) nº 1.709/2016 (que “Aprova o PME – Plano Municipal de Educação e dá outras providências” (RIO DE JANEIRO, 2016a, p. 1) pelo Executivo Municipal, o PME chega, finalmente à sua última etapa<sup>11</sup>, que consiste na tramitação na Câmara Municipal. Essa etapa do processo aparece nos documentos Sase, órgão do Ministério da Educação responsável por acompanhar o PNE e seus correlatos locais, quase como uma celebração de todo o processo de discussão que teria acontecido e dado origem ao projeto de lei. No entanto, mesmo tendo chegado quase nove meses depois de ter sido encaminhado ao Executivo pelas comissões, apenas em fevereiro de 2012, o PME passou mais de dois anos tramitando na casa. Foi aprovado somente em março de 2018 pelos parlamentares e entrou em vigência em maio daquele ano.

Durante esses mais de dois anos de tramitação na CMRJ, o PME teve sua discussão praticamente reaberta; foi possível incluir emendas e subemendas modificativas, aditivas ou supressivas em todo o documento, desde os artigos da lei às diretrizes, passando pelas estratégias e metas. Os parlamentares da casa, de forma individual ou coletiva, ou através das comissões parlamentares das quais faziam parte, tiveram a oportunidade de ajustar, adequar e moldar o plano, propondo tais emendas ou subemendas. E assim o fizeram. Durante a passagem do plano pela Câmara, foram discutidas mais de 250 emendas ao PME, tendo sido aprovadas mais de 90 delas. Algumas dessas emendas foram elaboradas pelo Executivo para a apreciação da casa, mas a maioria foi pensada e proposta pelos próprios parlamentares a partir das discussões que gostariam de incluir e ou retirar do PME.

---

10 A exemplo da nota jornalística da época “Confusão interrompe debate na Câmara do Rio sobre gênero nas escolas” (CONFUSÃO INTERROMPE DEBATE NA CÂMARA..., 2018.).

11 As etapas pelas quais o PME deve passar são indicadas no caderno de orientações da Sase/MEC já citado neste artigo (Sase/MEC, 2014).

Dentre os vários tipos de emendas que propunham corrigir ou modificar informações e termos ou incluir questões, chamo atenção para a maneira como alguns textos demonstram o diálogo de tais emendas com questões que ligadas à filiação e à atuação política dos parlamentares envolvidos na autoria e na defesa delas. Um exemplo é a emenda de número 152, proposta pelo então vereador Arthur Lyra, à época no Partido Novo, que visava modificar a Meta 7 ao

Instituir sistema meritocrático de acompanhamento e premiação de desempenho. Para o corpo docente, que incorpore indicadores de evolução e manutenção do rendimento escolar, e assiduidade dos alunos. Para o corpo discente, que incorpore indicadores de assiduidade, performance acadêmica e participação em olimpíadas científicas. (RIO DE JANEIRO, 2017e, n. p.).

Essa emenda apresenta uma dentre as várias concepções das políticas educacionais, trazendo a proposta de um “sistema meritocrático” para “premiação de desempenho” tanto para docentes quanto para discentes. Desse modo, o vereador em questão busca demonstrar sua posição em defesa de ações que julgou coerentes com a elaboração de um plano produzido pelo Estado. Essa emenda, entretanto, foi rejeitada pelo conjunto de vereadores.

Outras propostas de modificações se destacam por seu caráter aglutinador, que unifica vereadores dos mais diferentes matizes ideológicos não na autoria, mas no “apoio” à emenda<sup>12</sup>, enquanto a autoria é justamente de parlamentares que fizeram falas moderadas nos espaços de plenária e que designaram assessores para acompanhar o processo de elaboração do PME desde quando ele ainda era objeto das comissões que elaboraram o documento-base, como as do professor Célio Lupporeli (Democratas). Um exemplo desse caso é a proposta de subemenda nº 2 à emenda de número 48 (RIO DE JANEIRO, 2017b), que inclui como “apoiadores” vereadores como o atual governador do estado do Rio de Janeiro, Cláudio Castro (hoje filiado ao Partido Liberal, mas à época do Partido Social Cristão) e Carlos Bolsonaro (atualmente no Republicanos, mas à época, também no PSC), juntamente com todos os vereadores do PSOL mandatários na ocasião, na proposta de promover a sustentabilidade nas escolas.

Esse processo de elaboração de emendas e discussões não se deu apenas nos gabinetes dos vereadores. Também foram promovidas audiências públicas<sup>13</sup>, discussões em plenário e

---

12 Cada emenda inclui a autoria, que pode ser de um ou vários vereadores; após um espaço, se lê “Com o apoio dos Senhores Vereadores”, seguido de nomes de outros parlamentares. Esses apoios também demonstram acordos, trocas e compromissos firmados entre os vereadores. Não é possível, entretanto, afirmar com certeza qual é a sua centralidade, como são feitos tais acordos e o que implicam.

13 Foram realizadas, ao todo, cinco Audiências Públicas na CM sobre o plano, com temas como o plano em si, de modo geral, ou subtemas, como “Valorização dos Profissionais da Educação” ou “Educação Especial no PME”. Disponível em: <http://www.camara.rj.gov.br/>. Acesso em: 13 de dez. de 2020.



falas no púlpito. Essas atividades são chamadas de “reme-reme” por uma das interlocutoras que contribuíram para esta análise, Márcia, servidora pública do município e membro da comissão de elaboração do PME Rio de Janeiro. O “reme-reme” citado por Márcia diz respeito ao caráter truncado do processo, sempre se abria uma nova discussão para cada um dos assuntos, sobretudo na Câmara, criando audiências públicas ou falas públicas de vereadores nas quais se apontava o caráter supostamente pouco democrático do PME ou a necessidade de mais tempo para debate.

O PME, que fora enviado com caráter de urgência pelo Executivo para discussão na CM foi, então, constantemente retirado de pauta em nome dessa necessidade de mais tempo e debate. O caráter da urgência foi abandonado, aliás: foi literalmente “retirado” do tema toda vez que se quis conceder mais tempo para discussão. Ou seja, ainda que o assunto aparecesse como “urgente” sempre que estava prestes a ser discutido, o que os vereadores buscavam fazer era retirar a urgência da pauta, freando o processo e fazendo com que o assunto saísse da pauta e a aprovação demorasse mais.

A partir do entendimento de que a Câmara Municipal é um espaço de mediações e diálogo entre mundos culturais (KUSCHNIR, 2000), sendo, por isso, fundamentalmente relacional, é possível compreender a demora, a necessidade de um constante vaivém nas discussões e posições, e é a partir dessa chave que analiso essa temporalidade ambivalente que combina urgência e retirada de pauta. Convergir posicionamentos de eleitores/apoiadores, necessidades e desejos do Executivo e apontamentos técnicos e de especialistas com as próprias demandas dos vereadores implica uma série de mediações marcadas por um ritmo lento, dilatado e truncado. É, portanto, possível *temporalizar* a política realizada pelos atores daquela casa. A partir da ideia de que existe para os eleitores o “tempo da política”, ou seja, aquele tempo em que a política se torna uma atividade (PALMEIRA e HEREDIA, 1995; PALMEIRA, 2001), podemos tentar pensar outras perspectivas de “tempo da política” para o caso do PME, observando a maneira como uma política pública implica certa temporalidade e como a política praticada em um *espaço* político (TEIXEIRA e CHAVES, 2004), diferentemente de outros espaços, também engendra um tempo que é próprio, que precisará amarrar muitas relações para se desenrolar, ainda que se tente impor urgências, seja na palavra usada para pautar um assunto, seja na iminência de perda de verbas.<sup>14</sup>

O processo, então, se mostra amplo, ambivalente e complexo. Entretanto, como dito

---

14 Uma das definições contidas na legislação do Plano Nacional de Educação foi a vinculação do repasse de algumas verbas da União à elaboração dos planos locais (BRASIL, 2014). Essa vinculação foi pensada como um meio de garantir a realização dos subplanos, que, por sua vez, dão passos adiante na construção do desejado sistema nacional, como uma via de mão dupla.

acima, um dos debates que mais aparecem na discussão do PME, seja em notícias de jornal, seja em trabalhos acadêmicos, é o da retirada de termos como “gênero” e “sexualidade” de sua redação final. Embora possa ser retomado a partir da análise das polêmicas que envolvem essa pauta, esse debate será abordado aqui a partir da noção que venho tentando apresentar ao longo de minhas análises: o modo como a elaboração de uma política pública e de documentos a ela relacionados em um espaço como a Câmara Municipal pode ser um instrumento importante para a construção de discursos e performances. A discussão da próxima seção, portanto, pode trazer luz para algumas dimensões pertinentes à maneira como os atores pensados como “conservadores” atuam na política contemporânea, em particular no Rio de Janeiro, a partir de chaves como a do “gênero” e a da “sexualidade”.

## **“ONDE, NESTE PLANO, ESTÁ ESCRITO ‘IDEOLOGIA DE GÊNERO?’: QUANDO PALAVRAS CONTAMINAM**

Entre momentos em que o PME teve destaque nas discussões da CM está a elaboração e a proposição das emendas de números 67, 68, 69, 137 e 139. Eram todas propostas de emendas modificativas, ou seja, buscavam alterar o texto-base que chegara aos gabinetes dos vereadores em fevereiro de 2016, cuja elaboração e cuja circulação envolveram uma polêmica intensa<sup>15</sup>. As referidas emendas foram consideradas uma espécie de bloco sobre a discussão de gênero, como já foi demonstrado no discurso de Marielle, visão reafirmada pelas falas de outros vereadores ao longo daquela sessão.

A emenda nº 67 propunha a mudança no Item 7.26, referente à Meta 7, que versa sobre o fomento à qualidade da Educação Básica a partir de diferentes aspectos. O item, no projeto de lei, dizia:

---

15 Segundo um documento oficial da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer (SMEEL), a Conferência Municipal de Educação de maio de 2015 produziu o documento-base do PME do Rio de Janeiro, encaminhado então ao chefe do Executivo municipal, em junho daquele ano. Segundo os órgãos oficiais ligados à SMEEL, o processo de elaboração do documento final contou com “cerca de 40 Fóruns descentralizados, onde todos tiveram acesso ao documento base para discussão” (RIO DE JANEIRO, 2017a, p. 1). Todos os vereadores que discursaram no plenário no dia 27 de março de 2018 (de esquerda e de direita), no entanto, são unânimes quanto ao fato de que esse processo não passou pela devida discussão e que o texto PME chega com muito atraso e muitos problemas à CM. Essas narrativas se contradizem já acerca do primeiro momento de circulação do PME.

[...] 7.26) promover a articulação dos programas da área da educação, de âmbito local e nacional, com os de outras áreas, como saúde, trabalho e emprego, assistência social, esporte e cultura, ressaltando-se o desenvolvimento de projetos educacionais nas áreas de arte e cultura, notadamente, relacionados às questões étnico raciais, e ao desenvolvimento de temáticas voltadas para o meio ambiente, promoção de saúde, *sexualidade e gênero*, possibilitando a aproximação da comunidade escolar com eixos temáticos que favoreçam a melhoria da qualidade educacional e da consciência crítica. (RIO DE JANEIRO, 2016a, , n. p., grifo nosso).

A emenda, por sua vez, propunha:

Proposta de Emenda 67: “7.26) promover a articulação dos programas da área da educação, de âmbito local e nacional, com os de outras áreas, como saúde, trabalho e emprego, assistência social, esporte e cultura, ressaltando-se o desenvolvimento de projetos educacionais nas áreas de arte e cultura, notadamente, relacionados às questões étnico raciais, e ao desenvolvimento de temáticas voltadas para o meio ambiente, promoção de saúde, possibilitando a aproximação da comunidade escolar com eixos temáticos que favoreçam a melhoria da qualidade educacional e da consciência crítica” [...]. (RIO DE JANEIRO, 2016b, n. p.).

Nos arquivos de acesso online do site da CMRJ, as emendas 68 e 69 estão dispostas em um único pedido. A emenda 68 dizia respeito à meta 8.4. Tanto o texto original quanto a proposta de emenda seguem abaixo:

[...] 8.4) desenvolver políticas públicas, em parceria com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, voltada para a educação das relações humanas e promoção da redução das desigualdades de *gênero*, classe, raça, etnia, geração, *orientação sexual* e deficiência, pautando-se pelo princípio da equidade e igualdade social, a fim de promover um desenvolvimento sustentado e comprometido com a justiça social [...]. (RIO DE JANEIRO, 2016a, n. p., grifo nosso).

Proposta de emenda 68: “8.4) desenvolver políticas públicas, em parceria com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, voltada para a educação das relações humanas e promoção da redução das desigualdades de classe, raça, etnia e deficiência, pautando-se pelo princípio da equidade e igualdade social, a fim de promover um desenvolvimento sustentado e comprometido com a justiça social; [...]. (RIO DE JANEIRO, 2016c, n. p.).

Já a emenda 69 versava sobre a meta de número 8, descrita abaixo, e propunha as seguintes alterações:

META 8: elevar a escolaridade média da população de quinze anos ou mais, de modo a alcançar, no mínimo, doze anos de estudo ao longo da vigência deste Plano, principalmente nas áreas de menor escolaridade e igualar a escolaridade média independente de raça, *gênero* ou crença.” (RIO DE JANEIRO, 2016a, n. p., grifo nosso).

[...] META 8: elevar a escolaridade média da população de quinze anos ou mais,

de modo a alcançar, no mínimo, doze anos de estudo ao longo da vigência deste Plano, principalmente nas áreas de menor escolaridade e igualar a escolaridade média independente de raça ou crença. (RIO DE JANEIRO, 2016c, n. p.).

As propostas de emendas 137 e 139 também propunham mudanças na estratégia 7.26 e na meta de 8. Ao invés de apenas retirar palavras, no entanto, essas emendas propunham a entrada de outras expressões e termos. A emenda 137 retirava “gênero”, mas incluía em sua redação termos que falavam no desenvolvimento de projetos educacionais nas áreas de arte e cultura, “relacionados às questões étnico raciais, *à maternidade, à deficiência e à velhice*, e ao desenvolvimento de temáticas voltadas para o meio ambiente, promoção de saúde *e da família*” (RIO DE JANEIRO, 2017c, grifo do original). Já a 139 retirava “gênero” e acrescentava que era importante “igualar a escolaridade média independente de raça, crença, sexo, origem ou quaisquer outras formas de discriminação” (RIO DE JANEIRO, 2017d, n. p.).

É importante ressaltar que os propositores das três primeiras emendas citadas vereadores conhecidos por serem políticos “conservadores”, tais como Carlos Bolsonaro (PSC), um dos filhos do presidente Jair Bolsonaro, e Alexandre Isquierdo (DEM), parlamentar ligado ao pastor Silas Malafaia. Os dois figuram como os únicos autores das emendas 68 e 69 e como dois de muitos autores da emenda 67<sup>16</sup>. As outras duas, que não chegaram a ser votadas porque entravam em conflito com as emendas aprovadas, são de autoria de Marcelino D’Almeida (Progressistas), conhecido, entre outras coisas, por ter se recusado a proferir seu voto nominalmente em um assunto relacionado à Linha Amarela, pois foi o 24º vereador chamado para a votação (FIGUEIREDO, 2019).

Para além da autoria das emendas, é importante notar o que propõem de fato. Como dito, nesse momento observo apenas aquelas que acabaram sendo aprovadas ao final da votação: as emendas 67, 68 e 69<sup>17</sup>, com as propostas mais simples dentre as cinco: apenas o apagamento das expressões “gênero”, “sexualidade” e “orientação sexual”, sem nenhuma substituição sugerida nem justificativa anexada ao projeto. A rapidez com que tais proposições foram submetidas ao rol de propostas de emenda também chama atenção. O texto-base havia chegado à casa em

---

16 Em seu registro, essa emenda é de autoria de mais de 20 vereadores, a única entre as citadas com um número tão grande de autores.

17 Como mencionado rapidamente mais acima, as emendas 138 e 139 nem chegaram a ser objeto de votação, por incluírem em seu conteúdo propostas que se chocavam com as propostas de emenda 67 e 69. Se fossem aprovadas, e emendas automaticamente inviabilizavam a votação das outras. É interessante notar que essa escolha se dá justamente pela ordem numérica das emendas. Não havendo um debate mais pormenorizado dos conteúdos, das proposições e da escrita, o que acaba prevalecendo a emenda de número mais baixo, ou seja, a que foi enviada primeiro.

fevereiro de 2016, e as emendas foram enviadas em 8 de março de 2016 (por coincidência ou não, o Dia Internacional de Luta das Mulheres). Apenas a retirada das expressões, sem nenhuma proposta paralela<sup>18</sup> ou justificativa<sup>19</sup>, parece dizer que tais palavras ou expressões *contaminam* o PME simplesmente por estarem ali, como algo a ser combatido, ainda que, como seria apontado pelo discurso de Marielle, a violência baseada no gênero seja uma realidade brasileira.

Essa contaminação se daria a partir de uma noção de que, ao colocar as palavras “gênero”, “sexualidade” ou “orientação sexual” no plano de maneira sorrateira, foi praticada uma série de iniciativas cujo objetivo era disseminar entre crianças e adolescentes a chamada “ideologia de gênero” (CARRARA, 2015). As expressões que querem objetivamente eliminar podem não deixar o que buscam claro, mas os vereadores se encarregam de dar sentido a elas no plenário, como deixa clara a fala bastante representativa de Alexandre Isquierdo (DEM), na tribuna da CM, naquele 27 de março:

A questão da identidade de gênero [...] é uma coisa tão absurda que já tem gente dizendo o seguinte: “eu não sou homem, nem mulher; sou um cavalo”. [...] É essa ideologia de gênero que querem inculcar nas escolas, nas creches. [...] Vamos votar esse PME hoje com a certeza, assim como foi extirpado do Plano Nacional de Educação, assim como foi extirpado na maioria dos municípios dessa nação, assim será aqui na Cidade do Rio de Janeiro. Digo não à ideologia de gênero, digo não ao ensino da sexualidade nas escolas para as nossas crianças! (RIO DE JANEIRO, 2018, n. p.).

A fala do vereador é acompanhada por outros discursos de parlamentares favoráveis às emendas destacadas aqui, que se reafirmam a todo momento dizendo não ao “ensino de ideologia de gênero” nas escolas. Desse modo, os vereadores transformam o que no texto está escrito como “gênero” ou “sexualidade” em “ideologia de gênero”, e toda a construção de seu argumento se baseia em ideias sobre o que seria a ideologia de gênero e sobre o que “se quer fazer nas escolas” com “consequências terríveis”, “enfraquecendo o papel as famílias”, muito embora as metas que desejavam modificar apontassem questões muito genéricas de combate à violência e à desigualdade, com o gênero em meio a outros marcadores, como raça ou crença. Como a fala do vereador Isquierdo mostra, no entanto, a intenção é “extirpar” o gênero do plano, assim como aconteceu no plano nacional, para evitar que se incuta a “ideologia de gênero” nas escolas.

---

18 A exemplo da Câmara Municipal de Parauapebas (PA), que aprovou o seu PME com uma emenda aditiva que proíbe a “aplicação da ‘teoria da identidade de gênero ou ideologia de gênero’” (CRISTINA, 2015).

19 Um dos campos a serem preenchidos no pedido de emendas é o de “JUSTIFICATIVA”, que, nas emendas aqui em destaque (67, 68 e 69), estão em branco, segundo o site da CMRJ (RIO DE JANEIRO, 2016b e 2016c).

A exemplo de Annelise Riles (1998), que faz uma análise etnográfica de acordos internacionais da ONU aprofundada mais nas discussões de forma do que de “sentidos” e como a estética do documento é a questão central da discussão dos atores e negociadores envolvidos, podemos tentar observar as imagens aqui apresentadas a partir de questões semelhantes. Naquela etnografia, a antropóloga está preocupada em mostrar como os negociadores dão grande importância à qualidade estética de seu trabalho e ao processo de limpeza e construção do texto, eliminando parênteses ou palavras repetidas. A estética e a limpeza dos textos do PME não são o foco do trabalho dos vereadores – esse trabalho fica a cargo de outras pessoas que nem sequer são citadas num espaço como o do plenário da Câmara nem filmadas pelos vídeos da TV Câmara. Fato é que propostas de emenda giram em torno muito mais do que está escrito objetivamente do que do conteúdo das proposições. No entanto, ao debaterem verbalmente, constroem uma relação direta com constructos como a ideologia de gênero, que nem aparecem nesse ou em outros documentos escritos. Ao falarem, transformam algo que não existia em algo concreto, num ato performativo (AUSTIN, 1990).

Retomando, portanto, o argumento de Hull (2012) sobre as maneiras de observar os documentos, penso que da maneira como é apresentada na Câmara dos Vereadores, a discussão sobre o problema de gênero (com o uso de expressões como “gênero, “sexualidade” e “orientação sexual” no texto final) implicaria “consequências terríveis”, como diz o vereador Leandro Lyra (NOVO). Essas consequências são construídas pelos próprios vereadores contrários à pauta, porém, que utilizam a simples existência de algumas palavras no texto como um meio de se associar a debates contrários à ideologia de gênero que extrapolam aquela casa ou aquele projeto específico. De modo semelhante, pedir a manutenção de certas palavras também constrói certa unidade entre os vereadores “de esquerda”, como apontado no trecho extraído do discurso de Marielle e reafirmado pelos vereadores desse campo, que fizeram questão de demonstrar sua oposição àquelas propostas. Ou seja, a discussão de entrada ou a manutenção de certas palavras em um documento gera certa unidade e certo pertencimento a um grupo que atua de forma coordenada naquela casa e em outros espaços, possibilitando a adesão a projetos e modos de pensar comuns.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Você chegava na [sic] Câmara dos Vereadores no dia da audiência, e o cara perguntava se você era a favor ou contra – o segurança. Eu não esqueço disso. O segurança perguntava: “Você é a favor ou contra o gênero?” (JULIANA, 2021).



O trecho acima, retirado de uma das conversas que travei com Juliana, professora universitária e membro da comissão de “caráter técnico” (SASE/MEC, 2014) no Plano Municipal de Educação, relembra o dia 27 de março de 2018, data da votação do plano na Câmara Municipal. Como relata a interlocutora, ao chegarem no plenário para assistir a sessão, as pessoas eram questionadas se eram “a favor ou contra o gênero” e encaminhadas para as tribunas dos que eram “a favor” ou “contra”. Em muitos trechos dos vídeos disponíveis no canal do YouTube da Câmara Municipal, a Rio TV Câmara (2018a e 2018b), que registrou as sessões de discussão do PME, é possível ver que as pessoas foram dispostas nos lugares destinados ao público geral da CM de forma apartada, como por vezes acontece nos estádios de futebol, onde as torcidas de cada time ocupam lugares diferentes, separadas por algum tipo de barreira que as impede de se encontrar. Como na CM existem duas tribunas separadas, uma de cada lado superior do plenário, cada grupo ocupou um lugar distinto.

Os presentes levaram faixas e cartazes à tribuna. De um lado, uma das faixas dizia: “GÊNERO ENTRA, DISCRIMINAÇÃO SAI. ABORDAR GÊNERO NAS ESCOLAS É ENFRENTAR A VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES E LGBT”, esticada entre bandeiras que simbolizam as lutas LGBTQIA+ e uma grande faixa onde se lia “POR UMA ESCOLA DEMOCRÁTICA”. Do outro lado, na outra tribuna, havia cartazes com o mesmo padrão gráfico que traziam as mensagens “FORA A IDEOLOGIA DE GÊNERO” ou “ABAIXO A IDEOLOGIA DE GÊNERO”, bem como outros cartazes similares, que diziam “NÃO à erotização das crianças”. Havia ainda outros únicos, que se apresentavam “em favor da família tradicional” e “pró-vida”<sup>20</sup>. Os vereadores e as vereadoras, por sua vez, ao proferir seus discursos, interpelações e declarações de pareceres de comissões ou votos, por muitas vezes desviaram seus olhares para uma ou outra tribuna, em demonstrações de aceno ou desagravo às respostas que delas recebiam. Por vezes tais parlamentares eram impedidos de seguir com suas falas, recebendo gritos e vaias da tribuna “oposta” ou expressões de exaltação daqueles que pareciam concordar com o que estava sendo dito. As tribunas dialogavam entre si a partir dos posicionamentos dos vereadores por meio de respostas ou provocações, que em si já eram respostas às falas ditas pelos parlamentares.

Essa breve descrição de alguns dos fatos ocorridos durante uma sessão plenária, realizada

---

20 À 1:43:02 do vídeo da sessão extraordinária é possível contar três cartazes quase idênticos (dois deles possuíam ainda o símbolo do feminino em rosa e masculino em azul, entrelaçados) onde se lê, num fundo preto, “FORA À IDEOLOGIA DE GÊNERO, em letras vermelhas e um semelhante dizendo “ABAIXO À IDEOLOGIA DE GÊNERO”. Existem ainda outros três cartazes onde se lê “NÃO À EROTIZAÇÃO DAS CRIANÇAS, em vermelho e preto sobre um fundo branco, idênticos entre si. Os outros cartazes e faixas não são padronizados e usam outras cores, tais como verde e azul (RIO TV CÂMARA, 2018a e 2018b).



de forma extraordinária para a votação do Plano Municipal de Educação, dá o tom do modo como se apresentaram as disputas e narrativas acerca da inclusão das expressões “gênero”, “sexualidade” e “orientação sexual” na redação final do plano. Como dito aqui, embora o debate não fosse nem de longe a única discussão travada dentro daquela política pública, acabou se tornando a discussão fundamental de um dos momentos de maior visibilidade na construção do PME. A partir do que busquei apresentar ao longo da discussão aqui feita, essa disputa é colocada de modo a constituir um papel e um discurso que reproduz algumas das disputas mais amplas – como a citada no Congresso Nacional, em torno do PNE – aos quais os vereadores buscam se filiar. Fazem isso ao construir e reforçar ideias como a da “ideologia de gênero” ou a oposição a elas, dialogando com aqueles que também estão fazendo essa construção no cotidiano externo à Câmara, que é trazida para uma das duas tribunas, no caso da votação do PME.

Por compreender que a discussão sobre o manejo da “ideologia de gênero” nos embates sobre a educação é extensa e muito maior do que poderia explicitar nesta breve análise, busco trazer uma abordagem que permite pensar como os parlamentares conservadores se relacionam com a questão de gênero nos documentos e nas políticas públicas. Menos do que uma discussão sobre o que é o gênero e sobre como ele se apresenta em concepções sobre a educação, a palavra e suas correlatas oferecem perigo e, portanto, devem ser apagadas, “extirpadas”.

Podemos observar, portanto, a maneira como essa questão se relaciona com o debate de um “duplo fazer” do gênero e do Estado (VIANNA e LOWENKRON, 2018). Ao invés de pensar gênero e Estado como categorias e entidades unívocas e separadas, é importante pensar como são ideias complexas produzidas nas relações de umas com as outras. Ou seja, para além de pensá-los como polos que se completam ou influenciam, cabe observar como a ideia que temos de Estado, enquanto entidade de regulação social, se estabelece a partir da produção de “relações, representações e performances de gênero”, sendo parte importante “dos processos sociais que compõem e materializam o próprio Estado” (VIANNA e LOWENKRON, 2018, p. 2). De maneira semelhante, as dinâmicas generificadas se tornam “viáveis e compreensíveis” no Estado. Isso só se torna possível a partir de processos como os observados na elaboração do PME, nos quais se produzem categorias, concepções e análises que qualificam, regulam e enquadram corpos, sujeitos e afetos como indesejáveis, ainda que isso seja feito apenas pela remoção de uma palavra de uma política pública.

Portanto, conseguindo obter planos livres e limpos dessa contaminação, pode-se dizer que a “família” venceu e que a “ideologia de gênero” foi recusada, ainda que nunca tivesse sido escrita nas propostas do projeto que levaram à aprovação do PME, como reafirmado na

fala do vereador Fernando William que deu título à seção anterior. Assim, os vereadores podem construir sua filiação a um debate vasto anterior àquela votação e àquele projeto, bem como mais amplo, e podem construir, reforçar ou fortalecer redes e ligações entre grupos, ideias e indivíduos.

## REFERÊNCIAS

1. ABRAM, Simone; WESZKALNYS, Gisa. Introduction: Anthropologies of planning – Temporality, imagination, and ethnography. **Focaal – Journal of Global and Historical Anthropology**, Nova York/Oxford, v. 2011, n. 61, p. 3-18, 1 dez. 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.3167/fcl.2011.610101>. Acesso em: 25 mar. 2023.
2. ABRAMS, Philip. Notes on the difficulty of studying the state (1977). **Journal of Historical Sociology**, Nova Jersey, v. 1 n. 1, 1988.
3. ALMEIDA, Ronaldo de. A onda quebrada - evangélicos e conservadorismo. **Cadernos Pagu**, [s. l.], n. 50, 2017. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8650718>. Acesso em: 27 mar. 2023
4. BEVILAQUA, Ciméa.; LEIRNER, Piero de Camargo. Notas sobre a análise antropológica de setores do Estado brasileiro. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 43, n. 2, p. 105-140, 2000.
5. BRASIL. Lei nº 13.500, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, ano 151, n. 120-A, 27 jun. 2014. Seção 1, p. 1-8. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1000&pagina=1&data=26/06/2014&totalArquivos=8>. Acesso em: 25 mar. 2023.
6. CARRARA, Sérgio. Moralidades, racionalidades e políticas sexuais no Brasil contemporâneo. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p. 323–345, ago. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0104-93132015v21n2p323>. Acesso em: 25 mar. 2023.
7. CONFUSÃO interrompe debate na câmara do rio sobre gênero nas escolas. **O Globo**, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/confusao-interrompe-debate-na-camara-do-rio-sobre-genero-nas-escolas-19598798>. Acesso em: 24 mar. 2023.
8. CRISTINA, Nayara. Câmara aprova Plano Municipal de Educação que proíbe “identidade de gênero”. **Câmara Municipal de Parauapebas**, 01 de julho de 2015. Disponível em: <https://www.parauapebas.pa.leg.br/portal/index.php/noticias-plenario/item/111-camara-aprova-plano-municipal-de-educacao-com-emenda-que-proibe-identidade-de-genero>. Acesso em: 25 mar. 2023.

9. DAS, Veena; POOLE, Deborah (eds.). **Anthropology in the margins of the state**. New Delhi, Oxford: Oxford University Press, 2004.
10. FACCHINI, Regina.; RODRIGUES, Juan. “Que onda é essa?”: “guerras culturais” e movimento LGBT no cenário brasileiro contemporâneo. *In*: MACHADO, Frederico Viana; BARNART, Fabiano; MATTOS, Renan de. **A diversidade e a livre expressão sexual entre as ruas, as redes e as políticas públicas**. Porto Alegre: Rede Unida, Nuances, 2017. p. 35-60.
11. FERREIRA, Letícia; LOWENKRON, Laura. Introdução: encontros etnográficos com papéis e outros registros burocráticos – possibilidades analíticas e desafios metodológicos. *In*: FERREIRA, Letícia; LOWENKRON, Laura (org.). **Etnografia de documentos**. Rio de Janeiro: E-papers, 2020. p. 05-16.
12. FERREIRA, Letícia; NADAI, Larissa. Reflexões sobre Burocracias e Documentos: apresentação do dossiê. **Confluências: Revista Interdisciplinar de Sociologia e Direito**, Niterói, v. 17 n°3, p. 7-13, 2015. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/confluencias/article/view/34498/19902>. Acesso em: 25 mar. 2023.
13. FIGUEIREDO, Pedro. Câmara do Rio repudia atitude de vereador que se recusou a votar por ser o número 24 na chamada. **G1**, Rio de Janeiro, 06 nov. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/11/06/camara-do-rio-repudia-atitude-de-vereador-que-se-recusou-a-votar-por-ser-o-numero-24-na-chamada.ghtml>. Acesso em: 24 mar. 2023.
14. FONSECA, Claudia. *et al.* Apresentação. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 22, n. 46, p. 9–34, dez. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-71832016000200001>. Acesso em: 25 mar. 2023.
15. HULL, Matthew. S. Documents and Bureaucracy. **Annual Review of Anthropology**, Palo Alto, v. 41, n. 1, p. 251-267, 21 out. 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1146/annurev.anthro.012809.104953>. Acesso em: 25 mar. 2023.
16. KUSCHNIR, Karina. **Eleições e representação no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, Núcleo de Antropologia da Política, 2000.
17. LEITE, Vanessa. “Em defesa das crianças e da família”: Refletindo sobre discursos acionados por atores religiosos “conservadores” em controvérsias públicas envolvendo gênero e sexualidade. **Sexualidad, salud y sociedad**, Rio de Janeiro, n. 32, p. 24, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1984-6487.sess.2019.32.07.a>. Acesso em: 25 mar. 2023.
18. LEWANDOWSKI, Andressa. Entre a política e a técnica: prática jurídica no Supremo Tribunal Federal brasileiro. **Etnográfica**, Portugalcidade, vol. 23, n. 2, p. 299-322, 1 jun. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/etnografica.6706>. Acesso em: 25 mar. 2023.
19. MATHUR, Nayanika. Bureaucracy. **Cambridge Encyclopedia of Anthropology**, 6 out.

2017. Disponível em: <http://doi.org/10.29164/17bureaucracy>. Acesso em: 25 mar. 2023.
20. MITCHELL, Timothy. **Rule of experts**: Egypt, techno-politics, modernity. Berkeley: University of California Press, 2002.
21. NAJJAR, Jorge.; MOCARZEL, Marcelo.; MORGAN, Karine. Os planos municipais de educação do Estado do Rio de Janeiro: um mapeamento de metas, estratégias e desafios. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v.28, n.109, p. 1033-1053, out./dez. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-40362020002802120>. Acesso em: 25 mar. 2023.
22. ONTO, Gustavo. Competition on paper: artifacts of visualization in antitrust policy. **ECONOMIC SOCIOLOGY**, Cologne, v. 20, p. 24–30, 2019. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10419/200966>. Acesso em: 25 mar. 2023.
23. PALMEIRA, Moacir. Política e tempo: nota exploratória. *In*: PEIRANO, Mariza (ed.). **O dito e o feito**: ensaios de antropologia dos rituais. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/NuAP, 2001. p. 4.
24. PALMEIRA, Moacir; HEREDIA, Beatriz. Os comícios e a política de facções. **Anuário Antropológico**, Rio de Janeiro, v. 94, p. 64, 1995.
25. RILES, Annelise. Infinity within the brackets. **American Ethnologist**, Washington, v. 25, n. 3, p. 378-398, ago. 1998. Disponível em: <https://scholarship.law.cornell.edu/facpub/783> Acesso em: 25 mar. 2023.
26. RILES, Annelise. (ed.). **Documents**: artifacts of modern knowledge. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2006.
27. RIO DE JANEIRO. **Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro**, ano XXVIII, n. 214. Rio de Janeiro: Imprensa da Cidade, 2015.
28. RIO DE JANEIRO. Câmara Municipal. **Projeto de Lei nº 1.709, de 22 de fevereiro de 2016**. Aprova o Plano Municipal de Educação – PME e dá outras providências. Rio de Janeiro: Câmara Municipal, 2016a. Disponível em: <http://aplicnt.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/scpro1316.nsf/0cfaa89fb497093603257735005eb2bc/a18e6f438826c59883257f5e0064bd24?OpenDocument#FINAL>. Acesso em: 24 mar. 2023.
29. RIO DE JANEIRO. Câmara Municipal. **Emenda 67 ao Projeto de Lei nº 1.709, de 08 de março de 2016**. Emenda Nº 67 ao PL 1709/2016. Rio de Janeiro: Câmara Municipal, 2016b. Disponível em: <http://aplicnt.camara.rj.gov.br/Apl/Legislativos/scpro1316.nsf/41633deb1da632b6032576e20059a57b/b1a0160b22b4dd4a83258066005453f8?OpenDocument>. Acesso em: 24 mar. 2023.
30. RIO DE JANEIRO Câmara Municipal. **Emenda 68, 69 ao Projeto de Lei nº 1.709, de 08 de março de 2016**. Modifiquem-se o item 8.4; e o título da meta 8 do anexo do PL nº 1709/2016. Rio de Janeiro: Câmara Municipal, 2016c. Disponível em: <http://mail.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/scpro1720.nsf/f6d54a9bf09ac233032579de006bfef6/>

c9ea30bde8acbf1283258227005b58ca?OpenDocument. Acesso em: 24 mar. 2023.

31. RIO DE JANEIRO. Secretaria Municipal de Educação, Esportes e Lazer. **Ata da 834ª Sessão do Conselho Municipal de Educação**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Educação Esportes e Lazer, 2017a. Disponível em: <https://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/6877642/4187608/Ata834pp.pdf>. Acesso em: 24 mar. 2023.
32. RIO DE JANEIRO. Câmara Municipal. **Subemenda nº 2 a Emenda 48 ao Projeto de Lei nº 1.709, de 04 de abril de 2017 Emenda Modificativa**. Altera a emenda aditiva nº 48 que cria a estratégia à meta 19 do anexo do Projeto de Lei nº 1709 /2016. Rio de Janeiro: Câmara Municipal, 2017b.
33. RIO DE JANEIRO. Câmara Municipal. **Emenda 137 ao Projeto de Lei nº 1.709, de 22 de fevereiro de 2016 Emenda Aditiva**. Modifica-se o item 7.26 das estratégias da meta 7 do projeto de lei nº 1.709/2016, que passa a ter a seguinte redação:. Rio de Janeiro: Câmara Municipal, 2017c. Disponível em: <http://aplicnt.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/scpro1720.nsf/f6d54a9bf09ac233032579de006bfef6/ed9cef4047a4feb083258227005b5926?OpenDocument>. Acesso em: 25 mar. 2023.
34. RIO DE JANEIRO. Câmara Municipal. **Emenda 139 ao Projeto de Lei nº 1.709, de 22 de fevereiro de 2016 Emenda Aditiva**. Modifica-se a meta 8 do projeto de lei nº 1.709/2016. Rio de Janeiro: Câmara Municipal, 2017d. Disponível em: <http://aplicnt.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/scpro1720.nsf/f6d54a9bf09ac233032579de006bfef6/ebd8e2441299693583258227005b5925?OpenDocument>. Acesso em: 25 mar. 2023.
35. RIO DE JANEIRO. Câmara Municipal. **Emenda 152 ao Projeto de Lei nº 1.709, de 22 de fevereiro de 2016 Emenda Aditiva**. Acrescenta estratégia à meta 7 do Plano Municipal de Educação. Rio de Janeiro: Câmara Municipal, 2017e. Disponível em: <http://mail.camara.rj.gov.br/Apl/Legislativos/scpro1720.nsf/f6d54a9bf09ac233032579de006bfef6/05f8bde4d0d7792783258227005b5915?OpenDocument>. Acesso em: 24 mar. 2023.
36. RIO DE JANEIRO. Câmara Municipal. **Notas Taquigráficas da 4ª Sessão Plenária Extraordinária da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, de 27 de março de 2018**. Rio de Janeiro: Câmara Municipal, 2018
37. RIO DE JANEIRO. **Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, ano XLVI, nº 122 – Parte IB**. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro, 2020.
38. Rio TV CÂMARA. **Sessão Plenária – 27.03.2018**. YouTube, 28 de março de 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=NF--fMv6fAhg&list=WL&index7=&t=16675s>. Acesso em 25 mar. 2023.
39. Rio TV CÂMARA. **Sessão Plenária – 28.03.2018**. YouTube, 29 de março de 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=5b4bKalBxOs&list=WL&index=6>. Acesso em 25 mar. 2023.
40. SASE/MEC – Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino do Ministério da Educação. **O Plano Municipal de Educação**: Caderno de Orientações. Cidade: Sase/

MEC, 2014.

41. SOUZA LIMA, Antonio Carlos de Souza; FACINA, Adriana. Brasil: por que (ainda) estudar elites, instituições e processos de formação de Estado? *In*: TEIXEIRA, Carla Costa; LOBO, Andréa; ABREU, Luiz Eduardo (eds.). **Etnografias das instituições, práticas de poder e dinâmicas estatais**. Brasília: ABA Publicações, 2019. p. 433-483.
42. SPRANDEL, Marcia Anita. Processo legislativo e antropologia: dá jogo? **Cadernos de Campo**, São Paulo, v. 30, n. 1, p. 11, 2021.
43. TEIXEIRA, Carla Costa; CHAVES, Christine de Alencar (eds.). **Espaços e tempos da política**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: NuAP, 2004.
44. TEIXEIRA, Carla Costa; LOBO, Andréa; ABREU, Luiz Eduardo. Nada precisa ser como é: Etnografias das instituições, práticas de poder e dinâmicas estatais. *In*: TEIXEIRA, Carla Costa; LOBO, Andréa; ABREU, Luiz Eduardo (eds.). **Etnografias das instituições, práticas de poder e dinâmicas estatais**. Brasília: ABA Publicações, 2019. p. 7-21.
45. VIANNA, Adriana; LOWENKRON, Laura. O duplo fazer do gênero e do Estado: interconexões, materialidades e linguagens. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 51, 8 jan. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/18094449201700510001>. Acesso em: 25 mar. 2023.

*Carolina Dias*

Doutoranda em Ciências Humanas (Antropologia Cultural) pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Mestra em Sociologia, com concentração em Antropologia, pela mesma instituição. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6878-3468>. E-mail: [dias-carolina@hotmail.com](mailto:dias-carolina@hotmail.com)



# Parlamentares no Twitter: construção de identidade política pelas presidentas de comissões permanentes da Câmara dos Deputados<sup>1</sup>

Congresswomen in Twitter: the construction of political identity by the chairs of permanent committees of the Brazilian Chamber of Deputies

**Cristiane Brum Bernardes**

CEFOR/Câmara dos Deputados, Brasília, DF, Brasil

## RESUMO

O objetivo do trabalho é analisar de forma qualitativa as estratégias discursivas de comunicação política adotadas no Twitter pelas presidentas de sete comissões permanentes da Câmara dos Deputados brasileira em 2021. A partir de uma reflexão etnográfica e discursiva das postagens das deputadas na plataforma, avaliam-se os processos de construção de identidade política priorizados por elas, especialmente quando em contato com os cidadãos e demais atores políticos. Entre os resultados, percebem-se várias possibilidades de manejo da imagem pública e de construção da identidade política, tendo em vista que a representação política pode ser descritiva, substantiva ou simbólica. Foco de ação regionalizado, adoção de perspectiva temática e posicionamento ideológico intenso em relação ao Executivo nacional são algumas das diferentes estratégias mobilizadas pelas parlamentares.

**Palavras-chave:** Antropologia dos parlamentos, Gênero na política, Uso político do Twitter, Etnografia digital, Poder Legislativo.

<sup>1</sup> Este trabalho faz parte de uma reflexão sobre o papel das deputadas federais como representantes de minorias políticas, inserindo-se na pesquisa “Ethnographies of parliaments, politicians and people”, coordenada por Emma Crewe, tendo recebido financiamento do programa de pesquisa e inovação *European Union’s Horizon 2020*, do *European Research Council* (Acordo nº 8349986). Uma versão anterior foi apresentada no Congresso de 2021 da *International Union of Anthropological and Ethnological Sciences* (IUAES). Agradecemos aos pareceristas anônimos pelas sugestões e comentários, que incorporamos nesta versão. Quaisquer equívocos são de responsabilidade exclusiva da autora.

Recebido em 30 de setembro de 2022.

Avaliador A: 05 de dezembro de 2022.

Avaliador B: 12 de dezembro de 2022.

Aceito em 22 de março de 2022.





## ABSTRACT

The goal of the paper is analyze qualitatively the discursive strategies of political communication adopted by the chair of seven permanent committees of the Brazilian Chamber of Deputies in 2021 in Twitter. Based on an ethnographic and discursive analysis of the posts of the members on the platform, the processes of construction of political identity prioritized by them are evaluated, especially when in contact with citizens and other political actors. As results, different possibilities of public image management and construction of political identity are perceived, considering that political representation can be descriptive, substantive or symbolic. Actions focused on regionalization, adoption of thematic perspective and intense ideological positioning in relation to the national government are some of the different strategies mobilized by the congresswomen.

**Keywords:** Anthropology of parliaments, Gender in politics, Political use of Twitter, Digital ethnography, Legislatures.

## INTRODUÇÃO

A eleição de sete mulheres para presidências dos colegiados permanentes da Câmara dos Deputados – de um total de 25 comissões – em 2021, algo inédito na história da instituição legislativa brasileira<sup>2</sup>, mostrou a relevância que a observação do foco discursivo adotado em mandatos de deputadas com perfis tão diversos poderia trazer para a análise da construção das identidades políticas de mulheres eleitas para o Parlamento brasileiro. Ocupantes de postos que detêm poder de agenda dentro da estrutura legislativa, as presidentas das comissões compõem um grupo seletivo na Câmara, cuja análise é ainda mais interessante por sua diversidade ideológica e partidária.

Essa presença quantitativamente expressiva, pela primeira vez, de mulheres no comando do espaço de poder institucional das comissões precisa ser lida dentro de um contexto de polarização ideológica extrema que mobiliza o discurso de gênero, especialmente desde a eleição de 2018, no caso brasileiro, mas também por políticos de viés conservador em todo o mundo (SARMENTO *et al.*, 2021). Não é possível, nos limites desta análise, avaliar o quanto a própria percepção da polarização se deve a “conflitos de representações” (SILVA; SILVA, 2022, p. 20) que perpassam as estratégias discursivas dos atores políticos no meio digital, ainda que se perceba a concomitância desse processo à disseminação das mídias sociais. De toda forma, observa-se que um dos pilares do neoconservadorismo é a ideia de que a família nuclear – e

---

<sup>2</sup> Para se ter uma ideia do quão expressivo é o número, de 2003 a 2015 as mulheres ocuparam a presidência de comissões permanentes da Câmara apenas 22 vezes (BUSANELLO, 2016, p. 67).

não o Estado – é a solução para as disfunções sociais (LACERDA, 2019, p. 18). Isso implica a centralidade das pautas morais, tão acentuada quanto a dos argumentos econômicos para essa ideologia, o que aumenta a importância dos discursos sociais sobre o gênero dentro do campo político. Além disso, a ampliação da participação das mulheres nos quadros conservadores também se traduz como uma estratégia para conquistar votos femininos para partidos tradicionalmente acusados de não cumprir as cotas eleitorais.

A partir, portanto, de uma reflexão sobre as estratégias comunicativas mobilizadas pelas deputadas ao longo de 2021 e de uma análise discursiva de suas publicações e seus perfis, o objetivo deste artigo é avaliar como elas realizaram os processos de construção de identidade política, especialmente quando em contato com os cidadãos e demais atores políticos. Nesse contexto, as tradições de estudos da antropologia do parlamento (ABÉLÈS, 2006; CREWE, 2014, 2021; CREWE; SARRA, 2019; RAI; SPARY, 2019; TEIXEIRA, 1999, 2004; TEIXEIRA *et al.*, 2016; WEATHERFORD, 1981) e da etnografia digital (HINE, 2005; PINK *et al.*, 2015; POSTILL; PINK, 2012) servem de ponto de partida para mostrar novos lugares e possibilidades da prática política institucional contemporânea.

É importante lembrar que o Brasil tem uma tradição bem estabelecida de Etnografia Política<sup>3</sup>, mas ainda são poucos os estudos etnográficos que tematizam a relação comunicativa entre os parlamentares federais e seus eleitores. Algumas etnografias dos veículos institucionais da mídia legislativa (BERNARDES, 2010; NUNEZ, 2020) detalham como a instituição parlamentar realiza sua comunicação com os cidadãos a partir de critérios jornalísticos e informativos e como suas estruturas de comunicação propiciam o contato entre políticos e eleitores. A relação direta entre deputados e eleitores por meio das mídias sociais ainda precisa de novas análises, porém.

Além de uma discussão sobre o teor da democracia representativa contemporânea, percebida como uma relação circular entre representantes e representados (SAWARD, 2006; URBINATI, 2006, 2013), esta análise tematiza como subjetividades políticas específicas são construídas em um ambiente comunicativo de hiperconexão e mobilidade, permeado pelas plataformas digitais, para conectar representantes políticos e representados. O enfoque, portanto, está na dimensão simbólica da representação (LESTON-BANDEIRA, 2016; RAI; SPARY, 2019; VERGÈ, 2022) assentada no discurso político, que aponta a questão de gênero como um dos eixos de poder e um dos pontos nevrálgicos no contexto institucional da política.

---

3 Cito, a título de exemplo, os estudos sobre as eleições (HEREDIA *et al.*, 2002; PALMEIRA; BARREIRA, 2004; PALMEIRA; GOLDMAN, 1996), sobre a relação entre representantes locais e eleitores (KUSCHNIR, 1993, 2000, 2004; LOPEZ, 2004), sobre valores internos dos Legislativos locais (PINTO, 2013), valores morais dos políticos e seus discursos dentro do Congresso (TEIXEIRA, 2004; DUARTE, 2011) e sobre valores democráticos dos cidadãos que visitam o prédio do Congresso (BARROS, 2015).

Os rituais cotidianos de poder – dos quais fazem parte contemporaneamente as postagens em mídias sociais – e as estratégias para sua construção discursiva são pontos de partida para a reflexão.

Analisou, então, as estratégias discursivas de comunicação política adotadas pelas presidentas das comissões de: 1) Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural; 2) Constituição e Justiça e de Cidadania; 3) Educação; 4) Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; 5) Cultura; 6) Defesa dos Direitos da Mulher; e 7) Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência<sup>4</sup> da Câmara dos Deputados brasileira. O foco da análise é o Twitter, mas, adicionalmente, pronunciamentos em diferentes instâncias públicas também foram considerados, especialmente em outras plataformas, como o Facebook. Apesar do período de análise focar os primeiros seis meses do mandato (fevereiro a julho de 2021) das deputadas à frente dos colegiados, foram aproveitados dados coletados de forma etnográfica e qualitativa desde 2020, de modo a constituir um painel das estratégias das parlamentares selecionadas.

As duas perguntas principais desta análise são: a) como as deputadas se engajam e se comunicam com cidadãos num ambiente social de digitalização da atividade política e excesso de informação? e b) como as identidades políticas das minorias são produzidas e performadas pelas representantes dentro de uma instituição genderificada como o parlamento (ERIKSON; VERGÈ, 2022; RAI; SPARY, 2019)?

Para respondê-las, o próximo item detalha a metodologia utilizada no estudo. Na sequência, apresento uma breve discussão sobre a dimensão simbólica da representação e discuto a importância das comissões permanentes na estrutura do Legislativo. Depois de analisar as estratégias comunicativas das deputadas federais, reflito sobre os resultados a partir do panorama teórico.

## **PRODUÇÃO DE SENTIDO NAS MÍDIAS SOCIAIS**

Antes de apresentar os dados, é necessário lembrar que a perspectiva metodológica adotada neste artigo é influenciada por estudos anteriores de antropologia do parlamento. Infelizmente não há espaço para detalhar os aportes epistemológicos dessa tradição, mas boa parte desses estudos trata da dimensão discursiva e simbólica da política, ancorada nos

---

<sup>4</sup> Respectivamente, as seguintes parlamentares e perfis foram analisados: Aline Sleutjes (@AlineSleutjes), Bia Kicis (@Biakicis), Professora Dorinha Seabra (@profdorinha), Carla Zambelli (@CarlaZambelli38), Alice Portugal (@Alice\_Portugal), Elcione Barbalho (@elcionepdb) e Rejane Dias (@rejane\_dias). Detalhes na Tabela 1.

rituais e nas simbologias específicas do espaço parlamentar. Seja nas análises dos processos éticos sofridos por deputados dentro do Congresso Nacional brasileiro (TEIXEIRA, 1999), na avaliação da performance das mulheres dentro do Parlamento indiano (RAI; SPARY, 2019), na análise do papel dos presidentes das comissões parlamentares (CREWE; SARRA, 2019), ou no estudo detalhado dos discursos e práticas cotidianas dos parlamentares britânicos (CREWE, 2021), as pesquisas mostram como a interação dentro dos parlamentos é mediada por circunstâncias comunicativas, pessoais e idiossincráticas, somadas à lógica burocrática de corporação, que inclui atores políticos e servidores em um complexo ecossistema de relações de poder. Esse ponto será abordado adiante, na discussão sobre a relevância da presidência das comissões para a construção dos mandatos parlamentares.

Uma segunda tradição sobre a qual me apoio é a da etnografia digital, com uma série de estudos sobre práticas culturais e políticas que os atores sociais realizam em ambientes digitais (FERRAZ, 2019; HINE, 2005; PINK *et al.*, 2015; POSTILL; PINK, 2012). Em boa parte dessas pesquisas, as questões da sociabilidade contemporânea e das práticas sociais que os cidadãos realizam nesses espaços são analisadas em profundidade, por meio de observações participantes e etnografias. Em comum, fato de que tais espaços constituem, na visão dos pesquisadores, um campo de pesquisa específico, pois a própria internet já é considerada um contexto cultural (HINE, 2005). Ferraz pontua que a antropologia precisa analisar a internet como campo de relações sociais e culturais, para que possamos “perceber os significados entre os elos hibridizados que existem entre os humanos e as tecnologias” (FERRAZ, 2019, p. 53). Isso significa, conforme ressalta a autora, perceber que as esferas presencial e digital estão profundamente mescladas na sociabilidade humana contemporânea, processo ampliado pelas mídias digitais.

O material empírico deste estudo diz respeito à observação das postagens feitas pelas presidentas das comissões em seus perfis no Twitter, contextualizadas por pronunciamentos e discursos realizados em diferentes instâncias institucionais e midiáticas, informações documentais coletadas no portal da Câmara dos Deputados e nos *websites* mantidos pelas parlamentares, além da observação etnográfica digital das atividades legislativas dentro da Câmara dos Deputados ao longo de dois anos (2020-2021)<sup>5</sup>. O acompanhamento quase diário das publicações feito no período foi complementado com uma análise discursiva das postagens, apresentada em um item à parte.

Ao mencionar a “observação etnográfica” do processo político, refiro-me a uma tradição

---

<sup>5</sup> Por conta da pandemia de covid-19, as atividades legislativas do Congresso Nacional brasileiro foram realizadas em formato híbrido, com acesso digital à maioria das reuniões e votações, de março de 2020 até outubro 2021. Nesse período, servidores e visitantes não puderam acessar fisicamente as instalações da Câmara, o que levou ao acompanhamento digital das atividades.

de pesquisa que focaliza as relações estabelecidas entre os atores sociais – políticos eleitos, no caso deste trabalho – a partir da produção de sentido que suas práticas engendram. Isso requer um processo de engajamento mais longo com um grupo de pessoas para “descobrir como elas agem, pensam, falam e se relacionam umas com as outras, e então escrever sobre elas” (CREWE, 2018, p. 16). Para Peirano (2014, p. 385), uma boa etnografia precisa “ultrapassar o senso comum quanto aos usos da linguagem”. Assim, a observação da atuação política das parlamentares nas mídias sociais precisa da contextualização de seus discursos no panorama das disputas políticas no Congresso, especialmente os conflitos entre a base do governo e a oposição, tendo a análise de discurso como estratégia complementar. O conhecimento prévio sobre a lógica de funcionamento dos gabinetes parlamentares e do gerenciamento dos mandatos digitais, a partir da minha atividade profissional como servidora da Câmara dos Deputados, permitiu uma coleta mais ágil dos dados.

Concordo com Jordaan que uma das vantagens da etnografia é possibilitar a observação daquilo que os atores sociais efetivamente fazem, não apenas o que dizem que fazem (JORDAAN, 2020, p. 3). O contato prolongado e relativamente próximo com os sujeitos da pesquisa permite “descobrir como uma determinada rede de significações está organizada” (GODOY, 2010, p. 125). No caso desta pesquisa, é quase impossível não fazer uso de minhas próprias concepções de poder e política, visto que estudo a minha própria comunidade política. Sem reivindicar nenhum tipo de neutralidade na tarefa, creio que a percepção institucional interna que trago ajuda na análise dos resultados, em especial porque as parlamentares estudadas foram escolhidas exatamente por sua relevância institucional.

O cotejamento da observação da prática política cotidiana nos espaços institucionais com a análise do material coletado nas mídias sociais tornou o “processo de estranhamento do familiar” (VELHO, 1981, p. 131) e sua confrontação intelectual e emocional possíveis, dentro dos limites de uma observação etnográfica realizada de forma digital, muito por conta do período de isolamento social durante a pandemia.

Depois desse esclarecimento metodológico, é preciso lembrar que as parlamentares utilizam de forma cotidiana Facebook, Instagram, YouTube, Twitter e TikTok, recorrendo ao WhatsApp, ao Telegram e ao LinkedIn na comunicação com os cidadãos, dentro do fenômeno conhecido como “mandatos digitais” (BARROS *et al.*, 2021a, 2021b). É comum que conteúdos disseminados em uma plataforma alcancem as demais, em uma espécie de retroalimentação admitida também por suas assessorias. As estratégias podem ser diferenciadas em cada plataforma, de acordo com os públicos a que se destinam ou as relações que a parlamentar quer enfatizar a cada situação.

A escolha pelo Twitter, contudo, é balizada por estudos que revelam a plataforma como o local onde circula o conteúdo político “de fato”, não apenas o conteúdo de caráter mais

peçoal e personalizado comum nas demais mídias sociais, sendo o ambiente de escolha dos políticos (LEIDIG; BAYARRI, 2022; VAN VLIET; TÖRNBERG; UITERMARK, 2020). Segundo Rossetto (2018), a rede é usada para comunicação com os prováveis eleitores e na manutenção de relações sociais com os demais atores políticos, já que se mostra menos eficiente como canal para discutir questões políticas e trocar argumentos (ROSSETTO, 2018, p. 115). Em trabalho anterior, argumentei que a plataforma “cumpre uma função de amplificação das mensagens oficiais que outros veículos não conseguem mais fazer, em um ambiente de competição constante pela atenção dos usuários” (BERNARDES, 2020, p. 16).

Os dados do Twitter foram coletados por meio da extensão NCapture, adicionada ao navegador, e analisados no software NVivo. Como a coleta por meio dessa ferramenta é automatizada, não foi possível delimitar a data inicial das postagens, que variam de acordo com a frequência e o tipo de postagem feita pelos perfis. Assim, a quantidade de tuítes coletados varia entre 1.958 e 3.204, abrangendo períodos anteriores à atual legislatura, no caso de quatro deputadas menos assíduas, e postagens desde fevereiro de 2021 para a parlamentar com maior expressão na ferramenta. Como a análise estatística não é nosso foco, não acredito que essas diferenças numéricas tenham relevância para os resultados. A coleta dos dados foi consolidada em 19 de agosto de 2021.

A estratégia de coleta dos dados ancorou-se ainda em uma perspectiva de observação do ambiente digital bastante utilizada na pesquisa social e identificada na literatura de etnografia digital como “*lurking*” (AIROLDI, 2018; DALSGAARD, 2016; ORGAD, 2005; SANDERS, 2005) ou “observação oculta” (FERRAZ, 2019), que consiste em ocupar um posto de observadora “invisível”, isto é, com o mínimo de interação possível com os perfis ou páginas observadas, sem manifestações públicas do pesquisador. No caso desta pesquisa, a interação consistiu em seguir os perfis das deputadas no Twitter e suas páginas oficiais no Facebook, sem realizar comentários, compartilhamentos ou respostas, nem manifestar expressões de sentimento em relação às postagens (“curtir”, “amar”, “odiar” etc.).

Apesar das questões éticas referentes a esse tipo de abordagem quando envolve a coleta de postagens, o fato de as páginas e os perfis serem de autoridades públicas e submetidas, portanto, ao escrutínio social diminuiu as dificuldades. Do mesmo modo, evitei revelar na análise dados pessoais dos cidadãos que interagem com esses perfis, o que demandaria consentimento expresso deles. Durante o processo, foi interessante perceber as nuances de produção de imagem das parlamentares, o que levou a comparações e à percepção de diferentes perfis políticos, detalhados na apresentação dos dados. A observação cotidiana dos perfis permitiu ainda perceber as diferentes estratégias de construção das identidades e dos laços com cidadãos.

Em relação ao uso político de mídias sociais, elas têm sido massivamente utilizadas para entrar em contato com os cidadãos brasileiros diariamente desde, pelo menos, a campanha



eleitoral de 2014 (ALMEIDA *et al.*, 2020; MARQUES *et al.*, 2014). Com base em múltiplos estudos sobre o modo como os representantes usam as mídias sociais (BARROS *et al.*, 2021a, 2021b; KELM *et al.*, 2019; MCLOUGHLIN *et al.*, 2020; TÚÑEZ; SIXTO, 2011), busco alguns padrões que possam explicar as diferenças. Pesquisas anteriores, por exemplo, indicam que as mulheres têm menos acesso à mídia tradicional e até recentemente tinham menos impacto no Twitter do que os homens (MARQUES *et al.*, 2014; USHER *et al.*, 2018), mas usam cada vez mais as mídias sociais para se tornarem influentes (LOPEZ *et al.*, 2016; YARCHI *et al.*, 2018).

No próximo item, abordo a ocupação das presidências das comissões por mulheres como uma das estratégias de construção da identidade política e, portanto, do estabelecimento da relação de representação numa dimensão simbólica.

## **DIMENSÃO SIMBÓLICA DA REPRESENTAÇÃO**

Sendo o Brasil um dos países mais diversos e desiguais do mundo, é preciso olhar para as diferenças interseccionais entre representantes e representados para entender como as identidades e as relações políticas são socialmente produzidas. Gênero e raça são as diferenças mais óbvias: as mulheres compõem 15% da legislatura passada (2019-2022), sendo 51% da população. Os negros e pardos eram apenas 25% dos representantes, apesar de serem 56,2% da população brasileira. Assim, é interessante comparar como as mulheres eleitas, brancas e não brancas, atuam como representantes das minorias políticas e estabelecem relações comunicativas com seus eleitores e outros atores políticos.

O foco nas presidentas das comissões permanentes é uma tentativa de perceber como a ocupação de postos-chave dentro da instituição, ainda difícil para as mulheres, pode influenciar o contato das deputadas com os cidadãos. Como ressaltam Crewe e Sarra (2019) sobre o Parlamento britânico, o trabalho dos presidentes das comissões envolve a personificação da imagem do colegiado e a tarefa de intermediar a relação de todos os envolvidos nas atividades, forjando alianças, lidando com conflitos e disciplinando os descontentes “para criar a impressão de que a comissão está acima da política partidária” (CREWE; SARRA, 2019, p. 841).

No Brasil, as comissões atuam de forma ligeiramente diferente do Reino Unido, sendo vistas na literatura tanto como espaços de conflito quanto como instâncias onde a cooperação é possível e o consenso pode ser construído (BUSANELLO, 2016, p. 60). Elas são espaços institucionais de poder que possibilitam a expansão do capital político dos parlamentares, tanto em termos de relações pessoais com os pares, como com a sociedade civil. Não descarto o papel informacional cumprido pelas comissões, como parte da literatura institucionalista



aponta (KREHBIEL, 1992). Nesse sentido, a participação nelas pode contribuir para que os parlamentares consigam realizar de forma mais específica a representação de interesses e demandas que afetam seus eleitores. Como explica Busanello (2016), as funções dos presidentes dos colegiados permanentes são variadas e estratégicas dentro do processo legislativo brasileiro, pois boa parte das proposições são aprovadas em caráter conclusivo nas comissões, isto é, não passam pelo Plenário da Câmara.

Concordo com Saward (2006) quanto à dimensão constitutiva das identidades políticas a partir das alegações de representação feitas pelos parlamentares. Como afirma o autor, não há sujeitos sociais cuja característica essencial ou cujos desejos e interesses sejam totalmente transparentes e pré-determinados ao próprio ato político da representação (SAWARD, 2006, p.312). Assim, não é possível aos representantes simplesmente “ler” ou “descobrir” as identidades de seus eleitores como dados estáticos e fixos da realidade social. O autor destaca que “alegações de representação autêntica ou ‘verdadeira’ continuam apenas isso – alegações” (SAWARD, 2006, p. 313). Obviamente, elas podem ser estimulantes para os cidadãos, largamente aceitas e motivadoras de autoconsciência pela comunidade à qual se referem, mas sempre estão sujeitas à contestação. Exatamente porque não são predeterminadas à atividade discursiva da política, e se constituem dentro dos limites estabelecidos por essa relação representativa. Tanto do ponto de vista dos representantes, quanto dos representados.

As identidades subalternas “podem ser produzidas, posicionadas e silenciadas por meio da representação” (SAWARD, 2006, p. 313), o que demonstra a importância do estudo das atividades cotidianas realizadas pelos representantes, especialmente aqueles oriundos de minorias políticas, como é o caso das mulheres no Brasil. Para que a relação entre representantes e representados se estabeleça, portanto, é necessário que a construção identitária e as alegações dos primeiros sejam compartilhadas pelos segundos, isto é, os eleitores, pois a política, percebida como a construção de identidades coletivas, é uma tarefa essencialmente comunicativa, sendo a representação uma atividade simbólica (LESTON-BANDEIRA, 2016; RAI; SPARY, 2019; VERGÈ, 2022). Como destacam as autoras, não se trata apenas de analisar descritivamente as características dos representantes ou avaliar em termos substantivos as atividades que realizam em nome dos representados, mas de perceber que a representação se constitui dinamicamente por meio das relações discursivas estabelecidas entre representantes e representados, produzindo símbolos que geram sentidos.

Rai e Spary (2019) destacam que a separação das três dimensões da representação – a descritiva, a substantiva e a simbólica – é comum em estudos com uma visão institucionalista dos parlamentos. Segundo o argumento, o novo institucionalismo não presta suficiente atenção às escolhas conscientes e inconscientes feitas pelos atores políticos, à manipulação que fazem dos símbolos, ao aspecto afetivo da política e da performance para compreender o parlamento e

à ação dos representantes. Se partimos da perspectiva “performativa” da representação proposta por Saward (2006), porém, os parlamentos são organizações que abrigam os representantes sociais, provêm uma plataforma para a performance deles e também realizam uma performance institucional que reproduz e às vezes desafia as relações sociais e políticas dominantes.

Quando pensamos na representação política nos termos de Bourdieu (2006, p. 187), o capital político do representante é o “crédito firmado na crença e no reconhecimento” pelos representados. Aproximando as concepções de Bourdieu e de Saward, a crença nas promessas feitas por alguém depende da autoridade reconhecida de quem promete, por isso o ator político é tão “vulnerável às suspeitas, às calúnias, ao escândalo, em resumo, a tudo que ameaça a crença, a confiança” (BOURDIEU, 2006, p. 188-189). Parte desse capital, portanto, advém da instituição à qual o ator político se filia, que o investe em determinados cargos e lhe empresta, por assim dizer, parte de seu capital. Esse tipo de capital é chamado por Bourdieu (2006, p. 193) de “capital de função”, aquele que é outorgado ao agente pela instituição no momento de sua investidura no cargo. Bourdieu (2006, p. 193) destaca ainda que a instituição controla o acesso “à notoriedade pessoal”, conectada aos lugares de visibilidade ocupados pelos agentes. Assim, as deputadas federais contam com possibilidades de ampliação de seu capital político por meio da ocupação de postos institucionais da Câmara. A análise do material empírico revela em que medida elas utilizam o cargo de presidência das comissões para performar uma identidade discursiva nas mídias sociais.

A partir desse panorama, analiso como as presidentas de sete comissões permanentes da Câmara dos Deputados brasileira endereçam suas identidades políticas aos cidadãos e como apresentam essas identidades nos espaços públicos de engajamento criados nas mídias sociais. Integrantes de uma minoria política com dificuldades para acessar não apenas o parlamento, mas sobretudo os postos-chave de poder internos à instituição, elas realizam uma representação substantiva e simbólica das mulheres, para além de uma simples representação descritiva desse segmento populacional.

## **MULHERES EM POSTOS DE PODER INSTITUCIONAL**

A Tabela 1 mostra os dados gerais das parlamentares analisadas neste estudo, chamando a atenção para a diferença entre a quantidade de votos que obtiveram no pleito de 2018 e o número de seguidores no Twitter, que analisamos detalhadamente, e, para termos de comparação, no Facebook, plataforma bastante popular no Brasil.

Tabela 1. Dados gerais das presidentas das comissões permanentes (2021)

Nome	Partido / Estado	Comissão*	Origem**	Votos	Twitter	Facebook	Mandato ***
Alice Portugal	PCdoB-BA	Cultura	Sindical/ Assembleia	125,5 mil	29 mil	79,8 mil	5º
Aline Sleutjes	PSL-PR	Agricultura	Câmara Municipal	33,6 mil	62,1 mil	57,5 mil	1º
Bia Kicis	PSL-DF	Constituição e Justiça	Procuradora de Justiça/ Youtuber	86,4 mil	945,7 mil	1,18 milhão	1º
Carla Zambelli	PSL-SP	Meio Ambiente	Youtuber	76,5 mil	1,3 milhão	1,4 milhão	1º
Prof. Dorinha Seabra	DEM-TO	Educação	Conselho Estadual/ Secretaria	48 mil	7,9 mil	22,2 mil	3º
Elcione Barbalho	MDB-PA	Defesa da Mulher	Familiar/ Câmara Municipal	165,2 mil	8,1 mil	41,9 mil	6º
Rejane Dias	PT-PI	Defesa de Pessoas com Deficiência	Familiar/ Assembleia	138,8 mil	7,5 mil	38,1 mil	2º

**Fonte:** Elaboração própria (2022).

\*Os nomes das comissões foram simplificados em relação à denominação formal dos colegiados.

\*\*Resumo do perfil ou das atividades exercidas anteriormente ao mandato a partir de informações disponíveis no portal da Câmara e nas próprias mídias sociais das parlamentares.

\*\*\*Indica quantas vezes a parlamentar já cumpriu um mandato na Câmara.

É interessante destacar que três dessas comissões nunca haviam sido presididas por mulheres: Agricultura, Constituição e Justiça e Meio Ambiente, enquanto as comissões de Educação e de Cultura já tiveram várias presidentas. No caso da Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência, criada em 2016, é a segunda vez que uma mulher a preside. Já o colegiado dedicado à Defesa dos Direitos da Mulher, também criado em 2016, sempre foi presidido por mulheres. Por seu turno, a comparação entre o número de votos e o número de seguidores serve para pontuar que não há uma correspondência exata entre essas duas esferas. Assim, um perfil parlamentar pode atingir uma repercussão nacional muito maior do que os efetivos eleitores da deputada ou, ao contrário, ficar restrito a poucos seguidores que não incluem a totalidade dos eleitores. Ainda que a esfera digital faça parte da vida cotidiana, portanto, ainda não é possível apostar numa superposição dela ao campo político.

Outro ponto que merece atenção diz respeito ao número de mandatos das deputadas escolhidas. Em geral, parlamentares com mais experiência legislativa se cacifam para esses postos, uma vez que são indicados pelos líderes partidários e demonstram mais conhecimento

do processo legislativo. A novidade de três mulheres em primeiro mandato ocuparem esses cargos está relacionada à estratégia discursiva adotada na metade do governo Bolsonaro para contrariar as críticas da esquerda sobre a pouca quantidade de mulheres com protagonismo nos ministérios e órgãos do Executivo. Assim, três deputadas bolsonaristas foram escolhidas pela base do governo para a presidência de importantes comissões permanentes, tradicionalmente ocupadas por homens: a Comissão de Constituição e Justiça, a de Agricultura e a de Meio Ambiente.

Nesse sentido, percebe-se que a representação descritiva – presença efetiva e numericamente relevante nas presidências das comissões – articula-se com formas de representação simbólica no caso das mulheres, uma vez que, por serem minoria política, ganham proeminência quando ocupam postos de poder e ajudam na construção da imagem de um parlamento – e um governo, no caso brasileiro – favorável à igualdade de gênero. Assim, a ocupação desses postos tem como objetivo produzir símbolos por meio dos quais se disseminam valores, sentimentos, crenças e opiniões (VERGÈ, 2022) e se produzem performances públicas alinhadas a determinadas posições ideológicas (SAWARD, 2006), para além das consequências substantivas que possam ter na definição das políticas públicas.

Como ressalta Vergè (2022), o valor dos símbolos está em seu poder de criar sentidos e, conseqüentemente, transformar os imaginários sociais que conformam os espaços políticos. Em outras palavras, o enquadramento da política como atividade simbólica pode mostrar as oportunidades nas quais a construção da representação desafia os modos hegemônicos de realização da política, com rupturas nas interpretações tradicionais do processo político, além de permitir uma percepção da “relação mútua entre as perspectivas descritiva, substantiva e simbólica da representação” (VERGÈ, 2022, p. 20). No caso da representação de minorias políticas, esse potencial se amplia, pois a própria presença desses segmentos no Parlamento introduz um elemento disruptivo no campo político, alterando a posição dos atores e, potencialmente, influenciando os critérios de produção do próprio capital político e da produção discursiva sobre a política (BOURDIEU, 2005, 2006).

Apesar das exceções indicadas pelo governo Bolsonaro, parece estar em vigor na Câmara dos Deputados, em alguma medida, a divisão do trabalho entre homens e mulheres já apontada na literatura de gênero e política e também sobre as comissões legislativas (BOURDIEU, 2010; MIGUEL; BIROLI, 2011; BUSANELLO, 2016; RAI; SPARY, 2019). Enquanto os homens ficam responsáveis pelas comissões cujas temáticas compõem a *hard politics*, e que agregam maior capital político aos seus ocupantes por dizerem respeito, basicamente, à organização legal do campo político, à atividade econômica e à infraestrutura, às mulheres parece ser destinado o trabalho com *soft politics*, isto é, os temas sociais identificados com a política do cuidado, tais

como educação, assistência social, cultura etc.<sup>6</sup>

A presença de uma mulher pela primeira vez na presidência do principal colegiado da Câmara – a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)<sup>7</sup> – é um dado relevante para a discussão. Segundo Busanello (2016), apenas uma mulher havia conseguido ocupar o posto da presidência em uma comissão considerada de *hard politics* – a de Segurança Pública – até 2015. Como ressalta a autora em relação aos próprios dados, eles parecem evidenciar “a existência de um teto de vidro, em que as deputadas encontram barreiras invisíveis para acessar as presidências e vice-presidências de comissões *hard politics*, atuando mais nas comissões *soft politics*” (BUSANELLO, 2016, p. 70).

Mais relevante, portanto, se torna o caso de Bia Kicis, procuradora de Justiça aposentada do Distrito Federal que, em seu primeiro ano de mandato (2019), já conseguiu ser indicada por seu partido para a 1ª vice-presidência do colegiado, posto que também nunca fora ocupado por uma mulher. Na CCJC, a juíza Denise Frossard havia sido 3ª vice-presidente em 2003, e Cristiane Brasil conseguiu a 2ª vice-presidência em 2016.

Um aspecto interessante, contudo, é que a importância interna da ocupação nos cargos na estrutura de poder institucional não parece ser o critério mais relevante em termos de comunicação externa para as deputadas, pelo menos não no Twitter. Das sete parlamentares analisadas, apenas três mencionam a presidência dos colegiados já na descrição do perfil: Aline Sleutjes, Carla Zambelli e Professora Dorinha Seabra. Alice Portugal e Bia Kicis identificam-se primeiro a partir de suas profissões, depois pelo mandato de deputada federal. Aline Sleutjes, Carla Zambelli e Rejane Dias também não mencionam seus partidos na descrição dos perfis, ainda que a deputada Aline esteja acompanhada pelo presidente Jair Bolsonaro na foto principal e mencione seu cargo como vice-líder do governo no Congresso.

Apesar de algumas delas não mencionarem seus partidos, todas fazem questão de identificar seus estados de origem, isto é, os distritos eleitorais onde recebem os votos. Rejane Dias traz uma foto com a bandeira do estado do Piauí atrás de si, enquanto Elcione Barbalho, além de usar as cores da bandeira de seu estado, traz a inscrição “guerreira do Pará” já na imagem principal do perfil. No geral as deputadas aparecem nas duas fotos de abertura do perfil, com exceção de Alice Portugal, que traz a hashtag #vacinajá na imagem maior, e Rejane Dias, cuja imagem maior estava em branco no dia em que realizei a consulta aos perfis.

Carla Zambelli e Professora Dorinha Seabra também trazem *slogans* na imagem maior

---

6 Segundo Bourdieu (2010), contemporaneamente os homens continuam dominando os espaços públicos e de poder, especialmente aqueles de produção, enquanto as mulheres ficam destinadas ao espaço doméstico, lugar de reprodução e subordinação, que inclui atividades relacionadas à economia simbólica.

7 Todas as propostas em análise na Câmara dos Deputados passam pela CCJC para o controle de constitucionalidade, além de serem destinadas às respectivas comissões encarregadas da análise do mérito.

do perfil, a primeira fazendo referência ao combate da corrupção e a segunda informando que “o novo Fundeb agora é lei federal”<sup>8</sup>. Carla Zambelli é a única que traz informações pessoais já na abertura de seu perfil, informando ao público que é “mãe do João” e “esposa do Cel. Aginaldo”. A deputada informa ainda que foi eleita “melhor deputada no voto popular” em 2019 – sem mencionar a instituição que lhe conferiu tal prêmio – e que é “conservadora”. Do mesmo modo, Alice Portugal também informa o público sobre o fato de ter sido eleita pela décima vez como uma das parlamentares mais influentes do Congresso Nacional pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap).

Ao analisar a apresentação das parlamentares em seus perfis no Twitter, percebe-se que elas enfatizam o distrito eleitoral na construção da identidade de representantes, um dos aspectos descritivos da representação. Isso não ocorre apenas, no entanto, porque seus votos são colhidos nos estados, mas também porque é nesses territórios que estão suas redes de apoio e sustentação política, as chamadas “bases eleitorais”.

Como ressaltam Celis *et al.* (2008), quando adotamos uma perspectiva da representação como um ato simbólico, cuja performance das alegações públicas é praticada pelos representantes e aceita ou disputada pelos representados, o aspecto discursivo da atividade se torna um ponto central. Dizer-se uma mulher ou uma “guerreira” de um Estado, portanto, significa ser uma mediadora entre a população daquele território – ou de partes dele – e a União (o Estado nacional, no caso brasileiro). Mais do que isso, a representante é, ao mesmo tempo, uma pessoa e um símbolo, pois encarna características e qualidades que lhe fazem mais ou menos parecida com os representados e evoca essa herança comum por meio de uma identidade coletiva expressa nos rituais cotidianos da prática política (ABÉLÈS, 2006). Rituais que incluem, contemporaneamente, as postagens em mídias sociais, especialmente as fotos e vídeos com seus apoiadores locais.

Também é no território do Estado que estão adversários diretos e concorrentes no mercado eleitoral – que no sistema brasileiro podem ser, inclusive, do mesmo partido, uma vez que a lista é aberta. Por isso, faz sentido destacar os demais atores que fazem parte da rede, especialmente se ocupam postos de grande poder no cenário nacional, como o presidente da República. Observar as postagens, portanto, permite explorar quem age em nome das mulheres, onde essa representação ocorre, por que essa alegação de representação é ativada e como ela é expressa (CELIS *et al.*, 2008, p. 20). Além disso, permite ver como o ritual de demarcação do território (ABÉLÈS, 2006) é atualizado por meio das mídias sociais.

Analisando as imagens escolhidas pelas parlamentares para seus perfis, com exceção

---

<sup>8</sup> O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) é composto por recursos provenientes de impostos e das transferências dos estados, do Distrito Federal e dos municípios vinculados à educação. O fundo foi regulamentado pela Lei nº 14.113/2020.



de Aline Sleutjes, que aparece acompanhada por Jair Bolsonaro, as demais aparecem sozinhas, em enquadramentos de rosto ou de busto, sempre sorrindo, de braços cruzados, sobre fundos que destacam as cores da bandeira nacional, especialmente o verde e o azul, ou das bandeiras de seus estados, caso de Elcione Barbalho. Percebe-se que, além da construção de uma imagética conectada tanto aos símbolos nacionais quanto aos diferentes distritos pelos quais as deputadas são eleitas, o perfil é um espaço de construção pessoal da identidade, o que leva à ênfase na imagem individual delas. No caso das mulheres, o sorriso acaba sendo uma forma de performance pública legitimada e socialmente aceita de comportamento feminino<sup>9</sup>, capaz de criar conexões e atrair a simpatia dos eleitores, mas que também cria um contraste com a posição de braços cruzados, usada por várias delas, em uma demonstração de poder e capacidade executiva, qualidades usualmente esperadas de agentes públicas. Nesse sentido, as postagens não apenas criam narrativas sobre as deputadas, mas constituem verdadeiros espaços de disputa e de criação de novos sentidos para a prática política (ABÉLÈS, 2006; BOURDIEU, 2006).

## TEMAS E TERMOS DAS POSTAGENS

Mergulhar na análise lexical das postagens feitas por elas com a ajuda do *software* NVivo possibilita a identificação dos termos mais utilizados, que nos dão pistas não apenas sobre os temas preferidos das parlamentares, mas também sobre o tipo de endereçamento feito nos perfis. É uma estratégia complementar à etnografia, porque ajuda a demonstrar quantitativamente as percepções que foram se formando durante o campo, afinal a velocidade e quantidade de postagens, bem como a quantidade de dados, são desafios cotidianos para os pesquisadores das plataformas digitais.

A Tabela 2 mostra as palavras mencionadas mais de 200 vezes pelo conjunto de sete perfis analisados. Percebe-se, a partir da tabela, que apenas o termo CPI não foi mencionado por todos os perfis (dois deles não o utilizaram).

---

<sup>9</sup> Em *A dominação masculina*, Bourdieu utiliza a expressão “somatização das relações sociais de dominação” (2010, p. 33) ao se referir a comportamentos socialmente legitimados ensinados às mulheres, que incluem atitudes corporais que demonstram submissão, como “sorrir, baixar os olhos, aceitar interrupções etc.” (BOURDIEU, 2010, p. 39).



**Tabela 2. Termos mencionados mais de 200 vezes nos perfis do Twitter**

Termo utilizado	Arquivos	Nº de menções
Brasil	7	1812
facebook	7	1762
presidente	7	1419
bolsonaro	7	1174
educação	7	1083
ministro	7	819
povo	7	740
saúde	7	652
voto	7	535
covid	7	511
pandemia	7	493
comissão	7	467
direitos	7	465
vacina	7	442
projeto	7	416
mulher	7	387
governador	7	380
reforma	7	367
Deus	7	330
CPI	5	317
democracia	7	297
cultura	7	276
audiência	7	251
morte	7	245
violência	7	243
justiça	7	231
família	7	227
liberdade	7	221
verdade	7	211
STF	7	207
eleitoral	7	207

**Fonte:** Elaboração própria (2022).

É interessante perceber que apenas cinco palavras mereceram mais de mil menções nos perfis das deputadas: “Brasil”, “Facebook”, “presidente”, “Bolsonaro” e “educação”. O Twitter, portanto, serve para o endereçamento de uma audiência nacional e para os tópicos em discussão dentro da casa legislativa, mas também para remeter a audiência a outras plataformas, como



A proximidade entre os vocabulários usados nos perfis é perceptível na Figura 2, que os agrupa a partir das semelhanças e diferenças no uso dos termos. Assim, Professora Dorinha e Rejane Dias estão mais próximas entre si e mais distantes do restante do grupo, em uma subdivisão diferenciada dos demais. Por outro lado, Alice Portugal e Carla Zambelli demonstram similaridades e estão muito próximas em termos lexicais, apesar de ocuparem lados opostos no espectro ideológico (a primeira fazendo parte da oposição, a segunda, da base do governo). Bia Kicis e Aline Sleutjes, ambas filiadas ao PSL e integrantes da ala bolsonarista do partido aparecem coerentemente próximas no gráfico, enquanto Elcione Barbalho, apesar de expressar discordâncias com o atual governo, também utiliza um vocabulário mais similar ao das deputadas bolsonaristas. Obviamente, essa semelhança diz respeito, em boa parte, aos termos que expressam o trabalho parlamentar à frente de um colegiado permanente, tais como comissão, audiência, votação, projeto.

**Figura 2. Similaridades de vocabulário entre os perfis**



Fonte: Elaboração própria (2022).

Algumas diferenças revelam que o uso do vocabulário está alinhado a distinções ideológicas e se relaciona à posição que as parlamentares ocupam na Câmara, pertencendo à base do governo, oposição ou centro. Assim, o termo “presidente” é utilizado de forma preponderante pelas três deputadas do PSL e da base do governo, enquanto “Bolsonaro” é usado de forma bastante mais acentuada por Alice Portugal – dez vezes mais menções em seu perfil do que nos perfis das demais –, sendo ela uma opositora ferrenha ao governo e ao próprio mandatário. A deputada também faz um uso preponderante dos termos “Brasil”, “Governo”, e “#forabolsonaro”, o que reforça sua posição contrária ao ex-mandatário. “Educação”, “cultura”, “pandemia” e “vacinas” também são termos que aparecem entre várias palavras relacionadas ao processo legislativo.

Durante a observação dos perfis, fica clara a estratégia de Alice Portugal e de Carla Zambelli, que atuam como “comentaristas” das disputas entre o governo e a oposição dentro do Congresso, ainda que mostrem a disputa por ângulos totalmente opostos. Zambelli tem entre os termos mais usados a palavra “presidente” e “@jairbolsonaro”, indicando o compartilhamento de mensagens do líder, bem como respostas e diálogos que o incluem. “Brasil”, “milhões” e “governo” também aparecem com destaque em seu perfil. Em todas as suas páginas nas mídias sociais, é constante o compartilhamento de vídeos com o presidente ou de cerimônias oficiais do governo, além do compartilhamento de trechos das *lives* presidenciais e de excertos e declarações de integrantes do governo.

Nesse sentido, a produção discursiva das identidades passa essencialmente pela identificação dos adversários, especialmente se a deputada for da oposição, e dos líderes que merecem apoio, quando faz parte da base do governo. Em relação a isso, surpreende que as postagens de Rejane Dias, integrante do PT, não tenham um caráter tão visível de oposição quanto as de Alice Portugal, do PCdoB.

Aprofundando a análise do perfil de Rejane Dias, presidenta da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, percebe-se que o perfil é pouco usado, com postagens esporádicas remetendo a vídeos e conteúdos publicados em outras plataformas, especialmente o Facebook, que tem mais de cinco vezes o número de seguidores do Twitter. Além disso, são priorizadas nas duas plataformas ações e atividades realizadas no Piauí, estado de origem da parlamentar e governado por seu marido Wellington Dias, também do PT. É importante mencionar que a deputada já foi secretária estadual de Assistência Social e Cidadania; de Inclusão da Pessoa com Deficiência; e de Educação no Piauí. Assim, encontros com prefeitos e ações nos municípios recebem destaque com várias fotos publicadas no Facebook com Rejane e Wellington rodeados pelas lideranças locais.

Nesse sentido, fica óbvio que a identidade política construída pela deputada em suas redes não prioriza os debates nacionais, especialmente a polarização entre governo e oposição, parecendo mais focada em sua ação como representante da população do estado do Piauí (foi a parlamentar federal mais bem votada no estado nas eleições de 2018). Mesmo quando divulga sua presença nas atividades realizadas pelo ex-presidente Lula, a parlamentar restringe seu foco às ações voltadas ao Piauí, em uma estratégia complementar e de colaboração com a imagem de primeira-dama estadual. Uma dupla identidade focada na atuação estadual é construída por meio das redes, o que pode explicar o afastamento das polêmicas entre base e oposição no Congresso<sup>10</sup>. Termos conectados à educação também são mobilizados no perfil, como a inclusão

---

10 Em janeiro de 2023, após a realização desta pesquisa, Rejane Dias abriu mão de mais um mandato como deputada federal ao ser nomeada conselheira do Tribunal de Contas do Piauí, o que demonstra que sua carreira está mais voltada ao estado do que a uma ambição nacional.

dos portadores de deficiências no ambiente escolar.

Já as deputadas pertencentes aos partidos de centro ou que não se colocam claramente como oposição ao governo podem escolher estratégias comunicativas que enfocam outros aspectos da disputa política. No caso de Elcione Barbalho, por sua atuação como líder da Bancada Feminina e Procuradora da Mulher em anos anteriores, é perceptível em seus perfis o foco em questões que encontram acordo nessas instâncias coletivas que reúnem as deputadas. Como ressalta Maíra Mano (2020) em trabalho sobre a representação feminina na Câmara dos Deputados, a discriminação é um fator agregador da atuação das mulheres, apesar de suas diferenças de origem, perfil e interesses. Nesse sentido, durante a Assembleia Constituinte as mulheres se reuniram no que ficou conhecido como a “Bancada do Batom” exatamente para enfrentar a discriminação dos colegas homens. Ainda segundo a autora, a concordância na Bancada Feminina ao longo dos anos basicamente diz respeito à inserção das mulheres no mercado de trabalho e na política e ao enfrentamento da violência em suas variadas formas<sup>11</sup>.

Elcione também foca sua atuação regional, em sentido muito similar ao de Rejane Dias, uma vez que seu filho, Hélder Barbalho, é o atual governador do Pará. Assim, além de sua atuação como presidenta da Comissão da Mulher, com ênfase nos temas tratados pelo colegiado, sua presença em eventos oficiais pelo estado acompanhando o governador, também é destacada em imagens, vídeos e postagens. Emendas ao orçamento de sua autoria destinadas ao Estado e inauguração de obras são outros assuntos constantes nos perfis da parlamentar.

Já Professora Dorinha Seabra, como seria de se esperar, por conta de seu perfil como educadora, ex-integrante do Conselho Estadual de Educação do Tocantins e presidenta da Comissão de Educação na época da pesquisa, tem seu foco na pauta educacional. Assim, termos como “professores”, “ensino”, “escolas” e “Fundeb” estão entre os destaques de suas publicações. Assim como Rejane Dias, Alice Portugal e Elcione Barbalho, a parlamentar tem mais seguidores no Facebook e faz um uso mais ativo dessa plataforma do que do Twitter. Seu exemplo mostra, contudo, como a representação proporcional e o sistema eleitoral adotado no país permitem alguma flexibilidade aos parlamentares no manejo da comunicação de seus mandatos, uma vez que a deputada não parece tão concentrada em ressaltar sua representação geográfica, mas sim formas de representação temáticas.

Bia Kicis e Aline Sletjjes, como já mencionamos, utilizam um vocabulário muito próximo em suas postagens, focadas basicamente no suporte às decisões do governo e do presidente Bolsonaro. É interessante perceber que, apesar de presidir a Comissão de Agricultura e Desenvolvimento Rural, apenas o termo “produtores” figura entre os que aparecem mais de

---

<sup>11</sup> Não por caso, a Secretaria da Mulher da Câmara criou em junho de 2021 o Observatório Nacional da Mulher na Política, destinado a realizar estudos sobre: violência política contra a mulher; atuação parlamentar e representatividade feminina; e atuação partidária e processos eleitorais.

100 vezes nas postagens de Aline. Nesse sentido, o Twitter parece ser um espaço usado para enfatizar o relacionamento com o governo, especialmente o apoio pessoal ao presidente Jair Bolsonaro, mais do que um lugar de diálogo com os demais interesses da base eleitoral, entre os quais se incluem as questões econômicas de uma região predominantemente rural. Já o perfil de Bia Kicis traz com algum destaque termos relacionados à recente discussão sobre a PEC do Voto Impresso, de sua autoria, como “auditável”, “impresso”, “sistema” e “eleitores”. Termos mais relacionados aos trabalhos da comissão também surgem com menor destaque, mas a palavra “justiça”, por exemplo, não está entre os vocábulos mais mobilizados. É o mesmo caso de Carla Zambelli, cuja palavras mais frequentes não incluem “ambiente”, “ambiental” ou “sustentável”, como seria de se esperar, tendo em vista a comissão presidida por ela.

É interessante, contudo, perceber que a temática da fraude eleitoral e a discussão sobre o voto impresso, mobilizada fortemente por Bia Kicis durante 2021, já estava presente como uma de suas bandeiras nas mídias sociais antes mesmo de sua eleição como deputada federal, sendo um dos eixos de mobilização da rede bolsonarista no Facebook, pelo menos, desde 2016 (ALMEIDA *et al.*, 2021). Nesse sentido, a ocupação de um posto-chave na CCJC e dentro da estrutura de comissões da Câmara ampliou as possibilidades de análise da proposta, que era uma de suas bandeiras de campanha e que encontrou eco no discurso governamental de questionamento sobre o sistema eleitoral. O caso demonstra o poder de agendamento dos presidentes das comissões permanentes, especialmente quando são apoiadores do presidente da Casa, fato que permitiu a votação da proposta. A PEC do Voto Impresso foi derrotada no Plenário da Câmara em agosto de 2021.

## **IDENTIDADES POLÍTICAS EM CONSTRUÇÃO**

Partindo desse contexto de ocupação dos postos de presidência das comissões permanentes por mulheres dentro do Legislativo nacional, a pesquisa mostra como representações e valores sociais estão ligados a estratégias políticas e ao uso dos canais de engajamento (LESTON-BANDEIRA, 2014) pelas parlamentares. A partir da breve apresentação dos dados coletados para esta pesquisa, é possível perceber como as mídias sociais são utilizadas para produzir identidades políticas através de rituais, conteúdos discursivos e ritmos de ação (BOURDIEU, 2006; CREWE, 2021). Os perfis das deputadas nas mídias sociais fornecem um panorama bastante aprofundado para a percepção de suas audiências e dos processos de construção identitários que elas estão realizando.

Infelizmente, um enquadramento interseccional mais aprofundado não foi possível neste



estudo, tendo em vista que nenhuma das parlamentares que presidiam as comissões na época da coleta dos dados era negra ou indígena. Esse é um ponto que deverá ser abordado em próximos trabalhos e continua na agenda de pesquisas sobre a representação política das minorias, a fim de entender como as regras formais e informais do Parlamento são realizadas e afetadas por gênero e raça. De qualquer forma, as diferenças de perfil e origem social das deputadas colaboram para compreensão de alguns aspectos relevantes à ascensão dentro da organização parlamentar e ressaltam o fato de que as mulheres não têm interesses, pautas, demandas e ideias comuns apenas pelo fato de serem mulheres (CELIS *et al.*, 2008; MANO, 2020; RAI; SPARY, 2019; VERGÈ, 2022). A representação não pode ser analisada apenas a partir de uma perspectiva descritiva, substantiva ou simbólica, como destaca a literatura institucionalista, pois constitui uma atividade mais complexa de produção de identidades do que esse enquadramento teórico sugere.

Em relação à primeira pergunta desta análise, concluímos que as deputadas se engajam e se comunicam com cidadãos de forma variada e personalizada, utilizando estratégias discursivas relacionadas aos seus perfis profissionais, geográficos, familiares, ideológicos e à sua posição em relação ao governo. Tais características influenciam os temas abordados por elas e os termos preferenciais usados nessa comunicação.

Os dados mostram possibilidades estratégicas que vão desde perspectivas regionalizadas, ancoradas em relações familiares com as elites estaduais, e chegam a estratégias comunicativas de âmbito nacional, dedicadas ao combate ideológico travado entre governo e oposição, passando por posicionamentos temáticos que enfocam determinados segmentos profissionais e populacionais. No caso das deputadas bolsonaristas, é constante o uso de transmissões ao vivo para comentar a pauta do Congresso, da comissão e os temas polêmicos na agenda nacional, especialmente aqueles ligados às decisões governamentais. As parlamentares atuam, portanto, como comentaristas políticas (*gatekeepers*) que explicam o processo legislativo e político para suas audiências, em perfis que funcionam como verdadeiros canais de comunicação, muitas vezes constituindo a única fonte de informação política para suas audiências em pequenas localidades (BARROS *et al.*, 2021b; THORSON *et al.*, 2020).

Em relação à segunda pergunta, os dados mostram que as identidades políticas das deputadas são produzidas e performadas em um ambiente que segue as regras de uma instituição genderificada (ERIKSON; VERGÈ, 2022; RAI e SPARY, 2019), como é o Parlamento brasileiro. Assim, a simples presença de mulheres nas presidências das comissões já cria uma rede de sentidos em torno da performance delas, aproveitada pelo governo e pelas próprias instâncias partidárias para legitimar o discurso de igualdade de oportunidades. Isso não significa, contudo, que as deputadas mobilizem termos ou temáticas restritas ao debate de gênero. Pelo contrário, a análise textual mostra que elas preferem pontuar temas gerais da agenda política, especialmente



dentro da disputa entre base do governo e oposição. De certa forma, a polarização extrema da política nacional e a divisão entre apoiadores e opositores do governo de Bolsonaro criou motivações adicionais para que as deputadas deixassem de lado suas posições institucionais nas mídias sociais, especialmente no caso das bolsonaristas. O discurso político nas postagens acabou se ajustando à agenda e às demandas dos usuários das plataformas, dentro de um debate geral polarizado, mais do que às possibilidades de produção do “capital de função”, nos termos bourdieusianos.

O fato de que tradicionais critérios de acúmulo de capital político, como a senioridade expressa no número de mandatos ou a *expertise* técnica, tenham sido pouco mobilizados nas escolhas das deputadas da base do governo que ocuparam os cargos nas comissões, todas no primeiro mandato e sem experiência anterior no Legislativo federal, é indicativo das outras estratégias que estavam em operação. A nomeação dessas parlamentares por si só é um símbolo das práticas políticas do grupo que estava no poder naquele momento, com ênfase para os *outsiders*, isto é, os atores políticos com uma postura extremamente crítica do sistema político e que dizem não pertencer a ele, mesmo quando eleitos sucessivas vezes para cargos parlamentares. Assim, ressaltar suas posições institucionais dentro do Parlamento poderia até mesmo ser visto pelos seguidores mais radicais como um tipo de capital “negativo” à performance delas como ocupantes das margens (BOURDIEU, 2006) e críticas do próprio campo político. As deputadas bolsonaristas atuaram em boa medida na construção de uma identidade política capaz de simbolizar o discurso crítico à política, valorizado por seus seguidores.

A escolha de Bia Kicis leva em conta sua experiência prévia como advogada e servidora pública, mas também seu interesse em promover pautas estratégicas para o governo, como o debate sobre o voto impresso. Obviamente, sua atuação como procuradora do Distrito Federal lhe credenciou para a atuação na Comissão de Constituição e Justiça. De forma semelhante, apesar de não ter *expertise* técnica na área da Agricultura, Aline Sleutjes vem de uma região geográfica dominada pela produção rural, especialmente pela pecuária voltada à produção de leite. Assim, faz sentido que tenha buscado uma atuação no colegiado onde pôde defender os interesses econômicos da região que lhe elegeu. Já o caso de Carla Zambelli é mais paradoxal, pois a parlamentar não parece ter expressado interesses na pauta ambiental antes (ou depois) de sua indicação para a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

De alguma forma, a negociação interna do PSL, partido das três deputadas bolsonaristas, dividido desde 2019 entre apoiadores e críticos do governo, abriu espaço para que elas ocupassem cargos de destaque dentro da hierarquia parlamentar a partir de critérios para além daqueles tradicionalmente seguidos pelos partidos. Uma hipótese a ser investigada em estudos posteriores diz respeito ao enfrentamento ideológico realizado pelo governo anterior às pautas de gênero. Nesse sentido, a indicação de mulheres para postos-chave do Parlamento pode ser

uma estratégia para neutralizar as acusações de misoginia e machismo feitas pela oposição ao governo Bolsonaro, com o uso de pautas historicamente conectadas ao feminismo por políticos de viés conservador (SARMENTO *et al.*, 2021). Essa hipótese ajuda a perceber que a dimensão simbólica da representação está em operação dentro do Parlamento brasileiro de modo concomitante às dimensões descritiva e substantiva.

Os dados mostram, contudo, que nem sempre a ocupação desses postos servirá de foco para a construção identitária das deputadas, interessadas em questões, debates e assuntos que podem escapar ao escopo das comissões que presidem. É razoável, por isso, lembrar que o Parlamento é uma instituição funcional, mas também simbólica, envolvida em redes de poder. A relação dinâmica entre deputadas e eleitores e também entre os próprios parlamentares se dá a partir das alegações de representação de interesses, ideias, demandas e identidades políticas que realizam, como ressalta Saward (2006). Por esse motivo, a dimensão simbólica da representação que transparece nas relações comunicativas estabelecidas entre representantes e representados precisa ser levada em conta na análise dos processos políticos. No caso das mulheres, as abordagens descritivas ou substantivas da representação não são suficientes para a compreensão da performance pública das parlamentares, especialmente no ambiente digital, e por isso a dimensão simbólica parece relevante para a análise dos processos de construção de identidade política colocados em movimento por elas.

## REFERÊNCIAS

1. ABÉLÈS, Marc. Parliament, politics and ritual. *In*: CREWE, Emma; MÜLLER, Marion. **Rituals in Parliaments**. Frankfurt: Peter Lang Verlag, 2006. p. 19-40.
2. AIROLDI, Massimo. Ethnography and the digital fields of social media. **International Journal of Social Research Methodology**, Londres, v. 21, n. 6, p. 661-673, 2018. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/13645579.2018.1465622>. Acesso em: 02 nov. 2020.
3. ALMEIDA, Helga Nascimento; PEREIRA, Marcus Abílio Goms; FERREIRA, Maria Alice Silveira; QUINTÃO, Thales Torres. “Tamo junto?” Parlamentares e mídias sociais: uma tipologia dos padrões de atuação de deputados federais no Facebook. **Revista Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 23, n. 1, p. 1-47, 2020. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/fcs/article/view/59035>. Acesso em: 03 nov. 2020.
4. ALMEIDA, Sabrina; PIAIA, Victor; DOURADO, Tatiana. Fraude nas urnas e contestação eleitoral no Brasil: um estudo longitudinal da formação de comunidades de atores e de domínios no Facebook (2014-2021). *In*: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 45., cidade, 19-27 out. 2021. **Anais [...]**. p. 1-26.

5. BARROS, Antonio Teixeira de. O cidadão vai ao Parlamento. Etnografia de visitas cívicas ao Congresso Nacional. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, v. 52, n. 206, p. 205-221, 2015. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/512456>. Acesso em: 15 out. 2016.
6. BARROS, Antonio Teixeira de; BERNARDES, Cristiane Brum; FARIA, Cristiano Ferri Soares de; BUSANELLO, Elisabete. Digital mandates and their management: strategies for usage of social media by Brazilian federal legislators. **Parliamentary Affairs**, Oxford, Londres. v. 0, p. 1-30, 2021a. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/pa/gsab046>. Acesso em: 07 set. 2021.
7. BARROS, Antonio Teixeira de; BERNARDES, Cristiane Brum; FARIA, Cristiano Faria Soares de; BUSANELLO, Elisabete. Do egocasting aos gabinetes digitais: o uso de lives, stories e podcasts pelos deputados federais brasileiros. **Contextualizaciones Latinoamericanas**, Guadalajara, v. 12, p. 7-23, 2021b. Disponível em <http://contexlatin.cucsh.udg.mx/index.php/CL/article/view/7863>. Acesso em: 13 ago. 2021
8. BERNARDES, Cristiane Brum. **Política, institucional ou pública? Uma reflexão sobre a mídia legislativa da Câmara dos Deputados**. 2010. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.
9. BERNARDES, Cristiane Brum. Uso do Twitter para engajamento político: análise dos perfis das assembleias legislativas da Região Sudeste. **Revista Compolitica**, Rio de Janeiro, v. 10, p. 5-48, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.21878/compolitica.2020.10.3.411>. Acesso em: 17 jan. 2021.
10. BOURDIEU, Pierre. The political field, the social science field, and the journalistic field. *In*: BENSON, Rodney; NEVEU, Eric. (função). **Bourdieu and the journalistic field**. Cambridge: Polity Press, 2005. p. 29-47.
11. BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 9. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
12. BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 9. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
13. BUSANELLO, Elisabete. **Gênero, representação política e poder: as deputadas federais na presidência e vice-presidência das comissões permanentes da Câmara dos Deputados**. 2016. Dissertação (Mestrado Profissional em Poder Legislativo) – Instituição, universidade, Brasília, 2016.
14. CELIS, Karen; CHILDS, Sarah; KANTOLA, Johanna; KROOK, Mona Lena. Rethinking women's substantive representation. **Representation**, [s. l.], v. 44, n. 2, p. 99-110, 2008.
15. CREWE, Emma. Ethnographic research in gendered organizations: the case of the Westminster Parliament. **Politics and Gender**, New Orleans, v. 10, n. 4, p. 673-678, 2014.
16. CREWE, Emma. Ethnographies of parliament: culture and uncertainty in shallow democracies. **Journal of Organizational Ethnography**, [s. l.], v. 7, n.1, p. 16-30, 2018.

17. CREWE, Emma. **An anthropology of parliaments. Entanglements in democratic politics.** London: Routledge, 2021.
18. CREWE, Emma; SARRA, Nicholas. Charing UK Select committees: walking between friends and foes. **Parliamentary Affairs**, v. 72, p. 841-859, 2019.
19. DALSGAARD, Steffen. The ethnographic use of Facebook in everyday life. **Anthropological Forum**, Londres, v. 26, n. 1, p. 96-114, 2016. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/00664677.2016.1148011>. Acesso em: 18 out. 2020.
20. DUARTE, Tatiane dos Santos. “**A casa dos ímpios se desfará, mas a tenda dos retos florescerá**”: a participação da Frente Parlamentar Evangélica no Legislativo brasileiro. 2011. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2011. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/9803>. Acesso em: 15 abr. 2018.
21. ERIKSON, Josefina; VERGÈ, Tània. Gender, power and privilege in the parliamentary workplace. **Parliamentary Affairs**, Londres, v. 00, p. 1-19, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/pa/gsaa048>. Acesso em: 17 set. 2021.
22. FERRAZ, Cláudia Pereira. A etnografia digital e os fundamentos da Antropologia para estudos em redes on-line. **Aurora: revista de arte, mídia e política**, São Paulo, v. 12, n. 35, p. 46-69, jun.-set.2019. Disponível em: [https://doi.org/10.23925/v12n35\\_artigo3](https://doi.org/10.23925/v12n35_artigo3). Acesso em: 31 jan. 2023.
23. GODOY, Arilda Schmidt. Estudo de caso qualitativo. *In*: GODOI, Christiane Kleinübing; BANDEIRA-DE-MELLO, Rodrigo; SILVA, Anielson Barbosa (org.). **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais.** Paradigmas, estratégias e métodos. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2010. p. 115-146.
24. HEREDIA, Beatriz; TEIXEIRA, Carla Costa; BARREIRA, Irllys. (orgs.) **Como se fazem eleições no Brasil.** Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2002. Coleção Estudos Antropológicos.
25. HINE, Christine (ed.). **Virtual methods: issues in social research on the Internet.** Oxford: New York: Berg, 2005.
26. JORDAAN, Marenet. An open mind, not an empty head: towards perpetual waves of newsworld ethnography. **African Journalism Studies**, [s. l.], v. 41, n. 4, p. 1-17, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/23743670.2020.1785519>. Acesso em: 10 jan. 2021
27. KELM, Ole; DOHLE, Marco; BERNHARD, Uli. Politicians’ self-reported social media activities and perceptions: results from four surveys among german parliamentarians. **social media + society**, p.1-12, abr./jun. 2019. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/2056305119837679>. Acesso em: 15 jun.2020
28. KREHBIEL, Keith. **Information and legislative organization.** Ann Arbor: The University of Michigan Press, 1992.

29. KUSCHNIR, Karina. **Política e mediação cultural**: um estudo na Câmara Municipal do Rio de Janeiro. 1993. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1993.
30. KUSCHNIR, Karina. **Eleições e representação no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, NUAP, 2000.
31. KUSCHNIR, Karina. **Antropologia da política**: uma perspectiva brasileira. Centre for Brazilian Studies. Working Paper CBS-64-05. Oxford: University of Oxford, 2004.
32. LACERDA, Marina. Basso. **O novo conservadorismo brasileiro**. De Reagan a Bolsonaro. Porto Alegre: Zouk, 2019.
33. LEIDIG, Eviane; BAYARRI, Gabriel. Not your grandma's fascism: fame, femininity, and race in far-right postcolonial India and Brazil. **Social Politics**, p. 1-29, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/sp/jxac013>. Acesso em: 30 nov. 22.
34. LESTON-BANDEIRA, Cristina. The pursuit of legitimacy as a key driver for public engagement: the case of the European Parliament. **Parliamentary Affairs**, v. 67, n. 2, 2014, p. 415-436. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/pa/gss050>. Acesso em: 21 mar. 2023.
35. LESTON-BANDEIRA, Cristina. Why symbolic representation frames parliamentary public engagement. **The British Journal of Politics and International Relations**, v. 18, n. 2, p. 498-516, 2016.
36. LOPEZ, Felix. A política cotidiana dos vereadores e as relações entre Executivo e Legislativo em âmbito municipal: o caso do município de Araruama. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, v. 22, p. 153-177, 2004.
37. LOPEZ, Arthur; VIDAL, Maria Vitória; COELHO, Caio. **Raio X do Congresso nas redes sociais**. Brasília: Pesquisa Medialogue, 2016. Disponível em: <http://www.medialogue.com.br/congressonasredessociais/>. Acesso em: 26 set. 2017.
38. MANO, Maíra Kubik. **Atuar como mulheres**: um olhar sobre a política institucional. 1. ed. Curitiba: Appris, 2020.
39. MARQUES, Francisco Paulo Jamil Almeida; AQUINO, Jakson Alves de; MIOLA, Edna. Parlamentares, representação política e redes sociais digitais: perfis de uso do Twitter na Câmara dos Deputados. **Opinião Pública**, v. 20, n. 2, p. 178-203, 2014. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.1590/1807-01912014202178>. Acesso em: 21 mar. 2023.
40. MCLOUGHLIN, Liam; WARD, Stephen; GIBSON, Rachel; SOUTHERN, Rosalynd. A tale of three tribes: UK MPs, Twitter and the EU Referendum campaign. **Information Polity**, cidade, v. 25, n. 1, p. 49-66, 2020. Disponível em: <https://content.iospress.com/articles/information-polity/ip190140>. Acesso em: 09 jul. 2021.
41. MIGUEL, Luiz Felipe; BIROLI, Flávia. **Caleidoscópio Convexo. Mulheres, política e mídia**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.



42. NUNEZ, Sarah. **Doze anos de multimídia**: convergência e engajamento público no Portal Senado Notícias. 2020. Dissertação (Mestrado em Poder Legislativo) – CEFOR/Câmara dos Deputados, 2020.
43. ORGAD, Shani. From online to offline and back: moving from online to offline relationships with research informants. *In*: HINE, Christine (ed.). **Virtual Methods. Issues in Social Research on the Internet**. Oxford: Berg, 2005. p. 51- 65.
44. PALMEIRA, Moacir; BARREIRA, César (org.) **Política no Brasil. Visões de Antropólogos**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, NUAP, 2004.
45. PALMEIRA, Moacir; GOLDMAN, Márcio (org.) **Antropologia, voto e representação política**. Rio de Janeiro: Contracapa, 1996.
46. PEIRANO, Marisa. Etnografia não é método. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 20, n. 42, p. 377-391, 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-71832014000200015>. Acesso em: 05 out. 2018
47. PINK, Sarah; HORST, Heather; POSTILL, John; HJORTH, Larissa; LEWIS, Tania; TACCHI, Jo. **Digital ethnography: principles and practice**. Sage: London, 2015.
48. PINTO, Danilo César Souza. **Homenagens do Legislativo**: uma etnografia dos processos simbólicos do estado. 2013. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2013.
49. POSTILL, John; PINK, Sarah. Social media ethnography: the digital researcher in a messy web. **Media International Australia**, 2012.
50. RAI, Shirin; SPARY, Carole. **Performing representation: women members in the Indian Parliament**. Oxford University Press: Oxford, 2019.
51. ROSSETTO, Graça Penha Nascimento. Fazendo política no Twitter: como os efeitos estimados das mensagens influenciam as ações e os usos da plataforma. **Revista Compólitica**, v. 8, n. 1, p. 97-122, 2018.
52. SANDERS, Teela. Researching the online sex work community. *In*: HINE, Christine (ed.) **Virtual Methods. Issues in Social Research on the Internet**. Oxford: Berg, 2005. p. 67-79.
53. SARMENTO, Rayza; ELIAS, Maria Lígia; MARQUES, Gabrielle. Entre o 8 de março e o Dia das Mães: as pautas das deputadas “de direita” no Instagram. *In*: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 45., [s. l.], 19 a 27 de outubro de 2021. **Anais [...]**. p.1-32.
54. SAWARD, Michael. The Representative Claim. **Contemporary Political Theory**, Bristol, Baltimore, v. 5, n. 3, p. 297-318, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1057/palgrave.cpt.9300234>. Acesso em: 12 maio 2015
55. SILVA, Edilson Márcio Almeida da; SILVA, Emanuel Freitas da. “O certo é saber que o certo é certo” ou “o inferno são os outros”: conflitos (d)e representações em um mundo dividido. **Revista Antropolítica**, Niterói, v. 54, n. 1, p. 12-36, jan./abr., 2022. Disponível



- em: <https://periodicos.uff.br/antropolitica/article/view/53887/31803#toc>. Acesso em: 31 jan. 2023.
56. TEIXEIRA, Carla Costa. Honra moderna e política em Max Weber. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 109-130, 1999.
57. TEIXEIRA, Carla Costa. Decoro parlamentar: entre agressões morais e indisciplinas estratégicas. In: TEIXEIRA, Carla; CHAVES, Christine. **Espaços e tempos da política**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, NUAP, 2004. p. 123-142.
58. TEIXEIRA, Carla Costa; CRUVINEL, Lucas; FERNANDES, Renato. Notas etnográficas sobre mentiras, segredos e verdades no Congresso Brasileiro. Working Paper 457. **Série Antropologia**, Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília, Brasília, 2016, p. 1-36.
59. THORSON, Kjerstin; MEDEIROS, Mel; COTTER, Kelley, CHEN, Yingying.; RODGERS, Kourtnie., BAE, Arram; BAYKALDI, Sevgi. Platform civics: Facebook in the local information infrastructure. **Digital Journalism**, Oslo, v. 8, n. 10, p. 1.231-1.257, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/21670811.2020.1842776> Acesso em: 21 jul. 2021.
60. TÚÑEZ, Miguel; SIXTO, José. Social networks, politics and commitment 2.0: Spanish MPs on Facebook. **Revista Latina de Comunicación Social**, Tenerife, v. 66, p. 210-234, 2011. Disponível em: [10.4185/RLCS-66-2011-930-210-234-em](https://doi.org/10.4185/RLCS-66-2011-930-210-234-em). Acesso em: 3 jul. 2014.
61. URBINATI, Nadia. O que torna a representação democrática? **Lua Nova** – O futuro da representação, São Paulo, v. 67, p. 191-228, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/4qsH3GhJPTTnmmMhJg8jkhB/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 04 abr. 2009.
62. URBINATI, Nadia. Da democracia dos partidos ao plebiscito da audiente. **Lua Nova**, São Paulo, v. 89, 2013, p. 85-105. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-64452013000200004>. Acesso em: 14 ago. 2016
63. VAN VLIET, Livia; TÖRNBERG, Petter., UITERMARK, Justus. The Twitter parliamentary database: analyzing Twitter politics across 26 countries. **PLoS ONE**, Barcelona, v. 15, n. 9, e0237073, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0237073>. Acesso em: 14 out. 2021.
64. VELHO, Gilberto. Observando o familiar. In: VELHO, Gilberto (org.). **Individualismo e cultura**. Notas para uma antropologia da sociedade contemporânea. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. p. 121-132.
65. VERGÈ, Tània. A chamber of one's own: institutional claim-making on gender equality and the symbolic role of parliaments. **Politics & Gender**, Cambridge, v. 18, n. 1 p. 99-125, 2022. Disponível em <https://doi.org/10.1017/S1743923X20000252>. Acesso em: 04 nov. 2022
66. WEATHERFORD, John. **Tribes on the hill**. The US Congress rituals and realities. Westport: Bergin and Garvey, 1981.

67. USHER, Nikki, HOLCOMB, Jesse; LITTMAN, Justin. Twitter makes it worse: political journalists, gendered echo chambers, and the amplification of gender bias. **The International Journal of Press/Politics**, [s. l.], v. 23, n. 3, p. 324-344, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1940161218781254>. Acesso em: 09 mai. 2020.
68. YARCHI, Moran; SAMUEL-AZRAN, Tal. Women politicians are more engaging: male versus female politicians' ability to generate users' engagement on social media during an election campaign. **Information, Communication & Society**, [s. l.], v. 21, n. 7, p. 978-995, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/1369118X.2018.1439985>. Acesso em: 11 set. 2020.

*Cristiane Brum Bernardes*

Docente e Pesquisadora do Mestrado Profissional em Poder Legislativo da Câmara dos Deputados. Doutora em Ciência Política pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Mestre em Comunicação e Informação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. ID ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-5367-3047>. E-mail: [cris.brum@gmail.com](mailto:cris.brum@gmail.com)

# **Governamentalidade no Regime Militar (1964-1985): a reforma ibegeana e o ENDEF**

## **Governmentality in the Military Regime (1964-1985): the IBGE reform and the ENDEF**

**Laura Graziela Gomes**

Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro, Brasil

### **RESUMO**

O artigo tem como objetivo destacar a importância do IBGE durante o regime militar a partir da reforma da instituição que tornou possível a realização do Censo de 1970 e, mais adiante, a realização do Estudo Nacional da Despesa Familiar - Endef (1974-1975). Desse período em diante, o IBGE tornou-se a principal instituição da administração pública brasileira responsável pelas pesquisas e levantamentos socioeconômicos que serviram de base aos governos militares – e posteriormente aos governos civis – para, junto com as demais instituições estatais do período, tomarem suas decisões de governo para fins de planejamento e de promoção das políticas públicas, ao mesmo tempo que serviram para respaldar posições do regime militar diante das políticas de segurança e integração nacional. O artigo foi baseado no memorial da autora<sup>1</sup> sobre o início de sua trajetória profissional no IBGE como membro do grupo de trabalho do Endef entre 1975 e 1981, sendo também respaldado em publicações do IBGE sobre o Endef (disponíveis na internet), além de depoimentos de ex-funcionários e ex-pesquisadores do Endef.

**Palavras-chaves:** IBGE-ENDEF, Regime militar, Planejamento, Governo.

---

1 Memorial submetido à banca de concurso para obtenção do título de Professora Titular, em 27 de junho de 2019.

---

Recebido em 03 de novembro de 2022.  
Avaliador A: 07 de dezembro de 2022.  
Avaliador B: 11 de dezembro de 2022.  
Aceito em 21 de março de 2023.

---



## ABSTRACT

The article aims to highlight the importance of the IBGE during the military regime from the reform of the institution that made it possible to carry out the 1970 Census and, later, the National Study of Family Expenses - Endef (1974-1975). From that period on, the IBGE became the main institution of the Brazilian public administration responsible for research and socioeconomic surveys that served as a basis for military governments - and later for civilian governments - to, along with other state institutions of the period, take their government decisions for the purpose of planning and promoting public policies, while serving to support the military regime's positions regarding security and national integration policies. The article was based on the author's memorial about the beginning of her professional career at the IBGE as a member of the Endef working group between 1975 and 1981, and is also supported by IBGE publications on Endef (available on the internet), in addition to testimonials from former Endef employees and researchers.

**Keywords:** IBGE-ENDEF, Military regime, Planning, Policy.

## APRESENTAÇÃO

Em 2019, enquanto preparava meu memorial para realizar o concurso para professora titular na UFF, procurei destacar o período inicial de minha trajetória profissional como pesquisadora do IBGE, onde participei do Estudo Nacional da Despesa Familiar (Endef), uma pesquisa inédita e pioneira que me influenciou bastante ao longo de minha carreira docente. Ao deparar novamente com o material, decidi separá-lo para, mais adiante, escrever um artigo que me permitisse entender melhor o que havia se passado conosco e que nos levou aos impasses recentes de nossa história política desde 2013, quando uma série de eventos teve início em várias cidades brasileiras e cujos desdobramentos conduziram à instabilidade política que culminou com o “*impeachment*” da presidente Dilma Rousseff em 2016, após sua reeleição em 2014. A partir de então, cientistas sociais e jornalistas políticos brasileiros passaram a conviver com a possibilidade de um retorno dos militares ao poder, em especial após as medidas tomadas pela Lava Jato em relação ao ex-presidente Lula, com o fim de impedi-lo de candidatar-se às eleições presidenciais de 2018. De fato, a prisão de Lula, até então forte candidato do Partido dos Trabalhadores (PT) nas eleições presidenciais daquele ano, nos obrigou a pensar que o Brasil se encontrava em meio a uma “guerra híbrida” (LEIRNER, 2020) e um novo golpe havia sido feito contra a República. Se havia alguma dúvida de que os militares retornariam,

tal presentimento se confirmou com a vitória de Bolsonaro no segundo turno sobre o então candidato do PT, Fernando Haddad.

A posse de Bolsonaro em 1º de janeiro de 2019, bem como seu discurso de inauguração, não deixou dúvidas de que teríamos um governo antidemocrático. Mais ainda: não só os militares retornaram, como passaram a ocupar vários postos na administração pública, inclusive como ministros de Estado. Esse retorno dos militares voltou a ser um tema recorrente no debate público promovido pela oposição, por cientistas sociais e jornalistas nas mídias alternativas. Dali em diante, além de convivermos cotidianamente com a possibilidade do golpe, tivemos de nos habituar a lidar com um “estilo de governo” truculento, baseado numa agenda de destruição, planejada e meticulosa, de toda a infraestrutura da máquina pública estatal que havia sido construída desde o regime militar (1964-1985) e aperfeiçoada pelos governos civis pós-ditadura, incluindo os próprios governos petistas, que haviam governado durante 13 anos até o *impeachment* de Dilma Rousseff. Essa destruição afetava praticamente todas as principais instituições de governo do Estado, da cultura, da economia, da educação e do trabalho. Implicava mudanças de leis, reformas feitas a toque de caixa que previam a própria alteração da Constituição de 1988, com a inclusão de novas emendas e reformas. Após quatro anos, não há muitas dúvidas de que Bolsonaro cumpriu rigorosamente sua meta, enfim, a missão que lhe foi confiada, podendo ela ser resumida em uma única expressão: o desmonte do Estado Brasileiro.

Já no final de seu governo, tomei conhecimento da proposta do dossiê, em meio à campanha eleitoral para o 1º turno, e, no contexto em que estávamos, veio a ideia de retomar o material do Endef e a parte do memorial sobre a fase inicial de minha trajetória, de modo a refletir sobre a relevância do IBGE na administração pública brasileira durante o regime militar a partir de 1970. Acabei finalizando-o às vésperas (literalmente) do segundo turno, em meio a todas as turbulências e rumores provenientes do meio militar que pairavam sobre o resultado definitivo das eleições, caso o candidato apoiado pelas Forças Armadas, Jair Bolsonaro, não saísse vencedor.

Como disse, um fato muito destacado durante o governo Bolsonaro foi o programa de desmonte do Estado realizado, incluindo muitas instituições públicas e órgãos estatais importantes, sobretudo aqueles encarregados de fornecer dados e subsidiar pesquisas, como o IBGE, a instituição encarregada de realizar os recenseamentos demográficos do Brasil, além de levantamentos socioeconômicos importantes para a administração pública brasileira. Lembro que em 2019, antes da pandemia, em seu primeiro ano de governo, Bolsonaro se indispôs com a instituição, comprometendo o cronograma do Censo, que deveria ocorrer em 2020. Quando veio a pandemia da covid-19 em 2020, o Censo foi suspenso com uma boa justificativa para

a sociedade. A bem da verdade, o Censo e outras iniciativas já haviam sido comprometidas por seu antecessor, Michel Temer, que iniciou o processo de paralização da máquina estatal, extinguindo verbas e investimentos de forma intencional para paralisar o país através de suas instituições mais importantes. No caso de Bolsonaro, veja-se, por exemplo, a crise que se abateu sobre o Instituto de Pesquisas Espaciais (Inpe) já em 2019, no início de seu governo, quando ele decidiu “exonerar” seu então presidente, o cientista Ricardo Galvão. O motivo? O Inpe era um dos órgãos responsáveis pelo monitoramento do desmatamento da Amazônia.

Ao iniciar a escrita do artigo, ainda em setembro de 2022, meu objetivo não estava tão claro, mas ele já buscava compreender o que havia mudado nos militares pós-regime, isto é, de 1985 a 2018: por que desejavam se envolver novamente com a política nacional, num projeto que, paradoxalmente, levava à destruição de grande parte do legado do próprio regime militar anterior, a saber, as instituições públicas, as empresas estatais, comprometendo a organização do Estado Nacional, o federalismo e a União, que eles mesmos buscaram salvaguardar durante os 21 anos de governo? Desse modo, pareceu-me importante retomar o regime militar e sua participação na consolidação da reforma ibegeana e nos projetos e levantamentos desenvolvidos no órgão durante a década de 1970, de modo a fazer uma comparação entre o que pensavam e o que defenderam – que pode ser resumido sob a rubrica dos chamados planos de desenvolvimento ou do “desenvolvimentismo” – e o que pensam atualmente a partir do envolvimento e da participação que tiveram no governo Bolsonaro.

Até poucos dias antes da posse do presidente Lula quis acreditar que havíamos conseguido fazer uma transição democrática. Porém, novos acontecimentos se precipitaram e não me permitiram continuar a sonhar. Estradas bloqueadas e acampamentos bolsonaristas apoiados pelos militares espalharam-se por vários pontos do país, redundando nos tristes acontecimentos de 8 de janeiro passado, que, mais uma vez, ameaçaram a democracia brasileira.

## **O REGIME MILITAR E O BRASIL SOB A ÓTICA DA REFORMA IBEGEANA: O ENDEF**

O período de 1964 a 1985 da vida nacional brasileira foi marcado pela afirmação de uma República inteiramente tutelada pelos militares, embora tenham procurado preservar a garantia formal da autonomia dos Estados-membros, “mesmo tendo havido constantemente flagrantes agressões a este princípio basilar do federalismo” (AUGUSTO, 1996, p. 42). O federalismo



foi preservado, assim, sob a justificativa de que a intervenção militar era necessária para a proteção da União, que corria riscos, em função da fragilidade das instituições políticas civis que a ameaçavam constantemente, podendo levá-la a se desagregar, caso o povo brasileiro embarcasse na “aventura comunista”. Nesse período, passei a conviver com expressões como “segurança nacional”, “integração nacional”, “subdesenvolvimento” e “desenvolvimento”, palavras-chaves utilizadas pelos meios de comunicação existentes para definir um espectro de percepções, projetos, empreendimentos, políticas econômicas, administrativas e públicas, repressão e censura que marcariam definitivamente o regime militar no Brasil.

É importante frisar de pronto que o regime militar foi profundamente estatista. Em seu depoimento, a esse respeito, o ex-presidente Ernesto Geisel admitiu que “o Estado tem que dirigir. Tanto o capital privado nacional, que no meu modo de ver é escasso, quanto o capital estrangeiro são bem-vindos se forem adequadamente aplicados” (CASTRO, D’ARAÚJO, 1997:124). Para ele, o Estado era um “agente crucial de desenvolvimento”. Tudo começava e terminava no Estado, mesmo que para o benefício do capitalismo. Para fins de produção do próprio capitalismo, era preciso fortalecer o Estado (a União), o que implicava a existência e a criação de órgãos e empresas estatais, além da realização de reformas administrativas em antigos órgãos públicos, redefinidos com o objetivo de fazê-los desenvolver ações estatais que, essas sim, iriam subsidiar e dar apoio às atividades e ações empresariais e capitalistas. Se houve um aumento e fortalecimento do Estado no Brasil, isso ocorreu justamente no regime militar, e esse aumento favoreceu sobremaneira os militares e as elites brasileiras.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) se inclui na gama de instituições atingidas pelas reformas do Estado e da administração pública no Brasil nesse período<sup>2</sup>. Apesar disso, a mudança de paradigma que levaria à construção da nova identidade do IBGE, até então composto somente por geógrafos e estatísticos, não foi imediata. Esses profissionais, apesar de estarem reunidos em um mesmo órgão, mantinham-se apartados em suas respectivas áreas de formação e atuação. Essa mudança de identidade iniciou-se somente a partir da gestão de Isaac Kerstenetzky (1970-1979), nomeado com vistas à realização do Censo de 1970, que naquele momento tornara-se urgente, diante dos problemas com os dados do Censo de 1960 e dos desafios crescentes da sociedade brasileira que, àquelas alturas, exigiam esforços de planejamento para muito além dos recenseamentos anteriores.

---

<sup>2</sup> Criado em 1937, o IBGE era fruto da união de dois órgãos, o Instituto Nacional de Estatística (INE), criado em 1934, e o Conselho Brasileiro de Geografia (CBG), criado em 1936. Em 1967, ainda no início do regime militar, o IBGE foi objeto de uma primeira reforma administrativa, quando passou a ter *status* de fundação pública, pelo Decreto-lei nº 161, de 13 de fevereiro de 1967.

Segundo Nelson Senra (2006), aparentemente a reforma ibegeana não se consolidou entre 1967 e 1970 – ao contrário, fracassara. É nesse contexto que, em 1970, Isaac Kerstenetzky foi nomeado presidente do IBGE pelo então ministro do Planejamento, João Paulo dos Reis Velloso, para “refazer o rumo do IBGE” (Wu Tai *et al.*, 2006, p. 10).

Ao seu tempo, os censos econômicos tornaram-se quinquenais [*sic*] (tendo ocorrido em 1975 e em 1985), uma antiga demanda. Foi feito o VIII Recenseamento Geral do Brasil, de 1970, muito esperado, já que o VII Recenseamento Geral, de 1960, ainda não estava divulgado completamente, e corria o risco de ser de todo perdido. Sua ação nos censos já seria o bastante para colocar-lhe o nome no panteon [*sic*] dos imortais da estatística brasileira, mas foi além. Por exemplo, deu curso à Matriz Insumo-Produto, e ao Estudo Nacional da Despesa Familiar – ENDEF, com o qual se tornou possível construir o Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor (SNIPC). (WU TAI *ET al.*, 2006, p. 10).

Um fato significativo a ser destacado sobre a gestão do professor Isaac Kerstenetzky que acabou tornando-a um divisor de águas para a afirmação institucional interna e externa do IBGE, foi a inclusão de cientistas sociais no órgão, pois até então o quadro técnico era composto exclusivamente por geógrafos e estatísticos. Foi criado, portanto, o Departamento dos Indicadores Sociais, que, desde sua fundação, contou com a participação de antropólogos e sociólogos em seu quadro de pesquisadores. Porém, a extensão e o significado da inclusão de antropólogos e sociólogos pode ser percebida também na realização do Endef, em 1974 e 1975, quando seus coordenadores incorporaram antropólogos, economistas, educadores, nutricionistas e sociólogos, entre outros profissionais. Apesar da multidisciplinaridade na época ter encontrado resistência na instituição, no âmbito da coordenação do Endef ela se tornou a marca registrada do grupo de trabalho (GT) criado para ler e classificar o conteúdo de dois relatórios qualitativos extras da pesquisa, sob a coordenação de um de seus coordenadores, Luiz Affonso Parga Nina, sociólogo<sup>3</sup>, ex-militar, Capitão de Mar e Guerra da reserva.

A despeito da importância do Censo de 1970 e das informações recolhidas durante o recenseamento, ele não foi suficiente para o regime e o governo da época suprirem as deficiências de informações a respeito da situação econômica e social do país, cada vez mais complexa, preocupante e marcada pela “insegurança” política e social. De fato o censo de 1970 comprovou o que muitos especialistas já suspeitavam, a saber, que o Brasil havia se tornado uma sociedade urbana, mas sem planejamento econômico e social algum para tanto. Esse foi o

---

<sup>3</sup> Formado em Sociologia nos EUA, Parga Nina era influenciado pela metodologia em pesquisa social desenvolvida por seu ex-professor, Paul Lazarsfeld. Sua grande contribuição para o Endef deveu-se a essa influência, quando solicitou os dois relatórios extras aos pesquisadores do Endef e constituiu o grupo de trabalho, com o objetivo de desenvolver um método de análise dessas “informações não estruturadas”.

principal contexto institucional no qual o Endef foi pensado, planejado e desenvolvido por seus principais idealizadores: Isaac Kerstenetzky e Luiz Affonso Parga Nina. Parga Nina foi levado por Kerstenetzky ao órgão para ser seu assessor na presidência do IBGE.

Havia uma demanda de informações a serem buscadas e aprofundadas a partir de pesquisas que utilizassem novos métodos de coleta de dados; também se mostrava relevante a observação empírica direta e qualitativa de diferentes setores e segmentos da sociedade brasileira. Como não existiam instituições científicas organizadas com recursos e metodologia para organizar e realizar esse tipo de pesquisa na magnitude que deveria ter, Isaac Kerstenetzky buscou apoio junto à Food and Agriculture Organization of United Nations (FAO)<sup>4</sup>. A decisão não foi somente acatada pelo governo militar: a pesquisa foi planejada e executada com a participação integral de dois técnicos da FAO, sob a égide do Ministério do Planejamento, órgão ao qual o IBGE estava subordinado. Uma vez aprovada, foi criada a equipe de coordenação do Endef, vinculada à presidência do IBGE, e foi decidido que a amostragem seria feita a partir da matriz do Censo de 1970. A partir dela, com os devidos ajustes, seria realizada uma pesquisa sobre orçamento e a despesa familiar, com foco na alimentação, algo até então inédito em um país do porte do Brasil.

O Estudo Nacional da Despesa Familiar (Endef) teve sua pesquisa de campo iniciada em 18 de agosto de 1974 e concluída em 15 de agosto de 1975, sob o governo do general Ernesto Geisel<sup>5</sup>. Ela foi precedida por três meses de intenso treinamento das equipes de campo, período em que cada pesquisador foi treinado para coletar informações obtidas através da pesagem de alimentos antes e depois de sua preparação e da medição e da pesagem de todos os residentes do domicílio selecionados. Esta rotina de pesquisa previa também a anotação de todas as despesas domésticas no período, de dois domicílios por vez, durante sete dias consecutivos. Além de preencherem os três questionários corretamente<sup>6</sup>, os pesquisadores foram instruídos também a registrar tudo o que suas observações diretas pudessem captar a respeito das condições de vida de cada domicílio visitado, bem como sobre seus residentes, na última página em branco

---

4 Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura, do Órgão das Nações Unidas, criada em 1945.

5 Em seus depoimentos fornecidos a Maria Celina D'Araujo e Celso Castro (1997), o ex-presidente Ernesto Geisel destacou a participação do Ministério do Planejamento e do Ipea, mas sequer mencionou o IBGE, especialmente para a formatação do segundo PND. Não obstante a importância que o Ipea teve, é impossível ignorar a importância do IBGE, salvo por questões políticas. O IBGE, também subordinado ao Ministério do Planejamento, além de ter sido responsável pela realização do Censo de 1970 (durante o governo Medici), mais adiante, realizou o Endef, durante o governo Geisel. Sem esses dados produzidos pelo IBGE, o segundo PND não poderia ter sido realizado.

6 O caderno de pesquisa com cerca de 60 páginas era formado por três tipos de questionários, cada um deles centrado em um aspecto do domicílio, sendo o mais importante e maior o questionário sobre alimentação.

do questionário reservada para tal. Com esses questionários minuciosos e os registros escritos livremente, o Endef entrou para a história do IBGE, inaugurando as pesquisas de orçamento para que fossem, de fato, institucionalizadas e tornadas regulares no organograma da instituição.

O Endef não foi apenas a primeira pesquisa realizada por qualquer governo e/ou instituição estatal brasileira a obter um conjunto mais completo de informações socioeconômicas sobre o país, mas também a pesquisa que levantou mais informações sobre os diversos aspectos da vida doméstica e familiar brasileira, até então inacessíveis aos levantamentos existentes. Nenhuma pesquisa anterior teve a abrangência do Endef. Diante desse fato, é impossível afirmar o significado político e institucional assumido pelo IBGE a partir da década de 1970 sem mencionarmos o Endef. Assim, em termos de informações nacionais obtidas por um órgão da administração pública do Estado brasileiro, existe um Brasil antes e depois do Endef, por sua abrangência e pela logística desenvolvida para a sua realização, no que diz respeito à coleta do “material quantitativo” durante sete dias consecutivos, o que permitiu a observação direta dos modos de vida da população investigada, conforme narrados posteriormente pelos próprios pesquisadores de campo.

Estabelecer essa conexão entre dados estatísticos sobre o orçamento, despesas domésticas (alimentação) e as contas nacionais, tomando como ponto de partida esse tipo de levantamento, baseado numa abordagem/amostragem censitária, foi um mérito do IBGE, em particular da gestão de Isaac Kerstenetzky. Outra relação importante e posteriormente desenvolvida pelo IBGE em pesquisas futuras foi a relação entre os demais itens de despesas que compõem o orçamento doméstico no Brasil, buscando distinguir o consumo alimentar do consumo de outros bens. Cabe notar que se tratava de uma decisão devida à relação complexa que ficara evidente já nos cotejamentos dos questionários com os registros da última página e, mais adiante, após a leitura e a classificação dos dois relatórios extras solicitados, que forneceram mais informações sobre a ocorrência de consumo de outros bens em situação de extrema pobreza, até mesmo em detrimento daqueles considerados essenciais, como a própria alimentação<sup>7</sup>.

Além disso, pela primeira vez foram levantadas informações mais minuciosas, em termos nacionais, sobre as formas de mercados existentes e/ou formas de circulação de bens, em termos quantitativos e qualitativos, por meio da observação direta de pesquisadores treinados. As informações permitiram também identificar e classificar inúmeras atividades ocupacionais emergentes e outras tantas formas de relação de trabalho, muitas delas problemáticas e já

---

<sup>7</sup> Quando os alimentos são adquiridos por meio da compra (feiras, mercados, supermercados etc), eles são bens, da mesma forma que outros, com a diferença de que são considerados um bem essencial.

consideradas ilegais (caso dos inúmeros registros de situações de escravidão ou de semiescravidão verificados).

Diante do exposto, torna-se importante deixar registradas as razões pelas quais outros dois relatórios extras foram solicitados aos pesquisadores/supervisores de campo. Essa necessidade se impôs quando se iniciou o processamento dos dados dos primeiros questionários, relativos ao primeiro semestre da pesquisa. Antes de serem digitados, os questionários passavam por uma equipe que fazia sua análise crítica<sup>8</sup>, que evidentemente supunha a leitura dos registros livres feitos pelo pesquisador na última página. Como previsto, esses registros causaram enorme impacto, mas, infelizmente, muitas observações feitas não se encontravam devidamente representadas nas informações quantitativas. Era comum que a equipe encarregada da crítica dos questionários lesse essas informações qualitativas contidas na última página dos questionários e se deparasse com informações fundamentais e até críticas sobre as condições de vida dos informantes, mas que permaneciam relativamente “invisíveis”, porque não se encaixavam nas partes quantitativas do caderno de pesquisa.

Diante da quantidade de situações dessa ordem que foram se acumulando logo nos primeiros meses de processamento dos dados, Luiz Affonso Parga Nina, em concordância com o presidente Isaac Kerstenetzky, decidiram solicitar a todas as equipes de campo os dois relatórios extras sobre os domicílios visitados e as localidades nas quais se situavam, de forma que os pesquisadores se sentissem à vontade para relatar com mais detalhes suas observações. Hoje, passados quase 50 anos da data inicial do Endef, considero a iniciativa uma demonstração cabal de sensibilidade metodológica e inovação fundamentalmente corajosa. Foi tomada no interior de uma instituição estatal, pública, em pleno regime militar<sup>9</sup>.

Meu ingresso no IBGE se deu nesse momento, quando os coordenadores do Endef formaram o GT<sup>10</sup> com o objetivo de ler os dois relatórios enviados pelos pesquisadores de todos os pontos do país. Diante do volume de documentos recebidos, a primeira providência foi realizar a avaliação inicial do material, para decidir como ele poderia ser metodologicamente explorado, ou melhor, decupado, a fim de auxiliar na crítica e na análise do material quantitativo.

---

8 A crítica consistia na leitura de todo o caderno para se verificar se havia erros de preenchimento, lacunas e inconsistências antes da digitação dos dados.

9 Desse modo, dois relatórios foram solicitados: o primeiro cobriu o primeiro semestre da pesquisa, e o segundo, o final do 2º semestre e o término do Endef.

10 O Grupo de Trabalho assim constituído foi composto por ex-supervisores e ex-pesquisadores de campo, isto é, pessoas que haviam realizado a pesquisa de campo e cujas equipes já haviam cumprido o organograma de trabalho nos municípios do RJ. Além disso, outras pessoas, como eu, foram contratadas em função de suas formações específicas, no meu caso, como bacharelada em ciências sociais e, em seguida, mestranda em antropologia.

Se havia alguma dúvida sobre a importância dos relatórios, ela foi desfeita nas primeiras explorações e leituras. Tínhamos em mãos um material sensível em todos os sentidos. Desse modo, o GT foi oficializado, e ficou decidido que o material deveria ser trabalhado à parte pela equipe. Essa decisão foi muito importante, considerando as informações sensíveis do material e o fato de que esse trabalho seria importante para uma compreensão maior do Endef e de seus desdobramentos futuros. Uma vez realizada a primeira exploração do material, a segunda providência foi passar à segunda fase de leitura dos relatórios, agora mais criteriosa, a fim de que pudéssemos discutir os critérios classificatórios que seriam usados para decupar o material em extratos, a serem organizados de acordo com os temas predominantes em todos eles. A ideia foi fazer extratos temáticos para pensar outras formas de explorar os relatórios, não apenas para fazer a crítica dos dados quantitativos, mas, quem sabe, pensar novas pesquisas a partir deles, sobre temas que interessassem à instituição e ao governo. Por conta de seu ineditismo, a leitura dos relatórios dos pesquisadores de campo provocou muitas discussões no GT, não apenas pelo conteúdo dos relatos, mas em função do tratamento metodológico a ser dado àquele material, no âmbito de uma instituição voltada para a realização de pesquisas estatísticas quantitativas.

Uma questão importante enfrentada pelo GT foram as controvérsias provocadas pelos demais departamentos do IBGE sobre a “cientificidade” daquele material, uma vez que, para alguns pesquisadores da instituição, ele foi produzido sem nenhuma orientação metodológica prévia. Sempre considerei que essa discussão servia para esconder uma disputa política e ideológica já existente no interior da instituição. Para nós, que compúnhamos o GT, nosso posicionamento foi apoiar o coordenador e nos comprometemos a realizar um bom trabalho de classificação do material, visando à sua utilização metodológica através de argumentos consistentes. Em primeiro lugar, era importante desfazer o argumento falacioso de que os relatórios “não eram válidos”. Essa representação não fazia sentido, uma vez que eles não foram escritos por “quaisquer pessoas”, mas pelos mesmos pesquisadores e supervisores que haviam realizado a pesquisa de campo durante um ano. Ou seja, as mesmas pessoas que receberam treinamento do IBGE durante três meses antes de realizar a pesquisa de campo, que conheciam bem o questionário e sabiam como preenchê-lo, que viajaram para locais distantes, entraram nos domicílios dos moradores selecionados, observaram e acompanharam suas vidas durante sete dias. Se a instituição considerava a percepção deles inválida para a escrita de dois relatórios sobre suas experiências de campo na pesquisa, todo o resto da pesquisa também estaria comprometida.

Em suma, o fato de a solicitação dos relatórios não ter sido prevista no organograma inicial da pesquisa e da instituição não os tornava um material ilegítimo em termos metodológicos. A



diferença era que um método de análise teria de ser concebido *a posteriori*, apoiado no método etnográfico que existe para dar conta dos imponderáveis e das situações imprevistas com as quais antropólogos se deparam em seu trabalho de campo. Assim, após o término da pesquisa de campo e após a leitura integral do conjunto dos relatórios, no momento em que os dados quantitativos já terminavam de ser processados para a análise, a leitura desse material classificado e em extratos poderia corroborar muitas decisões importantes. Portanto, é fundamental destacar que criou-se um método para a leitura dos relatórios, desenvolvido e cumprido por todos os membros do GT para marcar os trechos e se fazer as extrações. Para evitar ambiguidades e repetições aleatórias de conteúdo, o grupo sempre discutia qual seria a prioridade, e somente em alguns casos, diante da gravidade da situação, optou-se por replicar alguns conteúdos em outro conjunto de extrações<sup>11</sup>. Para encerrar essa rápida explanação etnográfica do método de trabalho do GT: não tenho dúvidas de que a concordância de Isaac Kerstenetzky com a ideia de solicitar os dois relatórios semestrais e, em seguida, criar um GT para estudá-los não consistiu em atender ao devaneio de um assessor, mas na intenção de transformar os relatórios resultantes de uma pesquisa social inédita como o Endef em uma experiência metodológica inovadora que servisse de inspiração para orientar e assessorar técnicos do IBGE em pesquisas futuras e abrangentes como aquela. Foi com esse cenário de futuro em mente que levamos adiante as discussões internas do GT, e que, mais adiante, possibilitou que realizássemos um “retorno ao campo”<sup>12</sup>.

## O ENDEF COMO PROJETO DE GOVERNAMENTALIDADE (SOBERANIA)

---

11 Quanto aos temas dos extratos, somente após todos os relatórios serem lidos e marcados é que foi possível pensar nos critérios para estabelecer os temas abrangentes. Assim, as categorias classificatórias abrangentes emergiram da leitura dos relatórios, tendo em vista os eventos e as situações que chamaram a atenção das equipes e dos pesquisadores em campo, bem como a importância deles diante dos demais resultados da pesquisa (quantitativa). Por fim, elas foram enxugadas e reduzidas, perfazendo um total de 7: “alimentação”, “casos extremos”, “condições de vida” (consumo de outros bens: roupas, calçados, utilidades domésticas, mobília etc.), educação, “moradia” (tipo de moradia – própria/alugada –, estado da casa, construção, materiais, contexto etc.), “saúde e higiene” e “transporte” (mobilidade).

12 Esse retorno ao campo implicou a seleção de uma pequena amostragem do contexto da amostragem geral do Endef, com as consequentes leitura e cotejamento entre os cadernos de campo e os relatórios relacionados aos domicílios que seriam revisitados, desta feita pelos pesquisadores do próprio GT. A mim coube visitar os domicílios pesquisados na Rocinha (RJ).

A primeira pessoa que mencionou para mim a importância da leitura de Michel Foucault para pensar o IBGE foi Luiz de Castro Faria, meu professor na UFF e no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional (PPGAS/UFRJ), em virtude das conversas que mantínhamos sobre o material do Endef. Naquela época, ele já me chamava a atenção para a importância estratégica do IBGE para a compreensão do regime militar. Embora a noção de governamentalidade ainda não estivesse em voga entre nós, até porque os seminários de Foucault sobre o tema foram ministrados em 1978 e 1979 e publicados posteriormente, Castro Faria já era um leitor atento de Foucault e sempre comentava comigo que, àquelas alturas, uma instituição estatal composta em grande medida por geógrafos e estatísticos merecia a atenção dos cientistas sociais.

Em função dessas conversas e de seu interesse pela questão, passei a compartilhar com ele os conteúdos dos relatórios de campo e as dificuldades que nosso grupo de trabalho enfrentava no próprio IBGE a respeito da “legitimidade” deles<sup>13</sup>. O que apresentarei a seguir não está baseado somente nessas conversas iniciais com o professor, mas nas leituras que fiz posteriormente sobre a noção da governamentalidade (FOUCAULT, 2008) em textos publicados muitos anos após minha passagem pelo IBGE, já como professora da Universidade Federal Fluminense (UFF), e em outros autores inspirados em Foucault, como AGAMBEN (2010), especialmente de 2013 em diante, influenciada pela “virada política” brasileira<sup>14</sup>.

No capítulo referente à aula de 25 de janeiro de 1978, Foucault destacou “as formas de normalização na disciplina e nos mecanismos de segurança”, mencionando a “implantação de uma nova tecnologia política: o governo das populações” (FOUCAULT, 2008, p. 73). Foucault aponta as razões que fazem da população algo a ser governado: “A população como operadora das transformações nos saberes”<sup>15</sup> (FOUCAULT, 2008, p. 73). Logo adiante, na aula de 1º de fevereiro de 1978, ele sugeriu um nome para essa nova tecnologia política, chamando-a de governamentalidade.

Vivemos na era da “governamentalidade”, aquela que foi descoberta no século XVIII.

---

13 Em dado momento, Castro Faria sugeriu que eu fizesse minha dissertação de mestrado sobre o IBGE. Por razões pessoais e institucionais, não segui sua sugestão na época, mas guardei-a comigo na memória, junto com a sugestão sobre a importância de Foucault para entender o IBGE, o Endef e o papel da geografia e dos estatísticos.

14 No início da 2021 ministrei um curso sobre neoliberalismo no PPGA/UFF, em torno de dois autores e livros mais recentes: *Homo sacer* (AGAMBEN, 2010) e *Inventando nossos selfs* (ROSE, 2011). O livro de Michel Foucault não fez parte da bibliografia obrigatória, mas foi bastante citado durante o curso.

15 Neste capítulo Foucault (2008, p. 73-116) apresenta considerações cruciais para refletirmos sobre a construção do Estado-Nação no Brasil no período republicano, ainda no século XIX, e sua relação com o pensamento social brasileiro, a partir da criação do campo das ciências sociais no Brasil, em especial da antropologia.

Governamentalização do Estado que é um fenômeno particularmente tortuoso, pois, embora efetivamente os problemas da governamentalidade, as técnicas de governo [sic] tenham se tornado de fato o único intuito político e o único espaço real da luta e dos embates políticos, *essa governamentalização do Estado foi, apesar de tudo, o fenômeno que permitia ao Estado sobreviver*. E é possível que, se o Estado existe tal como ele existe agora, seja precisamente graças a essa governamentalidade que é ao mesmo tempo exterior e interior ao Estado, já que são as táticas de governo que, a cada instante, permitem definir o que deve ser do âmbito do Estado e o que não deve, o que é público e o que é privado, o que é estatal e o que é não-estatal. Portanto, se quiserem, o Estado em sua sobrevivência e o Estado em seus limites só devem ser compreendidos a partir das táticas gerais da governamentalidade. (FOUCAULT, 2008, p. 145, grifo nosso)

A citação longa com o destaque acima reafirma a introdução deste artigo, ao destacar que o regime militar, além de ter optado por manter a união e o federalismo, foi estatista, em especial durante o governo de Ernesto Geisel. Aqui me adianto um pouco mais para afirmar que essa decisão não foi tomada por razões “democráticas”, visto que ainda vivíamos em um regime de exceção, mesmo que se colocasse em oposição à “linha dura”. O objetivo da decisão era dar condições para que o regime militar encontrasse sua própria razão de ser, inclusive para a sua possível continuidade. Assim, creio que, paralelamente à repressão, houve também um projeto de “pacificação” através de uma “forma técnica” de governar – cabendo aí a noção de governamentalidade –, uma vez que envolvia um conjunto de inovações e tecnologias sociais não apenas para fins de mensuração e avaliação do território e seus recursos<sup>16</sup>, mas para fins de planejamento de políticas de governo voltadas para a “população”.

Não por acaso, ao destacar a reforma administrativa do IBGE iniciada em 1967 e concretizada de fato a partir da nomeação de Isaac Kerstenetzky em 1970, meu objetivo foi tomar a reforma do IBGE como um caso exemplar desse processo de “pacificação” e também de “reinvenção” do Estado, da República e das próprias instituições públicas (estatais) e políticas. Nesse sentido, a nomeação de Isaac Kerstenetzky foi providencial para que os militares, junto com os funcionários técnicos do próprio IBGE, realizassem com sucesso o Censo de 1970. Essa de fato foi uma primeira ação do regime bem-sucedida para os planos de desenvolvimento nacional (PND) no contexto da instituição, uma vez que, até hoje, o Censo de 1970 é

---

16 Vale dizer que entre os órgãos criados pelo regime militar encontra-se a Embratel, que realizou uma revolução no campo das comunicações no país e forneceu informações cada vez mais precisas sobre o território brasileiro: “A empresa foi criada em 16 de setembro de 1965 pelo então presidente Castelo Branco, como empresa de economia mista de controle estatal. Tornou-se braço de longa distância do sistema Telebrás, criado também durante a ditadura militar em 1972. A Embratel era a responsável pelas comunicações via satélite no Brasil, e a expressão ‘via Embratel’ tornou-se sinônimo de transmissões via satélite no país, especialmente através da televisão (EMBRATEL, Wikipedia). Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Embratel>. Acesso em: 24 mar. 2023.

considerado um marco decisivo na história censitária do Brasil. O sucesso se deveu sobretudo à boa reputação de Isaac Kerstenetzky no âmbito do pensamento econômico e estatístico de sua época, conforme expressou Alexandre de Paiva Rio Camargo:

O imperativo do planejamento implicava que o Instituto deveria atuar em parceria direta com o recém-criado Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, produzindo as estatísticas econômicas que a este último caberia analisar. A cooperação entre os dois órgãos era uma exigência da agenda de governo, doravante elaborada segundo as diretrizes de planejamento. As duas entidades ficavam, assim, separadas por autonomia e especialização funcional, mas suas atividades deveriam ser interdependentes e harmonizadas, aos olhos do governo. (CAMARGO, 2006, p. 188).

Dando continuidade ao meu argumento, no caso do regime militar temos duas faces muito nítidas: o autoritarismo político (via repressão) e a implantação de um “projeto de governamentalidade”, de acordo com “o imperativo do planejamento” para a criação dos Planos Nacionais de Desenvolvimento (PDN), em suma, as partes de um amplo projeto desenvolvimentista, de caráter estatista. O IBGE foi um dos *locus* principais para a promoção dessa nova técnica de governo que, na época, foi desenvolvida em parceria com outros órgãos, como o Ipea, igualmente subordinado ao Ministério do Planejamento. Muitos anos depois, constatei que essa nova técnica de governo se encaixava muito bem nos três princípios destacados por Michel Foucault em seu livro *Segurança, território e população* (2008).

Porém, para entendermos o lugar exato do IBGE no organograma de governo daquele momento, é importante termos em mente o que Foucault (2008) denomina de “dispositivos de segurança”, em particular quando ele menciona a relação do governo com o que denominou de “acontecimento” – neste caso, ele se referiu explicitamente ao tema da “escassez alimentar”. É de conhecimento público que o Endef foi projetado e realizado tendo como um de seus objetivos principais fazer o primeiro levantamento nacional, por amostragem domiciliar, das condições alimentares e nutricionais da “população brasileira” (1974-1975). Isso não é pouca coisa. A razão para tal levantamento poderia ser resumida brevemente: a fome e as consequências políticas que ela poderia ter. Pobreza e fome já eram narradas em prosa e verso, e sua presença em nosso imaginário social e popular era marcante. Mas faltavam os números e os “acontecimentos”, ambos providenciados pelos militares na década de 1970.

A primeira tarefa, uma vez que o GT teve acesso aos questionários preenchidos, foi cotejar os questionários com os relatórios dos pesquisadores de campo, além de acompanhar as primeiras publicações e a divulgação dos resultados do Endef, especialmente as tabelas sobre alimentação. Todos esses procedimentos foram realizados ao mesmo tempo em que eram

feitas as leituras do relatório. Isso nos permitiu ter uma compreensão abrangente da pesquisa a partir de sua devida fundamentação estatística, isto é, técnica. Não se trata de superestimar a estatística, mas é importante reafirmar que, do ponto de vista da lógica da governamentalidade ela fazia sentido, tendo-se tornado uma importante ferramenta de governo – seja para a produção dos acontecimentos (eventos e dados e vice-versa), seja para elaboração de suas justificações científicas, econômicas, jurídicas e políticas. Os relatórios de campo, portanto, foram lidos a partir do conjunto mais abrangente das ferramentas metodológicas utilizadas para que pudéssemos pensar novas questões a serem exploradas. Uma delas era poder elaborar mais tecnicamente algumas categorias sociais tradicionais, como a própria noção de “fome” *vis-à-vis* à noção de “escassez alimentar” proposta pela FAO e pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Não se tratava de uma idiosincrasia qualquer – o fato é que “fome” era para nós uma categoria êmica, englobante com muitos sentidos, todos eles contextuais, envolvendo ainda a questão moral e religiosa que resistia à diversidade de situações críticas sobre as condições alimentares da população. Entre a escassez alimentar e a inanição absoluta há um grande espectro de situações e combinações, todas elas bastante complexas, que precisavam ser mais conhecidas e mensuradas em suas particularidades nutricionais e sociais. Como escreveu Foucault (2008), a “fome” pode ser o resultado de muitos acidentes e acontecimentos, desde catástrofes naturais e ambientais, interpretadas como castigos divinos, a conflitos e guerras, muitos deles não previstos. A escassez, porém, é produzida social e politicamente.

Josué de Castro (2022), cujo livro<sup>17</sup> é o mais importante escrito sobre o tema no Brasil, foi quem abordou o “problema da fome” já como um evento essencialmente político. Na condição de cientista social, geógrafo, médico, nutrólogo e político, foi quem efetivamente desconstruiu a relação de causalidade falaciosa entre os “acidentes naturais” e as formas de “fomes” existentes no Brasil. Em termos teóricos e econômicos mais abrangentes, Karl Polanyi (1944) e Marshall Sahlins (1972)<sup>18</sup>, antes de Foucault, já haviam escrito que a proeminência do mercado no capitalismo causava seu desenraizamento da vida social, tendo como corolário a promoção da escassez. Foi por essa via que ambos criticaram o conceito formalista e utilitarista da economia<sup>19</sup>, tão em voga entre os economistas ocidentais. Mais adiante, o próprio Foucault

---

17 A primeira edição de *Geografia da fome, sete palmos de terra e um caixão* é de 1946.

18 Me refiro ao capítulo do livro *Stone age economics* (GRUYTER, 1972), ao qual tive acesso ainda na graduação.

19 Não me aprofundarei no debate de Polanyi neste artigo, mas foi ele quem inaugurou no debate econômico de sua época a tese de Foucault, com a diferença de que este se ateu ao processo de desenraizamento do econômico ocorrido na França. O que para Foucault constitui as técnicas de governo e os dispositivos que são criados para tal e se apoiam em uma perspectiva cada vez mais especializada dos saberes, corresponde ao que Polanyi descreveu a respeito da própria economia, quando ela se afastou das ciências humanas, constituindo assim, seu principal

explicitou com clareza os meandros do problema no mundo ocidental europeu do século XVIII (na França), de como a fome passou a ser distinguida da escassez alimentar pelos próprios governantes. “Vou tomar diretamente um exemplo, o da escassez. A escassez alimentar, que não é exatamente a fome, [...] É um estado de raridade, de fato, que faz os preços subirem”(Foucault, 2008, 40)<sup>20</sup>.

Embora os textos de Foucault sobre a questão ainda não tivessem sido escritos, as informações dos cadernos de pesquisa e dos relatórios ilustravam muito bem tanto o processo discutido por Polanyi (1944) como por Sahlins (1972), ou seja, apontavam para uma “grande transformação” na sociedade brasileira, tanto no campo quanto nas cidades, da década de 1960 em diante. É por essa razão que os poucos resultados obtidos no Censo de 1960 já não explicavam muita coisa sobre a realidade brasileira em 1974 e 1975. É fundamental esclarecer que foi o Censo de 1970 que apresentou em termos estatísticos essa “grande transformação”, já em adiantado processo, e o quanto ela havia avançado e deixado suas marcas demográficas pelo caminho. Eram dois Brasis, com a variante de que o Brasil urbano havia surgido, mais uma vez como a história do capitalismo nos ensina, a partir da produção da escassez e, pior, sem uma industrialização suficiente nas cidades capaz de absorver o contingente populacional que abandonava o campo “a caminho da cidade”.

De fato, as discussões propostas anteriormente por Polanyi e Marshal Sahlins convergiam com as reflexões de Foucault, o que ia também ao encontro das percepções dos coordenadores do Endef em relação ao valor estratégico dos relatórios de campo, nos quais a categoria genérica “fome” já se apresentava inadequada em termos técnicos e estatísticos diante das mudanças observadas no Brasil, uma vez que muitas situações verificadas durante a pesquisa se tratavam não somente de “fome”, mas resultantes da escassez alimentar generalizada que, mais adiante provocaria um problema muito maior, qual seja, a mudança do perfil demográfico da sociedade. Uma análise abrangente do Censo de 1970 e dos dados iniciais do Endef mostravam que ocorrera um deslocamento de tal ordem das populações rurais brasileiras para as cidades que a população do país, em menos de duas décadas, tornara-se urbana. Pelo fato de todas essas populações estarem “desenraizadas socialmente”, o “acontecimento” produzido não gerou exatamente o desenvolvimento das cidades, mas promoveu nelas as mesmas condições de escassez, expondo as populações migrantes à insegurança e maior vulnerabilidade. Rumavam em direção à pobreza ao mesmo tempo que produziam a pobreza urbana, algo inteiramente novo e desconhecido

---

argumento contra os formalistas.

20 Aqui cabe uma observação similar em relação a Marshall Sahlins. Em dois livros seminiais, ele desconstruiu a teoria formalista da Economia. O primeiro foi publicado em 1972 e o segundo em 1979.



para elas e para os próprios governantes do país. De acordo com os técnicos da FAO, àquela altura o Brasil já convivia com todas as situações consideradas críticas contidas no vocabulário técnico da FAO e da OMS. Assim, do ponto de vista dos planos nacionais de desenvolvimento a serem realizados, não havia como sustentar a noção abrangente de “fome”, pois de acordo com a ideologia da “segurança nacional”, era preciso usar de forma rigorosa a classificação da economia, que define a escassez alimentar como um ente eminentemente técnico, mensurável e objetificável em termos estatísticos.

O problema, é que para os cientistas sociais, a controvérsia com os economistas continuava a fazer sentido. A escassez nas cidades continuava a ser motivada pela ausência dos alimentos nos postos varejistas nas regiões periféricas e mais pobres dos centros urbanos, além de trazer consigo a inflação. Efetivamente, ao relacionar os dados do Censo de 1970 com os cadernos e relatórios de campo do Endef (1974-1975), tínhamos diante de nós um cenário bastante distinto e preocupante que se coadunava muito bem com a citação abaixo.

A escassez alimentar é um fenômeno cujas conseqüências imediatas e mais sensíveis aparecem, claro, inicialmente no meio urbano, porque afinal de contas a escassez alimentar é sempre relativamente menos difícil de suportar – relativamente – no meio rural. Em todo caso, ela aparece no meio urbano e acarreta quase imediatamente, e com uma grande probabilidade, a revolta. Ora, é claro, desde as experiências do século XVII, a revolta urbana é a grande coisa a evitar para o governo. (FOUCAULT, 2008, p. 40-41).

O que se destacava nos dados dos questionários e nos relatórios de campo era o fato de que o tema da escassez alimentar se tornara mais visível e sensível no Brasil à medida que contingentes populacionais se deslocaram para as cidades e foram obrigados a se tornarem bruscamente consumidores. A visibilidade da falta de trabalho, pobreza e fome era rapidamente exposta e identificada como “miséria” no contexto urbano, ao mesmo tempo em que tornava a situação alimentar crítica, quanto mais a população era obrigada a substituir os alimentos de sua dieta alimentar básica por alimentos processados ou sobras do que podiam comprar ou ganhar. Ou seja, uma vez deslocando-se para as cidades como migrantes, deparavam-se com outros eventos provocados pelas mãos invisíveis do mercado, como a indústria alimentar e eram obrigados a comer o que era ofertado – no mercado ou por doação –, não aquilo que produziam e se habituaram a comer para se alimentar. Mesmo não se podendo falar de “fome” (inanição), a mudança brusca dos padrões alimentares em meio à pobreza era um caminho em direção à subnutrição, à insegurança ou ao risco alimentar. Os migrantes eram expostos ao mesmo tempo à escassez alimentar e aos seus corolários mais perversos no meio urbano, como a outras formas sociais de escassez causadas pela impossibilidade de recorrerem aos esquemas tradicionais de

solidariedade. Viver nas cidades significava ampliar despesas em todos os sentidos, por causa de outros bens necessários, em função das exigências da vida citadina, o que reafirmava cada vez mais a condição ao mesmo tempo de escassez, pobreza e de consumidor. Diante de uma oferta cada vez maior de bens, o dilema do consumo se impunha, enquanto as despesas de alimentação tornavam-se mais elevadas. Em suma: mal havíamos nos tornado uma sociedade urbana e rapidamente já possuíamos um elevado índice de pobreza urbana, por conta da pobreza provocada pela migração. Não por acaso, essa realidade passou a fazer parte do cenário urbano, no caso, crescimento das favelas e dos aglomerados das periferias..

Embora a população urbana mais tradicional estivesse concentrada em certas regiões e territórios, alguns deles já densamente povoados, onde desfrutavam de recursos e qualidade de vida, o fato é que o meio urbano brasileiro mudou drasticamente nesse período. Somente a partir do crescimento do terciário urbano no decorrer das décadas de 1970 e 1980, é que uma parte dessa população foi sendo absorvida pelo setor da construção civil e por outros empreendimentos econômicos que foram surgindo e não dependiam tanto de mão de obra qualificada. Esse aumento de empregos, no entanto, não foi suficiente para atender a demanda de pessoas que continuavam a chegar sem qualificação, formando um círculo vicioso de desemprego estrutural. Infelizmente não há condições, nesse momento, de aprofundar a questão ligada ao modo como o processo de urbanização no país constituiu um fator determinante para a produção da pobreza no Brasil contemporâneo. Chamo atenção para o fato de que no GT desenvolvemos muitas discussões a respeito, dado o interesse que Parga Nina possuía pelo tema da pobreza. Infelizmente, incompreensões e disputas políticas à parte, essas discussões não tiveram tempo para serem devidamente amadurecidas e publicadas por causa do término do Endef e a saída de Isaac Kerstenetzky em 1979. Mas até onde fomos levantávamos algumas relações entre essa forma de pobreza que se instalara muito rápido nas grandes cidades brasileiras e a insegurança alimentar no Brasil urbano que, no período, passou a atingir também setores das camadas médias baixas e médias por meio da mudança dos hábitos alimentares tradicionais, com a substituição acelerada pelos alimentos processados. Substituição esta, provocada em grande medida por um novo equipamento urbano – o supermercado – que se espalhava rapidamente pelas cidades, ao mesmo tempo que criava “desertos alimentares” nas periferias e nos bairros menos nobres, corroborados pela cultura da inflação que se estabeleceu paralelamente.

A situação era tão alarmante que, em determinado momento da leitura dos relatórios, Parga Nina considerou necessário um “retorno ao campo” em algumas regiões, a fim de que os membros do GT revisitassem alguns domicílios da amostragem do Endef. O fato de termos duas ex-supervisoras de campo no GT, ambas sociólogas (uma do estado do Rio de Janeiro e

outra da Bahia), facilitou bastante a organização do trabalho de campo, que contou ainda com a participação de ex-pesquisadores e pesquisadores recém-chegados ao GT. O propósito desse “retorno” não foi motivado por divergências quanto aos dados coletados anteriormente, mas pela finalidade de observar mais detidamente as condições de precarização geral da vida que conduzia à pobreza e à escassez alimentar generalizada em meio ao processo de urbanização crescente. O objetivo era sobretudo investigar as percepções que os moradores dos domicílios visitados durante o Endef tinham da situação, nos contextos rurais e urbanos dessas regiões, no caso, o sul da Bahia, o interior do Rio de Janeiro e a cidade do Rio de Janeiro. Como a pesquisa era recente e os pesquisadores do Endef haviam sido bem aceitos pelos moradores, não houve problemas de recepção, e os resultados confirmaram muito daquilo que já havíamos discutido durante a leitura dos relatórios de campo.

Tendo optado por permanecer no Rio de Janeiro fiz os levantamentos em domicílios pesquisados durante o ENDEF situados na Rocinha. Lá chegando, me deparei com domicílios de migrantes recém-chegados e me interessei pelas percepções deles em relação às suas condições de vida no Rio, comparadas com aquelas que tinham antes de migrar, especialmente no quesito alimentação – foco da pesquisa do Endef – e das condições de moradia que me chamaram atenção. Pela primeira vez pude observar de perto a pobreza extrema associada ao consumismo. Em alguns domicílios que visitei, apesar da escassez alimentar estar muito próxima da situação de risco alimentar e as condições de moradia serem muito precárias, isto é, barracos de madeira com apenas um cômodo pequeno, sem ventilação, sem mobília, mas onde no entanto havia um aparelho de televisão, geralmente de segunda mão, que ficava ligado o tempo todo. Essa situação causou-me um impacto profundo, uma vez que muitas vezes não havia nem sequer fogão ou geladeira, bens que, de acordo com o senso comum, eram considerados essenciais. A partir dessas cenas, passei a ter um interesse especial pelo papel da comunicação na conformação desse cenário de pobreza urbana no Brasil. Passei a refletir sobre o modo como a mídia promovia não apenas esse processo de “desenraizamento” social, substituindo-o por um tipo de imaginário elusivo, ficcional, em relação aos modos de vida da cidade, associando-os à liberdade, ao hedonismo, ao acesso ao consumo etc. Ao mesmo tempo, contribuía para alterar as percepções anteriores que os entrevistados tinham de suas condições de vida tradicionais e das próprias cidades para onde iam. Uma vez na cidade, mesmo migrantes e pobres, as pessoas acreditavam que teriam mais escolhas e oportunidades. Afinal, o que era melhor? Ser pobre no campo ou ser pobre na cidade grande? De que forma essa lógica agia insidiosamente para promover a ideia de que viver na cidade, mesmo na pobreza, implicaria algum tipo de ganho?

Nos termos de Foucault, minha percepção fazia sentido, e as novas observações junto

à leitura dos relatórios me permitiram identificar a existência de uma diferença “filosófica e cosmológica” em relação à escassez e à pobreza entre os dois contextos, o rural e o urbano, do ponto de vista dos moradores e também dos pesquisadores (que escreveram os relatórios).

Do ponto de vista dos migrantes, o rural já vinha sendo percebido pelo viés da raridade em todos os sentidos, sobretudo da raridade causada pelos impedimentos e a falta de acesso à terra para plantarem suas roças e reproduzirem seu modo de vida como antes. Sem terra para plantar, sem trabalho, a solução que tinham à disposição passava a ser a migração. Para todos os efeitos, a TV tornou a cidade o lugar da abundância, onde haveria sempre alguma coisa para fazer e alguma atividade para ganhar dinheiro, nem que fosse a mendicância. Nesses termos, as tradições e a religiosidade já não prevaleciam sobre as decisões de permanência no campo. Mesmo percebida como um infortúnio, a pobreza não era mais vista como um castigo divino ou um destino. Enquanto isso, no contexto urbano a pobreza e a escassez alimentar evidenciavam para eles o caráter econômico e político dessa raridade, especialmente em cidades como o Rio de Janeiro, pela maior proximidade entre pobres e ricos facilitada pela própria paisagem das áreas nobres da cidade. A escassez alimentar ficava evidente como problema econômico e político porque ela passava a estar diretamente vinculada e associada à falta de dinheiro e trabalho para comprar os alimentos expostos nos supermercados, bem como à falta de mais ofertas de mercados em outras áreas menos nobres da cidade.

Nesses termos, a própria cidade também era mapeada e percebida de modo diferente pelos recém-chegados. Dependendo do lugar, era melhor morar até na rua, embaixo de uma ponte ou de uma marquise, pois certamente as chances de se alimentar melhor aumentariam, nem que fosse através da mendicância e/ou da dádiva dos passantes e dos estabelecimentos comerciais (mercados, restaurantes, bares, padarias) que forneciam sobras. De muitas formas, a mendicância poderia ser entendida como uma forma de atividade e ganho, pelo menos durante algum tempo, além de ser uma garantia mais rápida de se obter algum dinheiro. Em certas áreas das cidades, com algum dinheiro em mãos, era possível comprar alguns bens – alimentares ou não. Isso não era possível no campo nem mesmo nas regiões periféricas, onde prevaleciam os “desertos alimentares” (ausência de abastecimento, mercados, postos varejistas).

De fato, foi interessante observar que o setor alimentar foi o que mais floresceu e se desenvolveu apesar da inflação, através do crescimento das grandes redes de supermercado no Brasil ocorrido nas décadas de 1970 e 1980, em meio à urbanização galopante e a uma economia hiperinflacionária, alterando o cenário urbano e a mudança dos hábitos alimentares brasileiros, baseado no incentivo cada vez maior ao consumo de alimentos processados e industrializados, que alteraram não somente o gosto, mas, fundamentalmente, a saúde dos brasileiros. Enquanto

isso, alimentos mais tradicionais – verduras, frutas e legumes – foram se tornando cada vez mais “escassos”, isto é, mais caros e menos frequentes nas redes de mercado mais populares, deixando de existir na dieta das camadas mais pobres a ponto de eles se alimentarem quase que exclusivamente de alimentos processados. Essa mudança em direção à insegurança alimentar foi observada e constatada em grande medida no Endef, em termos quantitativos e qualitativos, não somente pela raridade provocada pela escassez ou pelo encarecimento, mas também resultante da preferência causada pela desinformação produzida pela propaganda ostensiva e sem controle de agências reguladoras, resultando numa mudança no paladar que foi afastando os consumidores dos alimentos mais saudáveis. Alguns alimentos como a carne, por exemplo, já não apareciam nas refeições das classes populares, tendo sido substituída pelos embutidos.

Tanto o Censo de 1970 quanto o Endef confirmaram o que alguns estudiosos já haviam percebido e debatiam em termos macroeconômicos. O Brasil tornara-se um país urbano por causa dos problemas insolúveis no campo (reforma agrária) e não pelo desenvolvimento industrial ou comercial. Tampouco os migrantes que chegavam às cidades vieram preparados para serem trabalhadores urbanos. Suas habilidades como trabalhadores rurais não se coadunavam com as habilidades requeridas na cidade. É possível dizer que o campo não estava preparado para perder boa parte de sua população – o que se comprovou com as várias crises de abastecimento durante as décadas de 1970 e 1980, reforçadas pela inflação galopante. Por sua vez, as cidades também não estavam preparadas para receber essa população.

Com exceção dos grandes centros urbanos, o setor de serviços da década de 1970, o chamado de terciário urbano, ainda era pouco desenvolvido, em comparação com o dos países desenvolvidos. Desse modo, o que prevaleceu como oferta de trabalho para a maior parte dos migrantes foi o trabalho doméstico (para as mulheres) e a construção civil (para os homens). Fora disso, somente uma minoria conseguiu se profissionalizar e ser absorvida pelo comércio e pelas ocupações mais qualificadas na indústria. A grande maioria encaminhou-se para o mercado informal de trabalho. No caso do trabalho doméstico, não havia ainda uma legislação que protegesse a empregada doméstica, a carteira de trabalho não era obrigatória, o que redundava na ausência de direitos e na existência de muitas formas de exploração. Ao fim e ao cabo, se houve beneficiários das migrações urbanas desse período e da pobreza, foram as camadas médias e as elites urbanas por terem se favorecido da elevada oferta de mão de obra disponível, que se submetia ao trabalho informal e sem direitos, o que facilitou a liberação da mão de obra feminina das camadas médias urbanas para o mercado de trabalho mais qualificado, que exigiam estudo, no caso o 2º grau completo e até universitário. É nesse período que também se observou o aumento da presença feminina no ensino superior. Nesses termos, o “caminho da

cidade” não foi exatamente uma “solução e um meio de desenvolvimento”, mas o modo como o Brasil criou uma modernidade artificial, ao favorecer a liberação da força de trabalho feminina das camadas médias urbanas.

Para Foucault, um atributo crucial da urbanização (modernidade) é a “substituição da percepção do infortúnio pela matriz filosófica e moral ‘baseada na má natureza do homem’ ” (FOUCAULT, 2008, p. 41). Esta afirmação cabe muito bem no caso brasileiro, para explicar como esta substituição não promoveu a consciência política da população migrante recém-chegada, que se submeteu à exploração, menos ainda nas camadas médias e altas para as quais ela passou a trabalhar. Uma vez tendo sido diretamente beneficiadas pela mão de obra barata e disponível para os serviços domésticos, para construtoras e para o trabalho informal e precário, as elites brasileiras acabaram por internalizar a exploração dessa mão de obra como um direito natural. É interessante observar que os primeiros movimentos feministas no Brasil surgiram nesta época, sendo essencialmente urbanos, formados por mulheres de camadas médias. A “liberação feminista” no Brasil foi muito mais uma atualização da logística da organização doméstica escravocrata. De fato, o que houve foi uma estratégia de ascensão econômica e social de um segmento de classe graças à maior inserção feminina no mercado de trabalho qualificado, do que propriamente um fenômeno estrutural relacionado ao desenvolvimento econômico e social do país.

## **UMA BIOPOLÍTICA DOS “TRISTES TRÓPICOS”**

Considerando as informações sensíveis contidas nos relatórios, desde o início a coordenação do Endef foi orientada a não divulgá-los. Quanto aos resultados da pesquisa, foi necessário assumir uma linguagem técnico-científica, no que diz respeito à divulgação e ao modo de apresentação das situações críticas de pobreza, insegurança e risco alimentar. Dessa forma, pouca informação chegou ao grande público; mesmo as tabelas publicadas eram organizadas e destinadas a um público especializado. O que a mídia divulgou foram reportagens em que os protagonistas eram os próprios pesquisadores e suas balanças. Conhecida também como a “pesquisa da balança”, o Endef chamou atenção pelo instrumento utilizado e pelo método de coleta principal adotado, que exigia que os pesquisadores visitassem o domicílio selecionado durante sete dias consecutivos, pelo menos duas vezes por dia. Como disse, lá anotavam os cardápios das refeições e todos os alimentos a serem utilizados no preparo das refeições



diárias, além das sobras; registravam todas as despesas e tudo mais que lhes chamasse atenção. Sobretudo, e muito importante, pesavam e mediam os moradores.

Nesta última parte do artigo, gostaria de destacar este outro fato muito importante e que resultou num vasto material de informações detalhadas sobre os “exames” efetuados nos corpos dos moradores, obtidos a partir do contato direto com seus corpos e da observação que os pesquisadores fizeram, incluindo suas medidas, tiradas a cada dia. Evidentemente, essas informações foram extraídas a partir dos tópicos estabelecidos nos questionários, mas que não previram certas situações. A página final para os registros e posteriormente os dois relatórios permitiram que cada pesquisador pudesse detalhar as particularidades físicas e corporais dos moradores, não somente suas medidas, ou os quesitos raciais, mas os tipos e estado das peles, cabelos, unhas, independente de terem mantido com eles um diálogo a respeito durante os 7 dias. Em muitos sentidos e de várias formas, seus corpos foram objetos de avaliações escrutinizadas. Assim, a primeira observação a ser feita é que uma pesquisa como esta só poderia ter sido realizada em um regime de exceção. Em outro contexto e nos tempos atuais, ela seria impensável, inclusive do ponto de vista ético. É importante destacar ainda que essa atenção dedicada aos corpos dos moradores não prevaleceu apenas por conta de uma atitude científica, mas em grande medida orientada por uma perspectiva racista bastante próxima à perspectiva de alguns pensadores sociais brasileiros do início do século XIX. A esse respeito, vale a pena citar Agamben (2010), pela menção que faz a Foucault em sua introdução ao *Homo sacer*:

Uma das orientações mais constantes do trabalho de Foucault é o decidido abandono da abordagem tradicional do problema do poder, baseada em modelos jurídicos institucionais (a definição da soberania, a teoria do Estado), na direção de uma análise sem preconceito dos modos concretos. Como que o poder penetra nos próprios corpos de seus sujeitos e em suas formas de vida. (AGAMBEN, 2010, p. 9).

Não foi por acaso que os registros e os dois relatórios de campo foram classificados como confidenciais e para uso exclusivo dos pesquisadores, o que punha seu conteúdo sob censura. A abordagem dos corpos dos moradores era algo que se situava entre o consentido e o coercitivo e fazia lembrar as instituições totais. Além disso, era possível constatar a autoridade desfrutada pelos pesquisadores, bem como os registros realizados nos cadernos de pesquisa, que pressupunham o manejo das categorias técnicas do campo da nutrição e da antropometria. Uma vez expostos a esse conteúdo, nós, pesquisadores do GT, tivemos inúmeras situações em que debatemos as classificações pressupostas nos questionários, bem como as representações dos pesquisadores. Uma delas dizia respeito à noção de comestibilidade, uma vez que os próprios pesquisadores de campo afirmavam que ela influía diretamente na aparência dos corpos, por

conta da situação de insegurança e risco alimentar.

Muitos pesquisadores narraram que, durante o período de pesquisa constataram que as pessoas ingeriam “coisas” que, segundo os critérios da FAO e das próprias pessoas, não eram consideradas “alimentos” nem “comida”. Até certo ponto, nós, enquanto membros do GT, concordávamos que os critérios de comestibilidade são variáveis e definidos por cada grupo humano. Admitia-se também que o rompimento desses critérios servia para sinalizar muitas situações, desde uma situação de risco até uma mudança de padrão alimentar. Nesse sentido, concordava-se que nenhuma “fronteira” alimentar poderia ser considerada, *a priori* e de forma rígida, “impossível de ser rompida”, até porque a espécie humana é onívora, embora essa condição não signifique e justifique nunca a ingestão de “qualquer coisa”.

Assim sendo, como o objetivo maior do Endef era avaliar as condições alimentares da população brasileira para fins de planejamento, com destaque para situações de insegurança e risco alimentar, salvo exceções, o rompimento de alguns limites estava previsto, e as circunstâncias em que ocorriam deveriam ser observadas atentamente, em função das condições socioambientais, além, é claro, das condições econômicas de cada domicílio, em face das formas de produção locais, mercados, composição étnica e cultura. Apesar disso, muitos relatórios apresentaram informações surpreendentes, talvez porque alguns domicílios fossem mais isolados, o que poderia justificar certas ingestões estranhas. Mas diante da grande incidência de casos de ingestões “estranhas”, o GT decidiu pela criação de um extrato intitulado “Casos Extremos” no qual seriam incluídos todos os registros feitos sobre as formas de ingestão julgadas “para além” de certas fronteiras, da mesma forma que os registros sobre a corporalidade que apresentavam, até para que pudéssemos observar como os pesquisadores faziam a conexão entre estas ingestões e a descrição dos corpos observados por eles. De acordo com o relato dos pesquisadores, muitos moradores ao relatarem certos tipos de ingestão, o faziam contragidos, pois sabiam que haviam ultrapassado certas fronteiras. Como foi estabelecido, tratava-se de casos limites de ingestão que precisavam ser averiguados. Mais uma vez, o velho fantasma da “fome” voltava às nossas cabeças. Afinal, barro, terra, minhocas, lixo, etc não poderiam ser classificadas como alimento, comida. Eis o X da questão.

Novamente estávamos diante de informações e dados que desafiavam a neutralidade estabelecida pela ciência. A discussão sobre a noção de “fome” teve de ser retomada, pois ela não significava ausência de ingestão. Ao contrário, certas formas de ingestão aconteciam por causa da fome, causada pela escassez alimentar, portanto, não era algo ocasional, mas tornara-se frequente em muitas regiões do país por conta de várias situações de (des)ordem econômica e social. Nesse sentido, a escassez alimentar, enquanto resultado da produção da raridade, não

fazia as pessoas “morrerem de fome” por inanição apenas, mas, antes disso, fazia com que elas abrissem mão de sua humanidade, rompessem com seus próprios critérios de comestibilidade, levando-as a uma situação de “(im)pureza” e “perigo” (DOUGLAS, 1976) e, segundo os relatos dos pesquisadores, apresentando deformidades consideráveis em seus corpos. Muitos relatórios destacaram essas “deformidades” sob a alegação de que eram causadas pelas ingestões de “coisas estranhas” e que estas haviam comprometido severamente a aparência corporal dos moradores, muito embora essa relação de causa e efeito não tenha sido verificada por autoridades médicas.

Houve, entretanto, um evento cuja situação e contexto levaram a uma controvérsia importante, pois o fato aconteceu no ABC paulista, um contexto eminentemente urbano onde a ocorrência de ingestão de “coisas” não comestíveis chamara mais atenção dos demais moradores, ao contrário de outras ocorrências, dadas às condições de isolamento de muitos “domicílios” rurais. Trata-se do caso da “carne de rato”, cuja pesagem dos restos foi feita e anotada no caderno de pesquisa, mesmo com os próprios moradores do domicílio tentando encobrir o fato, mesmo diante das evidências. Somente posteriormente admitiram, mesmo assim porque houve a denúncia de que o rato de fato fora ingerido (relatório de campo). Esse é um episódio que ilustra bem o tema da biopolítica e do biopoder. Mais ainda: põe em relevo as formas de controle que o Estado possui ao realizar pesquisas como essas para obterem informações, mas não publicizá-las e ao mesmo tempo não fazer o que deve ser feito. Ao lermos o relatório do pesquisador, decidimos discutir o assunto com os coordenadores e tivemos autorização para acessar o caderno de pesquisa, no qual a pesagem foi registrada e relatada na última página. Nessa consulta, constatou-se também que, embora finalmente tenham admitido a ingestão da carne de rato, os moradores demonstraram grande constrangimento.

Entretanto, para nossa surpresa, constatamos que a informação qualitativa sobre a ingestão do rato havia sido desconsiderada pela equipe que fez a crítica dos questionários, sendo assim ratificada como “alimento”, chegando a constar na tabela alimentar publicada como equivalente a “x gramas de proteína animal”. Procuramos os coordenadores da FAO, e eles confirmaram a decisão, afirmando que a ingestão foi considerada alimento, mesmo que contrariasse a classificação social de o rato não ser considerado um animal comestível no Brasil. A justificativa foi de que houve um exagero do pesquisador, pois na prática muita gente come rato, da mesma forma que come gato – o famoso churrasquinho de gato – bem como outros animais. Tal resposta causou perplexidade na época, pela forma como a questão foi decidida, sem levar em conta o estranhamento do pesquisador e o próprio constrangimento do morador.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

No início do artigo afirmei que o regime militar iniciado em 1964, em função de seu projeto de segurança e integração nacional, buscou investir na obtenção de informações sobre o país – sobre seu território e sua população –, admitindo que o conhecimento que o Estado e suas instituições políticas dispunham àquela altura eram insuficientes. Em que pese o autoritarismo do regime, essa atitude resultou em um conjunto de informações mais preciso, técnico e estatístico sobre a população brasileira, não só a respeito das condições de vida da sociedade, como detectar com precisão a grande mobilidade populacional interna daquele momento, que acabou alterando o perfil demográfico do país e promoveu sua urbanização já bastante comprometida pela pobreza, pelo desemprego, pela escassez e pela inflação. Afirmo também que a obtenção dessas informações foi extremamente importante para secundar e legitimar ações de planejamento e de governo voltadas para a promoção do desenvolvimento. Pretendi mostrar como esse empreendimento de “conhecer” o país levou a um processo de organização e reinvenção do Estado e da administração pública, imprimindo um caráter de modernização às instituições, colocando-as como um vetor crucial para o desenvolvimento econômico nacional. O interesse que cercava essas instituições não pode ser reduzido à questão da oferta de empregos, mas ao interesse do Estado e do regime em “governar” o território e sua população, para fins de segurança, estabelecendo critérios que obviamente influiriam na vida e na morte de seus habitantes. Gostaria de concluir o artigo argumentando que o regime militar no Brasil se destacou pela forma como invocou para si o poder soberano de dizer quem vive e quem pode morrer, tanto do ponto de vista da repressão quanto da realização de projetos de desenvolvimento para a sociedade. A reforma do IBGE, a realização do Censo de 1970 e a realização do ENDEF que fundamentaram o I e II PND foram demonstrações desta intenção de exercer o poder soberano também pela via do planejamento estatal em completo contraste com a atuação dos militares no governo Bolsonaro. Neste último caso, militares e governante decidiram implementar outra forma de governamentalidade que, ao contrário daquela concebida pelo regime militar anterior, optou pela total ausência de projetos e de planejamento estatal, restando à maioria da população brasileira a opção de “deixá-la morrer”.

## REFERÊNCIAS

1. AGAMBEN, Giorgio. **Homo sacer. O poder soberano e a vida nua**. 3. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.
2. AUGUSTO, Claudio de Farias. **Federalismo republicano e políticas sociais: o caso da habitação social no Brasil pós-64**. 1996. Dissertação (Mestrado em Ciências em Engenharias de Produção) – Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa em Engenharia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 1996.
3. CASTRO, Josué de. **Geografia da fome**. O dilema brasileiro: pão ou aço. 10. ed. São Paulo: Editora Todavia, 2022.
4. D'ARAÚJO, Maria Celina; CASTRO, Celso (orgs.). **Ernesto Geisel**. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997.
5. DOUGLAS, Mary. **Pureza e perigo**. 1 ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1976.
6. EMBRATEL. **Wikipedia**, 2023. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Embratel>. Acesso em: 24 mar. 2023.
7. FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população**. 1. ed. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2008.
8. IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/aceso-informacao/institucional/o-ibge.html>. Acesso em: 24 mar. 2023.
9. LEIRNER, Piero. **O Brasil no espectro de uma guerra híbrida**. Militares, operações psicológicas e política em uma perspectiva etnográfica. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2020.
10. POLANYI, Karl. **A grande transformação**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1980.
11. SENRA, Nelson. “Introdução”. In WU TAI, David (org.). **Isaac Kerstenetzky: legado e perfil**. Rio de Janeiro: Centro de Documentação e Disseminação de Informações, IBGE, 2006. p. 9-12.
12. SAHLINS, Marshall. “The original affluent society”. In: GRUYTER, Aldine de. **Stone age economics**. 1. ed. Chicago, New York: Ed. Aldine-Atherton INC, 1972. p. 1-39.
13. SAHLINS, **Marshall**. **Cultura e razão prática**. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

*Laura Graziela Gomes*

*Laura Graziela Gomes*

Professora Titular do Departamento de Antropologia e do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense. Doutora em Ciências Humanas (Antropologia) pela Universidade de São Paulo (1997). Membro do Comitê Editorial da Revista Antropolítica. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0044-5259>. E-mail: [lauragraziela@gmail.com](mailto:lauragraziela@gmail.com)



# “Civil para dentro e militar para fora”: instituições, identidades e interesses em disputa na Guarda Civil Municipal De Niterói

“Civil on the inside and military on the outside”: institutions, identities, and interests in dispute on the context of the Municipal Civil Guard of Niterói

**Carlos Eduardo Pereira Viana**

Programa de Pós-graduação em Antropologia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro, Brasil

## RESUMO

Este artigo objetiva descrever e analisar o processo de discussão pública acerca da adoção do uso de armas letais por agentes da Guarda Civil Municipal (GCM) de Niterói. Para tanto, utilizo por base o material construído ao longo do trabalho de campo realizado no Curso de Formação Profissional (CFP) para novos agentes da instituição entre os anos de 2014 e 2017, além dos relatos coletados durante o processo de discussão sobre o tema antes, durante e depois da consulta pública realizada pela citada Prefeitura, que oficializou a negativa por parte da população com relação à proposta. Oriento a construção deste artigo a partir do método etnográfico, produzindo para o tema uma linha de investigação que pretende tangenciar as questões ligadas ao processo de militarização da GCM de Niterói e a busca concomitante de seus agentes pelo “respeito” da população. Nessa jornada, contrapõem-se o desejo por uma estrutura menos hierarquizada, na qual o agente tenha mais autoridade – “civil para dentro” – e a tendência à adesão da identidade militar como um parâmetro a ser seguido – “militar para fora”. É justamente nesse contexto aparentemente contraditório que o debate sobre o uso de armas letais ganha espaço, revelando-se no decorrer da pesquisa como um fator determinante para, por um lado, fortalecer a identidade da Guarda como instituição civil, ao romper com simbolismos e práticas militarizadas e, por outro, (re)construir a imagem no senso comum da população, desligando-se de uma identidade percebida e vivenciada pelos guardas como inferiorizada ou, em suas palavras, de “guardinhas”.

**Palavras-chaves:** Guarda Civil Municipal, Segurança pública, Militarização, Armas letais, Niterói.

Recebido em 14 de setembro de 2022.

Avaliador A: 13 de dezembro de 2022.

Avaliador B: 14 de dezembro de 2022.

Aceito em 22 de março de 2023.



## ABSTRACT

This article aims to describe and analyze the process of public discussion about the use of lethal weapons by agents of the Municipal Civil Guard (GCM) of Niterói. To this end, I use as basis the material built along the fieldwork conducted in the Professional Training Course (CFP) for new agents of the institution between the years 2014 and 2017, in addition to the reports collected during the discussion process on the topic before, during and after the public consult held by the Municipality, which made official the population's refusal regarding the proposal. I guide the construction of this article from an ethnographic method, producing for the subject a line of investigation that intends to tangent the questions related to the militarization process of Niterói's GCM and the concomitant search of its agents for the population's "respect". In this journey, the desire for a less hierarchical structure, in which the agent has more authority - "civilian inside" - and the tendency to follow the military identity as a parameter to be adopted - "military outside" - are opposed. It is precisely in this apparently contradictory context that the debate on the use of lethal weapons gains space, revealing itself in the course of the research as a determining factor to, on the one hand, strengthen the identity of the Guard as a civilian institution, by breaking with militarized symbolisms and practices and, on the other hand, (re)build the image in the common sense of the population, detaching itself from an identity perceived and experienced by the guards as inferior or, in their words, of "little guards".

**Keywords:** Municipal Civil Guard, Public security, Militarization, Lethal weapons, Niterói.

## INTRODUÇÃO

Em 2014, quando estabeleci contato com os primeiros interlocutores na Guarda Civil Municipal (GCM) de Niterói, suas falas indicavam que uma das questões fundamentais para a compreensão da instituição se relacionava com a organização interna e a distribuição de poder – sob o prisma da influência política –, dois aspectos que regiam de forma direta o *modus operandi* dos guardas municipais, que serão genericamente referenciados como *agentes* ao longo deste trabalho. Essa distribuição de poder, que seguia as orientações impostas pelos Poderes Executivo e/ou Legislativo municipais por meio da edição de portarias, decretos e leis municipais, determinava o foco de atuação da GCM. Como consequência, influenciava também sua lógica operacional, ora designando seus agentes como responsáveis pela identificação do trânsito da cidade, ora direcionando suas ações para a repressão ao comércio ambulante.

As atribuições da GCM, enquanto órgão atuante da segurança pública no âmbito municipal, não ostentaram uma definição contínua em quase nenhum momento de sua história. A ausência de delimitações claras quanto ao escopo de atuação da Guarda influenciou a maneira como a identidade da instituição e de seus agentes foi sendo construída ao longo de seu desenvolvimento. O resultado é que, a depender da estrutura a que a Guarda fosse submetida, iam-se modificando as formas de “pensar” e de “agir”<sup>1</sup>, em um constante movimento de adaptação do funcionamento da instituição que variava de acordo com a lógica à qual os agentes eram apresentados.

Essa forma de estruturação – ou, propriamente, a falta dela – pode ser compreendida por meio de duas principais óticas que buscam definir o lugar da Guarda Civil Municipal enquanto órgão da política de segurança pública. A primeira delas busca entender a instituição através de seus pares, uma compreensão que se assemelha à das instituições policiais de nível estadual, como a Polícia Militar, e até mesmo de nível federal, como a Polícia Federal e a Polícia Rodoviária Federal; a segunda, por outro lado, busca alocar a GCM como pertencente à estrutura política municipal, ao lado dos Poderes Executivo e Legislativo.

O debate sobre a questão do armamento me foi apresentado como um tema estruturante na Guarda durante o trabalho de campo. Ao longo do tempo, pude perceber a existência do impasse bélico por meio das falas e dos relatos dos meus interlocutores, produto de uma interação construída no fazer etnográfico<sup>2</sup>. Meu primeiro contato com esse fazer etnográfico ocorreu ainda durante minha formação como cientista social, sendo também uma consequência da oportunidade de ingressar em um determinado grupo de pesquisa<sup>3</sup>. A partir dessa experiência, pude ser ambientado em discussões sobre a relação entre práticas sociais e teorias acadêmicas e sobre sua necessária articulação no processo etnográfico (PEIRANO, 2008).

Enquanto estudante de graduação, tive a oportunidade de participar como monitor, estagiário e, posteriormente, como membro da organização do Curso de Formação Profissional

---

1 São nuances que replicam, repetem e enfatizam o que já é usual (PEIRANO, 2006), mas que esses indivíduos naturalizam de forma consciente, ao se associarem cada vez mais a um papel de membro da instituição da Guarda Civil Municipal de Niterói.

2 Este fazer etnográfico é o que fundamenta a construção do campo na antropologia e possibilita o estranhamento de “saberes” que foram internalizados pelos indivíduos por meio de uma construção social da realidade com origem no senso comum. Nessa construção, esses “saberes” são produzidos e reproduzidos, sendo necessário um exercício contínuo de distanciamento para que haja avanço na compreensão daquilo que dá base a certas práticas (BERGER e LUCKMAN, 2004).

3 Trata-se do Grupo de Estudos e Pesquisas em Antropologia do Direito e Moralidades (GEPADIM), inserido no Núcleo Fluminense de Estudos e Pesquisas (NUFEP) e integrante do INCT-InEAC.

da Guarda Civil Municipal de Niterói<sup>4</sup>, auxiliando no seu planejamento e na sua aplicação. Essa posição pôde proporcionar o estabelecimento de um contato continuado e de bastante proximidade com os guardas recém-chegados, elementos que viabilizaram a construção de uma relação de confiança com os agentes. A proximidade então construída se mostrou um fator fundamental para o acompanhamento das atividades, das discussões e dos conflitos que pude presenciar tanto na rotina do curso quanto nas atividades externas, como o acompanhamento de “patrulhas” pela cidade.

Em termos etnográficos, a linha de indagação referida ao *ethos* militarizado da instituição e à percepção dos agentes sobre esse aspecto desenvolveu-se na possibilidade de compor a organização do curso, compreendendo, nesse primeiro momento, o espaço de formação dos agentes como o campo que se desdobra em lugar físico e em objeto de pesquisa. Dito de outra forma, pesquisar nesse curso me permitiu colocar em prática o exercício de descrição etnográfica no espaço de formação e de construção dos novos agentes, tendo contato com os temas e as demandas que me foram apresentados como questões fundamentais para o desenvolvimento da instituição.

Em razão desse acompanhamento prolongado e das questões que foram surgindo como apontamentos do próprio campo, o espaço físico da pesquisa precisou ser progressivamente ampliado, conforme a formação dos agentes ocorria e de acordo com os assuntos que chegavam ao debate público. Nesse contexto, ganhou destaque como um importante elemento o acompanhamento da questão do armamento e de como a busca por sua permissão de uso opera como instrumento fundante na formação da identidade da instituição e de seus agentes, com repercussões até mesmo em suas atuações.

Para possibilitar traçar tal paralelo, organizo o artigo em quatro partes. Na primeira delas, busco apresentar dinâmicas de relações entre poderes políticos que influenciam a rotina e os direcionamentos da GCM de Niterói, e identifico as instituições que disputam as decisões e o protagonismo na segurança pública dos municípios da região do Grande Rio. Em seguida, apresento encaminhamentos práticos que são produzidos por essas disputas, sendo a principal delas a tendência à adesão da identidade militar como um parâmetro a ser estabelecido e

---

4 O curso de formação em questão foi fruto da demanda da Prefeitura de Niterói, que buscou auxílio junto a Universidade Federal Fluminense para a organização e a aplicação de uma formação para qualificar os 300 novos agentes. O curso tomou como base a sua edição anterior, organizada em parceria estabelecida da mesma forma entre o Núcleo Fluminense de Estudos e Pesquisas da Universidade Federal Fluminense (NUFEP/UFF) e a Prefeitura do Município de Niterói, realizado nos anos de 2002 e 2003. Este curso acabou sendo utilizado, também, como base e como referência para que o Ministério da Justiça e a Secretaria Nacional de Segurança Pública desenvolvessem uma matriz curricular nacional voltada para a formação dos agentes das Guardas Municipais pelo país, valorizando a relevância do projeto e o seu pioneirismo ao tratar do assunto.

seguido, traduzindo o ideal de “militar para fora”. Já na terceira parte, busco demonstrar em que posição a Guarda se encontra na relação de forças com as demais instituições, reforçando uma posição de luta e de busca por uma estrutura menos hierarquizada em que o agente tenha mais autoridade, culminando em uma indicação do que seria “civil para dentro”. Por fim, depois de construídas as premissas nas três partes citadas, discuto como essas estruturas operam hierarquias de princípios e de pensamentos.

Considero, para fins desse trabalho, o conceito de Dumont (1992) na articulação do posicionamento da Guarda nessa estrutura. Com isso, penso nas influências que a instituição recebe diante do exercício de seus comandos, muitas vezes permeados por um marcante militarismo, característica que já se mostra aparentemente enraizada até mesmo nas práticas de seus agentes. De forma simultânea, teço considerações acerca das interferências que o Estado é capaz de exercer enquanto grande articulador da construção da identidade de seus agentes municipais.

## **A POLÍTICA MUNICIPAL E AS INFLUÊNCIAS ESTADUAIS**

De início, pensemos sob a ótica da estrutura política municipal, pois é ela que de fato organiza e controla a instituição, determinando suas funções e impondo aquilo que a GCM deverá ser durante o mandato dos Poderes Executivo e Legislativo, nas figuras dos prefeitos e dos vereadores, respectivamente. Nesta análise, a dificuldade de definir as atribuições da GCM manifesta-se em uma ordem histórica de aventuras e desventuras, realizadas por diferentes gestões na administração da cidade, construindo um cenário que impede, até os dias atuais, uma sólida composição quanto à identidade da instituição e de seus agentes.

Diante desse quadro, em que até mesmo o “descaso” foi retratado como definição, contribuiu-se para que a GCM se encontrasse em um estado liminar (TURNER, 1974), apresentando ramificações em sua estrutura de forma a impedir que não fosse vista nem como reflexo do que os seus agentes desejariam, tampouco segundo o papel que a Prefeitura convencionou.

À época do período de observação desta pesquisa, a GCM era organizada e controlada pela Secretaria Municipal de Ordem Pública de Niterói, desempenhando, além de suas regulares atribuições, o exercício de funções referentes à Secretaria da Fazenda. Não obstante o cenário confuso das atribuições que recebiam, algumas beirando à ilegalidade, o momento ainda assim

permitia que os agentes carregassem a pretensão de que a transformação da instituição estava por vir, depositando esperança de que a Guarda alçaria um patamar de referência no campo da segurança pública municipal.

A incidência deste aspecto, que podemos classificar como uma “esperança”, destaca o fato de que a Guarda e seus agentes anseiam o reconhecimento e o respeito não só da população, mas também dos órgãos que compõem o ordenamento público em si, como uma instituição civil e independente, desconectada da percepção da sociedade quanto, principalmente, à truculência da Polícia Militar. A mesma desconexão é ainda buscada em relação aos enfrentamentos contínuos com camelôs, em especial a se considerar que esses confrontos aparecem, aos olhos dos munícipes, como a principal consequência da falta de capacitação e de orientação da estrutura da Guarda.

A estrutura organizacional da Guarda é um sintoma da identidade que está em disputa tanto de forma interna, gerando debates entre os próprios agentes que compõem a GCM, quanto de forma externa, estando sujeita à influência de outros agentes que atuam nos níveis estadual e municipal. Isso se deve, em grande medida, à presença de um histórico de comandos desempenhados por militares que, na visão de muitos dos Guardas, “contaminaram” as práticas da instituição com o passar dos anos.

A título de exemplo do caráter dúbio de identidade que possui a GCM, tem-se que a Secretaria Municipal de Ordem Pública (SEOP) de Niterói, quando da definição da pasta<sup>5</sup>, associou o desempenho de atribuições fiscais como uma de suas atividades precípuas, alocando-as como uma espécie de exercício do “poder de polícia”<sup>6</sup>. Promovendo ainda demais alterações, ao fim definiu a Guarda como um instrumento de ordenamento público “através de servidores próprios”, deixando explicitamente de fora dessa definição a prestação de auxílio ou qualquer relação da Guarda com as forças de segurança pública.

O aspecto “independente” em relação à segurança pública revela mais uma tentativa de definir o que é a Guarda e, assim, orientar o “pensar” da instituição desconsiderando que, na prática, seu real efeito é a criação de mais uma identidade a ser colocada em disputa. Consideremos, até aqui, as seguintes leituras: (i) para o comando da Guarda, sua identidade deveria ser o reflexo de suas atribuições enquanto polícia de proximidade, repercutindo em seu

---

5 “A Secretaria de Ordem Pública (SEOP) de Niterói tem por missão precípuas o exercício do poder de polícia, através da emissão de ordens, sanções, fiscalizações e de autorizações, com o objetivo de prover ordenamento urbano no âmbito de Niterói. O exercício de suas atribuições se dá através de servidores próprios, da Guarda Civil Municipal e do Departamento de Fiscalização de Posturas” (SEOP, 2019)

6 Segundo Medeiros (2016), “em contextos democráticos, este é um atributo do ente responsável pelo controle e exercício do uso legítimo da força monopólio inerente ao Estado”.



*ethos* a ideia de uma instituição civil orientada a partir de valores militares; (ii) para os agentes da Guarda, a ideia de instituição civil, horizontalizada, desligada da influência militarizada, armada e com atribuições semelhantes à Polícia Civil e à Polícia Militar, operando na lógica de uma polícia de proximidade, com uso de inteligência e forte poder de ação (leia-se, capacidade de emprego da força); (iii) para a Prefeitura, a Guarda representa uma instituição politicamente forte enquanto ferramenta de propaganda, que disputa espaços com a PM de forma controlada, a fim de gerar uma repercussão positiva na população, ao mesmo tempo que evita indisposições com os interesses do Governo do Estado e do comando da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ); por fim, (iv) para o Governo do Estado, a GCM é vista como uma importante ferramenta de policiamento comunitário, nada além disso, sem ter capacidade de exercer influências no trabalho e nos negócios da corporação.

Definir as atribuições e as leituras que conduzem à força a construção da identidade desta instituição são ações que nos permitem compreender a movimentação política e institucional que rege as Guardas. Em Niterói, no nível municipal, percebe-se que esta vertente de definição institucional abre caminho para o entendimento da Guarda como um operador do ordenamento público, mas também da segurança pública. Isso porque sua “missão precípua” é caracterizada, de forma objetiva, enquanto o “exercício do poder de polícia”, ou seja, tem como objetivo principal a fiscalização da rua e o suprimento das demandas dela, atuando como um instrumento de organização, de regulamentação e de controle por parte do município.

Pode ser citado como exemplo, nesse ponto, a atribuição de fiscalizar os camelôs e os registros de suas mercadorias – atividade que, como dito acima, gerava uma imagem negativa da GCM em decorrência da truculência nas abordagens. Referidas atividades, da alçada do Departamento de Fiscalização de Posturas, são exercidas com o auxílio operacional de agentes da Guarda com o objetivo de garantir e estabelecer a segurança das operações de fiscalização.

O que se observa nas práticas da rua, no entanto, é que os agentes da GCM assumiram essa função de fiscalização baseados na perspectiva de que estavam no efetivo exercício do “poder da polícia”. Tal assunção vem se materializando no domínio que os Guardas detêm quanto ao uso da rua como espaço destinado ao comércio, o que os posiciona como os grandes responsáveis por determinar restrições e por conceder permissões aos que lhes estão sujeitos. A oscilação nos papéis que são exercidos pelos agentes acaba por criar um espaço caótico quanto à limitação de sua atuação: ora ligado à fiscalização e à apreensão de mercadorias, ora à realização de negociações com os camelôs para que sigam trabalhando.

Em outra esfera, o Governo do Estado<sup>7</sup> se apresenta nesse cenário como o grande influenciador das medidas que são e serão tomadas em relação à Guarda, pautando suas decisões nos instrumentos e nos interesses estatais voltados para a segurança pública, sem jamais tirar dos olhos o papel desempenhado pela Polícia Militar. Assim como a Prefeitura, o Governo do Estado deseja que as Guardas sejam fortalecidas, pois, politicamente, essas práticas reverberam resultados positivos na avaliação do desempenho da gestão.

E esse *feedback* favorável importa, pois, para a população em geral, os trabalhos de cada instituição diferem apenas pelos erros cometidos, de forma que seus acertos acabam sendo tratados genericamente, como se fossem um bloco homogêneo. Isto é, os acertos da Polícia Militar e os acertos da Guarda são capazes de se entrelaçar, enquanto os erros de cada instituição se mostram demasiadamente discrepantes para permitir, da mesma forma, que se realize uma associação direta.

Segue a mesma lógica a interferência que ocorre em nível municipal na Guarda e que, seguindo interesses que vão além da melhoria propriamente dita do sistema de segurança pública como um todo, também apresenta traços de disputas por protagonismo e propaganda política, sem deixar de transparecer, ainda que timidamente, uma lógica de mercado. Um exemplo dessa disputa pode ser visto na materialização de um projeto chamado Niterói Presente, que será apresentado mais à frente.

## **IDEAIS MILITARIZADOS**

O papel que possuí e, em última instância, que deve assumir a Guarda se encontra situado em um terreno de constantes embates travados entre Estado e Município, que buscam adequar a natureza da instituição, cada qual de acordo com os seus interesses. Para além dos embates, um olhar analítico direcionado à estrutura dessa instituição em si revela a existência de uma constante tentativa, por parte daqueles que exercem o comando da Guarda, de estabelecer um distanciamento das suas atividades com relação àquelas ligadas ao ordenamento público da cidade, tais quais a proteção de prédios oficiais, a realização do controle de acessos e a atuação na fiscalização do trânsito.

---

<sup>7</sup> Destaco o “Governo” e não o Estado por considerar que, assim como na Prefeitura, cada gestão possui diretrizes que geram mudanças na condução do modo de “pensar” suas instituições, afetando tanto suas identidades quanto suas atribuições.

A defesa dessa lógica de desvencilhamento, para aqueles que pensam no crescimento da instituição em si e na sua busca por protagonismo enquanto estrutura de segurança pública, acaba se traduzindo em um indicativo positivo. Isso lhes permite traçar o seguinte paralelo: quanto mais distante das atribuições do ordenamento público e, simultaneamente, quanto mais próxima da identidade da Polícia Militar, mais respeitada a Guarda será.

Considerar quem são as lideranças internas que trabalham na formação desse “pensar” a Guarda permite concluir que, de forma objetiva e não por acaso, quanto mais militarizada a Guarda for, mais próxima do “respeito” da população ela estará. Busca-se – nos termos de Mary Douglas (1998), considerando que as instituições conferem uniformidade – estabelecer uma forma de “pensar” que siga princípios e orientações capazes de confirmar um viés militarizado no “agir”, na formação, na prática e nas expectativas de atuação e responsabilidade por parte da Guarda.

Nesse processo de construção de identidade, é de se notar que a nomeação de militares para o exercício do alto comando da Guarda espelha certas formas de “agir”. Essas, mais do que reger as práticas e as rotinas dos agentes, estabelecem e reforçam simbolismos de poder mais próprios de um processo de militarização do que de uma instituição civil – o que a Guarda deveria genuinamente ser. Disso resulta a adoção cada vez maior de procedimentos e de hierarquias construídas a partir de uma visão vinculada à lógica de guerra, na qual um inimigo deveria ser identificado e combatido (CASTRO, 2004). Essa prolongada presença de militares à frente dos órgãos policiais no Brasil chancela o treinamento de sucessivas gerações de agentes em academias e escolas de polícia, locais de submissão a currículos e à metodologias que se concentram a perpassar e a potencializar a doutrina militar (DA SILVA, 1996)

Evidencia-se, ao fim, o fortalecimento de um discurso militarizado que deriva não apenas dos anos despendidos dentro das próprias academias de polícia, mas que passa a ser encontrado em locais em que, ao menos *a priori*, não seria tão facilmente veiculado. O resultado da formação militarizada, que atingiu diretamente os agentes civis da Guarda, foi, pouco a pouco, transferindo esse *ethos* para outras instituições, que não ficaram imunes à influência militar.

De tanto replicar o comportamento militarizado e insistir no fato de que suas atribuições são comuns às da Polícia Militar, a Guarda fez com que até mesmo a imprensa, em alguma escala, passasse a divulgar como normalizadas as práticas de enfrentamento da instituição, de maneira que as referidas condutas começaram a ser assistidas pela população sem que causassem estranheza. O reforço midiático da imagem da Guarda como instituição militarizada e a banalização de sua atuação nesse nicho influenciam o olhar da população, esta última que representa um segmento em que os agentes dessa instituição constantemente buscam apoio para

a manutenção de seus atos.

Esses conflitos de imagem, de posicionamento e de atribuições se apresentam como questões fundamentais para a construção da identidade da Guarda e influenciam suas ambições institucionais de forma direta. É justamente essa confusão de enquadramento que permite que possamos observar, por exemplo, agentes cuja principal reivindicação reside na adoção do uso de novos instrumentos, notadamente as armas letais, características da Polícia Militar, ao mesmo tempo em que questionavam a estrutura de comando à qual estavam submetidos, incomodados quando o posto estava sob a chefia de um militar. O que se permite enxergar, norteador por essa forma comportamental, é uma Guarda que caminha no limiar da identificação com uma instituição civil, acionando, convenientemente, ora características e estratégias militares, ora metodologias de atuação não militares.

A observância dessa maneira oscilatória de atuação deixa evidenciar dois distintos comportamentos: um militarizado, que replica e saúda a “lealdade” e a “disciplina”, apresentando uma interpretação singular da hierarquia<sup>8</sup> e, de maneira difusa, outra que revela uma busca pela dissociação da imagem da Guarda da imagem dos militares, principalmente daquilo que representa a PMERJ e as suas atividades. Esse último ponto é, inclusive, um dos intuitos fundamentais buscados pelos agentes, com o objetivo de reafirmar a construção de sua identidade. De um lado, a construção se mostra permeada de aspirações que os assemelham aos policiais militares; do outro, apresenta singularidades que os diferenciam em um ambiente em que as duas modalidades de atuação funcionam concomitantemente.

Munida da crescente chancela de legitimidade concedida pela opinião pública e envolta por um contexto de políticas de enfrentamento, a GCM parece buscar espaço entre seus pares na segurança pública através um *modus operandi* específico, baseado no militarismo que inspira seus comandantes. O exercício desse comando militarizado justifica e dá sentido (SOARES *et al.*, 2009; VIANA, 2022) à importância de questões como o uso das armas letais, o que contribui em grande medida para essa forma de “pensar” a Guarda. Afinal, para agirem como polícia e empregarem o seu “poder de polícia”, os agentes precisam estar equipados de forma semelhante à polícia – militar, é claro.

Durante a condução deste trabalho, a definição nativa que melhor classificou esses simbolismos da Guarda enquanto instituição, em minha leitura, ficou registrada no discurso que os próprios agentes construíram, apontando como tipo ideal um status que classificavam

---

<sup>8</sup> Segundo Dumont (1992, p. 117), “para o senso comum moderno, a hierarquia é uma escala de ordem em que as instâncias inferiores estão, em sucessão regular, englobadas nas superiores. A ‘hierarquia militar’, construção artificial de subordinação progressiva do comandante-em-chefe ao soldado, pode servir como exemplo típico”.

como “civil para dentro e militar para fora”. A proposição “civil para dentro” tinha como objetivo apresentar uma hierarquia horizontal que não estivesse associada aos padrões de comportamento e às noções de disciplina e de hierarquia que se espelham no militarismo, somando-se, principalmente, a uma busca por rupturas com práticas de treinamentos e de modos de “agir” que se inspiravam neste modelo militarizado. A ideia era deixar no passado o histórico de abusos de poder por parte do comando em relação aos agentes, que, a essa altura, já constituíam uma rotina naturalizada dentro da Guarda.

Entendendo não haver conflito entre as posturas, os guardas adotavam, simultaneamente ao caráter “civil para dentro”, o caráter “militar para fora”. Isso porque não se negava a intenção de se assemelhar ao modelo da Polícia Militar, de onde muitas vezes o modo de “agir” e de “pensar” militarizado era utilizado como parâmetro. Esses mesmos agentes também pleiteavam que a Guarda deveria ter a sua identidade própria, desvinculada do medo que parte da população sente em relação à Polícia. Em contraponto, prefiro caracterizar a Guarda como militarizada tanto “para dentro” quanto “para fora”, haja vista que nas duas categorias de classificação as influências militares são reproduzidas.

Esse negócio do armamento foi uma foda maldada, porque ia fazer a Guarda focar mais na segurança, aí falaram “não, guarda é maluco! Vai querer intimidar camelô!”, isso já acontece tem muito tempo. Sabe quem mais tá fazendo apreensão na rua? É a SEOP, vire e mexe eles vêm com um carro com caçamba de apreensão. Tão fazendo mais apreensão do que os guardas faziam antigamente. O armamento não era pra intimidar ambulante, era pra focar mais na segurança, no patrulhamento preventivo, porque não é nem ostensivo, é preventivo. Muitas vezes uma pessoa chega no guarda e fala que foi assaltada, que o cara tava com uma arma, e o que a gente vai fazer com cassetete e *taser*? E aí? Como que trabalha desse jeito? A gente poderia atuar mais, se tivesse condição de trabalho, a arma seria um ponto nesse sentido. (AGENTE DA GCM DE NITERÓI, 2018).

A fala acima retratada tem a capacidade de condensar alguns aspectos extraídos ao longo dos quase cinco anos de trabalho de campo desta pesquisa, que embasam uma série de trabalhos e, neste momento em especial, este artigo. Primeiro, por transparecer as disputas da Guarda, em termos de atuação e de identidade, com outras instituições; nesse caso, o conflito em destaque se dá com a SEOP, mas constatamos isso também em relação à PMERJ. Segundo, por endossar a percepção de que a indefinição das atribuições da Guarda parece repercutir negativamente na afirmação de sua identidade – isto é, há uma distância entre seus anseios por uma atuação na “segurança pública”, entendida apenas nos seus aspectos repressivos, e uma realidade que os joga para outras tarefas, não desejadas. O terceiro e último aspecto é, por fim, a afirmação recorrente de que o principal obstáculo para a atuação desejada pelos agentes é a falta do direito à arma.

Quanto a esse último ponto, é de se notar que a frustração do interlocutor se intensifique quando reconhece que a negativa para o armamento da instituição é fundamentada na suposição do “mau uso” que os agentes fariam da arma – “não, guarda é maluco! Vai querer intimidar camelô!”. Em sentido oposto, os agentes defendem que uma atuação mais eficiente<sup>9</sup>, ou seja, armada, seria o grande ponto de partida para alcançar a desejada ruptura com o histórico de confrontos com camelôs. Essa situação contribuiria, em grande medida, para a mudança da percepção da população sobre a importância da Guarda e da atuação de seus agentes, recuperando – ou estabelecendo – o respeito e a admiração perdidos (ou, ainda, a serem conquistados).

## A GUARDA E AS ESTRUTURAS

Em nível municipal, a Guarda se mostra uma importante peça para os Poderes Executivo e Legislativo – o comando externo já mencionado –, setores que consideram uma Guarda “fortalecida” como sinônimo de instrumento de política pública eficiente contrastando principalmente em relação à Polícia Militar, notório alvo de críticas pela opinião pública. Um dos problemas, nesse caso, é que as diferentes estruturas e os modos de pensar se chocam, resultando na adoção de uma política de segurança pública que não se comunica entre si.

Vejamus da seguinte forma: a Guarda é uma instituição civil que responde ao Município e que tem sua cadeia de comando ditada pelo Poder Executivo ou por negociações com o Poder Legislativo. É notório o interesse do Poder Executivo em ver a Guarda protagonista no combate à violência e à criminalidade. Para uma simples comprovação dessa tese, basta analisarmos o processo de investimentos feitos pela gestão que assumiu a Prefeitura do Município de Niterói, no Estado do Rio de Janeiro, em 2012. Desde o início desse mandato foram estabelecidos compromissos com a Guarda facilmente identificados nas falas do Prefeito, o que permitiu o registro de discursos como “*meu objetivo nesse primeiro mandato é fazer da nossa Guarda Municipal a melhor Guarda e a maior referência da Guarda no Estado do Rio de Janeiro. Essa é a nossa proposta. Esse é o nosso projeto*”, proferido no ano de 2013.

Traçado esse objetivo, apresentou-se de início um projeto de lei que propunha um aumento de 30% nos rendimentos-base dos guardas, seguido da realização de um concurso

---

<sup>9</sup> Compreendemos a noção de eficiência, aqui, enquanto a ampliação da capacidade de pronto emprego em um conjunto maior de ambientes passíveis da atuação dos agentes, por conta da ampliação de seus instrumentos de coerção e do uso da força.



público para a contratação de 350 novos agentes. Ambas as propostas foram aprovadas na esfera legislativa, deixando transparecer um aceno no sentido de que os interesses dos dois poderes municipais dialogavam e que a visão de uma Guarda “forte” representava um desejo em comum na esfera municipal. Com as mais elevadas das expectativas, os agentes da Guarda se sentiram “prestigiados” pelas promessas do Prefeito e, ainda mais, pelo declarado comprometimento em financiar um crescimento da instituição tanto no efetivo quanto em sua estrutura.

Se, de uma parte, o investimento se traduziria na realização de um concurso público e no treinamento de novos agentes, por outra demonstrava demonstraria o emprego de esforços direcionados à reestruturação da Instituição e à sua expansão, com a promessa de construção de uma nova sede, mais bem preparada e com instalações modernas, incluindo neste pacote um *stand* para a prática de tiros com armas letais. Influenciados por esse discurso, os agentes passaram a enxergar, de forma concreta, a possibilidade de alçar a Guarda ao protagonismo na segurança pública municipal, reorientando suas atribuições e definindo que seriam alvo de suas operações o combate aos crimes de menor potencial ofensivo.

Caminhando em conjunto com essa reorientação, o debate sobre o uso de armas letais ganhou espaço em audiências públicas e em sessões da Câmara Municipal de Niterói, visto que, na visão da Prefeitura, o armamento contribuiria para o processo de fortalecimento da Guarda. Frise-se que, tanto para Prefeitura quanto para Guarda e para os agentes, o fortalecimento da Instituição estava majoritariamente focado na autorização do emprego das armas letais tão pleiteado pelos agentes, elemento que já passava a ser tido como indispensável.

Essa orientação dialoga diretamente com a ideia da busca por seus pares, exposta no início deste trabalho, uma busca que tem como objetivo alcançar não só a mesma importância das instituições com as quais a Guarda deseja se assemelhar, mas também o mesmo “respeito”. Para além disso, demonstra como o fator bélico influencia a orientação institucional, considerando que cada polícia possui suas características determinantes, entendendo-se a Polícia Civil como a polícia “inteligente” e a Polícia Militar como a polícia “ostensiva”. Com esse contexto bem sedimentado, não se vê sobrar muito espaço de atuação para a Guarda, que ficaria excluída tanto das atividades investigativas quanto daquelas que envolvessem enfrentamentos e conflitos diretos, de maneira a afastar cada vez mais uma possibilidade de encaixe da instituição na estrutura da segurança pública.

Contudo, um aceno no sentido da aproximação foi visto quando a Guarda, por meio do Centro Integrado de Segurança Pública (CISP), passou a se utilizar de técnicas de inteligência para o desempenho de suas atividades. Nesse novo contexto, os agentes seriam responsáveis pelo monitoramento de um sistema de câmeras e de comunicação que buscava desenvolver uma

maior integração entre as instituições civis e militares, atribuição essa que seria compreendida pelos agentes como um importante degrau na conquista de seu espaço próprio, embora não constituísse o degrau principal. Isso porque, na visão dos agentes, do comando da Guarda e da própria Prefeitura, ter um efetivo presente e aparente<sup>10</sup> representaria uma ação politicamente mais produtiva do que possuir acesso a um mero sistema de câmeras operadas à distância, sem que fosse estabelecido qualquer contato com a população e sem conseguir criar o impacto quanto à necessidade de sua presença ostensiva para a manutenção de bons níveis de segurança.

O objetivo, neste momento, seria o de destacar a Guarda como uma instituição presente no cotidiano dos cidadãos, armada e respeitada, características que interessariam ao Poder Executivo, enquanto plataforma política, e que justificariam os investimentos realizados até então. De maneira distinta, na relação da Guarda para com seus pares na estrutura da segurança pública em si, incorporando apenas o nível estadual nesta análise, os investimentos destinados à referida instituição já não encontram a mesma receptividade.

Uma possível explicação para essa diferença poderia ser extraída do funcionamento da lógica de mercado, que opera a forma como a distribuição de recursos se dá entre os distintos órgãos que compõem a segurança pública e que influencia nos investimentos a serem realizados. Em outras palavras, temos que os investimentos, que não são oferecidos em larga escala, são aplicados priorizando certas instituições em detrimento de outras, significando que direcioná-los para uma instituição implica em não os direcionar para outra.

Segundo meus interlocutores, um fator que exporia o latente contraste entre os interesses municipais e os estaduais poderia ser notado quando do orquestramento de operações da Polícia Militar, que por vezes envolvem atividades que a Guarda teria a capacidade de desempenhar. Um exemplo empírico desse embate, que evidencia as diferenças entre as instituições, se deu no processo de decisão sobre o armamento dos agentes da Guarda, aqui entendidas as armas letais. A proposta armamentista, que foi apresentada à população por meio de uma consulta pública formulada pela Prefeitura de Niterói, passou por um extenso trâmite, incluindo uma série de debates e de audiências públicas, além da participação da sociedade civil organizada e de movimentos universitários. Contudo, teve seu seguimento negado, com uma considerável margem de rejeição<sup>11</sup>.

---

<sup>10</sup> Em dado momento de suas formações, os novos agentes se dividiram em grupos e realizaram rondas pelo bairro do Centro, em grupos considerados grandes, de 8 a 12 guardas, com um colete reflexivo por cima do fardamento. A ideia da operação era a de que os novos agentes deviam ser notados.

<sup>11</sup> A proposta foi rejeitada por 13.478 dos niteroienses que foram às urnas. Somente 5.480 dos participantes da consulta pública votaram a favor da proposta, enquanto 32 pessoas votaram branco ou nulo. Representando assim, respectivamente, margens de 70,1% contra 28,9% da população (APURAÇÃO, 2017).

Acaso do destino ou não, no dia seguinte à votação a Prefeitura do Município anunciou a implementação do programa “Niterói Mais Segura”, posteriormente denominado “Niterói Presente”, em que policiais militares e agentes civis seriam posicionados em localizações estratégicas da região do Centro da cidade para propiciar o efeito de uma maior presença ostensiva no bairro. Este programa, pensado de forma a atrair agentes estatais da segurança em sentido amplo, veio acompanhado da oferta de um Regime Adicional de Serviço (RAS), uma espécie de recompensa que resultaria em acréscimos nos vencimentos somada à vantagem de que as escalas de trabalho seriam realizadas em paralelo às escalas regulares daqueles que se interessassem pela novidade.

Apesar de a mudança soar positiva, os comandantes e os agentes da Guarda não receberam a ideia com tanta animação. Isso porque, conforme sustentaram à época, as atividades que estavam sendo oferecidas pelo programa para serem desempenhadas por variados agentes da segurança pública eram tidas como atividades de natural desempenho pela Guarda. Essa assunção deixava transparecer, de forma mais nítida, o entendimento que os agentes tinham das esferas de atuação da instituição a que pertenciam, acreditando que seria ela a responsável pela tática de polícia de proximidade, ou policiamento comunitário, que era o ponto-chave do Niterói Presente.

A novidade abarcava, além disso, o exercício de atividades voltadas ao combate de crimes com menor potencial ofensivo, o que os agentes acreditavam que poderia ser de sua responsabilidade, inclusive com a justificativa de que essa atuação seria uma forma de “desafogar” a Polícia Militar. Poderiam, ao fim, até mesmo ajudá-la, permitindo uma melhor alocação dos policiais em regiões marcadas pelo cometimento de delitos de maior potencial ofensivo, já que os crimes mais brandos estariam sob a vigilância da Guarda.

A crítica nesse momento reforça a compreensão de que, segundo os agentes, a Prefeitura “não fez a sua parte”, deixando transparecer um sentimento de que ela não teria se esforçado o suficiente para pôr em prática a promessa de transformar a Guarda em um ator central da política de segurança pública do Município. Dito de outra maneira, a sensação que pairava era a de que a atuação deixou a desejar quanto aos incentivos para a capacitação dos agentes, sendo insuficiente também quanto ao aspecto do planejamento acerca da comunicação e da publicidade das atividades da instituição. Essas promessas podem ser entendidas, seguindo a proposta de Carla Teixeira (2000), como uma ação política que supõe a contração de uma dívida que, ao não ser cumprida, corre o risco de ser vivida e classificada como uma “traição”, nos exatos moldes do que ocorrera com os agentes da Guarda em relação ao Poder Executivo municipal.

Para os agentes, a Guarda precisava ser vista pela população, em especial a se considerar que a visibilidade seria uma das chaves na promoção do desejado reconhecimento. As falas que vinham dos agentes, nesse ponto, pareciam evidenciar um sentimento de “desconsideração” (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2008) com relação à sua própria identidade, e isso ocorria tanto por parte da população quanto por parte do Poder Político. Perante os olhos da população, havia a sensação de preterimento em face dos policiais militares, que são mais procurados no dia a dia para a resolução de demandas. Já sob os do Poder Político, os agentes acreditavam haver uma priorização das demandas que partiam da Polícia Militar quando do desenvolvimento de propostas e de medidas na área<sup>12</sup>.

## **ESTRUTURAS HIERARQUIZADAS**

Tem uma frase que diz assim: O homem só respeita o homem pelo mal que ele pode fazer. Isso é verdade. Ele não respeita o policial por ser policial militar, ele sabe o que pode acontecer com ele. A gente não quer isso de medo, a gente quer ser respeitado. (AGENTE DA GCM DE NITERÓI, 2015).

Tendo por referência as características extraídas dessa fala, que ao mesmo tempo em que se opõem, representam também atores de um mesmo palco, seria interessante tecer uma análise sobre a eventual influência que esses antagonismos possuem na construção da identidade dos agentes da Guarda. Até aqui, vimos que há, de fato, uma busca por “respeito” e uma importante demanda por reconhecimento, nos termos de Cardoso de Oliveira (2002). Além disso, vimos que a estrutura política estadual impacta a estrutura municipal de tal forma que se torna capaz de gerar constantes mudanças nas atribuições de suas instituições, nesse caso a GCM.

Como orienta Geertz (1997) sobre a compreensão da ótica dos nativos, na linha do que anseiam os guardas e alinhado com a fala acima retratada, vê-se que não há qualquer interesse na veiculação de uma imagem que os defina como “guardinhas” diante da população, entendendo-os como “agentes menores” ou “agentes inferiores”, razão pela qual uma de suas principais

---

<sup>12</sup> Tomando James Clifford (1998) como um aliado no entendimento desse processo de análise crítica do discurso de meus interlocutores, lembremos das condições para a produção de textos etnográficos: o autor destaca a importância de levar em consideração questões políticas e epistemológicas antes em segundo plano na produção antropológica. Há de se entender um cenário em que a troca com os interlocutores é continuada e passa a influenciar de forma mais concreta a abordagem, os relatos e os discursos. Destaco dois momentos importantes para esta pesquisa, que é construída, primeiro, em meio a uma conjuntura de “esperança”, para depois revelar seu indicativo final, o “ressentimento” como conclusão tanto do processo quanto do discurso.

demandas reside em atingir o reconhecimento do ofício dos guardas municipais. A partir disso seria possível, então, a construção de uma identidade própria da Guarda, uma identidade que tenha por pauta o “respeito” por parte dos cidadãos, mas que não seja alvo de medo.

Nessa ótica, a repercussão que o conflito de interesses entre Estado e Município possui no desenvolvimento da Guarda não pode ser desconsiderada, em especial se notarmos que a forma como cada ente se comporta possui potencial impacto em indivíduos que, enquanto agentes, não têm seus perfis institucionais delimitados. As alterações legislativas a que a instituição é frequentemente submetida acabam por se tornar impeditivos para que a forma de “pensar” a Guarda seja construída. Isso se explica porque, como suas atribuições específicas e regimentais se encontram suscetíveis a mudanças constantes, não há como se chegar a uma simples conclusão do que representa a Guarda.

Uma tentativa de melhoria para esse problema ocorreu quando da apresentação de um projeto de lei que instituía o Estatuto Geral das Guardas Municipais, validado enquanto legislação vigente pelo Congresso Nacional no ano de 2014. A redação da nova norma estipulava de forma expressa que a Guarda Municipal deveria ser dirigida por membros efetivos do quadro de carreira do órgão ou da entidade<sup>13</sup>, salvo nos primeiros quatro anos de funcionamento, quando o cargo poderia ser ocupado por um profissional tido como “estranho a seus quadros”.

Em outras palavras, a nova legislação estipulava que o atingir do mais alto comando da instituição seria produto de uma progressão na carreira para aqueles que compusessem o quadro efetivo e que, assim, seriam reais detentores de conhecimento empírico quanto às suas demandas e atribuições. Na prática, contudo, essa determinação não se traduz em agentes do quadro ocupando os postos de comando, ao menos dentro da GCM.

As dificuldades enfrentadas em assumir uma identidade bem delineada e poder finalmente desempenhá-la têm relação direta com o histórico de comandos exercidos por militares anteriormente citado. Esse fator se destaca tanto na percepção dos próprios agentes quanto na observação da dinâmica de sua atuação como um elemento que cria ainda mais obstáculos na conquista pelo “respeito” da população e também de seus pares. O pensamento que parece dominar os agentes é simples: como a Guarda se comportará seguindo suas atribuições oficiais, legalmente instituídas, se o comando entende que suas responsabilidades são outras e como cumprirá tais responsabilidades sem o uso de armas letais?

---

13 Dispõe o artigo 15 do Estatuto Geral das Guardas Municipais (BRASIL, 2014): “Os cargos em comissão das guardas municipais deverão ser providos por membros efetivos do quadro de carreira do órgão ou entidade. § 1º Nos primeiros 4 (quatro) anos de funcionamento, a guarda municipal poderá ser dirigida por profissional estranho a seus quadros, preferencialmente com experiência ou formação na área de segurança ou defesa social, atendido o disposto no caput”.

Essas questões não respondidas têm grande capacidade de influenciar as prioridades e as demandas mais relevantes dos agentes da Guarda, direcionando-os a adotar uma forma militarizada de “pensar” a instituição. Imbuídos desse pensamento militarizado, os agentes acabam por associar, em grande medida, que a busca por “respeito” só será alcançada por meio do uso de armas letais, ao que se vê o pensamento se transformando em discurso entre os agentes.

É importante compreender que a estrutura de funcionamento da segurança pública possui uma hierarquia na distribuição das atribuições e que a Guarda, no contexto prático apresentado, é apresentada como uma força de auxílio à Polícia Militar. Apesar de não se tratar da realidade em si, essa condição auxiliadora parece ser o suficiente para convencer os gestores municipais de que a Guarda deveria ser cada vez mais semelhante à Polícia Militar. Nesse ponto, o histórico de comandos exercidos por militares é uma representação daquilo que a Prefeitura pensa como a Guarda deveria ser: uma instituição que em seus fundamentos nega uma hierarquia militarizada, mas que, na prática, é aos poucos transformada em uma réplica municipal da polícia estadual, por meio de ideais que tem como base a formação militar, aspecto destacado por Jorge da Silva (1996).

Essa gradual transformação dialoga com o que Dumont chama de englobamento<sup>14</sup>, notadamente a se observar que a relação de poderes hierarquizada entre Estado e Município, identificadas aqui no conflito de atribuições entre Polícia Militar e GCM, proporciona o entendimento de que o “pensar” militar seria mais eficiente e mais prático do que o “pensar” dos agentes da Guarda diante de sua instituição. Nesse embate, a Guarda tende a se posicionar como o elo mais fraco, a se considerar que sua própria estrutura é muitas vezes comandada, organizada e controlada por indivíduos com doutrinas militares que cultivam cada vez mais a lógica militarizada e, ao fim, são capazes de gerar efetivas mudanças no *ethos* e nas práticas<sup>15</sup> desses agentes.

Tomando por paralelo o que escreve Dumont (1992, p. 55) sobre a percepção do sentir-se social e a noção de pertencimento, a transformação gradual que é percebida no modo de

---

14 Segundo Dumont (1985, p. 259): “Em primeiro lugar, a hierarquia. As ideias ‘superiores’ contradizem e incluem as ‘inferiores’. Chamei a essa relação muito especial ‘englobamento’. Uma ideia que cresce em importância e em status, adquire a propriedade de englobar o seu contrário”.

15 Dialogando com Geertz (1997) e compreendendo um saber local, destaco que as teorias e práticas construídas no campo e nas práticas da instituição representam estruturas próprias que se perpetuam por meio de seus ritos, instrumentos e estruturas de poder e comando. Também destaco, no entanto, que essas teorias e práticas não se mantêm quando são colocadas em disputa com teorias e práticas elaboradas no estudo acadêmico, que de forma alguma pretende ser construído enquanto uma forma de oposição por natureza, mas pretende, em vez disso, provar através de estudos e investigações que determinado saber local não é unânime.



“pensar” da Guarda, imbuída de influências militares, traz novos contornos aos debates de “problema” *versus* “solução” para o cenário da instituição no âmbito da segurança pública. Aqui, o “problema” apresentado pelos guardas reside na falta de “respeito” que demonstra parte da população e parte de seus pares, enquanto a “solução” para essa questão estaria centrada no emprego de armamento letal em suas ações. Para eles, a concretização desse último fator os aproximaria da estética e do *modus operandi* da Polícia Militar, situação que geraria maior reconhecimento do trabalho da Guarda como um efetivo instrumento de segurança pública.

Em suma, todo esse processo de rearranjo das formas de “pensar” tem como efeito principal a construção de uma narrativa que tenta apresentar caminhos para o alcance de determinados objetivos pelos guardas. De maneira simultânea, é também possível identificar a mesma narrativa como uma forma de convencimento dos agentes e do comando de que o caminho da militarização seria eficiente e suficiente para suprir suas demandas e seus anseios. Contamina-se, por fim, a “pureza” dos agentes da Guarda, nos termos de Douglas (1966), com um viés bélico e de enfrentamento cada vez mais presente em seus discursos e em suas práticas, características que derivam das influências militares que vão aos poucos se perpetuando formal e informalmente na estrutura da instituição.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A produção deste trabalho levou em consideração atores e discursos que se complementam e se contrapõem na construção de um viés militarista em certos nichos da segurança pública, neste artigo representada pela Guarda Civil Municipal de Niterói, do Estado do Rio de Janeiro. Como resultado, as observações traçadas ao longo do desenvolvimento do texto tiveram por objetivo explicitar as divisões, os interesses e as demandas por reconhecimento tanto da instituição em si quanto dos agentes que individualmente a representam, com o intuito final de provocar um diálogo entre duas possíveis conclusões práticas que decorrem deste processo.

Como um primeiro resultado, é possível inferir que o choque entre as estruturas de poder municipais e estaduais, que estabelecem uma disputa narrativa no campo político e econômico, repercute em medidas que afetam, principalmente, a instituição que possui menor controle sobre suas atribuições e seus direcionamentos, que nesse caso é a Guarda. Como segundo, constata-se que a dinâmica de mudanças constantes nas atribuições da instituição impacta diretamente a construção e a reafirmação da identidade de indivíduos que estão buscando por “seus lugares no

sol” (VERÍSSIMO, 2009): os agentes da Guarda. Tendo por base as duas conclusões, observamos que o entendimento das maneiras dicotômicas de “agir” e de “pensar” representadas no ideal de “civil para dentro e militar para fora” se apresenta como uma referência a orientar a construção de uma identidade tanto da instituição em si como de seus agentes de forma individualizada, buscando atender às expectativas de todas as partes componentes de sua estrutura política e institucional.

Adotando a perspectiva aplicada por Dumont (1992), percebe-se, ao fim, que os aspectos de uma estrutura formal institucional “superior”, nas figuras dos poderes Legislativo e Executivo, municipais e estaduais influenciam a dinâmica da busca por “respeito” de uma estrutura formal institucional “inferior”, a Guarda. Essas oscilações de representação criam uma estrutura que aloca a Guarda como uma instituição “inferior”, na ótica da segurança pública como um todo, e que acabam por definir seu espectro de atuação a partir de encaminhamentos que são alheios aos seus reais objetivos.

É, portanto, através da demanda por reconhecimento que os agentes objetivam a formação de um modo de “agir” e de “pensar” que tenha a capacidade de fundar e definir seu *modus operandi* e a unificação de um *ethos* próprio – preferencialmente acompanhado da autorização para o porte de armas letais. Objetivo este que parte, principalmente, do desligamento das influências militares e que, segundo meus interlocutores, representam o ponto-chave que historicamente inviabiliza o desenvolvimento da Guarda como o operador do sistema de segurança que deveria ser.

## REFERÊNCIAS

1. APURAÇÃO. **Consulta Pública Armamento da Guarda Civil Municipal**. Niterói, Prefeitura de Niterói. 2017. Disponível em: [https://docs.google.com/spreadsheets/d/1EhbkFXQlePrgrcdeg3-vBM\\_C3L0WObyB1Q9dlq8h4VM/htmlview?fbclid=IwAR1AQA3eQzFIEw4dy\\_iTij0DWJ-ttJyUqjPdPnDdtJ45lwhgCNA T8HFCAuM#gid=0](https://docs.google.com/spreadsheets/d/1EhbkFXQlePrgrcdeg3-vBM_C3L0WObyB1Q9dlq8h4VM/htmlview?fbclid=IwAR1AQA3eQzFIEw4dy_iTij0DWJ-ttJyUqjPdPnDdtJ45lwhgCNA T8HFCAuM#gid=0). Acesso em: 05 maio 2019.
2. BERGER, Peter L. LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2004.
3. BRASIL. Lei nº 13.022, DE 8 de agosto de 2014. **Estatuto Geral das Guardas Municipais**. 2014. In: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2014/Lei/L13022.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13022.htm) Acesso em: 16 maio 2019.

4. CARDOSO DE OLIVEIRA, Luís Roberto. **Direito legal e insulto moral** – dilemas da cidadania no Brasil, Quebec e EUA. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2002.
5. CARDOSO DE OLIVEIRA, Luís Roberto. Existe violência sem agressão moral? **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 67, n. 23, jul. p. 135-146, 2008.
6. CASTRO, Celso. **O espírito militar**: um antropólogo na caserna. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
7. CLIFFORD, James. **A Experiência Etnográfica**: antropologia e literatura no século XX. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1998.
8. DA SILVA, Jorge. Militarização da segurança pública e a reforma da polícia: um depoimento. In: BUSTAMANTE, Ricardo; SODRÉ, Paulo César (coords.). **O Direito em revista**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Atualização Jurídica (IBAJ), 1996. p. 497-519.
9. DOUGLAS, Mary. **Pureza e perigo. Ensaio sobre as noções de poluição e tabu**. Lisboa: Edições 70, 1966. (Coleção Perspectivas do Homem, n. 39).
10. DOUGLAS, Mary. **Como as instituições pensam**. São Paulo: Edusp, 1998.
11. DUMONT, Louis. **O individualismo**: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna. Rio de Janeiro: Rocco, 1985.
12. DUMONT, Louis. **Homo hierarchicus**: o sistema de castas e suas implicações. São Paulo: Edusp, 1992.
13. GEERTZ, Clifford. **O saber local**: novos ensaios em antropologia interpretativa. Petrópolis: Vozes, 1997.
14. MEDEIROS, Flavia. **“Linhas de investigação”**: uma etnografia das técnicas e moralidades dos “homicídios” na Polícia Civil da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. 2016. Tese (Doutorado em Antropologia). Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016.
15. PEIRANO, Mariza. Temas ou teorias? O estatuto das noções de ritual e de performance. **Campos (UFPR)**, v. 7, p. 9-16, 2006.
16. PEIRANO, Mariza. Etnografia, ou a teoria vivida. **Revista Ponto Urbe**, ano 1, n. 2. Universidade de São Paulo. 2008.
17. SEOP. **Estrutura da SEOP**. Niterói, Secretaria de Ordem Pública de Niterói. 2019. <https://seop.niteroi.rj.gov.br/transparencia/estrutura-da-seop/>. Acesso em: 16 maio 2019.
18. SOARES, Luiz Eduardo; RAMOS, Silvia; ROLIM, Marcos. **O que pensam os profissionais de segurança pública no Brasil**. Brasília: Ministério da Justiça; Senasp, 2009.

19. TEIXEIRA, Carla Costa. **Das Bravatas**. Mentira ritual e retórica da desculpa na cassação de Sérgio Naya. Brasília (DF): 2000. (Série Antropologia, v. 74)
20. TURNER, Victor. **O processo ritual: estrutura e anti-estrutura**. Petrópolis: Vozes, 1974.
21. VERÍSSIMO, Marcos. **“DE SOL A SOL”, em luta por um lugar ao sol: A Guarda Municipal do Rio de Janeiro e os ritos, conflitos e estratégias do espaço público carioca**. 2009. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.
22. VIANA, Carlos Eduardo. Reafirmando identidades: demanda por reconhecimento e “respeito” no Curso de Formação Profissional dos agentes da Guarda Civil Municipal de Niterói. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, v. 16, n. 1, p. 252-271, 2022.

*Carlos Eduardo Pereira Viana*

Doutorando e Mestre em Antropologia pelo Programa de Pós-graduação em Antropologia na Universidade Federal Fluminense. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1777-3515>. E-mail: [caduviana@live.com](mailto:caduviana@live.com)

# Seguindo controvérsias em procedimentos regulatórios: o caso da cannabis no Brasil (2014-2019)

Following controversies in regulatory proceedings: the case of cannabis in Brazil (2014-2019)

**Hellen Caetano**

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, Rio Grande do Norte, Brasil

## RESUMO

Os procedimentos regulatórios no Brasil têm sido acompanhados por instituições regulatórias que desempenham papéis específicos e estabelecem o modo como profissionais e a população devem lidar com substâncias. O objetivo desse artigo é descrever as controvérsias em torno dos procedimentos regulatórios com *Cannabis* e seus derivados no Brasil entre 2014 e 2019. A discussão em questão é composta por diferentes atores, como substâncias, pacientes, ativistas e instituições. Neste trabalho evidencio o papel de instituições como a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e o Conselho Federal de Medicina (CFM) a partir dos documentos produzidos por eles. O material recolhido foi sistematizado e analisado no programa de análise qualitativa *Atlas.ti* a partir de codagem de dados, o que permitiu traçar aproximações e dissidências entre os documentos, além de permitir a comparação entre os discursos públicos de representantes dos órgãos e as fontes escritas. Os usos e estatutos da *Cannabis* foram construídos a partir de suas posições ambíguas como uma “droga” e um “medicamento”. A partir de uma etnografia da documentação, constato que a Anvisa e o CFM assumem posicionamentos que vão além de seu caráter estritamente técnico. Suas atuações se constituem a partir de vieses políticos ao imputar mecanismos de controle burocrático que constroem e reafirmam suas posições como autoridades em saúde.

**Palavras-chaves:** *Cannabis*, Regulamentação, Controvérsias, Medicamentos, Documentos.

---

Recebido em outubro de 2022.  
Avaliador A: 16 de novembro de 2022.  
Avaliador B: 18 de novembro de 2022.  
Aceito em 13 de março de 2023.

---



## ABSTRACT

Regulatory procedures in Brazil have been accompanied by regulatory institutions that play specific roles and establish how professionals and the population should deal with substances. This objective of this article is to describe the controversies surrounding regulatory procedures with *Cannabis* and its derivatives in Brazil between 2014 and 2019. This discussion is composed of different actors such as substances, patients, activists and institutions. In this article, I highlight the role of institutions such as Agência Nacional de Vigilância Sanitária and the Conselho Federal de Medicina based on the documents produced by them. The collected material was systematized and analyzed in the qualitative analysis program Atlas.ti from data coding, which allowed the tracing of approximations and dissidences between the documents, besides allowing the comparison between public speeches of representatives of the agencies and the written sources. The uses and status of *Cannabis* were constructed from its ambiguous positions as both “drug” and “medicine”. Based on an ethnography of documentation, I find that Anvisa and CFM take positions that go beyond their strictly technical character. Their actions are constituted from a political biases by imposing bureaucratic control mechanisms that construct and reaffirm their positions as health authorities.

**Keywords:** Cannabis, Regulation, Controversies, Medicines, Documents.

## INTRODUÇÃO

Entre 2013 e 2014 no Brasil, indícios do uso de uma substância derivada de *Cannabis*, o canabidiol, foram veiculados em matérias de jornais e redes sociais. A utilização estava ligada às famílias de crianças com síndromes raras, sobretudo aquelas que sofriam com epilepsias de difícil controle e não respondiam a medicações convencionais. A *Cannabis*<sup>1</sup>, localizada em uma zona cinzenta, ora parecia ocupar o lugar de uma “droga” a ser combatida, ora uma possível medida terapêutica. Com a circulação de histórias de sucesso do uso terapêutico de canabidiol, pedidos de autorizações sanitárias começaram a chegar à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) em 2014, o que fez debates e medidas regulatórias sobre derivados da *Cannabis* despontarem nos anos seguintes.

---

1 “*Cannabis*” e “maconha” têm sido palavras usadas de formas diferentes, para se referir a coisas distintas. Para tanto, aqui elas serão usadas como conceitos êmicos. Utilizarei “*Cannabis*” ao falar sobre o uso terapêutico e “maconha” ao me referir aos outros usos como “droga”. Essa distinção foi reificada e percebida mais de uma vez, seja pelas pessoas em torno da discussão, seja pelo que foi exposto nos próprios documentos que serão destrinchados aqui. Para tanto, esses usos às vezes se confundem, e isso também aparecerá no texto. Essa “confusão” reflete a zona cinzenta em que essas substâncias se encontram.



Quanto à *Cannabis* e ao seu uso terapêutico foi se construindo uma discussão permeada por diferentes agentes, que concordavam e compartilhavam posicionamentos, mas também discordavam e se colocavam em lados opostos. Ali se configuravam dinâmicas, movimentações e instabilidades que instauravam controvérsias vistas a todo momento. Essa discussão tem sido travada por instituições, pacientes, familiares, ativistas, cientistas, empresas farmacêuticas e substâncias. As substâncias agenciam e são agenciadas a todo momento, de diferentes formas. Aqui, darei ênfase aos documentos ligados à produção, à importação, à comercialização e ao controle sanitário de produtos derivados de *Cannabis* no Brasil. Tal ponto pode nos fazer refletir sobre como políticas de saúde são pensadas, como funcionam na prática ou como decisões estatais influenciam vidas cotidianas (DAS; POOLE, 2008). As decisões em torno da saúde, portanto, circunscrevem os tipos de acesso que teremos a terapias.

O objetivo principal deste trabalho era seguir as controvérsias em torno da regulamentação sanitária de *Cannabis* e suas substâncias derivadas com base em documentos produzidos por instituições regulatórias, com foco maior naqueles elaborados pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e pelo Conselho Federal de Medicina (CFM) entre 2014 e 2019<sup>2</sup>. Para isso, este artigo estará dividido em duas seções. Na primeira seção, discutirei sobre como foi construir uma pesquisa antropológica baseada em documentos e quais foram os desafios da empreitada. Depois darei atenção especial aos documentos analisados. O intuito é demonstrar como têm se configurado os debates sociotécnicos em torno dessas substâncias tão controversas, buscando compreender também como se fundamenta e se consolida a regulamentação de um medicamento no Brasil.

## PESQUISA COM DOCUMENTOS: REPENSANDO E CONSTRUINDO METODOLOGIAS

Segundo Antonio Carlos de Souza Lima (2012), “fazer Estado” deve ser entendido como um processo constante que resulta em formas não definitivas, não dadas *a priori*. São, antes de tudo, processos de objetificação e subjetivação que constroem e desconstroem realidades na vida cotidiana. Para ele, estudar o Estado e suas ações nos permitiria ultrapassar o caráter

---

<sup>2</sup> O presente artigo deriva de minha dissertação de mestrado (CAETANO, 2021). Meu foco foram os procedimentos científicos e regulatórios voltados à *Cannabis* no Brasil entre 2014 e 2019. O objetivo principal era evidenciar como a produção de ciência estava ligada às tomadas de decisões regulatórias, pondo em evidência os cientistas, grupos de pesquisas, instituições, pacientes e ativistas em torno do debate sobre o uso terapêutico de derivados de *Cannabis*. Nesse ponto, meu foco metodológico foi mais uma discussão entre grupos do que um grupo específico.

imutável e totalizante da ideia de Estado, potencializando nossos olhares e questionamentos. Castilho, Souza Lima e Teixeira (2014, p. 22) argumentam que “os poderes estatais existem em redes e produzem efeitos que desafiam as fronteiras clássicas que distinguem Estado, sociedade e mercado”. Deveríamos considerar o Estado, portanto, como um conjunto de processos em permanente formação e transformação, de modo a aproximar a antropologia desse foco de pesquisa. Embora a aproximação seja necessária, o acesso deve ser problematizado. Tais círculos burocráticos e institucionais nem sempre estão próximos dos pesquisadores ou, mesmo quando estão, levantam desafios significativos<sup>3</sup>. Levando tais pontos em consideração, como poderia me aproximar da Anvisa e o CFM? Como conseguiria acessar seus trabalhos, suas movimentações e suas dinâmicas?

Eva Muzzopappa e Carla Villalta (2022), ao falar sobre a materialidade do Estado, demonstram que os documentos são uma possível via de entrada. Matthew Hull (2012) argumenta que os documentos não são apenas instrumentos de organizações e instituições burocráticas, mas são também constitutivos de regras da burocracia, ideologias, práticas e subjetividades. Para Letícia Ferreira e Laura Lowenkron (2020), as fontes escritas e os documentos são tecnologias e artefatos fundamentais para trabalhos realizados em instituições e setores estatais. Tais artefatos são centrais à produção e à fabricação de realidades. A ideia, desse modo, é pensar antropologicamente essas tecnologias, percebendo suas mobilizações e agenciamentos, bem como as hierarquias e assimetrias que surgem e se mantêm ali. É nesse sentido que Ciméa Belivaqua (2021) insere os documentos como discursos e representações passíveis de serem reconhecidos como práticas de conhecimento constitutivas das próprias instituições e de suas normas.

Aqui tratarei exclusivamente de instituições e processos de regulamentação. A Anvisa, por exemplo, é uma agência que regulamenta substâncias e impõe maneiras de lidar com elas à sociedade em geral e a profissionais; esses aspectos afetam diretamente os tipos de circulação e acesso que as substâncias terão no Brasil. O CFM, por outro lado, não segue a mesma lógica, mas é um órgão que, de alguma forma, também sustenta regulamentações sobre uma profissão – a de médicos – e sobre as substâncias com que podem lidar. No caso da *Cannabis*, essas duas instâncias têm construído formas e discussões específicas em torno dos usos dessa substância e de seus derivados que, como dito, se inscrevem em uma zona cinzenta onde ora são vistos como “droga”, ora como “medicamentos”. Em todo o processo de feitura da pesquisa, tive que lidar com diferentes fontes escritas, pois os documentos consistiram na entrada em campo

---

<sup>3</sup> María Lugones (2014), por exemplo, a partir de algumas experiências em campo com administrações estatais, demonstra como seus acessos eram ligados constantemente a acordos interpessoais, apresentações de documentos e autorizações. Como nenhum campo é neutro, Lugones mostra como “estar lá” consistia em mostrar constantemente aos interlocutores a importância do que estava sendo feito.

principal; além disso, busquei me aprofundar e fazer uso de outros materiais, como vídeos disponíveis no YouTube das reuniões da Anvisa na íntegra, *sites* das instituições e matérias de jornais, materiais tratados como artefatos de documentação (FREIRE, 2022). Apesar de não serem documentos no sentido restrito do termo, foram essenciais para perceber as nuances e tensões em torno do debate do uso terapêutico de derivados de *Cannabis*, principalmente quando consideramos as sutilezas e diferenças entre o que era colocado “no papel” e o que era dito pelos representantes das instituições. Para Lucas Freire (2022), esses registros escritos, visuais e sonoros produzem objetos que podem ser acessados e mobilizados de variadas formas para diferentes fins, sobretudo considerando seus pesos e suas medidas diferentes. Somados, esses materiais eram muitos e possibilitavam diferentes caminhos e questionamentos na construção do campo.

Mesmo acreditando que esse era um caminho possível para a pesquisa, uma coisa continuava me incomodando: o campo. A pesquisa de documentos, num primeiro momento, me pareceu uma pesquisa “sem campo”. Aquelas etnografias que conheci, em volta de pesquisas vinculadas a espaços físicos, permaneciam em minha cabeça. O que eu estava me propondo a fazer era realmente uma pesquisa antropológica? Dava para fazer etnografia “sem campo” e “sem pessoas”? Esses questionamentos se agravaram ainda mais com a pandemia de covid-19<sup>4</sup>, visto que aquela situação colaborava para o distanciamento social. Percebi, no entanto, que meus questionamentos não eram novos. Adriana Vianna (2014), ao falar sobre seu processo de pesquisa baseada em processos judiciais, afirma que se indagava diversas vezes se sua pesquisa era de fato “etnográfica” o suficiente; muitas vezes acabava cedendo aos clichês antropológicos sobre campo e pesquisa. Lowenkron e Ferreira (2020) já argumentaram que a tarefa de etnografar documentos pode ser percebida com estranhamento pela maioria dos profissionais, principalmente quando colocada em contraste com a “observação participante”.

Laura Nader (2020) levantou pontos importantes a serem considerados quando pensamos no papel da observação participante na pesquisa antropológica. “Observar participando” parece ser uma prerrogativa para fazer antropologia. Na visão de Nader, levar isso em consideração pode acabar atrapalhando a pesquisa, pois podemos construir boas questões e problematizações sem o uso da técnica. Souza Lima (2002) demonstra que as pesquisas com fontes impressas, que geralmente são vinculadas ao trabalho do historiador, podem também se unir à observação, unindo forças e potencializando o trabalho de campo. Veena Das e Deborah Poole (2008) argumentam que devemos atentar para o fato de que a maior parte do Estado moderno tem sido construído a partir de práticas escritas. Tais fontes escritas podem possibilitar ao pesquisador entender “de

---

4 A pandemia de covid-19 (doença causada pelo vírus COVID-19) foi deflagrada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) em 11 de março de 2020 e já dura mais de três anos.

que forma eles constituem, hierarquizam, separam e relacionam pessoas” (LOWENKRON e FERREIRA, 2020, p. 22). Segundo Lowenkron e Ferreira (2020), as etnografias atentas para os documentos – em vez de perceber apenas o que pode ser visto através deles – podem iluminar as socialidades, relações e agenciamentos que produzem. Desse modo, devemos olhar para os documentos, não através deles, pois é um exercício rentável para pesquisas antropológicas (FERREIRA, 2022). Para Vianna (2014), os documentos formam um *corpus* vivo, que vai perfazendo mundos a cada leitura.

A pesquisa com documentos foi uma escolha acertada que me permitiu fazer questionamentos que outro tipo de abordagem talvez não fosse capaz de me dar. As fontes escritas pelas instituições e os artefatos da documentação (FREIRE, 2022) recolhidos foram tomados como mediadores que podem “transformar, traduzir, distorcer, deslocar e modificar aquilo que carregam e veiculam”, segundo os escritos de Ferreira (2022, p. 180). Tais documentos exercem papéis fundamentais em processos de construção de verdades e realidades (FREIRE, 2016). Os documentos, desse modo, foram centrais para a construção da minha análise do começo ao fim da pesquisa, enfatizando, aliás, como o que está escrito e descrito naqueles papéis nem sempre condiz com o que acontece no cotidiano das pessoas que buscam acesso às tecnologias de saúde. No caso da *Cannabis*, não só as instituições, mas também as substâncias, os ativistas, os pacientes e os familiares participavam da discussão a todo momento, ora pedindo uma resolução mais específica e abrangente, ora criticando os documentos ou a falta deles. A leitura e a observação dessas tecnologias podem evidenciar aqueles que estão sendo regulados e constituídos e como não são inertes às práticas de documentação (LOWENKRON e FERREIRA, 2020). Focar nos documentos, como argumenta Vianna (2014), pode nos levar aos atores centrais da confecção desses documentos, possibilitando o rastreamento de conexões, relações, interações e hierarquias. Nesse ponto, me propus a fazer uma etnografia da documentação. Nos termos expostos por Lucas Freire (2022), uma etnografia da documentação envolve simultaneamente uma pesquisa *dos* e *com* os documentos. A própria prática da documentação, nesse sentido, é encarada como objeto e material de pesquisa.

Apoiada nos escritos de Bruno Latour (2012), optei por “seguir” controvérsias<sup>5</sup>. Nosso papel, enquanto antropólogas e cientistas sociais, residiria em observar e descrever os debates sociotécnicos que surgem – aqui, pretendo fazer isso a partir da discussão sobre *Cannabis*. Gustavo Onto (2020) argumenta que documentar relações e relacionar documentos são tarefas imprescindíveis quando pensamos em seguir práticas burocráticas e seus sujeitos, principalmente em pesquisas etnográficas. O primeiro recorte temporal se refere ao intervalo de 2014 a 2018

---

5 Para Latour (2012), controvérsias são situações em que atores divergem e percebem que não podem ignorar a presença uns dos outros.

– 2014 porque o ano foi marcado pelas mudanças regulatórias significativas que começaram a ocorrer em torno da *Cannabis*; 2018 por conta do tempo que eu tinha disponível para analisar os materiais recolhidos. Como em qualquer empreitada antropológica, esse recorte acabou mudando, no entanto, se concentrando, por fim, no período de 2014 e 2019. Tal fato se deu pela publicação da Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) nº 327/2019 (BRASIL, 2019c) da Anvisa, que acabava impactando diretamente toda a discussão feita até então. Com essa decisão, teria mais documentos para analisar, mais processos, mais reuniões. Através do *site* da Anvisa, coletei relatórios, notas e resoluções técnicas que já tinham sido publicadas. Por meio da Lei de Acesso à Informação nº 12.527/2011 (BRASIL, 2011)<sup>6</sup>, tive acesso aos processos que deram origem às resoluções, incluindo os pareceres da área técnica. Os documentos produzidos pelo CFM, por sua vez, foram acessados pelo *site* do órgão. No total, reuni 56 documentos oficiais<sup>7</sup>: 43 da Anvisa e 13 do CFM.

Um dos intuítos, a partir do material recolhido, era construir um mapeamento de controvérsias. Para Tommaso Venturini (2012; VENTURINI *et al.*, 2015), uma cartografia de controvérsias se define como um conjunto de técnicas usadas para investigar disputas que se tornam públicas em torno de questões técnico-científicas. Observar esses debates públicos – situações em que atores divergem – pode ser frutífero, já que conseguimos constituir cenários para a observação da vida social. Além das fontes estritamente escritas, também fiz uso de vídeos disponíveis na plataforma YouTube<sup>8</sup>, no intuito de contextualizar ainda mais o campo de pesquisa. Tive acesso a todas as reuniões públicas que deram origem às RDCs que analisei. Tal ponto contribuiu para a análise do que estava posto nos documentos, realizada em relação ao que os diretores e as pessoas físicas que se manifestavam nas audiências argumentavam.

Dentre os 43 documentos da Anvisa, analisei dois processos completos, notas técnicas, resoluções da diretoria colegiada e relatórios de análise de participação social (Rasps). Os processos incluíam tanto as correspondências entre os diretores quanto os materiais produzidos pela área técnica da agência, e esses pareceres são essenciais para as tomadas de decisão dos diretores da Anvisa. Os outros materiais foram recolhidos pelo *site* da instituição, usando palavras-chave como “*Cannabis*”, “maconha”, “canabidiol” e “THC”. Todos os documentos do CFM foram recolhidos no *site* do órgão por meio das mesmas palavras-chaves. Analisei

---

6 No Brasil, é a Lei de Acesso à Informação que regulamenta o direito constitucional dos cidadãos de acessar informações públicas. Tal lei é aplicada aos três Poderes, e os órgãos públicos devem divulgar informações pela internet. Ver: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm). Acesso em: 2 fev. 2023.

7 Fiz uso de cadernos e diários de campo em todo o processo de feitura da pesquisa, fosse no momento que analisava os documentos e outras fontes escritas com as quais deparei, fosse na análise dos vídeos das reuniões e das audiências públicas.

8 Atualmente, muitas instituições estatais têm disponibilizado a gravação de suas audiências públicas em seus canais por meio da plataforma, caso da Anvisa.

um livro produzido pelo CFM intitulado *A tragédia da maconha: causas, consequências e prevenção* (CFM, 2019), além de outro documento chamado de *Decálogo da maconha* que escreveram em conjunto com a Associação Brasileira de Psiquiatria (CFM e ABP, 2019).

Todos os documentos recolhidos, assim como os diários de campo e as transcrições dos vídeos, foram sistematizados e analisados no programa de análise qualitativa Atlas.ti. A análise foi feita a partir da codagem dos dados. De forma clara, a codagem de dados se dá a partir da criação de categorias e subcategorias<sup>9</sup> que auxiliam na sistematização dos dados coletados. Foi a partir desse processo que consegui traçar proximidades e dissidências entre os documentos e compará-los com alguns discursos públicos feitos pelos representantes das instituições em entrevistas ou audiências públicas. Os documentos, portanto, foram uma parte central da análise, visto que as tomadas de decisões que influenciavam diretamente as políticas de saúde eram efetivadas a partir dessas fontes escritas. As resoluções, as notas técnicas e outros artefatos são meios para que o “direito à saúde” possa de fato ser acessado, ou seja, direitos, num sentido amplo, são reivindicados e podem ou não serem implementados com a mediação de órgãos e instituições estatais (BEVILAQUA; LEIRNER, 2000). Para Muzzopappa e Villalta (2022), os arquivos e os documentos são formas específicas de ordenamento que permitem compreender diferentes maneiras de estabelecer poder, hierarquias e formas de classificação. Para elas, em vez de buscarmos a verdade nos documentos, precisamos entendê-los como peças de determinado contexto histórico e político.

No próximo tópico, farei uma análise mais detalhada dos documentos e instituições por meio de um mapeamento das controvérsias em torno da regulamentação da *Cannabis* e de suas substâncias derivadas. O intuito foi questionar, problematizar e seguir os debates tecnocientíficos em torno dessa substância complexa, que gera tantas discussões atualmente. Focar tais processos e procedimentos a partir dos documentos produzidos pode nos dar pistas valiosas para entender melhor como se configuram as políticas de saúde e ciência atualmente no Brasil.

---

<sup>9</sup> A criação de categorias e subcategorias auxiliou nos processos de análise e apresentação dos dados. Um dos exemplos foi o da categoria Doença. Ao analisar os documentos, caso alguma doença fosse ligada à *Cannabis*, esta virava uma subcategoria como nos casos da Epilepsia (citada na Resolução do CFM nº 2.113/2014) e a Esclerose Múltipla (citada no Relatório de Análise da Participação Social nº 30/2019 da Anvisa). Isso possibilitava mensurar quais doenças mais apareciam, quais canabinoides eram mais citados. Os números, por si só, não diziam nada, mas eram um alerta para que eu pudesse focar mais precisamente nas palavras e termos que surgiam. Compilar esses documentos e artefatos da documentação em um mesmo projeto possibilitou entender melhor certas circunstâncias, debates e dissidências naquilo que estava exposto.



## AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) é uma autarquia vinculada ao Ministério da Saúde (MS) que funciona segundo um regime especial e atua em todo o território brasileiro. A agência deve promover a proteção à saúde da população a partir do controle sanitário sejam de substâncias, sejam tecnologias, sejam de outros processos. De acordo com o sétimo artigo da Lei nº 9.782/1999 (BRASIL, 1999), algumas das competências da Anvisa são: 1) estabelecer, propor e acompanhar políticas e ações de vigilância sanitária; 2) coordenar e monitorar os sistemas de vigilância tanto toxicológicos quanto farmacológicos; e 3) autorizar empresas que podem ou não fabricar, distribuir e importar substâncias e produtos, entre eles os medicamentos. A Anvisa é o órgão responsável por essas tarefas no Brasil por incluir dispositivos regulatórios associados a substâncias (CASTRO, 2012). A agência passou a olhar para a *Cannabis* e discuti-la em 2014. Tal ponto se deu pela circulação de histórias sobre a administração de canabidiol<sup>10</sup> a crianças brasileiras com epilepsia de difícil controle. O primeiro caso a chegar à Justiça foi o de Anny Fischer, e sua autorização de importação de canabidiol foi concedida em abril de 2014. A substância precisava ser importada, pois no Brasil qualquer derivado de *Cannabis* era proibido, já que era considerado uma “droga”, mesmo que seu uso, naquela situação, fosse estritamente terapêutico. Essa decisão fez despontar novas discussões e debates intensos que permanecem até hoje, o que provocou mudanças regulatórias significativas nos anos seguintes.

Nas tomadas de decisões finais que podemos consultar em suas resoluções, a Anvisa tem seguido protocolos e diretrizes específicas para que possa atestar a eficácia e segurança<sup>11</sup> dos produtos que podem ser acessados e comercializados no Brasil (CASTRO, 2012). A primeira reunião<sup>12</sup> cujo foco foi algum derivado de *Cannabis* ocorreu em maio de 2014. Uma das pautas era a discussão da reclassificação do canabidiol na Portaria nº 344/1998<sup>13</sup>. À época, a *Cannabis*

---

10 Ênfase que isso não quer dizer que esses usos não existissem antes desse ano. Meu intuito é construir um mapa de eventos que siga certa cronologia para que possamos compreender o contexto das mudanças regulatórias.

11 A eficácia de uma substância estaria na capacidade de ela produzir resultados esperados. A segurança relacionada ao uso reside nos tipos e nas probabilidades de efeitos adversos em curto, médio e longo prazo. Para ter um registro aprovado pela Anvisa, as empresas devem conseguir atestar a eficácia e segurança de cada substância por meio de estudos científicos.

12 Essa e outras reuniões que serão citadas nesse tópico foram acessadas pelo canal da Anvisa no YouTube (ANVISA, 2014).

13 A Portaria nº 344/1998 (BRASIL, 1998) diz respeito ao regulamento técnico das substâncias no Brasil. A Anvisa mantém listas de substâncias que passam por atualizações periódicas e definem que tipo de produção, circulação, comercialização e acesso terão no Brasil.

se encontrava na lista F1 (a das substâncias proibidas), e o processo em questão questionava uma possível incorporação do canabidiol à lista C1 (a das substâncias sujeitas a controle especial). Apesar de o canabidiol não ser descrito diretamente em nenhuma lista da agência, acabava se tornando proibido no Brasil por ser um derivado da *Cannabis*, ou seja, por associação a outra substância. Nessa reunião, os diretores da Anvisa enfatizaram que não existiam evidências científicas suficientes que atestassem a eficácia e a segurança do canabidiol. Para Monique Oliveira (2016), o que estava em jogo na regulamentação do canabidiol era a posição da própria Anvisa quanto às polêmicas que um derivado de *Cannabis* fazia surgir, pois “se protege à saúde, como poderia legalizar a maconha?” (OLIVEIRA, 2016, p. 87). A discussão não mais se referia apenas ao canabidiol, mas ao modo de regulamentá-lo, apesar de suas associações a uma substância vista como “droga”.

As discussões feitas centravam-se fortemente na psicoatividade do canabidiol, principalmente relacionando-o ao uso da maconha como uma “droga”. Na época, não existiam produtos de canabidiol puro, pois incluíam porcentagens de outros canabinoides como o THC. Esse último é considerado psicoativo, e os efeitos que provoca são constantemente vistos sob um prisma negativo. Baseada nesses pontos, a diretoria colegiada (Dicol)<sup>14</sup> optou pela não reclassificação do canabidiol, indo de encontro ao que fora sugerido pela área técnica da instituição, bem como às falas dos próprios diretores antes da reunião. O diretor Jaime Oliveira acabou pedindo vista do processo. Após essa ação, em invés de a pauta ser encerrada, os diretores podem elencar suas dúvidas<sup>15</sup> para que a área técnica da instituição possa responder em outra oportunidade. Nesse caso, o pedido de vista do processo teve importância significativa, já que garantiu que a discussão seria retomada, mesmo que não existisse um prazo determinado para que isso ocorresse.

O debate sobre a reclassificação do canabidiol só foi retomado em janeiro de 2015. Mais uma vez, a substância foi associada a possíveis riscos decorrentes de outros canabinoides, principalmente do THC. Fabiana Oliveira (2016) defende a ideia de que esse argumento foi usado para reforçar certa visão de “mocinho” do canabidiol, oposta a uma espécie de “vilão”, encarnado na figura do THC. Para a autora, a Anvisa fez diversas vezes um esforço para reafirmar que o canabidiol não era psicoativo nem entorpecente. Mais do que isso, em diferentes momentos enfatizavam o que discutiam, tentando mostrar que falavam apenas de

---

14 A Dicol é uma instância interna de governança da Anvisa, e suas principais responsabilidades são avaliar, monitorar e direcionar a organização. Seu papel é cumprir e fazer com que as normas de vigilância sanitária sejam cumpridas em todo território brasileiro.

15 Nesse caso específico, existiam dúvidas sobre a suposta inocuidade do canabidiol; sobre a utilidade de sua reclassificação; sobre a validade da eficácia farmacológica; e sobre a adequação da substância à lista C1 (de substâncias sujeitas a controle especial).

uma substância da *Cannabis*, não dela como um todo. Nessa reunião, apesar dos impasses e das ênfases, a reclassificação foi aprovada por unanimidade, dando origem à RDC nº 17/2015<sup>16</sup>. Além da reclassificação, também foram definidos os critérios e procedimentos necessários para a importação de produtos à base de canabidiol em associação a outros canabinoides, pois, como foi dito, não existiam produtos purificados até então no mercado brasileiro nem no internacional. Ao levar em conta todos os riscos e controvérsias associados ao THC, o documento enfatiza que a importação só poderá ser realizada quando a concentração máxima de THC fosse de conhecimento da agência.

Outra medida importante tomada pela Anvisa se deu em janeiro de 2017, a partir da Nota Técnica nº 1/2017 (BRASIL, 2017), referente ao pedido de registro do medicamento Mevatyl. A empresa fabricante é a GW Pharma Limited, localizada no Reino Unido; no Brasil, a detentora da patente é a Beaufour Ipsen Farmacêutica Ltda., que fica em São Paulo. O pedido do registro do medicamento em solução *spray*, com 27 mg/mL de THC e 25 mg/mL de canabidiol, foi feito em novembro de 2014. A decisão favorável, mais uma vez, foi feita com base no relatório da área técnica da agência. Na publicação foram enfatizados os estudos farmacológicos já feitos com o medicamento, realizados tanto em animais quanto em humanos. Sua eficácia se baseia em 11 estudos clínicos controlados<sup>17</sup> de fase I, dois em fase II e quatro em fase III, que tiveram em média 19 semanas de duração e foram feitos com mais de 1.500 pessoas. Diferentemente da primeira decisão de 2014 – na qual a diretoria tomou uma decisão oposta àquela sugerida pela área técnica –, a Dicol seguiu a sugestão dada pela Gerência de Segurança e Eficácia (Gesef) e pela Câmara Técnica de Medicamentos (Cateme) e aprovou o registro.

Algo interessante a considerar nessa aprovação é a bula que deverá acompanhar o produto (AKRICH, 1995). Todas as informações que acompanham os medicamentos comercializados também são decididas e inscritas em documentos. Alguns pontos do item 12 da nota demonstram bem isso: “Não é indicado para o tratamento de epilepsia”; “Não é indicado o uso por pacientes menores de 18 anos”; “Não é indicado para usuários regulares de cigarro de *Cannabis sativa* ou histórico de dependência” (BRASIL, 2017). A bula do Mevatyl® deveria dar ênfase às contraindicações do medicamento, já que também era composto por THC e não deveria ser usado no tratamento de epilepsias, mas da espasticidade decorrente da esclerose múltipla, visto que, diante das evidências científicas levantadas pela área técnica, o THC poderia contribuir para o agravamento das crises. Para Madeleine Akrich (1995), as etapas anteriores à relação médico-paciente, no que diz respeito aos medicamentos, devem ser investigadas,

---

16 Acessei o Processo nº 25351.752295/2014-15 via Lei de Acesso à Informação pelo portal da Anvisa.

17 Os estudos clínicos se dividem em três fases e são usados na avaliação de uma nova substância farmacológica: na primeira, estuda-se a melhor via de administração; na segunda, o funcionamento da substância; na terceira, os resultados são comparados aos de um medicamento convencional, com a avaliação da cura e da sobrevida.

e a autora demonstra que esses processos se dão numa vinculação do contexto e dos objetos que acompanham as substâncias no trajeto ao paciente. Ainda em 2017, por meio da RDC nº 156/2017, a *Cannabis sativa L.* foi incluída nas listas de denominações comuns brasileiras (DCB), especificamente na parte de plantas medicinais. Tal ação da agência, materializada em forma de resolução, não formalizava o uso de *Cannabis* de forma medicinal, mas garantia que alguns de seus componentes poderiam ter potencial terapêutico, o que, por sua vez, poderia facilitar a aprovação dos pedidos de registro de medicamentos (como o do Mevatyl) ou dar subsídio a novas resoluções cujo escopo consistisse em seu uso terapêutico.

Uma das maiores mudanças regulatórias quanto à *Cannabis* no Brasil se deu em 2019, por meio da RDC nº 327 (BRASIL, 2019c)<sup>18</sup>. Antes de analisar a resolução, no entanto, pensando no mapeamento de controvérsias, enfatizarei alguns dos processos que a constituíram. Numa reunião realizada em outubro de 2019, os diretores da Anvisa debateram duas propostas: a primeira era uma resolução sobre requisitos técnicos e administrativos para o cultivo de *Cannabis* para fins medicinais e científicos; a segunda, também uma resolução, versava sobre o procedimento de registro e monitoramento de medicamentos de *Cannabis* e seus derivados. Para a tomada de decisão, além dos pareceres da área técnica, a agência contou com duas consultas públicas, que ficaram disponíveis por 60 dias, e com os relatórios de participação social construídos a partir disso. Esses relatórios, de acordo com a agência, eram uma forma de possibilitar a participação da sociedade nas atividades regulatórias do país. Vale ressaltar que a decisão final quanto a esses processos cabe especificamente à Dicol.

A Consulta Pública (CP) nº 655/2019 (BRASIL, 2019b) mensurou as opiniões públicas sobre a proposta de cultivo para fins medicinais e científicos. No Relatório de Participação Social nº 31/2019, os perfis dos respondentes são genéricos, separando-os apenas entre pessoas físicas (92,50%) e pessoas jurídicas (7,32%), enfatizando se são profissionais de saúde ou outro tipo de profissional, pesquisadores, cidadãos, órgãos públicos, entidades de defesa do consumidor, associações de profissionais ou setores regulados, entre outros. Os impactos e as respostas foram definidos como positivos, negativos ou positivos/negativos, sendo tais classificações feitas pela própria Anvisa. Um dos impactos negativos mencionados foi o fato de que o processo de cultivo, fabricação e comercialização era destinado apenas a empresas de médio e grande porte, já que a proposta não contemplava pessoas físicas nem associações de pacientes que já funcionavam. Outro ponto negativo seria o alto custo de produção dos produtos derivados de *Cannabis*, o que afetaria o preço final, dificultando o acesso da maior parcela da população aos produtos. O Mevatyl, por exemplo, já estava no mercado, e cada frasco do medicamento custava em torno de R\$ 3 mil. Tal valor seria impraticável num tratamento crônico de saúde,

---

<sup>18</sup> O acesso ao Processo nº 25351.421833/2017-76 foi feito via Lei de Acesso à Informação pelo portal da Anvisa.

já que o medicamento também não é disponibilizado pelo Sistema Único de Saúde (SUS) de forma gratuita.

Na CP nº 655/2019, os impactos positivos foram os mais ressaltados. Um deles enfatizava que uma resolução sobre o cultivo poderia contribuir para o desenvolvimento de mais pesquisas, resultando em novos medicamentos disponíveis no mercado. Outro impacto ligado a esse foi a visão de que esse tipo de regulamentação poderia contribuir para a diminuição dos números de importação, já que, para esses respondentes, o cultivo e a produção em território brasileiro poderiam baratear os produtos, além de diminuir o tempo de fabricação. Outro ponto ressaltado: uma regulamentação desse porte permitiria que menos casos fossem levados à via judicial, facilitando o acesso às substâncias para a população em geral. Vale ressaltar que, desde as primeiras regulamentações das substâncias pela Anvisa, a via da judicialização (BIEHL e PETRYNA, 2016) foi bastante usada para acessar os produtos derivados de *Cannabis*. Os pacientes não podiam apenas ir à farmácia e comprar a medicação – tinham que importá-la, geralmente dos Estados Unidos, ou fazer os próprios cultivos e as próprias produções caseiras<sup>19</sup>, o que acarretava maiores gastos, fosse de tempo, fosse dinheiro (NELVO, 2019).

O Relatório de Participação Social nº 30/2019 (ANVISA, 2019) – que diz respeito à CP nº 654/2019 (BRASIL, 2019a), sobre o registro e monitoramento de medicamentos à base de *Cannabis* e seus derivados –, teve 594 respostas: 93,27% delas vieram de pessoas físicas, enquanto 6,40% foram dadas por pessoas jurídicas. No relatório, os impactos negativos mencionados eram semelhantes aos da CP nº 655/2019, e um exemplo é a questão sobre o aumento do preço final do produto. A ênfase foi dada ao processo de regulação da produção, visto que critérios excessivos resultariam em maior custo e, conseqüentemente, maior valor final de comercialização. Levando em conta a produção, outro impacto negativo seria a limitação da proposta a pessoas jurídicas, excluindo o cultivo feito por pessoas físicas e associações<sup>20</sup>, que

---

19 Frederico Policarpo e Luana Martins (2019) mostram que a categoria dignidade tem sido usada por pessoas que “entram na justiça” para poderem cultivar maconha para fins medicinais. Os autores demonstram que o encaminhamento dessas demandas requer articulações morais, burocráticas e também políticas. A dignidade, neste sentido, estaria vinculada ao eixo direito/saúde e não crime/violência, ou seja, para ter acesso ao uso medicinal, é preciso que a pessoa seja paciente, o que é diferente de ser vítima ou criminoso. Além disso, a via de judicialização leva tempo, um “tempo” que nem sempre está disponível para aqueles que tentam acesso aos derivados da *Cannabis*. A esperança, nesse sentido, assume papel importante para que as pessoas continuem tentando, dia após dia (NOVAS, 2006; CAETANO, 2021).

20 Apesar de as associações canábicas serem consideradas pessoas jurídicas, com a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), a RDC nº 327/2019 (BRASIL, 2019c) acaba fazendo especificações que as deixam fora do escopo da resolução. Uma delas, por exemplo: a empresa deve importar o insumo farmacêutico, e a resolução não permite a importação ou o uso da planta ou partes da planta *Cannabis spp*. As associações, nos últimos anos, têm realizado plantio em solo brasileiro a partir de *habeas corpus* e outras medidas judiciais. A via judicial, apesar de ser uma via de acesso, não dá nenhuma certeza, quando pensamos no uso garantido e de longo prazo ou quando levamos em consideração a realidade tanto das associações como dos próprios pacientes, que cultivam em suas casas e produzem seus próprios “medicamentos”. Ver Motta (2019) e Policarpo (2019).

já realizavam tais processos. Os argumentos dos respondentes giravam em torno de uma lógica comum: mesmo quem já não tinha acesso à importação por razões financeiras continuaria sem acesso à substância, ainda que ela estivesse disponível nas farmácias brasileiras, pois o preço continuaria elevado.

Os últimos impactos negativos da CP nº 654/2019 trouxeram opiniões complexas e divergentes. Uma delas foi a de que a regulamentação poderia aumentar o uso de maconha de forma indiscriminada, pois ela é uma “porta de entrada” para outras drogas. Apesar de a CP tratar mais especificamente do uso medicinal, ainda havia preocupação com outros possíveis usos por parte dos respondentes, exatamente pela característica singular atribuída a essas substâncias, que ora são “drogas”, ora “medicamentos”. O outro argumento, por sua vez, que segue um caminho diferente, faz uma crítica a uma regulamentação que discorre apenas sobre o uso medicinal, desconsiderando os outros usos da *Cannabis*, como o alimentício, o têxtil e o energético. Ou seja, a *Cannabis* não poderia ser usada apenas como medicamento, teria uma infinidade de usos, que deveriam ser considerados em termos de regulamentação nacional. Nesse sentido, a *Cannabis* – que às vezes também é a maconha, mas noutras é algo diferente – mostra que seus usos e estatutos são constantemente discutidos, entremeados a controvérsias.

Mais uma vez os impactos positivos foram os mais descritos pelos respondentes. Um deles foi a melhoria na qualidade de vida dos pacientes a partir do acesso facilitado às substâncias derivadas de *Cannabis*. Os usos terapêuticos das substâncias têm sido vinculados a doenças debilitantes, crônicas, graves e/ou raras, o que aumenta ainda mais a busca por terapias capazes de ajudar essas pessoas a viver dignamente. Os respondentes também ressaltaram como ponto positivo a escassez de efeitos adversos relatados até então associados ao uso em médio e longo prazo, comparando-os com os de outras medicações de tarja preta<sup>21</sup>, geralmente receitados por serem opções convencionais no tratamento dos sintomas. Outro ponto levantado foi que, ao regulamentar os produtos derivados da *Cannabis*, o Brasil teria mais controle de qualidade, bem como a garantia de que seriam seguros para os pacientes. Além disso, a regulamentação também poderia possibilitar um processo de educação sobre a *Cannabis* para a população, tirando a substância do lugar de “droga” imersa em perigos e transportando-a para o de uma terapia de saúde.

Entre os impactos vistos como positivos também estava o fato de que uma regulamentação dos produtos de *Cannabis* poderia fomentar e favorecer a realização de pesquisas científicas no Brasil. A judicialização mais uma vez aparece como um processo que poderá ser reduzido ou até mesmo zerado se houver uma regulamentação da produção nacional. Uma controvérsia

---

21 A tarja preta na embalagem de medicamentos identifica os psicotrópicos que agem no sistema nervoso. A tarja em si indica que eles estão sob um controle mais rígido, já que seu uso acarreta efeitos adversos consideráveis e têm mais contraindicações.



também se instaura na CP nº 654/2019, baseada no enquadramento da *Cannabis* e de seus derivados sintéticos ou naturais como medicamentos. Alguns respondentes acreditam que esses produtos devem ser enquadrados como fitoterápicos<sup>22</sup> ou como suplementos alimentares<sup>23</sup>. Tais enquadramentos fariam com que uma gama maior de profissionais pudesse, como fisioterapeutas e nutricionistas, prescrever os compostos, ou seja, não seriam receitados só por médicos. Outro argumento levantado foi o de que os derivados sintéticos deveriam ser enquadrados como medicamentos, mas os naturais deveriam ser classificados como produtos tradicionais fitoterápicos<sup>24</sup>. Esses encaminhamentos diferentes para a mesma questão demonstram como esses atores convergem em alguns momentos, mas se afastam em outros, mantendo as próprias controvérsias. Além disso, deixa claro que os pacientes e ativistas têm conhecimentos técnicos e científicos<sup>25</sup>, ao passo que desenvolvem um tipo de expertise leiga (EPSTEIN, 1995).

Considerando as manifestações favoráveis às duas propostas, sejam as das consultas públicas, sejam as das falas durante a audiência, foram pedidas vistas dos dois processos, e as propostas voltaram a ser debatidas em dezembro de 2019. Nessa ocasião, apenas a resolução sobre o registro e o monitoramento dos medicamentos derivados de *Cannabis* foi aprovada, resultando na RDC nº 327/2019 (BRASIL, 2019c), que abrange produtos industrializados com derivados vegetais ativos ou fitofármacos e define os procedimentos para a concessão de autorização sanitária para fabricação e importação, estabelecendo requisitos para a prescrição, a dispensação, a comercialização, o monitoramento e a fiscalização de produtos de *Cannabis* para fins medicinais. Os produtos, de acordo com a resolução, devem ter maior teor de canabidiol e até 0,2% de THC. Os que tiverem uma porcentagem maior de THC só poderão ser usados em cuidados paliativos de pacientes que já esgotaram as medidas terapêuticas disponíveis. Vale ressaltar que o uso terapêutico de qualquer substância da *Cannabis* até então, fosse por parte da Anvisa, fosse por parte da CFM, seguia a lógica do uso passivo, ou seja, era usado quando já não havia mais terapias disponíveis. A RDC nº 327/2019 (BRASIL, 2019c) impõe que os produtos derivados de *Cannabis* aprovados pela instituição não devem ter nomes comerciais e devem ser intitulados apenas a partir de seu derivado, seguido do nome da empresa farmacêutica responsável. Também proíbe qualquer tipo de publicidade e distribuição de amostras grátis e

---

22 Fitoterápicos são substâncias que passaram por estudos clínicos e já reuniram estudos suficientes para atestar sua eficácia e sua segurança.

23 Nos Estados Unidos (EUA), os produtos derivados de *Cannabis* têm sido comercializados como suplementos alimentares, o que garante um acesso facilitado. A importação feita por famílias brasileiras, por exemplo, era feita majoritariamente desse país.

24 Produtos que são aprovados a partir de uma demonstração de uso seguro por um período de tempo específico determinado pela Anvisa.

25 Sobre a *expertise* leiga vinculada ao processo de regulamentação do canabidiol no Brasil, ver Monique Oliveira (2017).

estabelece que esse tipo de produto pode ser prescrito apenas por médicos com registro no CFM.

Apesar das críticas feitas pelos respondentes nas CPs, a autorização sanitária (AS) só pode ser concedida a pessoas jurídicas. Essas empresas têm o prazo de 5 anos, a partir do registro, para comprovar que seus produtos são de fato medicamentos, atestando não só sua qualidade e sua eficácia, mas também sua segurança. De acordo com o artigo 21º da RDC, o controle de qualidade dos produtos com fitofármacos (feitos a partir de substâncias purificadas e isoladas) deve seguir as normas dos medicamentos específicos; o controle dos que são fitoterápicos (obtidos a partir de matéria-prima vegetal ativa) deve comprovar a qualidade do produto a partir das normas de medicamentos fitoterápicos. O artigo 32 da seção V do documento trata especificamente da rotulagem, da embalagem e dos folhetos dos produtos. Uma de suas diretrizes orienta que os folhetos não podem usar termos como medicamento, fitoterápico, suplemento, natural ou termos afins. Também não devem conter indicações de uso, principalmente terapêuticos ou medicinais.

De acordo com a RDC 327/2019, as embalagens dos produtos de *Cannabis* devem ter obrigatoriamente três frases: “Produtos à base de Cannabis”; “Este produto não possui eficácia e segurança avaliada pela Anvisa”; e “Este produto deve ser usado somente conforme orientação médica” (BRASIL, 2019c). Além da tarja preta, os produtos também devem conter frases distintas de acordo com o nível de THC. Os que contêm até 0,2% devem ter as frases em caixa alta “VENDA SOB PRESCRIÇÃO MÉDICA” e “SÓ PODE SER VENDIDO COM RETENÇÃO DE RECEITA”. Já os que tiverem mais de 0,2% de THC devem incluir também “ATENÇÃO. USO DESSE PRODUTO PODE CAUSAR DEPENDÊNCIA FÍSICA OU PSÍQUICA”. O lugar do THC enquanto substância que causa efeitos psicoativos é refletido no tipo de designação dos produtos. Todas as frases que acompanharão esses derivados de *Cannabis* podem ser vinculadas com a ideia de risco, posicionando-os no lugar ambíguo que perpassam essas substâncias. A partir da RDC, percebemos que, apesar de as resoluções seguirem enquadramentos semelhantes aos de medicamentos, esses produtos de *Cannabis* – como a própria Anvisa os intitula – não são considerados medicamentos pela agência. As frases e as ênfases localizam essas substâncias em um lugar específico na cadeia regulatória, visto que elas ainda precisam comprovar que são medicamentos. Caso não se adequem no prazo, as autorizações de fabricação e comercialização são canceladas.

É importante evidenciar como a proposta de resolução trazia em seu título o nome “medicamentos”, além do caminho que trilhou até chegar aos “produtos de *Cannabis*”. A Anvisa, enquanto um órgão que promove a saúde, situa esses produtos nas categorias terapêuticas e medicinais, mesmo que não sustentem isso até o reconhecimento dos produtos como medicamentos. A agência já possui diferentes enquadramentos para substâncias terapêuticas,

mas o *status* controverso da *Cannabis* e de seus derivados faz com que a agência ache necessário criar um enquadramento específico para o tratamento regulatório dessas substâncias, enquadrando-as como “produtos de *Cannabis*”. Essas negociações feitas pela Anvisa por meio dos documentos demonstram que o trabalho do órgão não é estritamente técnico, mas é também político, já que tomam decisões a partir dos desdobramentos e polêmicas que poderão vir a acontecer associados aos lugares ambíguos ocupados pelas substâncias derivadas de *Cannabis*. Apesar de regulamentados entre muitas aspas os produtos de *Cannabis* continuam não sendo uma medida terapêutica acessível a todos, seja pela questão do preço<sup>26</sup>, seja pelo estigma que carregam. Em fevereiro de 2021, a Comissão de Incorporação de Tecnologias do Sistema Único de Saúde (Conitec) explorou a pauta da inclusão do canabidiol da Prati-Donaduzzi à lista de medicamentos disponibilizados gratuitamente pelo SUS<sup>27</sup>. O argumento pela sua não incorporação ressaltava que, apesar de seguir enquadramentos semelhantes, o produto não era visto nem pela própria Anvisa como medicamento. Esse “não lugar” dos produtos de *Cannabis* demonstra ainda mais como os estigmas e moralidades ligados a substâncias afetam as políticas de saúde.

## CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

O Conselho Federal de Medicina (CFM) é o órgão responsável pela regulamentação e pela fiscalização da prática médica no Brasil. Criado em 1951, seu papel consiste em definir parâmetros éticos e técnicos, fiscalizando, orientando e organizando a prática médica com o auxílio dos conselhos regionais de medicina (CRMs). Ao tratar dos derivados da *Cannabis*,

---

26 O primeiro canabidiol a ter autorização de uso no Brasil, da empresa brasileira Prati-Donaduzzi, chegou às farmácias custando em torno de R\$ 2.500 (cada frasco de 30mL com concentração de 200mg/mL), preço impraticável para a maior parte da população. A empresa mudou as concentrações desses produtos de *Cannabis* nos últimos anos. O Canabidiol de 20mg/mL tem custado em torno de R\$ 250,00, o de 50mg/mL, em média R\$ 640, e o de 200mg/mL, em torno de R\$ 5.316,00 (todos os valores se referem a frascos de 30mL). No Brasil, nos últimos anos, o salário mínimo não teve aumentos significativos. Em janeiro de 2023, o salário passou a ser de R\$ 1.302, pouco mais de 7% de aumento em relação ao valor de 2022 (R\$ 1.212). Como uma família com renda básica conseguiria manter um tratamento desse porte, mesmo a curto prazo?

27 A tentativa de incorporação foi uma iniciativa do governo federal ligada ao Projeto de Lei (PL) nº 399/2015, cujo principal objetivo é alterar o artigo 2º da Lei de Drogas (a Lei nº 11.343/2006). A ementa visa a viabilizar a comercialização de medicamentos com derivados da planta *Cannabis sativa* em sua formulação. Aqui preferi me ater aos procedimentos e processos regulatórios que tiveram início e editaram resoluções entre 2014 e 2019. O PL nº 399/2015 chegou à comissão em 17 de maio de 2021 e segue em tramitação. Sua situação atual é “Em fase de recurso na Mesa Diretora da Câmara dos Deputados”. Para saber mais, ver: <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/947642>. Acesso em: 4 fev. 2023.

o CFM foi um dos órgãos atuantes nos processos regulatórios, principalmente os vinculados à atuação médica em relação às substâncias. Todo o processo de acesso a *Cannabis* para uso terapêutico necessitava de prescrição médica e, logo nos primeiros anos, considerando que suas substâncias derivadas eram todas proscritas pela Anvisa, os médicos não poderiam receitá-la, já que poderiam perder seus registros. Em 2014, por outro lado, com a visibilidade ligada ao uso terapêutico do canabidiol, o CFM produziu uma resolução específica sobre seu uso. A resolução de nº 2.113/2014 trata do uso compassivo do canabidiol no tratamento de epilepsias da criança e do adolescente refratárias aos tratamentos convencionais. A resolução não restringia apenas o uso, mas também sua prescrição, visto que só poderia ser feita por profissionais da neurologia, da psiquiatria e da neurocirurgia. A resolução ainda proibia a prescrição da *Cannabis in natura* ou de qualquer outro composto derivado.

De acordo com o documento, o canabidiol deve ser usado com as medicações que o paciente usa e não deve ser usado como substituto. O CFM também determina as doses máximas de 2,5 mg/kg/dia duas vezes ao dia, administradas por via oral. A dose diária pode ir aumentando a cada 7 dias (2,5 mg/kg a mais a cada dia) até chegar à dose máxima de 25mg/kg/dia. Ao estipular essas medidas, o CFM acaba por normatizar corpos (FOUCAULT, 1988) e processos terapêuticos. No anexo IV da resolução há ainda um relatório de acompanhamento, que deve ser preenchido pelo médico após 4 e 6 semanas no primeiro ano de uso e 12 semanas após esse período. Há uma tabela na qual o médico responsável pode descrever os esquemas de tratamento seguidos, os resultados, as medicações, as doses e o número de convulsões por semana após o início do tratamento. Outra tabela diz respeito aos aspectos da saúde do paciente, como melhora no tempo de sono, atividades motoras e afins. Em 2014, em meio às discussões sobre o uso terapêutico do canabidiol, um dos diretores do CFM, Emmanuel Fortes Cavalcanti, falou sobre a posição do conselho sobre o Canabidiol, afirmando que a atuação do órgão “[...] não pode ser confundida com a liberação da maconha, não tem nada a ver o uso medicinal dos canabinoides com o uso recreativo da maconha” (CFM, 2014).

Em 2019, em meio aos indícios de votação das propostas da Anvisa, o CFM, junto com a Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP), divulgou um documento chamado *O decálogo da maconha*, no qual elencam dez pontos acerca do uso da substância. No primeiro ponto, afirmam que “A *Cannabis sativa* e a *indica* não podem ser consideradas medicamentos e, portanto, não existe ‘maconha medicinal’” (CFM e APB, 2019a, p. 1). No segundo, afirmam que, dentre as 400 substâncias presentes na *Cannabis*, apenas o canabidiol vem sendo investigado pelos cientistas, por seu possível potencial terapêutico, acrescentando que o THC não é medicinal e pode causar dependência. Os outros pontos elencam diferentes malefícios que o uso de maconha poderia trazer, entre eles problemas sociais, familiares e de saúde. Em seguida, o texto elenca referências a artigos científicos que embasariam suas afirmações acerca da *Cannabis*/maconha.

Ao tomar suas decisões de regulação, o CFM baseou seus argumentos em estudos científicos, construindo uma narrativa acerca daquelas substâncias que deixa clara sua posição quanto aos compostos. Ao enfatizar que “não existe maconha medicinal”, o CFM vai contra todos os pacientes e familiares que até então estavam usando e continuam a usar a *Cannabis* desse modo (OLIVEIRA, F., 2016; OLIVEIRA, M., 2016; MOTTA, 2019; NELVO, 2019; POLICARPO, 2019).

Ainda em 2019, com a publicação das propostas e das consultas públicas pela Anvisa, o CFM e a ABP se manifestaram publicamente a partir de um documento intitulado “Nota aos Brasileiros” (CFM e ABP, 2019b), publicado em 13 de junho. Na nota, pediam a revogação de qualquer ato que pudesse acarretar a liberação do cultivo de maconha no Brasil. Os órgãos se colocam como entidades que devem proteger e alertar a população e os tomadores de decisões sobre os perigos da aprovação das propostas de resolução feitas pela Anvisa. Ao acusarem a Anvisa de desconsiderar as evidências científicas, afirmam mais uma vez que apenas os usos terapêuticos do canabidiol estão sendo investigados. Os órgãos pediram a revogação das propostas, bem como o cancelamento das consultas públicas, baseados na Lei nº 12.842/2013 (BRASIL, 2013), que atribui ao CFM a responsabilidade de aprovar os procedimentos médicos. Enfatizam, ademais, a necessidade de que o tema seja debatido pela Anvisa e pelas autarquias médicas para que decisões desse porte sejam tomadas.

Também foi em 2019 que o CFM lançou a coletânea intitulada *A tragédia da maconha: causas, consequências e prevenção* (CFM, 2019). O principal objetivo do livro seria fornecer informações baseadas em evidências científicas capazes de informar os leitores sobre os riscos e efeitos nocivos do uso de *Cannabis*. A categoria de risco perpassa todo livro, ora sendo associada ao uso da *Cannabis* por crianças e adolescentes, ora ressaltando que substâncias psicoativas são responsáveis por afetar partes importantes da aprendizagem, da memória, da tomada de decisões e de comportamentos. Dedicam poucas páginas a falar do uso terapêutico, descrevendo apenas o canabidiol como alternativa terapêutica pela falta de efeitos psicoativos. Enquanto no *Decálogo* sublinham que apenas o uso terapêutico do canabidiol está sendo investigado, na coletânea o CFM mostra que existem estudos em andamento sobre o THC e outros canabinoides para avaliar suas ações terapêuticas. Percebemos, desse modo, que existem certas incoerências em seus argumentos, levando em conta que são publicações do mesmo ano. Vale ainda questionar o alcance e a replicabilidade que tais publicações podem ter no meio científico e nas redes sociais. O livro que aprofundaria as discussões propostas no *Decálogo*, já a partir de seu título, não deixa espaço para as controvérsias, mas demarca a posição do CFM no debate. Os posicionamentos e discursos desses órgãos têm impacto direto no desenvolvimento de políticas de saúde, visto que são responsáveis por regulações de práticas médicas e de substâncias. Caso o CFM proíba a prescrição de derivados de *Cannabis*, por exemplo, os médicos que o fizerem podem ter seus

registros caçados. A moralidade e o viés político dessas instituições mais uma vez se fazem presentes nas decisões regulatórias.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O lugar da *Cannabis* na zona cinzenta entre “droga” e “medicamento” também é refletido nas atuações de órgãos regulatórios como a Anvisa e o CFM. A Anvisa, por exemplo, tem destinado esforços de sua área técnica e sua diretoria para discutir o uso terapêutico da planta, o que resultou em resoluções específicas com foco nos derivados de *Cannabis*, em mudanças significativas na comercialização desses compostos e no acesso a eles, mesmo que a situação ainda esteja longe dos ideais propostos por muitos ativistas. É importante levar em conta que, mesmo depois desses avanços, o tratamento dos canabinoides pela Anvisa ainda traz questões controversas, visto que, apesar de seguirem praticamente os mesmos parâmetros, os produtos de *Cannabis* não são considerados medicamentos. Ao não regulamentar a proposta de cultivo em 2019, a Anvisa acabou não avançando o debate em termos de autocultivo e cultivo associativo, que já são uma realidade nas associações de pacientes. O acesso e o preço são obstáculos de diferentes níveis que continuam afetando quem precisa usar os compostos. O CFM, algumas vezes em parceria com a ABP, também parece se orientar por esse lugar controverso da *Cannabis*. As publicações dos documentos e da coletânea demonstram que o posicionamento do órgão em relação aos compostos vem se mantendo ao longo dos anos. Embora para o CFM não existia maconha medicinal, as famílias e os pacientes continuam buscando meios de acessar essa alternativa terapêutica.

Para Ciméa Belivaqua e Piero Leiner (2000), a abordagem antropológica de grupos e processos “marginais” continua trazendo contribuições importantes, por demonstrar que a marginalidade não existe de fato e que mesmo fenômenos localizados acabam se articulando com outras dimensões da vida social e aderindo a processos mais complexos. Os documentos produzidos por esses órgãos são perpassados por diferentes tipos de moralidades. Elas influenciam as respostas padronizadas e as diretrizes que surgem e se mantêm por meio das atuações e regulamentações exploradas. A Anvisa e o CFM, a partir da atuação voltada às normas universalizantes, acabam produzindo diferenças e/ou reforçando desigualdades (BEVILAQUA; LEINER, 2000). As normatizações de corpos e substâncias, além das controvérsias, acabam contribuindo para que políticas de saúde não alcancem a população que precisa alcançar. Devemos ainda atentar para as diferenças e nuances entre o que é escrito e o que é falado pelas instituições e seus representantes, ao considerarmos tais processos artefatos e artífices de



realidades sociais, como argumenta Vianna (2014). Afinal, é por meio do escrito, do que consta nos documentos, que o mecanismo de controle burocrático acaba construindo e reafirmando sua posição de autoridade.

Enquanto o uso terapêutico parece se construir como único uso legítimo de fato, todas as medidas regulatórias são tomadas nesse sentido, invisibilizando outras parcelas da população, sobretudo a negra, que continua sofrendo cotidianamente com a política de drogas ineficaz do Brasil (BORGES, 2018). Os documentos e artefatos da documentação são produzidos e movimentados pelas instituições, se configurando como bens administrativos, padronizando problemas e produzindo soluções que nem sempre trazem resoluções de fato (VIANNA, 2014). Tanto a Anvisa quanto o CFM se colocam como órgãos técnicos que buscam soluções baseadas em produtos científicos. A produção dos documentos, nesse sentido, seria o ponto final de seu trabalho. Tais processos, porém, podem invisibilizar o caráter político e posicionado desses órgãos (FERREIRA, 2022), visto que não existe neutralidade nem mesmo em trabalhos que seriam vistos estritamente como técnicos. Existem problemas sérios que devem ser levados em consideração não só no fomento às políticas de saúde e acesso às terapias, mas no modo como elas devem ser produzidas e executadas na prática, ressaltando as diferentes pessoas e os contextos de seus focos. Além disso, devemos considerar que os papéis desses órgãos, suas posicionalidades e suas moralidades afetam a produção de documentos burocráticos que transportam autoridades e hierarquias, já que colocam diferenças incontornáveis entre aqueles que documentam e os que precisam das documentações.

## REFERÊNCIAS

1. AKRICH, Madeleine. Petite anthropologie du médicament. **Techniques & Culture. Revue semestrielle d'anthropologie des techniques**, Paris, v. 25, n. 26, p. 129-157, 1995.
2. ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Nota Técnica nº 01/2017/GMESP/GGMED/ANVISA**. Referente ao registro do medicamento Mevatyl, 2017. Brasília: Anvisa, 2017. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2017/01/mevatyl.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2023.
3. ANVISA. **Relatório de Análise da Participação Social nº 30/2019**. Processo 25351.421.833/2017-76, Agenda Regulatória 2017/2022, Tema nº 1.14. Brasília, 27 de agosto de 2019. Brasília: Anvisa, 2019.
4. BEVILAQUA, Ciméa. Burocracia, criatividade e discernimento: lições de uma cafeteira desaparecida. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 63, n. 3, p. 1-21, 2021. Disponível

em: <https://doi.org/10.11606/1678-9857.ra.2020.178843>. Acesso em: 21 mar. 2023 .

5. BEVILAQUA, Ciméa; LEIRNER, Piero de Camargo. Notas sobre a análise antropológica de setores do Estado brasileiro. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 43, p. 105-140, 2000.
6. BIEHL, João; PETRYNA, Adriana. Tratamentos jurídicos: os mercados terapêuticos e a judicialização do direito à saúde. **História, Ciências, Saúde - Manguinhos**, Manguinhos, v. 23, n. 1, p. 173-192, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-59702016000100011>. Acesso em: 21 mar. 2023.
7. BORGES, Juliana. **O que é encarceramento em massa?** Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2018.
8. BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Portaria nº 344, de 12 de março de 1998. Aprova o Regulamento Técnico sobre substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 31 de dezembro de 1998. Seção 1, p. 3. Disponível em: [http://antigo.anvisa.gov.br/documents/10181/2718376/\(31\)PRT\\_SVS\\_344\\_1998\\_COMP.pdf/0075d46b-4214-4363-a190-0ac168c140a0](http://antigo.anvisa.gov.br/documents/10181/2718376/(31)PRT_SVS_344_1998_COMP.pdf/0075d46b-4214-4363-a190-0ac168c140a0). Acesso em: 21 mar. 2023.
9. BRASIL. Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999. Define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa**, Poder Executivo, Brasília, DF, 26 jan. 1999.
10. BRASIL. **Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 – Lei de Acesso à Informação**. Brasília: **Diário Oficial da República Federativa**, Brasília, DF, Edição extra, Seção 1, p. 1, 18 nov. 2011. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/32404798/dou-edicao-extra-secao-1-18-11-2011-pg-1>. Acesso em: 15 set. 2022.
11. BRASIL. Lei nº 12.842, de 10 de julho de 2013. Dispõe sobre o exercício da Medicina. **Diário Oficial da República Federativa**, Brasília, DF, nº 132, p. 1, 11 jul. 2013. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2013/lei/112842.htm#:~:text=1%C2%BA%20O%20exerc%C3%ADcio%20da%20Medicina,sem%20discrimina%C3%A7%C3%A3o%20de%20qualquer%20natureza..](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/112842.htm#:~:text=1%C2%BA%20O%20exerc%C3%ADcio%20da%20Medicina,sem%20discrimina%C3%A7%C3%A3o%20de%20qualquer%20natureza..) Acesso em: 21 mar. 2023.
12. BRASIL. Resolução Conselho Federal de Medicina nº 2.113 de 30 de outubro de 2014. Aprova o uso compassivo do canabidiol para tratamento de epilepsias da criança e do adolescente refratárias aos tratamentos convencionais. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 16 dez. 2014. Seção 1, p. 183. Disponível em: <https://sistemas.cfm.org.br/normas/visualizar/resolucoes/BR/2014/2113>. Acesso em: 21 mar. 2023.
13. BRASIL. Resolução RDC nº 17 de 06 de maio de 2015. Define os critérios e os procedimentos para a importação, em caráter de excepcionalidade, de produto à base de Canabidiol em associação com outros canabinoides, por pessoa física, para uso próprio, mediante a prescrição de profissional legalmente habilitado, para tratamento de saúde.

- Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, n. 86, 8 maio 2015. Seção 1, p. 2. Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2015/rdc0017\\_06\\_05\\_2015.pdf](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2015/rdc0017_06_05_2015.pdf). Acesso em: 21 mar. 2023.
14. BRASIL. Resolução RDC nº 156, de 5 de maio de 2017. Dispõe sobre a alteração das Resoluções da Diretoria Colegiada – RDC nº 64/2012, nº 29/2013, nº 42/2014, nº 01/2015, nº 11/2015, nº 71/2016 e nº 104/2016, para a inclusão, alteração e exclusão de Denominações Comuns Brasileiras – DCB, na lista completa das DCB da Anvisa. **Diário Oficial da República Federativa**, Poder Executivo, Brasília, DF, n. 86, 8 maio 2017. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/145601226/dou-secao-1-08-05-2017-pg-45>. Acesso em: 21 mar. 2023.
15. BRASIL. Consulta Pública nº 654, de 13 de junho de 2019. Proposta de Consulta Pública que dispõe sobre o procedimento específico para registro e monitoramento de medicamentos à base de Cannabis spp., seus derivados e análogos sintéticos. **Diário Oficial da República Federativa**, Poder Executivo, Brasília, DF, nº 114 de 14 de junho de 2019a. Seção 1, p. 82. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/247118295/dou-secao-1-14-06-2019-pg-82>. Acesso em: 21 mar. 2023.
16. BRASIL. Consulta Pública nº 655, de 13 de junho de 2019. Proposta de Requisitos técnicos e administrativos para o cultivo da planta Cannabis spp. para fins medicinais e científicos, e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa**, Poder Executivo, Brasília, DF, nº 114 de 14 de junho de 2019b. Seção 1, p. 83. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/247118281/dou-secao-1-14-06-2019-pg-83>. Acesso em: 21 mar. 2023.
17. BRASIL. Resolução RDC nº 327 de 09 de dezembro de 2019. Dispõe sobre os procedimentos a concessão da Autorização Sanitária para a fabricação e a importação, bem como estabelece requisitos para a comercialização, prescrição, a dispensação, o monitoramento e a fiscalização de produtos de Cannabis para fins medicinais, e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DR, n. 239, 11 dez. 2019c. Seção 1, p. 194. Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2019/rdc0327\\_09\\_12\\_2019.pdf](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2019/rdc0327_09_12_2019.pdf). Acesso em: 21 mar. 2023.
18. CAETANO, Hellen Monique dos Santos. **Com mais técnica, com mais ciência: controvérsias em torno dos procedimentos regulatórios e científicos com Cannabis no Brasil**. 2021. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2021. Disponível em: <http://www.repositorio.ufal.br/jspui/handle/123456789/7892>. Acesso em: 21 mar. 2023.
19. CASTILHO, Sérgio Ricardo; SOUZA LIMA, Antonio Carlos de; TEIXEIRA, Carla Costa. Etnografando burocratas, elites e corporações: a pesquisa entre estratos sociais hierarquicamente superiores em sociedades contemporâneas. *In*: CASTILHO, Sérgio Ricardo; SOUZA LIMA, Antonio Carlos de; TEIXEIRA, Carla Costa (org.). **Antropologia das práticas de poder: reflexões etnográficas entre burocratas, elites e**

- corporações. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2014. p. 7-32.
20. CASTRO, Rosana. **No fiel da balança**: uma etnografia da regulamentação sanitária de medicamentos para emagrecer. 2012. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2012. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/10946>. Acesso em: 21 mar. 2023.
21. CFM – Conselho Federal de Medicina. **A tragédia da maconha**: causas, consequência e prevenção. Comissão para Controle de Drogas Lícitas e Ilícitas, Brasília: CFM, 2019. Disponível em: [https://www.uniad.org.br/wp-content/uploads/dlm\\_uploads/2019/10/A\\_Trag%C3%A9dia\\_da\\_Maconha\\_causas\\_consequ%C3%Aancias\\_e\\_preven%C3%A7%C3%A3o.pdf](https://www.uniad.org.br/wp-content/uploads/dlm_uploads/2019/10/A_Trag%C3%A9dia_da_Maconha_causas_consequ%C3%Aancias_e_preven%C3%A7%C3%A3o.pdf). Acesso em: 21 mar. 2023.
22. CFM. **CFM esclarece posição sobre canabidiol**. 2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=slryv3SoAHY&t=21s>. Acesso em: 15 set. 2022.
23. CFM; APB – Associação Brasileira de Psiquiatria. **Decálogo da maconha**. Rio de Janeiro: CFM/APB, 2019. Disponível em: [https://static.wixstatic.com/ugd/e0f082\\_a5d3fbf46aaf4c4dae96adb1a4ca1d58.pdf](https://static.wixstatic.com/ugd/e0f082_a5d3fbf46aaf4c4dae96adb1a4ca1d58.pdf). Acesso em: 16 set. 2022.
24. CFM; ABP – Associação Brasileira de Psiquiatria. **Nota aos Brasileiros. CFM e ABP pedem revogação de atos que podem liberar o cultivo da maconha no país**. Rio de Janeiro: CFM/ABP, 2019b. Disponível em: [https://www.abp.org.br/\\_files/ugd/c37608\\_b009f41f07594e5d994c64341ae37d16.pdf](https://www.abp.org.br/_files/ugd/c37608_b009f41f07594e5d994c64341ae37d16.pdf). Acesso em: 22 mar. 2023.
25. DAS, Veena; POOLE, Deborah. El Estado y suas margenes. Etnografias comparadas. **Cuadernos de Antropologia Social**, Buenos Aires, n. 27, p. 19-52, 2008.
26. EPSTEIN, Steven. The construction of lay expertise: AIDS activism and the forging of credibility in the reform of clinical trials. **Science, technology, & human values**, Phoenix, v. 20, n. 4, p. 408-437, 1995.
27. FERREIRA, Letícia. Encontros etnográficos com documentos burocráticos: estratégias analíticas da pesquisa antropológica com papéis oficiais. **Etnografias Contemporâneas**, Buenos Aires, v. 8, n. 15, p. 162-185, 2022. Disponível em: <https://revistasacademicas.unsam.edu.ar/index.php/etnocontemp/article/view/1220>. Acesso em: 21 mar. 2023.
28. FERREIRA, Letícia; LOWENKRON, Laura. Encontros etnográficos com papéis e outros registros burocráticos: possibilidades analíticas e desafios metodológicos. In: FERREIRA, Letícia; LOWENKRON, Laura (org.). **Etnografia de documentos**: pesquisas antropológicas entre papéis, carimbos e burocracias. Rio de Janeiro: E-papers, 2020. p. 5-16.
29. FOUCAULT, Michel. Direito de morte e poder sobre a vida. In: FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I**. A vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1988. p. 125-152.
30. FREIRE, Lucas. Sujeitos de papel: sobre a materialização de pessoas transexuais

- e a regulação do acesso a direitos. **Cadernos pagu**, Campinas, n. 48, p. 1-34, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/18094449201600480013>. Acesso em: 21 mar. 2023.
31. FREIRE, Lucas. Índicios e registros da “realidade da crise”: a pesquisa etnográfica com documentos e suas possibilidades. **Etnografias Contemporâneas**, Buenos Aires, v. 8, n. 15, p. 98-121, 2022. Disponível em: <https://revistasacademicas.unsam.edu.ar/index.php/etnocontemp/article/view/1217>. Acesso em: 21 mar. 2023.
32. HULL, Matthew. Documents and bureaucracy. **Annual Review of Anthropology**, Redwood City, v. 41, p. 251-267, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1146/annurev.anthro.012809.104953>. Acesso em: 21 mar. 2023.
33. LATOUR, Bruno. **Reagregando o social**: uma introdução à teoria do ator-rede. Salvador: Edufba, 2012.
34. LOWENKRON, Laura; FERREIRA, Leticia. Perspectivas antropológicas sobre documentos: diálogos etnográficos na trilha dos papéis policiais. In: FERREIRA, Letícia; LOWENKRON, Laura (org.). **Etnografia de documentos**: pesquisas antropológicas entre papéis, carimbos e burocracias. Rio de Janeiro: E-papers, 2020. p. 17-52.
35. LUGONES, María. (In)credulidades compartilhadas: expedientes para observar administraciones estatales. In: CASTILHO, Sérgio Ricardo; SOUZA LIMA, Antonio Carlos de; TEIXEIRA, Carla Costa (org.). **Antropologia das práticas de poder**: reflexões etnográficas entre burocratas, elites e corporações. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2014. p. 71-84.
36. MOTTA, Yuri José de Paula. **O paciente dedo verde**: uma etnografia sobre o cultivo e consumo de cannabis para fins terapêuticos na cidade do Rio de Janeiro. 2019. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Direito) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/12425>. Acesso em: 21 mar. 2023.
37. MUZZOPAPPA, Eva; VILLALTA, Carla. El archivo como nativo: reflexiones y estrategias para una exploración antropológica de archivos y documentos. **Etnografias Contemporâneas**, Buenos Aires, v. 8, n. 15, p. 202-230, 2022. Disponível em: <https://revistasacademicas.unsam.edu.ar/index.php/etnocontemp/article/view/1223>. Acesso em: 21 mar. 2023.
38. NADER, Laura. Para cima, antropólogos: perspectivas ganhas de estudar os de cima. **Antropolítica**, Niterói, n. 49, p. 328-356, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/antropolitica2020.i49.a44427>. Acesso em: 21 mar. 2023.
39. NELVO, Romário Vieira. Das dores que vazam, que produzem o cotidiano: o trabalho do tempo no ativismo da maconha medicinal. **Revista Mundaú**, Maceió, n. 6, p. 37-59, 2019. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/ojs2-somente-consulta/index.php/revistamundau/article/view/7199>. Acesso em: 21 mar. 2023.



40. NOVAS, Carlos. The political economy of hope: patients' organizations, science and biovalue. **BioSocieties**, Cambridge, v. 1, n. 3, p. 289-305, 2006.
41. OLIVEIRA, Fabiana Santos Rodrigues de. **Maconheirinhos**: cuidado, solidariedade, e ativismo de pacientes e seus familiares, em torno do óleo de maconha rico em canabidiol (CBD). 2016. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2016. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/22753>. Acesso em: 21 mar. 2023.
42. OLIVEIRA, Monique Batista. **O medicamento proibido**: como um derivado da maconha foi regulamentado no Brasil. 2016. Dissertação (Mestrado em Divulgação Científica e Cultural) – Universidade de Campinas, São Paulo, 2016. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1629525>. Acesso em: 21 mar. 2023.
43. OLIVEIRA, Monique Batista *et al.* A regulamentação do canabidiol no Brasil: como nasce a expertise leiga. **Liinc em revista**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 190-204, 2017. Disponível em: <https://revista.ibict.br/liinc/article/view/3749>. Acesso em: 21 mar. 2023.
44. ONTO, Gustavo. Documentando relações e relacionando documentos: sobre a materialidade das práticas de conhecimento na regulação econômica. *In*: FERREIRA, Leticia; LOWENKRON, Laura (org.). **Etnografia de documentos**: pesquisas antropológicas entre papéis, carimbos e burocracias. Rio de Janeiro: E-papers, 2020. p. 53-76.
45. POLICARPO, Frederico. Compaixão canábica. **Revista Ingesta**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 41-52, 2019. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/12257>. Acesso em: 22 mar. 2023.
46. POLICARPO, Frederico; MARTINS, Luana. “Dignidade”, “doença” e “remédio”: uma análise da construção médico-jurídica da maconha medicinal. **Antropolítica**, Niterói, v. 47, p. 143-166, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/antropolitica2019.0i47.a42013>. Acesso em: 22 mar. 2023.
47. SOUZA LIMA, Antonio Carlos de. Sobre gestar e gerir a desigualdade: pontos de investigação e diálogo. *In*: SOUZA LIMA, Antonio Carlos de. **Gestar e gerir**: estudos para uma antropologia da administração pública no Brasil. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2002. p. 11-22.
48. SOUZA LIMA, Antonio Carlos de. Apresentação Dossiê Fazendo Estado. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 55, n. 2, p. 559-564, 2012. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/43923856>. Acesso em: 22 mar. 2023.
49. VENTURINI, Tommaso. Building on faults: how to represent controversies with digital methods. **Public understanding of science**, Berlim, v. 21, n. 7, p. 796–812, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0963662510387558>. Acesso em: 22 mar. 2023.
50. VENTURINI, Tommaso *et al.* Designing controversies and their publics. **Design Issues**, Cambridge, v. 31, n. 3, p. 74–87, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1162/>



DESI\_a\_00340. Acesso em: 22 mar. 2023.

51. VIANNA, Adriana. Etnografando documentos: uma antropóloga em meio a processos judiciais. *In*: CASTILHO, Sérgio Ricardo; SOUZA LIMA, Antonio Carlos de; TEIXEIRA, Carla Costa (org.). **Antropologia das práticas de poder**: reflexões etnográficas entre burocratas, elites e corporações. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2014. p. 43-70.

*Hellen Caetano*

Doutoranda em Antropologia Social pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Integrante do grupo de pesquisa Mandacaru - Núcleo de Pesquisa em Gênero, Saúde e Direitos Humanos e do Grupo Corpo, Gênero, Sexualidade. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5510-3651>. E-mail: [hellenmcaetano@gmail.com](mailto:hellenmcaetano@gmail.com)

# Contra ou a favor? A incipiente institucionalização do direito sistêmico

For or against? The incipient institutionalization of systemic law

**Raissa Romano Cunha**

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de Brasília, Brasília, Distrito Federal, Brasil

## RESUMO

O presente artigo almeja discutir o processo de institucionalização do chamado “direito sistêmico”, termo cunhado para aludir à introdução da constelação familiar (prática terapêutica) na área da Justiça brasileira. Por ser uma “novidade”, trata-se de um processo de institucionalização *incipiente*, o que torna o movimento do direito sistêmico um locus privilegiado para a compreensão das microdinâmicas de construção de sentido de um campo que não necessariamente alcançará o êxito de se “institucionalizar”. As reflexões surgem do acompanhamento de eventos e participação na Comissão de Direito Sistêmico da OAB-DF, além de entrevistas e análise dos documentos. Neste trabalho, busco apresentar os discursos e as práticas em disputa sobre *o que é ou deveria ser* o uso das constelações no Judiciário, tendo como fio condutor o Projeto de Lei nº 9.444/2017, que visa expandir, normatizar e naturalizar o direito sistêmico na prática jurídica.

**Palavras-chave:** Direito sistêmico, Constelação familiar, Antropologia das instituições, Processo de institucionalização.

---

Recebido em 10 de outubro de 2022.  
Avaliador A: 21 de novembro de 2022.  
Avaliador B: 03 de dezembro de 2022.  
Aceito em 23 de março de 2023.

---



## ABSTRACT

This article aims to discuss the process of institutionalization of the so-called “systemic law” a term coined to allude to the introduction of the family constellation (a therapeutic practice) in the Brazilian justice system. Since it has the character of a “novelty”, it is an incipient institutionalization process, which makes the systemic law a privileged locus for understanding the microdynamics of construction of meaning in a field that will not necessarily succeed in “institutionalizing” itself. The analysis is based on the monitoring of events and the participation in the Systemic Law Commission of the OAB-DF, in addition to interviews and analysis of documents. In this work, I seek to present the discourses and practices in the dispute about what is or should be the use of constellations in the judiciary, having as a guideline Bill 9.444/2017, which aims to expand, normalize and naturalize “systemic law” in legal practice.

**Keywords:** Systemic law, Family constellation, Anthropology of institutions, Institutionalization process.

## PONTO DE PARTIDA

O direito sistêmico exige uma visão que vá além. Vejo que nós ainda somos minoria tanto na magistratura quanto na advocacia quanto [*sic*] em outras áreas, mas vejo também que é um movimento muito consistente e irreversível, que só tende a crescer. (Sami Storch, 2019).<sup>1</sup>

As vozes que anunciam mudanças no Poder Judiciário brasileiro são veementes em imputar, há mais de duas décadas, um caráter inevitável aos processos em curso. A insatisfação em relação ao desempenho e à estrutura do sistema jurídico, sua incapacidade de responder à crescente judicialização da vida social e a “corrosão do seu prestígio frente à sociedade” são alguns dos argumentos recorrentes entre os operadores do direito que sustentam a necessidade de implementar reformas internas no sistema de justiça (SADEK, 2004, p. 6). A fala do juiz Sami Storch<sup>2</sup>, proferida em um congresso de direito sistêmico em Maceió, é enfática ao ressaltar a

---

1 Palestra conferida no III Congresso Nacional de Direito Sistêmico na sede da OAB-AL, que tive a oportunidade de acompanhar nos dias 6 e 7 de maio de 2019.

2 Criador do termo “direito sistêmico”, o juiz Sami Storch é considerado o “pai” do movimento. Vale ressaltar que, apesar de disputas internas causarem atualmente “incômodos” em torno do termo cunhado pelo juiz, ele é amplamente reconhecido como aquele que alude à utilização e/ou à cosmovisão das constelações familiares no Judiciário. Optei por utilizar o termo como sinônimo da sua definição, apesar de as retóricas que emergiram

existência de um processo – irreversível – em andamento: a construção de um novo paradigma na Justiça. Intento, neste trabalho, apresentar os discursos e as práticas em disputa sobre *o que é ou deveria ser* esse novo modelo de justiça, o direito sistêmico.

A constelação familiar pode ser definida como uma psicoterapia, uma terapia breve, uma técnica ou um ritual de cura, dependendo do interlocutor e das expectativas que ele guarda em relação à prática. Nela, os grupos familiares são concebidos dentro de uma abordagem sistêmica, na qual os membros encontram-se “emaranhados”<sup>3</sup> devido à influência de um *campo de força dotado de saber*. A incorporação das constelações familiares no âmbito jurídico consiste em uma inovação creditada ao Judiciário brasileiro. Prática iniciada em 2012 pelo juiz e constelador atuante no interior da Bahia Sami Storch, atualmente a constelação familiar vem sendo utilizada no Judiciário em 16 estados e no Distrito Federal. Contradizendo o que nosso imaginário poderia supor, as constelações não estão adentrando somente os casos de família (sua porta de entrada), mas também as esferas criminal, ambiental, trabalhista e fiscal, fazendo com que suas searas de atuação cresçam exponencialmente (ver LACERDA, 2017; RUSCHEL, 2018).

A gama de profissionais que compunham o congresso realizado em Maceió reforça o argumento de Storch sobre o “crescimento do movimento”, haja vista que sua fala de abertura foi seguida de palestras de membros do Ministério Público, da Defensoria Pública, da magistratura, da advocacia, da psicologia, entre outros campos de saberes e órgãos públicos. Da promotoria à defensoria, da área previdenciária à trabalhista, de desembargadores a advogados, cada qual buscou expor, nos três dias de evento, a aplicação da “visão sistêmica” em sua atuação. A variedade da abordagem “sistêmica” condizia com a pluralidade de atores envolvidos e das suas trajetórias: as exposições apresentavam desde projetos consolidados havia alguns anos (geralmente por juízes e consteladores) até profissionais que tiveram contato mais recente com as constelações e buscam aplicar no seu cotidiano a “postura” sistêmica (como defensores e promotores). Essas atuações “sistêmicas” são corriqueiramente chamadas de *experimentos*, devido ao caráter inovador e pouco mensurável das ações.

O primeiro experimento, devidamente divulgado por Sami Storch, ocorreu em outubro de 2012, após o Tribunal de Justiça da Bahia aceitar seu projeto. Na ocasião, o juiz-constelador

---

apontarem que “não importa o nome” ou que consideram que “todo o direito é sistêmico” ou simplesmente preferem abordar o conceito como “prática sistêmica no Judiciário”.

3 “Emaranhar” e “emaranhamento” são categorias utilizadas por meus interlocutores que apresentarei mais adiante. Em suma, “emaranhar-se” significa ter um destino interligado com outros membros do próprio sistema, conexão e “confusão” de sinas que se expressa por meio da repetição de padrões inconscientes – geralmente nocivos.

conduziu a prática da constelação familiar coletiva em uma audiência na Comarca de Castro Alves, convocando as partes de 42 processos para participar da dinâmica (CRUZ e CHIQUETTI, 2017). Antes de chegar a esse “estágio”, em que uma constelação familiar coletiva foi conduzida em uma audiência pública, a aplicação da prática pelo juiz começou de forma mais “discreta”, em 2006, quando Storch realizava constelações com bonecos<sup>4</sup> – sem mencionar que, então, já se tratava de uma constelação – e utilizava as chamadas “frases sistêmicas” nas audiências. Nos últimos anos, as constelações familiares vêm passando por um rápido processo de incorporação por parte do Estado brasileiro, tanto no Judiciário quanto no Sistema Único de Saúde (entre as chamadas “práticas integrativas complementares”)<sup>5</sup>. Diante da notícia do surgimento do direito sistêmico e de sua rápida expansão, questionava-me de que forma uma prática terapêutica ancorada na comunhão com os ancestrais vem adentrando o terreno da Justiça brasileira.

Há, entre as peculiaridades desse “novo olhar” que se expande, três aspectos fundamentais: 1) a interconexão do campo da saúde “alternativa” com o campo da Justiça; 2) a produção de um novo sujeito jurídico; 3) a retórica evolutiva de modificação da própria sociedade. Os três aspectos, no entanto, não consistem no foco deste trabalho. A frase de Storch reforça um quarto elemento que merece destaque no direito sistêmico: a tendência ao crescimento, considerado “consistente e irreversível”. As três características elencadas acima são articuladas pelos agentes do “novo direito” em um campo incipiente, no qual a elaboração de consensos e dissensos acha-se latente. Cabe refletir sobre a forma como vem ocorrendo a busca pela consolidação dessa “novidade” no Judiciário, atentando para as idiosincrasias de sua “visão sistêmica” nos discursos dos meus interlocutores, evidenciando, em particular, os consensos produzidos, bem como as disputas internas em torno de sua regulamentação.

Destaco, de antemão, as três principais estratégias adotadas nesse processo de institucionalização incipiente: 1) a busca pela regulamentação da inserção da constelação familiar no Judiciário, no corpo da lei (PL nº 9.444/2017); 2) traduções estratégicas de credibilidade institucional; 3) o estabelecimento de movimentos profissionalizantes. Cada

---

4 Além da constelação coletiva, com representantes, existem as constelações individuais e os exercícios com âncoras. No caso das constelações individuais, usualmente utilizam-se bonecos para representar os membros da família, e assim como nas constelações coletivas, o posicionamento (dos bonecos) demonstra a “desarmonia do sistema”. Os bonecos se movem por micromovimentos involuntários do dedo anelar, estimulados pelo *campo*.

5 Ao contrário da inserção no SUS, que ocorreu em março de 2018 por meio da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC), não há uma forma única de inserção das constelações familiares no Poder Judiciário, considerando a pluralidade de profissionais, a abertura no campo jurídico para os mais variados tipos de “experimentos” no campo da administração consensual de conflitos e a variedade de formas que a prática ou a postura sistêmica pode ser inserida. Neste artigo, apresento a disputa em torno do que “é ou deveria ser” essa inserção, a partir dos próprios operadores do “direito sistêmico”.

ponto, separado por propósitos metodológicos, está intimamente interconectado, e todos, sem exceção, operam como lócus de conflitos internos por parte dos operadores do direito sistêmico. Neste artigo, direcionarei o foco apenas para a primeira das três estratégias: as disputas em torno da regulamentação da prática a partir do Projeto de Lei nº 9.444/2017.

Pretendo guiar a leitora na discussão por um caminho um tanto quanto inusitado. Primeiro, peço que abra mão do desejo de compreender as características do direito sistêmico e suas disputas em torno do PL nº 9.444/2017, para que eu possa apresentar o que compreendo por “processo de institucionalização”. Em seguida, analiso as características das constelações familiares imprescindíveis para a compreensão das disputas que marcam o processo de institucionalização do direito sistêmico. Após essas etapas de contextualização, apresento um episódio anedótico de minha inserção na Comissão de Direito Sistêmico da Ordem dos Advogados do Brasil do Distrito Federal (OAB-DF). Ao longo de minha narrativa, visio a trazer a tona o momento-gatilho que estimulou o título “Contra ou a favor?”. Por fim, destaco as principais estratégias utilizadas para expandir, normatizar e naturalizar o direito sistêmico na prática jurídica, a partir do PL nº 9.444/2017. Intento, com isso, evidenciar os processos em jogo de uma institucionalização “incipiente”, um lócus privilegiado para a compreensão das microdinâmicas de construção de sentido de um campo que não necessariamente alcançará êxito no processo de institucionalização. Tal abordagem caminha na contramão (e na lacuna) da maioria dos estudos dos processos institucionais, que geralmente buscam examinar retrospectivamente os processos institucionais bem-sucedidos (ZILBER, 2008).

Antes de iniciar esse itinerário, resta-me comentar o contexto da pesquisa. O presente trabalho assenta-se em uma etnografia multissituada (MARCUS, 1995) que realizei mediante o acompanhamento de pessoas e eventos envolvidos no processo de consolidação do direito sistêmico. Partindo de tal perspectiva, acompanhei as dissidências que marcam o interior do “campo”, investigando publicações nas redes sociais e textos de teor acadêmico, bem como os documentos produzidos por vias institucionais que expressam o processo de inserção das constelações familiares no Judiciário brasileiro. Além disso, acompanhei, na escala regional, a Comissão de Direito Sistêmico da OAB-DF e o projeto Conciliar e Constelar implementado no Distrito Federal. Neste artigo, valho-me tanto de entrevistas quanto de análise de documentos e excertos de palestras que acompanhei presencialmente.



## PROCESSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO

Se considerarmos o processo de institucionalização como o processo por meio do qual novidades passam a assumir um status de regra na ação e no pensamento social (MEYER e ROWAN, 1977), deparamos, no caso do direito sistêmico, com uma institucionalização incipiente, cujas disputas e construções de consenso estão em evidência e no qual a própria categoria de regra é acionada de forma conflituosa. Tomando práticas institucionalizadas como aquelas amplamente seguidas, que exigem permanência e possuem *status* de regra (ZUCKER, 1993), o estado atual do direito sistêmico consiste em um campo privilegiado para a compreensão das microdinâmicas de construção de sentido no contexto institucional, tendo em mente a seguinte questão: como as novas tecnologias são incorporadas e criadas nas instituições?

Etimologicamente, o termo “instituição” alude ao que é instituído (*in-stäre*) – instaurado, estabelecido, fixado. No que concerne ao conceito de instituição em termos acadêmicos, não encontramos um terreno de consensos e clarezas (PHILLIPS e MALHOTRA, 2008), por isso, considero necessário destacar que concebo por processo de institucionalização “a continuidade histórica das tipificações e, em particular, a transmissão das tipificações a novos membros que, não tendo conhecimento das suas origens, estão aptos a tratá-las como dados sociais” (TOLBERT e ZUCKER, 1999, p. 205). Tais tipificações fixam processos que são essencialmente dinâmicos e ocultam sua origem social e a influência que exercem, acionando princípios oriundos da natureza como forma de legitimação (DOUGLAS, 1987). Bourdieu (2014) aponta como o processo de “naturalização” implica ações para apagar os traços da naturalização, impedindo a consciência histórica de gênese da forma social, uma vez que a instituição instituída leva ao esquecimento de que ela resulta de uma longa série de atos de instituição e apresenta-se com toda a aparência do *natural* (BOURDIEU, 2014; KIRSCHBAUM, 2012).

O estado atual do direito sistêmico consiste em um campo privilegiado para a compreensão das microdinâmicas de construção de sentido de um campo que não necessariamente alcançará êxito nesse processo. Em vez de considerar um “problema” o caráter embrionário, valho-me da potência de acompanhar o processo de institucionalização *in situ* e *in vivo*, considerando a efervescência da construção do não institucionalizado (ainda); ou seja, capaz de falhar miseravelmente nos acontecimentos futuros. Tal abordagem, como indiquei anteriormente, caminha na contramão (e na lacuna) da maioria dos estudos dos processos institucionais, focados em examinar retrospectivamente os processos institucionais bem-sucedidos (ZILBER, 2008). Dito isso, cabe evidenciar que adoto a compreensão do direito sistêmico como um campo em

disputa (BOURDIEU e WACQUANT, 1992), ou seja, um espaço estruturado por relações de força, hierarquizado, onde se compete pela distribuição de capitais e pela construção da verdade.

Em suma, devido às peculiaridades e à incipiência do direito sistêmico, situo-me próxima dos estudos que focam a produção de significados do processo institucional. Tal perspectiva propõe pensar as instituições e a institucionalização como sensíveis ao contexto, conflituosas e em conflito – uma produção marcada por idas e vindas continuamente negociadas. O enfoque, portanto, consiste nas interpretações, nos entendimentos e nas crenças compartilhadas que são produzidas, tensionadas e processadas por meio da prática, sobretudo nos esforços de atores institucionais que estão engajados em relações de poder e pertencem a momentos socioculturais e históricos específicos (ZILBERT, 2008, p. 163).

## **A CONSTELAÇÃO FAMILIAR: BERT HELLINGER, O “ANCESTRAL MITOLÓGICO” DO DIREITO SISTÊMICO**

A compreensão do direito sistêmico como um campo em disputa e em processo de institucionalização no Judiciário exige, para que sejam inteligíveis as tensões e peculiaridades do advento desse “novo direito”, a apreensão de sua base de sustentação: as constelações familiares, tal como formuladas por Bert Hellinger. Uma das características da busca por construção da legitimidade de uma nova prática é a suposição mitológica de que ela emerge do alinhamento com princípios universais, não de idiosincrasias e grupos específicos (DEEPHOUSE e SUCHMAN, 2008). Bert Hellinger, nesse caso, pode ser lido como o ancestral mitológico que ancora a prática das constelações em princípios universais, atemporais, “oriundos da natureza”. Assim, antes de adentrar a construção das estratégias adotadas no processo de institucionalização incipiente desse “novo direito”, é necessário apreender o “ancestral mitológico” que ancora o movimento.

A constelação familiar foi inicialmente definida por Bert Hellinger como uma psicoterapia fenomenológica, pautada em uma postura ausente de julgamentos e com ênfase na dimensão da experiência, passível de – e predisposta a – descobrir o essencial na variedade dos fenômenos. Essa postura fenomenológica se baseia na ideia de “saber por participação” e evidencia-se mediante a observação dos representantes, de suas sensações físicas e seus sentimentos gestados, quando em contato com o *campo das constelações* (HELLINGER, 2007). Esse campo é comumente chamado de alma, que não é individualizada, mas partilhada: em vez de ter uma

alma, participamos de uma (HELLINGER, 2007; VIEIRA, 2018).

“Emaranhar” e “emaranhamento”, categorias acionadas por meus interlocutores, consistem em, por conta da alma partilhada, carregar o destino interligado a outros membros do próprio sistema, conexão e “confusão” de sinas que se expressa por meio da repetição de padrões inconscientes – geralmente nocivos. Esse campo de saber obedece a três leis ou ordens do amor, sendo elas: 1) a necessidade de pertencimento e de vínculos; 2) a hierarquia estruturada com base na primariedade; e 3) o equilíbrio entre o dar e receber no interior do sistema (HELLINGER, 2006, 2007). Conflitos e doenças<sup>6</sup> – de ordem física, psicológica ou espiritual –, segundo essa visão, têm sua origem no desequilíbrio das configurações familiares, devido à quebra de uma dessas leis, consideradas “naturais”.

Quando a constelação é realizada, ocorre a “abertura do campo” daquele que será constelado, visando trazer a imagem da configuração do sistema familiar à tona. Representantes desempenham o papel do constelado (paciente/cliente) e também dos membros da família (vivos ou mortos) que são significativos para o tema que busca elucidar. Quando o representante se posiciona no lugar a que foi levado pelo constelado, começa a experienciar sensações que não pertencem a ele, e sim ao representado. A posição dos corpos e as sensações/sentimentos/comportamentos alheios que acometem os representantes escancaram os emaranhamentos de destinos que configuram a origem do conflito: os representantes “captam” o inconsciente familiar e expressam as relações atuantes no sistema. A reorganização dos corpos no espaço (por meio do constelador) e a evocação de frases de solução como “Eu vejo você”, “Honro a sua história” ou “Reconheço seu lugar” harmonizam o sistema o sistema e solucionam (internamente) o conflito<sup>7</sup>.

Nas constelações, o envolvimento sistêmico familiar segue a seguinte ordem: quando algo nefasto ou injusto ocorre com um dos membros ascendentes do sistema, esse mal precisa ser expiado por meio de algo igualmente nefasto em seus descendentes. Os ancestrais que tiveram

---

6 Conflitos e doenças se (con)fundem na prática daqueles que são adeptos das constelações familiares: tanto um quanto outro são as expressões de “desequilíbrio” de um sistema que tende à harmonia.

7 Com o passar do tempo, a prática tal qual desenvolvida nos primórdios passou por alterações significativas feitas pelo próprio Bert Hellinger, desencadeando as chamadas novas constelações familiares ou “constelações familiares espirituais”, ancoradas no “movimento do espírito”. Nas “novas constelações”, não há mais a inserção preestabelecida dos membros da família “nuclear” para o início da prática nem a intervenção constante do constelador, nem a evocação intencional e guiada das “frases de solução”. Os representantes também não sabem, no decorrer das novas constelações, quem representam: a constelação começa com o mínimo de representantes possível, e espera-se que os movimentos comecem a surgir lentamente, indicando ou não a necessidade de inserção de novos “personagens” na trama familiar. Os movimentos “rápidos” são lidos como intencionais e “desconectados” com o campo, sendo sugerida a retirada do representante que proceder dessa forma.

os destinos mais funestos são aqueles mais relevantes para as constelações, por sua ampla capacidade de influenciar o destino dos vivos. Nesse sentido, para desatar os nós que ligam os descendentes à repetição de padrões inconscientes e destinos funestos de seus antepassados, ou seja, para desemaranhá-los, é necessário honrar os ancestrais e assumir o devido lugar (posição) dentro do sistema. A separação entre vivos e mortos é diluída, e a presença dos que se foram é materializada pelos corpos dos vivos na perpetuação de destinos. Além disso, o destino pode estar “emaranhado” com um segundo grupo de pessoas: seres que prejudicaram ou influenciaram drasticamente o destino de nossa família consanguínea. Essa segunda gama de pessoas – que podemos chamar de agregados existenciais – demonstra a possibilidade do “contato” e a posição intercambiável dos conflitos, entrecruzando destinos pelas causalidades da vida.

Notadamente, a concepção de pessoa acionada na constelação familiar não remonta ao indivíduo moderno: em vez de uma mônada, ela se expressa em um *continuum*, emaranhando membros mortos e vivos no decorrer da existência. Diante disso, é imprescindível apontar que Bert Hellinger (o “pai fundador” da prática) viveu por 16 anos em KwaZulu-Natal, na África do Sul, na qualidade de missionário católico, no início da década de 1950, contexto marcado pelo Apartheid e pela colonização britânica. A constelação familiar assenta-se em um complexo arranjo de saberes – marcado pelo colonialismo – que não deve ser ignorado quando adentramos o universo das práticas jurídicas e de suas “reformulações modernas”. Se, como nos provoca a interlocutora das pesquisadoras sul-africanas Claude-Hélène Mayer e Rien Viviers (2015), as constelações familiares são as tradições africanas tornadas digeríveis para o Ocidente, cabe a nós atinar o modo como esse processo digestivo tem sido feito no âmbito do Judiciário brasileiro. Ou seja, o que é o direito sistêmico?

Os discursos e as práticas em jogo sobre o que é ou deveria ser o uso das constelações no Judiciário operam a partir de uma (meta)linguagem baseada em ensinamentos de Bert Hellinger. A (meta)linguagem articulada por meus interlocutores se vale de uma extensa produção do psicoterapeuta alemão, que, ao longo dos anos, formulou significativas mudanças na concepção do que são e de como se deve proceder com as constelações familiares, gerando um solo fértil para rupturas e perspectivas distintas. Hellinger consiste, portanto, no ponto de partida de todo e qualquer operador do direito sistêmico. A partir dele e das inserções contextuais da prática no Judiciário, uma gama de estratégias, analogias e traduções são colocadas em disputas com o intuito de institucionalizar a constelação no Judiciário brasileiro. Agora, pretendo apresentar o direito sistêmico por meio das disputas em torno de sua institucionalização, mediante uma das estratégias em jogo: o PL nº 9.444/2017.

## CONTRA OU A FAVOR?

No intervalo que marcava o fim de uma sessão de constelação e o início de outra em uma vara do Núcleo Bandeirantes, recebi um convite da consteladora responsável para comparecer à próxima reunião da Comissão de Direito Sistêmico da OAB-DF, que aconteceria no dia 8 de março de 2019. Conhecia, devido aos congressos de que participei, o surgimento das comissões de direito sistêmico na OAB e sua notável expansão: em menos de três meses do segundo semestre de 2019, acompanhei o número saltar de 60 para 100 comissões espalhadas pelo país, sendo esse um movimento alvo de grande comemoração por parte dos operadores do direito sistêmico, especialmente os advogados.

A Comissão de Direito Sistêmico da OAB do Distrito Federal era recente e caminhava para seu terceiro encontro. As reuniões, que acontecem regularmente<sup>8</sup> no prédio da OAB-DF, têm início às 19h e contam, em média, com aproximadamente 20 pessoas, sendo a maioria mulheres<sup>9</sup>. Os membros não se restringem a advogadas e advogados, sendo permitida a entrada de outros profissionais mediante a categoria de membro consultivo<sup>10</sup>. No site da OAB-DF, entre os documentos oficiais disponibilizados pela comissão, encontramos sua “missão” sistematizada da seguinte maneira: “proposta de repensar o lugar do advogado na solução dos litígios e nas políticas públicas de tratamento adequado dos problemas jurídicos. *A partir da ciência codificada por Bert Hellinger*, ressaltaremos a nova dimensão do direito e fomentaremos a advocacia do futuro” (OAB-DF, 2019, grifo nosso).

Como possuía contato prévio com o presidente da comissão devido a outros eventos de constelações familiares atrelados à área jurídica<sup>11</sup>, fui recebida abertamente e sem questionamentos na reunião que estava prestes a começar. No início, o presidente solicitou que todos os presentes cerrassem os olhos, conectando-se com a presença<sup>12</sup>, postando-se a serviço

---

8 Mensalmente ocorrem as reuniões gerais. Grupos de trabalho da Comissão empreendem suas próprias reuniões esporadicamente, de acordo com a demanda de tarefas.

9 No momento da pesquisa, havia 8 homens e 32 mulheres membros da comissão devidamente cadastrados no site da OAB-DF.

10 Categoria em que acabei me inserindo ao longo da pesquisa.

11 Participamos juntos do *workshop* de constelação familiar realizado no Congresso de Direitos Humanos realizado em 7 de dezembro de 2018, quando realizamos a dinâmica dos pais, que ensina a “tomar dos pais” em conformidade com as leis sistêmicas, em especial a lei do equilíbrio entre o dar e receber, considerando a posição dos membros ascendentes e descendentes.

12 A “presença” acionada é uma categoria que remete a uma postura de comprometimento com o *momento*

do campo, antes de dar sequência aos trabalhos da noite. A preocupação quanto à conexão com a presença justificava-se, nesse dia específico, para além do usual: o tema da noite era polêmico e havia agitado as conversas do grupo nas redes sociais. O assunto a ser tratado era o Projeto de Lei nº 9.444/2017 e a construção de uma nota de apoio por parte da comissão.

Após a constantemente interrompida exposição da relatora sobre o PL nº 9.444/2017, o presidente abriu a reunião para o debate, e logo os ânimos agitados foram materializados em uma nova proposta. A primeira fala do debate não apenas discordou do próprio projeto de lei, dando voto contrário à posição da relatora, como abriu uma divergência, propondo que a comissão emitisse uma nota *rejeitando* o referido PL. A proposta de não execução de uma nota (a favor ou contra) não foi levantada por nenhum dos membros, indicando a intensa polarização em torno da matéria. No momento da votação, os que se abstiveram também não foram requisitadas a se manifestar. Naquela noite, encerrou-se uma votação acirrada, com 13 votos a favor da redação da nota de apoio ao PL e 11 votos em prol da nota de rejeição<sup>13</sup>.

## PROCESSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO INCIPIENTE – ESTRATÉGIAS E DISSÊNSOS

O Projeto de Lei que visa regulamentar o uso da constelação familiar no Judiciário, atualmente correndo na Câmara Legislativa com o número 9.444/2017, nasceu na Comissão de Legislação Participativa (CLP) com o nº 41/2015 e foi apresentado pela Associação Brasileira de Constelações Sistêmicas (ABC Sistemas). Antes de propriamente discutir o conteúdo que causou tanto dissenso na Comissão de Direito Sistêmico da OAB-DF, é pertinente evidenciar que a própria existência da associação proponente do PL indica um processo de institucionalização relevante.

A ABC Sistemas surgiu em 2001, no momento em que uma turma de consteladores, coordenados pelo terapeuta Richard Hoffmann e organizados pelo psicólogo Reginaldo Teixeira Coelho, julgou necessária a criação de uma associação para “congregar os adeptos deste novo

---

*presente*, para que se possa experimentar o contato com o “campo” da constelação familiar.

<sup>13</sup> A votação apertada que terminou apoiando a construção da nota de apoio ao PL nº 9.444/17 rendeu uma breve reportagem no site da OAB-DF com o título “OAB/DF defende inclusão da constelação sistêmica na mediação de conflitos no Judiciário” (OAB-DF, 2019), resumindo o movimento de inserção da prática no Judiciário a partir do pioneirismo de Storch e mencionando o projeto de lei apenas nos termos da regulamentação exigida do constelador.



método terapêutico” (ABC SISTEMAS, 2020). A justificativa dos sócios fundadores para a necessidade do projeto manifesta-se nos seus objetivos centrais, descritos da seguinte maneira: 1) “standartização” [standardização] das técnicas e métodos; 2) reconhecimento do método na comunidade científica; 3) apoio pedagógico, logístico, de desenvolvimento e atualização dos associados; 4) cadastro de associados; 5) divulgação de eventos.

Cada um dos pontos elencados como objetivos da associação escancara o processo de institucionalização em curso: a ordenação de métodos e técnicas; a busca por reconhecimento no campo científico; a construção de grade curricular padronizada; a organização dos associados que passam a se submeter às normativas da entidade; e a promoção de eventos e expansão da associação com inclusão e regulação de novos membros. São, em larga medida, movimentos compreendidos no sentido de produzir consensos e naturalizações em torno do que é e de como deve ser “organizada a novidade”, conferindo-lhe *status* de regra mediante a elaboração de modelos que facilitam a regulamentação e fiscalização das ações.

A existência da associação e seus objetivos atestam o processo de produção das “tipificações compartilhadas” (PHILLIPS e MALHOTRA, 2008) fundamentais para pensar a institucionalização das constelações familiares. Como indiquei anteriormente, o processo de construção dessas tipificações é marcado por idas e vindas constantemente negociadas e tensionadas – ainda que se busque apagar os traços da sua construção social e as disputas internas que as fundaram. Se a retórica dos operadores do direito sistêmico assenta-se em – e garante seu sucesso devido a – “leis naturais”, que regem todos os relacionamentos, as formas como essas “leis” devem ser reguladas e transformadas por mãos humanas, na normatização e nos acordos, cria toda uma série de questionamentos e reformulações no interior do campo. Ou seja, por mais que a associação almeje construir uma ordenação da prática que naturaliza a “nova terapia”, esse processo não é caracterizado pela linearidade, e sim por um terreno fértil para disputas, como indica o debate em torno do PL.

Nota-se que a proposta de elaboração de um projeto de lei está de acordo com o objetivo principal da associação: a standardização das técnicas e dos métodos aplicados no uso das constelações familiares no Brasil. Tal standardização, por sua vez, põe em relevo o papel dos profissionais e a relação com as instituições legais na busca por legitimação de novas práticas (EDELMAN, 1992). Nas dinâmicas de mudança, a legislação cria um solo fértil para a disputa e a negociação de interesses por parte dos profissionais, sendo um mecanismo central para a propagação do escopo da atividade em questão e o aumento da sua influência.

A normatização não é um processo natural, no sentido de ser estritamente um formalismo benéfico, tendo em vista que as organizações – e seus agentes – instrumentalmente evocam

ou evitam a lei de acordo com seus interesses. Posteriormente, as normas são utilizadas de forma estratégica para uma orientação normativa (e cognitiva) que auxilia os profissionais na construção de seu lugar no campo em questão (EDELMAN e SUCHMAN, 1997). Nesse sentido, a legislação não é meramente vista como uma estrutura de incentivos e oportunidades, mas como a expressão de esquemas cognitivos e morais historicamente contingentes. O próprio PL nº 9.444/2017 orientou-se, em sua busca pela “construção do seu lugar no campo”, por outras normativas, almejando respaldo e legitimidade institucional, como a Lei da Mediação, a Resolução nº 125 e o novo Código de Processo Civil.

Em uma entrevista concedida a mim no segundo semestre de 2019, a atual presidente da ABC Sistemas e redatora da Sugestão nº 41/2015, que culminou no projeto de lei, Adhara Campos Vieira<sup>14</sup>, reforçou o caráter de continuidade do PL com outras ações reguladoras empreendidas no movimento de mudanças no sistema de justiça. Sabendo o que orientava o meu interesse de pesquisa, Vieira começou sua narrativa sem esperar qualquer pergunta específica, discorrendo sobre os “movimentos” centrais do processo de regulamentação das constelações no Judiciário. Logo no princípio, sobre o projeto de lei, mencionou que:

A associação tinha dado entrada em um projeto de lei no ano de 2015, mas é um projeto de lei que era muito em cima da Lei da Mediação, então ela basicamente repete o que já vem sendo feito. Essa lei está de acordo com o Código de Processo Civil e está de acordo com outras leis, [a Lei] da Magistratura, a questão da própria Lei da Mediação, Resolução nº 125 do Conselho Nacional de Justiça. *Então ela praticamente reproduz um movimento que já é aceito institucionalmente. Nada de novo no Reino da Dinamarca.* [...]

Se uma pessoa quer entender que a constelação pode ser usada como uma ferramenta de resolução de conflitos, ela tem que ler a exposição de motivos do Novo Código de Processo Civil, senão ela não vai entender o caminho que foi construído para se chegar no formato da mediação que hoje é aplicado no Brasil. Então a ideia da mediação, a ideia da constelação em varas de famílias, varas de mediação, seria facilitar aquela resolução do conflito, e nesse sentido a intenção é até **proteger os magistrados, que são funções [sic] especialíssimas, que, quando ele fala, fala em nome do Estado!** Então é muito importante isso, que a pessoa leia as leis do Brasil, perceba que tem uma hierarquia, que a lei está acima de qualquer cargo, e a lei precisa ser cumprida. Então nesse sentido a associação entrou mantendo o *status quo* que já tem. (Informação verbal).<sup>15</sup>

De fato, são notórias as continuidades buscadas pelo Projeto de Lei nº 9.444/2017 em relação aos movimentos normativos anteriormente descritos. A ementa submetida para apreciação

<sup>14</sup> Nome verdadeiro devido ao fato de Adhara Campos Vieira ser uma figura pública no movimento e ter concedido (inclusive feito questão) a autorização de manter seu nome quando apresentasse suas falas.

<sup>15</sup> Entrevista concedida por Adhara Campos Vieira a mim em 2019.

legislativa em 2015 sugere que as constelações familiares sistêmicas sejam incluídas “como um instrumento de mediação entre particulares, a fim de assistir à [sic] resolução controvérsias. A proposta consiste em regulamentar a constelação familiar como uma política pública em âmbito nacional, ‘estendendo[-a] a todos os Tribunais de Justiça e Varas das capitais’” (ABC SISTEMAS, 2015, p. 2). Diante de tal proposta, a prática passa a ser apresentada como técnica terapêutica passível de ser utilizada como um instrumento preliminar ao desenrolar do processo, preferencialmente antes da audiência de conciliação ou da mediação – apesar de não criar impedimentos explícitos para a utilização em outras etapas da lide.

## **EXPANSÃO OU RESTRIÇÃO? AS DISSIDÊNCIAS EM TORNO DO PL 9.444/2017**

A justificativa que sustentava a necessidade de construção do projeto de lei caminhou no sentido de indicar as dificuldades do Poder Judiciário para sanar as mazelas do sistema, apesar de todas as reformas implementadas. Ainda que as reformas tenham sido acionadas como ganhos, acentua-se que o sistema atual permanece “inadequado”. Soluções alternativas de controvérsias, como a constelação familiar, são enfatizadas como mecanismos de desafogar o sistema, além de serem instrumentos particularmente importantes para o movimento de acesso à Justiça, uma vez que seria um mecanismo célere, informal e econômico, capaz de atender uma grande gama de sujeitos em uma única vivência.

A busca do PL pela definição das competências da constelação familiar no Judiciário, estabelecendo critérios para o seu uso e uniformizando a técnica, apresenta propostas e termos que estão sendo discutidos e criticados no interior do próprio direito sistêmico. Os principais aspectos que geram debates internos e polarizam o campo são: 1) a abordagem do PL que toma as constelações familiares como “ferramenta”, “técnica” ou “instrumento”; 2) a regulamentação da atuação do constelador, pois exige curso de 140 horas ministrado por um terceiro imparcial e sem qualquer poder decisório no processo; 3) a proximidade exacerbada com a mediação.

Durante o debate na Comissão de Direito Sistêmico da OAB-DF, as falas que se opunham ao PL nº 9.444/2017, propondo a nota de repúdio, reforçaram cada um dos aspectos elencados acima, colocando-os como graves problemas. A crítica à abordagem da prática como “técnica/ferramenta/instrumento” assenta-se na ideia de que as constelações familiares são, na verdade, um campo, uma ciência superior aos seus operadores, que deve ser respeitada enquanto tal. As

justificativas dos que são contrários a tratá-la como ferramenta estão alinhadas às falas proferidas pelo juiz Sami Storch (2019), que, no próprio congresso que abre este texto, discorreu sobre sua posição a respeito. Na ocasião, afirmou que “quem utiliza uma ferramenta se coloca acima, superior à ferramenta: a ferramenta que me serve. Então, se não for conveniente, eu deixo a ferramenta lá e uso outra coisa. [...] [Usar as constelações como ferramenta] torna pequeno algo que é grandioso”.

A crítica à proximidade exacerbada com a mediação está associada ao problema de a prática ser lida como ferramenta, pois, ainda que possuam afinidades, a “grandeza” e a particularidade da visão sistêmica não são contempladas quando se engloba a constelação familiar como um instrumento associado à mediação. Por sua vez, a regulamentação da atuação do constelador é acusada de formalizar como profissão uma atividade que ainda não é reconhecida pelo Ministério da Educação (MEC). “Com base em quais critérios estabeleceu-se o número mínimo de 140 horas?”, questionava um dos membros da comissão. Os opositores da normativa questionam o formato exigido da formação, tendo em vista que, para ser constelador, é preciso promover o seu próprio desemaranhamento interno, algo pouco quantificável. Além disso, o fato de que regulamentação exige um terceiro imparcial, sem poder decisório na causa, gerou ainda mais desconforto e dissenso, pois a regulamentação impede que os magistrados atuem como consteladores nos casos que julgam.

Esse último ponto é fonte de uma especial controvérsia, devido ao fato de que o movimento do direito sistêmico se iniciou com a atuação de um juiz, Sami Storch. Nesse contexto, impedir que os magistrados atuem como consteladores nos casos que julgam é uma ação lida como retirada da “origem” do movimento, enfraquecendo-o por ferir a lei sistêmica da precedência (hierarquia). Diante disso, cabe ressaltar que, quando minha interlocutora (a atual presidente da ABC Sistemas) apontou que “a intenção [do projeto de lei] é até proteger os magistrados, que são funções especialíssimas, que quando ele fala, fala em nome do Estado!”, estava defendendo o PL das acusações de seus opositores, alegando a necessidade de respeitar o “lugar” de cada função na esfera pública, reservando a abordagem terapêutica para um terceiro sem poder decisório. A exclusão do papel “juiz-constelador” reafirma o papel desempenhado pelo juiz de “julgar e ser imparcial”, como representante do Estado.

Ante essa “polêmica”, considero pertinente atentar para a posição de um terceiro imparcial na administração de conflitos. Como atesta Simmel (1950), se a díade alude a antagonismos, a inclusão de um terceiro elemento (compondo uma tríade) indica a aparência de uma transição, uma conciliação e um abandono do contraste absoluto. A atuação de um terceiro imparcial idealmente almeja a produção de concordância entre duas partes em conflito, “equilibrando”

reivindicações contraditórias a partir de uma elaboração “objetiva” da disputa. Um terceiro elemento não partidário possui a capacidade de retirar as “qualidades afetivas” que marcam o conflito, apresentando de forma “neutra e racional” o que antes estava embebido de sentimento.

O mediador, como um terceiro imparcial, age com interesse no “significado objetivo” do conflito, não em seu conteúdo subjetivo, espaço que pertence às partes envolvidas. O árbitro carrega as mesmas qualidades de lançar “objetividade” ao conflito imerso nas vontades subjetivas e antagônicas. Há, entretanto, uma distinção dentro da qualidade de “terceiro imparcial”, quando se trata de árbitros e mediadores: estes devem se ausentar da decisão após agirem como intermediários, devolvendo para as partes o poder decisório; o árbitro, por sua vez, personifica a capacidade de resolução do conflito, encarnando um poder especial sobre as partes antagônicas. Ou seja, ao escolher um árbitro, as partes abandonam a decisão final que “retorna às suas mãos” com os mediadores. Apesar disso, ambos são representantes do “intelecto” e da “objetividade”, salvaguardas da unidade do grupo (SIMMEL, 1950, p. 147-151).

Quando pensamos na atuação dos consteladores-mediadores, encontramos novas reformulações para a compreensão do conflito a partir de um terceiro imparcial: em vez de representar um intelecto puro, a capacidade de apresentar uma nova visão da lide reside na abertura do campo e no olhar treinado (e desemaranhado), que permite trazer à tona as influências ocultas que originaram a disputa. As “qualidades afetivas” não são retiradas, mas intensificadas, adentrando a esfera do não dito, do inconsciente, do transgeracional. Sem poder decisório, a dinâmica terapêutica é conduzida sem colocar em xeque o envolvimento subjetivo do constelador e dos envolvidos, uma vez que o objetivo é “devolver aos donos o conflito” e promover uma reorganização do sistema em desequilíbrio. E os juízes-consteladores? Como manter o ideal de neutralidade e imparcialidade ao atuar como constelador, sendo que o juiz possui o poder decisório, como representante do Estado? Intensificar e adentrar outra dimensão das qualidades afetivas não fere o princípio do terceiro imparcial?

Nesses casos, o próprio argumento da imparcialidade e do julgamento é colocado em xeque e reafirmado por uma nova ótica com base nos fundamentos que ancoram a constelação familiar. O juiz Sami Storch, em palestra proferida no 1º Seminário Internacional de Direito Sistêmico realizado em Brasília, afirmou que o magistrado chega parcial aos conflitos, com seus próprios emaranhamentos. No que se refere à parcialidade, a constelação é uma verdadeira “vacina” contra a tendência de bancar o “salvador” e emaranhar o seu destino com o das partes. Em entrevista concedida posteriormente, Angélica<sup>16</sup>, advogada sistêmica e membra da

---

<sup>16</sup> Nome fictício para preservar o anonimato.

Comissão de Direito Sistemico da OAB-DF, ao se posicionar contrária ao PL nº 9.444/17, indicou a constelação familiar como uma prática promotora da verdadeira imparcialidade:

Como juiz, ele [Sami Storch] utiliza as constelações para que as pessoas tenham um campo de visão maior, para que as pessoas tenham mais empatia pelo outro, para também olhar as pessoas que não estão tendo voz, olhar a todos... Então a melhor solução para ele é sempre a solução que atenda a todos: ele inclui todos. E também na hora de aplicar, por exemplo, aplicar uma punição ou reverter uma guarda ou identificar uma alienação, ele consegue observar que as pessoas estão por lealdade servindo os seus sistemas: o alienador – em algum momento ele foi alienado. Então ele aplica a lei de uma forma neutra, ele aplica a lei sem aquele julgamento social : “Esse é o bom, e o outro é mau”; “Esse é ruim, e o outro é o certo”. [...]

E, no [sic] projeto de lei, proibia o juiz de usar a constelação, proibia o advogado de utilizar a constelação e criava um lugar para o constelador. Só que isso é totalmente contra o fundamento do direito sistemico: o direito sistemico é para todos, todos do seu lugar utilizando da sua maneira. Então aí já começou a ir contra, já começou a excluir. (Informação verbal).<sup>17</sup>

A imparcialidade, um dos princípios jurídicos centrais e uma das motivações que tornaram, por meio do PL, o constelador um terceiro imparcial sem poder decisório, é ressignificada por aqueles que se posicionam contrários à regulamentação a partir do momento em que passa a ser tratada pelo viés da transformação pessoal: a verdadeira imparcialidade é construída mediante uma postura sistêmica, considerando as leis decodificadas por Hellinger e em consonância com o que se apresenta no campo – o mundo fenomenológico. Dessa forma, a criação de um lugar específico para cada um dentro do sistema, inclusive para o constelador, é acionada como uma quebra da lei do pertencimento, já que “exclui” os demais operadores do direito sistemico.

Por sua vez, ao acionar a necessidade de reconhecer a “função” e o “lugar” de cada um dentro do sistema jurídico, separando o lugar do juiz da posição do constelador, minha interlocutora Adhara Campos, presidente da ABC Sistemas, também promove uma alusão (implícita) aos princípios das constelações familiares, tendo em vista que, diante da visão sistêmica, cada um dos membros tem função e posição marcadas, desempenhadas dentro de uma estrutura mais ampla que tende ao equilíbrio. Ao mencionar, na continuidade da fala, que é necessário que a pessoa “perceba que tem uma hierarquia”, o argumento alude novamente aos princípios da constelação – no caso, da própria lei sistêmica da hierarquia.

O argumento da origem ou da “fonte”, por sua vez, é rebatido com o argumento de que, segundo o próprio Hellinger, a origem não é uma pessoa (o juiz pioneiro), mas algo maior. Ou seja, ambos acionam, cada qual à sua maneira, as bases da constelação familiar e o ancestral mitológico Bert Hellinger para legitimar posicionamentos – tanto a favor quanto contra o PL nº

---

<sup>17</sup> Entrevista concedida por Angélica a mim em 2019.



9.444/17. Ou seja, a matéria é discutida internamente, mediante uma metalinguagem cuja base são as produções do terapeuta alemão e uma visão sistêmica do sistema jurídico.

Outro ponto que reforça a leitura do PL com base no “olhar sistêmico” dos opositores é o posicionamento quanto à regulamentação e ao estabelecimento dos critérios para realizar uma constelação no Judiciário. Os critérios mínimos estabelecidos no projeto de lei são lidos como “poucos”, “parciais” e “excludentes”, algo que novamente remete o projeto à quebra de leis sistêmicas, nesse caso, a lei do pertencimento. Se todos possuem “o direito de pertencer”, apontam os critérios como fonte de exclusão de todos aqueles que fazem parte do movimento, mas não se adequam a esses critérios, como vimos na fala de Angélica. De modo geral, os opositores reforçam a necessidade de observar o Projeto de Lei nº 9.444/2017 em relação às leis sistêmicas e questionar se de fato a regulamentação move o campo para frente ou gera limitações, enfraquecendo o movimento.

Por outro lado, as falas que saíram em defesa do projeto de lei, tanto na fatídica reunião da Comissão de Direito Sistêmico da OAB-DF quanto nas entrevistas concedidas posteriormente, alegavam que poderiam ser feitas mudanças no corpo do PL ao longo do trâmite legislativo. Alegavam, portanto, que as críticas seriam levadas em consideração e devidamente incorporadas desde que os opositores se envolvessem na construção da regulamentação. Além disso, devido à morosidade do trâmite legislativo, argumentaram ser necessário o apoio ao movimento que ocorre desde 2015, pela força que uma regulamentação gera. Afirmava-se, constantemente, que é importante não “retroceder” nesse caminho e que é um processo inevitável e “natural”. Tal polarização em torno da matéria seguiu a noite, com frequentes interrupções por parte do presidente, que buscava (re)lembrar aos membros a postura sistêmica.

As entrevistas realizadas permitiram que os argumentos de ambos os lados fossem aprofundados e que as preocupações se apresentassem para além do argumento do conteúdo do projeto, de seu “tempo” e sua “expansão”, apesar de perpassá-los. Um dos posicionamentos que destaco dentre as entrevistas é sustentado por uma pessoa que pensa a constelação como uma técnica terapêutica, não uma ciência. O posicionamento de Margarida<sup>18</sup>, mulher de aproximadamente 60 anos, advogada e psicóloga, demonstrou preocupações quanto à constelação familiar no Judiciário, devido ao caráter “cirúrgico” da terapia, uma vez que a considera ser capaz de “abrir feridas” que talvez não sejam devidamente fechadas sem um acompanhamento psicológico posterior à sua aplicação:

As pessoas se sentem impulsionadas a atuar, sem ver que ali vai mexer com conteúdos,

---

<sup>18</sup> Nome fictício para preservar o anonimato.

muitas vezes inconscientes, que a pessoa acaba falando e depois sai dali mexida. *Quem vai, depois, cuidar?* É a minha preocupação, e por isso eu vou com muita cautela. *Meu outro lado, da psicologia, me mostra isso.* Às vezes você toca em um ponto crucial da pessoa, um ponto fraco, um trauma, e aí mexeu. Faz o que com isso? A pessoa, o próprio constelador, muitas vezes despreparado, não toma consciência disso. Então é muito pouco tempo, as pessoas não estão se cuidando... Constelações, terapia, né, as pessoas não estão preocupadas em se cuidar, em se desemaranhar para não sair emaranhando os outros e a si mesmo. A gente vê isso entre colegas. (Informação verbal).<sup>19</sup>

A figura de Margarida encarna, em sua formação (de advogada e psicóloga), o interesse de unir as duas áreas do conhecimento, compondo o campo da “justiça terapêutica” na condição de profissional multidisciplinar engajada na promoção de um tratamento “integral” do conflito. Margarida concebe a constelação familiar como uma das formas (possíveis) utilizadas para o tratamento dos dramas familiares e a emprega em sua prática como advogada, por considerar uma técnica eficaz para tratar os traumas ocultos que acabam chegando sob a forma de litígio. Sua preocupação com a inserção da prática no Judiciário e sua expansão, que mencionei na entrevista como pergunta, gira em torno da formação e do despreparo dos consteladores. O perigo do despreparo terapêutico de uma “terapia cirúrgica”, no contexto do Judiciário, parece ser potencializado, uma vez que não é uma instância dedicada a esses cuidados.

Esse ponto de tensão abre margem para uma discussão acerca da temporalidade da constelação familiar: por ser “cirúrgica”, a prática evoca a abertura imediata dos dramas, tramas e demais aspectos ocultos que ocasionaram o conflito; é, portanto, uma intervenção pontual voltada para a “solução”, centrada no presente e no mundo fenomenológico (experiência vivida), que é aberto. Tal ação prevê transformações internas na estrutura do campo – e conseqüentemente nos membros do sistema. Contudo, devido ao fato de lidar com todo um sistema e com o lado “inconsciente” e “oculto” de um “campo de saber”, a eficácia da constelação familiar carrega uma segunda temporalidade: o futuro indefinido. As transformações iniciadas em uma constelação permanecem acontecendo na “alma coletiva” por tempo indeterminado, quiçá por anos. Por conta disso, não é permitido constelar o mesmo tema mais de uma vez, pois os efeitos de uma constelação seguem reverberando.

Como pensar o acompanhamento de uma ação que assenta sua força no presente, mas que reverbera em um futuro indeterminado? Como acompanhar todo um sistema familiar, em uma transformação que corre em tempo e campo pouco palpáveis? Quanto a isso, uma parte dos consteladores resigna-se a confiar na atuação silenciosa e eficaz do campo, enquanto outra parcela busca sanar esse “dilema” com o auxílio de outros profissionais da saúde: sugerem aos

---

<sup>19</sup> Entrevista concedida por Margarida a mim em 2019.

clientes acompanhamento com psicólogos. Por sua vez, a própria formação dos consteladores instaura uma segunda tensão em torno da temporalidade, pois, antes de constelar o *outro*, é necessário desemaranhar o próprio destino – algo que leva tempo e exige autofiscalização cotidiana. Formações “*fast-food*” são lidas como um perigo para o crescimento de atuações terapêuticas despreparadas, ou melhor, emaranhadas. Em meio às polêmicas, o que conseguimos acompanhar com as disputas em torno da construção do direito sistêmico é a construção de um novo modelo de justiça em que os processos são vistos para “além” do litígio e os pleiteantes surgem como “partes-pacientes” a serem tratados na Justiça.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio do PL nº 9.444/2017, acompanhamos polarizações em torno do processo de institucionalização do direito sistêmico. Os sentidos e os usos da prática são tensionados entre seus apoiadores a partir do interesse em expandir e normatizar a “novidade” no Judiciário. Aqueles que consideram a constelação uma ciência *per se* argumentam com base nas comprovações oriundas da experiência vivida (eficácia), das credenciais de Hellinger (ancestral mitológico) e de sua universalidade. O *status* de ciência não é afirmado por um reconhecimento por parte das instituições acadêmicas, mas sustentado por Bert Hellinger e suas contribuições. Os termos “técnica” e “ferramenta” acabam sendo opostos à universalidade dos pressupostos que ancoram as bases da constelação familiar, assim como os critérios estabelecidos pela regulamentação são acusados de restringir as possibilidades de atuação dos profissionais, que devem obedecer às necessidades contingenciais do campo.

Contudo tanto aqueles que operam com base na ideia de técnica/ferramenta quanto os que aludem ao *status* de ciência concordam acerca da abrangência da postura sistêmica e acreditam que o avanço do direito sistêmico representa uma evolução do Direito – e, em última instância, da própria sociedade. Se a regulamentação gera polarizações em torno da forma como as constelações devem ser inseridas e expandidas no Judiciário, os pressupostos consensuados em torno da visão sistêmica, dentro desse campo heterogêneo de profissionais, permitem traçar uma gama de princípios que fundamentam as principais idiosincrasias que esse “novo olhar” propõe para o sistema jurídico.

Atualmente, apresenta-se de forma consensual, dentro do movimento do direito sistêmico, a necessidade de adotar uma postura sistêmica no Judiciário, seja o agente um constelador, seja

outro tipo de agente. Com isso em vista, a ABC Sistemas entrou, em 2019, com um processo (pedido de providência) no Conselho Nacional de Justiça (CNJ) a respeito da regulamentação da constelação familiar no Judiciário, aplicando a distinção da constelação familiar propriamente dita da adoção da postura sistêmica. Quatro anos após a Sugestão nº 41/15, acolhida como PL nº 9.444/17, o pedido de providência manifesta a necessidade de o CNJ regulamentar a prática no Judiciário com base em dois pontos centrais, correlacionados e pouco enfatizados no referido PL: a expansão e a pluralidade de abordagens devido à falta de regulamentação.

Buscando sanar parte dos dissensos gerados pelo PL nº 9.444/17 e responder as críticas dos opositores, o pedido de providência cria orientações para a regulamentação, além de aprofundar as premissas do documento em trâmite na Câmara. Uma das novidades propostas pelo processo submetido ao CNJ consiste na distinção das possíveis atuações dos operadores do Direito em relação às constelações familiares, a partir da introdução de três novos termos: “prática sistêmica”, “pensamento sistêmico” e “constelação sistêmica”. A distinção dos termos carrega a proposta de “englobar a todos” – em consonância com a lei do pertencimento – ao mesmo tempo que busca “criar o lugar para o constelador”, regulamentando a atuação no Judiciário e padronizando as múltiplas abordagens.

O termo “pensamento sistêmico”, que abarca magistrados, advogados, promotores, defensores públicos, servidores e auxiliares da justiça, alude à adoção da *postura sistêmica* por parte do operador do direito, que, mediante a formação em constelação familiar e a devida transformação interna promovida por tal formação, aplica na sua profissão a “visão” proposta por seus princípios, empregando inclusive técnicas mais “sutis”, chamadas de “pontuais” no pedido de providência, a exemplo das frases de solução ou das “perguntas sistêmicas”. O texto reforça que o “uso do pensamento sistêmico” serve para restaurar a pertinência, a hierarquia e o equilíbrio das relações – em outras palavras, as três leis sistêmicas.

Por sua vez, o termo “constelação sistêmica” restringe-se à abertura do campo da constelação familiar por um terceiro imparcial. A prática é apresentada no pedido de providência como um “conjunto de princípios e técnicas terapêuticas”, visando “escapar” do imbróglio ciência vs. técnica anteriormente discutido. Remeter a um conjunto de princípios na apresentação da constelação aciona uma dimensão da prática que se encontra para além de uma mera “técnica/ferramenta”, respondendo às críticas formuladas pelos opositores do PL sem adentrar a retórica da ciência.

Ademais, o pedido de providência avança nas ambições regulatórias, ao propor um código de ética ao “constelador judicial”, que deve se fundamentar na “imparcialidade, confidencialidade, laicidade, decisão informada, competência, independência e autonomia,

respeito à ordem pública e às leis vigentes, empoderamento, empatia e boa-fé”. Sem dúvidas, ainda estamos diante de um terreno de incertezas e de pouco consenso quando adentramos os “marcos regulatórios”, nos quais os sentidos, as adaptações e as mudanças encontram um terreno fértil de produção do que não é institucionalizado (ainda).

## REFERÊNCIAS

1. ABC SISTEMAS. Associação Brasileira de Consteladores Sistêmicos, c2020. Home (Quem Somos). Disponível em: <https://www.abcsistemica.org.br/home>. Acesso em: 23 mar. 2023.
2. BOURDIEU, Pierre. **Sobre o Estado**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
3. BOURDIEU, Pierre; WACQUANT, Loïc. **An invitation to reflexive sociology**. Chicago: Chicago University Press, 1992.
4. CÂMERA DOS DEPUTADOS. **Projeto de Lei nº 9.444/2017**. Dispõe sobre a inclusão da Constelação Sistêmica como um instrumento de mediação entre particulares, a fim de assistir à solução de controvérsias. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2167164>. Acesso em: 23 mar. 2023.
5. CRUZ, Carlos Henrique Souza da; CHIQUETTI, Taciana. O uso das constelações sistêmicas familiares em audiências conciliatórias na vara de família do RN. *In*: THERENSE, Munique et. al. **Psicologia Jurídica e Direito de Família: Para além da perícia psicológica**. Manaus: UEA Edições, 2017. p. 273-303.
6. DEEPHOUSE, David; SUCHMAN, Mark. Legitimacy in organizational institutionalism. *In*: GREENWOOD, Royston; OLIVER, Christine; SAHLIN, Kerstin; SUDDABY, Roy (orgs.). **The Sage Handbook of organizational institutionalism**. Los Angeles: SAGE, 2008. p. 49-77.
7. DOUGLAS, Mary. **Como as instituições pensam?** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1987.
8. EDELMAN, Lauren. Legal Ambiguity and Symbolic Structures: Organizational Mediation of Civil Rights Law. **American Journal of Sociology**, Chicago, v. 97, n. 6, p. 1531-1576, 1992.
9. EDELMAN, Lauren; SUCHMAN, Mark. The Legal Environments of Organizations. **Annual Review of Sociology**, v. 23, p. 479-515, 1997.
10. HELLINGER, Bert. **Constelações familiares: o reconhecimento das ordens do amor**. Trad. Eloisa Giancoli Tironi e Tsuyuko Jinno-Spelter. 5. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

11. HELLINGER, Bert. **Ordens do amor**: um guia para o trabalho com constelações familiares. 3. ed. São Paulo: Cultrix, 2007.
12. KIRSCHBAUM, Charles. **Bourdieu e institucionalistas**: jogo de luzes e sombras. São Paulo: Insper, 2012.
13. LACERDA, Sttela. Direito Sistêmico e Direitos Humanos: A aplicação das constelações familiares para tratamento de conflitos judiciais. **Edição Atual**, São Paulo, v. 1, 2017.
14. MARCUS, George. Ethnography in/of the world system: the emergence of multisited ethnography. **Annual Review of Anthropology**, [s. l.], n. 24, p. 95-117, 1995.
15. MEYER, John; ROWAN, Brian. Institutionalized organizations: formal structure as myth and ceremony. In: MAGGIO, Paul; POWELL, Walter (eds.). **The new institutionalism in organizational analysis**. Chicago: The University of Chicago Press, 1991. p. 41-62.
16. MAYER, Claude-Helen; VIVIERS, Rian. Exploring Cultural Issues for Constellation Work in South Africa. **Australian and New Zealand Journal of Family Therapy**, [s. l.], v. 36, p. 289-306, 2015.
17. OAB-DF. **OAB Distrito Federal**, 2019. Documentos Comissão Direito Sistêmico. Disponível em: <https://oabdf.org.br/documentos-comissoes/direito-sistemico>. Acesso em: 23 mar. 2023.
18. PHILLIPS, Nelson; MALHOTRA, Namrata. Taking social construction seriously: extending the discursive approach in institutional theory. In: GREENWOOD, Royston; OLIVER, Christine; SAHLIN, Kerstin; SUDDABY, Roy (org.) **The Sage Handbook of Organizational Institutionalism**. Los Angeles: SAGE, 2008. p. 702-720.
19. RUSCHEL, Caroline. **Os limites do direito ambiental na preservação dos recursos naturais comuns**: epistemologia da sustentabilidade e estudos de caso. 2018. Tese (Doutorado em Direito) – Programa de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 2018.
20. SADEK, Maria Tereza. Judiciário: mudanças e reformas. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 18, n. 51, p. 79-101, 2004.
21. SIMMEL, Georg. The Triad. In: WOLFF, Kurt (org.) **Sociology of Georg Simmel**. Glencoe: The Free Press, 1950. p. 145-169.
22. TOLBERT, Pámela; ZUCKER, Lynne. A institucionalização da Teoria Institucional. In: CLEGG, Stewart; HARDY, Cynthia; NORD, Walter; CALDAS, Miguel; FACHIN, Roberto; FISCHER, Tânia (org.). **Handbook de estudos organizacionais**: modelos de análise e novas questões em estudos organizacionais. São Paulo: Atlas, 1999. v. 1, p. 195-219.
23. VIEIRA, Adhara Campos. **A constelação familiar sistêmica no Judiciário**. Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2018.



24. ZILBER, Tammar. The work of meanings in institutional processes and thinking. *In*: GREENWOOD, Royston; OLIVER, Christine; SAHLIN, Kerstin; SUDDABY, Roy (org.). **The Sage Handbook of Organizational Institutionalism**. Los Angeles: SAGE, 2008. p.151-169.
25. ZUCKER, Lynne. The role of institutionalization in cultural persistence. **American Sociological Review**, [s. l.], v. 2, p. 726-743, 1977.

*Raissa Romano Cunha*

Doutoranda em Antropologia Social pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de Brasília, Mestre em Antropologia Social pela mesma instituição. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3209-0816>. E-mail: [raissaromano93@gmail.com](mailto:raissaromano93@gmail.com)

# ANTROPOLÍTICA



**55.1**

1º QUADRIMESTRE

ISSN 2179-7331  
REVISTA CONTEMPORÂNEA DE ANTROPOLOGIA  
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

**D** **OSSIÊ**

# Novos olhares antropológicos sobre comida

## New anthropological perspectives on food

**Nicole Benemann**

Departamento de Nutrição, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil

**Caetano Sordi**

Departamento de Antropologia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil

**Renata Menasche**

Departamento de Antropologia e Arqueologia, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil

**Janine Collaço**

Faculdade de Ciências Sociais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, Goiás, Brasil

### RESUMO

Como fato social total, a alimentação é um fenômeno complexo que articula diferentes dimensões da experiência humana em múltiplos níveis técnicos, éticos, estéticos, políticos e classificatórios. O dossiê reúne um conjunto de trabalhos sobre a comida e o comer em distintos contextos socioculturais, privilegiando os estudos de caráter etnográfico. Nesta apresentação, reiteramos a importância da alimentação e seus processos de produção, preparação, distribuição e consumo como objetos de investigação antropológica; delineamos pontos de contato entre a antropologia da alimentação e perspectivas teórico-metodológicas emergentes na disciplina; e destacamos as contribuições das autoras e autores do dossiê para a continuidade e a renovação de debates clássicos e contemporâneos na pesquisa sobre alimentação.

**Palavras-chaves:** Antropologia, Alimentação, Comida.

## ABSTRACT

As a total social fact, food is a complex phenomenon that articulates different dimensions of human experience at multiple technical, ethical, aesthetic, political and classificatory levels. The dossier brings together a collection of papers on food and eating in distinct sociocultural contexts, privileging ethnographic studies. In this presentation, we stress the importance of food and its production, preparation, distribution and consumption processes as objects of anthropological investigation; outline points of contact between the anthropology of food and emerging theoretical and methodological perspectives in the discipline; and highlight the authors' contributions to the continuity and renewal of classic and contemporary debates in food research.

**Keywords:** Anthropology, Eating, Food.

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Tratar de comida suscita um cenário denso, complexo e múltiplo. Produzir, preparar, distribuir, consumir e descartar o alimento são operações humanas ubíquas, que se desdobram em dimensões ecológicas, econômicas, sociais, nutricionais e simbólicas (MINTZ, 2001; MONTANARI, 2013). Ao envolver processos classificatórios, técnicos e hierárquicos (SIMMEL, 2004), o cozinhar e o comer são exemplos paradigmáticos daquilo que Marcel Mauss (2017), em seu *Ensaio sobre a dádiva*, classificou como “fatos sociais totais”, ou seja, fenômenos pelos quais se exprimem, de uma só vez, as mais diversas facetas de uma sociedade, facetas religiosas, jurídicas, morais, econômicas, estéticas. Claude Fischler (1995) vai além e sublinha o papel da alimentação como princípio de constituição da pessoa, entendida nessa mesma tradição maussiana como unidade físico-moral. Para ele, cozinhar e comer são modos como o ser humano, animal onívoro por excelência, incorpora real e imaginariamente as propriedades do mundo circundante, num processo que coloca em questão “seu lugar no universo, sua essência e sua natureza, em uma palavra, sua própria identidade” (FISCHLER, 1995, p. 66).

Não por acaso, a comida tem sido um dos principais objetos de interesse da antropologia, mesmo que por vezes tenha sido tematizada de forma lateral ou residual em boa parte dos trabalhos da disciplina. Como bem nota Mintz (2001), as diferenças entre o que se pode e o que não se pode comer, assim como a infinita variedade de preferências alimentares nas

diferentes sociedades, costumam produzir as primeiras e mais imediatas experiências de choque intercultural, mesmo – e talvez sobretudo – entre etnógrafos. Onde quer que haja vida social humana, a relação com o alimento forja caminhos de diferenciação e aproximação entre similares e distintos. Instaura contextos de produção, consumo, circulação e formas diversas de metabolismo entre o natural e o social. Conformam marcadores simbólicos, saberes e sabores compartilhados. Produz identidades, corpos, comunidades. O quê, onde, como e com que frequência comemos e cozinhamos, assim como nossos sentimentos e atitudes em relação à comida e ao comer, são instâncias reveladoras das múltiplas camadas que compõem a trama da existência humana, compreendida como fenômeno inerentemente biossocial (INGOLD e PÁLSSON, 2013). Em outras palavras, aquilo que comemos faz parte de um processo de classificação e valoração, no qual definimos o comestível e suas derivações, bem como construímos modos de operar práticas de comensalidade e sociabilidade imbricadas em vidas e corpos humanos e não humanos.

No campo de domínios entre e para além da natureza e da cultura estão contidos processos de tradução, negociação e transformação complexos e instáveis, ainda que cultural e socialmente situados, pelos quais o alimento se torna comida. As tensões classificatórias que delimitam domínios naturais e culturais reverberam diretamente na maneira como narramos e lidamos com o mundo, nos modos como explicamos a vivacidade de outros seres e suas performances presentes naquilo que cozinhamos e comemos. Dessa maneira, a realização de preparos culinários e a comida em si ocupam um lugar muito particular nas relações entre o ser humano e seu entorno, tanto natural quanto social, biótico e abiótico.

Isso posto, natureza e cultura são transformadas por um conjunto de ações ou modos de fazer, apresentados num conjunto de práticas combinatórias de ações conduzidas na relação entre saberes corporificados, objetos e escolhas técnicas específicas (CRESSWELL, 2010; LEMONNIER, 2006). A relação e a operação com os modos de fazer e do saber fazer, pautados por observação e experimentação, garantiram, ao longo do tempo, a criação e a manutenção de modos de existência voltados para a produção de condições ambientais mais ou menos favoráveis para o florescimento de determinadas formas de vida e a manutenção de tipos específicos de práticas. Com efeito, as técnicas de fazer os outros seres fazerem coisas (FERRET, 2014) relativizam o protagonismo da agência humana na produção alimentar, oferecendo novas perspectivas de compreensão e análise da comida como fenômeno que vai além dos divisores clássicos como natureza e cultura, humano e não-humano, sociedade e ambiente.

Neste dossiê, sob o título “Novos olhares antropológicos sobre comida”, buscamos reunir uma pequena, porém eclética e expressiva, amostra do contemporâneo estado da arte da



pesquisa sobre alimentação em antropologia, privilegiando os estudos de caráter etnográfico. Os seis artigos aqui oferecidos partem de pontos de vista teóricos e universos empíricos bastante distintos. Não obstante, convergem quanto à necessidade de compreender a comida e o comer como processos que articulam diferentes escalas e dimensões da vida sociocultural. As atitudes, representações e práticas alimentares dos sujeitos das pesquisas são os prismas pelos quais as autoras e os autores do presente dossiê analisam questões tão diversas como as relações entre mulheres e crianças em um bairro periférico de Cabo Verde; o tensionamento das fronteiras entre natureza e cultura, ciência e espiritualidade, em práticas holísticas da Nova Era; o vínculo entre comunidades Mazahua do México, sua memória cultural e as paisagens que habitam; as redes sociotécnicas que fazem emergir um mercado de excelência para os queijos artesanais de Minas Gerais; a construção do corpo contemporâneo na cultura *fitness*; e o aprendizado intergeracional e o saber-fazer do trabalho camponês feminino na produção de queijos coloniais no Sul do Brasil.

Completando o conjunto, também temos o prazer de oferecer às leitoras e leitores deste número da *Antropolítica* a tradução para o português do artigo da pesquisadora canadense Sarah Elton, professora da Universidade de Toronto, “O pós-humanismo convidado ao jantar: explorando o potencial de uma perspectiva mais-que-humana em *food studies*” (2019). Publicado na seção Trajetórias e Perspectivas, esse artigo teórico-metodológico acolhe e aprimora as possibilidades de elaboração de pesquisas etnográficas em um quadro de referências bastante contemporâneo, alinhado com a emergência dos estudos multiespécie e outros desenvolvimentos recentes em antropologia.

## **SOBRE O MESMO TEMA, NOVO OLHAR: QUESTÕES AINDA EMERGENTES, NOVAS PERSPECTIVAS SOBRE A COMIDA**

Ao considerar os escopos necessários para que a alimentação humana seja possível, narramos e constituímos simbolicamente os limites daquilo que comemos e dos mundos que habitamos. No entanto, para que exista comida, é preciso que exista o entrelaçamento, a transformação e a coelaboração entre existências humanas e não humanas. Insetos, fungos, bactérias. Bichos e plantas. Como bem pontua Donna Haraway (2021), no atual estágio de captura dos sistemas terrestres pelo capitalismo global (ou simplesmente Antropoceno), tornou-se impossível restringir o escopo analítico da comensalidade – isto é, o conjunto de sujeitos

com os quais “nos sentamos à mesa” para “compartilhar o pão” (“*cum panis*”) – aos restritos limites da humanidade como espécie. Agentes para além do humano operam um papel crucial e difícil de ser negligenciado em todas as etapas do processo alimentar. Essas intrusões se dão em escalas e ordens de grandeza que vão dos grandes sistemas industriais de produção animal (BLANCHETTE, 2020) à invisível microbiota dentro de nós (MCFALL NGAI, 2017). De certa forma, outras cosmologias parecem estar mais bem posicionadas em seus saberes e práticas para lidar com essas simbioses e formas heterodoxas de comunicação e comensalidade entre seres de diferentes naturezas (KAIOWÁ, 2020). A questão que se coloca é como situar os estudos antropológicos sobre alimentação em meio a essas novas urgências e constatações.

Assim, se é certo que a antropologia sociocultural tem exercido um papel fundamental no debate acadêmico sobre alimentação, ao evidenciar as dimensões simbólicas da comida para além dos seus aspectos nutricionais, o diálogo desse campo com perspectivas como a teoria ator-rede (LATOUR, 2009) e a etnografia multiespécie (KIRKSEY e HELMREICH, 2010), bem como as contemporâneas antropologias ecológicas (INGOLD e PÁLSSON, 2013; TSING, 2012), da técnica (CRESWELL, 2010; FERRET, 2014; HUI, 2020; LEMONNIER, 2006; SIMONDON, 2020) e da vida (INGOLD, 2011; PITROU, 2016) pode contribuir para o entendimento do fenômeno alimentar como uma forma de socialidade mais-que-humana. Acima de tudo, entendemos que esse diálogo pode auxiliar a experimentar caminhos etnográficos e formas de interação com o não humano que criticam o dualismo natureza/cultura ao mesmo tempo que não incorrem nos velhos determinismos e reducionismos materialistas.

Alguns dos textos do presente dossiê oferecem exemplos de caminhos possíveis. Aqueles que fizerem a leitura da publicação perceberão que selecionamos dois artigos referentes à produção de queijos artesanais em diferentes contextos rurais do Brasil. Não se trata de uma escolha fortuita, mas uma aposta na ideia de que os processos de fermentação oferecem um campo de estudo promissor, a ser desenvolvido a partir do diálogo entre paradigmas clássicos e contemporâneos da antropologia da alimentação. É importante ressaltar, aliás, que a fermentação é, depois do cozimento, a principal técnica de transformação química de alimentos (MINTZ, 2011). Microrganismos são responsáveis pela realização de múltiplas transformações culinárias, desenvolvendo sabores e texturas variadas e intensas. Quando nosso olhar estiver mais atento para aquilo que comemos, perceberemos que grande parte do que ingerimos passa por algum tipo de processo fermentativo. Pães, vinhos, cervejas. Chocolates e cafés. Queijos. Todos esses e tantos outros alimentos são produzidos em dinâmicas de preparação que enaltecem sabores por meio de processos fermentativos diferenciados entre si e que, por sua vez, estão inegavelmente adaptados às culturas em que estão inseridos.

Nesse campo, é possível visualizar a interação cotidiana e prolongada com vitalidades de outra ordem, como animais, plantas, microrganismos e cogumelos (TSING, 2012). Essas relações, no entanto, nem sempre se desdobram de maneira pacífica, como mostra Paxson (2008), ao tratar de controvérsias envolvendo queijos de leite cru nos Estados Unidos. Coube a essa autora, aliás, delimitar o conceito de microbiopolítica, ao destacar que “as práticas pasteurianas configuram os micróbios como elementos a serem eliminados para que políticas humanas possam ser cultivadas” (PAXSON, 2008, p. 17). Antecipando debates que se tornariam incontornáveis a partir da pandemia de covid-19 e da discussão sobre contextos agroindustriais como ecologias socialmente opacas de contaminação e adoecimento (WALLACE, 2020), Paxson traz à tona um conjunto de paradoxos e injustiças com os produtores artesanais, cujos saberes e práticas são constantemente deslegitimados e até mesmo criminalizados em prol de padrões sanitários alheios aos contextos locais e forjados à imagem e à semelhança da grande indústria predatória. Por outro lado, a sinergia entre microrganismos encontrados em nichos ecológicos muito específicos e saberes técnicos locais também tem configurado mecanismos de reconhecimento e distinção simbólica no campo gastronômico, com evidentes impactos, positivos e negativos, sobre circuitos tradicionais locais.

Degradação, fermentação e conservação ganham um enredo a ser investigado. Revisitando o triângulo culinário de Lévi-Strauss e sua análise das transformações mediadas pelas técnicas culinárias, podemos dizer que a fermentação pertence ao universo da natureza, que, ao seguir seu devir biológico, ruma para a degradação. Nesse registro, o cru é análogo à categoria da natureza, enquanto o cozido é análogo à cultura. Dessa forma, cru, cozido e podre, categorias que constituem o triângulo culinário, conferem ao cozido a transformação cultural do cru, na medida em que o podre, por sua vez, pertence ao domínio da natureza. Nesse cenário, a fermentação ocupa um lugar ambíguo, uma vez que “a podridão também não é admitida, senão em certos moldes espontâneos ou dirigidos” (LÉVI-STRAUSS, 1979, p. 170). Logo, entre os extremos do fresco e do estragado (do cru e do podre), encontramos o não anunciado alimento conservado: o alimento fermentado, profundamente conectado às práticas culturais de “fazer-fazer” (FERRET, 2014), isto é, propiciar as condições para que outros seres produzam coisas.

O espaço não evidente da fermentação na constituição do triângulo culinário de Lévi-Strauss e a teoria do mundo pasteurizado de Paxson (2008) podem ser relacionados à pureza e ao perigo, como tratados por Douglas (1966). Para a autora, a pureza se refere à categoria da ordem, do sagrado e da limpeza, ao passo que o perigo configura uma operação própria da desordem, do profano e da sujeira. De acordo com Douglas (1966, p. 16), “a sujeira envolve reflexão sobre a relação entre ordem e desordem, ser e não ser, forma e não-forma, vida e morte”.

Logo, se para Lévi-Strauss (1979) a fermentação, muito mais próxima da podridão, pertence ao domínio da natureza, a desordem de Douglas (1966), existente nos processos de fermentação por seu caráter impreciso, ainda que gerenciado, pode ser relacionada à perspectiva higienista e pasteurizante enunciada por Paxson (2008), o que vincula essa prática ao âmbito do perigo. O natural, o desordenado e o perigoso categorizam os modos de relação nessa abordagem.

Temáticas anunciadas na reflexão anterior estão contidas neste dossiê, através de seus desdobramentos e implicações, por meio da contribuição de Leonardo Dupin. O autor apresenta, em sua produção, a maneira como redes sociotécnicas formadas por atores e aspectos de diferentes naturezas (produtores rurais, vigilância sanitária, circuitos gastronômicos, bactérias, fungos, condições climáticas, certificações de origem, reconhecimentos patrimoniais, entre outros) têm constituído um mercado de excelência para os queijos artesanais fabricados em Minas Gerais. Ele demonstra como o processo de maturação dos queijos, uma operação complexa que põe em jogo relações e práticas compartilhadas entre diferentes espécies, tem se constituído enquanto elemento central na produção de distinções simbólicas que vêm reconfigurando, tanto por consumidores médios quanto por mercados de elite, o sistema de produção e comercialização desse produto emblemático.

Renata Piecha e Maria Catarina Chitolina Zanini, por sua vez, analisam os processos de aprendizado intergeracional envolvidos na produção de queijos coloniais na região central do Rio Grande do Sul. Inspirando-se no trabalho de Tim Ingold (2011), as autoras compreendem esse aprendizado como algo que vai além da mera transmissão de saberes, destacando a contínua ressonância entre os movimentos das produtoras, suas memórias incorporadas, os fluxos de mercado, as relações vicinais, os ritmos do ambiente e as possibilidades de ação oferecidas pelos instrumentos técnicos. Da mesma maneira, destacam o protagonismo das mulheres camponesas nas redes de reciprocidade locais e o imbricamento da produção queijeira nos territórios e modos de vida tradicionais das comunidades enfocadas, defendendo tratar-se de um patrimônio imaterial carente de reconhecimento e medidas de salvaguarda pela sociedade envolvente.

Já o artigo de David Serrano e Sofia de los Reyes problematiza a distinção entre natureza e cultura ao revelar o ineludível caráter biocultural das relações estabelecidas entre as comunidades Mazahuas do México e seus ambientes tradicionais por meio da produção, do preparo e do consumo alimentar. Com foco na historicidade da paisagem lacustre do Vale do Toluca, os autores examinam como certa “ecoestética comunitária”, baseada na recordação de saberes e sabores inscritos numa memória alimentar compartilhada, se converte em uma forma de resistência a processos de degradação ecológica em curso.

## O CORPO, A PESSOA E A ALIMENTAÇÃO

Um segundo conjunto de textos que compõe este dossiê enfatiza a relação entre consumo alimentar e a constituição de pessoas, ou seja, como determinadas práticas e codificações socioculturais sobre o alimento, suas qualidades (materiais e imateriais), suas formas de preparo, sua partilha e seu consumo implicam a produção de corpos e sujeitos morais de um determinado tipo. Temas clássicos na antropologia da alimentação, como o princípio de incorporação (FISCHLER, 1995), segundo o qual nos tornamos o que somos por aquilo que comemos, ou a comensalidade – comer *como* e *com* alguém – ganham novos sentidos com as contribuições aqui reunidas, que partem de contextos etnográficos e recortes temáticos bastante distintos e originais.

André Justino, no artigo “Alimentação e relações intergeracionais em Cabo Verde: uma análise de práticas alimentares em um bairro periférico”, reflete sobre a constituição de redes de reciprocidade que envolvem mulheres para o cuidado de crianças em um contexto de pobreza e precariedade social. A partir de um enfoque de inspiração maussiana sobre a comensalidade, Justino mostra como a comida e sua partilha exercem um papel fundamental na constituição dessas redes. Ao mesmo tempo, o aprendizado sobre as formas adequadas de consumir e apreciar o alimento torna-se instância privilegiada de inscrição das crianças na cultura cabo-verdiana. Da mesma maneira, ao abrir espaço para as classificações das próprias crianças sobre os alimentos que lhes são oferecidos, o autor desenvolve uma abordagem não trivial nos estudos sobre alimentação, jogando luz sobre um estrato demográfico por vezes negligenciado nas pesquisas etnográficas.

Já o texto de Caroline Brito inova ao destacar a produção da pessoa pela recusa da alimentação convencional e pela adesão a uma prática espiritual denominada “alimentação prânica”, que tem como horizonte o “viver de luz”. Inscrita em uma longa tradição de práticas ascéticas orientais introduzidas e reconfiguradas no Ocidente pelo movimento *New Age*, a alimentação prânica implica uma experiência de conversão que, de acordo com a autora, modifica as concepções de seus adeptos a respeito de suas relações com o corpo e o universo. De forma surpreendente, Brito relata que aquilo que é convencionalmente concebido como necessidade natural – isto é, consumir substâncias alimentares em sua materialidade – é percebido pelos adeptos da alimentação prânica como artificialidade e convenção cultural, noção que desafia concepções modernas sobre natureza e cultura, fisicalidade e espiritualidade, ciência e crença.

Por fim, Neuza Costa e Juliana Abonizio, a partir de uma pesquisa etnográfica conduzida

em academias de musculação e *crossfit* em Cuiabá, analisam a chamada “cultura *fitness*” desde o ponto de vista de suas práticas e prescrições alimentares. Conforme as autoras, a alimentação é percebida pelos praticantes dessas atividades como um dispositivo crucial na produção de um corpo saudável e esteticamente adequado, cujo objetivo é deixá-lo hipertrofiado e com baixo índice de gordura. No artigo, identificam a emergência de um padrão alimentar em que produtos, modos de preparo, rotinas e disposições emocionais são coligidos com discursos leigos e científicos para a produção do corpo desejado. Ao mesmo tempo que a adesão e a eficácia de tais práticas são percebidas como responsabilidade de cada indivíduo, novas socialidades surgem a partir do processo, constituindo um verdadeiro universo moral da alimentação *fitness*.

Para esse conjunto de autores e autoras, atravessamos e revisitamos temas que reverberam na classificação, na ingestão, na incorporação e nas práticas e crenças, alinhando temas como escolhas alimentares e comensalidade, corpo e ciência, permitindo a exploração e encontros de expressões alimentares e de linguagens (WOORTMANN, 2013).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A complexidade de temas acolhidos nesta edição temática aponta caminhos e deixa pistas. Consideramos que a composição diversa de abordagens, campos, cenários e narrativas amplifica e acolhe o potencial com o qual lidamos ao tratar de práticas alimentares. Ainda assim, é preciso ressaltar que perspectivas emergentes apontam novas direções a serem consideradas. De exemplo, talvez caiba incluir o ingrediente mensurável, presente e coconstituído em todo processo alimentar e todo processo social em geral: o tempo. Tempos de cuidado, resguardo, colheita, preparação e consumo. Tempos que pertencem aos domínios da natureza, da cultura e seus interstícios, do campo de interlocução do humano com o alimento (YATES, 2017), espaços temporais de coexistência e de coevolução (HARAWAY, 2021). Também tempos de caça, coleta e de relações imbricadas com e no ambiente, como no caso dos cogumelos selvagens comestíveis (TSING, 2012), que podem ou não conectar outras ontologias e epistemologias. Esses campos tangenciam alguns dos textos contidos neste dossiê e também anunciam a latência de rumos de pesquisas que poderão ser percorridos.

Em outra instância, a manipulação de elementos primordiais como fogo, água, terra e ar, assim como possibilidades de ação abertas pelos objetos e aparatos técnicos do fazer culinário tampouco são itens de segunda categoria. Na mesma medida, insetos, bichos, plantas



e seres microscópicos participam ativamente dos caminhos e descaminhos da comida. A imagem de capa deste número da *Antropolítica*, de autoria de Guilherme Rodrigues, nos auxilia a vislumbrar alguns desses aspectos e sintetiza um pouco do espírito que procuramos conferir à publicação. Ao fixar nosso olhar sobre um único instante da complexa cadeia operatória (CRESWELL, 2010) que permite a transformação do leite cru no queijo serrano característico das regiões dos Campos de Cima da Serra, no Rio Grande do Sul, e da Serra Catarinense, em Santa Catarina, a imagem reúne, de uma só vez, os agentes e elementos, visíveis e invisíveis, que tornam a alimentação possível: as mãos habilidosas do produtor, a matéria em processo de transformação, os objetos e as infraestruturas técnicas empregados, além do saber-fazer tradicional e dos encadeamentos entre humanos e seres microbiológicos que animam todo o processo.

Em suma, compusemos o dossiê com um olhar acolhedor e múltiplo que, ao diversificar temáticas, pretende compor uma pequena parcela das potencialidades nos estudos que tratam da alimentação. Transitando entre temas originais, consideramos que percursos para “novos olhares” começam a ser traçados. Por fim, enlaçados nas intenções da proposta, apontamos provocações e reflexões iniciais para outros campos de construção de saberes e fazeres, anunciando a possibilidade do aprofundamento da investigação da colaboração entre humanos e outros seres, estejam eles em processos desejados e intencionais de transformação ou não. A negociação criativa de seus efeitos e afetos surpreendentes ou inesperados indica possibilidades a serem exploradas, em diálogo com a literatura clássica e contemporânea sobre alimentação e cultura em antropologia.

## REFERÊNCIAS

1. BLANCHETTE, Alex. **Porkopolis**: american animality, standardized life and the factory farm. Durham: Duke University Press, 2020.
2. CRESWELL, Robert. Techniques et culture: les bases d'un programme de travail. **Techniques & Culture**, Paris, v. 20, n. 50, p. 54-55, 2010. Disponível em: <https://journals.openedition.org/tc/4979>. Acesso em: 17 mar. 2023.
3. DOUGLAS, Mary. **Pureza e perigo**. Ensaio sobre as noções de poluição e tabu. Lisboa: Edições 70, 1966.
4. FERRET, Carole. Towards an anthropology of action: from pastoral techniques to modes of action. **Journal of Material Culture**, Londres, v. 19, n. 3, p. 279-302, 2014. Disponível em:

<https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/1359183514540065?journalCode=mcua>.  
Acesso em: 17 mar. 2023.

5. FISCHLER, Claude. **L'homnivore**. Paris: Odile Jacob, 1995.
6. HARAWAY, Donna. **O manifesto das espécies companheiras** – cachorros, pessoas e alteridades significativas. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.
7. HUI, Yuk. **Tecnodiversidade**. São Paulo: Ubu, 2020.
8. INGOLD, Tim. **Being alive: essays on movement, knowledge and description**. Londres: Routledge, 2011.
9. INGOLD, Tim; PÁLSSON, Gísli (org.) **Biosocial becomings: integrating social and biological anthropology**. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.
10. KAIOWÁ, Izaque João. As plantas ouvem a nossa voz: cantos e cuidados rituais kaiowá. *In*: OLIVEIRA, Joana Cabral *et al.* (org.). **Vozes vegetais: diversidade, resistências e histórias da floresta**. São Paulo: Ubu; IRD, 2020. p. 301-312.
11. KIRKSEY, Eben; HELMREICH, Stefan. The emergence of multispecies ethnography. **Cultural Anthropology**, Arlington, v. 25, n. 4, p. 545-576, 2010. Disponível em: [https://anthropology.mit.edu/sites/default/files/documents/helmreich\\_multispecies\\_ethnography.pdf](https://anthropology.mit.edu/sites/default/files/documents/helmreich_multispecies_ethnography.pdf). Acesso em: 17 de mar. 2023.
12. LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica**. São Paulo: Editora 34, 2009.
13. LEMONNIER, Pierre. **Technological choices: transformation in material culture since the Neolithic**. London: Routledge, 2006.
14. LÉVI-STRAUSS, Claude. O triângulo culinário. *In*: SIMONIS, Yvan (org.). **Introdução ao estruturalismo: Claude Lévi-Strauss ou “a paixão do incesto”**. Lisboa: Moraes, 1979. p. 169-176.
15. MAUSS, Marcel. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Ubu, 2017.
16. MCFALL-NGAI, Margaret. Noticing microbial worlds: the postmodern synthesis in biology. *In*: TSING, Anna; SWANSON, Heather; GAN, Elaine; BUBANDT, Niels (org.). **Arts of living on a damaged planet**. Minneapolis, London: University of Minnesota Press, 2017. p. m51-m70.
17. MINTZ, Sydney. Comida e antropologia: uma breve revisão. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 16, n. 47, p. 31-42, 2001.
18. MINTZ, Sydney. The absent third: the place of fermentation in a thinkable world food system. *In*: SABERI, Helen (ed.). **Cured, fermented and smoked foods: proceedings of the Oxford Symposium on Food and Cookery**. Prospect Books: Totnes, 2011.

19. MONTANARI, Massimo. **Comida como cultura**. São Paulo: Ed. Senac SP, 2013.
20. PAXSON, Heather. Post-pasteurian cultures: the microbiopolitics of raw-milk cheese in the United States. **Cultural Anthropology**, Arlington, v. 23, n. 1, p. 15-47, 2008.
21. PITROU, Perig. Ação ritual, mito, figuração: imbricação de processos vitais e técnicos na Mesoamérica e nas terras baixas da América do Sul (Introdução). **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 59, n. 1, p. 6-32, 2016.
22. SIMMEL, Georg. Sociologia da refeição. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 33, p. 159-166, 2004.
23. SIMONDON, Gilbert. **Do modo de existência dos objetos técnicos**. São Paulo: Contraponto, 2020.
24. TSING, Anna. Unruly edges: mushrooms as companion species. **Environmental humanities**, Durham, n. 1, p. 141-154, 2012. Disponível em: <https://read.dukeupress.edu/environmental-humanities/article/1/1/141/8082/Unruly-Edges-Mushrooms-as-Companion-SpeciesFor>. Acesso em: 17 mar. 2023.
25. WALLACE, Rob. **Pandemia e agronegócio: doenças infecciosas, capitalismo e ciência**. São Paulo: Elefante, 2020.
26. WOORTMANN, Elen. A comida como linguagem. **Habitus**, Goiânia, v. 11, n. 1, p. 5-17, jan./jun. 2013. Disponível em: <https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/habitus/article/view/2844>. Acesso em: 17 de mar. 2023
27. YATES, Julian. **Of Sheep, Oranges, and Yeast: A Multispecies Impression**. University of Minnesota Press, 2017.

*Nicole Benemann*

Professora Adjunta da Universidade Federal de Pelotas. Doutora em Antropologia pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pelotas. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7671-4470>. Colaboração: Redação e revisão. E-mail: [nikawb@gmail.com](mailto:nikawb@gmail.com)

*Caetano Sordi*

Professor do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina. Doutor em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2334-8096>. Colaboração: Redação e revisão. E-mail: [caetano.sordi@gmail.com](mailto:caetano.sordi@gmail.com)

*Renata Menasche*

Professora do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pelotas

*Nicole Benemann  
Caetano Sordi  
Renata Menasche  
Janine Collaço*

e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Doutora em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8707-6037>. Colaboração: Redação e revisão. E-mail: [renata.menasche@gmail.com](mailto:renata.menasche@gmail.com)

*Janine Collaço*

Professora na Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás. Doutora em Antropologia Social em Sociologia pela Universidade de São Paulo. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7530-0348>. Colaboração: Redação e revisão. E-mail: [janinecollaco@gmail.com](mailto:janinecollaco@gmail.com)

# “Inconfidência queijeira”: evoluções institucionais e práticas multiespécie na construção de um mercado de excelência para os queijos artesanais de Minas Gerais

“Inconfidência queijeira”: institutional evolutions and multispecies practices in the construction of an excellence market for artisan cheeses from Minas Gerais

**Leonardo Vilaça Dupin**

Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, Brasil

## RESUMO

Este artigo é resultado de um trabalho etnográfico que analisa a construção de um mercado de excelência para os queijos artesanais fabricados em Minas Gerais. Seu objetivo é demonstrar como essa construção, que tem sido chamada de “Revolução Franco-Brasileira” ou “Inconfidência Queijeira”, não é apenas o efeito de iniciativas individuais ou discursos inventivos sobre a imagem do alimento, mas primordialmente uma consequência de evoluções estruturais e institucionais. Com demonstrou o trabalho de campo, que acompanhou a trajetória do queijo minas artesanal, desde a fabricação e o consumo ligado a famílias situadas em regiões produtoras de Minas Gerais até o seu trânsito em mercados de excelência, nessas evoluções estão envolvidos atores de mundos sociotécnicos distintos (sanitários, gastronômicos, comerciais etc.), além de atores não humanos (bactérias, fungos e ácaros, entre outros). O elemento essencial na institucionalização desse mercado é a maturação dos queijos, uma prática multiespécie que tem produzido um poder político eficaz ao transformar um alimento popular, envolto em controvérsias sanitárias, num objeto moral consumido por elites. Trata-se de um meio de construção de distinções que vem redesenhando a cartografia de produção, a comercialização e o consumo de uma parcela do alimento fabricado no estado.

**Palavras-chaves:** Mercados, Multiespécie, Maturação.

---

Recebido em outubro de 2022.  
Avaliador A: 16 de novembro de 2022.  
Avaliador B: 18 de novembro de 2022.  
Aceito em 13 de março de 2023.

---



## **ABSTRACT**

This article is the result of an ethnographic work that analyzes the construction of a market of excellence for artisanal cheeses made in Minas Gerais. The aim is demonstrate how this construction, called “Franco-Brazilian Revolution” or “Cheese Inconfidence”, is not only the effect of individual initiatives and inventive discourses about the image of food, but primarily a consequence of structural and institutional evolutions. With demonstrated fieldwork, which followed the trajectory of artisanal Minas cheese, from manufacture and consumption linked to families located in producing regions of Minas Gerais till its transit in markets of excellence, these evolutions include a series of actors from different socio-technical worlds (sanitary, gastronomic, and commercial professionals etc.), but also non-human actors (bacteria, fungi, and mites, among others). As an essential element in the institutionalization of this market, cheese maturation emerges as a multi-species practice that has produced effective political power by transforming a popular food, shrouded in health controversies, into a moral object consumed by elites. It is a way of building distinctions that have been redesigning the cartography of production, commercialization, and consumption of the food manufactured in the state.

**Keywords:** Markets, Multispecie, Maturation.

## **INTRODUÇÃO**

A construção histórica de uma variedade quase infinita de uso de ingredientes, técnicas de manipulação e processamento torna a alimentação um dos principais marcadores de diferenças culturais e um tema antropológico no qual transitamos do particular ao universal. Lévi-Strauss (2004), como já é bem conhecido na disciplina, analisou como, através da dicotomia entre o “cru e o cozido”, realiza-se a passagem da natureza à cultura, referindo-se direta ou indiretamente à invenção do fogo e, portanto, da cozinha, metáfora da transformação da natureza crua na cultura cozida. Ao considerar a grande relevância do estudo da comida para a compreensão do humano, no entanto, Lévi-Strauss (1979; 2006) caminhou para um terceiro vértice desse campo semântico, bem menos discutido, embora complete o que ele chama de triângulo culinário: o podre. Ele afirma que categorias empíricas, como cru, cozido e podre, podem servir de “ferramentas conceituais para isolar noções abstratas e encadeá-las em proposições”, de modo



a alcançar realidades mais profundas (LÉVI-STRAUSS, 2006, p. 448)<sup>1</sup>.

Embora, na análise estruturalista, a culinária apareça como uma tecnologia da mediação que permite a passagem entre operadores binários, da natureza para a cultura, nota-se, porém, que Lévi-Strauss não dedica a mesma atenção aos usos sociais da fermentação de alimentos. Ao considerar a passagem do cru para o podre como um processo “natural”, sem a interferência da cultura, a fermentação escapa do terceiro vértice culinário<sup>2</sup>. Porém ela é uma das formas mais antigas e importantes de “processamento” utilizadas pela humanidade e também pode ser observada enquanto uma linguagem carregada de signos, capaz de “desvendar estruturas”. Da uva para o vinho, da semente de cevada à cerveja, do arroz ao saquê, da farinha ao pão, do leite ao iogurte ou ao queijo, como trataremos aqui, todas essas transformações envolvem a fermentação. Ainda que tal processo pareça afastado do ambiente doméstico de um morador de um centro urbano – já que a ideia de deixar comida fora da geladeira, para promover seu apodrecimento, passou a provocar certa sensação de perigo/desordem (DOUGLAS, 1976; POLLAN, 2013) –, a história da alimentação na maioria das sociedades contemporâneas está atrelada aos processos de fermentação. Atualmente, estima-se que um terço dos alimentos consumidos pelos seres humanos em todo o mundo são fermentados (KATZ, 2014).

Sendo a fermentação um processo que consiste basicamente em levar alimentos à decomposição, incidindo criativamente na condução desse processo, em uma perspectiva menos antropocêntrica, o que foi entendido por Lévi-Strauss (2006) como “transformação por vias naturais” tem sido também pensado pelas lentes mais contemporâneas da antropologia como uma complexa relação ecológica ou multiespécie<sup>3</sup>. É o que fez Latour (1988), por exemplo, ao

---

1 Para Lévi-Strauss (2006), trata-se de categorias construídas socialmente e definíveis sempre a partir do ponto de vista de uma cultura particular. Ele dá o exemplo de aliados, durante a Segunda Guerra Mundial, que concebiam a categoria “apodrecido” de modo mais amplo que os europeus. O odor exalado pelas queijarias na Normandia, por exemplo, incitou os americanos a destruí-las.

2 Nos textos *O Triângulo Culinário* (LÉVI-STRAUSS, 1979) e *Pequeno tratado de etnologia culinária* (LÉVI-STRAUSS, 2006), o autor se dedica primordialmente às oposições entre o assado e o fervido. Encarando o defumado como uma forma que ilustra a articulação entre a natureza e a cultura na cozinha (que depende dos dois domínios articulados), também situa o frito e o grelhado em pontos intermediários desse triângulo, sem apontar o uso das técnicas de fermentação e seu papel simbólico, no entanto.

3 Vale dizer que isso ocorre na disciplina pelo menos desde a chamada virada ontológica, que aparece na antropologia nas últimas décadas (notadamente a partir das metafísicas indígenas) por meio, por exemplo, da crítica ao paradigma nuclear das ciências, consolidado a partir da filosofia cartesiana, preservado desde sua geração no século XVII, como na referida oposição entre natureza e cultura – mas também em diversas outras dicotomias, como “sujeito *versus* objeto” e “discurso *versus* realidade”. Sua premissa de multiplicidade faz com que a ideia de que há um único mundo, com distintas representações sobre ele, seja substituída pela existência de múltiplos mundos, cindidos por diferenças radicais. Ela ganhou novos campos de estudo na disciplina, sendo problematizada por pesquisadores como Bruno Latour (1988), Tim Ingold (2012), Viveiros de Castro (1996), Dona Haraway (2008) e Anna Tsing (2015), entre outros, que convergem na prática etnográfica como forma de acessar essa diferença radical e ao mesmo tempo desestabilizar categorias, revendo os limites de nosso aparato conceitual ocidentalizado.

analisar a redefinição das relações sociais subsequentes ao acolhimento conferido pela sociedade e pelo Estado às constatações do cientista francês Louis Pasteur, que, no século XIX, indicou que a fermentação é o resultado da atuação de seres vivos microscópicos (e não simplesmente de uma reação química), que passam a ser compreendidos como o principal meio para que a natureza desintegre matéria orgânica. O autor chama atenção para a agência desses seres microscópicos que se interpõem entre os humanos, redefinindo os vínculos sociais a partir daquele período<sup>4</sup>.

Aproximando-se de tal perspectiva, este artigo busca relativizar as fronteiras nas quais os atores humanos são parte de uma diversidade biológica mais ampla, com a qual interagem em muitas ordens de magnitude, imbricando natureza e cultura em um mundo de cotornar-se<sup>5</sup>. O objetivo é explorar esse campo de possibilidades para analisar a construção de um mercado de excelência para os queijos artesanais fabricados em Minas Gerais. Ele é resultado de uma pesquisa etnográfica, realizada entre 2014 e 2019, em Minas Gerais, motivada inicialmente por discussões e embates entre órgãos sanitários reguladores e populações locais em torno da produção e da comercialização de queijos artesanais. No entanto, a pesquisa terminou por constituir-se como uma etnografia realizada em vários “chãos” etnográficos e com múltiplos atores multiespécie em coconstituição.

Adotando como inspiração o trabalho de Paxson (2013), que etnografou o (re)nascimento de um movimento pró-queijos artesanais nos EUA, realizei em termos metodológicos um trabalho que acompanhou a trajetória do queijo minas artesanal, desde a fabricação e o consumo ligado a famílias situadas em regiões produtoras de Minas Gerais até o seu trânsito em mercados de excelência – tomando o termo de Garcia-Parpet (2009) –, que vêm sendo construídos pela entrada de novos atores de diferentes mundos sociotécnicos na cadeia do

---

4 Em *The pasteurization of France*, Latour (1988) pergunta em que condições a agência dos micróbios permite que os cientistas passem da observação em laboratórios para o espaço público. Ele argumenta que somente depois de um processo de convencimento – inclusive sobre a própria existência desses seres – é que a higiene se tornou um “poder” para disciplinar e coagir. E que foram importantes setores profissionais, como os sanitaristas, que acolheram as descobertas dos pasteurianos, pois permitiam direcionar e aumentar a eficácia de sua ação. Nesse processo, a lei científica, a lei jurídica e a moralidade pública se reforçaram mutuamente para combater os micróbios e possibilitar a regeneração social das massas urbanas. Como o autor aponta, o que Pasteur descobriu não foram os micróbios (vistos pela primeira vez dois séculos antes), mas como controlá-los em laboratório e conectá-los ao Estado republicano.

5 Aproximo-me aqui de autoras como Haraway (2008) e Tsing (2015), que se caracterizam por práticas minuciosas de atenção para as formas complexas nas quais todos nós nos tornamos na relação com outros seres, ou seja, uma “ecologia de seres” (KOHN, 2013) continuamente modelados e remodelados, mesmo que nem sempre conscientemente. Ambas apontam a necessidade de considerar um modo interespecífico de ser das espécies, recusando as fronteiras que isolam natureza de cultura. Tsing (2015) fala em “complexas relações de dependência e interdependência” (TSING, 2015, p. 185), e Haraway (2008, p. 6), em “pessoas e coisas mutuamente se constituindo”. Essas e outras abordagens vêm compondo o que tem se consolidado como um campo de estudo de multiespécie.

alimento, essenciais para sua valoração<sup>6</sup>. Ao seguir o alimento, fui percebendo-o como produtor e produto de uma complexa “ecologia de seres” (KOHN, 2013) entrelaçados em extensas redes com múltiplas dimensões a um só tempo e passíveis de serem historicizadas e etnografadas. Assim, acompanhei um conjunto amplo de relações, envolvendo diferentes atores humanos – como famílias produtoras, comerciantes, jornalistas especializados, cientistas e profissionais ligados à gastronomia – e não humanos – como capim, gado, fungos, ácaros, bactérias e seres espirituais - que o queijo minas artesanal constrói em seus fluxos e, simultaneamente, dos quais resulta.

Como elemento central do trabalho, o alimento mostrou-se versátil e em constante performance, ao se modificar em aspectos visuais, gustativos e olfativos, e também simbólicos, que envolvem conhecimentos locais e incorporados, além da ação de microsseres, sendo em certos contextos, por isso, chamado de “alimento vivo”. Trato aqui de analisar a inserção desses microatores no processo de construção e institucionalização de um mercado alimentar de excelência e suas consequências para aqueles que estão dentro dessa institucionalidade, mas também para os que estão fora. A exemplo dos trabalhos realizados por Garcia-Parpet (2009, 2016)<sup>7</sup> e Laferté (2008)<sup>8</sup> – a respeito do mercado de vinhos franceses – e Rogers (2013)<sup>9</sup> – sobre a edificação de um sistema articulado de significados, valores e crenças para a construção de

---

6 Na pesquisa de campo, fiz viagens a três das chamadas regiões produtoras de Minas Gerais (Canastra, Serro e Alto do Paranaíba), que duraram períodos variados. Foram nove viagens somente em 2016. Destaco especialmente o trabalho de campo nos municípios São Roque e Medeiros, na Canastra, onde acompanhei o trabalho de produtores e comerciantes. Realizei também minha pesquisa de campo acompanhando reuniões e encontros que versavam sobre regulamentação sanitária, festivais gastronômicos e concursos de queijos, entre outros espaços. E ainda participei de listas de e-mail, grupos de WhatsApp e dezenas de comunidades virtuais, interagindo com muitos desses atores. Minha primeira opção nessa pesquisa foi não revelar os nomes dos atores pesquisados. Exceção foi feita àqueles que autorizaram a citação de seus nomes ou cujos nomes já foram citados em jornais, sendo, portanto, evidente sua exposição.

7 Em seu livro *Le marché de l'excellence*, Garcia-Parpet (2009) analisou as transformações na institucionalização de um mercado do vinho francês através das denominações de origem (DOs) e dos chamados “vinhos tecnológicos”. A autora mostra como as batalhas de classificação estão no centro das mudanças recentes no mercado mundial desse produto e como os “recursos” mobilizados nessa competição vão muito além do investimento dos empresários individuais e da intervenção do Estado.

8 O autor analisa a transformação do mercado de vinhos franceses na Borgonha, no período entre guerras, em um processo de reinvenção da imagem do alimento – gastronômica, artesanal e “autêntica” – mobilizada por uma série de atores sociais da região. Laferté (2008, p. 408) privilegiou o que denomina de construtivismo institucional e estrutural, optando por analisar os discursos, porém sem abandonar as instituições, evitando o risco de uma visão excessivamente plastificada da interiorização das normas sociais. Através dessas instituições, ele chama atenção para uma “encenação turística do território” que vai modelar a imagem dos vinhos, tirando-os do universo de referência da economia industrializada para a qualidade de produto “autêntico”, referenciado como patrimônio.

9 A autora analisa a atuação de dois sindicatos na formação e na consolidação de denominações de origem controlada (DOCs) de queijos na França, para fazer com que os diferentes atores envolvidos na cadeia produtiva adotem os princípios dessa certificação. A preocupação da autora é entender como se dão a adesão e a lealdade dentro dessa mentalidade, que ela chama de “*idéologie du terroir*”.

mercados –, procuro demonstrar que o processo de valorização por que passa uma parcela dos queijos artesanais do estado não é unicamente um efeito de iniciativas individuais e discursos inventivos – de “produtores inovadores”, “comerciantes especializados” ou “eruditos do campo da gastronomia” – sobre a imagem do alimento, sendo, primordialmente, consequência de uma infinidade de evoluções estruturais e institucionais. Diferentemente desses autores, porém, opto por considerar também contribuições não humanas que se interpõem e nos levam a uma melhor compreensão não apenas desse mercado em construção, mas, em última instância, do *anthropos*, o humano “em si” (PAXSON, 2013).

No centro desse processo multiespécie, que perpassa práticas como “vedar os pastos” e “fazer o gado” (DUPIN, 2019b), está “o trabalho” de fungos, ácaros e bactérias, que focarei neste artigo. Um ciclo de sucessão ecológica que gera a maturação dos queijos, no qual esses microsseres competem por espaço, criando condições para a colonização da espécie seguinte, e fazem com que o alimento modifique sua coloração, seu sabor, seu aroma e sua textura. Essa performance, cada vez mais controlada pelo uso de tecnologias externas às propriedades rurais, tem sido também marcada por transformações simbólicas que evidenciam as oposições que o alimento pode assumir ao longo da sua “vida” e que nos permitirão, como afirma Lévi-Strauss (2006), entender estruturas classificatórias que operam através da linguagem culinária. Aqui, como veremos adiante, a oposição entre queijos frescos e maturados se desdobra em outras modalidades dualísticas, como perigo e pureza, popular e elitizado, informal e formal, anônimo e notório. Tudo isso implicando transformações na identidade e nos fluxos do alimento, mas também de vários agentes (produtores, comerciantes, cientistas, microrganismos etc.).

Se com o crescente processo de ilegalização em curso em vários países do mundo, chamado por Paxson (2013) de “guerra aos queijos artesanais”<sup>10</sup>, a grande maioria dos queijos de leite cru fabricados em Minas Gerais atualmente circula cerceado por processos repressivos – sendo comercializados em mercados periféricos como um alimento muito popular, mas envolvido em controvérsias sanitárias –, a articulação de mundos sociotécnicos distintos tem levado à sociogênese de um mercado de excelência, no qual uma pequena parcela desses queijos adquire outra condição valorativa, direcionada a um novo público consumidor como um “objeto moral” digno de consumo, por caracterizar certo pertencimento a um estilo de vida próprio das elites.

---

10 A expressão “guerra aos queijos artesanais” é utilizada por Paxson (2013) para apontar um fenômeno repressivo que acontece em vários países, motivado principalmente pela matéria-prima utilizada nesses queijos, o “leite cru”, quer dizer, não submetido a tratamentos térmicos – como a pasteurização –, fortemente recomendados por códigos sanitários mundiais e alvo de fortes controvérsias internacionais.

Para explicar essas transformações, procuro demonstrar como a articulação desses mundos sociotécnicos e sua relação com atores não humanos têm construído uma nova imagem desses queijos. Esse movimento, que nos últimos anos ganhou destaque na mídia estadual e nacional, tem sido chamado de “Revolução Franco-Brasileira Queijeira” ou “Inconfidência Queijeira”<sup>11</sup>.

Vem aí a Inconfidência Queijeira que – como não podia deixar de ser – começou por Minas Gerais. Os mineiros se insurgiram contra a Portaria do Ministério da Agricultura, de 1996, que proibia a elaboração de queijo artesanal de leite cru. E foram lutando e aos poucos agregando forças de outros estados, e hoje a legislação finalmente mudou em favor da elaboração do queijo artesanal de leite cru. É uma revolução. O queijo artesanal deixou de ser “clandestino” e pode se tornar um dos melhores queijos do mundo. (Jornal de Beltrão, 2016).

A denominação citada acima remete à Inconfidência Mineira, histórico movimento independentista que, inspirado pela Revolução Francesa, marcou a história do estado. Nela envolveram-se atores dos mais variados ofícios (magnatas da região, comerciantes, fazendeiros, médicos etc.) da elite do estado. Como veremos adiante, a Inconfidência Queijeira tem produzido um mercado de elite inspirado no modelo francês de queijos artesanais e envolve um conjunto de diferentes racionalidades, cuja mobilização unificada em torno do alimento tem redesenhado a cartografia de produção e comercialização, além dos modos de consumo do alimento no estado.

## **A GÊNESE DE UM MERCADO DE EXCELÊNCIA**

Minas Gerais cultivava a tradição queijeira há quase 200 anos, mas até quatro anos atrás, com uma ou outra exceção, os queijos mineiros artesanais feitos com leite cru eram basicamente frescos, ou de meia cura, vendidos a preços camaradas. Apesar de pequenas particularidades nas sete regiões produtoras, os queijos eram todos parecidos, não havia preocupação com a identidade local. [...] A situação começou a mudar na Serra da Canastra quando os produtores foram estimulados a amadurecer seus queijos para conferir maior complexidade e valorizar o produto. (Caderno Paladar, 2017).

A maturação ou cura de queijos não é exatamente uma prática nova em Minas Gerais.

---

<sup>11</sup> Os nomes que ganharam notoriedade em matérias de jornais fazem referência a grupos de WhatsApp, criados a partir 2015, onde produtores, comerciantes, *chefs* de cozinha, cientistas e outros atores da cadeia se articulam para discutir a produção e a comercialização do alimento.

Porém, ela deixou de ser amplamente realizada nas regiões produtoras do estado a partir da década de 1980 por uma série de fatores, como o aumento do volume de produção – decorrente da incorporação de técnicas de recomposição do pasto e de complementos alimentares oferecidos ao rebanho, como silagem e rações –, da velocidade de comercialização – em decorrência da melhoria das estradas e dos veículos – e da incorporação do uso da refrigeração – que retarda o processo de maturação –, que levaram os produtores a vender seus queijos cada vez mais frescos.

Muitos produtores do estado se lembram dessa mudança, que fez com que o queijo passasse a ter saída semanal das fazendas de diferentes regiões produtoras para grandes centros urbanos, o que tirou o produto maturado das prateleiras dos mercados populares, tomados pelos chamados queijos brancos ou frescos, fazendo com que as novas gerações de produtores rurais e comerciantes tivessem pouca familiaridade com os queijos maturados. Os queijos maturados, por sua vez, gradativamente se tornaram um “subproduto” a ser reaproveitado pela indústria de alimentos, como as fábricas de pão-de-queijo<sup>12</sup>. São comuns os relatos de produtores que apontam tal transformação:

Meu vô fazia queijo lá, meu pai que me conta, porque eu não lembro. Tinha um quartinho telado e fazia os queijos, curava e também ia no burro pra levar pra vender. Só que quando eu fui fazer já não tinha mais comércio para queijo curado. Então eu fazia era frescal, tudo de leite cru, artesanal, mas era frescal. Não tem freguês para queijo curado, não é fácil. Hoje você ainda acha alguns, mas há trinta anos atrás [*sic*] não tinha. Já há 50 anos tinha. (LUCIANO CARVALHO, produtor rural de Medeiros, 2016).

Nos últimos anos, no entanto, a maturação tem sido uma prática retomada no estado, ainda que bastante restrita a seletos grupos de produtores e comerciantes patronais (que não trabalham diretamente na produção dos queijos, feitos com mão de obra assalariada) e/ou de origem urbana (ou com formação universitária e fontes de renda não rurais), além de possuidores de recursos financeiros para realizar as adequações sanitárias exigidas, tornando-os, assim, regularizados perante o poder público. Nas mãos desses atores, a prática ganhou espaços próprios de realização e cursos ofertados sobre o tema, bem como tem ocupado nichos de comercialização, recebendo atenção da grande mídia, do poder público e da *web*. Ela também tem sido um dos pontos mais frequentes nas discussões sobre a legalização e a valorização da comercialização de queijos artesanais no estado.

---

12 Sobre o tema, ver Dupin (2019a). Na tese, descrevo os diferentes destinos dados aos queijos pelos grandes comerciantes do queijo minas artesanal em Minas Gerais, chamados no próprio estado de “queijeiros”.



Ainda que tenha se intensificado na última década, a retomada da prática remete ao final da década de 1990 e se relaciona diretamente à gênese de um mercado de excelência formado no estado pelo que Cintrão (2016) chama de “novos queijos tecnológicos”<sup>13</sup>. Como aponta a autora, a década em questão é marcada por forte liberalização econômica e uma sucessão de crises sanitárias alimentares de repercussão internacional (“vaca louca”, “gripe suína”, entre outras), que aumentaram o medo dos microrganismos e a importância da segurança sanitária dos alimentos. Como consequência, ocorreu nesse período a implementação mundial, em vários países, de um conjunto de normas técnicas, procedimentos e práticas que estabelecem padrões de qualidade sanitária e segurança para os alimentos comercializados internacionalmente, chamado de *Codex alimentarius* (ORTEGA e BORGES, 2012).

Nesse período, no qual o Codex se tornou referência para a arbitragem de controvérsias sanitárias no comércio mundial de alimento e os Estados Nacionais foram incitados a “harmonizar” suas legislações, internalizando seus sistemas e ferramentas de controle, em Minas Gerais multiplicaram-se trabalhos científicos que coletam amostras de queijos em feiras e mercados, verificando em laboratório a presença de grupos de microrganismos acima dos níveis legais estabelecidos por códigos internacionais, o que classifica os produtos como “impróprios ao consumo humano” (CINTRÃO, 2016). Como demonstram Cintrão e Dupin (2020), tais análises performaram uma realidade de “falta de segurança alimentar” e de condenação da quase totalidade dos queijos artesanais comercializados, o que justifica as ações fiscalizatórias cada vez mais agressivas, ainda que nesse contexto se revele uma forte incongruência entre a realidade performada pelo laboratório e as avaliações dos consumidores, que predominantemente consideram os alimentos saborosos e inócuos. Multas e apreensões pelo não cumprimento da legislação criam um espaço discursivo que suscita suspeitas que os veem como alimentos contaminados e reforçam o prognóstico de que os queijos artesanais feitos nas roças estariam fadados a desaparecer, suplantados pela superioridade da indústria de laticínios.

Vale dizer que, ao contrário do que ocorreu com outros produtos lácteos – como o iogurte, a manteiga e mesmo a venda direta do leite fluido – na segunda metade do século XX, a emergência de tipos de queijos industrializados e a instalação de grandes e médios laticínios, que coletam leite em diferentes estabelecimentos rurais, não deslocou, em Minas Gerais, a fabricação de queijos do âmbito da produção familiar para a indústria, permanecendo, até os

---

13 Estudando controvérsias sanitárias e o processo de valorização de uma parcela de queijos artesanais no estado, Cintrão (2016) faz uma analogia com os “vinhos tecnológicos” estudados por Garcia-Parpet (2009).

dias atuais, um setor pouco concentrado, com a existência de milhares de queijarias de pequeno porte, ainda que operando na informalidade (DUPIN, 2019a)<sup>14</sup>. É como me disse uma liderança da região da Canastra durante o trabalho de campo: “o queijo é um dos poucos segmentos hoje em dia em que o produtor consegue dominar todo o processo, inclusive a alimentação das vacas” (LUCIANO CARVALHO, produtor rural de Medeiros, 2016).

Fabricado com apenas três ingredientes (leite, coalho e sal), e com a maior parte dos materiais para construção dos utensílios e das instalações sendo encontrada (ou reproduzida) nas próprias fazendas, a produção do queijo minas artesanal possui, historicamente, poucas barreiras à entrada de novos produtores. Ela é uma forma de permitir a preservação do excedente do leite sem resfriamento (via fermentação), visto que até poucas décadas atrás não havia eletricidade nas fazendas<sup>15</sup>. Essa produção pode ser apenas sazonal, com os queijos sendo fabricados apenas quando o preço do litro de leite pago pelos laticínios está baixo (geralmente nos meses chuvosos), voltando à venda direta do leite quando o valor do insumo melhora (nos meses de seca). O conjunto de tecnologias sociais de fabricação e distribuição desenvolvido nas regiões produtoras, associado à possibilidade de retorno monetário rápido e constante, uma vez que existem canais de comercialização e uma grande demanda pelo alimento nos centros urbanos, faz com que a produção de queijos artesanais esteja pulverizada por todo o estado.

A predominância da informalidade e da sazonalidade da atividade, no entanto, fazem com que seja difícil quantificá-la. Nos debates públicos em torno do tema, os dados mais citados são os da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater-MG), produzidos no início da década de 2000. Um levantamento realizado pela entidade afirma que, à época, cerca de 27 mil famílias estavam envolvidas na produção de queijos artesanais em Minas Gerais<sup>16</sup>, presente em 519 dos 853 municípios mineiros, o que explica por que o alimento se tornou um símbolo do estado.

Em reação à intensificação do processo repressivo dessa atividade tão popular, sua importância cultural foi evocada para defendê-la, alcançando o reconhecimento legal de seu valor e apreciação, com o registro do “modo de fazer os queijos minas artesanais” como bem cultural

---

14 Situação semelhante é descrita por Escoto e Gante (2012) no caso do México, onde grandes agroindústrias de laticínios dominam o setor de leite fluido (Nestlé) e de produtos como iogurte (Danone) e outros alimentos lácteos, mas por uma série de fatores, que também se relacionam com a pequena escala e a desconcentração dos mercados, não entraram no setor de queijos artesanais. Ver também Cintrão (2016).

15 Vale dizer que, nas regiões produtoras, o uso da eletricidade ainda hoje não é generalizado na fabricação dos queijos artesanais, mesmo tendo sido incorporado, a partir da década de 1970, em etapas como a ordenha e o resfriamento do leite fluido ou mesmo dos queijos.

16 No período de realização da pesquisa, menos de 300 propriedades mineiras produtoras de queijo se adequavam às normativas exigidas pelo poder público estadual (DUPIN, 2019a).

imaterial salvaguardado, em nível federal e estadual, em algumas regiões com concentração dessa produção<sup>17</sup>. Ainda houve a implementação de certificações, como as indicações geográficas (IGs), que funcionam como selos de qualidade para produtos comerciais que, identificados com certos territórios e com determinadas formas de produção, reconhecidas por sua notoriedade. Inspiradas no modelo francês de “denominações de origem”, essas certificações identificam os produtos como detentores de uma parte da história e da identidade de um grupo social, por isso atribui a eles reputação e autenticidade, ao distingui-los de bens similares disponíveis no mercado, propiciando “uma mudança de *status*, passando de um produto *commodity* a um produto simbólico” (GARCIA-PARPET, 2016)<sup>18</sup>. Tal modelo justifica a proteção da origem como estratégia de valorização de produtos, associando características do lugar – geografia, clima, flora bacteriana, umidade etc. – a fatores sociais.

Foi nesse período, como analisa Cintrão (2016), que projetos de “cooperação técnica França-Minas Gerais” começaram a ser assumidos dentro de Minas Gerais, com o objetivo de “melhoria da qualidade” de produtos agropecuários. A autora destaca que, a partir de 1995, uma ONG francesa denominada FERTILE passa a financiar atividades de formação e organização de produtores de queijos artesanais, sendo criada a ONG brasileira Agriferti, que, através da criação de estruturas jurídicas (associações), de trabalhos de assistência técnica e de intercâmbios internacionais (envolvendo técnicos locais, representantes dos produtores e gestores públicos), teria influência no perfil dos produtores identificados e mobilizados, sendo ainda responsável pela realização – junto com tais atores – da delimitação das áreas abrangidas pelas IGs a serem implementadas e a definição dos procedimentos de produção (CINTRÃO, 2016, p. 130)<sup>19</sup>. Ao acenar para a possibilidade de produção de um queijo legalizado, “de qualidade diferenciada”, com um selo específico, com promessas e perspectivas de venda a melhores preços para

---

17 Em agosto de 2002, o modo de fazer o queijo artesanal da região do Serro foi o primeiro bem registrado como patrimônio cultural imaterial em Minas Gerais. Em maio de 2008, foi a vez do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) fazer o registro no Livro dos Saberes do modo de produção nas regiões do Serro e das serras da Canastra e do Salitre/Alto Paranaíba.

18 Sobre o tema, ver Garcia-Parpet (2016). Segundo a autora, a França foi pioneira na proteção de seus produtos por via dessas certificações, que se voltou primeiramente aos vinhos e destilados, no início do século XX, seguidos dos queijos e de outros alimentos. Segundo a autora, esta valorização institucional, se diversificou, se internacionalizou e foi privatizada, mas propiciou uma mudança de *status* para os produtos locais. Ela ainda acrescenta que os produtos locais adquirem valor porque contam uma história, são associados a um local, a um momento específico e a uma identidade.

19 Cintrão (2016) aponta que duas regiões (Serro e Canastra) foram escolhidas pela entidade por reunirem um conjunto de características geográficas e sociais, entre elas a potencialidade de maturação do alimento, com a criação de estruturas jurídicas específicas – a Associação dos Produtores Artesanais do Queijo do Serro (Apaqs) e a Associação de Produtores de Queijo Canastra (Aprocan) – que assumiriam legalmente o controle dessa patente do alimento nas suas regiões.

mercados de nicho, nessa atuação – que envolveu atores internacionais e produtores rurais com poder aquisitivo para realizar as adequações solicitadas – localiza-se, possivelmente, a gênese de um mercado de excelência, que marca a retomada do processo de maturação de queijos no estado, ainda que com novos métodos e sentidos envolvidos na prática<sup>20</sup>.

A ampliação desse mercado se acirraria no estado pouco mais de uma década depois, com a conclusão dos primeiros registros das IGS<sup>21</sup>, que permitiram o controle do uso das marcas pelas associações constituídas com apoio da FERTILE. Nesse período, uma série de entidades patronais – o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), a Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (Faemg), o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar) e a Associação Brasileira dos Criadores de Zebu (ABCZ), entre outras – adentra o universo dos queijos artesanais em parceria com essas associações, organizando concursos (nacionais e internacionais) e festivais, bem como ofertando cursos de maturação, geralmente lecionados por profissionais franceses, que passam a acontecer dentro e fora do estado. Com o alimento ganhando grande projeção, se inserem também nessa cadeia profissionais ligados à gastronomia, além de pesquisadores e outros atores, que, como veremos adiante, conjuntamente ressignificam a realidade desses queijos, agora maturados sob novas condições.

## DA RECIPROCIDADE ÀS FORMAS DE CONTROLE

Maturar queijos nas regiões produtoras de Minas Gerais significa basicamente deixá-los passar em descanso por um processo temporal de envelhecimento/amadurecimento, sob certos cuidados. Tal procedimento é recorrentemente chamado nesses locais de “cura”.

A origem do termo “cura” no latim (“*curāre*”/“*curo*”)<sup>22</sup> vai exatamente nesse sentido, apontando o ato de “cuidar”, “vigiar”, “zelar”, “ocupar-se de”, “tratar”, considerando que tais

---

20 Tal processo se aproxima do que Rogers (2013) chama de adoção da “mentalidade” ou “ideologia” do *terroir* e envolve um trabalho de escolha e cooptação de lideranças. Segundo a autora, este investimento em mobilização, que leva produtores a perceber as propostas dessas especificações que chegam à localidade como oportunidades e não como ameaças, reduz a resistência dos grupos, fazendo-os aceitar as modificações que devem ser feitas para que os produtos locais possam melhor “exprimer le terroir”.

21 Em 2009 seria dada entrada formal nos processos para o reconhecimento dos queijos do Serro e Canastra como Indicações Geográficas, concluídos respectivamente em 2011 e 2012.

22 Disponível em: <https://pt.glosbe.com/pt/la/cura>

cuidados perpassam todo o processo produtivo, que culmina na cura ou maturação. Como me disseram os produtores: “curar é tirar tempo para zelar” (produtor rural de São Roque, 2016) ou “[o queijo] é igual um filho, você tem que estar sempre cuidando. [...]. Se você não tiver esse cuidado, não adianta, porque ele não vai virar um queijo de qualidade” (produtor rural de Medeiros, 2016).

Nas regiões produtoras de Minas, os usos do termo extrapolam a esfera alimentar. As madeiras, por exemplo, antes de serem utilizadas pela primeira vez na produção, devem ser curadas – através do uso do sal ou de plantas –, deixadas em descanso por determinado período. Ali, as práticas de cura, se tomadas em seu aspecto mais amplo, abarcam uma série de práticas de benzeção, que envolvem objetos, pastagem, gado e, queijarias com os quais tais produtores articulam relações no dia a dia, construindo afetos.

Nesses locais, essas práticas parecem se vincular a um catolicismo popular, transplantado durante o período colonial pelos países ibéricos, mas redimensionado por um modelo de percepção recriado historicamente dentro das diversas regiões produtoras no estado<sup>23</sup>. Ali, elas perpassam diferentes esferas da vida cotidiana, num universo marcado por sensibilidade, criatividade e versatilidade, compondo um modelo de percepção maior, que dá inteligibilidade ao mundo e que se insere dentro do estabelecimento de reciprocidades. São reciprocidades típicas do campesinato, como já assinalaram diversos autores, que exigem a manutenção de uma ética de equilíbrio com a natureza, realizada dentro de uma perspectiva “etnoecológica” (WOORTMANN, 2009, p. 122), e ajudam a comunidade a viver e realizar-se como comunidade (BRANDÃO, 1984, p. 59).

No que se refere aos queijos, na condição atual da maioria das famílias produtoras dessas regiões – trabalhando na informalidade e pouco inseridas em tecnologias externas à propriedade –, a cura pode ser pensada – me permitindo fazer um paralelo com a análise de Lévi-Strauss (1976) em *O pensamento selvagem* – como consequência de um confronto entre a estrutura e o acidente (conhecimentos construídos e efeitos naturais “dados”), sendo muito mais efeito de uma “ciência do concreto” do que de uma ciência de laboratórios, onde sobressai a ideia de controle. Sua realização depende de saberes locais, mas também de fatores como o clima, a sazonalidade, o local da propriedade e das relações interespecíficas, que modificam as características do alimento. Alteram a cor, a textura, o aroma e o sabor, e o resultado nunca é

---

23 Vale lembrar que a ideia de cura para a Igreja Católica designa o pároco responsável por administrar uma paróquia e cuidar dos males espirituais, estando a palavra vinculada a preceitos terapêuticos e religiosos. Na Idade Média, as ordens religiosas tornaram-se áreas de fabricação e maturação de queijos, e a utilização do termo “cura” para os queijos se faz presente em países católicos ibéricos, como Portugal e Espanha.

padronizado.

Nos últimos anos, no entanto, dentro das evoluções estruturais e institucionais descritas, seletos grupos de produtores e comerciantes vêm buscando modificar isso. Com eles, têm sobressaído, no processo de produção e maturação, a incorporação de tecnologias e estruturas físicas de origem externa à propriedade, como a construção das chamadas salas de maturação ou caves, que dão novos aspectos e sentidos ao alimento. Cuidados tradicionais que perpassam as práticas de cura, como as grosas e lavagens – em água, salmoura, soro –, têm dado lugar a processos de controle de umidade, luz, temperatura e ventilação, que têm resultado em queijos de cascas rugosas, cobertos com fungos, até então incomuns no estado (e, no passado, nas regiões produtoras, frequentemente considerados queijos de péssimo estado sanitário).

Como condutores dessas mudanças, esses produtores, mas também outros atores sociais externos às propriedades, têm emergido, assumindo a posição de detentores de um capital cultural e econômico necessário para conduzir esse processo. Na França, o país cujos queijos são referência na construção do mercado de excelência (e que tem atuado institucionalmente em Minas, como demonstrei anteriormente), o responsável por esse processo é chamado de *affineur*. Ali, a maturação de queijos é uma atividade comercial realizada por especialistas que cada vez mais envolve tecnologias “avançadas” e práticas empresariais, ainda que cada profissional possua, com suas formações variadas, maneiras próprias de realizá-la, de acordo com seu conhecimento, mas também com as capacidades “físicas” de suas instalações e seus equipamentos.<sup>24</sup>

Em um trabalho que analisa visões contemporâneas dos profissionais de *affinage* de queijos na França, Takahashi (2015) aponta que a atividade nasceu no final do século XIX, em decorrência da Revolução Industrial, que provocou mudanças relacionadas à modernização de equipamentos, vinculada à comercialização de queijos em grande volume no país. Segundo a autora, porém, se até os anos 1960 eram os próprios produtores rurais que executavam a função, com o crescente aumento da produtividade do período, os queijos passaram a ser comercializados ainda frescos poucos dias depois da fabricação, para atacadistas e varejistas. O processo parece se assemelhar ao que aconteceu em Minas Gerais uma década depois, como descrevi anteriormente.

Nesse contexto, a atividade do *affineur* se expandiu rapidamente no país, e esse tipo de profissional se consolidou, a partir desse período, como um “*metier d’expertes*” (ofício

---

24 Vale dizer que atualmente há na França uma discussão em volta da boa *affinage*: ela provém de condições ambientais e humanas (*terroir*) ou pode ser recriada a partir do zero pela inserção de tecnologias (TAKAHASHI, 2015)?



especializado). Tornaram-se atores privilegiados na distribuição de queijos em larga escala, para a qual desenvolveram requisitos como a padronização e a “produção” de sabores. A autora aponta que essa última questão não estava presente no trabalho desses profissionais até essa época. Segundo ela, foi só depois dos anos 1960 que a qualidade organoléptica passou a ter grande visibilidade, incorporando-se no trabalho do *affineur*, agora realizado fora da propriedade. Com a profissão consolidada, o *affineur* passou a reivindicar para si um saber “artesanal” por influenciar nas características finais dos queijos que comercializam.

A autora ainda aponta um segundo momento importante para a solidificação da atividade. Segundo ela, até 2004, não havia no país uma formação específica para *affineurs*. Foi após esse período, de acordo com autora, que foram abertas na França muitas escolas voltadas para a formação, como consequência do fato de o ofício ter-se tornado altamente técnico, de modo a recriar certas atmosferas e atender os *cahiers des charges*, cadernos de normas das denominações de origem (TAKAHASHI, 2015). Atualmente, a atividade desses profissionais se relaciona a um processo em curso de mundialização do comércio de queijos artesanais, mas também a um refinamento das qualidades organolépticas, que busca o equilíbrio entre a performance econômica e a qualidade gastronômica.

O crescimento de escalas, somado às restrições sanitárias que regem a comercialização do alimento em diferentes países, inseriram também outro fator, cada vez mais ligado à atividade, que a aproxima da indústria: o controle de qualidade sanitária, indício da crescente busca por conduzir cientificamente a *affinage*. Assim, sobressaem, cada vez mais, a necessidade de identificar cada ser microscópico envolvido, a explicação do processo pelas nomenclaturas da química e da microbiologia (proteólises, acidificações, fermentações, enzimas etc.) e o uso de equipamentos de última geração (robôs, câmaras frias controladas por computadores etc.) e instalações (tijolos que permitem o isolamento e a absorção ou restauração de umidade, aço inoxidável, látex etc.). Como aponta Takahashi (2015, p. 49), essas inserções tecnológicas permitem ainda que tais profissionais acelerem ou, inversamente, prolonguem esse processo, atuando sobre as sazonalidades para padronizar os queijos, o que gera condições de uma melhor gestão de seus estoques, permitindo que reajam rapidamente a uma demanda em um período de pico.

Em países como a França, mas também os EUA, a microflora nesse processo é hoje cuidadosamente selecionada e fortalecida com coleções de bactérias, como as cultivadas por entes públicos, caso do Institut National de la Recherche Agronomique (Inra), ou por grandes indústrias agroalimentícias privadas. Em Minas Gerais, tal iniciativa de controle microbiológico tem sido impulsionada como parte fundamental do mercado de excelência de queijos artesanais.

Financiadas pelo poder público<sup>25</sup> ou por entidades patronais da agricultura, começaram a ser realizadas nos últimos anos a “busca”, o “isolamento” e a “identificação” de bactérias, leveduras e ácaros nos queijos artesanais mineiros. O objetivo é, nos termos adotados, “estabelecer uma ‘impressão digital’ daquele alimento” através de um grande banco de dados pelo qual pode-se invocar uma “autenticidade” ou “identidade regional”, que será a base da legitimação das certificações de origem do alimento.

Pesquisadores da FAEMG e UFMG estão percorrendo as sete regiões produtoras do estado em busca dos fungos que fazem do produto um sucesso mundial. [...] O objetivo da expedição é recolher amostras e catalogar os fungos responsáveis pelos sabores do legítimo queijo minas artesanal, identificando as espécies e suas propriedades sensoriais, e organizá-las em um grande banco de fungos tropicais. (SISTEMA FAEMG, 2018).

Pesquisadores identificaram uma espécie de ácaro queijeiro, na cidade histórica do Serro MG, Jequitinhonha. Esse ácaro teve sua primeira identificação a nível [*sic*] mundial nessa região e é o que dá a textura e o sabor diferenciado ao Queijo do Serro maturado [...]. O estudo realizado sumarizou a produção e tecnologia aplicada pelos fabricantes de queijos brasileiros que realizavam a maturação do queijo com ácaros e identificou as espécies de ácaros presentes nesses queijos através de análises taxonômicas e moleculares. (SILVA, 2018).

Como se vê, os processos de valorização e legitimação dos queijos artesanais que constroem o mercado de excelência são amplamente baseados em relações multiespécie. Em Minas, a figura do *affineur* tem emergido como um profissional capaz de selecionar e domesticar os seres mais atraentes, produtores de texturas, sabores e odores em um processo de apodrecimento ordenado, que traz também a ideia de risco e perigo, mas está cada vez mais controlado por estruturas e procedimentos comuns à indústria. São elas que permitem a previsão racional do futuro; na qual a ordem da cultura (moderna) prevalece sobre o caos da natureza (DOUGLAS, 1976).

---

25 Ver, por exemplo, a chamada da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais 08/2017 “queijo artesanal: Tecnologias para o seu Aprimoramento”, publicada em 29 de agosto de 2017, que destinou um milhão de reais para pesquisas centradas em processos produtivos de queijos artesanais.

Figura 1. À esquerda, queijo maturado com cuidados tradicionais, que perpassam práticas como grosas e lavagens. À direita, novos queijos tecnológicos, cobertos por mofo, em maturação.



Fonte: Dupin, 2016.

Nesse sentido, a *affinage* surge nas regiões produtoras de Minas Gerais como um tipo de desencantamento da cura, no qual o campo de elaboração de reciprocidades “etnoecológicas” dá lugar a uma forma de racionalização comercial pelo domínio mutiespécie. Enquanto a primeira é parte da vida dos produtores, a segunda está vinculada ao universo de controle e padronização mercantil, ainda que tais atores reivindiquem também um viés artesanal através de certificações relacionadas à origem do alimento.

## A CONVERGÊNCIA DE DISCURSOS SOCIOTÉCNICOS

Em diferentes campos de debates que envolvem os queijos artesanais, a maturação tem aparecido como uma espécie de prestígio adquirido, uma vez que propicia a emergência de uma série de qualidades no alimento. Para um grupo de produtores e comerciantes – que fabricam e comercializam o produto com anuência do poder público estadual<sup>26</sup> (e, mais raramente, do federal) –, é recorrente a opinião de que a maturação é um modo de “criar identidade” e “agregar valor” aos queijos. Tal prática, como demonstra o depoimento abaixo, vai desenvolver

---

26 Vale reforçar que, como apontei anteriormente, o perfil desses produtores, chamados de “cadastrados”, não é aleatório. Eles geralmente são ligados a associações locais patronais (que não trabalham diretamente na produção dos queijos, feitos com mão de obra assalariada) e/ou de origem urbana (ou com formação universitária e fontes de renda não rurais).

no alimento um caráter diferencial, que ajuda a abrir caminho para certificações como as denominações de origem, que agregam valor ao alimento a partir da introdução de ideias como “autenticidade/exclusividade”.

Uma das coisas importantes também pra diferenciação dos queijos é comercializá-los a partir do momento onde [*sic*] eles já adquiriram identidade [maturados], sabor etc. Eles frescos são mais difíceis de serem diferenciados. [...] Já (é importante) passar a informação de que o queijo curado tem identidade, origem = direito do produtor, fácil de ser rastreado. Menos bactéria, menos lactose e muito mais saboroso já. Consegue se vender bem e fidelizar o cliente. (PRODUTOR RURAL, 2015).<sup>27</sup>

Já dentro da *expertise* dos *chefs* de cozinha e de outros profissionais ligados à gastronomia, como jornalistas especializados no tema – agentes cada vez mais requeridos para definir a construção de uma excelência dos queijos –, a maturação é uma prática essencial, através da qual os queijos alcançam as características organolépticas desejadas, chegando ao ponto ideal para o consumo. A presença desses profissionais se tornou notória nos últimos anos, por sua participação em concursos, onde geralmente são jurados, festivais gastronômicos, nos quais elaboram receitas com o alimento, e em participações midiáticas, nas quais são consultados como especialistas capazes de apontar possíveis qualidades do produto. Em seus discursos, a maturação aparece recorrentemente como um refinamento que torna o alimento uma especiaria saborosa, capaz de criar “novas” possibilidades de uso culinário e de consumo que ajudarão a incorporar o alimento ao cardápio de restaurantes renomados, internacionalizando e ao mesmo tempo regionalizando a culinária local.

Poulain (2013) chama esse processo de “gastronomização do *terroir*”, quando os produtos agropecuários “localizados” ou “de *terroir*”, como os queijos artesanais, passam a ser revalorizados, certificados ou patrimonializados em um número significativo de países. Atualmente, na América Latina, esse fenômeno emerge com os *chefs*, muitas vezes formados na alta culinária europeia, renovando as suas receitas com produtos regionais dentro de seus países (SUREMAIN e KATZ, 2016). Trata-se de um *marketing* tradicionalista incorporado, que aproxima *chefs* de cozinha e produtores, fazendo com que estes deem preferência por efetuar compras diretamente daqueles e utilizem os produtos como matéria-prima de seus restaurantes, redesenhando, através de saberes e práticas culinárias, relações de classe e de poder que alteram a trajetória desses alimentos.

Como afirma um *chef* local, graduado em escolas francesas de culinária, que vem trabalhando com o queijo minas artesanal, a maturação confere uma agregação de valor notável

---

27 Depoimento de um produtor colhido no grupo WhatsApp #salvequeijoartesanal.

para os restaurantes.

Queijos maturados são queijos que passaram pelo processo de envelhecimento. Uma camada de bolor e fermento cresce envolta do queijo, fazendo com que o mesmo perca umidade e tamanho. Nesse momento que o queijo desenvolve sua personalidade, tornando-se macio e, às vezes, doce [...]. E esse status não somente acarreta um título ao queijo, mas seu valor aumenta quando passa por essa transformação. (AVELAR, 2015).

Um terceiro campo sociotécnico que vem se relacionando com a maturação dos queijos artesanais no estado é o dos pesquisadores da ciência e da tecnologia dos alimentos<sup>28</sup>. Para estes profissionais, a maturação tem sido um dos modos de tornar os queijos artesanais fabricados com leite cru seguros para o consumo, tornando-os confiáveis do ponto de vista sanitário, sem a necessidade de recorrer a tratamentos térmicos do leite. Tal defesa repousa na constatação de que um queijo de leite cru é um ecossistema onde predomina a competição microbiana e onde maturação impede os microrganismos patogênicos do leite cru de se desenvolver em altas proporções, uma vez que encontram o terreno já bem ocupado. Eles argumentam que os seres patogênicos que habitam os queijos gostam de umidade, que é perdida pelo alimento durante o processo de maturação. Assim, quanto mais longa e bem conduzida for a maturação de um queijo, menores serão as contagens de microrganismos indesejados.

Como demonstram Escoto e Gante (2012, p. 63), atualmente a legislação de vários países, entre elas a brasileira, aceita que, durante o processo de maturação de um queijo de leite cru, os germes nocivos desapareçam paulatinamente. Assim, maturações longas eliminariam contaminações microbiológicas, como as ocasionadas por *Escherichia coli*, bactérias do gênero *Salmonella*, *Staphylococcus aureus* e *Listeria monocytogenes*, além das zoonoses tuberculose e brucelose.

E cura, você sabe, é sarar. Isso é a maturação. Pois o queijo, muitas vezes, é fabricado com pouca higiene, desde a ordenha até o produto final, e a maturação ajuda na “cura” deste queijo. É como um ajuste na condição sanitária do queijo, isso é um conhecimento tácito e científico. Estamos falando de leite cru, produto muitas vezes oriundo de vacas com mastite, o maior problema de nossas vacas. E a falta de higiene não é de propósito, e sim porque o produtor não tem acesso a certas informações, tecnologias, créditos etc. [...] A maturação é uma das formas de combater os microrganismos nocivos à saúde através da multiplicação de outros que são inofensivos à saúde. (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, 2014)<sup>29</sup>.

---

28 Em termos empírico-institucionais, o campo de estudo desses profissionais centra basicamente suas pesquisas na qualidade química e sanitária de alimentos. Eles são peças-chave tanto na elaboração das normas e regulamentos voltados para a produção e comercialização dos queijos artesanais quanto nas ações de fiscalização (CINTRÃO, 2016).

29 Depoimento de um técnico do Ministério da Agricultura, realizada via e-mail.

Apoiados nessa premissa e por meio de estatísticas, mostradores e testes realizados em laboratórios, tais especialistas concluem recorrentemente, performando uma realidade, que os queijos brancos ou frescos (sem maturação) existentes no mercado são “impróprios para o consumo humano”, sendo fabricados com “falta de higiene”. Afirmam que só é possível legalizar o comércio do alimento após a existência de pesquisas científicas que fundamentem legislações ou quando se trata de um produto com longo período de maturação, que torna os queijos imunes (CINTRÃO e DUPIN, 2020).

Com tal separação sociotécnica, não quero dizer que cada um desses grupos de profissionais tenha um discurso estanque e único. É comum que, dentro desse mercado de excelência, produtores se tornem comerciantes, cientistas se tornem produtores, *chefs* de cozinha se tornem maturadores e cientistas desenvolvam receitas com os queijos. Assim, os argumentos apresentados se misturam nas falas desses atores sociais, com o consumidor de queijos artesanais frescos sendo recorrentemente descrito por todos esses atores como “desinformado”, colocando-se à parte da governamentalidade<sup>30</sup>. Eles falam em desenvolver trabalhos de “educação para o consumo”, nos quais seria preciso “orientar o consumidor” a “como partir um queijo”, “como saborear”, “como harmonizar” – uma vez que a “maior complexidade organoléptica” e a segurança deveriam se sobrepor à espontaneidade dos gostos e dos hábitos alimentares, ainda que, como demonstrou o trabalho de campo, existam critérios e categorias culturalmente compartilhados entre famílias produtoras e consumidores, além de uma grande habilidade e experiência, por parte desses atores, para avaliar as características desses queijos, com outros sentidos de “qualidade” e “segurança” (CINTRÃO e DUPIN, 2020).

Olha só, eu creio que o caminho seja a educação do consumidor quanto ao processo de fabricação do queijo Canastra e sua história. Para assim o cliente saber diferenciar o que é da Canastra e o que não é. No início achei que seria difícil introduzir isso no mercado. Mas aos poucos vamos vendo que é simplesmente uma falta de informação. (ENTREVISTADO, 2015).<sup>31</sup>

---

30 Paxson (2013) utiliza o termo foucaultino para explorar como os queijos de leite cru se encontram na cultura de risco. Para ela, o pasteurianismo é uma biopolítica baseada no controle indireto de corpos humanos, através da germofobia.

31 Depoimento de um *chef* que é também maturador e comerciante, colhido no grupo WhatsApp #salvequeijoartesanal.



## PRODUTOS DE EXCEÇÃO

A pesquisa de Boulianne (2013), realizada entre consumidores de queijos artesanais finos no Canadá, nos ajuda a pensar a construção do mercado de excelência através de modos do consumo do alimento. Ela aponta que queijos com longos períodos de maturação representam produtos de exceção, não consumidos cotidianamente. Segundo ela, eles são associados a um capital cultural e a ocasiões especiais.

Os queijos finos estão claramente associados ao consumo ocasional; aqueles que comemos diariamente não são queijos “finos”; [...] Eles são aqueles que experimentamos em recepções e degustações oferecidas por empregadores, familiares ou amigos, mas também em degustações organizadas por e em estabelecimentos comerciais. [...] Para os participantes da pesquisa, os queijos finos são também aqueles que saboreamos em momentos privilegiados, “para nos deliciarmos”. (BOULIANNE, 2013, p. 214, tradução nossa).<sup>32</sup>

Em Minas Gerais, há semelhanças: o queijo branco é adotado pelos consumidores como alimento transversal e é inserido diariamente em cafés da manhã, almoços e jantares (DUPIN, 2019a), enquanto o maturado é associado a um consumo ocasional, saboreado em momentos privilegiados, como demonstra o depoimento a seguir:

Queijos assim, distintos, com curas e salgas exóticas, cavernosas, explosivas, flutuam em um universo muito pequeno e adaptam-se exclusivamente a ambientes festivos e/ou promocionais, como degustações, etc., etc. Quem vai comer um queijo desses no dia a dia? Posso estar enganado, mas acho que ninguém! Mesmo que a pessoa goste e aprove o paladar, não dá para comer toda hora. (COMERCIANTE, 2014).

Com isso, podemos dizer, que o fresco se aproxima do que Lévi-Strauss (2006) chamou de “endocozinha” (destinada a um grupo fechado), e o maturado da “exocozinha” (que se oferece aos convidados de fora)<sup>33</sup>. Nesse sentido dualístico, se o queijo afinado/maturado é o

32 No original: “Les fromages fins sont clairement associés à une consommation occasionnelle ; ceux que l’on mange sur une base quotidienne ne sont pas des fromages « fins » ; (...) Les fromages fins sont aussi ceux que l’on expérimente lors de réceptions et de dégustations offertes par des employeurs, des membres de la famille ou des amis, mais aussi des dégustations organisées par et dans des établissements commerciaux. (...) Pour les participants à la recherche, les fromages fins sont aussi ceux que l’on savoure lors de moments privilégiés, « pour se gâter »”.

33 Lévi-Strauss (2006) destaca, nesse sentido, as diferenças entre fervido e assado. O primeiro, segundo ele, representaria uma endocozinha, ou seja, uma comida oferecida a um pequeno grupo fechado, de uso íntimo, consagrado no interior da família. Já o segundo significaria uma exocozinha, uma vez que geralmente são servidos em momentos festivos, oferecidos para convidados de fora. Para ele, o assado estaria universalmente do lado da natureza, e o fervido estaria do lado da cultura, uma vez que o primeiro se aproxima do cru, por nunca ficar igualmente cozido, ao passo que o segundo, exigindo o uso de um recipiente e a mediação da água, provaria um grau mais avançado de civilização. Assim, tais categorias são pares opostos associados a, respectivamente, dentro e fora, vida e morte, economia e pujança etc.

mais valorizado, mais debatido e controlado, em contrapartida, o queijo branco/fresco opera em uma espécie de mercado repreensível dos queijos de leite cru, mais acessível em função da grande oferta e do menor custo de produção, mas repleto de riscos.

Por tudo isso, a maturação emerge como “um modo de domar e vencer tais seres (microbiológicos)” (LATOURE, 1988) ou “de repelir o subproduto não apropriado à ordem estabelecida” (DOUGLAS, 1976). Ela redimiria os males do leite cru (*in natura*), onde as chamadas boas bactérias (propiônicas) fariam, com a ajuda de especialistas (produtores, cientistas e afinadores), a passagem do produto entre os dois universos. Mas, mais do que isso, a maturação representaria um tipo de passagem entre perigo e pureza, profano e sagrado, popular e elitizado, dentro e fora, anônimo e notório, com os diversos discursos institucionais unificados, atuando ao mesmo tempo como um capital cultural sobre o queijo. Tais discursos transportam o produto do campo de alimento imerso em controvérsias sanitárias para o de uma iguaria gastronômica, conduzem-no ao campo da moralidade, do comer de forma saudável, que aqui também converge com a noção de prazer e pertencimento (BOULIANNE, 2013). Eles abrem o caminho para inserir o produto – cobiçado por butiques especializadas e restaurantes renomados, com alto valor comercial agregado – em concursos (nacionais e internacionais) e festivais associados ao universo da gastronomia, mas também associam tais agentes a uma rede de fabricantes e distribuidores de capital cultural elevado. Nesse caso, homens e coisas estão imersos num universo de valoração onde definem um valor recíproco (APPADURAI, 2008, p. 36).

É esse capital cultural adquirido, atrelado a uma identidade, que o torna um objeto moral, digno de ser consumido. Como mostrou Boulianne (2013), queijos artesanais têm uma carga simbólica que revela certo hedonismo. Eles tornaram-se ícones não só de economias, histórias e das aspirações de uma construção de identidade local – parecem ter se tornado um determinado tipo de objeto moral, digno de ser consumido não só por prazer, mas também para demonstrar o apoio político à sua reprodução. Eles são associados ao prazer, que resulta de uma verdadeira apreciação do sabor, mas também ao fato de o consumidor se sentir parte de um mundo, senão de especialistas, pelo menos daqueles que sabem apreciar novos sabores e que devem ser iniciados e educados dentro de uma rede semântica de termos para reconhecê-los e estimá-los. “Nesse sentido, os queijos finos parecem ser um produto de iniciados” (BOULIANNE, 2014, p. 224, tradução nossa)<sup>34</sup>.

Em contraposição, tal moralidade e as normatizações criadas nesse contexto empurram

---

34 No original: “En ce sens, les fromages fins semblent être une affaire d’initiés”.

o queijo branco para o campo oposto. Elas reificam e homogeneizam a diversidade do alimento e das formas culturais de produção e consumo, reunindo-as sob os termos etnocêntricos do “atraso”, da “falta de higiene” e da “ausência de identidade”, que referendam o poder punitivo do Estado. Dessa forma, acontecem frequentemente apreensões do produto em estradas, mercados e feiras do estado, que são encaminhados para destruição em aterros sanitários. Quando eu fazia trabalho de campo em outubro de 2015, por exemplo, fiscais do Ministério da Agricultura interditaram dois depósitos em São Roque de Minas, na Canastra, e enviaram cerca de 13 toneladas de queijos para o aterro sanitário municipal, seguindo uma prática punitiva que acontece com frequência no estado. A justificativa dada para a destruição foi “manter em estoque e comercializar queijos em condições higiênico-sanitárias precárias, configurando risco à saúde pública, sem registro em órgão fiscalizador e sem identificação de origem” (MAA, 2015)<sup>35</sup>.

## NOVAS MORALIDADES NO COMER

A maturação, tomada aqui como uma prática que unifica um conjunto de racionalidades sociotécnicas, tem produzido um poder político eficaz. Mais que mudanças nas características físicas e químicas do alimento, vem se constituindo uma conversão simbólica de um alimento popular, mas envolto em controvérsias sanitárias, num objeto moral (que representa o “comer de forma segura”), singular e autêntico (representativo de identidades individuais e coletivas), digno de ser consumido não somente pelo prazer, mas também pelo seu consumo manifestar apoio à sua reprodução, marcando posições sociais de pertencimento e hierarquias.

Nesse processo, a mobilização de discursos de diferentes atores e seus saberes sobre o queijo minas artesanal – ligados a produtores e comerciantes com apelo à artesanidade e à territorialidade; a cientistas, com suas análises de laboratório; e a profissionais da gastronomia e à sua definição estética, entre outros – provoca uma transformação nos “regimes de valor”<sup>36</sup> do alimento. Ele deixa de ser, nos termos locais, uma *commodity* e passa a ser uma “mercadoria

---

35 Sobre o caso, ver Dupin e Cintrão (2018).

36 Tomo aqui a expressão de Appadurai (2008), que sugere que o valor de um objeto é o efeito de uma disputa política em que o grau de consistência avaliativa de um bem pode se alterar radicalmente devido aos níveis de conhecimento compartilhado pelas partes envolvidas. Para o autor, é a circulação – e a troca – em contextos culturais específicos, não os fatores de produção, que determina seu valor.

especial”, com elites que buscam seu consumo. As propriedades alimentícias e as preferências de manuseio e consumo locais, historicamente estabelecidas, dão lugar a propriedades sensoriais construídas por especialistas que se relacionam à sua condição de alimento fino, singular e seguro. Assim, seu uso como alimento diário e transversal (endoculinária) dá lugar à condição de iguaria gastronômica – destinada a ocasiões e pessoas “especiais” (exoculinária) –, e elementos territoriais são convertidos em valor comercial, essencial a um mercado de excelência.

Essa transformação se insere dentro um mercado internacional de produtos localizados, certificados ou patrimonializados responsável por provocar um movimento de deslocamento do *status* do alimento, que adquire novas complexidades simbólicas. Garcia-Parpet (2016) procura comparar tais produtos aos bens artísticos, que adquirem um valor além do próprio processo de produção. Segundo ela, alimentos como queijos e vinhos adquirem valor porque contam uma história, são associados a um local de fabricação, a um momento específico, a uma identidade e, portanto, são apropriados para a caracterização de um estilo de vida próprio das elites. Tomando o termo de Bourdieu, trata-se de um processo de construção de distinções<sup>37</sup> que os fazem menos sensíveis às mudanças bruscas do mercado e mais dependentes das narrativas que os sustentam (MASCARENHAS; BERNARDES, 2016).

A atuação de novos produtores – jovens que estão assumindo o negócio dos pais e ex-produtores de leite que viraram queijeiros – começa a deixar para trás o queijo fresco de casca lisa e massa branca ácida para apostar nos maduros e complexos, novidade por ali. [...]. O melhor argumento em defesa da maturação é o preço: o queijo maturado é muito mais valorizado que o fresco. Há relatos de produtores que acertaram a mão na cura e rapidamente passaram a vender o produto por valor cinco vezes maior. O público para ele é crescente, mas cada vez mais exigente, com acesso a queijos curados de vários cantos do Brasil. Entrar em sintonia com o *terroir* ali é um grande desafio. “O queijo tem de contar a história do produtor, da cultura da região. Queijo branco é commodity, vendido barato. A diferenciação vem com a maturação do queijo”. (GIRÃO, Caderno Paladar, 2017).

Por fim, vale dizer que se esse movimento, que tem sido chamado de Inconfidência Quejeira ou Revolução Franco-Brasileira Quejeira, tem gerado, por um lado, um mercado de excelência para produtores e consumidores de “elite”, e, por outro, tem invisibilizado a situação de milhares de famílias produtoras, jogadas no campo das “ilegalidades” pela implementação de

---

37 Como afirma Bourdieu (2006) em *A distinção*, o gosto manifestado através das práticas de consumo classifica e distingue, aproxima e afasta aqueles que experimentam os bens culturais. É o produto dos condicionamentos associados a uma classe ou fração de classe. Tais preferências servem invariavelmente de fundamento à filiação legítima de *habitus* distintos e desiguais, fortalecendo e intensificando a hierarquia do que é culturalmente aceito ou execrável; do que é autêntico ou inautêntico. O gosto, dirá Bourdieu, é a aversão, é a intolerância às preferências dos outros.

normas sanitárias criadas a partir de parâmetros internacionais e industriais, predominantemente inviáveis para agricultores familiares, mas adotadas pelo Estado<sup>38</sup>. Com a construção desse mercado de excelência sendo amplamente divulgada como um caso de sucesso da atividade no estado, a discussão sobre essa condição de crescente ilegalização e sobre os recorrentes casos de apreensões e destruição do alimento perde espaço no debate público.

No que se refere aos seres microbiológicos, a criação desse mercado tem reforçado o financiamento de pesquisas para mapeá-los nos queijos, mas também a aprovação de legislações que normatizam a presença de alguns deles no alimento (e excluem outros), tornando-os conhecidos, mas sobretudo estabelecendo controles, tendo em vista as relações estabelecidas, num tipo de microbiopolítica (PAXSON, 2013)<sup>39</sup> na qual as regulamentações promulgam a aceitabilidade ou a proibição dessa presença. Assim ocorreu recentemente com o *Galactomyces geotricum*, um fungo muito comum em queijos franceses e utilizado pela indústria láctea: o Estado de Minas Gerais permitiu essa presença e criou uma denominação específica para o alimento com o microrganismo: “Fica reconhecido o Queijo Minas Artesanal na variedade de Casca Florida [...] onde predomina a presença da espécie fúngica *Galactomyces geotricum* (sinônimos *Geotricum candidum* e *Geotrichum silvicola*) como dominante” (SEAPA-MG, 2022).

## REFERÊNCIAS

1. APPADURAI, Arjun. Introdução: mercadorias e a política de valor. In.: APPADURAI, Arjun (org.). **A vida social das coisas**. Niterói: EdUFF, 2008. p. 14-88.
2. AVELAR, Eduardo. **Entenda e aprenda o passo a passo para maturar um queijo em casa**. In: Jornal Hoje em Dia. Belo Horizonte, de 25 de outubro de 2015. Disponível em: <https://www.hojeemdia.com.br/entenda-e-aprenda-o-passo-a-passo-para-maturar-um-queijo-em-casa-1.327752>. Acesso em: 12 jan. 2019
3. BOULIANNE, Manon. Artisans du pays et imaginaires fromagers: la qualification des fromages fins du Québec comme produits de terroir. **Anthropologie et Sociétés**, Quebec, v. 37, n. 2, p. 213-231, 2013. Disponível em: <https://www.erudit.org/fr/revues/as/2013-v37-n2-as0792/1017913ar.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2023.

---

38 Sobre o tema, ver Cintrão e Dupin (2020).

39 A autora parte da noção foucaultiana de biopolítica e a associa à noção latouriana de “agência” de seres microbianos para cunhar o termo. Ela observa que a legislação sanitária envolve a criação e popularização de categorias de agentes microscópicos, classificados, através de uma lente antropocêntrica, entre “bons” e “maus”.

4. BOURDIEU, Pierre. **A distinção**: crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp, 2006.
5. BRANDÃO, Carlos. Rodrigues. **Casa de escola**. Campinas: Papyrus, 1984.
6. CADERNO PALADAR. Mexeram no queijo mineiro. E ele está muito melhor. **Jornal Estado de São Paulo**. São Paulo, de 02 agosto de 2017. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/paladar/comida/mexeram-no-queijo-mineiro-e-ele-esta-muito-melhor/>. Acesso em: 13 jul. 2018.
7. CINTRÃO, Rosângela. **Segurança, qualidade e riscos**: a regulação sanitária e os processos de (i)legalização dos queijos artesanais de leite cru em Minas. 2016. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – CPDA, UFRRJ, Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <https://tede.ufrj.br/jspui/handle/jspui/1809>. Acesso em: 18 mar. 2023.
8. CINTRÃO, Rosângela; DUPIN, Leonardo Vilaça. Microbiopolítica e regulação sanitária: desacordos entre ciência e saberes locais na produção dos queijos minas artesanais. **Horizontes Antropológicos**, v. 26, n. 57, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ha/a/M6QLvRRrtxJZ9pcRmZkLwYg/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 18 mar. 2023.
9. DOUGLAS, Mary. Ensaio sobre as noções de poluição e tabu. In: DOUGLAS, Mary. **Pureza e perigo**. São Paulo: Editora Perspectiva. 1976. p. 232.
10. DUPIN, Leonardo Vilaça. **A vida dos queijos mineiros**: uma etnografia multiespécie. 2019a. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2019a.
11. DUPIN, Leonardo Vilaça. “Mestizo cattle is like us people”: reflections on cattle, family and coloniality. Vibrant: **Virtual Brazilian Anthropology**, 2019b. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/vb/a/R68qcpk4W8mnXvDzrLRvTQD/?lang=en>. Acesso em: 05 dez. 2021.
12. DUPIN, Leonardo Vilaça; CINTRAO, Rosângela. Entre bactérias e lobos: o cerco biopolítico sobre a produção do queijo Canastra. **R@U: Revista de Antropologia Social dos Alunos do PPGAS-UFSCar**, v. 10, n.1, p. 53-79, 2018. Disponível em: <https://www.rau2.ufscar.br/index.php/rau/article/view/227/207>. Acesso em: 10 set. 2002.
13. ESCOTO, Fernando Cervantes; GANTE, Abraham Villegas (coord). **La leche y los quesos artesanales em Mexico**. Texcoco: Miguel Ángel Porrúa, 2012.
14. GARCIA-PARPET, Marie France. **Le marche de l'excellence** – les grands crus à l'épreuve de la mondialisation. Paris: Éditions du Seuil, 2009.
15. GARCIA-PARPET, Marie France. Patrimonialização de produtos alimentícios na França: construções simbólicas e reinvenção do passado. In: WOORTMANN, Ellen; CAVIGNAC, Julie (org.). **Ensaio sobre a Antropologia da alimentação**: saberes, dinâmicas e patrimônios. Natal: EDUFRN; Brasília: ABA, 2016.
16. GIRÃO, Eduardo. O novo queijo do Serro: jovens produtores artesanais, que investiram na maturação de seus queijos, estão revitalizando a região queijeira mais antiga de Minas Gerais. **Estado de São Paulo**. Caderno Paladar, São Paulo de 12 de janeiro de 2017.



Disponível em: <https://www.estadao.com.br/paladar/comida/o-novo-queijo-do-serro/>. Acesso em: 12 set. 2022.

17. INGOLD, Tim. Trazendo as coisas de volta à vida: emaranhados criativos num mundo de materiais. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 18, n. 37, jan./june 2012.
18. HARAWAY, Donna. **When species meet**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2008.
19. KATZ, Sandor Ellix. **A arte da fermentação**. São Paulo: Tapioca; Sesi-SP, 2014.
20. KOHN, Eduardo. **How forests think: toward an anthropology beyond the human**. Berkeley: University of California Press, 2013.
21. LAFERTÉ, Gilles. Imagem social ou luta política e cultural pelo controle do mercado. **Mana**, v. 14, n. 2, p. 399-427, 2008.
22. LATOUR, Bruno. **The pasteurization of France**. Cambridge and London: Harvard University Press, 1988.
23. LÉVI-STRAUSS, Claude. **O pensamento selvagem**. São Paulo: CEN, 1976.
24. LÉVI-STRAUSS, Claude. **O triângulo culinário**. In: SIMONIS, Ivan. **Introdução ao estruturalismo: Claude Lévi-Strauss ou a paixão do incesto**. Lisboa: Moraes, 1979. p. 169-176.
25. LÉVI-STRAUSS, Claude. **O cru e o cozido: Mitológicas I**. São Paulo: Cosac Naify, 2004.
26. LÉVI-STRAUSS, Claude. **A origem dos modos à mesa: Mitológicas III**. São Paulo: Cosac Naify, 2006.
27. MAPA – Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretaria de Defesa Agropecuária. Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal. **Auto de Infração no. 029/776/15, de 23 de outubro de 2015**. Brasília (DF): Mapa, 2015.
28. MASCARENHAS, Gilberto; BERNARDES, Ricardo. A (r)evolução dos cafés: o resgate da qualidade a partir das origens. In: WILKINSON, John; NIEDERLE, Paulo André; MASCARENHAS, Gilberto (org.). **O sabor da origem**. Porto Alegre: Escritos Editora, 2016. p. 7-374.
29. ORTEGA, Antonio Cezar; BORGES, Michele Silva Codex alimentarius: a segurança alimentar sob a ótica da qualidade. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, v. 19, n. 1, p. 71-81, 2012. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/view/8634670>. Acesso em: 18 mar. 2023.
30. PAXSON, Heather **The life of cheese – crafting food and value in America**. Berkeley, Los Angeles, London: University of California Press, 2013.
31. POLLAN, Michael. **Cooked: a natural history of transformation**. New York: Penguin Press, 2013.

32. POULAIN, Jean-Pierre. **Sociologias da alimentação**: os comedores e o espaço social alimentar. 2. ed. Florianópolis: UFSC, 2013.
33. ROGERS, Juliette. Enseigner le terroir: la difficile appropriation d'une idéologie par des producteurs de lait dans deux syndicats. **AOO, Politix**, Paris, 2013/3, n. 103, p. 149-172, 2013. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-politix-2013-3-page-149.htm>. Acesso em: 18 mar. 2022.
34. SEAPA-MG – Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais. **Resolução Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Seapa) de Minas Gerais, nº 42, de 27 de dezembro de 2022**. Minas Gerais: Seapa-MG, 2022.
35. SILVA, Arnaldo. Queijo Maturado com Ácaros. **Portal Conheça Minas**. Publicação online, 09 de set. de 2018. Disponível em: <https://www.conhecaminas.com/2018/09/queijo-maturado-com-acaros.html?m=0>. Acesso em: 16 set. 2022
36. SISTEMA FAEMG. **Queijo Minas Artesanal**. Belo Horizonte, de 7 de fevereiro de 2018. Disponível em: [https://portaldoqueijo.com.br/curiosidades\\_queijos/2018/02/07/queijo-minas-artesanal/](https://portaldoqueijo.com.br/curiosidades_queijos/2018/02/07/queijo-minas-artesanal/). Acesso em: 18 mar 2023.
37. SUREMAIN, Charles-Édouard; KATZ, Esther. Introdução: modelos alimentares e recomposições sociais na América Latina. **Anthropology of Food** Paris, n. S6, p. 1-13, 2009. Disponível em: <http://journals.openedition.org/aof/6433>. Acesso em: 18 mar. 2022. Acesso em: 18 mar. 2022.
38. TAKAHASHI, Laure. Regards sur le métier d'affineur: analyse d'un débat entre professionnels. In: STENGEL, Kilien (org.). **Des fromages et des hommes ethnographie pratique, culturelle et sociale du fromage**. Tours: L'Hamarttam, 2015.
39. TSING, Anna. **The mushroom at the end of the world: on the possibility of life in capitalist ruins**. New Jersey: Princeton University Press, 2015.
40. VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **Os Pronomes Cosmológicos e o Perspectivismo Ameríndio**. Mana vol.2 no.2. Rio de Janeiro, 1996.
41. WOORTMANN, Ellen. O saber camponês: práticas ecológicas e inovações. In: GODOI, Emília Pietrafesa de; MENEZES, Marilda de; ACEVEDO, Rosa (org.). **História social do campesinato brasileiro**. São Paulo: Unesp, 2009. v. II, p. 119-130.

Leonardo Vilaça Dupin

Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas. Pesquisador associado ao Centro de Estudos Rurais. ID ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-9013-187X>. E-mail: leodupin@hotmail.com

# “A gente aprendeu com as mais velhas”: saber-fazer camponês e trabalho feminino na produção do queijo colonial em Jaguari-RS<sup>1</sup>

“We learned from the older”: Peasant knowledge and female work in colonial cheese production in Jaguari-RS

**Renata Piecha**

Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil

**Maria Catarina Chitolina Zanini**

Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil

## RESUMO

Com base na perspectiva etnográfica e na observação participante, o presente artigo reflete acerca da produção do queijo “colonial” ou “da colônia” por mulheres na comunidade de Rincão dos Alves, interior do município de Jaguari, na região central do Rio Grande do Sul. Caracterizada como um “saber-fazer” das e dos imigrantes europeus que vieram ao Brasil pelo projeto de colonização iniciado no século XIX, essa produção, que preza pela “manutenção” das origens familiares e por certo modo de vida camponês e secular, advém exclusivamente da esfera de trabalho dita feminina. Enquanto saberes tradicionais são transmitidos de geração em geração por e entre mulheres, o queijo colonial circula pela via da informalidade em circuitos curtos, adquirindo valor simbólico e de mercado tanto na sua confecção quanto em seu consumo, entrelaçando conhecimentos, temporalidades, territorialidades e gostos que se manifestam em práticas cotidianas.

**Palavras-chave:** Queijo colonial, “Saber-fazer” camponês, Trabalho feminino.

---

<sup>1</sup> O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

---

Recebido em 10 de outubro de 2022.  
Avaliador A: 26 de novembro de 2022.  
Avaliador B: 30 de novembro de 2022.  
Aceito em 17 de março de 2022.

---



## **ABSTRACT**

Based on ethnographic perspective and participant observation, this article reflects on the production of “colonial” cheese or “*da colônia*” cheese by women in the community of Rincão dos Alves, in the countryside of the municipality of Jaguari, in the central region of Rio Grande do Sul. Characterized as an expertise brought by European settlers who came to Brazil through the colonization project that started in the 19th century, this production, which values the maintenance of family origins and a peasant and secular way of life, comes exclusively from the so-called feminine sphere of work. As traditional knowledge is transmitted from generation to generation by and between women, colonial cheese currently circulates through informality in short circuits, acquiring symbolic and economic value both in its manufacture and in its consumption, intertwining knowledge, temporalities, territoriality, and flavors that manifest in everyday practices.

**Keywords:** Colonial cheese, Peasant “know-how”, Female work.

## **INTRODUÇÃO**

Fruto de uma etnografia realizada entre os anos de 2018 e 2020, o presente artigo objetiva analisar o processo de transmissão do saber-fazer referente à produção do queijo colonial na comunidade de Rincão dos Alves, no interior do município de Jaguari (RS). A iniciativa de compreender esse processo de elaboração se deu pelo fato de uma das autoras ser filha de um casal de camponeses residentes na comunidade. Por transitar entre a academia e esse contexto rural, voltamos o olhar para as práticas de mulheres da comunidade de Rincão dos Alves, em busca de outras compreensões acerca das relações de gênero, procurando apontar especificidades desse contexto particular. Desde 2018, baseamo-nos na observação participante, inspiradas nas reflexões do antropólogo Tim Ingold (2016), que a compreende como uma prática de correspondência, com movimentos (entre interlocutoras e pesquisadoras) que respondem continuamente uns aos outros, e em entrevistas semiestruturadas, com um conjunto de questões previamente definidas, embora se assemelhassem, ao mesmo tempo, a conversa informal, como destacam Valdete Boni e Sílvia Jurema Quaresma (2005). A partir dessas técnicas, tomamos o trabalho feminino como o foco da análise e vislumbramos sua capacidade “mantenedora” e negociadora em relação aos processos de identificação, a práticas e a cosmologias vigentes na comunidade de Rincão dos Alves.

Localizado na região central do Rio Grande do Sul, o município de Jaguari teve sua constituição histórica<sup>2</sup> mesclada ao projeto de colonização iniciado no Brasil no século XIX, sendo, entre os anos de 1888 e 1906, o destino de imigrantes europeus de diversos países e localidades. Atualmente, o município é composto por uma população de aproximadamente 11 mil habitantes, e 43% dessa população reside no espaço rural. Nesse conjunto populacional, 47% são mulheres (DATASEBREA, 2018). Já na comunidade de Rincão dos Alves residem cerca de 80 famílias, em propriedades de tamanho médio de 25 hectares, onde a principal atividade produtiva é atualmente a fumicultura.

Observa-se que uma parcela importante da população que habita o município de Jaguari, bem como as moradoras e os moradores de Rincão dos Alves, se reconhece e é reconhecida como descendente de imigrantes europeus, principalmente de alemães, italianos e poloneses. Autodenominam-se colonas e colonos, portanto: são camponeses que reivindicam para si uma origem diferenciada, formando, como aponta Giralda Seyferth (1986), grupos étnicos, elegendo sinais adscritos para si e para os outros e delimitando as fronteiras de pertencimento e interação (BARTH, 2000) com os demais habitantes. Esse entendimento estrutura práticas cotidianas, embasadas em conhecimentos e saberes ancestrais, transmitidos pela oralidade e resguardados na memória, caso da produção do queijo dito “colonial”<sup>3</sup>. Sabe-se que a fabricação do queijo é um processo dinâmico, variável, que é fonte de identificações de grupos, territorialidades e gostos no mundo europeu camponês. O processamento que transforma o leite no queijo obedece a muitas regras de feitura que por vezes só são compreensíveis quando se olha para os recursos e as lógicas daqueles coletivos (MÉCHIN, 1985, p. 79-95). Pode-se dizer que, do cru ao cozido, muitas narrativas se processam juntamente com a fabricação artesanal dos queijos. Além disso, ao observarmos as construções gastronômicas e dos mercados mais amplos, vê-se uma brecha para a construção de queijos diversos, inclusive o “colonial”. Pode-se pensar, igualmente, sobre o que tem acontecido em vários países com os “*terroirs*” específicos, que dá visibilidade e valor (simbólico e de mercado) a origens, formas de fazer, territórios, ingredientes e outros elementos.

Sendo um “saber-fazer” atrelado aos descendentes de imigrantes europeus, a confecção do

---

2 Com base nos escritos do historiador jaguariense José Newton Marchiori (1999), vale afirmar que as raízes do município se relacionam com seus primeiros habitantes, indígenas guaranis que povoavam a região denominada de *Tape* (povoação grande). Alvo de incursões jesuítas, que quase dizimaram os povos originários, e receosos de incursões bandeirantes, os antigos residentes desse território migraram para outras regiões, deixando apenas alguns mitos que estruturam contos e circulam na memória do lugar, assim como a origem do nome do município: “Jaguari”, do guarani, designa o Rio do Jaguar – felídeo encontrado outrora na região.

3 Clovis Dorigon (2010), refletindo acerca dessa produção no oeste catarinense – cujo processo de colonização assemelha-se em alguns sentidos ao de Jaguari –, salienta que esse saber-fazer dos imigrantes e seus descendentes está associado a formas específicas de ocupar o território e de praticar a agricultura.

queijo colonial se desdobra na esfera de trabalho feminina, no espaço da casa, e é transmitido de geração em geração por e entre mulheres, especialmente por mães e sogras às suas filhas e noras, num processo que envolve hierarquias, mas também afetos. Ao produzirem o queijo colonial, as trabalhadoras rurais de Rincão dos Alves (re)produzem, assim, valores atrelados à sua identificação e concomitantemente prezam pela “manutenção” de suas origens familiares, compartilhando sentidos, símbolos e vivências que atravessam gerações e representam esse modo de vida camponês e secular específico. Junto à produção do queijo, ensinam-se disciplina, materialidades, ciências ancestrais, habilidades e também o aproveitamento do tempo feminino no interior das propriedades. Além disso, há o reconhecimento e o aprendizado ligado aos ingredientes, ao leite, às vacas, aos utensílios e aos espaços das propriedades rurais.

Característico do Sul do Brasil, o principal alvo da colonização europeia no país, o queijo colonial é confeccionado a partir da junção do leite cru com o coalho industrial. Seu processo de produção, manual e artesanal, demanda tempo, conhecimentos e habilidades aprendidas pelas mulheres, que observam e são observadas. Comercializado pela via da informalidade em circuitos curtos de Rincão dos Alves, com a presença de intermediários, ou em dinâmicas face a face com trabalhadoras e trabalhadores urbanos, parentes e vizinhos, o produto circula por vendas que garantem às trabalhadoras rurais a “manutenção” de saberes tradicionais, além de lhes proporcionar um ganho. Essa renda possibilita uma melhoria na qualidade de vida que se estende ao núcleo familiar e permite a reprodução cotidiana desse campesinato. Entre os consumidores, a procedência do produto, quem o produz e o seu valor são reconhecidos. Esse contexto favorece uma visão do queijo como um produto cujo valor simbólico e de mercado (no sentido de valer o preço que se paga) está ligado justamente a essa relação que Jaguarí e seus habitantes mantêm com o passado colonizador europeu.

## **CRUZANDO TEMPORALIDADES: AS “HERANÇAS” DA COLONIZAÇÃO**

De acordo com Giralda Seyferth (1986), uma das principais pesquisadoras da colonização europeia no Brasil, o principal objetivo do projeto colonial, cujas bases eugenistas, era povoar terras consideradas devolutas com mão de obra branca e livre. No Brasil pós-abolição, imigrantes europeus chegavam a esse novo território, possibilitando o branqueamento da população como prerrogativa de progresso. Assim estruturava-se a racionalidade do projeto colonial iniciado no século XIX.



Em Jaguari, a colonização se efetivou mais tardiamente do que no restante do Rio Grande do Sul, uma vez que a colônia Silveira Martins, fundada em 1877, já não terras disponíveis, o que favoreceu o encaminhamento de muitos imigrantes que vinham da Itália fossem encaminhados para lá. Aos poucos, Jaguari se transformava numa colônia mista, composta por imigrantes e descendentes de italianos, alemães, poloneses, húngaros, austríacos e russos, entre outros. Os “colonos”, denominação atribuída para quem habitava as colônias, recebiam lotes de terras distribuídos em linhas. Nessas linhas, comunidades rurais iam surgindo, e nelas restam toponímias que até hoje referenciam essa demarcação espaço-temporal. Após a chegada ao solo brasileiro, quando estavam em contato com aqueles que aqui já habitavam, os migrantes começaram a construir e negociar suas identificações específicas, referenciando a origem “europeia” e elegendo para si sinais adscritivos (BARTH, 2000) como forma de se contrapor aos demais grupos. Dentre esses sinais, o trabalho foi tomado como uma prerrogativa de subsistência e possibilidade de ascensão, mas, acima de tudo, entendido como uma “virtude étnica” (SEYFERTH, 1986), uma qualidade intrínseca cuja compreensão atual é altamente valorativa. Trata-se de uma narrativa que coloca em evidência a perspectiva civilizatória do processo colonizador europeu desse período no Rio Grande do Sul.

Observa-se que valores, normas, costumes, conhecimentos e práticas moldaram e atualizaram as construções identitárias dos imigrantes europeus e, conseqüentemente, de quem deles descende. Práticas que remetem ao passado são mantidas e reconfiguradas ainda hoje no cotidiano de quem se reconhece como pertencente a determinado grupo, seja pela ascendência, seja pelos vínculos de parentesco. A produção do queijo colonial em Rincão dos Alves é uma dessas práticas e está diretamente relacionada aos modos de ocupação do território por esse campesinato de contornos étnicos (alemães, italianos, poloneses e outros) ao longo de determinado processo histórico que se origina na colonização europeia. Concordamos com João Carlos Tedesco (2015), que salienta o quanto, nos produtos denominados “coloniais”, mobilizam-se saberes, signos, qualidades territoriais e culturais. Para o autor, essas mobilizações “funcionam” como “potencialidades territoriais”, reforçando o sentimento de pertencimento (seja ao território, seja aos coletivos). Também acrescentaríamos que elas promovem a visibilidade e a valorização de determinados modos de vida e lógicas de produção, distribuição e consumo. O queijo circula de mãos em mãos, num trânsito em que se pode observar reciprocidades e lógicas de mercado em sintonia.

Em sua análise da confecção do queijo coalho na Região Nordeste, Sônia de Souza Mendonça Menezes (2011, p. 42) salienta o quanto essa atividade está repleta de simbolismos, tendo um valor cultural não mensurável por meio do qual se observam os vínculos das

populações com o território. Já Fabiana Thomé da Cruz e Renata Menasche (2015), em suas análises da produção do queijo serrano na região dos Campos de Cima da Serra (RS), afirmam que a materialização desse alimento está imbricada no modo de vida das famílias produtoras, compartilhando conhecimento e práticas associadas a formas particulares de cuidado com a terra e manejo de animais. O queijo é resultado de uma construção histórica, social e também de saberes compartilhados na vida doméstica para a produção de comida. Ele é produto, mas também produtor de relações sociais e práticas de produção, distribuição e consumo. O queijo também pode ser considerado uma forma de julgamento, por exemplo, como quando se sedimentam as redes do “bom queijo”, que traz satisfação ao ser consumido, ou quando o valor de uso equivale ao valor de troca.

## **A PRODUÇÃO DE QUEIJOS E AS LÓGICAS DE CONSUMO**

Em meados dos anos de 1990, a atividade leiteira se caracterizava, em Rincão dos Alves, como a principal fonte de renda dessas famílias de trabalhadoras e trabalhadores rurais. Contando com a mão de obra da família inteira, a produção era direcionada à Companhia Rio-grandense de Laticínios e Correlatos (Corlac). Desde 2010, porém – com o fechamento dessa indústria de laticínios e a necessidade de escoar a produção a outras regiões do estado, além da necessidade de modernização dessa atividade e seus consequentes altos investimentos, como a incorporação e uso de refrigeradores –, observa-se uma redução ou mesmo o abandono da atividade. Depois do cessar da comercialização do leite cru para a já extinta cooperativa, a produção leiteira em Rincão dos Alves agora se volta à confecção do queijo colonial.

Esse “abandono” coincide com a inserção da fumicultura em Rincão dos Alves, a atividade agrícola que homogeneizou as propriedades de forma intensa nos últimos 20 anos e é hoje a principal fonte de renda dessas famílias. Não sendo possível uma maior dedicação a outras atividades produtivas além dos cuidados com o tabaco, a atividade leiteira se mantém em algumas propriedades como uma função secundária, agora destinada somente às mulheres, visto que é um trabalho considerado culturalmente feminino (PAULILO, 2004). Todavia, quando essa era a principal atividade agrícola da comunidade, além da participação de todos os membros da família nas elaborações, esse trabalho tinha os homens como principais representantes nos espaços de decisão. Mesmo sendo uma atividade considerada feminina, quando compreendida como potencialmente geradora de renda, era apropriada pela figura masculina. Quando não

tivesse mais esse caráter, voltava ao domínio feminino. Como observam mais uma vez Cruz e Menasche (2014), todavia, o queijo, como produto artesanal, integra-se ao espaço produtivo. Para Yara Henn (2013), em suas análises de práticas agroecológicas no Paraná, alguns saberes acabam por ser desvalorizados nos projetos de desenvolvimento econômico convencional ou moderno, quando a monocultura pensa numa produção em escala e geradora de classificações específicas. Findam por ser atividades acessórias, não a principal fonte de renda das propriedades.

A continuação desse trabalho na comunidade de Rincão dos Alves por parte das agricultoras se sustenta na justificativa do costume, do hábito e do apego a essa função apreendida como parte do processo de socialização ao trabalho; sendo outrora destinado ao consumo da família, a produção do queijo agora se direciona também aos mercados urbanos locais ou à venda direta em circuitos curtos. É como apontam Sônia Menezes e Maria Geralda Almeida (2013, p. 143), em sua análise do papel das mulheres na produção do queijo coalho em Sergipe:

A continuidade dessa produção está intrinsecamente relacionada aos modos de vida, aos valores que os referenciam e à dimensão socioeconômica [...] que proporcionam uma renda com a comercialização dos produtos. A (re)afirmação do queijo caseiro ressurgiu como instrumento ou estratégia para a reprodução social [...] imbuída de forte sentimento de identidade.

Para além disso, manter ou retomar a produção do queijo colonial se apresenta como a continuação de um saber atrelado às raízes familiares, em relações de aprendizado marcadas por hierarquias, mas também por afetos, perpassadas por aspectos sentimentais e simbólicos que representam esse modo de vida camponês e secular. Assim, no contexto de Rincão dos Alves, também se observa esse vínculo profundo entre trabalho feminino, socialização, produção e saberes tradicionais partilhados entre e por mulheres, incluindo a circulação de objetos e narrativas. Pensamos os saberes tradicionais inspiradas na antropóloga Manuela Carneiro da Cunha (2007), que os caracteriza enquanto formas de entender e agir no mundo com validade local e com a possibilidade de acolher pluralidades.

Em Rincão dos Alves, a atividade leiteira é majoritariamente manual, pois, por se tratar de um trabalho delegado às mulheres, é comumente precarizado e recebe pouco investimento de capital para a melhoria da produção e da distribuição, sobretudo pela falta de reconhecimento dessa função como uma potencial atividade geradora de renda. O queijo colonial é preparado duas vezes ao dia, pela manhã e pela noite, dependendo da produção leiteira, que varia sazonalmente, e da quantidade de alimentos disponíveis para os animais da propriedade. A ordenha, assim como o cuidado com as vacas, é designada às mulheres, enquanto os bezerros ficam sob o encargo masculino e são direcionados à venda depois do desmame. Faça chuva ou

faça sol, o “trato” com as vacas é realizado diariamente, em horários rotineiros que exigem força física e habilidades específicas, tais como o tato, o olfato e o olhar treinado para reconhecer as condições físicas dos animais e saber se podem ou não ser ordenhados.

**Figura 1. Vacas leiteiras**



**Fonte:** Acervo pessoal de Renata Piecha (2019).

Em uma manhã de inverno de 2022 cujas temperaturas estavam amenas para a época do ano, o sol entrava pela janela lateral da cozinha de dona Ana. Em um grande recipiente herdado de sua sogra, que o utilizava para a mesma função, Ana (2022) aquece o leite no fogão a lenha. Mergulha suas mãos no líquido branco e esboça: “Já dá pra ‘tirá’ do fogo, porque se o leite fica muito quente o ‘quejo’ desanda”. Agarra a panela pelas alças e se direciona a um “puxadinho”, peça anexada à cozinha destinada sobretudo à produção do queijo, onde se encontram expostos dezenas de peças em diferentes processos de maturação. Questionada sobre os queijos mais procurados pelos comerciantes, Ana responde: “O pessoal gosta do queijo mais verde, tanto que esse mais maduro a gente rala e vende ralado, porque não tem procura”.



Já tendo adicionado o coalho industrial, Ana se dispersa por outras atividades, como a lavagem das roupas e a organização da casa. Passada cerca de uma hora, com a ajuda de uma escumadeira, Ana “desenha” uma cruz na massa já espessa – é o processo de “cortar o queijo”, que possibilita que o soro se diferencie da “massa”. Já tendo organizado as painéis no fogão a lenha, Ana começa a retirar o coalho, e assim se desenrola uma parte significativa da manhã, nessa mescla entre a produção do queijo e as atividades da casa. Esse líquido retirado vai para outro recipiente, depois serve de suplemento à alimentação dos suínos. Quando a massa se assemelha à ricota, adiciona-se o sal, e Ana organiza na pia uma fôrma circular com pequenas fissuras ao redor, envolta num pano transparente, no qual ela acomoda a puína<sup>4</sup>. Por seus 58 anos e, a seu ver, pelo excesso de trabalho (principalmente os repetitivos, como a ordenha das vacas), Ana diz não ter mais tanta força nos braços. Então sobe numa cadeira para que consiga direcionar maior pressão ao comprimir a massa envolta no pano transparente, fazendo o soro escorrer mais uma vez. Ana finalmente aloja a massa na fôrma circular, enrola o pano transparente na fôrma, encaixa uma roda de madeira artesanal, confeccionada por seu marido, e, em cima dela, um peso. Somente ao final do dia, o queijo é desenformado, não sem antes ser virado do avesso. Desse modo, de acordo com a perspectiva de Tim Ingold (2012), a confecção do queijo é uma coisa no mundo, um acontecer que tem seu fluxo e seu devir, no qual outros acontecimentos se entrelaçam. Também está relacionada a uma perspectiva de excedente útil e aproveitável para os camponeses. Aquele leite que não é mais vendido ou que serve para alimentar a família torna-se queijo, alimento valorizado. Essa utilização também faz parte de um aproveitamento de recursos do mundo camponês, no qual um alimento, quando não é comido pelos humanos, pode se converter no alimento de animais ou apenas ser descartado. Transformar o leite em queijo é valorizável. Transformar o queijo em dinheiro e capital social é uma estratégia.

Esse é um trabalho realizado por mãos femininas que requer tempo, dedicação, conhecimento e domínio nas diferentes fases do processo. Por existir essa constância, caracterizamos essa produção como um rito profano, tal qual define Claude Rivière (1997), ou seja, aquele que se desenrola no cotidiano, embora possua qualidades sacras, como o zelo e a disciplina. Além disso, é com base em suas qualidades sensíveis que as mulheres de Rincão dos Alves concretizam essa produção, por isso a compreendemos como “ciência do concreto”, uma denominação de Lévi-Strauss (1976). Esse saber é, por vezes, apreendido pelas trabalhadoras rurais quando observam a mãe, ainda na infância, realizar o trabalho, ou a sogra, pois, após

---

<sup>4</sup> A puína é um estágio de fabricação do queijo colonial no qual a massa se assemelha à ricota.

constituírem matrimônio, as mulheres esposas tendem a se moldar às normas da família na qual ingressam, como destaca a fala de Tereza (2022)<sup>5</sup>:

Aprendi a “fazê queijo” com a mãe. Era pequena, ainda, e como a gente tirava leite e revezava o serviço da casa [refere-se a uma dinâmica de revezamento de tarefas com as demais irmãs], tinha que “fazê” o “queijo” também. Depois a gente “dexô” de “fazê”, a mãe adoeceu, e o pai vendeu as vaca [*sic*]. Quando casei e vim “morá” aqui no Rincão, a sogra já fazia, aí fui pegando o jeito dela.

Esse trabalho é, portanto, resultado de um atento e constante processo de socialização experienciado pelas agricultoras, por meio do qual apreendem habilidades, na compreensão do antropólogo Tim Ingold (2010), em ressonância com o ambiente ao qual se expõem, utilizando o corpo e as capacidades sensoriais como instrumentos de aprendizado. Seria, em suma, um “aprender-fazendo”, que ocorre em tempo real num contínuo que é a experiência vivida. O queijo deve ser observado em sua consistência, seu talho, sua reação ao tempo. Deve ser sentido pelo olfato, para saber se está azedado ou se existe alguma “massa” que não talha no ponto certo. Quando relatam esse processo de aprendizado, nota-se um saudosismo narrativo, pois esse “aprender-fazer” é visto como uma forma de afeto, cuidado e partilha importante na socialização feminina. Como aprenderam com as mães e sogras, transmitem às filhas e noras, além das técnicas, valores culturais desse modo de vida e uma noção de tempo muito particular. Os utensílios usados também são transmitidos com os saberes de geração em geração por e entre mulheres. As grandes panelas nas quais o leite é aquecido transpassam gerações, assim como as formas que acomodam a massa, que têm valor sentimental e simbólico, visto que representam um aprendizado e, agora, uma possibilidade de sustento absorvido em outra temporalidade. Trata-se de uma herança representada não pela propriedade da terra, mas pelo acesso ao aprendizado de saber fazer o queijo e transformá-lo em renda. Há, igualmente, uma aprendizagem acerca do tempo e de como se apropriar dele de modo produtivo. Nesse processo, o trabalho como valor assume um papel importante, sendo o queijo uma forma cristalizada dessa produtividade.

A vinculação entre origem e sabor pode ser observada e avaliada pelo tato, que testa se o queijo está no ponto, pelo paladar, que julga se o sal está “correto”, e pela visão, que considera se a textura do queijo é aprazível. O queijo é, enfim, um medidor de “autenticidades” e sentidos. Embora se observe que o sal, por exemplo, pode ser adaptado ao paladar do consumidor, há uma “*expertise*” e um jogo entre produtor e consumidor sempre bem interessante de se observar.

---

<sup>5</sup> Nome fictício.



O queijo deve ser comentado ao ser entregue (seja por “doação”, seja por venda) e ao ser recebido ou comprado. Trata-se de um diálogo apreendido que deve ser polidamente executado, pois o produtor não pode desmerecer nem valorizar exageradamente seu produto, enquanto o consumidor não pode “ofendê-lo”. Trata-se de etiquetas muito particulares do mundo camponês. Isso não quer dizer que não haja rumores ou fofocas sobre os queijos. Muito pelo contrário. Os queijos provocam muitas conversas e negociações.

**Figura 2. Mãos que fazem o queijo**



Fonte: Acervo pessoal de Renata Piecha (2019).

Por surgir de uma esfera de trabalho reconhecida como feminina, o espaço da cozinha (e o doméstico), a produção do queijo colonial é um “saber-fazer” dominado por mulheres e partilhado entre e com elas. Entendemos a noção de “saber-fazer” de acordo com Ellen e Klaas Woortmann (1997), isto é, aquela que se configura no modo de viver camponês passado entre gerações e que é transmitida e retransmitida entre os camponeses. É válido destacar que, porém, que, de acordo com estes autores, tais valores não são imutáveis – estão em constante e contínuo processo de atualização (WOORTMANN E., WOORTMANN K., 1997). Poderíamos dizer, quando pensamos nas lógicas de mercado e de venda dos queijos, também repletas de negociações, aprendizados e de uma constante leitura das possibilidades econômicas. Manuela

Carneiro da Cunha (2007, p. 78) afirma que os saberes tradicionais residem “tanto ou mais nos seus processos de investigação quanto nos acervos já prontos transmitidos pelas gerações anteriores”, ou seja, são também possibilidades de leitura do mundo e de práticas possíveis. Constatamos que esse trabalho está relacionado à posição social ocupada pelas mulheres enquanto mães, esposas, cuidadoras e trabalhadoras da terra. Na socialização feminina, fazer o queijo, fazer o pão, cuidar das hortas, das galinhas e das vacas, coser, costurar, cozinhar, lavar roupas, educar religiosamente os filhos (são famílias católicas), entre tantas outras atividades, são responsabilidades das mulheres. Responsabilidades que são transmitidas de geração a geração, cruzando, no interior dos grupos domésticos, com os papéis de mãe, sogra, filha (ou sua posição na ordem de nascimentos), irmã, entre outras possibilidades.

É no interior das residências, principalmente nas cozinhas, que esse saber-fazer ocorre. Espaço de domínio feminino, admite trânsitos masculinos, sobretudo pelo compartilhamento do chimarrão e pela busca de calor nos fogões à lenha durante o inverno. Ellen Woortmann (2015), analisando os espaços de gênero no Sul do Brasil, afirma que são mais fluídos, diferentemente dos estudos de Sônia Menezes e Geralda Almeida (2013), em Sergipe, nos quais as definições são piamente delimitadas. Em Rincão dos Alves, as figuras masculinas pouco ou não participam desse trabalho, limitando-se à retirada do soro quando as mulheres estão imbricadas em outras tarefas da casa ou do ambiente doméstico.

Esses saberes tradicionais residem, ainda de acordo com Cunha (2007, p. 27), ou seja, estão sujeitos à modificação. Sendo as guardiãs e transmissoras dos conhecimentos sobre o leite, o cuidado das vacas e o queijo, as mulheres de Rincão dos Alves também acionam suas agências (ORTNER, 2007), recolocando-se quanto ao processo de produção do queijo, do uso do tempo, da estipulação do valor e do manejo dos utensílios, entre outras habilidades (INGOLD, 2010), que adquirem nos processos interativos entre o mundo rural e urbano e por meio das novas tecnologias de comunicação e preparo. Embora a produção de queijo ensinada seja feita com coalho artesanal, no momento da pesquisa usava-se o coalho industrial na produção do laticínio, pois o resultado era melhor. Essas mudanças são sempre experimentadas, testadas e, somente depois de aprovadas nos contextos domésticos, justificadas como legítimas e possíveis. Nem sempre a introdução de um elemento “externo” ou “industrializado” nas cozinhas camponesas ocorre sem uma grande experimentação; dito isso, o coalho industrial foi bem aceito.

## **QUAL O VALOR? PARA ALÉM DA COMERCIALIZAÇÃO**

Em sua residência Tereza organiza os queijos, já limpos, sobre a mesa da cozinha, à espera do intermediário que lhe comunicou de antemão sua ida até a comunidade de Rincão dos Alves naquele dia. Ao chegar, enquanto ele adentra a residência, a conversa entre ambos versa sobre as temperaturas climáticas dos últimos dias, atípicas para a época do ano, e ruma para os processos de maturação do queijo e para a grande procura do produto na cidade vizinha, onde os laticínios seriam revendidos. Com sua própria balança, Tereza pesa os queijos: cada peça tem um pouco mais de 1 quilo. Em seguida, os produtos são acomodados em caixas e levados até o caminhão (do comprador) estacionado em frente à residência. Lá, Tereza subtrai parte significativa do valor obtido com a venda, comprando mantimentos revendidos pelo comerciante, como açúcar, arroz e farinha de trigo. Como quem a auxilia na ordenha das vacas e na própria confecção do produto é sua nora, Tereza a chama e pede a ela que também escolha os produtos de que necessita. Cerca de 40 queijos foram comercializados naquele dia, em diferentes estágios de maturação, no valor de 15 reais por quilo. Estávamos no ano de 2022.

Recorrendo à lógica da venda do excedente, ou seja, daquilo que a família, por si só, não consome, em Rincão dos Alves o queijo colonial é escoado exclusivamente pela via da informalidade em circuitos curtos, com comerciantes e trabalhadores urbanos, assim como entre vizinhos e parentes. Analisando a questão da informalidade presente na lógica mercantil de produtores artesanais no Paraná, Clovis Dorigon (2010) observa a complexidade existente no fato de que, como os produtores não possuem condições financeiras, de infraestrutura e de conhecimento para atender às exigências impostas pelas agências reguladoras, sentem-se muitas vezes vulneráveis. Ao analisar a produção do queijo no Nordeste brasileiro, Menezes (2011, p. 13), salienta que “a polêmica que envolve a produção está intrinsecamente relacionada à preservação de um alimento como identidade, a sua contribuição na reprodução social do agricultor familiar e à controvérsia a respeito da informalidade e dos entraves”. No caso de Jaguari, observa-se que a informalidade e a ideia de que os queijos são produtos “caseiros”, de pequena repercussão comercial, não conduz as produtoras ao estresse das vigilâncias sanitárias e de grandes mudanças no processo de feitura e de armazenamento do alimento. Em Santa Maria, por exemplo, cidade maior que Jaguari e vizinha a ela, o estresse do confisco da produção e das possíveis sanções é algo muito presente na produção do queijo, especialmente aquele que é comercializado em feiras urbanas.

A questão da informalidade abarca algumas problemáticas, entretanto, principalmente

quando se trata da negociação de preços justos com os intermediários. Em Jaguari, os comerciantes urbanos se deslocam até as comunidades do interior em busca desses produtos – que revendem, em seguida, em seus estabelecimentos comerciais nos núcleos urbanos próximos. Esses comerciantes adquirem o queijo colonial sob a prerrogativa da aquisição de produtos industrializados, tais como farinhas, café, arroz, açúcar, erva-mate, entre outros. Esse processo de “venda”, que ocorre por uma espécie de “moeda de troca”, envolve a negociação do queijo e de outros produtos. Giralda Seyferth (1999), ao analisar o comércio colonial no Vale do Itajaí-Mirim, observou uma dinâmica similar à que apresentamos aqui, na qual os colonos tinham que vender ou trocar suas produções por mercadorias trazidas das cidades muito importantes para sua subsistência nas colônias. Essas compras por vezes apresentavam relações desiguais entre o valor delegado aos produtos e as dívidas assumidas pelas famílias com os comerciantes. Nesse processo de mercantilização, observam-se também relações de reciprocidade, que, conforme Sabourin (2011), podem ser alienantes, dadas as assimetrias de poder. Salientamos que essa reciprocidade pode ser uma reciprocidade de aparências, que esconde trocas assimétricas e desiguais em seus bastidores de negociação de valor. Com a justificativa de que o valor cobre o investimento em combustível feito pelos compradores que vão até Rincão dos Alves adquirir o queijo, os valores requeridos por esses produtos ultrapassam os preços dos mercados locais ao mesmo tempo que o valor agregado ao queijo colonial é estipulado, mediante negociação, com as mulheres. Em 2022, o quilo do queijo girava em torno de 15 reais. Em Santa Maria, por exemplo, o queijo colonial é vendido em feiras e mercados por valores que variam entre 30 e 40 reais por quilograma. Os queijos processados pelas indústrias de laticínios alcançam valores de compra duas ou três vezes maiores nos supermercados.

É válido, portanto, destacar que, por um lado, a informalidade abre margem para negociações difíceis e para a consequente exploração do trabalho dessas mulheres. Como também foi observado por Menezes e Almeida (2013), há um “poder dissimétrico” no momento de “imputar” o valor do queijo ou do quilo do queijo quando ele é imposto exclusivamente pelo comerciante. No contexto amazônico, Rosane Vargas, Therezinha Fraxe e Albejane Castro (2013) também observam o quanto os camponeses são subordinados à vontade do capital comercial, em negociações desvantajosas para ele. Concordamos com Menezes e Almeida (2013): observa-se que, por vezes, imperam na comercialização do queijo relações de poder assimétricas, distanciadas, e frias entre produtoras e comerciantes. Essa é a principal forma de inserção, todavia, desses produtos nos mercados locais do município e nos arredores de Jaguari, e, retomando os escritos de Sabourin (2011), não se pode esquecer que há também uma reciprocidade ternária, pois o intermediário tem o reconhecimento da qualidade do produto e

tem confiança no produtor ou na produtora, construída nos anos de manutenção dessas teias de compra e venda. Ademais, esses comerciantes urbanos buscam fazer imposições ao trabalho dessas mulheres, como determinar o estágio de maturação que o queijo deve ter e a quantidade de sal que recebe, imposições, feitas muitas vezes em vão. Nessa complexidade de teias de relações que marcadas por relações de parentesco, vizinhança e afinidades, o queijo colonial circula e, para além de uma comida com valor de mercado, é um elemento que ainda estamos pesquisando com maior detalhamento.

A informalidade, então, apesar de ter seu caráter problemático, permite que o espaço da casa – representado por conhecimentos e práticas dessas mulheres – sobressaia no processo mais industrializado e regrado pelas exigências de um sanitarismo que às vezes desconhece e desrespeita saberes tradicionais orientados por outras normatizações e experiências. Um exemplo dessas imposições é o estabelecimento dos critérios definidos nos Estados Unidos e adotados no Brasil, que, como apontam Cruz e Menasche (2014), definem o tempo mínimo de maturação em sessenta dias, no caso de queijos feitos de leite não pasteurizado. Em Rincão dos Alves, as mulheres não levam em consideração essa demanda, e o processo é indiferente aos consumidores, que chegam a preferir o produto “verde”, ou seja, recém-confeccionado. Além disso, essas normas desconhecem as formas de fazer esses produtos, ignorando as tradições e os significados imbricados nessas práticas com base no conhecimento científico ocidental, que, como destaca Cunha (2007), impõe-se como verdade absoluta e universal, ignorando a pluralidade epistêmica existente em algumas práticas e produções. Apesar de enfrentarem imposições, são as mulheres que definem como fazer o trabalho, utilizando suas técnicas e os recursos disponíveis, e partilham o que compreendem como um alimento “seguro”, pois suas famílias também o consomem há gerações. Não se trata de um alimento “feito para vender”, mas que é “vendido” devido à existência de um excedente da produção leiteira e aos benefícios que a renda traz. As famílias consomem o mesmo queijo que comercializam, o que as torna avaliadoras de primeira instância.

A venda do queijo colonial se estabelece ainda de forma direta, por meio de trabalhadoras e trabalhadores urbanos, os denominados “clientes fiéis”, ou seja, aqueles que adquirem os queijos produzidos pelas agricultoras com determinada frequência. Ana<sup>6</sup> manifesta como essa comercialização se iniciou:

Tem uma prima do Jorge<sup>7</sup> que trabalha no Sindicato [dos Trabalhadores Rurais de

---

6 Nome fictício.

7 Nome fictício.

Jaguari] que sempre dava umas “ropa” pra gente “usá” no fumo. Aquelas camisa social<sup>8</sup> [sic] de manga comprida, que a gente não tem aqui, mas é bom de “usá” na colheta. Eu levava banha, ovo, e quando comecei a “fazê” o “quejo”, levei pra ela. Depois ela quis sempre, “pergunto” se eu vendia, e as outras guria [sic] do sindicato também começaram a pedir. Faz uns cinco ano [sic] isso. Até hoje, quando “vamo” pra Jaguari eu levo pra elas.

Desse modo, quando se dirigem ao núcleo urbano do município de Jaguari, essas camponesas levam consigo seu produto e, em uma relação face a face, comercializam-no. Ademais, ainda mediante uma venda direta, distribuem seu produto entre parentes e vizinhos, seja cobrando por ele, seja utilizando-o como uma forma de gratificação de favores. Estabelecendo e mantendo relações de reciprocidade e, por vezes, de amizade em trocas simbólicas importantes para a manutenção de laços de solidariedade, essa venda ou troca reconhece também a qualidade desse produto. Nesse caso, há que se pensar que alguns jovens rurais de Rincão dos Alves necessitam de redes de solidariedade das famílias urbanas para findar seus estudos na cidade. A “venda direta”, conforme analisa Sabourin (2011), possibilita também o encontro diferenciado e mediado entre produtor e consumidor, a reciprocidade binária, permitindo o surgimento de afetividades, amizades e reconhecimentos mútuos, como fidelidade e respeito, dons e dádivas implícitos nas transações.

O queijo colonial, então, é consumido majoritariamente por cidadãos citadinos, que reconhecem nesse produto valor simbólico, sobretudo pela relação que Jaguari e seus moradores mantêm com suas origens históricas, atreladas ao tempo da colonização e da vinda dos imigrantes europeus, seus antepassados, ao Brasil. Salientam Dorigon e Renk (2011, p. 109), em sua análise da venda de produtos coloniais no oeste catarinense, que os consumidores desses produtos “tem um pé na roça”. Há também uma memória étnica que circula junto com os produtos, como salientam Patrícia Froelich e Maria Catarina Chitolina Zanini (2015), em pesquisa realizada numa feira urbana de Santa Maria, quando observam que os clientes procuravam alimentos que remetiam às suas origens rurais e à ascendência italiana. Já segundo Ana Maria Beber e Renata Menasche (2011, p. 88), que analisam a região dos Campos de Cima da Serra, no Rio Grande do Sul, os consumidores urbanos buscam esses produtos tendo em vista o “desfrute dos sabores e da qualidade, os produtos da terra, bem como as técnicas e conhecimentos próprios do saber-fazer herdado, dos produtos e variedades locais, das tradições e identidades associadas às práticas alimentares artesanais e/ou ancestrais”.

---

8 Durante o manejo do tabaco as/os trabalhadoras/es usam vestimentas que cobrem o corpo todo, evitando intoxicações quando em contato com a planta, servindo de prevenção contra os raios solares e animais peçonhentos.



Além disso, ao produzirem e comercializarem esse alimento, as agricultoras de Rincão dos Alves buscam positivar sua identidade e demarcar sinais adscritivos de gosto (BOURDIEU, 2007). Como “classe objeto” (BOURDIEU, 1977), ou seja, despidos do poder de definir sua própria identidade, essas práticas possibilitam uma releitura desse modo de vida camponês, que é valorizado e reconhecido. O rótulo de “colonial” atribui um valor simbólico e de mercado ao produto. Concordamos com Seyferth, quando ela salienta que o colonial se insere também na realidade subjetiva socialmente valorizada, pois

[...] aquilo que é plantado e colhido na roça, na horta, e o que se produz a partir da criação, configura a divisão do trabalho (familiar), hábitos alimentares, uma tradição reportada aos tempos pioneiros da colonização, e a própria identidade social do colono (sem adjetivação). (SEYFERTH, 2015, p. 28).

Como aponta Tedesco (2015), essa ainda é uma forma de otimizar e potencializar as redes mercantis, pois uma identificação geográfica é dada pela promoção de produtos lidos como típicos, ou seja, aqueles que reforçam a dimensão identitária, tanto de quem os produz quanto de quem os consome. Isso pode ser observado no crescente aumento de lojas de “produtos coloniais” no Rio Grande do Sul como um todo.

O processo de elaboração do queijo “colonial” do interior de Jaguari pode ser considerado um patrimônio material e imaterial, pois, como destaca Letícia Viana (2016), são referências culturais do passado experienciadas na contemporaneidade que falam sobre identidades e comunidades constituintes da sociedade brasileira, além de apresentarem relevância e potencial tecnológico, econômico e cultural. Vemos a atividade ainda como uma importante forma de inclusão social dessas mulheres. Dorigon e Renk (2011, p. 105), no caso de Santa Catarina, pensando no colonial, assinalam que ocorre a “incorporação dos saberes seculares herdados dos ancestrais e ostentados como brasões que incorporam a cultura material e imaterial”. Ademais, ao se contrapor ao produto industrializado e padronizado, há certo grau de distintividade nessa produção e nesse consumo. Ao mesmo tempo que a população citadina de Jaguari passa a ter acesso a determinados alimentos cuja procedência (re)conhecem, como o queijo colonial, as camponesas de Rincão dos Alves usufruem de um ganho que lhes propicia maior autonomia e melhora na qualidade de vida. Essa renda é investida em saúde, conforto e bem-estar familiar e pessoal. Dito isso, essas lógicas mercantis nos permitem compreender, como ressalta Maria de Nazareth Baudel Wanderley (2009), o rural e o urbano por meio de uma relação de mão dupla. Nessa complexa relação são estabelecidas trocas e relações de reciprocidade, complementariedade e interdependência. Relações de poder também são exercidas e acionadas no trânsito do queijo que vai do âmbito rural ao urbano.

Os ganhos obtidos com a venda do queijo colonial em Rincão dos Alves são denominados de “dinheiro pingadinho”, pois são recebidos de forma gradual, em decorrência da inconstância das vendas. Contudo podemos observar certa depreciação de sua importância, por advir da produção feminina e não contabilizar montantes tão significativos como aquele que advém da fumicultura, por exemplo, que ainda é a atividade principal das famílias. A fala de Tereza (2019) manifesta essa desvalorização da produção, mas também a potencialidade e o apego a essa função:

O esposo queria que eu parasse, porque é só mais trabalho. Quando tamo colhendo [o tabaco] tem que “tirá” leite de noite. Fico até tarde [da noite] pra “termina” [o processo de confecção do queijo], e no “outro” dia tem que “acordá” cedo. E não é nada, não é nada [referindo-se aos lucros obtidos com a venda do queijo colonial], mas a dispensa tá cheia, a conta de luz tá paga, sô eu que pago. E “vamo fazê” o que com as “vaca”?

Esse “dinheiro pingado”, então, é usado para suprir as necessidades cotidianas da família, como a compra de mantimentos, e proporciona acesso a planos de saúde e investimentos, como a educação das filhas e filhos, além de maior conforto familiar. Reproduzem, portanto, a lógica camponesa vigente, que compreende a família como valor e a dispersão da renda no grupo doméstico.

As trabalhadoras de Rincão dos Alves, todavia, podem usufruir desses ganhos para a satisfação de suas próprias necessidades de consumo, tendo acesso a bens e serviços dos quais essa população foi, por muito tempo, privada. Um exemplo disso seria a compra de utensílios para as cozinhas, produtos para a saúde, de beleza e higiene, bem como outros consumos antes impensados para essas mulheres. Assim sendo, agentes ativas e geradoras de renda, rompem com a lógica que garante apenas aos homens o acesso e a administração do dinheiro – o que, conforme destaca Maria Ignez Paulilo (1987), é crucial numa sociedade capitalista. Esse ganho é, então, uma possibilidade de autonomia, de investimento das mulheres em si mesmas e de qualidade de vida para as famílias, ensejando certa autodeterminação, independência e reconhecimento (ANDERSON e HONNETH, 2004). Talvez o mais importante: ensinam a possibilidade de as mulheres decidirem sobre a forma de utilização do valor monetário advindo da sua produção, coisa que não ocorre com a renda advinda da fumicultura, por exemplo.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Mediante a produção, a comercialização e o consumo do queijo colonial em Jaguari renovam-se processos de identificação e fomentam-se as origens familiares e étnicas atreladas ao processo de colonização ligado a esse território desde o final do século XIX. Sentidos e significados são atribuídos nessas lógicas, que também são dinâmicas de mercado, de solidariedade e reciprocidade. Essa produção e essa comercialização ainda representam um modo de vida atrelado ao trabalho na terra que preza pela manutenção dos conhecimentos tradicionais repassados entre e por mulheres, em relações de parentesco hierarquicamente organizadas. A produção do queijo requer habilidades, sensibilidades e conhecimentos. O queijo tem sua temporalidade. Assim, desde o processo de socialização primária ou ao longo da vida, essas mulheres se tornam aptas, tornando-se produtoras queijos e administradoras do tempo e do espaço de sua produção e consumo. Queijos esses que também podem ser reconhecidos como “mercadorias” que geram renda, aspecto que apresentamos aqui. O processo de retirada do soro, da escolha do leite, da quantidade de fermento e do tempo de fermentação faz parte de uma “ciência do concreto” (LÉVI-STRAUSS, 1976) que se aprende vendo, sentindo e fazendo.

Fazer o queijo enquanto se fazem muitas outras coisas também faz parte da socialização das mulheres, que assumem, no contexto da família camponesa, o papel de cuidadoras, nutridoras e geradoras de renda, enquanto quem consome esse produto (re)conhece a procedência e paga para consumi-lo. Concordamos com José Newton Meneses (2009), que analisa a fabricação do queijo artesanal em Minas Gerais e salienta que a esse modo de fazer acrescentam-se formas de viver, significados atribuídos, sentidos e simbologias adotadas. Para além disso, como afirma Tedesco (2015), acrescenta-se também a dinâmica de intercambialidade mercantil, produzindo territórios, costumes e valores humanos e simbólicos. Manon Boulianne (2013) analisa os queijos produzidos e consumidos localmente no Quebec, no Canadá, enquanto produtos que se contrapõem aos industrializados e se encontram envoltos por uma concepção romântica e saudosista do passado e da história local e nacional, denotando uma autenticidade.

O queijo colonial em Jaguari reproduz um dado modo de vida perpassado por práticas, conhecimentos e sabores seculares. Justamente por essa caracterização cabe o manejo de políticas públicas que preservem e não se imponham sobre esses conhecimentos tradicionais, como defendem Cruz e Menasche (2015). Por reconhecer a potencialidade dessa produção e desse consumo, vislumbramos ainda que é mediante as vendas do queijo colonial que algumas das necessidades básicas das famílias são supridas e a reprodução cotidiana das famílias de

Rincão dos Alves se torna viável. Ademais, a produção e comercialização, na maioria das vezes, mantêm uma relação com o território, garantindo uma melhoria de vida para a família e para a comunidade, sobretudo pela distribuição de alimentos. Isso vai ao encontro da ideia defendida por Silvia Federici (2017), que afirma que as mulheres são as agricultoras de subsistência do planeta e garantem alimentação para as suas famílias, mas que também abastecem determinadas demandas dos mercados locais. Além disso, a ideia de um queijo “da colônia”, fortalece e reconhece os vínculos com o território e suas potencialidades. Trata-se, em alguma medida, no processo como um todo, de uma valorização do produto e da capacidade produtiva “da colônia”.

Assim, para além do lado simbólico da produção do queijo, há que se olhar para as relações de poder que se estabelecem entre as produtoras e os trânsitos de distribuição e consumo do produto. Seja no interior dos grupos domésticos e das famílias, entre rural e urbano, seja nas intermediações e nas imposições que por vezes são acionadas na produção do queijo, como o uso do sal e as regras sanitárias, por exemplo, há poderes circulantes. Este artigo é uma inserção de pesquisa ainda não finalizada que com certeza nos permitiu olhar mais atentamente para alguns aspectos presentes na produção, na distribuição e no consumo do queijo colonial em Jaguari e seus entornos.

## REFERÊNCIAS

1. ANDERSON, John; HONNETH, Axel. Autonomy, vulnerability, recognition and justice. In: CHRISTMAN, John; ANDERSON, John. **Autonomy and the challenges to liberalism**. Cambridge: New Essays, 2004. p. 127-149.
2. BARTH, Fredrik. Os grupos étnicos e suas fronteiras. In: LASK, Tomke. **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000. p. 25-67.
3. BEBER, Ana Maria Costa; MENASCHE, Renata. Turismo rural e alimentação, identidade e patrimônio: um olhar sobre os Campos de Cima da Serra em tempos de nostalgia. **Revista de Economia Agrícola**, São Paulo, v. 58, n. 1, p. 87-99, 2011. Disponível em: <https://docplayer.com.br/58365847-Turismo-rural-e-alimentacao-identidade-e-patrimonio-um-olhar-sobre-os-campos-de-cima-da-serra-em-tempos-de-nostalgia-1.html>. Acesso em: 05 maio 2022.
4. BONI, Valdete; QUARESMA, Sílvia Jurema. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**, Florianópolis, v. 2, n. 1 (3), 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/18027/16976>. Acesso em: set. 2020.

5. BOULIANNE, Manon. Artisans du pays et imaginaires fromagers: la qualification des fromages fins du Québec comme produits de terroir. **Anthropologie et Sociétés**, , 37, n° 2, p. 213-231, 2013. Disponível em: <https://www.anthropologie-societes.ant.ulaval.ca/articles/artisans-du-pays-et-imaginaires-fromagers-la-qualification-des-fromages-fins-du-quebec-comme-produits-de-terroir>. Acesso em: 05 maio 2022.
6. BOURDIEU, Pierre. Une classe objet. **Actes de la recherche en sciences sociales**, Paris, v. 17, n. 18, p. 2-5, 1977.
7. BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007.
8. CRUZ, Fabiana Thomé da; MENASCHE, Renata. Queijos de leite cru: entre as normas e a tradição. **Revista Visa em Debate**, v. 2. n. 4, p. 34-42, 2014. Disponível em: <https://visaemdebate.incqs.fiocruz.br/index.php/visaemdebate/article/view/408>. Acesso em: 05 maio 2022.
9. CRUZ, Fabiana Thomé da; MENASCHE, Renata. Modos de vida, alimentos tradicionais e patrimônio cultural: uma reflexão a partir do queijo serrano. **Ateliê Geográfico**, Goiânia, v. 6, n. 3, p. 28-51, 2015. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/288003372\\_Alimentos\\_tradicionais\\_modos\\_de\\_vida\\_e\\_patrimonio\\_cultural\\_uma\\_reflexao\\_a\\_partir\\_do\\_Queijo\\_Serrano](https://www.researchgate.net/publication/288003372_Alimentos_tradicionais_modos_de_vida_e_patrimonio_cultural_uma_reflexao_a_partir_do_Queijo_Serrano) . Acesso em: 05 maio 2022.
10. CUNHA, Manuela Carneiro da. Relações e dissensões entre saberes tradicionais e saber científico. **Revista USP**, São Paulo, n. 75, p. 76-84, 2007.
11. DATASEBRAE. 2018. Disponível em: <https://datasebrae.com.br/perfil-dos-municipios-gauchos/>. Acesso em: 05 maio 2019.
12. DORIGON, Clovis. O mercado informal dos produtos coloniais da região Oeste de Santa Catarina. In: VENEC – Encontro Nacional de Estudos do Consumo/Encontro Luso-Brasileiro de Estudos do Consumo, 1., 2009. **Anais [...]**. Rio de Janeiro:, 2010. p. 15-17.
13. DORIGON, Clovis; RENK, Arlene. Técnicas e métodos tradicionais de processamento de produtos coloniais: de “miudezas de colonos pobres” aos mercados de qualidade diferenciada. **Rev. de Economia Agrícola**, São Paulo, v. 58, n. 1, p. 101-113, 2011. Disponível em: <http://www.iea.sp.gov.br/ftp/iea/publicacoes/rea/2011/rea8-1-11.pdf>. Acesso em: 05 mar. 2020.
14. FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Elefante, 2017.
15. FROELICH, Patrícia Rejane; ZANINI, Maria Catarina Chitolina. Fazendo etnografia na feira: uma etnografia entre mulheres camponesas em Santa Maria, Rio Grande do Sul. In: ZANINI, Maria Catarina Chitolina (org.). **Mercados, campesinato e cidades: abordagens possíveis**. São Leopoldo: OIKOS, 2015. p. 185-209.
16. HENN, Yara Aquino. Agroecologia e relações de gênero em projeto societário. In:

- NEVES, Delma Pessanha; MEDEIROS, Leonilde Servolo de (orgs.). **Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos**. Niterói: Alternativa, 2013. p. 65-88.
17. INGOLD, Tim. Da transmissão de representações à educação da atenção. **Educação**, Porto Alegre, v. 33, n. 1, p. 6-25, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ha/a/yFwQjKdxmZ4wC3X8GPGqf6y/?lang=pt>. Acesso em: jun. 2019.
18. INGOLD, Tim. Trazendo as coisas de volta à vida: emaranhados criativos num mundo de materiais. **Horizontes antropológicos**, Porto Alegre, v. 18, n. 37, p. 25-44, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ha/a/JRMDwSmzv4Cm9m9fTbLSBMs/?lang=pt>. Acesso em: 05 mar. 2022.
19. INGOLD, Tim. Chega de etnografia! A educação da atenção como propósito da antropologia. **Educação**, 39(3), 404–411. 2016. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/21690>. Acesso em: 05 maio 2022.
20. LÉVI-STRAUSS, Claude. **Raça e História**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1976. p. 328-366.
21. MARCHIORI, José Newton. **Esboço histórico de Jaguarí**. Santa Maria: Palotti, 1999.
22. MÉCHIN, Colette. Essai d’anthropologie de l’alimentation dans le Nord-Est français. Première partie: usages vosgiens. **Revue des sciences sociales de la France de l’Est**, Quebec, n. 14, p. 79-95, 1985.
23. MENESES, José Newton Coelho. Modos de fazer e a materialidade da cultura “imaterial”: o caso do queijo artesanal de Minas Gerais. **Patrimônio e Memória**, Assis v. 5, n. 2, p. 19-33, 2009.
24. MENEZES, Sônia de Souza Mendonça. Queijo de coalho: tradição cultural e estratégia de reprodução social da região nordeste. **Revista de Geografia (UFPE)**, Recife, v. 28, n. 1, p. 40-56, 2011.
25. MENEZES, Sônia de Souza Menezes; ALMEIDA, Maria Geralda de. Reorientações produtivas na divisão familiar do trabalho: papel das mulheres do sertão de São Francisco (Sergipe) na produção do queijo de coalho. In: NEVES, Delma Pessanha; MEDEIROS, Leonilde Servolo de (orgs.). **Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos**. Niterói: Alternativa, 2013. p. 129-146.
26. ORTNER, Sherry. Subjetividade e crítica cultural. **Horizontes antropológicos**, Porto Alegre, v. 13, n.28, p. 375-405, 2007.
27. PAULILO, Maria Ignez. O peso do trabalho leve. **Revista Ciência Hoje**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 28, p. 64-70, 1987.
28. PAULILO, Maria Ignez. Trabalho familiar: Uma categoria de análise esquecida. **Revista de Estudos Feministas**. Florianópolis: UFSC. V.12, n.1, p. 229-252, 2004.



29. PIECHA, Renata. **“O serviço que não aparece”**: a divisão sexual do trabalho e as formas de agenciamento de mulheres camponesas em Jaguari – RS. 2020. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Departamento de Ciências Sociais/Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, UFSM, Santa Maria, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/22749>. Acesso em: 05 dez. 2022.
30. RIVIÈRE, Claude. **Os ritos profanos**. Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira. Petrópolis: Vozes, 1997.
31. SABOURIN, Eric. Teoria da Reciprocidade e sócio-anthropologia do desenvolvimento. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 13, n. 27, p. 24-51, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/kzJLCFjv7QjXs9dGpJGdjsx/?lang=pt>. Acesso em: 05 mar. 2020.
32. SEYFERTH, Giralda. Imigração, colonização e identidade étnica (notas sobre a emergência da etnicidade em grupos de origem europeia no sul do Brasil). **Revista de Antropologia**, Rio de Janeiro, v. 29, p. 57-71, 1986.
33. SEYFERTH, Giralda. **A colonização alemã no Vale do Itajaí-Mirim**. 2. ed. Porto Alegre: Editora Movimento, 1999.
34. SEYFERTH, Giralda. Trabalho familiar, comércio e reprodução social camponesa. *In*: ZANINI, Maria Catarina Chitolina (org.). **Mercados, campesinato e cidades: abordagens possíveis**. São Leopoldo: OIKOS, 2015. p. 9-31.
35. SILVA, Tiago Luís Coelho Vaz. Etnografando mercados: trabalho, sociabilidade e lazer no Ver-o-Peso. **Somanlu**, Manaus, v. 11, n. 1, p. 27-44, 2011. Disponível em: <https://www.periodicos.ufam.edu.br/index.php/somanlu/article/view/502>. Acesso em: 05 abr. 2022.
36. TEDESCO, João Carlos. O futuro do passado: comércio em feiras, vida rural e tradições culturais. Alguns Apontamentos. *In*: ZANINI, Maria Catarina Chitolina (org.). **Mercados, campesinato e cidades: abordagens possíveis**. São Leopoldo: OIKOS, 2015. p. 67-91.
37. VARGAS, Rosane Brum; FRAXE, Therezinha Pinto; CASTRO, Alberjane Pereira. A mulher camponesa amazônica e a feira de produtos regionais: uma transformação no seu habitus. **Somanlu**, Manaus, v. 13, n. 1, p. 70-85, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufam.edu.br/index.php/somanlu/article/view/3920>. Acesso em: 05 mar. 2022.
38. WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. O mundo rural brasileiro: acesso a bens e serviços e integração campo-cidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 17, p. 60-85, 2009.
39. WOORTMANN, Ellen. Espaços de gênero, casa e gestão alimentar: contexto rural teuto-brasileiro. *In*: MENASCHE, Renata (org.). **Saberes e sabores da colônia: alimentação e cultura como abordagem para o estudo do rural**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2015. p. 267-284.
40. WOORTMANN, Ellen; WOORTMANN, Klass. **O trabalho da terra: a lógica e a**

*Renata Piecha*  
*Maria Catarina Chitolina Zanini*

simbólica da lavoura camponesa. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.

*Renata Piecha*

Doutoranda em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Maria. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1114-1979>. Colaboração: Pesquisa bibliográfica, Pesquisa empírica, Análise de dados e Redação. E-mail: [renatapiecha3@gmail.com](mailto:renatapiecha3@gmail.com)

*Maria Catarina Chitolina Zanini*

Professora Titular do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Maria. Doutora em Ciência Social (Antropologia Social) pela Universidade de São Paulo (2002) e Pós-doutorado pelo Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4523-9915>. Colaboração: Pesquisa bibliográfica, Análise de dados e Revisão. E-mail: [zanini.ufsm@gmail.com](mailto:zanini.ufsm@gmail.com)

# Memoria alimentaria y transformación ambiental en las comunidades mazahuas de México

Alimentary memory and environmental transformation in the Mazahua communities of Mexico

Memória da alimentação e transformação ambiental nas comunidades Mazahua do México

**David Figueroa Serrano**

Facultad de Antropología, Universidad Autónoma del Estado de México, Estado de México, México

**Sofía De la Luz Reyes**

Facultad de Antropología, Universidad Autónoma del Estado de México, Estado de México, México

## RESUMEN

En este texto analizamos una forma de la memoria caracterizada por la bioculturalidad, que se hace presente en las interacciones y experiencias de vida de los pueblos mazahuas con su entorno. Nos referimos a la memoria colectiva sobre los saberes y sabores tradicionales vinculados a la alimentación, la cual definimos como *memoria alimentaria*. Con ello, buscamos comprender cómo la población mazahua reconoce sus formas históricas de vida, sus experiencias que entrañan una inherencia con su entorno y los sabores implicados en la experiencia alimentaria. Los alimentos de origen lacustre tienden a desaparecer por los daños ecológicos de las cuencas hidrológicas del Valle de Toluca; no obstante, la memoria alimentaria es un referente significativo de la ecoestética comunitaria y de las formas en que la tradición lacustre sigue estando presente.

**Palabras clave:** Memoria alimentaria, Bioculturalidad, Pueblos mazahuas, Paisaje cultural.

---

Recebido em 08 de outubro de 2022.  
Avaliador A: 16 de novembro de 2022.  
Avaliador B: 29 de novembro de 2022.  
Aceito em 13 de fevereiro de 2023.

---



## ABSTRACT

In this text we analyze on a form of memory characterized by bioculturality, that is present in the interactions and life experiences of the Mazahua peoples with their environment, we refer to the collective memory of traditional knowledge and flavors linked to food, which can be defined as food memory. With this, we seek to understand how the Mazahua population recognizes their historical ways of life, their experiences that involve an inherence with their environment and the flavors involved in the food experience. Foods of lake origin tend to disappear due to ecological damage from the hydrological basins of the Toluca Valley, however, food memory is a significant reference of community eco-aesthetics and of the ways in which the lake tradition is still present.

**Keywords:** Alimentary memory, Bioculturality, Mazahua peoples, Cultural landscape.

## RESUMO

Neste texto analisamos uma forma de memória caracterizada pela bioculturalidade, que está presente nas interações e experiências de vida dos povos Mazahua com seu meio ambiente. Referimos à memória coletiva de saberes e sabores tradicionais ligados à alimentação, que pode ser definida como memória da alimentação. Com isso, buscamos compreender como a população Mazahua reconhece seus modos de vida históricos, suas vivências que envolvem uma inerência com seu ambiente e os sabores envolvidos na experiência alimentar. Os alimentos de origem lacustre tendem a desaparecer devido aos danos ecológicos das bacias hidrográficas do Vale do Toluca, no entanto, a memória da alimentação é uma referência significativa da ecoestética comunitária e das formas como a tradição lacustre ainda está presente.

**Palavras-chave:** Memória da alimentação, Bioculturalidade, Povos Mazahua, Paisagem cultural.

## INTRODUCCIÓN

En este texto analizamos una forma de la memoria, caracterizada por la bioculturalidad, que se hace presente en las interacciones y experiencias de vida de los pueblos mazahuas con su entorno. Nos referimos a la memoria colectiva sobre los saberes y sabores tradicionales vinculados a la alimentación, la cual definimos como *memoria alimentaria*. Esta se ha gestado en la experiencia de la sociedad mazahua con su entorno y cómo dichas experiencias son

revaloradas desde el presente.

A partir de una etnografía enfocada en las formas del recordar, la transformación de los contextos lacustres y los conocimientos sobre el tratamiento del entorno, buscamos identificar la memoria alimentaria que, desde el presente, expone diversas exégesis de los procesos sociales vinculados a la interacción de las poblaciones mazahuas con la cuenca del Lerma, la transición del entorno y los procesos de cambio laboral e industrialización de la región.

La alimentación como una necesidad vital, no se limita a la función fisiológica y psíquica de los alimentos, su relevancia es mucho más amplia y significativa. Además de su importancia para el bienestar físico, la comida y el acto de comer pueden ser una fuente de placer o pueden estar vinculada a ciertos riesgos (ESPEITX; GRACIA, 1999). La alimentación hace referencia a la intimidad corporal, por ello, hay una atención sobre los alimentos, los cuales se configuran a partir de diversas prescripciones, ritos y tabúes con relación a sus efectos sobre el organismo. De igual forma, hay una condición que vincula a los alimentos con la personalidad, ya que se llega a asumir, en algunas sociedades, que la ingestión de ciertos alimentos también implica la asimilación de sus características materiales o simbólicas (ibid).

A partir de lo que comemos imprimimos diferencias sociales y de clase, se establecen semejanzas étnicas y jerarquizaciones sociales. Una forma de comer es una forma de concebir el mundo, porque la incorporación de los alimentos supone también una incorporación de propiedades morales que contribuyen a formar nuestra identidad individual y cultural (CONTRERAS; GARCÍA, 2005).

Los diferentes usos de los alimentos, el orden, la composición, la hora y el número de las comidas diarias..., todo ello está codificado de un modo preciso. Un cierto número de “indicadores” gustativos afirma una identidad alimentaria, delimita muy vigorosamente la pertenencia culinaria a un territorio determinado (Ibid, 2005, p. 7).

La alimentación es un proceso biocultural que se configura a partir de características sociales determinadas por un sistema ideológico, integrado por aspectos ecológicos, simbólicos, jurídicos, religiosos, de parentesco, entre otros, implícitos en un contexto histórico. Por ello, el acercarnos a la memoria alimentaria permite entender las dinámicas de la transición marcada por la correlación entre la visión del pasado y las perspectivas del presente. Los testimonios de los pobladores mazahuas son esenciales en el entendimiento sobre cómo fue la alimentación regional, los procesos de transformación socioambiental y cómo en ese proceso, el recuerdo de la experiencia íntima de la alimentación acompaña y define formas de valoración de la historicidad social. El entorno es marcado por lo vivido, de los relatos de las personas y del significado que ellas le dan a sus experiencias. Los relatos sobre la alimentación mazahua y

las prácticas culinarias actuales están en constante reconstrucción lo que permite a la memoria retomar la interpretación referente al pasado desde su exégesis actual.

La población mazahua o *jñatro*, está ubicada en los estados de México y Michoacán. De acuerdo con el Instituto Nacional de Estadística y Geografía (INEGI), en el Estado de México se encuentra la mayor población indígena mazahua, con 132,710 hablantes, quienes habitan principalmente en 13 municipios (2020). Por su amplitud poblacional y cultural, la lengua mazahua es la que se identifica con mayor vitalidad y extensión poblacional en la entidad. Esta lengua es derivada de la familia lingüística otopame.

La diversidad cultural y biológica del Estado de México es un marco significativo que históricamente ha definido la amplitud de prácticas culturales y alimenticias sobre todo a partir de la presencia de tres regiones hidrológicas: Lerma-Santiago, Balsas y Pánuco. Las comunidades mazahuas se ubican en zonas cercanas a las cuencas del Lerma y Cutzamala. Estas dos cuencas son de gran trascendencia, puesto que la primera cubre el 23.90% de la superficie de la entidad (INEGI, 2001), atravesando la región mazahua en el centro-norte del estado; mientras que la cuenca del Cutzamala, que se interna por el territorio estatal en el lado occidente, es la principal fuente hídrica aprovechada para la megalópolis del Valle de México.

En este estudio nos enfocamos en la región de los Baños en el municipio de Ixtlahuaca, Estado de México. Dicha región está conformada por cuatro localidades que anteriormente formaban el poblado “Santa María la Asunción Atotonilco” (GALINDO; GARCÍA, 2018). Dichas localidades son: San Pedro de los Baños, Jalpa de los Baños, La Concepción de los Baños y San Cristóbal de los Baños.

En específico, nos hemos centrado en las localidades de San Pedro y Jalpa de los Baños. En ellas se realizó un trabajo etnográfico del 2017 al 2020, acompañado de recorridos etnobiológicos en la zona lacustre, entrevistas y pláticas informales con la población de diversos grupos de edad, desde los 18 años en adelante, aunque enfocada en personas mayores, de 50 a 80 años. A partir de historias de vida vinculadas a la alimentación, así como del registro de las formas en que la población sigue obteniendo recursos del entorno inmediato a sus comunidades. La agricultura, pesca, recolección de hierbas comestibles y la cacería en baja escala siguen siendo relevantes como parte de las prácticas para proveer alimentos, aunque cada vez más limitadas por los desajustes ambientales, el cambio laboral que ha generado el abandono del campo para el empleo en espacios industriales y la presencia de nuevas prácticas alimentarias vinculadas a productos industrializados.



## **MEMORIA, ALIMENTACIÓN Y PAISAJE EN LAS COMUNIDADES MAZAHUAS DE LA REGIÓN DE LOS BAÑOS, IXTLAHUACA**

El Valle de Ixtlahuaca, en el Estado de México, se caracteriza por ser una planicie que está rodeada por la cadena montañosa del eje Neovolcánico; además, es un espacio de conexión entre diferentes afluentes provenientes de la Región hidrológica del Lerma-Santiago y la Región hidrológica del Balsas. La primera constituye la base principal de los recursos hídricos de la región, puesto que el municipio es atravesado por la cuenca del Lerma. Su clima, común en gran parte del altiplano central, es templado, subhúmedo y semifrío, subhúmedo.

La región de los Baños, en el municipio de Ixtlahuaca, es reconocida por la presencia de un manantial de aguas termales que históricamente era utilizado por los pobladores para bañarse e incluso para la sanación. Además de este manantial, las venas de agua y las condiciones geográficas permitieron la formación de una laguna que era aprovechada para la pesca y recolección de diferentes especies lacustres de flora y fauna, aspectos que aún se llegan a mantener en baja escala, puesto que, a finales de la década de 1960, se generó un proyecto de trasvase para beneficiar al Valle de México, lo que propició la desecación de la laguna casi en su totalidad (DE LA CRUZ, 2014; FIGUEROA, 2020).

Para los pobladores mazahuas de la región de los Baños, comer y saber cocinar implican saber cultivar, cosechar, cazar, recolectar y pescar. El conocimiento indígena sobre los alimentos está relacionado con las formas de proveerlos, las épocas en que éstos se pueden conseguir dependiendo los tiempos de lluvia o de secas, así como la preparación y los momentos y épocas de consumo. En ese sentido, el paisaje y la alimentación se vinculan a partir de sus temporalidades, la presencia de plantas y animales que se vuelven parte de los sabores y los olores del entorno.

Una característica del sistema alimentario mazahua es la clasificación de los alimentos en fríos y calientes. Esto se relaciona también con el proceso de salud y enfermedad, ya que se considera que hay alimentos que por su carácter pueden ayudar a sanar o, por el contrario, afectar a la salud. De igual forma, como lo plantea Esteban Segundo (2014), en la época de secas se consumen alimentos fríos, mientras en la de las lluvias se ingieren los calientes, ya que esto permite generar un equilibrio corporal. En ese sentido, la experiencia de escuchar a las abuelas y abuelos era fundamental para la transmisión de los conocimientos sobre los alimentos y cuáles son buenos para comer, según ciertas circunstancias. Por ejemplo, los abuelos solían decir que la carne de guajolota, así como sus huevos eran fríos por lo que era malo que las

mujeres recién paridas los comieran.

El agrosistema principal de las comunidades mazahuas es la milpa. La biodiversidad de ésta se caracteriza esencialmente por la presencia de los cultivos de maíz, frijol y calabaza. Este sistema vincula el ambiente con diversas prácticas económicas, socioculturales y religiosas, a través de los ciclos rituales, las formas de organización social y comunal. Otros productos que se siembran son las habas, chiles, chícharos, tomate y jitomate. La milpa en la región, como lo plantea Vásquez y colaboradores (2016), también proporciona otros productos, como rastrojo y diversas arvenses que son utilizadas para la alimentación de animales domésticos (caballos, mulas y toros).

En diversas comunidades mazahuas del municipio de Ixtlahuaca, la milpa es de temporal y de riego. Es posible encontrar distintos tipos de maíces, como lo es el blanco, amarillo, negro, rosado, pinto, cacahuacintle y palomero. En los últimos años se ha dado la presencia de semillas híbridas de maíz que son utilizadas por los campesinos por su mayor resistencia a las inclemencias del tiempo.

En los huertos se pueden encontrar habas, chayote, chilacayote, hierbas aromáticas, chiles, nopal, árboles frutales, entre otros (CANO; GÓMEZ, 2017). Tanto en las milpas como en las cercanías de las fuentes de agua y barrancas es posible recolectar una variedad amplia de quelites que son hierbas muy utilizadas por las poblaciones mazahuas y suelen ser un referente importante de su gastronomía. En los bosques cercanos, las mujeres recolectan diversas variedades de hongos, en la época de lluvias, para la alimentación familiar y la venta en pequeña escala. Munguía y colaboradores (2014) mencionan que principalmente se recolectan los hongos llamados patitas de pájaro, azules, pancitas, tejamanileros, gachupines y de oreja. Además de ser alimento, algunos de ellos son considerados medicinales.

Los tiempos “de antes” son recordados con añoranza por los pobladores de la zona, quienes disfrutaron de ciertos lugares como la laguna y los baños de agua termal, pero también relacionan ese pasado con el sufrimiento, pues comían “sólo lo que podían”, tenían que caminar amplias distancias para vender algunos productos o para aprovechar alimentos del monte; los hermanos mayores tenían que trabajar para ayudar a los padres y cuidar a los hermanos menores. Las personas tenían que dividir lo poco que tenían para comer, su alimentación principalmente abarcaba tortillas que, cuando era posible, iba acompañada de un huevo o un chile, según las condiciones de la familia.

Los alimentos, antes de la década de los sesenta del siglo pasado, se obtenían principalmente en espacios como la laguna o las milpas. La gente se dedicaba a la siembra, la pesca y la caza de animales de monte. Los alimentos eran de carácter local-familiar. Existían

hierbas que crecían de manera silvestre y eran utilizadas como alimentos, tal es el caso de los quelites, los cuales se comían asados, u otras plantas que se cortaban y se comían crudas, como el pápalo. Las hierbas son alimentos de fácil acceso y “con buen sabor”. Las niñas mazahuas recolectaban entre surco y surco de la milpa algunos quelites, papa de agua, berros, hierba de agua (sandereje). También podían recolectar la *tildoca* que es un tubérculo, semejante a la papa, de color morado. “La *tildoca* tenía que ser sacada con todo y su florecita”<sup>1</sup>.

Las personas de mayor edad crecieron con los hábitos de pesca en las lagunas o cuerpos de agua dentro o cercanos a sus comunidades. Alimentarse de lo recolectado en estos espacios era parte de la cotidianeidad. En el río y la laguna se podían pescar diversas especies, como los charales o pescadito de río, ajolotes, ranas, acociles, atepocates (renacuajos), la rana blanca y la rana verde, así como las larvas de las libélulas que en esta región son denominadas “Padrecitos” o “Juanes”.

Aquí en San Pedro este aquí vivimos cerca de la laguna, esa era una laguna más grande que ahorita, más ancha de lo amplio esta como está... de allí de esa laguna se sacaban, se conciliaba, por decir ¡este! Pescaditos, acociles, tepocate, ranitas era lo que se conciliaba aquí se comía todo esto con nopales.<sup>2</sup>

En tiempo de lluvias se acudía a pescar las ranas, los acociles y los atepocates. Las personas describen la laguna como un lugar “bien bonito”. Había grandes cantidades de pescado y acocil, aún se conserva el nombre de “acocilear” para la práctica de ir a sacar acociles con red. Un tema que sobresale entre los habitantes de la región es que en la laguna había demasiada agua, eran varias hectáreas de laguna. Los acociles recolectados eran comúnmente dorados o cocinados al gusto. Ya cuando bajaba el nivel del agua, crecían los quelites y es cuando las madres mandaban a las hijas e hijos a recolectar hierbas o algunos animales en la rivera de la laguna o en la llanura. Los pescadores (que a su vez también eran campesinos y cazadores) identificaban lugares de abundancia como es el caso de los tulares. Estos espacios eran donde se encontraban (y aún se llegan a encontrar) mayor cantidad de peces, ranas verdes, acociles y ajolotes.

Yo no sé cómo se llama eso y hasta ahorita no he sabido cómo se llaman, pero ora ya no hay, eran negritos, larguito, le decían “padrecito”. Y si comíamos y comíamos no sé cómo se llame ese gusano que hay en el llano, había un llano, como había mucho pasto, mucho como si fuera esos animalitos, como si fuera eso que hay en un árbol llorón, ahorita ya no hay arbole llorón, pero así comíamos eso traíamos para asar en el

---

1 Entrevista a Matilde López Lara, pobladora mazahua de 72 años, junio de 2019.

2 Entrevista a Enedina Lara Bernal pobladora mazahua de 65 años, julio de 2019.

comal, era puro gusano ¡todo comíamos!<sup>3</sup>

La preparación de las ranas consistía en orearlas y posteriormente guisarlas con chile, podía ser salsa verde o salsa roja, principalmente el chile guajillo. La rana blanca que había en tiempo de lluvias solo se hervía para posteriormente comerla. Las personas recalcan que comían ¡bien sabroso! ¡Bien sabroso que estaba! El pescadito que había en el agua de la laguna era la sardina también muy “sabrosa”, la comían en forma de tamal.

En la laguna se podía encontrar el ajolote de color cebada que era comestible y el ajolote de color negro que los oriundos de la región no se comían. También se asumía que el ajolote con “arete”, es decir el que aún tiene branquias, es el que sí se puede comer y no hace daño. El modo de preparación del ajolote consistía en despellejarlo, le ponían una cantidad considerable de sal y lo ponían a orear al sol por dos o tres días para que se escurriera toda el agua que podría traer dentro (este proceso era común para los acociles, ranas y pescaditos, ya que dejarlos orear permitía que no se “apestaran”). Ya que se había cumplido este proceso lo guisaban en chile guajillo “¡puro guajillo!”. Éste es uno de los picantes que más consumían los mazahuas, posteriormente se fue incorporando el chile verde. El ajolote se acompañaba con nopales, también se podía preparar en mole verde o frito y acompañado de una guarnición de hierbas, la mayoría de ellas recolectadas en las orillas de la laguna. Los nopales, además de prepararse con el ajolote, eran comúnmente utilizados para acompañar otros alimentos de origen lacustre.

Favila, Quintero y Barrera (2011) describen algunas prácticas de pesca y, en especial, las formas de utilización del ajolote en la alimentación en algunas comunidades del Valle de Toluca. Los autores comentan que la pesca principalmente se efectuaba en las lagunas, en zonas profundas, aunque también se llegaba a pescar en áreas con poca profundidad, en zanjas o en lugares donde se drenan los campos de cultivo. Esta actividad estaba principalmente destinada para los varones.

Estos autores identifican dos tipos de ajolote: los “sordos” y los de “arete”, los primeros se caracterizan por un tono café, mientras que los segundos son de color negro. Estos últimos pueden ser comidos, a diferencia de los ajolotes sordos que son considerados de “mal agüero”. Por su parte, Ortiz y colaboradores (2001) dando una referencia histórica de mediados del siglo XX, mencionan que el ajolote “sordo” era considerado como medicinal mientras que el ajolote orejón, comestible.

Algunas personas consideran que el sabor del ajolote es semejante al de un pez, mientras que la mayoría lo relaciona con el sabor de la rana. En los mercados locales de la

---

<sup>3</sup> Entrevista a Matilde López Lara, pobladora mazahua de 72 años, junio de 2019.

región mazahua-otomí puede encontrarse vivo o, en algunos casos, ya preparado en tamal (FIGUEROA, 2021). Hace dos décadas todavía era posible encontrarlo en los mercados de Toluca. Favila y colaboradores mencionan que

se colocaban los ajolotes en una hoja de tule y se les conocía como ensartadita de ajolotes, se ofrecían muy bien, junto con los juiles que se vendían por docena, los pescaditos negritos por medida, los acociles por bote, los atepocates por medias docenas. La venta de los ajolotes representa la importancia que tenía en el Valle debido a su valor nutricional y además sabroso, preparado en caldos, sopas, guisos y tamales, que incluso fueron parte de la comida en algunas fiestas patronales (Favila *et al.*, 2011, p. 84).

La sobrevivencia de los mazahuas dependía también de la caza de animales como el pato silvestre que llegaba a la laguna. Los hombres se encargaban de la cacería de los animales silvestres mientras que las mujeres en casa molían el chile que iba a acompañar al *tizi*, nombre con el cual se hace referencia a diferentes tipos de pato como el criollo, cenizo, chancualo, triguero, degollan, romon, roman y prieto, que es el que normalmente se cría en casa, puesto que éste ha sido el que más ha resistido los embates climáticos (VALENTE, 2019). También se llegaba a cazar golondrinas para ser asadas, así como conejos, tlacuaches, tejones, aunque en menor medida.

Entre las carnes de animales domésticos que históricamente han tenido amplia presencia en las comunidades mazahuas están la de guajolote y borrego. En ambos casos su preparación es principalmente para festividades religiosas o de importancia comunitaria como las bodas. El guajolote suele prepararse en mole acompañado con arroz y frijoles, mientras que el borrego se prepara en barbacoa. En las festividades, estos alimentos eran y siguen siendo acompañados de tamales agrios de maíz azul con canela y azúcar, tamales rellenos de pollo, rajas o carne de puerco (MUNGUÍA *et al.*, 2014)

Algunos roedores también fueron una fuente de alimentación importante, como la rata de campo. Ésta se asaba “como puerquito” y se comía. Algunos pobladores de la zona mencionan que la rata “de antes” era limpia porque se alimentaba de maíz, significaba que era buena para comer; no como la rata “actual” que camina por el drenaje y se alimenta de basura y otros elementos dañinos para la salud. El sabor del roedor de campo lo asociaban con el del conejo. Los conejos silvestres todavía se llegan a ver por el campo y, si es posible, son cazados. Las generaciones pasadas lo cazaban cuando se llegaban a esconder en los huertos.

La carne de res no se consumía de forma cotidiana, ya que no había matadero en San Pedro, tenían que ir a Ixtlahuaca (la cabecera del municipio) para adquirir esta carne. Las carnes rojas no eran indispensables en la dieta de los mazahuas. A diferencia de ello, los pollos eran

aves que ellos mismos criaban para autoconsumo y venta local, como alternativa económica. Cuando la familia compraba carne de res, ésta se ponía a orear y secar de tres a cuatro días, posteriormente la cocían en el guajillo.

Las mujeres mazahuas cocinaban sus alimentos con manteca, ésta era traída de las primeras tiendas que se encontraban en Jocotitlán e Ixtlahuaca, porque en San Pedro y Jalpa todavía no había un lugar donde se pudiera adquirir. Cuando en estas localidades se empezó a matar diversos animales como los puercos, entonces se utilizó la manteca de manera frecuente para la cocción.

El sabor “de antes” era más sabroso según la gente mayor y estos sabores, especialmente, son relacionados con los alimentos silvestres, es decir, vinculados con la experiencia de la caza, la pesca y la recolección, a diferencia de los alimentos que se hacen más comunes en la actualidad, vinculados a la ganadería extensiva y alimentos procesados. Algunas personas asocian el consumo de animales de engorda con el sufrimiento “para uno mismo” porque con el tiempo se pueden presentar problemas de salud.

Una de las bebidas más gustada por la gente de la zona era -y sigue siendo- el pulque. En la comunidad había magueyes que servían para delimitar las tierras o casas de cada familia, pero poco a poco se fue dejando de lado la siembra de magueyes. Actualmente el pulque es traído de Jocotitlán u otras localidades cercanas, aunque algunas personas consideran que “ya no sabe igual” como el anterior que tenía un sabor “natural”. Ahora se asume que el sabor es diferente porque la demanda ha provocado que el tiempo de reposo del pulque sea menor, así como la calidad de los magueyes e incluso se cree que, en algunos casos, el pulque es “rebajado” con agua.

Esteban Segundo considera que, para el caso mazahua, “No se puede hablar de comida sin mencionar la dualidad; por ejemplo, las bebidas que se obtenían de la fermentación; *sjejme* o *t’apju*, ‘pulque de maguey’ y *sjendechjo*, ‘pulque de maíz’, de sabor agrídulce” (2014, p. 33). Lo “agrío” en algunos alimentos, principalmente festivos, se ha convertido en una característica de la población mazahua, ya que se elaboran en fechas de gran importancia religiosa, entre ellas sobresalen los tamales y el atole agrios. Aunado a esto se hacen bebidas características como el *sende* o *sendecho*, la cual tiene como base el maíz (MUNGÚIA *et al.* 2014).

Las mujeres mazahuas comentan que la elaboración del atole agrio es muy “trabajoso”, conlleva mucho tiempo y también mucha fuerza para moler. El atole y los tamales agrios se preparaban con más frecuencia que la de ahora. Las señoras que saben hacerlo son porque observaron cómo sus parientes lo preparaban, principalmente las abuelas, mamás, suegras y las cuñadas. Miraban cómo lo hacían para después ellas mismas moler el maíz en el metate y



continuar con su preparación. Al atole agrio se le pone chile guajillo que es molido en molcajete, para beberlo se recomienda tomarlo en un plato de barro.

De acuerdo con doña María, el atole agrio en chile verde se llama *ixteme* y el atole blanco de masa se llama *toshteme*. Al atole se le ponía epazote el cual era llamado *oxteme coshu*. El atole no se endulzaba, sólo se le colocaba epazote que resulta ser adecuado para aliviar el dolor de estómago y además mata las lombrices. Algunas señoras comentan que había un *sende* que se preparaba con cebada, ésta era colocada dos días en el agua para que germinara y “brotara la raíz”, la punta de ésta era molida o trillada para que quedara exclusivamente la pura “masita”, la harina para la semilla de sal. Lo mismo con el maíz, se pone dos días a remojar, lo dejan secar y a continuación lo muelen y ¡a preparar!, le colocaban pulque para que fermentara. Las ollas en donde preparaban el *sende* eran de barro y se caracterizaban por no tener orejas.

No, ahorita ya quién va a tener esas ollas, ya nadie tiene porque, que le digo, cuando empiezan a trabajar la gente en una industria, o sea como horita en fábrica ¡eh! O irse a la Ciudad de México cualquier otra ciudad para ir a trabajar eh, cambian las cosas, sí, cambia por completo...<sup>4</sup>

A mediados de la década de 1960 la gente de la región comienza a trabajar en las fábricas y también se empiezan a ampliar los procesos migratorios a las ciudades importantes del centro de México. Esto acompaña el cambio de vida y alimentación de la población. La leña y las boñigas del ganado bovino que eran utilizadas como combustible para cocinar en las comunidades mazahuas, fueron dejadas de lado para dar paso a las estufas de gas. Actualmente algunas familias han mantenido el uso de los fogones de leña a pesar de que se cuente con estufa de gas, ya que el fogón mantiene una importancia simbólica ligada a la unión familiar y comunitaria.

En ese contexto, también empiezan a incorporarse las carnes rojas de forma cotidiana, además de los embutidos y alimentos procesados, empaquetados y enlatados. La señora Matilde menciona que alrededor de la década de 1970 incorporó a su dieta todo tipo de alimentos entre ellos salchichas y jamón. La mayoría de la población coincide en que la gente de “antes” casi no se enfermaba porque tenían una alimentación saludable y natural a diferencia de las generaciones actuales que sufren de enfermedades que cada vez son más comunes por el tipo de alimentos industrializados como el cáncer, diabetes, hipertensión y la obesidad.

Con las alteraciones ambientales y laborales, las poblaciones mazahuas tuvieron que recurrir a otras formas alimentarias. La instauración de la Zona Industrial de Pastejé fue un

---

4 Entrevista a Enedina Lara Bernal pobladora mazahua de 65 años, julio de 2019.

detonante relevante para la transición laboral de los campesinos de la región que empezaron a emplearse como obreros. La nueva condición socioeconómica les permitió un estilo de vida distinto, la adquisición de nuevos servicios y productos entre éstos los de la gama alimenticia. Además, esta zona industrial dio pauta a nuevos patrones de convivencia como de consumo. El tiempo que empleaban anteriormente para comer ahora estaba limitado, la incursión de alimentos procesados comenzó a cobrar importancia en la dieta mazahua, debido a que el tiempo que las mujeres destinaban para preparar sus alimentos ahora estaba controlado por un horario laboral.

Otro factor que fue determinante en el cambio de la tradición alimentaria fueron los proyectos de trasvase que provocaron la desecación de la laguna y el control de algunos manantiales para poder llevar el agua a la gran urbe de la Ciudad de México. Además de ello, la contaminación de los ríos, entre ellos el Lerma, como resultado del desarrollo de las zonas industriales del Valle de Toluca, Ixtlahuaca y zonas aledañas, provocaron que la gente dejara de pescar en sus afluentes. Sólo las lagunas y esteros que en época de lluvia tenían una recolección considerable de agua, sirvieron para continuar con una limitada actividad lacustre, caracterizada por la búsqueda de acociles (acocilear), ranas y ajolotes, aunque estos últimos difícilmente se llegan a encontrar.

El río Lerma funcionó como una zona de pesca para los mazahuas, además, ahí se solían lavar prendas y trastes, siendo un espacio importante de convivencia y sobre todo ritual. Don Ismael recuerda cuando se realizaban ofrendas para el *Menye* -el dueño del agua-, así como rituales para la recuperación del alma de alguna persona que hubiera fallecido por su caudal.

El río Lerma que atraviesa la región de los Baños comenzó a contaminarse a mediados de la década de 1970. La contaminación aumentó en las décadas siguientes, en la actualidad tan sólo el 40% de las aguas que llegan a este río están tratadas, el otro 60% no presenta ningún tratamiento, entre estas últimas se encuentran las aguas emitidas por las micro y pequeñas empresas (VELÁZQUEZ, 2019). A su vez, la laguna fue disminuyendo con el transcurso de los años. Cuando la laguna tenía una mayor cantidad de agua era atravesada en canoa o de plano las personas tenían que sumergirse en el agua para poder cruzarla. Los niños por lo regular eran transportados en ollas para evitar que se mojaran.

En la actualidad, la producción agrícola de la región de los Baños se ha visto limitada por lluvias insuficientes. A pesar de que existen distritos de riego, buena parte de la población mantiene un sistema de milpas de temporal, lo cual los hace propensos a la incertidumbre meteorológica, a ello se suman diferentes fenómenos meteorológicos -como el patrón climático “El Niño-Oscilación del Sur”- que generan mayor riesgo a la agricultura de temporal. Ante la escasez de agua en riachuelos y arroyos locales se hace evidente la disminución del potencial

de la agricultura de riego (FIGUEROA y PÉREZ, 2020).

El trabajo agrícola sigue siendo relevante para la alimentación familiar, aunque en varios casos ya no es suficiente para la obtención de ingresos necesarios y buena parte de las familias diversifican sus actividades económicas. La producción local se sigue caracterizando por la presencia del maíz, frijol, calabaza, jitomate, tomate, chícharos, habas, así como arroz que algunas veces se complementa con carne de vaca, cerdo, borrego, pescado y aves de corral. La base de la alimentación se ha mantenido vinculada al maíz, que preparan en varias formas: tortillas, tamales, gorditas y atoles, complementados con frijoles y chiles. En tiempo de aguas recolectan una gran variedad de quelites con los que preparan algunos guisos, acompañados con charales, papas, huevos y hongos. La carne de gallina y guajolote la comen ocasionalmente, así como el pato, especialmente en las fiestas religiosas y familiares. También se llega a obtener carne por medio de la caza de conejos, tlacuaches, tejones y algunas aves silvestres.

Las personas recuerdan con nostalgia lo que comían. Sus alimentos son descritos con un sabor intenso, sobre todo los alimentos de origen lacustre, la gente añora su sabor “de laguna”. Por ello es común escuchar que mencionen que el ajolote “sabía a la laguna”. Las personas recuerdan a su comunidad por lo que le ha dado su nombre a la región: los baños y la laguna.

Los adultos mayores son los que sienten un mayor arraigo con la memoria lacustre de su comunidad. A pesar de las modificaciones alimentarias que se generaron después de la desecación de su laguna, mantienen una resistencia a incorporar alimentos procesados y buscan una alimentación ligada a lo que solían comer en su infancia o en su juventud: alimentos del entorno, dando continuidad a una comida de “lenta preparación”, que también suele ser característica en las comidas realizadas para las festividades religiosas en la región. Las personas sienten ese arraigo por lo que comían y cómo comían. Es un vínculo alimentario que se relaciona con la memoria del entorno, el paisaje íntimo que algunas personas de las comunidades nos llegaron a referir como “la forma de vida mazahua”.

Algunas personas recuerdan con el simple hecho de mencionar una palabra, otros recuerdan con sabores y la familiarización que cada individuo tiene a la hora de probar cierto alimento. A través del paladar, los pobladores mazahuas asocian el sabor de los alimentos con sus experiencias de vida y el paisaje de la región. Esto lleva a la delimitación de sabores que consideran apetentes, deliciosos y que están marcados por dichas experiencias. En contraste, las personas más jóvenes suelen considerar a los animales de la laguna poco apetentes, con sabor a “humedad”, su gusto se empieza a ligar a la alimentación de productos procesados. Siguen estando presentes los alimentos tradicionales vinculados al maíz y otras siembras locales, pero el vínculo con la laguna empieza a ser cada vez más lejano para las nuevas generaciones.

## **LA MEMORIA ALIMENTARIA. APROXIMACIONES AL DESARROLLO DE UN CONCEPTO**

La alimentación es, sin duda, una temática ampliamente analizada por la antropología. Desde los trabajos de Smith a finales del siglo XIX, así como Crawley y Frazer a principios del siglo XX, quienes abordaron aspectos relacionados a las preferencias y aversiones alimentarias, los tabúes y prácticas rituales en el consumo de alimentos (GOODY, 1982). La antropología norteamericana de la primera mitad del siglo XX puso su atención en las diferentes actitudes culturales hacia la comida y lo que ésta implica para las relaciones sociales; las perspectivas psicosociológicas se enfocaron al comportamiento alimentario y el desarrollo psicológico-motivacional de los actores sociales. Otras perspectivas atendieron a la alimentación como instrumento básico de la socialización, tal fue el caso del funcionalismo (ESPEITX; GRACIA, 1999).

Desde la perspectiva de Lévi-Strauss, los alimentos son buenos para pensar y, por tanto, buenos para comer. Este autor dio un impulso relevante a los estudios estructuralistas sobre la cocina y sus categorizaciones que permiten entender relaciones sistémicas a partir de oposiciones. Un ejemplo de ello es la diferenciación entre alimentos crudos y cocidos que responden a una oposición entre cultura y naturaleza a partir de su condición de elaboración. De igual forma, la triangulación entre lo crudo, lo cocido y lo podrido, muestra las transiciones de lo natural a lo cultural y de éste hacia una acción natural (LÉVI-STRAUSS, 1996).

Por su parte, Douglas (1973) ha abordado otros aspectos: la expresividad de la alimentación, su condición comunicativa vinculada a una estructura social y simbólica de las relaciones sociales. Para esta autora, el consumo de alimentos está enmarcado en situaciones estructurales normadas socialmente y formadas por sistemas simbólicos donde la pureza, la contaminación y el tabú son elementos que encausan las prácticas alimenticias, de realización de los alimentos y de elección de lo que se come y quién debe o puede comerlo.

El “pensar” y “significar” los alimentos, más allá del acto fisiológico, representa la interacción entre los constructos culturales y su biodiversidad. La comida como proceso cultural trasciende su valoración como necesidad alimenticia, tal como lo plantea Mintz,

los alimentos que se comen tienen historias asociadas con el pasado de quienes los comen; las técnicas empleadas para encontrar, procesar, preparar, servir y consumir esos alimentos varían culturalmente y tienen sus propias historias. Y nunca son comidos simplemente; su consumo está condicionado por el significado (2003, p. 28).

Estos aspectos marcan las relaciones sociales, los pensamientos, la imaginación y la afectividad, es decir, la fusión de aspectos simbólicos y cognitivos con los elementos físicos. En ese sentido, las prácticas alimentarias imprimen relaciones simbólicas de cohesión y exclusión social; se convierten en un sistema de comunicación a partir de sus formas implícitas y, al ser una práctica fundamental de nuestra subsistencia, se constituyen como un referente fundamental en nuestra memoria.

Desde la propia condición de subsistencia humana que se ancla en la relación social, la alimentación está claramente articulada a los conocimientos del entorno que preceden la existencia de las generaciones. Dichos conocimientos no sólo se forjan en la definición de los alimentos que pueden comerse en el sentido en que no implican un riesgo para quien los consume, también se enraíza con las formas de definición jerárquica de los alimentos, en los tabúes y permisibilidades sociales que se van constituyendo a partir de diferentes valores definidos por el grupo. Es en todo este proceso de larga data que se van forjando las características del comer, sus símbolos, los aspectos tecnológicos implícitos, sus tiempos y circunstancias espacio-temporales.

En la práctica totalidad de las sociedades, comer es esencialmente una actividad social. Los modos como son preparados y servidos los alimentos, los alimentos concebidos especialmente para ser compartidos con otras personas, las maneras como nunca serían utilizados... Todo ello expresa los modos mediante los cuales los individuos de diferentes sociedades proyectan sus identidades... no sólo en el sentido de expresar la pertenencia a un grupo, sino, también, en el de reclamar atención en variadas circunstancias sociales (CONTRERAS; GARCÍA, 2005, p. 25).

Los gustos, las percepciones y los significados asociados a las prácticas alimentarias han sido estructurados y son, a su vez, elementos estructurantes en este sistema de suposiciones que hemos interiorizado en nuestras vidas. Por ello, las condiciones de vida, la socialización y asociaciones que hemos generado desde la infancia son fundamentales en la construcción de nuestra cultura alimentaria y de nuestro gusto (MELÉNDEZ; CAÑEZ, 2009).

La alimentación, al ser parte de un proceso íntimo de interacción con el entorno, se relaciona con nuestra biocultura, en una inherencia orgánico-cultural, por ello, es legitimada por la continuidad temporal y la experiencia de vida social; es a partir de esta noción que se va gestando la recreación de lo que definimos como *memoria alimentaria*. Ésta puede ser incluida en diferentes formas del patrimonio, el que se vincula con el patrimonio ambiental, el patrimonio cultural intangible, el patrimonio documental, entre otros, dependiendo de su presencia social y sus formas de protección y apropiación.

Desde la perspectiva agroecológica se plantea la relevancia del patrimonio biocultural,

el cual contempla diferentes dimensiones, una de ellas se aboca a los conocimientos, técnicas, formas de interacción y preservación de los recursos ambientales, tanto en una dimensión *in situ* como *ex situ* (BOEGE, 2008). Desde esta óptica, Toledo y Barrera (2008) han definido “la memoria biocultural” haciendo referencia a la memoria que se genera a partir de las relaciones históricas que la humanidad ha establecido con la naturaleza. En ese sentido, se identifica el conocimiento acumulado sobre el cultivo de ciertas especies vegetales y su trascendencia generacional. Esta perspectiva pone atención en los procesos de evolución de las especies vegetales, así como la adaptación humana a diversos espacios. De acuerdo con estos autores, la habilidad de adaptación sólo fue posible por la permanencia de una memoria individual y colectiva que pudo extenderse en las diferentes configuraciones societarias que definieron a la especie humana.

Nuestro planteamiento, si bien retoma el carácter biocultural, se enfoca a otra perspectiva. Consideramos que, además de la correlación entre las sociedades y la naturaleza, es importante pensar la bioculturalidad desde la comprensión humana y social del entorno, el cual es asimilado a partir de los procesos normativos, de organización y posesión territorial, de acceso, uso, aprovechamiento y simbolización, así como la identificación de diversas entidades que lo conforman. Las dinámicas culturales que se relacionan con los ciclos biológicos humanos y sociales muestran diversas percepciones, rituales y valoraciones de ciertos fenómenos como la vida, la muerte, la enfermedad, la alimentación, la procreación, las relaciones interespecie, así como las conexiones emocionales con el entorno.

La inherencia de la dimensión biológica y cultural del ser humano permite construir prácticas de vida aprehendidas desde las sensibilidades, la corporeidad de la experiencia que se articula en la memoria como parte de la historicidad y al paisaje como referente de la espacialidad. En el caso de los sistemas alimentarios, sus saberes y sabores se articulan con la valoración del entorno, los recursos, la convivencia en la práctica alimenticia, así como de la generación de estrategias creativas de interacción con el medio ambiente.

En ese sentido, ponemos atención en la memoria como un elemento articulador de la temporalidad (ya sea del presente con la experiencia del pasado y de éstas con el porvenir) que se gesta desde los significados que marcan las vivencias en aspectos concretos con el paisaje, como es el gusto, los olores, las añoranzas de vida u otros reflejos de la acción social. Retomando la perspectiva de Sauer (2006), la cultura es un agente y el área natural es el medio, el resultado de la interacción de ambos es el paisaje cultural. La práctica humana genera en estos espacios naturales diferentes actividades de carácter social, político, organizacional, legal y económico que dan una fisonomía culturalizada del paisaje.



Tomé (2021) plantea que los paisajes contienen elementos materiales e inmateriales, por lo cual, aunque existen diferentes formas de entender la construcción social de la naturaleza, no debe dejarse de lado que las transformaciones de los paisajes dependen de las transformaciones de las relaciones sociales y la reconfiguración del espacio.

En el caso de las comunidades mazahuas, podemos identificar la espacialidad del comer y la memoria a partir de dos niveles: el aspecto doméstico y comunitario; y un nivel mayor, el del paisaje. El primero está vinculado a la convivencia íntima que se gesta en la cocina, junto al fogón (en el caso de las familias que aún mantienen esta tradición), un espacio sólo accesible para familiares y personas de confianza. De igual forma, los espacios de preparación de la comida en algunas festividades familiares y comunitarias, suele ser ritualizados por el propio acto de preparación y por quienes intervienen en ello.

En un nivel macro, la acción social genera diversas improntas en los espacios naturales, forjando el paisaje cultural que se articula en la memoria de la población, tanto en las experiencias y saberes socioambientales, los sabores rememorados como en los referentes de transición del entorno. El cambio contemporáneo de las comunidades mazahuas manifiesta otras tendencias alimentarias y los tiempos para la degustación en familia, los cuales son parte de otro tipo de paisajes, los de la presencia de la urbe, la industrialización regional y la globalización alimentaria.

Además de la trascendencia del carácter espacial, la experiencia alimentaria adquiere un vínculo con el tiempo a partir de la recreación de la memoria. Halbwachs (2004) ha expuesto la importancia de los marcos sociales de la memoria, los cuales se van constituyendo a partir de las vivencias de la infancia y el vínculo generacional. La parte social e histórica de nuestra memoria es más amplia de lo que pensamos, debido a que hemos adquirido diversos modos de recordar y de precisar los recuerdos.

Las memorias de los grupos pueden ser compartidas y sostenidas a través del tiempo porque se basan en prácticas transmitidas como tradición. La persistencia de los conocimientos del pasado se mantiene tanto por sus condiciones ritualizadas como por su presencia cotidiana. Este proceso involucra la corporeidad como reflejo de lo individual en la práctica social (CONNERTON, 2006).

En ese sentido, podemos asumir que la memoria social se constituye de diferentes memorias, sus mediaciones e integraciones amalgaman las realidades personales en sus contextos sociales. El efecto de los referentes sociales se hace presente en las exégesis individuales que, al objetivarse y narrarse, se convierten en fuente de lo social, en una forma discursiva de lo comunitario (FIGUEROA, 2020). Esta condición se acerca a lo que Abercrombie (2006) refiere

sobre la memoria social como un “hacer” el propio pasado, a partir de formas concretas por las cuales la gente se constituye tanto en un carácter personal como en sus formaciones sociales a través de sus acciones comunicativas.

Nuestra condición biológica enmarca nuestros recuerdos, y es por ello que el recuerdo de lo que es comido, sus momentos, su socialización, también serán fundamentales en la forma en que constituimos el sentido del comer: “comemos nuestros recuerdos, aquellos más seguros y sazonados de ternura y ritos, que marcaron nuestra primera infancia” (GIARD, 1999, p. 189). En ese sentido, la memoria alimentaria nos lleva hacia cómo la gente reconoce sus formas de vida histórica, sus experiencias alimentarias que entrañan una inherencia con su medio ambiente y sus valoraciones sobre dicha realidad constituida.

La cuestión alimentaria y gastronómica es parte del acervo de los recuerdos y mitos, los sabores, las texturas y los olores; las formas de preparación y los rituales de consumo pueden tener una estrecha relación con diferentes simbolismos (JUÁREZ, 2008). Este vínculo no se constituye únicamente desde el producto alimentario mismo, sino que es un ensamble de significados asociados al paisaje, las relaciones sociales y la historicidad.

Las dimensiones de la memoria alimentaria que identificamos en las comunidades mazahuas se relacionan con dos escalas: el de las narraciones míticas que dan una referencia entre el paisaje y ciertas entidades y elementos del entorno; por otro lado, el de la experiencia personal, las vivencias que refieren sobre la alimentación, la obtención de alimentos, las formas del comer y el recuerdo de los sabores.

En el primer caso, si bien es muy amplia la tradición oral de las poblaciones mazahuas, nos limitaremos a comentar la presencia de las espiritualidades del monte y del agua como entidades proveedoras de alimentos. Previa a ello, retomamos un mito prehispánico que tiene resonancia en las prácticas culturales y alimentarias de las poblaciones otopames de esta región, así como un mito que ha sacralizado el propio paisaje de la laguna.

En el mito mesoamericano descrito en el Códice Florentino sobre el origen del quinto sol, se narra la necesidad del sacrificio de los dioses para dar movimiento al astro solar. Xólotl, hermano gemelo de Quetzalcoatl, debía sacrificarse, pero tuvo miedo y decidió escapar. Esta deidad para esconderse se convirtió en una mazorca de maíz, planta de dos varas (xólotl), posteriormente en un maguey doble (mexólotl), finalmente en un ajolote (axólotl), pero el Dios fue descubierto y sacrificado.

El maíz, el maguey y el ajolote son tres elementos del paisaje, característicos del altiplano central mexicano (aunque la domesticación del maíz se extendió en toda Mesoamérica). El maíz, y su vínculo con la milpa, fue y sigue siendo base de la dieta de las comunidades indígenas,

mientras que el maguey es una planta que, además de aprovecharse para la extracción de fibras para la elaboración de diversos productos, también de él se extrae el aguamiel, del cual surge el pulque a partir de su fermentación. A su vez, el ajolote, un anfibio endémico, hace su aparición en las lagunas, esteros y riveras de los ríos que atraviesan la región central y centro-occidental del país. Estos tres elementos tienen una importancia simbólica en las comunidades mazahuas, puesto que tanto el maíz como el pulque son la base de ciertos alimentos rituales y festivos. Por su parte, el ajolote ha sido reconocido por algunos pobladores mazahuas como un referente del pasado indígena, por ello “tiene su penacho” (haciendo referencia a la forma de las branquias que rodean la cabeza de este anfibio).

En algunas entrevistas nos contaron el mito de la laguna de los Baños, la cual era el espacio destinado para la llegada del águila que venían siguiendo los mexicas y, por tanto, ahí se fundaría la gran México Tenochtitlan. Sin embargo, el águila no se quedó, no cupo y se fue al ahora Valle de México. Esta narración, además de ser un mito fundacional, refiere la importancia de la laguna como espacio sagrado y forjadora de una herencia cultural sustentada en las actividades lacustres y campesinas de los pueblos mazahuas de esta región.

En la tradición oral mazahua se cuentan varias historias sobre el *Menye*, quien se dice es el espíritu o dueño del agua. Este numen cuida de todos los animales acuáticos, por tanto, éstos son un don otorgado por esta espiritualidad para las personas que se acercaban a los espacios de agua con respeto. En otras narraciones se hace referencia a las serpientes como protectoras del agua, si se les generaba algún daño, esto podía provocar que los manantiales se secan.

También se cuentan otras narraciones sobre entidades que protegen el monte y a los animales que ahí viven, como es el caso del dueño del monte o el chaparrito, estas entidades podían proveer de alimentos a la gente o en otros casos podían castigar a personas que mataban a algunos animales sin solicitar permiso o que solo cazaban por entretenimiento. Ambas entidades han adquirido otras valoraciones, ya no directamente vinculadas con la abundancia, puesto que, desde la perspectiva religiosa, se les ha relacionado con el diablo.

En ambos casos, tanto los protectores del agua como del monte son un referente de sacralidad del entorno natural y son quienes generan la abundancia, principalmente para la alimentación. Aunque ciertas perspectivas religiosas así como los procesos de industrialización han generado cambios ideológicos, no obstante estas entidades siguen estando presentes en el paisaje y en la memoria de la población mazahua. Sobre todo el *Menye*, quien ha mantenido su carácter sagrado como entidad protectora del agua y los animales lacustres.

Las narraciones que nos otorgan cada grupo social, como las referidas por la población mazahua de la región de los Baños, permiten entender la forma en que se articula la experiencia

del paisaje, de las diversas prácticas bioculturales como las alimentarias y las formas en que la narrativa forja las condiciones de la memoria. La parte afectiva es fundamental a la hora de recordar qué comían las personas, porque más allá de recordar los alimentos, la manera en que los obtenían, preparaban y consumían, también recuerdan el sentimiento que emerge de ellos. Las personas recuerdan lo que consideran importante recordar y lo que les dio sentido a sus vidas; se narra desde estas expectativas, desde lo que merece ser conservado en su memoria.

La memoria alimentaria articula diferentes formas del recuerdo, puesto que está anclada en la memoria del cuerpo, en la forma en que los sabores son vinculados a sus entornos, los sabores de la laguna, del mar, el manglar, la sierra o del campo. Esa distinción de las papilas gustativas que construyen emociones y ecoestéticas, responde a la apropiación, acumulación, domesticación y herencia del ambiente que rodea a las comunidades, a la que sus habitantes se adaptan constantemente.

Como hemos buscado demostrar en este texto, la alimentación es un proceso central en la comprensión de la bioculturalidad, puesto que, desde una necesidad básica de subsistencia, se desprende un conglomerado de relaciones funcionales y simbólicas con el entorno, constituyendo un sistema de saberes y valoraciones sobre las diversas entidades, así como las prácticas mismas para la alimentación.

En la actualidad, los sistemas alimentarios tradicionales como es el caso de las comunidades mazahuas de la región de los Baños, enfrentan un punto de quiebre muy relevante, ya que las políticas de modernización que se acentuaron durante el siglo XX propiciaron procesos extractivistas que dañaron diversos nichos ecológicos, en algunos casos éstos desaparecieron o están en ese proceso y con ello la flora y la fauna que la constituyen. A ello se suman las transformaciones laborales, los procesos de alimentación en contextos globalizados donde el tiempo es moldeado de acuerdo con el esquema productivo de las industrias y los mercados internacionales. Estos cambios van acompañados de una resignificación de la naturaleza, valorada como un capital económico. Lo que muestra este proceso son las transformaciones de la realidad vital de las personas y sus entornos, la experiencia de la alimentación que, de acuerdo con los cambios del paisaje y los elementos de consumo alimentario, van gestando otras formas de definir los sabores y la atracción por ciertos alimentos a partir de la vista, por tanto, para algunos jóvenes, ciertos animales lacustres como los ajolotes, atepocates y acociles, no son atractivos en sabor por no serlo a la vista, a diferencia de las personas que crecieron en convivencia con estas especies y añoran su sabor por ser un referente de la laguna.

## REFLEXIONES FINALES

Las relaciones humanas, así como los procesos biológicos del ser humano se gestan y se desenvuelven en interacciones diversas que definen lo que asumimos como entorno. En ese sentido, lo que se concibe como una distinción dicotómica entre el ser humano y la naturaleza no es en sí misma una dicotomía, por el contrario, son entramados de vida: la vida y la experiencia humana adquieren sentido en un aquí y ahora, en y con el entorno.

Las construcciones simbólicas sobre los elementos del paisaje se modifican a partir de las circunstancias de interacción. La imposición paulatina de ciertas prácticas de alimentación, así como la cada vez más fuerte incursión de alimentos procesados en la dieta diaria, generan nuevas tendencias de la convivencia familiar y social, así como la transformación de las percepciones sobre los alimentos tradicionales vinculados a ciertos espacios silvestres.

En la región mazahua del Estado de México se logró identificar la persistencia de prácticas alimentarias vinculadas a un pasado forjado por una cultura ambiental que impacta en la cocina tradicional. La importancia simbólica de los alimentos obtenidos en los espacios lacustres y silvestres no sólo se debe a su condición de alimento, también hay un vínculo con las visiones sobre la salud, lo medicinal y lo que es bueno para el cuerpo al ser parte del propio entorno.

Con la propuesta de la memoria alimentaria asumimos que existen ciertos procesos de vinculación entre el paisaje, la convivencia y la alimentación anclada en las vivencias sociales, lo cual genera en ciertos contextos, las añoranzas sobre una valoración conjunta del entorno a través de los sabores de los productos que son extraídos en las comunidades mismas o que son producidos por ellos. Sabores que además de representar una valoración del propio gusto, son un referente de la forma de vida local o representan un momento de la vida de las personas, como es el caso de los sabores de la infancia que se articulan a los saberes sobre el medio ambiente.

La memoria alimentaria desde una perspectiva biocultural, es un marco significativo de conexión entre la experiencia vivida y los procesos emergentes de la cotidianidad. Nuestra historicidad define los marcos de comprensión, así como las bases de nuestra prospectiva. Ante ello, los diferentes saberes ambientales vinculados a las prácticas alimenticias y los diversos sabores que nos acompañan durante nuestra vida, son un referente que enmarca nuestra valoración del entorno y nuestra relación con otras especies. La significación de dichas relaciones interespecie delinea la cercanía y lejanía alimentaria.

Las formas del recordar ya sean los sabores del entorno, así como los conocimientos y tratamientos sobre éste, son fundamentales en la memoria alimentaria, puesto que, desde el presente, se recrean diversas exégesis de nuestra experiencia corporal y lo que nos vincula con el entorno de forma íntima. El recuerdo, cuya etimología latina *recordaris*, nos remite al corazón y el volver a experimentar una vivencia a través de éste, es un referente de la importancia de las experiencias que se quedan arraigadas en nuestra memoria gracias a su emotividad y significación.

Estas improntas de la memoria alimenticia se pueden gestar en los momentos del acontecimiento alimenticio, las personas con las que se compartió dicha experiencia o, en otros casos, los elementos de la percepción inherentes a la forma de aprehender los estímulos del entorno, sus olores, sabores y su tacto. En tal sentido, las papilas gustativas, el olfato y la sensibilidad de los alimentos, el gusto socialmente forjado y la experiencia intersubjetiva se aglutinan en esas formas del recordar, de recrear las vivencias que nos enlazan con la historicidad personal y cultural. La memoria alimentaria, como parte de los diferentes procesos del recordar, adquiere importancia al ligarse con una condición intersubjetiva y por su trascendencia en la significación de las realidades vitales.

## REFERENCIAS

1. ABERCROMBIE, Thomas. **Caminos de la memoria y el poder**. Etnografía e historia en una comunidad andina. La paz: Institut français d'études andines, 2006.
2. CANO, Leonor; GÓMEZ, David. **Cinco sabores tradicionales mexiquenses**. Cocina Mazahua, Otomí, Nahuatl, Matlatzinca y Tlhuica. México, Gobierno del Estado de México/CEDIPIEM, 2017.
3. CONNERTON, Paul. **How societies remember**. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.
4. CONTRERAS, Jesús; GARCÍA, Mabel. **Alimentación y Cultura**. Perspectivas antropológicas. Barcelona: Ariel, 2005.
5. DOUGLAS, Mary. **Pureza y peligro**. Madrid: Siglo XXI, 1973.
6. ESPEITX, Elena; GRACIA, Mabel. La alimentación humana como objeto de estudio para la antropología: posibilidades y limitaciones. **Áreas. Revista Internacional De Ciencias Sociales**, Murcia, n. 19, p. 137-152, 1999.



7. FIGUEROA, David. Memoria intertextual y narrativa en la conformación de las ontologías de la naturaleza en las comunidades mazahuas de México. Reflexiones desde la ecología política latinoamericana. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 51, n.2, p.85-121, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/53070>. Acesso em: 22 fev. 2023.
8. FIGUEROA, David. Ecoestética del ajolote. Patrimonio biocultural y alimentación en la región mazahua. In: HERNÁNDEZ, Ricardo; LÓPEZ, Andrés; FAVILA, Héctor; GUZMÁN, Celia. **Gastronomía y patrimonio**. Estética de lo intangible. México, Universidad Autónoma del Estado de México, 2021. p. 265-298.
9. FIGUEROA, David; PÉREZ, Manuel. Aproximación a la región biocultural mazahua del Estado de México en el contexto del cambio climático. In: LUQUE Diana; GAY, Carlos; ORTIZ, Benjamín, **Complejos bioculturales de México: bienestar comunitario en escenarios de cambio climático**. México: BUAP, 2020. p. 164-184.
10. GALINDO, Edwin; GARCÍA, Neidi. Estudio etnográfico del agua y organización social: conflicto, identidad, cosmovisión en la comunidad de la Concepción de los Baños y su relación con San Pedro de los Baños. In: MOLINA, Mariana; PÉREZ, Gilberto. **Las ciencias sociales y la agenda nacional**. Reflexiones y propuestas desde las Ciencias Sociales. v. XV, COMESO/ El Colegio de San Luis, UASLP: San Luis Potosí, 2018. p. 417-435.
11. GIARD, Luce. Hacer de comer. En: DE CERTAU, Michel, GIARD, Luce; MAYOL, Pierre, **La invención de lo cotidiano 2**. Habitar, cocinar. México: Universidad Iberoamericana, 1999. p. 151-256.
12. GOODY, Jack. **Cooking, Cuisine and Class**. A study in Comparative Sociology. New York: Cambridge University Press, 1982.
13. HALBWACHS, Maurice. **La memoria colectiva**. España: Prensas Universitarias de Zaragoza, 2004.
14. INEGI. **Síntesis de información geográfica del Estado de México**. México: Instituto Nacional de Estadística y Geografía, 2001.
15. INEGI. **Censo de Población y Vivienda 2020**. México: Instituto Nacional de Estadística y Geografía, 2020.
16. LÉVI-STRAUSS, Claude. **Mitológicas 1**. Lo crudo y lo cocido. México: Fondo de Cultura Económica, 1996.
17. MELÉNDEZ, Juana María; CAÑEZ, Gloria. La cocina tradicional regional como un elemento de identidad y desarrollo local: El caso de San Pedro El Saucito, Sonora, México. **Estudios sociales**, Hermosillo, Sonora, n. 17, p. 182-204, 2009.
18. MUNGUÍA, María Magdalena; HERNÁNDEZ, Ricardo; GONZÁLEZ, Martha. Un acercamiento al patrimonio gastronómico de la etnia Mazahua. **Culinaria**, Toluca,

- México, n. 8, p. 07-26, 2014. Disponível em: [http://web.uaemex.mx/Culinaria/ocho\\_ne/contenido-culinaria-8.html](http://web.uaemex.mx/Culinaria/ocho_ne/contenido-culinaria-8.html). Acesso em: 22 fev. 2023.
19. SAUER, Carl. La morfología del paisaje. **Polis, Revista de la Universidad Volivariana**, Santiago, Chile, v. 5, n. 15, 2006.
  20. SEGUNDO, Esteban. **En el cruce de los caminos**. Etnografía mazahua. Toluca: CEDIPIEM, 2014.
  21. TOMÉ, Pedro. Paisajes culturales de la dieta mediterránea y sostenibilidad socioeconómica. *In*: MEDINA, Javier; MARIANO, Lorenzo; CONDE, David; AGUILAR, Alicia (ed.). **Consumo alimentario y sostenibilidad**. ¿Hacia una sociedad sostenible? Barcelona: mra ediciones, 2021.
  22. VALENTE, Columba. Reseña histórica del pato. *In*: PRIMERA MUESTRA GASTRONÓMICA DEL PATO, 1., 2019, San Pedro de los Baños.
  23. VÁSQUEZ, Alicia; CHÁVEZ, Cristina, HERRERA, Francisco y CARREÑO, Fermín. La milpa mazahua: baluarte de conocimientos y creencias. **Iberoforum**, año XI, n. 21, p. 142-167, 2016.
  24. VELÁZQUEZ, Laura. Río Lerma, fuente de contaminación y enfermedades. **Heraldo Estado de México**, Sección Entorno, 14 de abril, 2019.

*David Figueroa Serrano*

Professor investigador da Faculdade de Antropologia da Universidad Autónoma del Estado de México. Doutor e mestre em Ciências Humanas com estudos de licenciatura em antropologia social pelo El Colegio de Michoacán. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2092-381X>. Colaboração: Pesquisa empírica, Pesquisa bibliográfica, Análise de dados, Redação e Revisão. E-mail: [davdataura@hotmail.com](mailto:davdataura@hotmail.com)

*Sofía De la Luz Reyes*

Licenciada em antropologia social pela Faculdade de Antropologia da Universidad Autónoma del Estado de México. ID ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-6788-6048>. Colaboração: Pesquisa empírica, Pesquisa bibliográfica, Análise de dados e Redação. E-mail: [sophie\\_jimena@hotmail.com](mailto:sophie_jimena@hotmail.com)

# Alimentação e relações intergeracionais em Cabo Verde: uma análise de práticas alimentares em um bairro periférico

Food and intergenerational relationships in Cape Verde: an analysis of food practices in a peripheral neighborhood

**André Omisilê Justino**

Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Universidade de Brasília, Brasília, Distrito Federal, Brasil

## RESUMO

Este artigo é uma reflexão sobre a alimentação enquanto fenômeno social em Cabo Verde, arquipélago do oeste africano. Os dados analisados foram construídos a partir de uma etnografia e suas diversas ferramentas, dentre as quais ressalto a convivência prolongada com os sujeitos de pesquisa e a minha inserção no contexto social pesquisado. O objetivo é mostrar como o alimento é fundamental para a construção de redes de solidariedade e reciprocidade em um contexto de pobreza: a *Zona*, bairro onde a pesquisa foi realizada entre fevereiro e agosto de 2019 e fevereiro e março de 2020. Analiso as relações entre adultas e crianças para explorar também algumas classificações alimentares e as variações propostas pelas gerações etárias. Dedico uma parcela da análise a pensar o corpo e sua relação com as práticas de cuidado e com a alimentação, conforme concebidos na *Zona*. Concluo que pensar a alimentação olhando a partir da ótica das crianças e das relações que elas desenvolvem no cotidiano fornece novas possibilidades de se pensar esse fenômeno social.

**Palavras-chave:** Cabo Verde, Crianças, Alimentação.

---

Recebido em 10 de outubro de 2022.  
Avaliador A: 11 de novembro de 2022.  
Avaliador B: 18 de novembro de 2022.  
Aceito em 21 de março de 2023.

---



## ABSTRACT

This article is a reflection on food as a social phenomenon in Cape Verde, a West African archipelago. The data were built from an ethnography and its various tools, among which I emphasize the prolonged coexistence with the subjects and my insertion in the researched social context. The objective is to show how food is fundamental for building networks of solidarity and reciprocity in a context of poverty: the *Zona*, the neighborhood where the research was carried out between February and August 2019 and February and March 2020. I analyze the relationships between adults and children to also explore some food classifications and variations proposed by age generations. I dedicate part of the analysis to thinking about the body and its relationship with care practices and food, as conceived in the *Zona*. I conclude that thinking about food from the perspective of children and the relationships they develop in everyday life provides new possibilities for thinking about this social phenomenon.

**Keywords:** Cape Verde, Children, Food.

## INTRODUÇÃO

Este artigo visa a discutir a importância das práticas alimentares no arquipélago cabo-verdiano, dando ênfase ao contexto de pobreza das periferias urbanas e à modulação que tais práticas interpõem a relações intergeracionais, principalmente entre adultas e crianças<sup>1</sup>. Foco as práticas de solidariedade e os processos de socialização das crianças e recorro ao alimento enquanto elemento que age na confecção das redes de relações sociais de um bairro pobre de Praia, a capital de Cabo Verde .

Os dados discutidos aqui são fruto de minha pesquisa de doutorado, realizada num bairro periférico denominado *Zona*, em referência a uma categoria relacional e de pertencimento

---

<sup>1</sup> Este artigo é escrito com o uso do feminino plural enquanto englobante com base nos seguintes argumentos: 1) a dimensão da comida é inerentemente doméstica, um campo dominado pelas mulheres, de modo que os homens surgem esporadicamente enquanto consumidores do alimento ou auxiliando na aquisição de ingredientes; 2) no que tange às minhas interlocutoras adultas, a maioria absoluta era de mulheres e me soa desonesto para com elas apagá-las em respeito a normas gramaticais que devem ser revistas; 3) embora o coletivo “crianças” seja misto de meninos e meninas, o substantivo é feminino e facilita o uso do recurso que aqui proponho; 4) por fim, a dimensão do cuidado, que também aparece neste artigo, diz respeito ao campo feminino: são as mulheres que “sabem” cuidar, no entendimento local, sendo sua presença e autoridade absolutas nessa seara. O exercício do feminino englobante foi realizado com sucesso em minha tese de doutorado, toda escrita com o recurso (JUSTINO, 2022). O masculino plural só será usado em casos em que o coletivo é totalmente masculino.

geográfico do crioulo cabo-verdiano. Nomeio o bairro assim na intenção de proteger o anonimato de minhas interlocutoras. Da mesma forma, alterei seus nomes e idades, dificultando a identificação. A pesquisa se deu a partir de uma longa convivência com moradoras do bairro, aonde cheguei por indicação de amigos que fiz em viagens anteriores. Minha base de pesquisa e principal porta de entrada para a vida social da *Zona* foi o Jardim Acalanto de Tia Maria, uma instituição mista de ensino e cuidado que funcionava na casa de Maria, uma guineense que morava em Cabo Verde havia anos. O jardim ocupava a garagem e um quarto da casa dela, e ainda incluía um banheiro e uma área onde se lavavam as louças. O expediente ia de segunda à sexta; as primeiras crianças chegavam antes das 7 da manhã, e algumas ficavam até o anoitecer.

A partir da minha presença diária no jardim, fui sendo inserido no cotidiano do bairro, onde passei a morar nos meses finais da pesquisa. Paralelamente, trabalhei como professor voluntário em uma associação local de moradoras, o que expandiu meu conjunto de relações, permitiu-me estabelecer contato com as crianças mais velhas e me possibilitou frequentar casas, festas, eventos sociais e outros momentos de grande importância para a vida local.

Enquanto homem adulto, precisei negociar minha presença no campo do cuidado, considerando que o espaço em questão é dominado por mulheres e que a figura masculina é relativamente ausente ali, por estar na periferia do campo doméstico. Também tive de negociar a convivência com as crianças e aprender a me comunicar com elas não só no crioulo cabo-verdiano, língua materna do país, de modo a estabelecer conexões que passassem por outras dimensões do social, a saber, a dimensão do sensível, bem elaborada por Laplantine (2015). Assim, comunicar com gestos, choros, sorrisos, outros sons e atos foi fundamental para compreender a realidade das crianças a partir de sua perspectiva. Ressalto que essa forma de fazer etnografia permite que diferentes presenças estejam postas no texto. Explico: as crianças não aparecem aqui da mesma forma que as adultas, uma vez que estas elaboram seus discursos e reflexões com fluidez, com uma linguagem e um código que, enquanto adulto, eu apreendo e compartilho até certo ponto. A comunicação com as crianças e o aprendizado com elas é elaborado em texto de outras formas. Neste artigo não são comparadas as “vozes” que aqui estão, e sim suas presenças<sup>2</sup>.

A *Zona* é composta por famílias que migraram de outras ilhas e países (como Senegal e Guiné-Bissau) para a capital em busca de melhores condições de trabalho e oportunidades migratórias, nomeadamente um acesso facilitado ao continente europeu. A falta de água encanada, o alto custo da energia elétrica legalizada e a ausência de calçamento nas ruas e de

---

2 Para mais reflexões metodológicas sobre esta pesquisa, ver Justino (2021, 2022).

serviços essenciais como escolas e centros de saúde, além do ritmo de crescimento acelerado, sem um apoio estatal a promover um ordenamento urbano, são características marcantes do bairro (que se iguala a outras *zonas* urbanas periféricas espalhadas pelo arquipélago). As pessoas circulam pelo bairro à procura de soluções materiais para o sustento (com pequenos trabalhos ou trocas), estabelecendo relações de amizade e troca de informações e favores.

A literatura antropológica produzida a partir do arquipélago dá conta da importância da circulação de bens, valores, pessoas e discursos para a identidade cabo-verdiana e para a aquisição de condições materiais da existência (DIAS, 2000; DROTBOHM, 2015; LOBO, 2012a, 2013; VASCONCELOS, 2012). A construção de uma rede de parentesco ampla, com a inserção de pessoas cujos laços não passam pelo sangue, mas pela proximidade, por exemplo, é um fator fundamental para a análise que proponho.

É notável o papel que a estrutura de gênero exerce no cotidiano do bairro. Na *Zona*, as pessoas se dedicam a fortalecer a proximidade com a vizinhança a partir de uma intensa troca de bens (comida, por exemplo) e cuidados. Esse fenômeno é levado a cabo principalmente pelas mulheres, que são maioria na chefia dos lares. São as mulheres que gerenciam o campo doméstico, criam as crianças e resolvem problemas cotidianos, enquanto os homens se mantêm distantes ou ausentes. É comum encontrar casas onde coexistem gerações de mulheres que negociam e se associam para realizar um projeto de vida, que inclui a reprodução do grupo doméstico. Como bem lembra Lobo (2010), a maternidade em Cabo Verde é um fenômeno que ocorre na associação de mulheres, principalmente mães e avós. Esse processo de maternidade não envolve apenas a reprodução do grupo doméstico num sentido estrito. Afeta outras esferas da vida, abarca a economia, a educação, a responsabilidade coletiva e a formação de vínculos com a comunidade, entre outros fatores.

Simultaneamente, como apontam Cruz e Fortes (2016), a partir de uma pesquisa feita em uma periferia urbana da Ilha de São Vicente, em Cabo Verde, a ausência masculina no campo doméstico é notável e faz parte do processo de socialização das crianças: os meninos são mantidos à distância, enquanto as meninas são convocadas a assumir responsabilidades de cuidado com as outras pessoas (adultas ou não) que compõem o lar (JUSTINO, 2022). O fenômeno social de fazer família e criar pessoas é assumido de forma coletiva. Lá, as mulheres de diversos lares se aliam nos cuidados de forma institucional, como ocorre no Jardim Acalanto, ou de maneira informal, com arranjos e estratégias cotidianamente atualizadas que se baseiam em trocas e fluxos de bens, valores e pessoas.

A partir desse contexto e do trabalho de campo realizado entre fevereiro e agosto de 2019 e fevereiro e março de 2020 construí dados que permitem refletir sobre a vida social das



crianças, sua participação nas redes de solidariedade e reciprocidade que se constroem entre as casas e suas formas de classificação e entendimento do mundo. Priorizo aqui os dados relativos às relações intergeracionais e às práticas alimentares, buscando, a partir de uma descrição do cotidiano alimentar do bairro, compreender como, o quê, quando e onde se come, sem perder de vista que as adultas estão implicadas diretamente nesse universo, seja fornecendo e preparando o alimento, seja na transmissão e na construção de um *habitus* a partir de seu papel no processo de socialização (BOURDIEU, 1983, 2011), dito aqui no sentido mais profundo do termo, isto é, o de uma estrutura com aspectos conscientes e inconscientes estabelecida a partir de um processo de socialização. Não afirmo apenas que as adultas transmitem conscientemente um código alimentar fixo, mas que elas ocupam uma posição em uma distribuição etária que tem, entre outros elementos, a característica de construir pessoas, executando projetos coletivos de cuidado. Nesse processo, as crianças não são passivas, elas próprias elaborando um código alimentar paralelo que pode coincidir em determinados momentos com o das adultas, mas é relativamente autônomo. Os próprios elementos que estão em jogo para serem organizados por esses códigos alimentares dependem de condições estruturais (clima, economia, trabalho, classe social, pertencimento étnico, entre outros aspectos). Enfatizo a forma como olhar para as crianças pode promover um enriquecimento da compreensão do fenômeno alimentar, uma vez que elas propõem leituras diferenciadas para elementos que, do ponto de vista das adultas, estão estabelecidos.

A pesquisa antropológica com crianças está presente desde as obras clássicas de Margareth Mead (1932) às contribuições de Christina Toren (1993) e se consolidou no Brasil nos primeiros anos da década de 2000 (COHN, 2005; PIRES, 2010; TASSINARI, 2007). O deslocamento epistêmico e metodológico promovido pelo ato de olhar para as crianças atualiza determinadas dinâmicas da vida social que tendem a ser analisadas a partir de uma perspectiva centrada na figura adulta. É apostando nesse deslocamento e em sua potencialidade que construo, juntamente às crianças da *Zona*, os dados aqui analisados.

Exploro quatro principais argumentos ao longo do artigo. O primeiro deles é o de que a comida é um elemento central da sociabilidade na *Zona* e um agente fundamental na construção das redes de solidariedade entre as famílias, característica sociológica deveras importante para a sobrevivência no contexto de pobreza do bairro. O segundo é o de que existem mecanismos de classificação alimentar que levam em conta tradições alimentares e condições materiais de existência, envolvendo oferta de produtos agrícolas e industrializados, assim como de produtos exógenos que permitem uma conexão com um lar “deixado para trás” em um movimento migratório. O terceiro é o de que existem gostos infantis e um mecanismo particular

de classificação alimentar elaborado pelas crianças que se implica diretamente nas relações intergeracionais. Por fim, o quarto argumento diz respeito à interseção entre alimentação, corpo e cuidado que estão intrinsecamente conectados na relação entre as pessoas adultas e as crianças. Para explorar estes argumentos, divido o texto em duas seções. Na primeira, centralizo a descrição das práticas alimentares, focando nos dois argumentos iniciais. Na segunda seção, insiro a perspectiva das crianças, trazendo casos que me permitem demonstrar como a centralidade do alimento é fonte tanto de uma intensificação das relações intergeracionais, como de conflitos entre os dois grupos etários.

## COMIDA COMO FORÇA SOCIAL: EXPLORANDO O COTIDIANO ALIMENTAR DA ZONA

É no contexto material de pobreza, relativa ausência estatal e poucas condições de infraestrutura que as pessoas da *Zona* desenvolvem sua sociabilidade sobretudo por meio da circulação de bens, valores e pessoas, por um lado, e da construção de fortes redes de solidariedade, por outro. Na busca pelo sustento, as pessoas sem emprego fixo ocupam as ruas à procura de pequenas oportunidades para ganhos diários que lhe permitam garantir o sustento familiar. As crianças circulam pelo bairro, costurando e reparando os nós da rede de compartilhamento que permite que o fluxo de bens supra as necessidades básicas. Enquanto isso, as mães vão às ruas vender produtos diversos e *rabidar*, como é dito no contexto local (GRASSI, 2003; LOBO, 2012b; VENANCIO, 2018), isto é, “se virar” para poder garantir recursos para o lar.

É essencial notar uma característica dos lares cabo-verdianos: o ambiente doméstico é marcado por uma ausência relativa do homem, de modo que o espaço é majoritariamente gerenciado pelas mulheres, como já afirmei. Essa ausência se mostra como tendência desde a infância, quando os meninos ocupam as ruas mais do que as meninas, que tendem a permanecer nos arredores das suas casas e assumir funções de controle e distribuição de recursos logo cedo. A ausência masculina pode ser: total, quando não há homens ou *pai-di-fidju* (categoria usada para nomear o homem com o qual a mulher tem filhas e filhos, mas que não necessariamente é seu marido, noivo ou namorado) coabitando com a mulher; ou relativa, quando o homem se distancia por causa do trabalho ou da migração, mantendo os laços por meio das estratégias disponíveis. O Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde (INE-CV) mostra que, na distribuição dos agregados familiares, 48,5% das famílias em contexto urbano são representadas

ou chefiadas por mulheres (INE-CV, 2020).

É preciso lembrar ainda que o *status* de chefia não equivale, nessa etnografia, ao de gerente de recursos domésticos, mas ao de provedora de condições materiais. Assim, em muitos casos a mulher acumula as posições e precisa buscar estratégias para suplantar lacunas orçamentárias, além de enfrentar outras dificuldades, como decidir onde deixará suas crianças, caso tenha que se ausentar por longos períodos de casa. A vizinhança é peça-chave nesses momentos, pois permite uma distribuição para o coletivo da responsabilidade de cuidado, de modo que outras casas tornam-se responsáveis pela criação das crianças.

Desse modo, os lares se constroem não em torno das casas, mas em torno das redes de compartilhamento. Por exemplo, a amizade entre as famílias que estão longe de suas redes consanguíneas devido ao processo migratório é essencial para que novas redes de apoio se estabeleçam e estratégias coletivas de ascensão social e manutenção da vida possam ser elaboradas. A comensalidade surge, então, como um elemento central desse compartilhamento. Comer junto e compartilhar comida são dois aspectos presentes nas mais diversas interações cotidianas do bairro e, como bem lembram Esther Katz (2016) e Evelize Moreira e Maria Maciel (2019), a alimentação é reveladora de mecanismos sociais de distinção, classificação e união. Comer junto e compartilhar a mesa são formas de forjar e fortalecer laços sociais sujeitos a diferenças sociais (classe, raça, nacionalidade etc.). Em campo, aceitar comer com as pessoas (cabo-verdianas ou não) tinha um forte carácter de estreitamento de laços e foi fundamental para o andamento da etnografia realizada. Aceitar alimento implicava declarar que não havia uma característica que surgia com frequência na interação entre diferentes etnias ou nacionalidades: o nojo. Os valores impressos na alimentação enriquecem o olhar de quem pesquisa e se debruça sobre a vida social.

Além da comensalidade, o compartilhamento de comida poderia se dar na forma de presentes. O caso de Tita é um exemplo, no que toca a importância desse compartilhamento para a saúde das relações sociais. Tita é uma comerciante que mora na *fundu*, isto é, nos limites do bairro com os interiores da Ilha de Santiago. Enquanto seu marido trabalha na *loja* (ou armazém) que mantêm em um cômodo da casa, a mulher sai às ruas pela manhã com sua bacia em cima da cabeça para vender frutas e legumes. O filho mais novo de Tita (que é mãe de três) frequentava o Jardim Acalanto de Tia Maria, e todos os dias ela passava pelo estabelecimento na hora do almoço para ver o filho antes de seguir o caminho de casa. Sempre que carregava sobras que não conseguira vender, Tita as compartilhava com a dona do jardim, Maria, que usava os produtos na sopa servida no dia seguinte ou na própria refeição, compartilhada comigo e com seus dois filhos. Maria fazia questão de sempre divulgar esse feito para outras mães e

frequentadoras do jardim com dois objetivos. O primeiro deles era fazer uma propaganda dos produtos que Tita vendia, o que podia resultar em mais vendas e uma renda maior para a família de sua amiga. O segundo era valorizar a amizade e ressaltar a generosidade que ajudava a garantir uma boa refeição para as crianças do jardim. Por meio dessa troca, a amizade das duas era mantida e fortalecida, por um lado, e Tita angariava prestígio junto às outras mães, cujas crianças frequentavam o jardim, o que aumentava as vendas pelo bairro, por outro.

Tita distribuía o resto do que sobrava das vendas do dia pelo caminho para suas amigas e vizinhas mais próximas. Essa proximidade podia ser medida de diversas formas, inclusive pela presença constante das crianças da vendedora nas casas das amigas ou pela intensidade da relação dos filhos dela com as crianças das outras casas. A boa amizade das pequenas serve também de medidor das relações entre as adultas e diz respeito à confiança que elas depositam umas nas outras.

Da mesma forma que podemos observar esse caminho que o alimento percorre, indo de produto comercializável (e sustento financeiro) a presente e reforço das redes de solidariedade, podemos observar também sua centralidade nas interações sociais. Realizar uma visita a alguém é quase sempre sinônimo de compartilhar uma refeição. A casa de uma pessoa é onde se come, e a comida é um elemento que media a relação, ajuda a criar uma memória, seja pelo sabor da comida, seja pela dívida que se contrai. Explico: ao visitar uma vizinha e compartilhar com ela um pouco de café e um pedaço de bolo, por exemplo, a pessoa que visita retém esse fenômeno enquanto dívida a ser retribuída. Quando a visita é devolvida, ou seja, quando se inverte a relação, o alimento reaparece como uma contradádiva que reinicia o ciclo. O alimento, enquanto dádiva, entendida aqui nos termos de Mauss (2013), se incorpora ao ato de visitar e interagir, de modo que passa a fazer parte de um *habitus* (BOURDIEU, 1983, 2011) específico, que causa um estranhamento quando não é cumprido, gerando uma perturbação nas relações dos indivíduos. Dito de outra forma, a comida enquanto valor compõe a estrutura das interações sociais ao lado de outros elementos conscientes e inconscientes, explícitos e tácitos, em jogo, opera num um campo simbólico e material que corresponde à realidade circundante, ou seja, às condições materiais (economia, agricultura, clima) e imateriais (raça, etnia, classe social).

Em termos de identidade cabo-verdiana é possível destacar a *morabeza* como uma característica valorizada nacionalmente. O espírito da *morabeza* diz respeito à boa recepção do outro, ao compartilhamento de teto e comida, à generosidade. Ser visita no contexto da *morabeza* é ser bem recebida e bem tratada. De modo geral, esse elemento se implica na própria

estrutura das relações sociais e é alimentado e reproduzido nas trocas cotidianas<sup>3</sup>. É a esse elemento que me refiro quando afirmo que a comida ocupa um lugar central nas interações, que está na base do “receber bem”, que é fundamento da generosidade e da boa educação. Nos momentos de troca, a afetividade e a memória também são postas em jogo.

Ellen Woortmann (2016) argumenta que existe um valor memória na comida. O alimento pode tanto construir novas memórias quanto se associar a eventos (felizes ou traumáticos) da trajetória das pessoas, tornando-se especial ou interdito. A autora fala de grandes eventos, como fomes duradouras ou contextos de violência, que transformam práticas alimentares e também abrem espaço para que determinadas classificações alimentares sejam refeitas. No caso cabo-verdiano, cujo clima árido dificulta a agricultura e a pecuária, a fome se fez presente em diversos momentos da história. Quando viajei ao país pela primeira vez, em 2013, minhas interlocutoras (um conjunto de universitárias da Universidade de Cabo Verde, a Uni-CV) contavam com dor das memórias que não haviam vivido: da fome dos anos 1940 e do acidente da assistência, quando um muro desabou sobre pessoas que esperavam numa interminável fila para receber o auxílio do Estado português em 1949. O evento traumático moldou-se à subjetividade e foi transmitido oralmente por aquelas que se lembravam dos detalhes. Nesse caso específico, a ausência do alimento e os dispositivos coloniais se incorporam à mentalidade coletiva, estabelecendo um regime de medo em relação à escassez sempre possível, um processo semelhante a outro descrito por Das (2000), ligado à vivência de grandes momentos de violência e ao modo como essa vivência se torna uma presença no cotidiano.

É possível pensar também nesse valor-memória do alimento a partir de elementos mais cotidianos. Numa visita, sua ausência é reparada e comentada na forma de rumores e fofocas que, por um lado, passam uma imagem de pobreza e necessidade material da qual as pessoas querem se desvincular e, por outro, estabelecem uma moralidade em relação à generosidade da pessoa que recebe (ou à falta dela). Essa circulação do alimento na lógica da dádiva não é totalmente inconsciente, mas elaborada e enunciada nos processos de socialização. Às crianças se ensina que devem sempre oferecer o que beber e o que comer para as visitas. Quando são mandadas à casa de alguém para que cuidem delas durante o dia, raramente vão de mãos vazias:

---

3 Não é possível deixar de notar que a *morabeza* não está dissociada da estrutura racial, econômica e étnica da sociedade cabo-verdiana. Trabalhos como de Eufêmia Rocha (2009) mostram que na relação com as africanas do continente, a *morabeza* dá lugar à discriminação, abrindo espaço inclusive para o nojo enquanto um sentimento que mantém as pessoas distanciadas, como mencionado anteriormente neste trabalho. Assim, o “diferente” acolhido pela sociedade cabo-verdiana de forma gentil vai ganhando contornos específicos (pessoas de origem europeia, estadunidense ou brasileira), resultando em grupos discriminados e mantidos à distância, como os chineses que menciono em outro trabalho (JUSTINO, 2015). Para uma abordagem crítica da *morabeza* ver Venâncio (2020).

levam aquilo que é entendido como *prenda* (ou presente) para as adultas que cuidarão delas ou um lanche para consumo próprio, na intenção de não sobrecarregar o orçamento alheio para além do necessário (o que está diretamente ligado à classificação do que é essencial e do que não é na alimentação cotidiana, questão que abordo adiante no artigo).

Essa lógica também opera em visitas *na fora*, isto é, nas viagens que as pessoas do bairro fazem a amigas ou parentes nos interiores da Ilha de Santiago. Nesses momentos, que em geral resultam em períodos de hospedagem como o final de semana ou os feriados religiosos, faz parte da etiqueta levar bens alimentícios específicos para presentear quem as hospeda. Nesse caso, o valor de presente está no tipo do alimento, não no teor alimentício em si. Colocando de outra forma: ao realizar uma visita longa que demanda hospedagem, dificilmente a pessoa levará arroz, carne, milho, feijão ou outro alimento essencial da dieta cotidiana, tendo em vista que isso pode soar como um insulto às anfitriãs, que poderiam ser interpretadas como mesquinhas ou pobres. Assim, é preferível levar doces, pães, bolos e *rissois* (pequenos salgados congelados prontos para serem fritos e consumidos como lanches)<sup>4</sup>. O que destaco é a distinção entre uma refeição e um lanche: a refeição é um momento essencial do dia a dia, uma hora importante da rotina na qual nos dedicamos a fortalecer o corpo com comidas específicas; já o lanche diz respeito a um momento de lazer, e a comida assume outro aspecto, a saber, o da dádiva e o da produção de memórias e laços afetivos. Chamo atenção ao ponto, pois gostaria de discuti-lo adiante.

Outros momentos de sociabilidade na *Zona* também são marcados pelos alimentos. Não se faz uma festa de aniversário, de casamento, de batizado ou mesmo um funeral sem comida. Em todos esses eventos, as mulheres assumem papéis de centralidade no preparo, que geralmente ocorre fora da cozinha, com grandes panelas e o uso de lenha para manter a chama sempre viva. À medida que a quantidade da comida aumenta, aumentam a quantidade mulheres, de lenha (adquirida pelos homens, os meninos ou, na falta deles, pelas próprias mulheres) e utensílio envolvidos no preparo. A panela de três pés, por exemplo, é um item essencial: trata-se de uma panela grande, geralmente funda, feita de alumínio ou ferro batido, bastante pesada e com três pés que permitem que ela seja apoiada no chão, com a lenha é encaixada entre as pernas. Como nem todas as casas tem tal utensílio, sua circulação é necessária para a realização de grandes eventos. Nesses casos, a panela é devolvida com uma parcela da comida preparada para a festa,

---

<sup>4</sup> É importante afirmar que essa situação se inverte no retorno da viagem: a anfitriã presenteia a visita com produtos alimentícios produzidos pela família em roçados (pequenos ou grandes) ou derivados dos animais de criação que são propriedades daquele lar. Assim, feijão, milho, leite, carne etc. surgem como possibilidades de presente na partida, mesmo que não o sejam na chegada.



mesmo que a proprietária tenha sido convidada e já tenha consumido tais alimentos.

Em dias de festa, são oferecidas comidas à base de milho e feijão, bastantes legumes cozidos, carne de cabra e de porco, além da *katxupa*, um dos pratos mais tradicionais da culinária cabo-verdiana, cujo preparo envolve diversos elementos do cotidiano alimentar. Uma *katxupa rika* é preparada em dias de festa com peixe, cabra, boi, frango e porco, além de vários tipos de milho e feijão combinados; legumes e algumas folhagens também podem compor o prato. No dia a dia, uma versão mais simples é preparada, com apenas um tipo de carne ou grão, mas igualmente apreciada, um sucesso (principalmente entre as crianças). A *katxupa* tem ainda um caráter especial de coletividade pode ser preparada a partir de contribuições múltiplas, o que confere um *status* diferenciado para o prato.

O que argumento a partir dessas descrições é que a comida é uma parte central da vida social da *Zona*. Não no sentido óbvio de que comer é essencial para a manutenção fisiológica do corpo, mas no sentido de que a sociabilidade, para acontecer, precisa ser atravessada pelo elemento. Não argumento que seja um caso exclusivo de Cabo Verde, uma vez que a alimentação é uma dimensão central em diversos contextos (CARRASCO I PONS, 2005; KATZ, 2016; OLIVEIRA e CHÊNE NETO, 2019; RODRIGUES, 2012), mas que as condições materiais da existência, as estratégias de construção de redes e as lógicas de reciprocidade que operam no cotidiano do bairro dependem da circulação dos alimentos. O contexto econômico de escassez e o constante risco à segurança alimentar não são inteiramente contornados pela dimensão do trabalho, e as pessoas dependem da reciprocidade para garantir alimento em casa.

Heloísa Rodrigues (2012) demonstra como o fenômeno da alimentação sobrepõe-se à dimensão biológica das necessidades e se estabelece como um fenômeno de reprodução social, principalmente a partir da noção de hospitalidade, que pressupõe o compartilhamento. Ora, a partir dessa perspectiva é rico refletir sobre o papel que o alimento e o ato de compartilhá-lo tem nas relações sociais, na definição de *status* e nas dinâmicas de poder, como bem aponta a autora. Mauss (2013), ao falar sobre o regime de trocas apoiado na tríade de obrigações de dar-receber-retribuir, ilustra bem o fenômeno da circulação e o compartilhamento de algo, além de sua potência para as relações entre os sujeitos implicados na relação – sejam eles materiais, sejam metafísicos, sejam humanos (ou não).

O delicado regime de trocas estabelecido pela dádiva nos termos originalmente propostos por Mauss é mantido dentro de uma dimensão espaço-temporal própria, afinal, como bem lembra Caillé (2002), uma das distinções entre o sistema de dádiva e o de *commodity* é a velocidade com que o ato de “retribuir” acontece, de modo que no primeiro sistema essa velocidade é lenta, o tempo é dilatado, prolongando a relação que está fundamentada nele. No segundo sistema,

a retribuição é instantânea, por meio da moeda, do valor financeiro, o que encerraria a relação instantaneamente, resolvendo a questão da dívida moralmente estabelecida e tornando quase estéril, em termos de relações potenciais, esse campo de troca.

No contexto que discuto neste artigo, é essa a centralidade assumida pelo alimento nas relações sociais. A hospitalidade, o compartilhamento, a circulação, todas são faces de um mesmo fenômeno: a construção e a manutenção de uma rede de relações que contribui diretamente para a sobrevivência das pessoas em situação de pobreza e de isolamento em relação às suas redes de apoio, que ficaram nas suas origens (outras ilhas, localidades ou países).

Em todos esses momentos de sociabilidade e construção de redes existem alimentos desejados, recomendados ou que pouco se recomenda que sejam servidos. Esse fenômeno diz respeito a uma lógica compartilhada principalmente pelas adultas, transmitida para as crianças no processo de socialização, como mostro na seção seguinte. Embora não se trate aqui de uma análise aprofundada de todo o sistema classificatório alimentar de Cabo Verde, meus dados permitem traçar alguns mecanismos de classificação que operam no cotidiano. Tais mecanismos, enquanto instrumentos analíticos (CUNHA, 2014; MORAIS e RATTON JR., 1999), permitem que o processo de socialização no qual minhas sujeitas de pesquisa (adultas e crianças) estão envolvidas seja analisado a partir das duas perspectivas, sem que uma necessariamente ofusque a outra. Um mergulho mais aprofundado nos meus dados permitiria que esses mecanismos se tornassem parte de um sistema complexo, mas, por ora, retenho minha análise nas classificações operadas cotidianamente e nas diferenças intergeracionais.

As características que passo a descrever não dizem respeito a um conjunto de interdições e tabus alimentares nos moldes do estruturalismo de Lévi-Strauss (2010) ou das contribuições de Douglas (2010), que por muito tempo balizaram os estudos antropológicos sobre alimentação (OLIVEIRA e CHÊNE NETO, 2019), mas a uma forma de selecionar, dentre os alimentos disponíveis, aqueles que cumprem melhor o papel de dar sustento ao corpo, numa perspectiva que se assemelha ao que Klaas Woortmann (2008) argumenta em relação ao contexto brasileiro. A disponibilidade, por sua vez, está relacionada a fatores socioeconômicos, climáticos e com a extensão da rede de partilha que as famílias constroem entre si.

De modo geral, o cotidiano alimentar das pessoas adultas é composto por duas ou três refeições “fortes”, podendo ser acrescido de outras refeições “fracas”, rápidas, que não exigem tanto preparo. As refeições fortes podem variar conforme a origem das pessoas. Entre as pessoas da comunidade guineense com quem convivi, por exemplo, a base alimentar era o arroz. Maria, minha principal interlocutora adulta, uma mulher guineense que havia adotado Praia como lar, costumava me dizer: “Guineense não come sem arroz. Pode faltar galinha e

peixe, mas o arroz tem que ter”. Na casa dela, salada e legumes eram dispensáveis, desde que houvesse arroz em abundância e um peixe ou frango para complementar. A pimenta, chamada de *malageta*, também é um ingrediente importante para essa comunidade. Nos lares de famílias cabo-verdianas onde fui convidado a partilhar da mesa, o que raramente faltava eram o feijão (em diversas variedades) e os tubérculos, como a batata e a mandioca.

O consumo de carnes inclui frango (principalmente coxa e sobrecoxa), peixes variados vendidos na rua, por mulheres e homens que carregam bacias na cabeça e vão de porta em porta oferecendo o produto, carne de porco (criado nos fundos ou terraços das casas e abatido aos sábados de manhã) e de caprinos (que se adaptam bem ao terreno pedregoso e montanhoso da *Zona*). As duas últimas opções são estrelas em festas, onde a comensalidade é o elemento central do evento, como expliquei anteriormente. Festas de aniversário de adultas e grandes eventos da vida das crianças, como o batismo e a primeira comunhão, são momentos para preparar banquetes que contêm: arroz, carnes ensopadas com legumes, xerém, feijões de muitas variedades (alguns colhidos nos arredores da *Zona* pelas próprias mulheres responsáveis pelo preparo, aliás), sarapatel e chouriço, entre outras opções, que podem variar conforme a origem das pessoas envolvidas na festa. Cabe uma nota à carne bovina, cujo consumo é raro, tendo em vista a dificuldade de criar gado nos terrenos montanhosos de várias das ilhas cabo-verdianas, além da escassez de água que dificulta o cultivo de pasto.

Essas comidas servidas no cotidiano que representam fartura em dias de festa são chamadas de *kumida di sal* (comida de sal), ou *kumida kenti* (comida quente). São parte fundamental da noção de corpo forte e são manifestações das práticas de cuidado principalmente com as crianças, como mostrarei na seção seguinte e discuto em detalhes em outro trabalho (JUSTINO, 2022). É preciso ressaltar que a classificação das comidas enquanto *kumida di sal* e, portanto, sua valorização entre os alimentos disponíveis levam em consideração outros fatores além do teor nutricional ou do grau de elaboração do prato, de modo que, como afirma Woortmann (2016, p. 65) “as prescrições e especialmente as proscricções alimentares a rigor nada tem a ver com os elementos biológicos que incluem”.

A sopa é um exemplo a ser explorado: nas manhãs dos dias de semana é comum observar mulheres com grandes baldes nas paradas de ônibus, onde elas vendem seu produto: uma sopa de legumes com macarrão. Também é comum ver homens, principalmente trabalhadores da construção civil, adquirindo e consumindo a sopa antes de seguir para o dia de trabalho. Esse prato é um componente misto das refeições: serve de desjejum forte que garante vigor físico e disposição para as tarefas do dia a dia, mas também de refeição quente do dia para as crianças, como é o caso da refeição do meio-dia no Jardim Acalanto. No contexto infantil, é a sopa que

vai trazer os elementos “fortes” da alimentação das crianças, enquanto os lanches da manhã e da tarde servem de paliativos ou substitutos fracos, quando o assunto é construção do corpo.

A sopa também pode assumir outro formato em momentos de escassez, no entanto: o macarrão instantâneo vendido no mercado a preços baixos e acessíveis às classes mais pobres. Em muitos casos, esse produto (pronto em até três minutos após o acréscimo de água quente) é consumido sozinho, isto é, sem qualquer complemento de verduras ou carne. Seu teor nutricional não se compara ao da sopa feita com ingredientes *in natura*, mas, em termos simbólicos, as duas receitas estão muito próximas, de modo que o que eu chamo de macarrão instantâneo pode ser chamado por e consumido como sopa no café da manhã, no almoço ou no jantar.

Esse exemplo da sopa revela uma intersecção com outro polo da classificação alimentar: o da comida cujo consumo não deve ser contínuo, embora também componha o cotidiano alimentar. Se de um lado temos a *kumida di sal*, alimentos desejados e recomendados, do outro, temos as *fatiotas*, que não são recomendadas, mas são desejadas. As *fatiotas* são comidas doces, frias ou muito industrializadas e não são o elemento ideal da dieta das adultas, embora sejam a preferência das crianças. No geral, essa categoria de comidas diz respeito aos lanches, sobremesas e determinadas comidas de festa, como o bolo de aniversário e os refrigerantes. Elas são valorizadas pelo sabor e pelo prazer que proporcionam, seja na hora de comer, seja pela sociabilidade que se desenvolve à volta do ato. Dito isso, elas não compõem o corpo, não fornecem vigor físico e disposição para o trabalho e seu consumo excessivo é indesejado, sendo uma das preocupações maiores que as adultas têm em relação às crianças, que precisam se alimentar de *kumida di sal*.

Em termos de industrialização e teor nutricional, o macarrão instantâneo estaria muito mais próximo da *fatiota* que da *kumida di sal*. O que ocorre, no entanto, é uma inversão dessa classificação, tendo em vista as similitudes classificatórias em jogo no processo de decisão do que é bom para comer em termos de sustento e do que é bom de comer, mas não serve de fonte de força. Nas relações de cuidado intergeracionais, como no caso das adultas e crianças com quem convivi ao longo do trabalho de campo, a distinção entre esses dois campos alimentares se agrava, pois o que está em questão é a potencialização do crescimento da criança não só em aspectos subjetivos, mas também em ideais de corpo (que exploro na seção seguinte) a serem alcançados.

Por fim, é notável a miríade de elementos que estão em jogo no cotidiano alimentar da *Zona*. Não só a necessidade de estabelecer relações amplas de solidariedade para garantir a segurança alimentar é essencial, mas manter essa rede sempre viva e em movimento também pode ser fundamental para a sobrevivência. As crianças são peça-chave desse fenômeno, construindo

e fortalecendo a rede, seja pelo seu circular, seja pela necessidade de serem alimentadas. O que se come (e se há algo para comer, eu diria) e quando se come precisa ser considerado para compreender o dia a dia do bairro.

## **ALIMENTAÇÃO E INTERGERAÇÃO NA RELAÇÃO COM AS CRIANÇAS**

Em um dia comum no Jardim Acalanto, as atividades começavam às 8 horas da manhã, e, no entanto, as crianças chegavam desde as 6h30, quando mães, tias, vizinhas e irmãs mais velhas passavam para deixar as crianças a caminho do trabalho ou da escola. A maioria tomava café da manhã em casa, e algumas vinham pelo caminho comendo um pão que compravam em uma *loja* de sua preferência. Entre 8h e 9h ocorria a acolhida, um momento de saudar as colegas, cantar músicas e entoar o hino nacional e outras cantigas infantis. Após esse momento, elas eram ordenadas a pegar as bolsas, a sentar no chão e fazer o lanche.

Era um momento de alegria e muito barulho. As crianças tiravam de suas bolsas diversas opções de comida: iogurtes, sucos, bolachas doces (industrializadas ou caseiras), leite em pó para ser diluído em água, cereais, pães (com manteiga, chocolate ou sem acompanhamento), frutas diversas (principalmente kiwi, laranja e maçã), cuscuz e, em raras ocasiões, arroz com feijão. As crianças comparavam os lanches, diziam do que gostavam e o que não queriam comer e se reuniam em grupos para realizar a refeição de acordo com suas afinidades. As meninas mais velhas, com 5 ou 6 anos, também se revezavam para ajudar as bebês a comerem, tendo em vista que elas só comem o que lhes é entregue à boca. Esse momento durava quase uma hora, até que todas tivessem acabado de comer e as responsáveis limpado o chão dos restos do lanche (migalhas, suco derramado, embalagens etc.).

Ao meio-dia, as responsáveis começavam a servir a sopa, colocada em pequenas tigelas padronizadas e distribuída primeiro às crianças que iam embora depois do almoço. Como não havia tigelas para todas, era feito um revezamento. As meninas maiores auxiliavam na distribuição da comida e novamente ajudavam a servir as bebês, que comem do mesmo alimento. Esse era um momento difícil do dia, porque as crianças tomavam a sopa com menos satisfação do que a que demonstravam ao comer seus lanches trazidos de casa. Para as adultas, no entanto, era essencial que elas comessem, pois, no entendimento delas, é a sopa, não o lanche, que fornecerá sustento para as pequenas. Algumas crianças se recusam a comer e são

castigadas, sem que seja levada em conta a possível falta de apetite, já que a última refeição fora feita havia apenas duas horas.

Do ponto de vista das adultas, é essencial fazer com que as crianças comam. Trata-se da responsabilidade delas na modalidade de relação intergeracional em jogo no jardim. As mães confiam suas crianças às responsáveis pelo espaço acreditando que elas serão tão bem cuidadas como são quando estão em casa. Em alguns casos, o próprio ato de deixar a criança no jardim tem o intuito de fazer com que a criança coma, como no caso de Carlos.

Carlos é filho de uma bem-sucedida comerciante, dona Nilza. Sua mãe trabalha no mercado municipal, no centro da cidade, mora em uma grande casa na *Zona* com os três filhos do casamento com o pai de Carlos, além de um filho e uma filha do esposo com outras mulheres. Muito católica, é respeitada tanto na igreja quanto na associação de moradoras da qual faz parte, sendo uma referência para as pessoas que a conhecem e uma pessoa cuja amizade é bastante valorizada. Carlos chegava sempre às 8h ao jardim com algum dos irmãos mais velhos. A mãe o acompanhava apenas no dia do pagamento ou quando havia algum assunto a ser conversado. Era o *kode* da família, isto é, o mais novo e, portanto, o que recebia mais atenção, o que se repetia no jardim, onde ele era muito bem tratado também pelos filhos de Maria. A mãe sempre se queixava de que Carlos não comia em casa. Não comia nem *kumida di sal*, nem *fatiotas*, era magro e tinha a saúde fraca. As únicas pessoas que conseguiam fazer com que Carlos comesse bem eram Maria e seu filho mais velho, Edson. Por esse motivo, dona Nilza mandava muita comida na bolsa do filho, na esperança de que Maria conseguisse fazê-lo comer e isso compensasse a falta de apetite em casa.

O menino sempre carregava na bolsa dois iogurtes, duas gelatinas, duas ou mais frutas, papa, leite, bolo ou bolacha e nunca estava disposto a comer isso tudo, mesmo que passasse o dia inteiro na instituição. Sendo assim, era a primeira bolsa que as cuidadoras olhavam, e ele era sempre o primeiro da fila a oferecer seu lanche quando outras crianças não tinham nada para comer. Um acordo tácito operava nessa situação: Carlos não contaria para ninguém de casa que seu lanche fora repartido, e as cuidadoras não contariam que Carlos não comera tudo. A condição do acordo era a seguinte: ele devia comer alguma coisa e não poderia pular refeições. Assim, a mãe não era envolvida na transação e a situação da criança sem lanche poderia ser resolvida. Quando algum dos termos não era respeitado, e Carlos voltava com lanche na bolsa, dona Nilza aparecia para reclamar, gerando um mal-estar entre as cuidadoras. Nesse contexto, Maria geralmente acusava Neuza, a cuidadora mais nova, de não ter prestado atenção suficiente a Carlos.

O caso de Carlos permite explorar ainda outras questões: a circulação de comida entre as



crianças e a importância do lanche. Entre as crianças, de modo geral, a comida não é propriedade exclusiva de nenhuma delas, mas o ato de tomar a comida de outra, deixando-a sem alimento, é inaceitável e gera queixas e denúncias às adultas, que procedem com os castigos devidos. O ato de compartilhar a comida, por outro lado, é permitido e incentivado. As crianças comparam suas opções, elaboram suas negociações e tentam trocar entre si buscando satisfazer todas as vontades. Nessa economia específica, Jamil negociava com maestria. O simpático finalista (categoria das crianças com 6 anos que passariam ao ensino básico no ano seguinte) negociava cuscuz e bolachas com leite em troca de frutas, que ele preferia. Foi em uma dessas trocas que pude observar a primeira vez que o menino comeu um kiwi, estranhando a casca peluda, incerto de como deveria proceder. Sua fruta favorita, no entanto, era a laranja, que ele trocava com seu amigo Dwayne, que não gostava de comer nada em particular (talvez a batata frita que ele me ofereceu quando visitei sua casa).

A circulação da comida entre as crianças recebia apenas uma intervenção das adultas: a condição de que não importava a troca, era necessário comer alguma coisa. Assim, as responsáveis ficavam atentas aos movimentos para se certificar de que nenhuma das crianças, principalmente aquelas cujas mães enfatizavam a necessidade de alimentá-las, ficasse sem comida. Nos casos extremos das crianças que não se alimentavam em casa, o lanche assumia um papel similar ao da *kumida di sal*, ou seja, ocorria uma alteração de valor que elevava o lanche a outra categoria, de refeição casual à refeição principal. Somente nesses casos e nos de grave pobreza o lanche era entendido como suficiente. O que quero dizer é que, entre não comer nada e comer apenas o lanche de *fatiotas*, as adultas preferiam a segunda opção, embora seguissem na tentativa de fazer com que a sopa (a *kumida di sal*) fosse consumida até o fim.

É preciso dizer ainda que a classificação dos alimentos que as adultas se esforçavam para transmitir no processo de socialização das crianças não era inteiramente partilhada por estas. Do ponto de vista das pequenas, não importava se a comida era *kumida di sal*, *fatiota*, quente ou fria, forte ou fraca. Importava mais que a comida fosse gostosa e que suas vontades fossem satisfeitas. Não eram poucos os casos em que a criança dizia estar com fome, mas só queria comer algo específico, sem ligar para as alternativas disponíveis. Isso mostra que o ato de se alimentar não é a mera satisfação de uma necessidade fisiológica, o que em si não é novidade (CARRASCO I PONS, 2005; KATZ, 2016; OLIVEIRA; CHÊNE NETO, 2019; RODRIGUES, 2012), mas demonstra que o fator geracional influi nos ideais de alimento, nos sistemas classificatórios e nos valores atribuídos à comida. Nessa interação entre adultas e crianças que descrevo aqui, pelo menos duas classificações conflitantes eram justapostas no cotidiano, gerando certos conflitos. O exemplo que permite visualizar a intersecção de todos

esses elementos é a couve.

Cultivada por Maria em seu terraço e picada em pedaços pequenos, a couve era adicionada na sopa sempre que possível (outros elementos comuns na sopa eram macarrão, arroz, cenoura e banana). As crianças não, no entanto, gostavam do aspecto da folhagem, e algumas não comiam se não fossem forçadas, enquanto outras propunham trocas com as colegas, que as recusavam ou aceitavam a depender dos termos propostos. Mas o que causou grande agitação foi a estratégia adotada por um pequeno grupo: esconder a couve num buraco na parede.

A sopa era servida no pátio do jardim . Sentado a um canto, eu observava o cotidiano e me engajava nas tarefas. Em um dia de maio de 2019, enquanto ajudava as responsáveis a alimentar as bebês, observei um movimento no canto oposto do espaço (mais distante das adultas): várias crianças passavam por ali e se demoravam um pouco antes de rumar para outro canto para terminar a refeição. Isso se repetiu durante três dias até que a pequena Luana (3 anos) veio se queixar com Maria: “*Tia, la sim sta so nidia!*” (“Tia, lá está cheio de formigas”), enquanto apontava para o lugar que as crianças passaram os dias rondando. Quando Maria se aproximou, encontrou o buraco na parede tomado de formigas e preenchido pela couve estragada que as crianças vinham depositando ali para que não a comessem. Nesse dia, todas foram castigadas.

O episódio da couve no buraco serve de exemplo para demonstrar o quão distantes podem estar as classificações das adultas e das crianças e o tanto que estas estão dispostas a fazer para não comer aquilo que não consideram bom. A couve era um elemento a mais em uma refeição já valorizada pelas adultas, tinha o papel de compor a dieta e fortalecer o corpo das crianças, permitindo que as adultas exercessem seu papel de cuidadoras com tranquilidade. Esse exemplo mostra a seriedade conferidas pelas adultas à tarefa de alimentar as crianças. Embora o castigo seja uma medida usual para a correção de comportamentos entendidos pelas adultas como desviantes (JUSTINO, 2022), quando usado para todas, estabelece uma mensagem clara: algo de muito sério foi violado. A recusa a consumir a couve e o consequente desperdício representam uma quebra na confiança que as mães depositam no jardim, por um lado, e afetam diretamente um sistema secundário da alimentação, a saber, a circulação das sobras.

No jardim, como em tantas outras casas da *Zona*, o desperdício de comida é evitado. O que sobra de alimento serve para os cachorros ou é transportado entre a vizinhança para alimentar porcos e outros animais. Nesse movimento estabelece-se uma troca que pode significar o ganho de uma parcela da carne a longo prazo ou uma troca a curto prazo em que quem recebe retribui com alguma prenda ou comida fresca feita em casa. Ao retirar a couve de suas tigelas e escondê-la, as crianças violam a lógica dadivosa, aderindo à prática do desperdício, que não

estabelece relação nenhuma que não a do castigo. Do ponto de vista das crianças, nenhum malfeito aconteceu, mas, para as adultas, algo grave havia se passado.

A reação das adultas responsáveis também está diretamente conectada com as noções de cuidado, corpo e construção da pessoa em Cabo Verde. Como já afirmei, as mães confiavam suas crianças ao jardim, elas não eram apenas deixadas lá, isto é: matricular a criança na instituição é um ato calculado de manutenção de cuidados a partir de uma noção compartilhada do que é criar uma criança (dar de comer, vestir, limpar, socializar, educar etc.). A prática de cuidado que surge a partir da etnografia da *Zona* pode ser definida como um processo coletivo de construção da pessoa, no sentido apresentado por Mauss (2003) em seu seminal ensaio sobre a noção de pessoa. A construção do sujeito adulto que vai compor as redes de partilha e solidariedade que menciono com ênfase neste trabalho passa pela inserção das crianças nessas redes como sujeitos ativos na construção de nós, mas também como objetos do cuidado.

O ideal cabo-verdiano de pessoa é complexo. Dentre os valores que se destacam estão a circulação como valor (LOBO, 2012a; VASCONCELOS, 2012), a migração e o estudo como projetos de ascensão social (DIAS, 2000; FORTES, 2013; LOBO, 2014) e o cuidado compartilhado e as redes extensas de parentesco como estratégias que permitem a realização desses projetos (DROTBOHM, 2009, 2013; LOBO, 2010, 2013, 2014, 2021). O que quero destacar aqui é que a criação das crianças é uma aposta coletiva, um projeto da comunidade mais ampla, de modo geral, e da rede imediata de relações, em específico. A socialização da criança é atravessada por tentativas de transmitir um modo de ser e estar no mundo que seja benéfico ao coletivo. A criança é ensinada a respeitar, ouvir e atender o chamado das adultas e deve estar disposta a realizar os *mandados* (favores cotidianos, como levar e buscar algo na casa de alguém, ir à loja comprar algum produto ou realizar tarefas domésticas, por exemplo), a forma de participar do cotidiano do bairro e cuidar também das adultas, facilitando suas lidas diárias. Para realizar os *mandados*, é preciso de um corpo forte e sadio, o mesmo corpo de que as crianças precisam para brincar.

No caso dos meninos, um corpo bom é aquele com braços e pernas fortes, aspecto observado principalmente na *batata* do braço (bíceps) e na *barriga* da perna (panturrilha), além de uma *polpa* (nádegas) grande, onde elas recebem tapas e beliscões em momentos de castigo. Para as meninas, é um corpo mais esguio, mas com *kadera largu* (quadril largo), pernas fortes, *polpa* grande e cabelos sempre trançados. Nos dois casos, a postura deve ser ereta, o que facilita o transporte de objetos mais pesados, apoiados numa rodilha de pano sobre a cabeça. Na compreensão compartilhada no bairro, esse corpo ideal se constrói a partir da alimentação, principalmente a *kumida di sal*, que dá força e disposição e vira a matéria do corpo, por sua vez

a materialização da força social, da capacidade de se mover e tecer redes.

A alimentação é, portanto, fundamental para alcançar o ideal da pessoa, pois ela é o aspecto material e combustível do crescimento e do corpo, entendido aqui como o invólucro material do sujeito ou a materialização da subjetividade (LE BRETON, 2011), mas também como algo plástico, a ser moldado no processo de envelhecimento. Essa característica plástica é o que sobrevaloriza essa relação entre adultas e crianças, como mostra o exemplo de Sinira (6 anos).

Encontrei a pequena Sinira na festa de primeira comunhão de sua vizinha, Hyasmine (7 anos). Maria e eu fomos convidadas pela mãe da homenageada e lá encontramos várias famílias que a proprietária do jardim conhecia por seus anos de trabalho no cuidado de crianças. Na hora de comer, a mãe de Sinira se aproximou e pediu ajuda, dizendo que a menina não queria comer nada do que estava sendo oferecido pelas anfitriãs e que era assim em casa também. Maria me contou que Sinira costumava frequentar seu jardim, mas havia sido transferida para outra instituição após um desentendimento com o pai da criança. A dona do jardim falava orgulhosa que a menina só comia bem quando estava com ela e passou um tempo apontando as características de quem não se alimenta: olho fundo, rosto magro, cabelos sem vida, pernas finas e quadris estreitos. Pediu que eu servisse um prato de comida que ela então daria na boca da criança, reforçou que eu deveria colocar muito arroz e batata, deixar a salada para depois e que não deveria colocar tanta carne, pois a carne servida (que era de cabra) poderia fazer mal à criança. Com Sinira bem presa entre as pernas, Maria começou a alimentá-la e não parou até a menina comer tudo que estava no prato. A mãe agradeceu ao final e fez a promessa de rematricular a menina no Jardim Acalanto, pois só Maria conseguia fazê-la comer.

A mãe e as irmãs mais velhas de Sinira possuíam o mesmo biotipo: corpos magros, com quadris não tão largos e membros mais finos e compridos, de modo que a menina se assemelhava muito a elas. A mim, não me parecia que apenas a falta de comida a fazia aparentar magreza e, conversando com Maria sobre isso, ela me disse: “Não, ela é assim porque não come. Quando ia ao meu jardim, ela tinha um quadril largo, uma *polpa!*”. Outras mães também ressaltavam essa característica de Maria, que conseguia fazer as crianças comerem e mudar seus corpos, como era o caso de dona Nilza, mãe do Carlos já mencionado, e as muitas mães com bebês de colo que pediam que Maria as ajudasse na introdução de outros alimentos além do leite materno ou em procedimentos que moldariam o corpo das crianças, aproximando-o de um ideal – ideal esse que é elaborado no campo geracional das adultas e flui para o campo infantil por meio do processo de socialização. É importante ressaltar dois elementos: os discursos sobre corpos ideais são elaborados e reproduzidos pelas adultas para as crianças, de modo que os

captei a partir da interação intergeracional, o que significa que ele surge na etnografia como um componente de contradição entre os dois grupos etários. Isso nos leva ao segundo elemento, isto é, a concepção de corpo que as crianças mobilizam. Essa concepção não difere tanto daquela elaborada pelas adultas: os meninos se comparam usando o tamanho do braço ou realizando testes de força, enquanto as meninas carregam as bebês apoiadas no quadril ou comparam seus penteados em suas disputas internas. No entanto essa concepção não está diretamente ligada à alimentação e ao campo dos cuidados, como ocorre no universo das adultas.

Por fim, para além das classificações alimentares e da necessidade fisiológica de comer, a dimensão da comida perpassa também a construção dos corpos e afeta diretamente a potencialidade do sujeito. Não é à toa que, na hierarquia de distribuição alimentar, as crianças ocupam um lugar especial. Na distribuição doméstica dos alimentos, os homens adultos e as visitas tendem a receber a melhor parte, ao passo que as mulheres e pessoas mais novas tendem a receber menos ou escolher do que sobra. Às crianças é sempre reservada uma parte, porém, de modo pode ser que não comam de tudo que está servido, mas certamente serão alimentadas com aquilo que naquela casa se considera o mais importante para o seu crescimento.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A alimentação é uma dimensão social, variável no tempo e no espaço, extremamente rica para a análise etnográfica; é constituída e afetada por condições econômicas, climáticas, geográficas, de pertencimento nacional etc. Em Cabo Verde não poderia ser diferente. Olhar para essa dimensão nos permite vislumbrar o funcionamento de circuitos de ajuda e de compartilhamento que envolve, além da comida, as pessoas, os valores e os ideais de ser.

A perspectiva das crianças enriquece a análise a partir de suas classificações alimentares, que propõem caminhos alternativos às classificações construídas pelas adultas. Essa perspectiva também nos permite observar o surgimento de uma economia de circulação na qual as crianças evitam o que não gostam, negociando com seu círculo de relações (condicionado a outras relações, como a do brincar e as relações e distinções de gênero) aquilo que mais gostam de comer. É preciso ressaltar ainda que as crianças fazem mais do que absorver um *ethos* alimentar das adultas, construindo o próprio a partir da convivência, uma vez que não são passivas nesse processo. A dimensão temporal, as alterações climáticas e as relações de cooperação que Cabo Verde inaugura, mantém e fortalece com outros países, entre outros elementos, podem alterar

o escopo de possibilidades alimentares ao longo dos anos, de modo que a própria comida sofra transformações ao longo do processo histórico. O *ethos* alimentar que as adultas buscam transmitir não é imune a mudanças, não pode ser cristalizado, e as fricções resultantes do encontro intergeracional são apenas uma faceta do processo de construção do *ethos* da futura geração.

Um exemplo disso é a ideia do corpo: para as adultas, evidente está que o corpo se constrói a partir do alimento que se consome (e da qualidade dele), enquanto as crianças valorizam o exercício (e a plasticidade) ou o caráter inato (e a determinância) na equação. Não cabe ao etnógrafo prever futuros, mas posso apontar a possibilidade de que essa diferença na concepção do que é um corpo pode não se tratar apenas de uma distinção geracional, mas de uma concepção nova, a ser fortalecida ao longo do tempo. Uma pesquisa de longo prazo apontaria esse possível resultado e o modo como a centralidade da alimentação na esfera dos cuidados seria afetado.

Olhar para a relação geracional permite também observar a ideia de corpo como ponto dialógico entre os dois polos: adultas tecem estratégias para contornar a percepção das crianças e buscam cultivar a ideia da plasticidade moldada pelo alimento, encontram-se a meio caminho. No entanto, o cotidiano mostra frestas e incoerências no discurso das adultas, que tendem a seus próprios determinismos (principalmente no que tange à dimensão de gênero e habilidades de cada um), explorados pelas crianças, que desejam escapar das prescrições alimentares das adultas.

De matéria-prima para o corpo a elemento utilizado para construir redes sociais, o alimento assume ainda uma importância crucial que remete ao que Sahlins (2013) chama de “*mutuality of being*”, isto é: o compartilhamento de condições de existência aproxima as pessoas em um nível profundo do ser, inaugura relações de parentesco onde antes havia desconhecimento. O alimento cria proximidade em todos os seus níveis mais intensos, e observar os itinerários alimentares desvenda essas dinâmicas. Compartilhar e comer junto, na perspectiva de Sahlins, são formas de imbricar existências. Assim, as adultas não estão apenas tolhendo as pulsões alimentares das crianças quando tentam fazer prevalecer seus discursos. Elas estão cuidando de si, planejando um futuro e convidando as crianças a tomarem parte neste processo.



## REFERÊNCIAS

1. BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.
2. BOURDIEU, Pierre. **O Senso prático**. Petrópolis: Vozes, 2011.
3. CAILLÉ, Alain. **Antropologia do dom: o terceiro paradigma**. Petrópolis: Vozes, 2002.
4. CARRASCO I PONS, Sílvia. Pontos de partida teórico-metodológicos para o estudo sociocultural da alimentação em um contexto de transformação. *In*: CANESQUI, Ana Maria; GARCIA, Rosa Wanda Diez (org.). **Antropologia e nutrição: um diálogo possível**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2005. p. 101-126.
5. COHN, Clarice. **Antropologia da criança**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
6. CRUZ, Maria Auxilia; FORTES, Celeste. Os “não” lugares dos homens pais e companheiros nas famílias da Ilha de Madeira. *In*: PÓLVORA, Jacqueline Britto; ANJOS, José Carlos Gomes dos (org.). **Dinâmicas identitárias, culturais e de gênero em Cabo Verde**. Praia: Edições Uni-CV; Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016. p. 35-61.
7. CUNHA, Ailton Vieira da. **Redes sociais, efeitos da vizinhança e criminalidade: o capital social e a eficácia coletiva como mecanismos explicativos da violência urbana**. 2014. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014.
8. DAS, Veena. The act of witnessing: violence, poisonous knowledge, and subjectivity. *In*: DAS, Veena; KLEINMAN, Arthur; RAMPHELE, Mamphela; REYNOLDS, Pamela (ed.). **Violence and subjectivity**. Berkeley, Los Angeles and London: University of California Press, 2000. p. 205-225.
9. DIAS, Juliana Braz. **Entre partidas e regressos: tecendo relações familiares em Cabo Verde**. 2000. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Universidade de Brasília, Brasília, 2000.
10. DOUGLAS, Mary. **Pureza e perigo**. São Paulo: Perspectiva, 2010.
11. DROTBOHM, Heike. Horizons of long-distance intimacies: Reciprocity, contribution and disjuncture in Cape Verde. **The History of the Family**, [S. l.], v. 14, n. 2, p. 132-149, 2009.
12. DROTBOHM, Heike. The promises of shared motherhood and the perils of detachment: a comparison of local and transnational child fostering in Cape Verde. *In*: ALBER, Erdmute; MARTIN, Jeannett; NOTERMANS, Catrien (ed.). **Child fostering in West Africa: new perspectives on theory and practices**. Leiden/Boston: Koninklijke Brill NV, 2013. p. 177-199.
13. DROTBOHM, Heike. Shifting care among families, social networks, and state institutions in times of crisis: a transnational Cape Verdean perspective. *In*: ALBERT,

- Edmute; DROTBOHM, Heike (org.). **Anthropological perspectives on care: work, kinship, and life-course**. New York: Palgrave Macmillan, 2015. p. 93-116.
14. FORTES, Celeste. **“Estudo para não ter a mesma vida da minha mãe”**: gênero e educação em Cabo Verde. 2013. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2013. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10362/13668>. Acesso em: 23 mar. 2023.
  15. GRASSI, Marzia. **Rabidantes: comércio espontâneo transnacional em Cabo Verde**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2003.
  16. INE-CV – Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde. **Estatísticas das famílias e condições de vida** (inquérito multi-objectivo contínuo 2019). Praia: INECV, 2020.
  17. JUSTINO, André. **O dragão e o baobá: visitando as relações China-África a partir do contexto cabo-verdiano**. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Antropologia) – Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2015. Disponível em: <https://bdm.unb.br/handle/10483/10060>. Acesso em: 23 mar. 2023.
  18. JUSTINO, André Omisilê. Caminhando com Miguel: estratégias para a pesquisa com crianças em Cabo Verde. **Altera**, João Pessoa, v. 2, n. 13, p. 75-101, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/altera/article/view/60003>. Acesso em: 23 mar. 2023.
  19. JUSTINO, André Omisilê. **A esperança do amanhã: cuidados, carinhos e castigos em uma etnografia com crianças cabo-verdianas**. 2022. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Universidade de Brasília, Brasília, 2022. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/44643>. Acesso em: 23 mar. 2023.
  20. KATZ, Esther. Introdução. In: WOORTMANN, Ellen e CAVIGNAC, Julie (org.). **Ensaio sobre a antropologia da alimentação: saberes, dinâmicas e patrimônios**. Natal: EDUFRN, 2016.
  21. LAPLANTINE, François. **The life of the senses: introduction to a Modal Anthropology**. Londres: Bloomsbury, 2015.
  22. LE BRETON, David. **Antropologia do Corpo e Modernidade**. Petrópolis: Vozes, 2011.
  23. LÉVI-STRAUSS, Claude. **O cru e o cozido**. São Paulo: Cosac Naify, 2010. Coleção Mitológicas 1.
  24. LOBO, Andréa de Souza. **Um filho para duas mães?** Notas sobre a maternidade em Cabo Verde. **Revista de Antropologia**, [S. l.], v. 53, n. 1, p. 117-145, 2010. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ra/article/view/27347>. Acesso em: 23 mar. 2023.
  25. LOBO, Andréa de Souza. Vidas em movimento. Sobre mobilidade infantil e emigração em Cabo Verde. In: LOBO, Andréa de Souza; DIAS, Juliana Braz (org.). **África em movimento**. Brasília: ABA Publicações, 2012a. p. 65-83.

26. LOBO, Andréa de Souza. “Negociando pelo mundo: as rabidantes cabo-verdianas e suas rotas comerciais.” *In*: TRAJANO FILHO, Wilson (org.). **Travessias antropológicas: estudos em contextos africanos**. 1. ed. Brasília: ABA Publicações, 2012b. v. 1, p. 317-338.
27. LOBO, Andréa de Souza. Crianças em cena. Sobre mobilidade infantil, família e fluxos migratórios em Cabo Verde. **Ciências Sociais Unisinos**, [S. l.], v. 49, n. 1, p. 64-74, 2013. Disponível em: [https://revistas.unisinos.br/index.php/ciencias\\_sociais/article/view/csu.2013.49.1.08](https://revistas.unisinos.br/index.php/ciencias_sociais/article/view/csu.2013.49.1.08). Acesso em: 23 mar. 2023.
28. LOBO, Andréa de Souza. **Tão longe tão perto**. Famílias e “movimentos” na Ilha da Boa Vista de Cabo Verde. 2. ed. Brasília: ABA Publicações, 2014.
29. LOBO, Andréa de Souza. “É uma vida de sacrifício... faço pelos meus filhos” Crianças e trajetórias migratórias em Cabo Verde. **Zero-a-Seis**, [S. l.], v. 23, n. 43, p. 915-948, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/zeroseis/article/view/72930>. Acesso em: 23 mar. 2023.
30. MAUSS, Marcel. Uma categoria do espírito humano: a noção de pessoa, a de “eu”. *In*: MAUSS, Marcel. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2003.
31. MAUSS, Marcel. **Ensaio sobre a dádiva**. São Paulo: Cosac Naify, 2013.
32. MEAD, Margareth. An investigation of the thought of primitive children, with special reference to animism. **Journal of the Royal Anthropological Institute**, v. 62, p. 173-190, 1932.
33. MORAIS, Jorge Ventura de; RATTON JR, José Luiz Amorim. As ciências sociais e a explicação por mecanismos: um novo enfoque metodológico? *In*: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 23., Caxambu. **Anais [...]**. Caxambu: Associação Nacional de Pós-graduação em Ciências Sociais, 1999.
34. MOREIRA, Evelize Cristina; MACIEL, Maria Eunice. Comida de *teranga*: a alimentação como tradução dos processos de transnacionalização religiosa entre senegaleses em Porto Alegre. **Equatorial – Revista do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social**, Natal, v. 6, n. 11, p. 1-26, 21 out. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/equatorial/article/view/16741>. Acesso em: 23 mar. 2023.
35. OLIVEIRA, Thágila; CHÊNE NETO, Guilherme. Comer: necessidade vital, metáfora da vida social. **Equatorial – Revista do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social**, Natal, v. 6, n. 11, p. 1–12, 24 out. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/equatorial/article/view/19105>. Acesso em: 23 mar. 2023.
36. PIRES, Flávia. O que as crianças podem fazer pela antropologia? **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 16, n. 34, p. 137-157, jul./dez. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ha/a/3kz5pdFYfh4dZW4XFxDyBqz/?lang=pt#:~:text=Uma%20das%20poss%C3%ADveis%20contribui%C3%A7%C3%B5es%20dos,produtor%20e%20reprodutor%20de%20cultura>. Acesso em: 23 mar. 2023.
37. ROCHA, Eufêmia. **Mandjakus** são todos os africanos, todas as gentes pretas que

- vêm de África: xenofobia e racismo em Cabo Verde. 2009. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Ciências Sociais, Humanas e Artes, Universidade de Cabo Verde, Praia, 2009.
38. RODRIGUES, Heloísa. Alimentação como fonte de sociabilidade e de hospitalidade. **Revista Sinais**, Vitória, n. 12, p. 85-100, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/sinais/article/view/5853>. Acesso em: 23 mar. 2023.
39. SAHLINS, Marshall. **What kinship is – and is not**. Chicago and London: The University of Chicago Press, 2013.
40. TASSINARI, Antonella. Concepções indígenas de infância no Brasil. **Revista Tellus**, Campo Grande, v. 7, n. 13, p. 11-25, 2007.
41. TOREN, Christina. Making history: the significance of childhood cognition for a comparative anthropology of mind. **Man**, v. 28, n. 3, p. 461-478, set. 1993.
42. VASCONCELOS, João. “Manera, ess muv?”: a mobilidade como valor em São Vicente de Cabo Verde. *In*: DIAS, Juliana Braz; LOBO, Andréa de Souza (org.). **África em Movimento**. Brasília: ABA Publicações, 2012. p. 49-62.
43. VENANCIO, Vinícius. A força da diáspora cabo-verdiana: dos fluxos emigratórios ao comércio transnacional. **Revista Textos Graduados**, Brasília, v. 4, n. 1, 2018. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/tg/article/view/14298>. Acesso em: 23 mar. 2023.
44. VENANCIO, Vinícius. **Created in Cabo Verde**: discursos sobre a nação na produção de suvenires “genuinamente” cabo-verdianos na ilha de Santiago. 2020. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Universidade de Brasília, Brasília, 2020. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/38594>. Acesso em: 23 mar. 2023.
45. WOORTMANN, Ellen. Memória alimentar: prescrições e proscricões. *In*: WOORTMANN, Ellen e CAVIGNAC, Julie (org.). **Ensaio sobre a antropologia da alimentação**: saberes, dinâmicas e patrimônios. Natal: EDUFRN, 2016. p. 57-88.
46. WOORTMANN, Klaus. Quente, frio e reimoso: alimentos, corpo humano e pessoas. **Caderno espaço feminino**, Uberlândia, v. 19, p. 17-30, 2008.

*André Omisilê Justino*

Doutor em Antropologia pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de Brasília. ID ORCID: 0000-0002-5549-2351. E-mail: andref.215@gmail.com

# O corpo como laboratório: ciência e espiritualidade na alimentação prânica<sup>1</sup>

The body as laboratory: science and spirituality on pranic nourishment

**Caroline Brito**

Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

## RESUMO

O presente artigo discute as práticas holísticas e terapêuticas da chamada espiritualidade Nova Era a partir de sua relação ambígua com os valores da modernidade ocidental. Seu principal objetivo é lançar luz sobre uma prática de jejum que, a partir de uma compreensão própria de experimentação, atua no limiar controverso entre ciência e espiritualidade, procurando combinar novas sensibilidades religiosas a rigor científico. O estudo se baseia em uma etnografia desenvolvida em um retiro dedicado à iniciação na “alimentação prânica” ou “viver de luz” (um jejum de 21 dias que levaria os praticantes à possibilidade de viver permanentemente em condição de inédia ou não alimentação) combinada ao acompanhamento de redes sociais e à análise de livros e materiais que apresentam os princípios da prática. Entre os principais achados da pesquisa está a avaliação de que os modos dos praticantes de conceber a relação com o corpo implicam a emergência de novas ontologias que rompem com dicotomias clássicas do pensamento moderno ocidental, particularmente o par natureza/cultura.

**Palavras-chave:** Jejum, Alimentação prânica, Ciência, Espiritualidade.

---

<sup>1</sup> Este trabalho foi realizado com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – Brasil (CNPq).

---

Recebido em 10 de outubro de 2022.  
Avaliador A: 09 de novembro de 2022.  
Avaliador B: 17 de novembro de 2022.  
Aceito em 06 de março de 2023.

---



## ABSTRACT

This article discusses the holistic and therapeutic practices of the so-called New Age spirituality, based on its ambiguous relationship with the values of Western modernity. Its main objective is to shed light on a practice of fasting that, based on its own understanding of experimentation, operates on the controversial threshold between science and spirituality, seeking to combine new religious sensibilities with scientific rigor. The study is based on an ethnography developed in a retreat dedicated to the initiation in pranic nourishment or “living on light” (a 21-day fast that would allow practitioners permanently live in a condition of food abstinence) combined with the monitoring of social networks, as well as the analysis of books and materials that present the principles concerning the practice. Among the main findings of the study is the conclusion that practitioners’ ways of conceiving their relationship with their bodies imply the emergence of new ontologies that break with classic dichotomies of modern Western thought, particularly the pair nature/culture.

**Keywords:** Fasting, Pranic nourishment, Science, Spirituality.

## INTRODUÇÃO

O caráter sistêmico da oposição entre natureza e cultura que dominou o pensamento ocidental durante os últimos séculos não se restringe ao âmbito da produção científica, mas conforma uma cosmologia moderna que se espraia pelo corpo social e político, informando a vida das pessoas (VELHO, 2007). Se aquilo que associamos à modernidade remete, contudo, a uma compreensão de mundo que ganhou força e robustez no Ocidente moderno, a dualidade ontológica que a fundamenta parece não mais satisfazer certa demanda por conhecimento e novos modos de relação com o mundo, o que abre espaço para o florescimento de outras possibilidades epistêmicas que encontram rastros já no imanentismo de Espinosa (2015).

A emergência de epistemologias que fazem estremecer as estruturas dualistas que fundamentam a ciência e o pensamento moderno é flagrante nas ciências humanas. Alguns dos expoentes desse movimento na antropologia são Bateson (2000), com sua proposta para uma ecologia da mente; Latour (2009), que faz a crítica do processo de *purificação* operado pelos modernos; Ingold (2011), para quem todos os seres (humanos e não humanos) estão emaranhados com o ambiente que os cerca e com o qual constituem-se simultânea e mutuamente num processo de devir ininterrupto; além de Viveiros de Castro (2011) e Descola (2016), que



demonstram, por meio de cosmologias amazônicas, que a separação entre natureza e cultura não é universal, e que outros modos de pensar o mundo e a relação entre humanos e não humanos são encontrados em sociedades diversas. Todos esses autores apontam para alguma dimensão de continuidade entre natureza e cultura a partir de uma crítica à externalidade dos seres em relação ao mundo que habitam.

Steil e Carvalho (2014) evocam Descola para situar o declínio da “grande divisão” na perda de seu valor heurístico e da capacidade da ontologia dualista de fornecer explicações para os rumos de nossa relação com o planeta, particularmente diante da crise ambiental. Velho (2007) persegue os desdobramentos do mito da globalização, que, ao mesmo tempo que inscreve na vida social a ideia de compartilhamento do planeta enquanto casa, tem como corolário a preocupação com ameaças globais e com a reconciliação com o cosmos.

Opondo-se, portanto, ao forte e estruturante dualismo natureza/cultura, representativo desse rompimento com o cosmos, as tendências imanentistas correspondem à emergência de outras formas de estar no mundo, e isso tudo se manifesta não apenas no terreno da produção científica, mas sobretudo nos domínios da arte e da religião. Parece, pois, que estamos dispostos – agora que o legado iluminista aparenta não mais dar conta de fornecer explicações suficientes sobre o real e está sob suspeita – a olhar para outras possibilidades, outras modernidades com as quais não fomos tão zelosos.

Se atentarmos ao que passa em ambientes mais tradicionalmente seculares, como o clínico e o científico, encontraremos inúmeras práticas e modos de conhecer diversos das tradições mecanicista e racionalista que buscaram cruzar as fronteiras do científico e do “espiritual”, reunindo de uma só vez saberes biomédicos e noções como a de fluido, força ou energia vital. Atentos à noção de totalidade e à irredutibilidade do humano, figuras como o alemão Franz Mesmer (1734-1815), o francês Charles Richet (1850-1935) e o brasileiro Waldo Vieira (1935-2015) fundam, em diferentes momentos, suas propostas para outra ciência e outra medicina, “mais atentas ao que ‘vaza’ ou escapa de nossos corpos, nossas vidas, nossos ambientes, do que àquilo que os define ou delimita” (CHIESA, 2016, p. 11). Mesmerismo, metapsíquica e conscienciologia fazem um movimento de diálogo com a ciência convencional, alegando trabalhar com ferramentas e métodos científicos, embora recebam, todas elas, o desprezo acadêmico e a acusação de misticismo e charlatanismo (CHIESA, 2016, p. 11).

Nesta mesma chave, em que saúde e espiritualidade estão imbricadas, há que se observar também o campo mais específico da nutrição e da alimentação. Um indício do modo como essas disciplinas por vezes operam a partir de disposições vitalistas pode ser acessado no movimento de reforma alimentar documentado por Levenstein (1998) e empreendido por

William Sylvester Graham, um pregador protestante americano, ainda na primeira metade do século XIX. A reforma de Graham propunha uma dieta vegetariana e afirmava o fundo científico para as recomendações de evitação de certos alimentos com base em uma noção de força vital cuja sede era o sistema nervoso. Esses conselhos eram articulados a aspirações de pureza moral (CHIESA, 2016). Em certo sentido, o discurso científico procurou se distanciar – ou se purificar, como diria Latour (2009) – desse tipo de abordagem.

Que hoje as terapias integrativas estejam ocupando oficialmente os espaços de saúde pública no Brasil surpreende somente quando não consideramos a emergência dessas tendências vitalistas, embora essa inserção também se situe principalmente num lugar de prevenção ou de complementaridade, não de alternativa, à medicina hegemônica (TONIOL, 2017). Há outro fator, no entanto, que facilita o trânsito das terapias integrativas pelos ambientes médicos, qual seja, sua vinculação aos discursos e práticas do *espiritual*. Isso porque a categoria da espiritualidade redimensiona a dicotomia entre o sagrado e o secular, tornando móveis e fluidas as fronteiras dessa polaridade. É o que demonstra Toniol (2017), ao acionar os modos como ela é mobilizada em espaços de saúde pública. Ele observa que, à medida que o espiritual é reconhecido no campo da saúde e em discursos oficiais como dimensão constitutiva do humano – que demanda, portanto, uma terapêutica própria – ele se apresenta como uma chave suficientemente leiga para permitir sua circulação em espaços seculares. Assim, enquanto o religioso está condicionado a uma variável cultural, o espiritual assume um caráter universal que garante sua circulação em espaços públicos onde a laicidade aparece como premissa (TONIOL, 2017).

O fenômeno sobre o qual me debruço reveste-se justamente da roupagem do espiritual. É, por assim dizer, uma técnica corporal que foi recebida com incredulidade no Ocidente moderno. Se ela compartilha essa adversa acolhida das correntes de viés vitalista antes aludidas, distancia-se delas porque seus adeptos não procuram estabelecer uma nova ciência, mas exercem, num dado momento, um movimento de desafio à ciência hegemônica.

Trata-se, afinal, de uma prática de jejum com duração de 21 dias que ficou conhecida como alimentação prânica ou viver de luz. Há dois aspectos desse jejum que causam alvoroço entre médicos, cientistas e a sociedade mais ampla: sua drasticidade, uma vez que o praticante permanece sete dias ininterruptos sem comer nem tomar líquidos de qualquer natureza; e o princípio de que, ao atravessar o “processo de transição de 21 dias”<sup>2</sup>, o iniciante estará habilitado a se alimentar de prana<sup>3</sup>, podendo dispensar o consumo de alimentos.

---

2 “Processo de 21 dias” ou simplesmente “processo” é a categoria nativa utilizada para se referir à iniciação na alimentação prânica.

3 Transliteração de termo sânscrito que é geralmente colocado em equivalência ao *chi* ou *qi*, da tradição chinesa,

Procuro delinear alguns aspectos da ontologia da alimentação prânica, a fim de melhor compreender o estar no mundo dos sujeitos que a perseguem e, a partir disso, refletir sobre as relações que eles estabelecem com os princípios seculares da modernidade. A realidade última ambicionada pelos iniciantes é uma realidade de pura imanência na qual as divisões entre mente e corpo, natureza e cultura, indivíduo e sociedade são desestabilizadas. Carrara (1994) nos lembra, voltando a Mauss e Hubert, que a magia é uma arte de fazer “situada a meio caminho da ciência e da religião”, assim como a técnica se acha entre a natureza e a cultura (CARRARA, 1994, p. 43). É precisamente por entenderem a alimentação prânica como uma técnica corporal que produz resultados objetivos e passíveis de observação, visíveis no corpo do praticante, que alguns deles acabam por buscar os caminhos da legitimação científica. Por meio do fazer mágico-técnico do processo, com o qual propõem trespassar os limites da cultura e da sociedade, fazem um movimento simultâneo de diálogo e enfrentamento do universo científico, com vistas a interpor um desafio à compreensão moderna da matéria e da natureza.

A hostilidade com a qual o fenômeno é recebido reflete o choque de concepções ontológicas envolvidas. De um lado, a oposição entre corpo e espírito, determinando uma fisicalidade que não concede margem para um princípio vital de auto-organização; de outro, um impulso criativo a conduzir e a manifestar a vida e a realidade, um imanentismo que rompe com os dualismos estruturantes da vida moderna. Mas os sujeitos do viver de luz, majoritariamente compostos por uma classe média urbana e branca, de faixa etária predominante entre 20 e 50 anos, estão cientes das concepções e dos valores que atravessam a vida moderna. A aproximação com o discurso científico busca estabelecer pontes de contato com ele, embora a ciência que desejam seja outra, não porque a atual esteja errada, mas porque, para eles, ela não dá conta e não envida esforços para ampliar a compreensão de certos fenômenos da realidade.

O material que analiso nesta empreitada abarca a observação de discussões em redes sociais e blogs sobre alimentação prânica; o acompanhamento de um grupo de WhatsApp com cerca de 100 participantes por um período aproximado de dois anos (de maio de 2018 a junho de 2020); e as notas de duas visitas realizadas ao retiro dedicado à iniciação do processo de 21 dias mantido e organizado por Lúcia<sup>4</sup>. As visitas foram realizadas em 2015 e em 2018, quando pude conhecer a mantenedora e principal responsável pelo espaço, além de observar um pouco do cotidiano do retiro, dedicado à iniciação do processo, e acompanhar alguns iniciantes em diferentes etapas do jejum. Paralelamente, utilizo ainda como fontes documentais os escritos

---

ou ao *ki*, da japonesa, cuja tradução é “energia vital”.

<sup>4</sup> Adoto nomes fictícios para preservar a identidade das pessoas mencionadas neste artigo, à exceção daquelas que são referência para a prática do viver de luz e têm seus feitos amplamente documentados na internet.

da guru australiana Jasmuheen (2000; 2002), que difundiu a prática por meio do livro *Viver de luz*, e o filme austríaco *Viver de luz* (2010), cuja narrativa gira em torno do movimento de aproximação e enfrentamento da ciência.

## UMA ONTOLOGIA DA IMANÊNCIA

O envolvimento de Jasmuheen (2000) com a alimentação prânica começa, conforme ela conta em seu livro, com sua motivação pelo desejo de *ascender*, em um momento em que esse tema, a partir de uma série de fitas cassete, chamadas de “fitas da Ascensão”, empolgava a Nova Era australiana. Jasmuheen conta que havia sido uma purista em relação à alimentação por mais de 20 anos quando, no início de 1993, tomou conhecimento da “ascensão” de uma vidente que começou a receber “mensagens telepáticas dos Mestres Ascensos sobre um processo específico que elevava rápida e permanentemente a frequência vibratória de um ser” (Jasmuheen, 2000, p. 83). Tratava-se do jejum do viver de luz. Ela declara que, dada a sua rotina de meditação, alimentação e exercícios, seu sistema já estava muito “limpo” na ocasião e que esse preparo prévio permitiu que ela estabelecesse contato com seu mestre interior, de um modo que tivesse muita clareza sobre sua orientação interna para atravessar o processo.

Já no final dos anos de 1990, com a publicação do livro *Viver de luz* (2000), Jasmuheen torna conhecido o processo de 21 dias que conduz o iniciante ao estado de alimentação prânica. Ela o descreve como uma iniciação espiritual significativa, profundamente transformadora, que teria como um de seus corolários a possibilidade de viver na condição de inédia.

Os sete primeiros dias do processo são experimentados em jejum absoluto, inclusive de água. Na segunda e terceira semanas ingerem-se apenas líquidos, recomendando-se sucos diluídos em concentrações de 25% e 40%, respectivamente. Numa perspectiva familiar a outras tradições religiosas, o corpo humano é compreendido como multidimensional, com quatro níveis chamados de “corpos inferiores”: o físico, o emocional, o mental e o espiritual. O jejum promove um processo de limpeza e de harmonização (ou *alinhamento*) desses corpos, o que coloca o iniciante em um estado de maior contato e fruição com o chamado *eu superior*<sup>5</sup>, uma instância do ser de caráter divino e impessoal, como veremos adiante.

---

5 A categoria recebe diversas outras denominações, tais como: *self*, *presença*, *divindade interior*, *alma*, *eu verdadeiro* etc. As mais utilizadas nas redes que acompanho são “eu superior” e “eu sou”, o que me leva a adotá-las neste trabalho.

A possibilidade de viver em estado de inédia se baseia na noção de que a substância que efetivamente sustenta o organismo é o prana, e o sistema digestivo atua como uma via indireta para a absorção dessa energia, presente no alimento. O que ocorre no processo é a ativação de um sistema de metabolização direta do prana do ambiente. Assim, se a nutrição é ainda o que sustenta o organismo, é porque o jejum conduz a um processo de transformação do corpo, caracterizado pela desativação do sistema digestivo e pela estimulação do sistema endócrino, o que permitiria uma metabolização direta da “luz”. As pessoas envolvidas com a prática tendem a enfatizar que a alimentação prânica não diz respeito ao jejuar ou ao não comer e que o jejum ocorre somente durante os 21 dias do processo, pois, a partir de então, o corpo funcionará por meio de outra fonte de nutrição. Assim, para os respiratorianos<sup>6</sup>, como são chamados os que têm na inédia seu estilo de vida, eles não vivem em jejum, mas se alimentam de prana.

O período liminar do jejum muitas vezes envolve intenso sofrimento físico: dores musculares, fraqueza, enjoos, enxaqueca, descamação da pele do corpo e dos lábios, saliva grossa, sede intensa, alterações na sensação térmica (calor ou frio excessivo) e alterações do sono são alguns dos efeitos relacionados. No entanto, energia e disposição física também são relatadas, principalmente a partir da segunda semana. As condições psíquicas são igualmente variadas e podem envolver, de um lado, medo, insegurança, tristeza, irritabilidade, inquietação mental e memórias dolorosas; e, de outro, leveza, contentamento, paz e clareza mental. Também podem ocorrer estados de consciência alterados, visões, contatos espirituais, intuições.

Embora haja certo grau de consenso em relação à relevância da preparação prévia do corpo para atravessar o processo – com práticas regulares de jejuns e um programa alimentar gradual que culmina, preferencialmente, em uma alimentação líquida e vegana –, o sofrimento durante a iniciação tende a ser interpretado principalmente como um resultado do sistema de crenças do iniciante. É justamente porque ele duvida, tem medos, inseguranças e bloqueios emocionais e mentais a serem curados que o corpo reage. A uma disposição psíquica que sustenta firmemente a confiança na condução do processo pelo eu superior sobrevém uma iniciação vivida com leveza e facilidade. Em uma conversa sobre essas preparações, a facilitadora<sup>7</sup>

---

6 O movimento do *respiratorianismo* foi criado pelo americano Wiley Brooks na década de 1970. Ele declara ter vivenciado uma experiência de iluminação no topo de uma montanha, quando descobriu que não mais precisava de alimentos e foi orientado a difundir a notícia pelo mundo (JASMUHEEN, 2002, p. 78).

7 Jasmuheen recomenda que o iniciante seja auxiliado por um acompanhante, que cuidará das questões de ordem prática, como o preparo de sucos, e um orientador, que pode ser a mesma pessoa e já deve ter experiência prévia com o processo. No Brasil, essa figura é chamada de *facilitador*, terminologia comum no universo Nova Era, que tende a enfatizar a autonomia e a individualidade dos processos terapêuticos e a situar o apoiador em uma relação de horizontalidade, não de liderança, na condução da vivência (GUERRIERO, 2006). Sobre autonomia e processos de transformação individual na cosmologia Nova Era cf. Carozzi (1999) e Carneiro (2007).

Celena, que coordena um dos retiros existentes no Brasil, comenta:

Já recebi crudívoros aqui que sofreram na 1 semana, e carnívoros que tiraram de letra. De forma alguma incentivo o consumo animal e seus derivados. Apenas estou relatando questões que observo aqui nos acompanhamentos. O processo é interno. Isso para mim que acompanho diariamente, esse é um ponto indiscutível. Controle da mente e do ego. Entrega, confiança, fé e gratidão como forma de aprendizado.<sup>8</sup>

As crenças são, portanto, decisivas no modo como o processo será experimentado. Isso porque na alimentação prânica os corpos físico, emocional e mental são formados socialmente. Somos ensinados a nos mover no mundo, a sentir e a pensar de determinadas maneiras desde a infância. É preciso retirar as camadas de crenças limitantes (a categoria é nativa) impostas pela sociedade para alcançar um estado pleno de cura, pureza e liberdade. Soares (1989, p. 135) aponta que, na cosmologia alternativa, a noção de pureza “conduz à depuração do que é artificial e/ou poluído: o resíduo dilapidado é a natureza”. Essas noções produzem algumas inversões na cosmologia dominante no Ocidente, particularmente na forma como o corpo, o pensamento e as emoções se relacionam com o par natureza e cultura. Se costumamos, por exemplo, tomar a necessidade de comer como dada e determinada pela natureza, aqui essa necessidade é compreendida como uma construção social, e a dependência em relação à alimentação física faz parte do sistema de crenças a ser superado.

A dramaticidade e liminaridade do processo marcam seu caráter ritual. Como sugere Turner (2005) em relação aos ritos de transição, a reentrada do iniciante no reino das estruturas sociais se dá em uma condição corporificada diversa daquela que precede o rito. Nas palavras do autor, “o conhecimento arcano ou ‘*gnosis*’ obtido no período liminar é percebido como alterando a natureza mais íntima do neófito, cunhando-o [...] com as características do seu novo estado. Não se trata de mera aquisição de conhecimento, mas de uma mudança no ser” (TURNER, 2005, p. 147). Essa relação com a corporeidade é atravessada pelos valores em circulação nas redes sociais do viver de luz, entrando em cena particularmente o valor da liberdade. Aqui ela não diz respeito às escolhas individuais diante dos constrangimentos do mundo social, mas avança para uma liberdade corpórea alcançada pela superação das imposições fisiológicas do comer. Como a necessidade de alimentação física é compreendida como antinatural e socialmente incorporada, trata-se, em alguma medida, de um processo de depuração do corpo em relação à cultura, um processo de desconstrução simbólica e construção de um corpo livre, um corpo que de nada precisa, mas tudo pode. Voltar a comer, então, é compreendido como um exercício da

---

<sup>8</sup> Todas as citações de interlocutores, exceto quando outra fonte for explicitada, foram extraídas do grupo de WhatsApp que acompanho.



liberdade, como uma possibilidade de agraciamento do sentido do paladar, não mais como uma necessidade do vivente. Também a redução do sono e o aumento da energia e da produtividade física e psíquica são alguns dos possíveis desdobramentos do jejum, conforme expressa o relato de Manuela Soares (2016), que passou pelo processo em 2016:

Passei pelos 21 dias, e agora tenho mais energia e disposição do que antes, preciso dormir menos, de 3 a 5 horas por noite. Sinto minhas funções cognitivas mais aguçadas. É como se tudo no universo sensorial estivesse mais intenso, pois minha percepção está mais sensível. Consigo executar tarefas que exigem concentração com mais facilidade. Não sinto fome, minha relação com a comida mudou, no entanto o mais valioso, o que me deixa em um estado agudo de felicidade, é ser a prova viva de que somos mais do que uma unidade carbono, composta por um amontoado de células unidas ao acaso. O mais valioso é reconhecer a divindade em mim. É saber que existe algo muito além do que nos dizem os dogmas ou sustentam as teorias. É a certeza de ser possível transpor limites, sejam eles quais forem, impostos por quem seja.

A liberdade proporcionada pelo processo remete a uma existência insubordinada a qualquer tipo de determinismo. Aos determinismos biológicos interpõe-se uma natureza atravessada pelo fluxo de um princípio vital organizador e criativo. Aos determinismos culturais, uma consciência superior que rompe com os alicerces mais fundamentais da cultura moderna, a própria noção de natureza mecânica, regida pelas leis da matéria inerte.

Está aí implicada outra concepção de natureza, valendo a pena recuperar, em Lenoble (1990), alguns vislumbres de diferentes maneiras como o Ocidente se relacionou historicamente com a “natureza” para melhor compreender a noção em jogo. Lenoble demonstra que, enquanto os antigos veem o conhecimento das leis da natureza como forma de se integrar a ela e, dessa forma, encontrar algum grau de segurança e liberdade, como evidenciam as obras de Platão e Aristóteles, o cristianismo separa o ser humano da natureza, dando ao primeiro o atributo da graça e da transcendência e à segunda o estatuto de criação divina, retirando da natureza qualquer possibilidade de existência autônoma. Ambas essas noções, no entanto, não comportam ainda a ideia de dominação da natureza pelo conhecimento de suas leis, que só se consolidará com o mecanicismo, quando o homem já não se situa mais *na* natureza, mas *perante* ela, e, em sua concepção, ela “não é *em si mesma* senão uma máquina, cujas alavancas também ele poderá manejar” (LENOBLE, 1990, p. 191, grifo do original).

O que fazem os interlocutores desta pesquisa é situar a ciência do mecanicismo como uma moral. As leis mecânicas e os determinismos de toda espécie são produtos da cultura, e a destituição desses *sistemas de crenças limitantes* é que devolve às pessoas sua verdadeira liberdade. “Você pode mudar a cor de seus olhos?”, pergunta Lúcia à iniciante em uma reunião de apresentação do retiro que tive a oportunidade de testemunhar. “Não”, responde ela, e Lúcia

a interpela dizendo: “você é Deus! Você pode tudo, a sociedade é que te ensinou que você não pode”. Lúcia toma deliberadamente um exemplo radical daquilo que é concebido como determinismo biológico para não apenas tornar evidente o nível de desconstrução *moral* que se pretende efetuar no retiro, mas também dimensionar o horizonte – ainda que virtual e longínquo, em relação à realidade imediata do processo – de poder imanente a substituir as velhas noções limitadoras. Essa identidade com o divino não deixa de ser também uma reintegração à natureza, mas não uma reintegração no sentido de caminhar junto à natureza para não ser devorado por ela, como o fazem os antigos. Há aí um tal nível de identidade e comunhão com a natureza que se torna possível conduzi-la. E isso não significa exercer sobre ela uma força opressora, pois “uma pessoa consciente está experimentando todos os benefícios [do respiratorianismo], e está assumindo a responsabilidade de viver em sintonia com as leis universais que trazem uma existência ilimitada, saúde perfeita, longevidade e liberdade alimentar”<sup>9</sup>. No reconhecimento da unidade com a existência, são as próprias “leis universais” que elevam a potência humana, e essa potência ilimitada é a condição mais *natural* da humanidade. Tal é a liberdade que se deseja alcançar. Para os praticantes, o processo entrega um pequeno passo em direção a ela.

A nova existência livre é construída em contato estreito com um plano de imanência que garante um estar no mundo não apenas mais autônomo, mas também mais criativo. Essa criatividade se revela numa nova relação com a corporeidade que se dá a partir da produção de um corpo potente. Conforme observamos no relato de Manuela, o aguçamento da percepção manifesto por esse novo corpo amplia o campo de experiências sensoriais e estéticas possíveis, tornando a experiência da vida mais intensa e prolífica. É como se, em referência ao caráter transcendente da vida de que nos fala Simmel (1971), essas potências de produtividade, inventividade e criatividade recém-desenvolvidas constituíssem expressões da capacidade da vida de transcender a si própria, expandindo-se para além dos limites impostos pelas formas por meio das quais ela se manifesta, sejam essas fronteiras constituídas no corpo, sejam na moralidade, sejam no saber científico.

A experiência da individualidade é colocada no centro do processo para dar vazão a essa potência criativa do iniciante. Durante os 21 dias de jejum, recomenda-se o insulamento e a suspensão do contato com o mundo exterior. A abstenção excede o consumo alimentar, estendendo-se tanto quanto possível a atividades que envolvam a assimilação de estímulos externos, como comunicar-se com outras pessoas, assistir à televisão, utilizar aparelhos celulares, tomar medicamentos. No retiro de Lúcia, essa recomendação é enfatizada, e o silêncio

---

<sup>9</sup> Heitor citando Elitom Elamin, um famoso respiratoriano americano.

e a introspecção são amplamente valorizados. Algumas placas distribuídas pelo sítio lembram os iniciantes de manter silêncio. Mas o silêncio buscado no processo não é somente exterior. A mente silenciosa dá passagem a uma voz interna, e essa escuta, que é fruição assubjetiva, é o centro de todas essas ascèses:

E quando você se cala total [*sic*], se sente dentro da sua testa, vivendo o agora, sem corpo, sem mente, sem tempo, somente eu sou, no presente momento que estou, e este é você. (HEITOR).

Amaral (1999) observa que o eu que se persegue nos contextos da Nova Era remete a uma dimensão de singularidade sagrada, despida de constrangimentos determinados por identidades socioculturais substantivas. As categorias ego e *self* (esta última correspondendo ao eu superior ou ao eu sou, que encontro mais comumente em campo) vêm, então, demarcar duas instâncias do eu: o ego corresponde a um eu imediato, portador de identidades sociais demarcadas, enquanto o *self* remete à realidade última do ser humano, isento de quaisquer influências do mundo social, com sua existência pertencendo ao domínio do sagrado (AMARAL, 1999). Curiosamente, a instância que mais singulariza é também aquela que conecta com a totalidade do espírito, da natureza, do divino. É na essência espiritual que existe fora da sociedade que o sujeito reencontra a humanidade (id. *ibid.*).

A própria intransitividade da categoria eu sou remete a algo de uma expressão não delimitada do ser na qual não há predicativos que o definam nem objetos para os quais transite. O eu sou é pura potência, fruição de uma singularidade que se atualiza no sujeito, como a imanência de *uma vida*, de que nos fala Deleuze (2002). Também a dimensão de totalidade divina não tem os contornos de um ser que transcende todas as coisas; ao contrário, poderíamos antes aproximá-la da noção de “campo transcendental”, que, para Deleuze (2002), não é senão um puro “plano de imanência”, uma “pura corrente de consciência a-subjetiva, consciência pré-reflexiva impessoal, duração qualitativa da consciência sem um eu” (DELEUZE, 2002, p. 10) ou, em referência a Fichte (DELEUZE, 2002, p. 12), “uma vida que não depende de um Ser e não está submetido a um Ato: consciência imediata absoluta, cuja atividade mesma não remete mais a um ser, embora não cesse de se situar em uma vida”. Trata-se de “*uma vida*” (DELEUZE, 2002, grifo nosso) na qual não há individuação, porque não há sujeito que a defina, mas há singularidade, porque não se confunde com nenhuma outra. Despido do ego, isto é, do sujeito inseparável de determinações empíricas, resta a virtualidade do eu sou imanente, essa singularidade que se atualiza nos sujeitos.

Amaral (1999) chama atenção para o fato de haver sempre uma incompletude no acesso do humano ao divino, e isso implica num incessante movimento em direção à realização do eu

sou, em um continuado zelo pela “cura de si”. A ideia, muito presente no retiro de Lúcia, de educação do ego pela consciência<sup>10</sup> – que pode ser descrita como atualização do eu sou no corpo encarnado –, sinaliza para uma vontade de tornar mais presente e ininterrupta a corrente imanente que atravessa a vida. Isso também indica certo modo de conceber a *consciência* em relação à antinomia natureza e cultura. Enquanto o ego é a cristalização de uma identidade/ subjetividade socialmente constituída, a *consciência*, longe de se ligar aos processos culturais ou cognitivos, ou ao sentido regulado, artificial e socialmente condicionado que encontramos de maneira hegemônica no Ocidente (LUTZ, 1988), antes se aproxima da noção de pureza incorrupta da natureza.

## DISPUTAS EPISTEMOLÓGICAS

A compreensão do jejum enquanto iniciação sagrada é acompanhada de sua percepção enquanto técnica eficaz. Para os praticantes, desde que cumpridas as diretrizes descritas no livro de Jasmuheen, é possível verificar, por meio da experimentação pessoal, a capacidade de romper com as convenções da biomedicina. Eles reforçam o imperativo da observância das orientações tanto no sentido da eficácia do processo quanto da segurança do iniciante. Entre as instruções que devem ser observadas estão não tomar banho frio, isolar-se da sociedade, tomar sucos com concentrações específicas durante a segunda e a terceira semanas, repousar, não trabalhar nem se envolver em atividades cotidianas etc. Os casos de morte<sup>11</sup> conhecidos são explicados pela negligência dessas diretrizes. Em um debate sobre o tema, Celena adverte:

O processo é algo muito sério. O processo não é um jejum. O processo é uma técnica de despertar enviada pelos mestres ascensionados (é só se informar sobre a origem do mesmo). Sim, pessoas morrem. E todas, todas que morreram não seguiam as diretrizes do mesmo e não faziam com acompanhamento adequado. Muita gente consegue por sorte fazer 21 dias de jejum sem seguir as diretrizes e sai por aí dizendo que fez o processo. Mas não adquiriu o essencial, gerado quando se faz da maneira correta. Nós

---

10 Jespersen (2016) investiga na Dinamarca um fenômeno similar, também chamado viver de luz, no qual a alma, ou o verdadeiro eu pode ser subdividida em uma parte não encarnada, chamada de eu superior, e uma parte encarnada, a consciência. Meus interlocutores usam frequentemente a noção de consciência no sentido de uma porção do eu superior que se atualiza no corpo.

11 As mortes associadas ao viver de luz não são a única questão ética a gerar controvérsias públicas em torno da prática. Outras questões, que não posso desenvolver aqui por limitação de espaço e direcionamento, dizem respeito ao conflito moral ligado às populações atingidas pela fome e à insegurança alimentar ou aos grupos que sofrem de transtornos alimentares, além da relação ambígua mantida por alguns membros com discursos anticientíficos.

que acompanhamos o processo diariamente vemos na prática a quantidade de problemas que OCORRE [*sic*] e que pode ocorrer durante o processo. [...]  
O processo é um renascimento, quebra de paradigmas e conceitos. É tornar-se liberto, consciente. E a consequência disso, uma delas, uma escolha gradativa e trabalhada, é a não necessidade de ingestão de substâncias sólidas. Mas isso é apenas uma mínima consequência. A mudança de padrões, de escolhas e de vida, consequente de sua mudança de consciência, que é a grande conquista. É se assumir como agente transformador e emanador. Isso sim é viver de luz. (CELENA).

A maioria dos iniciantes volta a se alimentar logo após o jejum, e poucos são os que se declaram respiratorianos ou terem vivido como respiratorianos durante algum tempo<sup>12</sup>. De modo geral, são, de qualquer forma, pessoas bastante atentas àquilo que ingerem, e os debates sobre a questão alimentar são frequentes e atravessam os campos da saúde, da espiritualidade e da ecologia. Os tópicos mais comuns em torno do voltar a comer dizem respeito à manutenção da vida social, à satisfação do sentido do paladar e ao ambiente e ritmo citadinos, que não seriam favoráveis à alimentação prânica. Consequentemente, enquanto o processo é eficaz no sentido de ativar a capacidade de viver de luz, a sustentação da alimentação prânica como modo de vida exigiria muita disciplina e um permanente trabalho em direção ao eu sou para sustentar uma ótima fruição de prana.

Em todo caso, quando o processo é seguido corretamente, as novas capacidades corpóreas tornam-se manifestas e observáveis, ou seja, não dizem respeito ao invisível ou ao sobrenatural, mas podem ser testadas e submetidas a escrutínio. O comentário de Mateus, em um debate acerca do propósito do viver de luz, aponta para esse aspecto:

Eu sei que o fim não é deixar de comer. Mas o deixar de comer é um indicativo de que a teoria tem sua prova. Não vemos o prana – sentimos. E isso é uma experiência individual. Se alguém conquistou essa consciência, a gente só pode saber se realmente funciona se ela não se alimenta mais. É a única forma de um terceiro ver isso. Por isso que o debate vai mais pra esse lado, penso eu. Qualquer um pode ficar 21 dias sem comer (isso a ciência mesmo já comprovou) e falar que vive de luz. Mas será que vive mesmo? Por isso as indagações, os questionamentos. É um assunto novo pra muita gente. Mas não significa que a gente não pensa na questão transcendental do processo. (MATEUS).

Não é por acaso que, desde sua popularização nos anos 1990, o viver de luz busca entabular um diálogo conflituoso, em alguma medida, com a ciência convencional. Ele foi

---

<sup>12</sup>A inédua pode, por vezes, aparecer como uma nova forma de limitação autoimposta, uma nova armadilha do ego, afoito pela obtenção de “poderes”. Por isso, no retiro de Lúcia o processo é chamado de consciência prânica, a expressão viver de luz não é utilizada e não há nenhum exemplar do livro de Jasmuheen disponível aos iniciantes na biblioteca. Lúcia me diz que, ali, o processo não tem qualquer relação com o viver de luz ou com deixar de comer, mas com o desenvolvimento espiritual. Ele é, no entanto, seguido de maneira estrita no retiro. Cabe acrescentar que alguns espaços e lideranças condutoras do jejum criaram métodos e versões mais simplificados do processo.

recebido com crítica e ignomínia na sociedade mais ampla e nos meios científicos. A ideia de não alimentação causa espanto e embaraço no Ocidente moderno. Essa reação de incredulidade não deixa de ser atravessada por um modo de conceber o corpo e a realidade a partir do modelo do mecanismo, próprio de uma visão cartesiana do mundo. Entendendo que essa crítica advém do ideário fisicalista da própria cultura em que estão inseridos e cientes de que outras culturas lidam com a corporeidade de modo diverso, os respiratorianos evocam outras tradições que guardam princípios semelhantes aos da alimentação prânica, como o estado de *bigu* (do chinês “*bi*”: evitar; “*gu*”: grãos, comida), que no taoísmo é passível de ser alcançado com a prática do *qigong*<sup>13</sup>. Também reúnem um conjunto de referências emblemáticas sobre jejuns prolongados, como os casos extraídos da hagiografia cristã, particularmente o de Teresa Neumann; o jejum de Jesus no deserto; o jejum da ioguni Giri Bala<sup>14</sup>, que parou de se alimentar aos 12 anos de idade usando técnicas de ioga; ou figuras como o hindu Prahlad Jani e a russa Zinaida Baranova<sup>15</sup>, que receberam revelações de uma vida de abstenção e abandonaram o consumo de alimentos.

Entre outros elementos acionados para respaldar a legitimidade da alimentação prânica estão também as produções científicas que atestam os benefícios do jejum. É o que ocorre em relação às pesquisas do dr. Yoshinori Ohsumi, premiado com um Nobel de medicina em 2016 por suas investigações sobre a autofagia<sup>16</sup>. Esses casos são percebidos como indicativos da convergência entre a moderna produção científica e os conhecimentos já estabelecidos por tradições milenares. É o que ilustra a publicação de um médico realizada no grupo de Facebook que acompanho:

A Ciência descobre as mais antigas novidades

O jornal Correio Brasiliense publicou ontem a excelente matéria “Jejum vira grande aliado na luta contra o câncer”. Nela aparece uma “descoberta” de pesquisadores da Southern California University, em Los Angeles, publicada pela mais que austera revista científica *Science Translational Medicine*. Em resumo, a pesquisa, comandada pelo cientista Valter Longo, aponta que as células cancerígenas são mais sensíveis à redução ou ausência de nutrientes no organismo do que as células normais. [...]

Pois bem, a cada dia presenciamos notícias de “novas descobertas” científicas que trazem à luz elementos pertencentes às medicinas tradicionais, populares, indígenas, domésticas, naturais, etc., como os que relatamos aqui. E tenho a satisfação de dizer que sempre pratiquei e apliquei métodos não convencionais de medicina, por compreender que a saúde só pode ser obtida através do respeito às leis naturais e por reconhecer

---

13 Técnica chinesa de controle da energia vital.

14 Ambos os casos de Teresa Neumann e Giri Bala são referenciados principalmente a partir da obra *Autobiografia de um Iogue*, de Paramahansa Yogananda (2016), e ambos são mencionados no livro de Jasmuheen.

15 Prahlad Jani e Zinaida Baranova são retratados no documentário austríaco *Viver de luz* (2010).

16 A autofagia ocorre quando a célula consome suas próprias partes degradadas, realizando uma autolimpeza. Esse processo pode ser estimulado pelo jejum.



que os recursos da própria natureza (alimentos, água, sol, luz, magnetismo, minerais, plantas medicinais, etc.) possuem o imenso potencial de cura, ou antes, de resgate da saúde perdida. Sempre me incomodei e preocupei com o tipo de recursos terapêuticos que a faculdade me ensinou, ou seja: medicamentos e cirurgia. Embora prescreva remédios e indique cirurgias, só o faço em casos especiais e extremos, realmente necessários, pois são recursos que lidam mais com efeitos e não com causas.

É notável a referência a uma medicina que converge para uma perspectiva vitalista, ao considerar que o primeiro recurso para a terapêutica é a natureza. Segundo Canguilhem (2012, p. 89), “vitalismo e naturalismo são indissociáveis [...]. O vitalismo médico é, portanto, a expressão de uma desconfiança, vale dizer instintiva, em relação ao poder da técnica sobre a vida”. Para os respiratorianos, a saúde é a condição natural da vida, e a doença é o resultado de um processo de intoxicação, de algum tipo de interferência “externa” em um sistema que, por si mesmo, tende ao equilíbrio, por isso muito do benefício do jejum está associado à noção de limpeza. Enquanto nada adentra o corpo, o que não lhe serve e intoxica é eliminado. Assim, o equilíbrio perdido pode ser restabelecido. Creditando a autoria a Yogananda, o usuário Bernardo publica um longo texto no grupo, do qual extraio o excerto abaixo, que trata da autonomia do corpo no restabelecimento da saúde por intermédio da força vital:

A força vital em nossos corpos é, na verdade, a fonte da vida. É um poder consciente: criador dos órgãos e também provedor de sua vitalidade. Em geral, a força vital é continuamente fortalecida pelo alimento e pelo poder mental, todavia, se houver sido erroneamente usada, desiste e recusa-se a continuar trabalhando. [...] O jejum dá repouso aos órgãos sobrecarregados, à máquina corporal, [sic] e também à própria força vital, aliviando-a do trabalho excessivo. Quando você desobriga a força vital de depender de fontes externas para existir – comida, água, oxigênio, luz solar – ela se torna auto-suficiente [sic], independente. (BERNARDO).

A inédia é percebida como o estado mais natural do ser humano, e o respiratoriano, como alguém que é praticamente imune a doenças. Entende-se que esse estado está em desenvolvimento e pertence mais ao futuro do que ao presente da humanidade. Até lá, o caminho para o restabelecimento da condição *natural* de saúde está em buscar a menor intervenção possível, para que o corpo faça seu trabalho de restauração do equilíbrio. Saúde e cura são, portanto, apreendidas por meio de uma associação entre princípio vital e natureza, e a vida, isenta das mediações criadas pelo homem, tende à sua plenitude.

Essas concepções marcam uma oposição à medicina que parte de teorias materialistas para lidar com zonas de indeterminação e que lida com corpos-objeto, em vez dos corpos-viventes reclamados pelos vitalistas. Não é, no entanto, das ideias vitalistas, expressas nos termos de uma energia vital imanente à natureza, que advém a incredulidade pública no viver de

luz. Muitas terapias holísticas trabalham com noções semelhantes e, como já mencionado, estão cada vez mais presentes, inclusive nos sistemas públicos de saúde (TONIOL, 2017). O que choca a sociedade não é tanto a ideia de um princípio vital organizador da matéria, mas que isso implique que algo como a alimentação – da qual, abstraindo-se as especificidades culturais de seleção, preparo e sociabilidade, resta para o Ocidente moderno como uma exigência elementar do corpo-mecanismo – seja apreendido como ditame da cultura. O que causa espanto é que algo tomado como um universal da natureza, que atravessa todos os viventes, seja trespassado ao nível de uma cultura universalizada, que a exigência do comer deixe de ser uma exigência para revelar-se como uma moral.

No centro da indignação está a oposição entre natureza e cultura, que, para os respiratorianos, é própria de um mundo de esquecimento. Para eles, todo tipo de dualismo, incluindo a antinomia corpo/mente (ou espírito), é fruto do esquecimento da origem divina do humano. Nessa origem, tudo existe na unidade, de modo que não há distância entre mim e o outro, entre mim e o mundo, entre pensamento e realidade. Crio o que penso, pois mente e corpo são feitos da mesma substância (energia), diferindo apenas em nível de condensação, e isso faz com que a mente seja capaz de forjar o real. É assim que a mente molda o corpo e a cultura impõe uma natureza. É porque natureza e cultura são uma só coisa que se fala em mudança do *sistema de crenças* como mudança de realidade. E não se trata de uma mudança de realidade que opera apenas em nível simbólico sobre um mundo material que permanece idêntico. Não é só a pessoa que sai transformada do processo do viver de luz – o mundo que ela passa a habitar é outro, regido por outras regras. Um mundo em que a alimentação física não é mais um imperativo e a realidade possibilita a independência em relação ao consumo de alimentos.

Há que se ressaltar que, para eles, os dualismos são operantes em nossa realidade justamente porque participam do atual *sistema de crenças*, que também cria uma realidade dual. E, podemos acrescentar, uma situação paradoxal. A realidade última é unidade, porém, quando a mente pensa o corpo como diverso de si, ela forja a realidade da separação, tornando os dualismos ativos. E esse modo de pensar é fruto do esquecimento da origem humana, uma noção que não é especificamente do viver de luz, como muitas que o atravessam, mas também está presente no livro de Jasmuheen. O adepto Pedro reflete sobre essa noção:

[...] eu interpreto o ego como sendo um fator natural da existência em planos materiais densos como na nossa atual experiência! E, por ser tão denso, nascemos e crescemos com profundo esquecimento de nossas origens e do funcionamento do universo e de sua principal lei, da qual derivam todas outras [*sic*], que é a de Unidade, tudo está conectado, principalmente a [*sic*] nível energético sutil e de consciência!

De certa forma, alguns respiratorianos desejaram fazer com que o mundo se “lembrasse”. Ante a desconfiança pública, algumas pessoas que reivindicavam a condição respiratoriana engajaram-se em provar a concretude da alimentação prânica. Em 1999, Jasmuheen foi desafiada a participar de um programa de televisão em que estaria submetida a permanente vigilância e supervisão médica durante sete dias de jejum absoluto. Em 2013, foi a vez do israelense Ray Maor submeter-se a um experimento semelhante por oito dias. O documentário austríaco *Viver de luz*<sup>17</sup> (2010) é bastante representativo do embate que se deseja travar com a ciência e a sociedade e traz muitas das referências que são (ou passam a ser) utilizadas pelos respiratorianos. A narrativa acompanha um deslocamento no pensamento de determinados cientistas que se movem de uma posição original de ceticismo a uma consideração de plausibilidade que advoga uma maior investigação do fenômeno. Nesse percurso, uma série de elementos são evocados para desestabilizar o *a priori* mecanicista da impossibilidade da alimentação prânica. Dentre eles destacam-se os já mencionados fenômenos encontrados em outras tradições culturais, como o estado de inédia do *bigu* taoísta ou os jejuns prolongados do jainismo. O filme perpassa também alguns experimentos conduzidos em hospitais coordenados por equipes de cientistas, como os realizados com o respiratoriano Michael Werner em 2004, num hospital de Berna, na Suíça, e em 2007, em Praga, na República Tcheca; o realizado num hospital hindu com o iogue Prahlad Jani, em 2003; e o realizado com o jainista Hira Ratan Manek<sup>18</sup> entre 2000 e 2001, em Ahmedabad, na Índia, com um jejum de água de 411 dias. O documentário encerra com considerações de pesquisadores de diferentes campos do conhecimento (biofísica, noética, física quântica, biologia) acerca dos processos últimos da nutrição celular, baseada em luz e energia, e acerca de recentes investigações sobre o papel da consciência na criação da realidade.

Essa postura de enfrentamento não se manifesta apenas como uma busca por legitimidade social, mas serve também aos propósitos de uma disputa epistemológica. Mais do que se legitimar dentro dos marcos da ciência convencional, ela propõe reconstruir os limites dessa

---

17 O filme foi dirigido pelo austríaco Peter-Arthur Straubinger, que iniciou sua pesquisa sobre a inédia no ano 2000, a partir do contato com um professor de meditação que alegava não ter se alimentado por um ano. O documentário recebeu prêmios nacionais e internacionais e foi traduzido para seis línguas, incluindo o português. De acordo com o site do documentário, ele “estreou no Festival Internacional de Cinema de Cannes e se tornou um dos documentários mais influentes e bem-sucedidos da história do cinema austríaco. Quando foi exibido em horário nobre na televisão nacional, a audiência superou sucessos de bilheteria de Hollywood como ‘Harry Potter’. Isso levou a uma enorme discussão pública” (IN THE BEGINNING THERE WAS LIGHT, c2010, tradução nossa). O sucesso do filme rendeu a atenção e a crítica de entidades céticas, a ponto de Strubinger dedicar diversas seções do site para contestar os argumentos da crítica.

18 Hira Ratan Manek adota uma técnica que ele denomina de *sungazing* para chegar ao estado de inédia. A prática consiste em olhar para o sol nos primeiros instantes do alvorecer ou nos últimos instantes do crepúsculo. Segundo ele, o objetivo do *sungazing* é a purificação da mente, sendo a nutrição pela energia solar um subproduto da prática.

ciência, alargando suas fronteiras para dar conta de fenômenos que se permitam ser observados, ainda que, desde uma perspectiva fisicalista, não possam ser explicados. É válido salientar que, para Canguilhem (2012), a objeção do vitalismo ao mecanicismo não tem o objetivo de suprimi-lo. Ele demonstra que os vitalistas não apenas são prolíficos na produção de conhecimento mecanicista como muitas vezes esses limiares nem sequer são nítidos. O que se busca não é a interdição, mas a recondução do mecanicismo a seu lugar de subordinação à vida, a partir do reconhecimento tanto das limitações do mecanicismo como da originalidade da vida.

Em seu terceiro livro, *Os embaixadores da luz*, Jasmuheen justifica seu interesse na realização de pesquisas clínicas e científicas sobre o processo a partir tanto da demanda por provas que recebeu de uma mídia cética e incrédula quanto de seu desejo de compreender “o que realmente acontece a nossas funções corporais quando vivemos de luz” (JASMUHEEN, 2002, p. 139). Ela passa boa parte desse volume a rebater as críticas recebidas e a tratar de estudos, pesquisas e experiências com o prana e temas correlatos. Em um capítulo intitulado “Fatos e fé – prove-me!”, pondera sobre o papel da ciência e a disposição dos respiratorianos em relação à sociedade e ao saber científico:

Os Embaixadores da Luz [respiratorianos] sabem que somos alimentados pela luz do Divino e também que, quando a ciência finalmente provar a existência do poder da DI [Divindade Interior], toda a nossa realidade de massa será afetada. Não porque pessoas “comuns” precisam ser convencidas, mas porque então a ciência vai poder tomar novas direções. Milhões de pessoas já tiveram algum tipo de experiência do Divino, ou de percepção extra-sensorial [*sic*], ou revelação e, felizmente, não dependem mais da ciência para dizer que sua experiência é válida, real ou normal. (JASMUHEEN, 2002, p. 129).

Ela relata que sua intenção de trabalhar com institutos de pesquisa divide opiniões, remetendo a uma mensagem de um experiente embaixador da luz. Ele diz:

Não é necessário provar nada, o processo funciona e sabemos disso. Claro que é um jogo interessante do qual participar [*sic*], provar o que dizemos aos incrédulos, um jogo que já foi jogado muitas vezes antes com Galileu, Newton, Kepler, Einstein, Maxwell, Reich, Tesla e milhões de outros. Será que desejamos realmente participar dessa tradição limitadora?  
Se houver necessidade, então não aprendemos nada... quais são as maneiras de avaliar as provas, a confiança e a realidade? Provar isso de maneira científica é limitar o que vivemos a leis ou regras aceitas – e estamos operando fora delas. (JASMUHEEN, 2002, p. 138-139).

É precisamente por entenderem que estão operando fora das regras vigentes que, para alguns, validar o fenômeno produziria uma mudança significativa da realidade. Tendo a ciência reinado no Ocidente como guardiã da verdade, seu poder de modulação do real é quase

soberano, de modo que a legitimação científica produziria uma mudança social dramática. Assim, a alteração em massa de um modo de pensar que passa da completa impossibilidade de certo tipo de experiência para uma afirmação de sua plausibilidade produziria uma grande transformação da consciência e da experiência coletiva de mundo.

Debates sobre expor-se ou não, tornar ou não tornar pública a condição respiratoriana e trabalhar ou não junto à ciência (que aparece como parte do sistema hegemônico e limitador) estão presentes também nas conversas do grupo que acompanho. Mas há um outro caminho para chegar ao coletivo. E aqui retornamos à valorização da experimentação pessoal. O próprio corpo é vivido como lócus para ultrapassar os limites da ciência convencional. “Eu não só optei por fazer de nossa casa o meu laboratório como também meu corpo tem sido meu experimento continuamente”, afirma Jasmuheen (2002, p. 59). A ideia é que experimentar com o próprio corpo e testar os limites desse corpo permite o avanço progressivo no processo de autoaperfeiçoamento, e isso prescinde de legitimação científica. Se as especulações sobre a alimentação prânica se colocam no plano da controvérsia, a experiência estaria no plano do conhecimento. Ela é inquestionável não porque seja idêntica para todos os que a atravessam, mas porque comporta uma intensidade capaz de deslocar quaisquer tentativas de aprisioná-la no registro da crença. Haveria sempre uma precarização da experiência ao racionalizá-la, de modo que a experiência pessoal é altamente valorizada como modo de acesso ao conhecimento.

Willaime (2012, p. 136), observando que a individualização do sentimento religioso na contemporaneidade se faz acompanhar de um processo de subjetivação, salienta que isso também evidencia o recurso a um critério moderno de verdade, a experimentação, categoria que retém certa ambiguidade ao designar simultaneamente os procedimentos de laboratório próprios das ciências duras e o sentido da vivência subjetiva. No viver de luz, cada corpo e cada vivência são únicos e cheios de idiosincrasias, mas a experiência pessoal influencia a experiência coletiva, à medida que a humanidade e o mundo se conectam na unidade do todo. À mudança de uma consciência individual corresponde uma mudança coletiva. Isso significa, por exemplo, que quanto mais pessoas fazem o processo, mais abertura outras terão para vê-lo como factível; é assim que se torna mais “natural”. É nesse sentido que Lúcia afirma, quando de minha primeira visita em seu retiro, que “o processo está em processo”, indicando que há quase 20 anos, quando ela o realizou, a experiência lhe foi muito difícil, e ela observa que o processo tem se tornado cada vez mais fácil para as pessoas que por lá passam. Assim, pela experiência de uns, a experiência do todo é paulatinamente alcançada. Esse modo de pensar e habitar o mundo tem implicações profundamente ecológicas, que por limitações de espaço não poderei desenvolver aqui. Basta enfatizar que a identidade entre o eu e o mundo produz um processo

autorreflexivo voltado à relação que o sujeito estabelece com as diferentes alteridades, humanas ou não humanas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procurei descrever alguns aspectos relacionados a um fenômeno contemporâneo formado por sujeitos pertencentes às camadas médias urbanas que constroem modos de pensar e experimentar o mundo diversos daqueles que informam o pensamento moderno. Não pretendo formular generalizações a partir de um caso tão específico. Meu objetivo aqui foi apontar traços de um fenômeno que entendo como parte de um movimento mais amplo e plural, caracterizado pela emergência de modos de habitar o mundo contrastantes com os da modernidade que conhecemos.

Procurei, portanto, delinear como a ontologia do viver de luz implica certas disposições na maneira como as pessoas a ele ligadas pensam o mundo e como isso afeta o modo como percebem e se relacionam com a instituição científica<sup>19</sup>. Para o viver de luz, a ciência não apenas integra o atual sistema de crenças: o materialismo científico a torna um dos principais agentes de controle e de imposição das chamadas crenças limitantes, que fazem minar a capacidade dos sujeitos de transcenderem a si próprios e criarem para si uma experiência de vida mais prolífica.

Nesta investigação, procurei demonstrar que esse modo de pensar apresenta algumas características que o aproximam do pensamento vitalista, sendo oportuno lembrar que a oposição ao mecanicismo se faz presente desde o vitalismo clássico, por meio de figuras como Stahl, que “se posiciona contra as teorias materialistas que explicam o movimento, a sensação e o pensamento voluntários com base em mecanismos puramente causais” (PALTI, 2005, p. 93). Canguilhem (2012, p. 104) traz uma ponderação fundamental para meu argumento, ao considerar que “os renascimentos do vitalismo traduzem, talvez, de maneira descontínua, a desconfiança permanente da vida diante da mecanização da vida”. Assim, as divisões entre natureza e cultura e entre sujeito e objeto forjadas no pensamento moderno, que imperaram no Ocidente durante os últimos séculos – ao produzirem sujeitos cognoscentes apartados do

---

19 Cabe notar que essas tensões em relação à ciência moderna não são, nos meios Nova Era, uma exclusividade do viver de luz. O circuito neoesotérico mapeado por Magnani (1999) também encontra uma complexidade de relações e articulações em que instâncias críticas, desconfiança em relação à capacidade da ciência para fornecer respostas a certos problemas e a aproximação com determinados ramos científicos são frequentes.



mundo-objeto em que se movem e mentes sobrepostas a corpos mecânicos ou inscritas em processos físico-químicos cerebrais –, talvez nunca tenham dado conta da percepção sobre os fluxos da vida e da relação com o mundo, provocando, aqui e acolá, movimentos de recondução das operações do pensar, sentir e se mover de volta ao seu lugar na vida.

Não surpreende que, em minhas visitas ao retiro, Lúcia e seu marido, Marcos, me digam que é impossível compreender racionalmente o processo, fazendo-me um convite a vivenciá-lo. Ora, eu me apresento como pesquisadora, e o problema da representação sobre o que lhes é sagrado se coloca para eles. Como uma cientista que não viveu o processo irá representá-lo? Que tipo de ciência ela produz? Em um pensamento não dual, não há separação entre realidade e representação, pensamento e experiência seriam simultâneos. Se penso que não comer é possível, então experimento essa condição de imediato. Mas uma cientista pode perfeitamente estar vinculada ao pensamento hegemônico, e passar pela experiência do *processo* me colocaria diante de intensidades capazes de produzir uma transformação e assegurar um deslocamento em minha visão de mundo. Em uma cosmologia em que o pensamento não produz experiência, seria necessário experimentar para poder pensar.

A ciência aparece, assim, como uma grande narrativa presa ao emaranhado do regime de verdade que ela própria construiu. Soares (2003) vai sugerir que o movimento progressivo de conversão da religião em religiosidade decorre justamente de um processo de dessacralização da razão, expresso na denúncia de seu suposto caráter mitológico. Longe de conduzir a um processo laicizante, a racionalização passa a ser situada como “uma das formas da religiosidade reconfigurada” (SOARES, 2003, p. 10), e todo esse movimento estaria associado ao deslocamento da esfera da religião do âmbito público para o privado, remetendo à “subjetivação e individualização dos vínculos com a religiosidade” (SOARES, 2003, p. 11).

Com efeito, o fenômeno aqui analisado pode ser aproximado das chamadas “religiosidades do *self*”, que dão conta de uma miríade de práticas esotéricas, alternativas, ocultistas, naturalistas, que tendem a valorizar a experiência da interioridade (AMARAL, 2000; D’ANDREA, 2000; SIQUEIRA, 2013). Ressalte-se, no entanto, que, se esse processo de subjetivação pode ser associado à crise das instituições sociais e científicas, convertidas em “formas de religiosidade”, no viver de luz, a crítica direcionada ao *sistema de crenças* científico não remete simplesmente à denúncia da ciência enquanto mito, no sentido de um saber ilusório, abstrato, puramente cognitivo e sem respaldo no mundo empírico. Ela remete sobretudo ao fato de que a ciência é produtora de dada realidade e experiência de mundo, uma realidade percebida por eles como problemática, porquanto atravessada por dualismos com os quais os respiratorianos intentam romper. E a crítica não está tão direcionada ao saber já produzido, mas principalmente a uma

recusa que a ciência, escorada e apegada às vigas de suas velhas fundações, faria a certos saberes a produzir. Na busca pela verdade, ela precisaria contemplar a natureza fecunda da vida, mas, ao fixar-se em enquadramentos rijos, aparece, para os meus interlocutores, como uma instância de controle e de poder limitadora, que constrange os potenciais humanos. A experiência pessoal de acesso a um eu sagrado e criativo seria uma forma de restabelecer os processos de fruição da vida.

A exacerbação do pessoal no acesso ao sagrado, bem como a imbricada relação mente-corpo das novas religiosidades, já foi apontada por diversos autores<sup>20</sup>. Pode-se dizer que elas são representativas da mudança paradigmática anunciada por Campbell (1997). Ao reconhecer a influência de certo conjunto de manifestações culturais na transformação do pensamento moderno, o autor aponta para um processo de substituição da teodiceia ocidental tradicional por um tipo de teodiceia associada ao Oriente. O processo de orientalização descrito por ele preconiza a alternância da perspectiva da transcendência para a perspectiva da imanência no paradigma cultural dominante no Ocidente. Essa tendência se anunciaria na diluição das fronteiras entre homem e natureza, não havendo “oposição fundamental entre carne e espírito ou lei natural e milagre cristão; o que existe simplesmente são diferenças no grau em que o finito dista do divino” (CAMPBELL, 1997, p. 11).

Campbell ressalta que a “orientalização do Ocidente” é um processo interno à sociedade ocidental, ancorado não na importação de elementos orientais, mas nos desenvolvimentos culturais e intelectuais do próprio Ocidente. Embora não refute a presença de algum grau de influência de culturas orientais, a orientalização de Campbell corresponde, na tradição de Weber, à construção de certo *tipo* de teodiceia marcado por características predominantes no Oriente. Assim, ele elenca como muito mais relevantes para o processo da alternância paradigmática uma série de movimentos culturais ocidentais, como o arminianismo, o romantismo, o neopaganismo, a Nova Era, os ambientalismos, a contracultura etc. Ademais, por si só, as religiões orientais e os chamados novos movimentos religiosos com influência oriental são ainda muito restritos para justificar a ideia de uma transformação do pensamento hegemônico. Velho (1997, p. 25, grifo do original) adverte, no entanto, que a influência desses movimentos no conjunto da sociedade não deve ser subestimada, e que, apesar de periféricos, “talvez tenham grande importância ao *performatizar*, por vezes até sacrificial e profeticamente, o ‘*paradigm shift*’”.

É curioso que encontremos duas vertentes principais de explicação para o fenômeno

---

20 Ver Russo (1994) sobre terapias corporais e o campo psi; Martins (1999), sobre terapias alternativas e holismo; Maluf (2005), sobre centralidade do corpo e/ou mente nos estudos da Nova Era; Carvalho e Steil (2008), sobre mente e corpo (do mundo) em perspectivas ecológicas; Tavares (1999), sobre o holismo terapêutico na Nova Era.

das espiritualidades Nova Era. De um lado, “a ‘nova consciência religiosa’ parece ser, afinal, o último avatar do ‘racionalismo moderno ocidental’ ou a expressão mais radical de um de seus efeitos mais significativos” (SOARES, 1989, p. 143). De outro, sua origem é demarcada na linha da alternância para a perspectiva da imanência de que nos fala Campbell. As análises do fenômeno tendem a situá-lo ora como expressão do racionalismo, ora como oposição a ele. Velho atenta para o uso que se faz das mesmas categorias para expressar essas posições. Segundo ele, “a noção de individualismo e de *self* é utilizada por autores que tendem a ver no *New Age* nada mais do que uma manifestação exacerbada do individualismo ocidental moderno” (VELHO, 1997, p. 26), mas Campbell também lança mão da noção de individualismo para se referir à mudança deslanchada pelo crescimento de uma teodiceia alternativa àquela do paradigma ocidental tradicional. Velho procura problematizar o veio exclusivamente romântico que situa a mudança paradigmática de Campbell em favor de uma perspectiva atenta às manifestações culturais diversificadas que permita ultrapassar “dicotomias como transcendência e imanência, individualismo e holismo, interno e externo” (VELHO, 1997, p. 28).

Precisamente ao refletir sobre essas articulações no processo de 21 dias do viver de luz, que reúne referências religiosas e seculares; que incorpora o rito e o método; que não se reconhece como religião, e tampouco como ciência; que, não sendo uma religião, é uma “técnica” e um “método” de acesso ao eu superior; que, não sendo ciência, é um processo biológico que conduz a um estado “sobrenatural” de vida humana; essas fronteiras se tornam difusas. Os discursos científicos ou religiosos não são sempre acionados por exclusão (ou ciência, ou religiosidade) ou como esferas distintas do que Schutz (1973 *apud* BERGER, 2017) chamou de estrutura de relevância (ora ciência, ora religião), a depender da demanda da situação contextual. Eles muitas vezes caminham de tal forma imbricados que a espiritualidade se torna um experimento científico e a construção da ciência nos leva ao universo espiritual, o que sugere outras formas de pensar a religiosidade e a ciência, além daquelas herdadas do pensamento hegemônico. Em minhas andanças pelos campos da espiritualidade Nova Era, tenho encontrado de psicólogos que atuam como terapeutas holísticos para poder incluir em seus atendimentos seus saberes “alternativos” a médicos que procuram estabelecer com o paciente uma relação que se pretende mais horizontal, na qual o saber especializado do profissional se conjuga com o saber do paciente e sua experiência com o próprio corpo, caso do movimento da ginecologia natural, que valoriza a autonomia e a responsabilidade do paciente sobre sua própria experiência de vida. A depender da abertura e da mobilização de discursos “alternativos” pelo paciente, o profissional poderá alterar a chave da medicina “natural”, mas ainda “oficial”, para incluir mais abertamente seus saberes holísticos.

Tudo isso, novamente, parece apontar para a crise institucional e as diluições das fronteiras formuladas pelo pensamento moderno. Dessa forma, entendo ser urgente e fundamental buscar compreender de que maneiras novas elaborações cosmológicas manifestam essas fricções em cenários específicos e como esses cenários se conectam com macromovimentos da realidade social. Penso que as novas religiosidades oferecem campos férteis de possibilidades e parecem mesmo ocupar um lugar privilegiado para a compreensão das dinâmicas de nosso tempo.

## REFERÊNCIAS

1. AMARAL, Leila. Sincretismo em movimento – o estilo Nova Era de lidar com o sagrado. *In: CAROZZI, María Julia (org.). A Nova Era no Mercosul*. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 47-79.
2. AMARAL, Leila. **Carnaval da alma**: comunidade, essência e sincretismo na Nova Era. Petrópolis: Vozes, 2000.
3. BATESON, Gregory. **Steps to an ecology of mind**. Chicago; London: The University of Chicago Press, 2000.
4. BERGER, Peter. **Os múltiplos altares da modernidade**: rumo a um paradigma da religião numa época pluralista. Petrópolis: Vozes, 2017.
5. CAMPBELL, Colin. A orientalização do Ocidente: reflexões sobre uma nova teodiceia para um novo milênio. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, p. 5-21, 1997.
6. CANGUILHEM, Georges. **O conhecimento da vida**. Rio de Janeiro: Forense universitária, 2012.
7. CARNEIRO, Sandra. Estilos de vida no contexto do universo Nova Era. *In: ALMEIDA, Maria Isabel Mendes; NAVES, Santuza Cambraia (orgs.). “Por que não?” Rupturas e continuidades da contracultura*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2007. p. 85-105.
8. CAROZZI, María Julia. Nova Era: a autonomia como religião. *In: CAROZZI, María Julia (org.). A Nova Era no Mercosul*. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 149-190.
9. CARRARA, Sérgio. Entre cientistas e bruxos: ensaios sobre os dilemas e perspectivas de análise antropológica da doença. *In: ALVES, Paulo Cesar; MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). Saúde e Doença: um olhar antropológico*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1994. p. 33-46.
10. CARVALHO, Isabel Cristina Moura; STEIL, Carlos Alberto. A sacralização da natureza e a “naturalização” do sagrado: aportes teóricos para a compreensão dos entrecruzamentos

- entre saúde, ecologia e espiritualidade. **Ambiente e Sociedade**, Campinas, v. XI, n. 2, p. 289-305, 2008.
11. CHIESA, Gustavo Ruiz. **Além do que se vê: magnetismos, ectoplasmas e paracirurgias**. Porto Alegre: Multifoco, 2016.
  12. D'ANDREA, Anthony. **O self perfeito e a Nova Era: individualismo e reflexividade em religiosidades pós-tradicionais**. São Paulo: Loyola, 2000.
  13. DELEUZE, Gilles. A imanência: uma vida... **Educação & Realidade**, v. 27, n. 2, p. 10-18, 2002.
  14. DESCOLA, Philippe. **Outras naturezas, outras culturas**. São Paulo: Editora 34, 2016.
  15. ESPINOSA, Baruch. **Ética**. São Paulo: Edusp, 2015.
  16. GUERRIERO, Silas. **Novos movimentos religiosos: o quadro brasileiro**. São Paulo: Paulinas, 2006.
  17. INGOLD, Tim. **Being alive: essays on movement, knowledge and description**. London; New York: Routledge, 2011.
  18. IN THE BEGINNING THERE WAS LIGHT. In the beginning there was light, c2010. Página inicial. Disponível em: <https://www.lightdocumentary.com/>. Acesso em: 09 mar 2023.
  19. JASMUHEEN. **Viver de luz: a fonte de alimento para o novo milênio**. São Paulo: Aquariana, 2000.
  20. JASMUHEEN. **Os embaixadores da luz**. São Paulo: Aquariana, 2002.
  21. JESPERSEN, Rie Dalsgaard. **Living on Light: an anthropological study of a seemingly irrational phenomenon**. 2016. Thesis (Master's Degree in Anthropology) – Department of Anthropology, Aarhus University, Aarhus, 2016. Disponível em: <http://communitas.dk/living-on-light-an-anthropological-study-of-a-seemingly-irrational-phenomenon/>. Acesso em: 09 mar 2023.
  22. LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica**. São Paulo: Editora 34, 2009.
  23. LENOBLE, Robert. **História da ideia de natureza**. Lisboa: Edições 70, 1990.
  24. LEVENSTEIN, Harvey. Dietética contra gastronomia: tradições culinárias, santidade e saúde nos modelos de vida americanos. In: FLANDRIN, Jean-Louis; MONTANARI, Massimo. **História da alimentação**. São Paulo: Estação Liberdade, 1998. p. 629-640.
  25. LUTZ, Catherine. Emotion, thought, and estrangement: western discourses on feeling. In: LUTZ, Catherine. **Unnatural emotions: everyday sentiments on a Micronesian atoll and their challenge to western theory**. Chicago; London: The University of Chicago

- Press, 1988. p. 53-80.
26. MAGNANI, José Guilherme Cantor. **Mystica Urbe**: um estudo antropológico sobre o circuito neo-esotérico na metrópole. São Paulo: Editora Studio Nobel, 1999.
27. MALUF, Sônia Weidner. Da mente ao corpo? A centralidade do corpo nas culturas da Nova Era. **Ilha Revista de Antropologia**, Florianópolis, v. 7, n. 1-2, p. 147-161, 2005.
28. MARTINS, Paulo Henrique. As terapias alternativas e a libertação dos corpos. *In*: CAROZZI, María Julia (org.). **A Nova Era no Mercosul**. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 80-105.
29. PALTÍ, Elias. Romantic philosophy and natural sciences: blurred boundaries and terminological problems. **Contributions to the history of concepts**, New York, v. 1, n. 1, p. 83-108, 2005.
30. RUSSO, Jane. Terapeutas corporais no Rio de Janeiro: relações entre trajetória social e ideário terapêutico. *In*: ALVES, Paulo Cesar; MINAYO, Maria Cecília de Souza (orgs.). **Saúde e doença**: um olhar antropológico. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1994. p. 167-174.
31. SIMMEL, George. The transcendent character of life. *In*: SIMMEL, George. **On individuality and social forms**. Chicago; London: The University of Chicago Press, 1971. p. 353-374.
32. SIQUEIRA, Deis. Religião e religiosidade: indivíduo e sociedade. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v. 18, n. 34, p. 117-134, 2013. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/estudos/article/view/5296>. Acesso em: 9 mar 2023.
33. SOARES, Luiz Eduardo. Religioso por natureza: cultura alternativa e misticismo ecológico no Brasil. *In*: LANDIM, Leilah (org.). **Sinais dos tempos**: tradições religiosas no Brasil. ISER, Rio de Janeiro, 1989. p. 52-63.
34. SOARES, Luiz Eduardo. Prefácio. *In*: SIQUEIRA, Deis; LIMA, Ricardo Barbosa de (orgs.). **Sociologia das adesões**: novas religiosidades e a busca místico-esotérica na capital do Brasil. Rio de Janeiro: Garamond, Vieira, 2003. p. 7-12.
35. SOARES, Manoela Tayara Lago. Diário dos 21 dias – Manuela Tayara Lago Soares (vulgo: Manuela Di Calafiori) – Viver de luz – Processo dos 21 dias. **Iniciação – O Salto Quântico Genético**: Depoimentos, Testemunhos, Referências. São Paulo, 23 dez. 2016. Disponível em: <https://cienciahepta.blogspot.com/2016/12/diario-dos-21-dias-manuela-di-calafiori.html>. Acesso em: 17 ago. 2018.
36. STEIL, Carlos Alberto; CARVALHO, Isabel. Epistemologias ecológicas: delimitando um conceito. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 163-183, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-93132014000100006>. Acesso em: 09 mar 2023.
37. TAVARES, Fátima. “O Holismo Terapêutico” no âmbito do movimento Nova Era no Rio de Janeiro. *In*: CAROZZI, María Julia (org.). **A Nova Era no Mercosul**. Petrópolis:



Vozes, 1999. p. 106-129.

38. TONIOL, Rodrigo. O que faz a espiritualidade? **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 2, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0100-85872017v37n2cap06>. Acesso em: 09 mar 2023.
39. TURNER, Victor. **Floresta de símbolos**. Niterói: EdUFF, 2005.
40. VELHO, Otávio. A orientalização do Ocidente: comentários a um texto de Colin Campbell. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, p. 841-861, 1997.
41. VELHO, Otávio. Mudanças epistemológicas e os estudos da religião. *In*: VELHO, Otávio. **Mais realistas do que o rei**: ocidentalismo, religião e modernidades alternativas. Rio de Janeiro: Topbooks, 2007. p. 327-338.
42. VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Perspectivismo e multinaturalismo na América indígena *In*: VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **A inconstância da alma selvagem**. São Paulo: Cosac Naify, 2011. p. 345-400.
43. VIVER de Luz. Direção: Peter-Arthur Straubinger. Cidade: produtora. Suporte 2010 (90 min.).
44. WILLAIME, Jean-Paul. **Sociologia das religiões**. São Paulo: Unesp, 2012.
45. YOGANANDA, Paramahansa. **Autobiografia de um iogue**. São Paulo: Self-Realization Fellowship, 2016.

Caroline Brito

Doutoranda em Ciências Sociais (Antropologia) pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, mestre em Sociologia e Antropologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3050-6216>. E-mail: [carol@contoaberto.org](mailto:carol@contoaberto.org)

# A alimentação *fitness*: corpo e comida na contemporaneidade

## Dieting for physical fitness: body and food in the contemporary world

**Neuza Cristina Gomes da Costa**

Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, Mato Grosso, Brasil

**Juliana Abonizio**

Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, Mato Grosso, Brasil

### RESUMO

Dentre a diversidade de práticas alimentares e crenças nutricionais que existem na contemporaneidade, visamos a explorar a relação entre uma dieta e uma forma corporal que se tornou conhecida como alimentação *fitness*, com a finalidade de compreender as particularidades dessa recente e crescente configuração da alimentação contemporânea. Para atingir esse objetivo, propusemos uma pesquisa qualitativa, com utilização de entrevistas a partir de dois critérios: a autoidentificação e a evidência do formato corporal que caracteriza o pertencimento ao estilo de vida correspondente. Para maior compreensão do fenômeno, também realizamos observação participante em dois locais frequentados pelos sujeitos da análise. Como resultados, foi possível identificar o uso de discursos científicos para defender nutrientes, eficácia de um padrão alimentar que inclui produtos, modos de preparo e horários, entre outras variáveis consideradas essenciais para obter o formato do corpo desejado – hipertrofiado e com baixo índice de gordura. Tal corpo, apesar de percebido como o produto de uma responsabilidade individual, é amparado em discursos de várias modalidades de profissionais da saúde, da mídia e de outros membros que adotam o mesmo estilo de vida. Também pudemos aferir, contudo, que a mudança dos hábitos alimentares para inserção e aceitação no universo *fitness* afeta a sociabilidade dos sujeitos, em especial no espaço familiar, mas também a entrada e a permanência em novos grupos de pares, afastando os sujeitos de grupos antigos.

**Palavras-chaves:** Cultura alimentar, Universo *fitness*, Corporalidade.

---

Recebido em 10 de outubro de 2022.  
Avaliador A: 03 de novembro de 2022.  
Avaliador B: 19 de novembro de 2022.  
Aceito em 14 de março de 2022.

---



## ABSTRACT

From within the diversity of feeding practice and nutritional beliefs that exist in the contemporaneity, we aim to unveil the relation between a specific diet and body shape known as fitness nourishment, with the purpose of understanding the particularities of this recent and growing configuration of contemporary food. To achieve our goal, we proposed a qualitative research, we did interviews based on two criteria: self-identification and the evidence of the body shape that characterizes the sense of belonging to said lifestyle. In order to further comprehend the phenomenon, we also carried out participant observation sessions in two places attended by the subjects of the analysis. , As a result, it was possible to identify the use of a scientific discourse to defend the efficiency of a food pattern that includes products, preparation methods, and schedules, among other variables considered essential to obtain the targeted body shape, which is hypertrophied and has a low fat index. This body, even though it is seen as the result of an individual responsibility, is supported by discourses made by several modalities of health and media professionals, in addition to other members who adopt the same lifestyle. However, we were able to observe that the change of eating habits made for the insertion and the acceptance of a subject in the fitness world affects the sociability of the subjects, especially within their families, also making it harder for these subjects to enter and stay in new groups of partners, while distancing from former groups of acquaintances.

**Keywords:** Food culture, Fitness universe, Corporeality.

## INTRODUÇÃO

O fenômeno cultural que ficou conhecido como *fitness* identifica um estilo de vida que se torna visível num corpo com musculatura hipertrofiada e baixo índice de gordura. Tal corpo, para além da forma ostentada, carrega noções de saúde e beleza que muitas vezes se confundem, mas motivam os seus adeptos.

Para ser modificado, esse corpo necessita de uma ação disciplinadora de cunho individual, especialmente no campo alimentar. Os indivíduos que o buscam se adaptam a uma alimentação específica para esse estilo de vida, num contexto de eclosão de discursos e múltiplas fontes de informações nutricionais que auxiliam a modificação do formato corporal idealizado – a alimentação *fitness*. Este artigo, portanto, apresenta a relação entre uma dieta específica e um determinado formato corporal possível e reafirmada pela cultura *fitness*. Buscou-se compreender as particularidades dessa recente e crescente configuração da alimentação contemporânea, de

modo a estabelecer suas características e seus significados socioculturais.

Na cultura *fitness*, discursos disciplinares associam uma moralidade que valoriza força de vontade e determinação à oferta mercadológica de bens e serviços voltados ao corpo, situados em patamares de acesso e distinção que se relacionam com valores monetários, mas também aos valores conquistados dentro desse universo onde se constroem outras formas de distinção. Assim, para além do consumo de produtos e serviços, que envolvem acesso a academias, treinadores personalizados, roupas, alimentos, suplementos e profissionais da saúde, entre outros tantos possíveis, a forma corporal exibida, o tempo de pertencimento nesse estilo de vida e até as mídias sociais constituem-se como elementos distintivos.

Conforme Landa (2012), o fenômeno do *fitness* representa um conjunto de empresas e de serviços que promovem uma cultura de corpo específico, o musculoso. Tal formato é cultuado e sustenta o campo *fitness*, que simultaneamente divulga valores relacionados aos prazeres e lazeres individuais, à autoadoção, ao sacrifício, à dedicação, à superação e à conquista, um comportamento disciplinar.

Tudo que se abarca na definição de *fitness* pode ser considerado um campo no sentido definido por Bourdieu (2010): um espaço delimitado e extraordinário dotado de certa autonomia, com leis e regras específicas, relacionado a e afetado por um espaço social mais amplo. O campo seria formado por instituições e/ou indivíduos, agentes que integram e buscam manter ou alcançar determinadas posições, numa espécie de “senso de jogo” (utilizando a linguagem esportiva). Para permanecer no campo, são necessários incontáveis atos de reconhecimento que, reincidentemente, se tornam moedas de adesão constitutiva de pertencimento e na qual se engendra o desconhecimento coletivo. O pertencimento ao campo, contudo, se não exclui, afeta outros tipos de pertencimentos, como redes de amigos, familiares etc.

No campo *fitness*, há diversas instituições que ofertam bens e serviços e emanam discursos de saber e poder aos indivíduos, incluindo àqueles que não fazem parte do campo, mesmo porque o próprio discurso *fitness* extrapola a si mesmo<sup>1</sup>, sendo apropriado de diversos modos por atores sociais que usam produtos, termos, jargões e vestimentas sem, contudo, serem reconhecidos como pertencentes plenos, reconhecimento esse que se dá em degraus. Entre as instituições pertencentes a esse campo estão a medicina, a indústria farmacêutica, a de alimentos, a de moda e o Estado, com estratégias de biopolítica sobre a atividade física; os serviços incluem as academias de musculação e estabelecimentos voltados a outras atividades

---

<sup>1</sup> O discurso extrapola a si mesmo de tal modo que é visto até mesmo na publicidade de alimentos para animais de companhia. Cf. Kulick (2009).

esportivas.

Os agentes entram e saem do “jogo” a todo momento. Aqueles que conseguem cumprir as leis e as regras do campo se mantêm dentro dele e, através da conquista da modificação corporal, alcançam um volume de capital simbólico que os posiciona de forma fixa no campo. Bourdieu (2010) descreve como esse capital se traduz em prestígio e honra, sendo uma forma de concepção de mundo carregada de sentidos. O capital simbólico seria uma forma de classificar os indivíduos nesse campo conforme o formato corporal alcançado por cada agente. O solo desse campo, todavia, não é sólido.

Das regras para entrar, permanecer, ascender e continuar permanecendo, destacamos duas vitais: a alimentação, objeto desse artigo e prática assídua de exercícios físicos.

### **Da alimentação**

Comer é uma ação para além da dimensão biológica. Como Simmel (2004) pontuou, a refeição seria um ente sociológico para além “do simples ato de comer”, um elemento fisiológico, primitivo e individual. O autor (2004, p. 161) afirma que, “na medida em que a refeição se torna um assunto sociológico, ela assume formas mais estilizadas, mais estéticas e mais reguladas supra-individualmente”; permite a socialização e anuncia regras e prescrições sobre o ato de comer. Tais formas são reguladas pela sociedade e por aspectos da cultura.

Na cultura contemporânea, assistimos à convivência, muitas vezes confusa, de diversas práticas alimentares embasadas em discursos científicos – ou que assim se pretendem –, além de tradições várias sustentadas por culturas, tradições familiares e identidades locais e regionais.

A proposição de Fischler (1995) sobre a existência de uma gastroanomia tem resistido, desde a metade do século XX, considerando a variedade e a incompatibilidade de dietas que abundam na imprensa (especializada ou não). Para o autor, o regime alimentar vem se tornando cada vez mais uma responsabilidade individual e, a julgar pelos inúmeros discursos e informações que passam a circular, a desestruturação dos sistemas normativos e de controle social gerou incertezas, contradições e inseguranças nos comedores. Assim convivem defensores da ingestão de carne, comedores exclusivos de produtos orgânicos, vegetarianos de vários matizes, veganos, adeptos da dieta cetogênica, paleolítica, crudívora, entre outras. Cada uma dessas modalidades pode encontrar argumentos – científicos ou não – para defender sua superioridade em relação a qualquer outra.

Poulain (2013), ao discutir a tese de Fischler, afirma que a situação do comedor moderno não consiste na ausência de regras, mas antes no aumento de discursos contraditórios quanto

ao modo que é considerado o necessário. Um desses discursos de caráter estético estaria relacionado à “imperatividade do modelo de estética corporal, que coloca uma normalidade magérrima e bate de frente com a reinvidicação do prazer alimentar” (POULAIN, 2013, p. 81). Essa questão será tratada mais adiante.

Independentemente dos discursos sobre os benefícios ou malefícios à saúde – outro construto cultural, como a doença<sup>2</sup> –, as comidas contam história (AMON e MENASCHE, 2008). O consumo é uma forma de dar sentido ao mundo, como afirmam Douglas e Isherwood (2009), e as noções de puro e impuro são construtos sociais, tal como Douglas (1991) demonstra em sua discussão dos aspectos contraditórios das regras alimentares presentes no Levítico.

Sabendo da diversidade alimentar que se construiu nas últimas décadas, nossa análise foca a dieta considerada *fitness* e adotada, embora haja algumas variações, pelos indivíduos pertencentes ao campo em tela, uma vez que, nas observações e nos discursos analisados, como demonstraremos a seguir, uma alimentação bastante específica, aliada à prática de exercícios físicos, é considerada essencial para a conquista e a manutenção do corpo desejado.

### Da prática de exercícios físicos

A prática assídua de exercícios físicos, especialmente os que envolvem levantamento de pesos, possibilitará o desenho (em termos de definição muscular e hipertrofia) e conseqüentemente a modificação do corpo.

O corpo é o modo como experimentamos o mundo, mas, antes de ser ou pertencer a um indivíduo, ele é culturalmente domado, como já abordou Mauss (1974), em sua clássica discussão sobre técnicas corporais em 1934. Na cultura contemporânea, marcada pela pluralidade, há diferentes formas de vivenciar e pensar o corpo, visto como destino ou projeto, sendo o último cada vez mais frequente (LE BRETON, 2003; VELHO, 1994).

Le Breton (2003, p. 28) afirma que o corpo não é um destino – é uma representação provisória. No caso do *bodybuilder*, podemos pensar na noção de projeto discutida por Velho (1994). No caso *fitness*, também. O corpo é vivenciado cotidianamente como um projeto, e praticar exercícios físicos de forma assídua se faz necessário. Para isso, a maioria dos almejantes ao estilo de vida *fitness* passa a frequentar uma academia, e muitos contratam professores

---

2 Para uma discussão sobre normalidade e patologia, podemos retomar o clássico de Durkheim (2007), *As regras do método sociológico*, e perceber como são variáveis, tal como o autor discute, entre as sociedades e os seus respectivos estágios. Sobre a noção de corpo, saúde e doença, sugerimos a leitura de *Tabu do corpo*, de José Carlos Rodrigues (1983).



particulares instruí-los e acompanhá-los durante o treino.

Estabelecer uma nova rotina e incluir o horário do treinamento no dia faz-se necessário, entretanto isso nem sempre é possível. Não são raros os casos de desistência e de saída do campo (*fitness*), o que nos leva a refletir que, apesar da intenção, a vivência e a longevidade nesse universo são mediadas por muitos fatores que se entrecruzam em biografias individuais.

Para Landa (2012), a ideologia do *fitness* constituiria tanto um repertório para moldar e transformar o corpo quanto um elo de um dispositivo técnico de (auto) governo e subjetivação, sendo assim marcada por uma noção bastante peculiar de instrumentalidade, funcionalidade e beleza. O *fit body*, como a autora chama o sujeito que almeja a identidade de *fitness*, seria um “signo de valoração, mediação e exclusão/inclusão dos sujeitos que se inscrevem nas lógicas do (auto) disciplinamento e da normalização estabelecidas pela cultura corporal do *fitness*” (LANDA, 2012, p. 228).

O treinamento com pesos é o que poderá garantir a hipertrofia dos músculos, mas, para evidenciá-los e minimizar a gordura aparente, exercícios aeróbios também se fazem necessários. Associados a uma forma de alimentação que colaborará para essa manutenção (a *fitness*), claro. O projeto *fitness* exige uma prática disciplinar do indivíduo, que envolve exercícios físicos capazes de modificar o corpo, moldando-o num formato idealizado e permeado por discursos de saudabilidade, em que a musculatura é o símbolo do capital a ser alcançado e mantido. Não há como ter um estilo de vida *fitness*, se não houver a prática comprometida de exercícios físicos, bem como de uma alimentação específica, cujas características serão tratadas mais adiantes.

## METODOLOGIA

A construção dos dados empíricos que permitiram a reflexão que apresentamos partiu da compreensão do cotidiano e da corporalidade, tendo Pais (2002) e Le Breton (2012) como referência. Ademais, abordando a alimentação por sua dimensão simbólica, recorreremos à sociologia e à antropologia da alimentação, visando a desvendar a importância do comer e de como o grupo *fitness* come.

Utilizamos dados obtidos na tese de doutoramento da primeira autora sob orientação da segunda sobre o corpo e o *fitness* como cultura e estilo de vida (COSTA, 2019), bem como dados advindos da permanência e vivência cotidiana no campo *fitness*. Os dados da tese foram obtidos por meio de observação participante e sistemática em dois locais de treinamento esportivo e

entrevistas individuais para conhecer a rotina de sujeitos que se identificavam como *fitness*.

As observações foram realizadas em uma academia de musculação e em uma *box* de *crossfit* durante um ano (2016/2017), com frequência variada nesses lugares. O tempo de permanência em cada lugar variava de 1 hora e meia a 2 horas. A cidade do estudo foi Cuiabá, capital do estado de Mato Grosso. A observação aconteceu com consentimento dos proprietários responsáveis pelos locais, que assinaram um termo de anuência para permitir a utilização dos dados para a pesquisa. Em meio aos frequentadores, só nos revelamos pesquisadoras ocasionalmente, mas garantimos o anonimato de todos os envolvidos.

A partir da observação foi possível apreender determinados aspectos da realidade analisada como a rotina e o comportamento dos praticantes. Na interação com os sujeitos, foram iniciados diálogos e conversas sobre treinamento, alimentação e rotinas diárias.

Destaca-se que as academias de estudo já eram frequentadas há mais de três anos pela observadora, o que lhe possibilitou um amplo conhecimento sobre seu funcionamento e as relações dentro do campo. Um dos locais ainda é frequentado pela observadora, com exceção de um período de quase dois anos (2020 e 2021), que correspondeu à pandemia de covid-19, e o local permaneceu fechado de modo a combater a disseminação do vírus. Esses locais de treinamento são importantes, pois são o *locus* onde o corpo *fitness* é construído, podendo ser considerados subcampos do *fitness* e (re)produtores dessa cultura. Ressalta-se que, mesmo com a “pausa mercadológica” causada pelo fechamento dos locais de treino, não houve regressão ou mudanças das características da cultura *fitness*. O controle alimentar de fato foi ainda mais comentado pelos sujeitos *fitness*, ilhados em suas casas e sofrendo pressão psicológica.

É importante ressaltar que muitas informações ou afirmações talvez não fossem coletadas se a observadora não pertencesse a esse campo. Sua relação com o campo também trouxe a facilidade de compreender a linguagem nativa, que se remete à alimentação, às identidades, aos corpos e aos exercícios. Em outras situações, seriam enfrentadas dificuldades, como as descritas por pesquisadores como Hedblom (2009, p. 25): “*One of the first problems I encountered during my fieldwork was to learn how to speak the same language as my informants*”.

Após a identificação de sujeitos *fitness*, foi feita uma aproximação e um convite para que o interlocutor participasse da pesquisa como entrevistado. Percebemos que a identidade *fitness* só é afirmada quando o indivíduo já possui seu corpo modificado por um conjunto de práticas, que não envolve apenas a prática de exercícios físicos, mas o controle disciplinar sobre a alimentação e outros aspectos da vida cotidiana.

Foram entrevistadas oito pessoas, quatro delas praticantes da musculação, e quatro delas, de *crossfit*. Nesses grupos havia quatro mulheres e quatro homens, dois em cada modalidade.

Nenhuma das pessoas abordadas recusou a participação na entrevista, pelo contrário, os participantes pareceram todos dispostos, demonstrando entusiasmo por falar de suas próprias vidas. Foram assegurados o anonimato quanto às informações prestadas e a garantia da utilização dos dados exclusivamente para a pesquisa, de forma a cumprir os preceitos éticos que normatizam a prática científica. Foram utilizados codinomes sugeridos pelos próprios entrevistados: Bravo, 36 anos; Camile, 30 anos; Hércules, 19 anos; Ingrid, 42 anos; Rotanzeiro, 35 anos; Alexandra, 30 anos; Rick, 26 anos; Nicole, 25 anos. Ressalta-se que nem todas as falas foram incluídas neste artigo; foram destacadas as que mais enriqueciam a discussão sobre a alimentação.

As narrativas dos sujeitos foram interpretadas segundo Machado Pais (2002), que afirma que na metodologia qualitativa as falas do senso comum são um saber a ser interpretado. Busca-se atingir o significado tanto da ordem semiótica (signo) quanto da semântica, situando os indivíduos em seus contextos sociais, sem utilizar os contextos como determinantes, mas necessários e constituintes.

Cabe ainda esclarecer que, por se tratar de uma pesquisa qualitativa, não houve preocupação com a quantidade de sujeitos a serem entrevistados ou escutados, mas sim com a qualidade das informações, que, à medida que se repetiam, permitiram perceber a existência de um padrão, possibilitando, assim, no entrecruzamento com a bibliografia especializada, uma compreensão da rotina alimentar e dos sentidos a ela atribuídos.

Não obstante, vimos e ouvimos a história de sujeitos que pertenceram ao campo durante anos e abandonaram-no por razões diversas, e suas motivações transcendem o objeto desse artigo, focado na alimentação. As histórias e narrativas escutadas diariamente no campo serviram para observar o padrão que caracteriza a alimentação *fitness*.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os sujeitos *fitness* ou aqueles que buscam sê-lo pendulam seus motivos para o novo estilo de vida com argumentos entre a saúde e a estética. A saúde é compreendida como uma qualidade e um estado do corpo que podem ser percebidos em seu movimento e sua funcionalidade, no que diz respeito à capacidade de execução de atividades diárias, de autocuidado e de prevenção de doença, além de uma sensação de bem-estar ligada aos hormônios advindos com a prática segundo suas próprias percepções.

A estética valorizada é traduzida por um corpo magro, não necessariamente esguio, mas com baixo índice de gordura e em formato musculoso. É a definição e a hipertrofia muscular, observável no corpo inteiro, mas especialmente nos quadríceps, nos músculos posteriores de coxa e nos glúteos, no caso das mulheres, e no peitoral, nos braços e no abdômen, no caso dos homens, que caracterizam o ideal de beleza cultuado e almejado pelo grupo. Para atingir esse ideal, várias técnicas são utilizadas.

Se inicialmente a entrada em campo é guiada pela busca pela saúde, sua permanência pode estar ligada a uma conquista da estética. Do mesmo modo, embora a procura inicial se voltasse principalmente à forma, o sentir-se bem e o vigor conquistados passam a subir na ordem das prioridades. Trata-se, então, de uma junção entre o belo e o saudável, muitas vezes usados, mesmo sem intenção deliberada, como sinônimos.

A prática dos exercícios físicos é vista, portanto, como uma forma de obter saúde e uma técnica de modificação para alcançar o corpo considerado bonito do ponto de vista nativo, o que se manifesta nas inúmeras vezes que os frequentadores tiravam fotos diante do espelho e em poses típicas da prática de fisiculturismo. Mas, para obter os resultados almejados, os exercícios devem ser aliado uma alimentação específica e considerada em sua funcionalidade e saudável por consequência.

### A “dieta” do *Fitness*

“Dieta” é o termo rotineiramente utilizado pelos nativos para indicar o tipo de alimentação que seguem. Mesmo que a dieta se refira a um regime alimentar, dá a ideia de algo provisório, o que não condiz com a crença dos sujeitos, que a incorporam no estilo de vida de forma muito intensa. Neste tópico, abordar-se-ão os alimentos que os sujeitos *fitness* comem e as crenças que permeiam a ingestão.

Jacob (2015) chama de comida *fitness* aquilo que se considera uma “alimentação funcional”, capaz de promover, além da nutrição, a saúde e a possibilidade de alcançar um corpo mais magro e com mais músculos. A alimentação funcional, conforme a autora, vem sendo considerada uma alimentação correta e molda uma linguagem de comunicação que transcende o circuito *fitness*, mas forma sua base.

Nomeamos essa “dieta” ou “comida” de alimentação *fitness*, pois envolve um sistema culinário específico e, coincidindo com a afirmação de Jacob (2015), os alimentos funcionais como base. Em termos técnicos, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) estabeleceu que o alimento verdadeiramente funcional precisa promover algum efeito benéfico

ao organismo, e isso precisa ser comprovado cientificamente. Isto é, os alimentos, para serem “funcionais”, devem seguir as diretrizes da entidade segundo as resoluções emitidas. Essas diretrizes exigem que os alimentos tenham a capacidade de produzir efeitos metabólicos e/ou fisiológicos e/ou efeitos benéficos à saúde e sejam seguros para consumo sem supervisão médica (BRASIL, 1999a; BRASIL, 1999b). Percebe-se, no entanto, que a ideia de alimentação funcional fora do circuito *fitness* é adaptada e incorporada aos gostos mais gerais, sendo menos rigorosa e mais sincrética.

A alimentação *fitness*, como a descrita pelos sujeitos, envolve alimentos funcionais e é baseada nas comprovações científicas acerca de seus efeitos, divulgadas por vários meios, situação que muitas vezes gera contradições e ansiedades. Isso reflete a teoria de Fischler sobre a *gastroanomia*, mas também a existência de um padrão de nutrientes, de formas de preparo e certo número de refeições que caracterizam um regime alimentar específico. Podemos citar o ovo, um alimento muito presente na refeição matutina dos *fitness*. É considerado um alimento funcional, por ser fonte de proteína e vitaminas, por sua ação antioxidante e pelos benefícios que traz à prevenção de doenças neurodegenerativas e do câncer (HENRIQUE, 2018). Para o campo *fitness*, no entanto, a maior funcionalidade do ovo é ser uma fonte de proteína, um macronutriente considerado fundamental na dieta, pois sem ele seria praticamente impossível desenvolver músculos. Sua funcionalidade maior, portanto, é colaborar na hipertrofia muscular, a modificação corporal pretendida.

Proteína é o nutriente considerado essencial pelos sujeitos *fitness*, pois creem que essa é a substância que irá propiciar o desenvolvimento da massa muscular. Há praticamente um olhar sagrado voltado a esse nutriente. Dessa forma, os praticantes buscam consumir quantidades fracionadas de proteína ao longo de todas as refeições do dia para fornecer aminoácidos suficientes para a síntese proteica do músculo.

Conforme Sgarbieri (1996), a proteína, assim como os carboidratos e as gorduras, são nutrientes essenciais ao organismo animal e humano. Dentre as várias funções dessas macromoléculas – transporte de nutrientes, formação de anticorpos e hormônios – para os sujeitos *fitness*, a que mais importa é sua função estrutural e contrátil, relacionada à hipertrofia muscular, como já pontuado. Os praticantes, ao ingressar no campo da academia, adquirem o conhecimento – seja pela convivência com outros praticantes e com os instrutores da academia, seja pela busca por meio da internet, seja, até mesmo, por meio de consultas a nutricionistas ou nutrólogos – de que a ingestão de proteína é fundamental para a contração muscular e para o crescimento do músculo e que, na ausência do nutriente, o fracasso é certo.

A proteína, juntamente com os carboidratos funcionais, julgados pelos praticantes

como “bons”, passam a ser nutrientes procurados nos alimentos a serem consumidos. Ao dizer “alimento”, nos referimos ao conceito de Barbosa (2007, p. 92): “conjunto de nutrientes necessários à reprodução física da vida humana”. O conceito de comida, segundo a autora, consiste na combinação dos alimentos e na transformação deles, para que sejam comidos de maneira específica.

A comida adequada para o consumo, de acordo com os sujeitos, é aquela que fornece basicamente carboidrato e proteína. Esses nutrientes não são obtidos de quaisquer alimentos, entretanto, mas daqueles considerados “bons” e “puros”. Esses alimentos são aqueles que atendem o corpo para performance física e aparência. A partir do julgamento dos alimentos sob essa ótica de funcionalidade, os principais alimentos que se repetem nas refeições são: a) dentre as proteínas: peito de frango, peixe, carnes vermelhas magras, como patinho ou alcatra, e ovos; d) dentre os carboidratos: arroz, macarrão e pão integrais, batata-doce, legumes e verduras; c) dentre as gorduras: abacate, óleo de coco, azeite de oliva e castanhas. Evitam-se alimentos industrializados, processados e com conservantes.

Alguns, no início, ainda sem conhecimento especializado sobre os alimentos que deveriam ingerir, começaram eliminando da dieta os “impuros”: “Desde o início sempre cortei tudo que não prestava: açúcar, refrigerante, arroz branco. Comecei a comer de três em três horas, dei prioridade para frutas, [passei a] comer bastante frango, ovo, aveia, batata-doce” (CAMILE, 2017); “Ainda não tinha conhecimento do que ingerir, mas sabia que, se fosse comer alguma porcaria, iria engordar, tipo McDonald’s, baguncinha<sup>3</sup>” (HÉRCULES, 2017).

Além da referência ao corte daquilo “que não prestava”, Camile afirmou que realizava a preparação dos alimentos em casa, pois “a rua” seria o local onde poderia encontrar a oferta de alimentos “ruins ou perigosos”. Esses tipos de alimentos são aqueles que prejudicam o ganho de massa muscular ou resultam no excesso de peso, como frituras e alimentos com açúcar.

Todavia, nota-se que, apesar de não haver quaisquer dúvidas sobre o fato de que os sujeitos comem comida (com perdão da redundância), a ênfase nos discursos dá-se sobre os alimentos, sobre os ingredientes e as suas propriedades. Para Barbosa (2007), há uma distinção cultural entre alimento e comida: a última é manipulada culturalmente; o primeiro é apenas o ingrediente. Aquilo que chamamos de cozinha ou culinária envolve uma série de técnicas de seleção e cocção, além de representações revestidas de símbolos que caracterizam diferentes culturas. Podemos pensar que os sujeitos comem alimento, não comida, e as técnicas de cocção

---

3 “Baguncinha” é um tipo de sanduiche considerado patrimônio cultural de Cuiabá, Mato Grosso, segundo a Lei nº 6. 786 de 29 de março de 2022 CUIABÁ, 2022).



são apenas aquelas que visam a valorizar a boa característica do alimento, como não utilizar técnicas de frituras de imersão, que destruiriam os benefícios do ingrediente.

Há, enfim, toda uma classificação aprendida através de prescrições profissionais, da mídia e de pessoas mais antigas do campo *fitness* sobre o que se pode ou não ingerir, sobre o que seria “puro”/“bom” e o que seria “impuro”/“perigoso”. Para compreender esses critérios classificatórios, recorreremos à análise de Douglas (1991). Para a autora, o impuro está relacionado à desordem, sendo um símbolo de perigo e de poder. As noções de impureza inserem-se na vida social por meio de um nível largamente funcional e outro expressivo, quando as pessoas tentam influenciar ou mesmo vigiar o comportamento dos outros com as crenças de perigos que ameaçam os transgressores, reforçando constrangimentos pessoais e mantendo a ordem social.

Dentro do subgrupo estudado, os perigos que amedrontam os sujeitos, além daqueles que comungam com a consciência coletiva, tais como violência, morte e solidão, são relacionados ao corpo, àquilo que pode prejudicar a modificação corporal, o funcionamento metabólico e a *performance*. Os sujeitos consideram, então, os alimentos ricos em proteínas, os carboidratos integrais e as gorduras “boas” alimentos puros, encarando os demais como impuros e perigosos, quadro classificatório que ocasiona vários conflitos e tensões, bem como um sistema de controle e vigilância de si mesmo e dos outros.

As técnicas de cocção valorizadas, se necessárias, são as frituras feitas em panelas antiaderentes ou em *air fryers* (fritadeiras elétricas que não usam óleo) e os preparos feitos no forno. As carnes e outros alimentos são preferencialmente temperados com os temperos ditos “naturais” (folhas), de modo a obter um baixo percentual de sódio na comida. Legumes e tubérculos, tais como o inhame ou a batata-doce, podem ser cozidos em água fervente.

Quando o preparo é feito na “rua”, porém, caso de Alexandra (2016), que compra marmitas personalizadas, o local deve ser especializado nesse tipo de preparo: “eu falo: ‘preciso de 100 gramas de proteínas, 50 de ‘carbo’, 150 de legumes e salada verde’, eles fazem. É caríssimo! Eu pago uns 27 reais na marmita, mas é feito tudo no azeite, nada industrializado, a massa de tomate é natural”.

A alimentação que os praticantes seguem é baseada na dieta de um grupo ainda mais restrito, o dos fisiculturistas. No estudo de Sabino *et al.* (2010) sobre a comida e a alimentação de fisiculturistas, os autores verificaram a predominância dos alimentos “brancos”, considerados, em seus esquemas classificatórios, ricos em proteínas e carboidratos, como peito de frango, peixe, macarrão sem molho nem sal, fibras, batata, banana e clara de ovo.

Percebe-se que esse tipo de alimentação se ampliou e se incorporou no cardápio de muitas pessoas que almejam um corpo mais bonito, mas sem o grau de transformação

dos profissionais dos fisiculturistas, muitas vezes considerado exagerado, assim como a suplementação. Ainda conforme Sabino *et al.* (2010), o consumo dos alimentos brancos se dá numa quantidade significativa no cotidiano, e eles não raro são associados a suplementos alimentares que se pretendem portadores das mesmas substâncias e capazes de “fazer crescer”. O uso dos suplementos é considerado indispensável, pois eles dão força e ajudam no aumento da massa muscular.

Em nossa análise, também percebemos a importância dos suplementos alimentares – mesmo que não haja unanimidade quanto a esse aspecto – para sujeitos que usam *whey protein* em receitas e vitaminas a fim de complementar a ingestão diária de proteínas, o que certamente pouco se liga ao paladar. Outros suplementos usuais no campo e reconhecidos pelos sujeitos por colaborar para o desenvolvimento muscular são o BCAA, a glutamina e a creatina, aminoácidos com diferentes funções.

Sabino *et al.* (2010) associam o uso dos suplementos a um imaginário construído na crença de que seu conteúdo dará força, potência e crescimento muscular, finalidades muito divulgadas e vendidas pela mídia esportiva. Os autores descrevem que o encantamento produzido por suplementos alimentares está associado a imagens de um corpo musculoso, a uma promessa implícita de que quanto maior a ingestão de proteína mais proteína no corpo é fabricada. Os suplementos se apresentam, portanto, como limpos de tudo que pode ser considerado pesado. Também podemos atribuir a ideia de pureza a esses produtos, conforme a teoria de Mary Douglas (1991) sobre as noções de pureza, perigo e contaminação.

Esse imaginário também pôde ser identificado no discurso de alguns dos entrevistados, mas inexistente antes da entrada nesse campo esportivo, que constrói uma egrégora cujas fronteiras ultrapassam as do próprio esporte, conforme pode ser destacado nessa fala de Rotanzeiro (2017), um entrevistado que falava sobre os receios de ingerir suplementos e ficar em uma forma indesejada: “Ah, pensava: ‘o que [o suplemento] faz, será?’ Vou ficar enorme? Era meio bitolado, aí depois você pesquisa e vê que não é nada disso, que faz parte”. O suplemento, hoje, é para ele como um facilitador: “Quando estou com preguiça [de preparar uma refeição], tomo um *whey*”.

Para Alexandra (2017), o início do consumo de suplementos se deu recente, quando viu a necessidade de aumentar a ingestão de proteína para ganho de massa muscular. Foi incentivada pela nutricionista e pelo médico: “Eu pensava em nutricionista, médico, pensava em bomba, eu falei: ‘não vou tomar nada’. Eu tinha um preconceito, nem sabia o que era *whey protein*, um BCCA”.

Na contramão, Hércules (2017) defendeu a premissa de que os alimentos fornecem os

nutrientes necessários de que o corpo precisa, não sendo necessária uma suplementação:

“O suplemento te ajuda, te dá um empurrãozinho, eu trato como se fosse um anabolizante fraco, mas ele é caro e não dá o que você espera dele, você não consegue distinguir o que a comida fez e o que suplemento fez”.

Afirmou que utiliza suplementação de forma esporádica, justificando o alto valor comercial, preferindo a alimentação, que julga ser mais barata.

Mesmo com a defesa de Hércules dos alimentos, ele foi o único entrevistado a apresentar ressalvas. Todos os sujeitos com os quais conversamos afirmaram utilizar ou já ter utilizado suplementos, contudo, para alguns, esse consumo é recente e esporádico, especialmente pela questão financeira, pois são produtos de alto valor aquisitivo. O consumo é feito apesar da dificuldade que têm para comprar os suplementos e mesmo com certo receio acerca de seus efeitos.

Considera-se, então, que a alimentação *fitness* envolve alimentos com propriedades funcionais capazes de potencializar a performance física e promover a saúde. Esses alimentos, no entanto, são ingeridos principalmente pela capacidade de colaborar na transformação corporal, sendo a proteína o nutriente essencial da “dieta”. Os sujeitos podem até desenvolver um plano alimentar com pouco (ou nenhum) carboidrato e/ou pouca (ou nenhuma) gordura, mas jamais sem proteínas. Sendo o macronutriente capaz “de fazer crescer o músculo”, é obrigatório nas refeições, mesmo que na forma de um suplemento.

### **Características da alimentação *fitness***

Além do consumo específico de alimentos, há outras práticas comuns entre os sujeitos de estudo que colaboram para o conceito de alimentação *fitness*. São práticas que sofreram rotinização, ou seja, são repetidas cotidianamente, entre uma exceção ou outra, como o número de refeições.

O número de refeições varia de seis a sete, com intervalo de cerca de três horas, cronograma que exige que os sujeitos carreguem a “marmita”, item marcante e característico do sujeito *fitness*. A marmita, além de subverter o horário e o local de refeições padronizados na maioria da sociedade, promove a distinção entre a comida boa e “a dos outros”. Come-se na hora que se deve comer, com ou sem desejo, onde se estiver. Ressaltamos que há exceções, mas demos prioridade aos padrões mais citados e repetidos pelos interlocutores da pesquisa.

Nicole (2017) preparava suas marmitas durante o final de semana e as congelava para suprir

a semana: “Sempre cozinho meus legumes, deixo um monte de salada verde pronta, legumes, vagens, brócolis, abobrinha, sempre deixo pronto no domingo. Já deixo tudo congelado, minha porção de pré-treino. Deixo tudo separado para a semana inteira”. Rotanzeiro (2017) acordava cedo para treinar e preparar as suas marmitas:

[...] Eu tinha que acordar às 4h30 da manhã para fazer o aeróbico em jejum, voltar, preparar minha marmita e ir trabalhar. Em determinados momentos, chegava a comer sete refeições por dia, sendo 100 gramas de carboidratos e 150 gramas de proteínas.

A disciplina requerida para seguir a dieta gera alguns conflitos entre o “dever” e o “querer”, entre a razão e a emoção, diante dos desejos alimentares. Para Barbosa (2007), há momentos padronizados pela sociedade para se alimentar, e, utilizando a análise de livros e receitas, prescrições de instituições e prescrições médicas, concluiu que o sistema de refeição deveria ser composto por pelo menos seis momentos para as refeições. Com a aplicação de questionários a mais de 2.136 pessoas, distribuídas em dez cidades brasileiras, no entanto, Barbosa encontrou uma discordância dessa prescrição, pois os brasileiros afirmaram realizar de três a quatro refeições por dia.

Percebe-se que os sujeitos *fitness* realizam o que Barbosa (2007) considerou prescrito pelo discurso médico e institucional da época. O campo, contudo, é dinâmico, e novas prescrições surgem, tal como a prática do jejum intermitente, que prescreve maior tempo entre a ingestão de alimentos, com objetivo de mobilizar o estoque de gordura armazenado e possibilitar o emagrecimento. Os benefícios não são consensuais, pois a perda de gordura, nesse contexto, implica a perda de massa muscular, o que não torna esse método tão atrativo para quem busca hipertrofia.

As marmitas despertam o interesse e a curiosidade de pessoas fora desse campo, pessoas “que não seguem dieta”, ditas “normais”, como falam os nativos. Essas pessoas não compreendem o campo *fitness* por acharem restrito o número de alimentos permitidos para ingestão, pelo fato de a comida ser repetida diariamente ou porque ainda comem “comida” no café da manhã.

Hércules (2017) dá um exemplo disso: afirmou que realiza seis refeições diárias com intervalo de três horas, sendo naquele momento (o da entrevista) três refeições com e três refeições sem carboidratos, apenas proteína e alguma opção de gordura. À época, considerava o café da manhã era a refeição mais importante, que sempre incluía carboidrato (arroz ou macarrão integral) e frango. Essa refeição, quando descrita aos amigos, causava espanto. Hércules afirmou que muitas vezes lhe perguntam algo como “Você almoça quando acorda?”; a

pergunta surge, segundo ele, pois estaria quebrando a lógica alimentar do sistema brasileiro. O questionamento parte da compreensão do arroz e do feijão como a comida própria da refeição do almoço ou do jantar (BARBOSA, 2007).

Na ótica dos sujeitos *fitness*, a comida que ingerem é saudável e pura, o que as diferencia das pessoas que consideram “normais”, vistas como irresponsáveis quanto à saúde ou desleixadas em relação à própria forma. Do outro lado, as pessoas que esses consideram “normais”, cuja preocupação com a saúde e a aparência se situa dentro de um limite aceitável e partilhado socialmente, muitas vezes fazem julgamentos morais acerca das restrições alimentares a que as pessoas *fitness* se submetem, considerando um exagero, especialmente, quando a motivação reside na modificação corporal, considerada uma futilidade.

Ao fazer essa distinção, entre a “minha comida”, simbolicamente incorporada como “boa, pura e saudável” em oposição a “comida das pessoas normais”, os sujeitos elevam a alimentação *fitness* a um nível superior e sagrado. Também percebe-se essa crença em outros grupos identitários, que adotam dietas não hegemônicas, como os veganos, os macrobióticos e os frugívoros, entre outros.

Por não compartilharem da mesma comida que a família, os sujeitos muitas vezes se veem em conflitos domésticos, que podem configurar um problema para a manutenção da dieta que os sujeitos tanto se esforçam para seguir. Ingrid (2017) afirmou que sua mãe a influencia de forma negativa na manutenção de sua dieta, pois prepara comidas que fogem da prescrição: “O problema da minha dieta é minha mãe, além de ela ajudar, também atrapalha. Ela faz omelete, essas coisas, para mim, mas também faz um monte de coisas que eu não posso comer”. O “não poder comer” relaciona-se à preparação de comidas que podem prejudicar a modificação corporal, como bolos com farinhas brancas (tipo de carboidrato simples) ou frituras.

Rick (2017) também explicou que é o único em sua casa a seguir uma alimentação específica, acrescentando que sua mãe o julga como “psico”:

Sento na mesa, mas a minha comida é diferente. Minha mãe fala que eu sou *psico* demais com o corpo, mas falo para ela, [o] pessoal de antigamente tem que a saúde é gordura, a pessoa tem que estar gordinha para estar saudável – eu não penso assim.

Essa fala revela que, apesar de não partilhar a comida, ele participa de pelo menos alguns momentos da refeição familiar, o que relativiza a ideia de exclusão completa. O que vemos é uma rede de negociações: a mãe faz omelete, e o filho se senta à mesa com a família. Aqui podemos retornar a Simmel (2004), que explora o caráter sociológico da refeição. Mesmo com um prato diferente da família, sentar-se à mesa para comer e estar junto dos parentes

demonstra que o caráter social da alimentação não foi completamente abolido, como se poderia imaginar, a partir de algumas entrevistas mais enfáticas em relação à individualidade depositada na marmita. Mesmo que a comida do praticante sirva para determinada nutrição do corpo, o que o aproximaria do caráter primitivo, há que se considerar o significado cultural de “comer junto”.

Os *fitness* ou os almejantes a *fitness*, apesar de todo o discurso da força de vontade e da negação do prazer, acabam por consumir alguns alimentos que fogem à prescrição da funcionalidade e visam tão somente ao prazer. Para isso, existe o “dia do lixo” ou a “dieta lixo”. Não se sabe quem criou esse termo, mas é uma linguagem e uma ação do campo *fitness*. Além de ser uma forma de o praticante se reunir com outros e de estar junto deles, também é uma forma de lidar com os conflitos entre o prazer e a saúde ou o prazer e o objetivo corporal.

Tais conflitos vão ao encontro do que Poulain (2013) discute sobre os riscos alimentares e as angústias que acompanham a modernidade alimentar diante da multiplicidade dos discursos, ao crescimento do individualismo e da industrialização da produção, das transformações e da comercialização alimentar, que tendem a cortar o vínculo entre o homem e seus alimentos, gerando um contexto de ansiedade. O autor cita as “dimensões da ambivalência da alimentação humana” (POULAIN, 2013, p. 94) às quais correspondem formas particulares de ansiedade, tais quais a ambivalência do prazer-desprazer, a da saúde e a da doença, da relação com a vida e a da relação com a morte.

Acredita-se que as ambivalências que acometem os sujeitos *fitness* referem ao conflito entre o prazer e o desprazer, mas, nesse caso, o desprazer seria o prejuízo ou a influência negativa na modificação do corpo, o que também pode se conciliar com o significado de doença, embora não com uma patologia propriamente dita. Conforme Poulain (2013), a alimentação, ao mesmo tempo que é fonte de plenitude e prazer sensorial, pode também provocar uma série de sensações desagradáveis, sendo ao mesmo tempo uma fonte de vitalidade e saúde e um vetor de intoxicação. Essas ambivalências podem ser exemplificadas nas falas de Nicole (2017), Rick (2017) e Rotanzeiro (2017):

[...] no final de semana, me permito um vinho, um lanche gostoso, uma pizza. Mas tudo com moderação, e daí, no outro dia, já dou uma segurada para compensar. (NICOLE, 2017)

Não sigo 100% da dieta, eu como certinho, mas final de semana eu sempre saio, eu como outras coisas, faço meu dia do lixo. Basicamente uma coisa que gosto bastante, bolo de queijo – aí, [no] final de semana, eu como, tomo com café. (RICK, 2017)

O meu mau é o doce. Sou viciado em doce. Eu tento evitar bastante, igual sorvete, todo mundo sabe que é só açúcar e gordura, então às vezes tento evitar o sorvete, mas, se eu tiver com muita vontade, eu como e depois queimo na academia. (ROTANZEIRO, 2017).



Percebe-se o quanto o comer vem se tornando uma decisão. Trata-se, como Poulain (2013, p. 95) descreve, “um ato que impõe fazer escolhas, decidir, mas também assumir riscos objetivos e simbólicos”. As culturas vêm buscando formas de administrar as ansiedades geradas por essas ambivalências. No caso da cultura *fitness*, verifica-se que os indivíduos, mesmo sabendo dos benefícios e malefícios dos alimentos, instituem um dia de exceção no qual se permitem ingerir alimentos considerados proibidos. Noutras vezes, podem ceder a alguma “tentação”, mas no geral trata-se de uma ingestão programada, quase como uma recompensa pela dieta “boa” seguida no resto da semana, e é por isso que sua capacidade nociva é controlada. Trata-se de mais uma negociação entre prazer e ascese, funcionalidade e gosto.

Montanari (2013) descreve que o “prazer e [a] saúde” relacionados à alimentação consistem numa união presente nas sociedades antiga e medieval. Na sociedade contemporânea, o imaginário tende a perceber essa relação a partir de termos conflitantes. As regras de saúde aparecem no sentido de restrição – “dieta”.

É importante salientar, contudo, que não se trata da negação absoluta do prazer de comer, pois outra espécie de prazer parece advir da alimentação funcional de duas maneiras: a) o prazer de auxiliar a conquista do corpo que se quer ter; b) e o prazer gustativo que passa a ser desenvolvido por um número crescente de empresas que recriam comidas “lixos”, agora revestidas de saudabilidade, como os doces sem açúcar e as demais receitas funcionais ou *low carb*, incluindo brigadeiros, pães etc. Também devemos considerar o desenvolvimento de paladares específicos por meio do hábito, e, assim, passa-se a apreciar sabores antes pouco agradáveis.

Destaca-se também que o “final de semana” aparece como o período permissivo, quando os praticantes se deixam levar pelo prazer do paladar construído pelos alimentos anteriores, agora considerados proibidos. Trata-se de uma situação de liminaridade (TURNER, 1974), de destituição de suas posições sociais frequentes, o que normalmente se dá nos fins de semana, configurando um rito para o reingresso na disciplina da semana.

Além da administração das ansiedades por meio do “dia do lixo” ou da permissividade que o “final de semana” implica, há também uma forma de compensação na qual o praticante faz um treinamento mais intenso ou “dá uma segurada” por meio da restrição da própria alimentação, caso da restrição de carboidratos ou da ingestão de sucos e chás *detox*, por exemplo, produzidos para expulsar do corpo os ingredientes que não são bem-vindos. O treino extra funciona como um ritual de expurgação da contaminação gerada pela ingestão de alimentos inadequados e como uma expiação moral, um castigo pelo lapso na prática ascética. Também evitar algo que temem: o excesso de peso e o prejuízo na aparência do músculo (pois aqui a

obesidade é uma realidade mais distante).

É comum, no entanto, que haja um imperativo sobre o discurso do risco que leva o indivíduo a se constituir como autônomo e responsável, o que distancia significativamente a discussão da saúde da dimensão das políticas públicas. Lembramo-nos, aqui, de Lipovetsky (2007), que percebe a saúde como um capital altamente valorizado e de responsabilidade individual. As normas e regras da alimentação seguidas pelos sujeitos desta pesquisa foram incorporadas através do contato com instituições de saber, que não consistem apenas nos representantes das disciplinas, como o nutricionista ou o nutrólogo, mas também de outros “detentores do conhecimento”, sejam aqueles que já apresentam modificações corporais e são legitimados por este corpo, sendo a experiência viva do saber aplicado, sejam os educadores físicos, que atuam como instrutores nas academias, sejam os *coaches* do *crossfit*, sejam os *personal trainers*.

Apesar dos conselheiros e do saber partilhado, a responsabilidade pela saúde e pelo corpo ostentado é do indivíduo. Assim, trata-se de um corpo dotado de valor social e político que demonstra a responsabilização e a gestão do sujeito sobre a própria vida, caracterizando uma nova política de vida (ROSE, 2013) baseada no corpo que almejam conquistar e manter pelo maior tempo possível.

O que se pretende com esta pesquisa, além de exemplificar uma forma de gastronomia e da capacidade de gestão do indivíduo sobre o próprio corpo e a própria vida – é evidenciar outra forma de alimentação e os efeitos advindos de uma mudança muitas vezes radical do hábito alimentar. Vale ressaltar que esse modelo se relaciona a formas de estratificação social, como o acesso econômico a bens e serviços, tanto para a prática do exercício físico como o acesso a alimentos selecionados.

Considerando que o alimento tem seu papel simbólico e é envolto por uma representação social, a prática alimentar não pode ser considerada apenas no sentido de nutrir. No caso dos sujeitos *fitness*, a alimentação ou a “dieta” que seguem, permite a identificação de um estilo de vida que se baseia em alimentos funcionais para o corpo que almejam construir. Mesmo diante dos conflitos entre a razão e a emoção que o controle alimentar gera, que inclui consequentes fugas permitidas, os sujeitos se opõem à radicalidade e afirmam gostar desse estilo alimentar que se pauta em “bons” ingredientes, horários fragmentados para alimentação e o transporte de “marmitas”. É a forma como escolheram e desejam levar a vida, pois seria também a mais saudável, segundo suas crenças, ainda que a ideia desses sujeitos sobre saudabilidade não seja compatível com a ideia da maior parcela da população, que de fato os estranha e questiona. Fica a reflexão: trata-se de saúde ou de aparência?

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

No universo *fitness* visto de dentro – uma vez que ambas as pesquisadoras são frequentadoras de academia, em modalidades e pertencimentos distintos, como fizemos nesta reflexão –, observamos que uma das mudanças mais radicais (e vivenciadas cotidianamente) se relaciona à alimentação. Uma nova disciplina alimentar, pautada na restrição de alimentos e nutrientes e em refeições fracionadas e quantificadas, divergindo dos pratos servidos pela família, é necessária para o ingresso e a permanência no campo, o que não se dá sem conflito nem mesmo sem sofrimento.

A alimentação *fitness* assume sentido, significados e valores em uma determinada cultura compartilhada por um grupo específico. A comida diferencia esse grupo de outros na sociedade, funciona como um marcador de identidade e estilo de vida. As refeições desse grupo possuem uma regularidade que se assemelha à regularidade-padrão da sociedade, mas os alimentos, como já descritos acima, são escolhidos conforme sua funcionalidade no corpo biológico e seu potencial de modificação do corpo, simbolicamente marcado por músculos.

Percebe-se que o tipo de alimentação, antes restrito aos halterofilistas, agora está difundindo-se em camadas sociais mais amplas. A gramática no campo *fitness* caracteriza a sua alimentação (“carbo”, “whey”, “dieta”, “comida boa”, “dia do lixo”) e exemplifica uma relação entre dieta e corpo. É importante não generalizar, contudo, afinal os padrões ideais de corpo, beleza e saúde são variáveis entre as culturas e ao longo do tempo.

O corpo é construído, mas também constrói o mundo vivido pelas pessoas. É por isso que é importante considerar a experiência perceptiva e sensitiva dos sujeitos que buscam modificações através da alimentação, especialmente no caso do escopo desta pesquisa, lembrando, conforme Le Breton (2011), que é através do corpo que experimentamos o mundo.

A alimentação *fitness* é pautada na quantificação dos nutrientes, na sacralização da proteína, na crença de que ela deve ser uma presença obrigatória em todas as refeições e na funcionalidade dos alimentos. Tais argumentos são sustentados por discursos de várias ordens, baseados na obtenção de benefícios como o emagrecimento, a desintoxicação e a hipertrofia dos músculos.

Ressaltamos que a difusão de conceitos relacionados à funcionalidade dos alimentos – em especial os integrais, aqueles com baixo teor de sódio ou menos processados – é acompanhada de versões menos restritas das dietas efetivamente praticadas por aqueles que se consideram *fitness*. A dieta *fitness* é acompanhada por outras dietas baseadas em diferentes crenças que

também visam à saúde, como o veganismo, o *slow food* e as práticas jejuativas.

A decisão sobre o modo de comer aqui apresentado passa a ser uma característica distintiva de um estilo de vida específico, diferente do que os sujeitos possuíam antes de sua inserção no campo. Quase como um rito de passagem, esse estilo de vida se baseia na disciplina e no controle emocional diante dos desejos gustativos. Apesar de a disciplina e a responsabilidade individual que se acredita ter sobre o próprio corpo serem centrais, no entanto, a dimensão social da comida não é de todo abolida, sendo mantida a comensalidade familiar, a das relações de amizade e a das novas relações oriundas do campo, ainda que se trate de uma comensalidade ressignificada ou diversamente praticada.

Percebemos, então, a ligação estreita entre a inserção do indivíduo em um estilo de vida e a necessária codificação radical da alimentação, que passa a se basear em novos alimentos, novos modos de fazer, novos horários e nova sociabilidade. Nessa forma de comer, substitui-se o prazer da degustação pelo valor do alimento para o organismo. O prazer de comer se restringe a dias determinados, como no caso dos dias de permissividade chamados “dias do lixo”. O ato de comer serve para favorecer uma aparência e um novo pertencimento identitário.

## REFERÊNCIAS

1. AMON, Denise; MENASCHE, Renata. Comida como narrativa da memória social. **Sociedade e Cultura**, v. 11, n. 1, p. 13- 21, jan./jun. 2008.
2. BARBOSA, Livia. Feijão com arroz e arroz com feijão: o Brasil no prato dos brasileiros. **Horizontes antropológicos**, Porto Alegre, ano 13, n. 28, p. 87-116, jun./dez. 2007.
3. BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 13. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
4. BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Resolução n.º 18, de 30 de abril de 1999**. Aprova o Regulamento Técnico que Estabelece as diretrizes Básicas para Análise e Comprovação de Propriedades Funcionais e ou de Saúde Alegadas em Rotulagem de Alimentos. Brasília (DF): Ministério da Saúde, 1999a.
5. BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Resolução n.º 19, de 30 de abril de 1999**. Aprova o Regulamento Técnico de Procedimentos para Registro de Alimento com Alegação de Propriedades Funcionais e ou de Saúde em sua Rotulagem. Brasília (DF): Ministério da Saúde, 1999b.
6. COSTA, Neuza Cristina Gomes da. **O corpo ideal e a cultura *fitness***: configurações de um estilo de vida. 2019. Tese (Doutorado em Estudos de Cultura Contemporânea).

- Faculdade de Comunicação e Artes, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2019. Disponível em: <https://ri.ufmt.br/handle/1/1963>. Acesso em: 16/03/2023.
7. CUIABÁ (MT). **Lei nº 6.786, de 29 de março de 2022**. Declara o lanche ou sanduíche chamado de baguncinha, juntamente com a maionese temperada como patrimônio cultural imaterial do município de Cuiabá. Cuiabá, MT: Câmara Municipal de Cuiabá, 2022.
  8. DOUGLAS, Mary; ISHERWOOD, Baron. **O mundo dos bens: para uma antropologia do consumo**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.
  9. DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
  10. FISCHLER, Claude. **El (h)ominívoro: el gusto, la cocina y el cuerpo**. Barcelona: Anagrama, 1995.
  11. HEDBLOM, Christina. “**The Body is Made to Move**”: Gym and Fitness Culture in Sweden. Stockholm: Acta Universitatis Stockholmiensis, 2009.
  12. HENRIQUE, Vanessa Alves. *et al.* **Alimentos funcionais: aspectos nutricionais na qualidade de vida**. Aracaju: EdIFS, 2018.
  13. JACOB, Helena. *Fitness e gastronomia: a comida como mídia e o biopoder em dois ambientes comunicacionais aparentemente distintos*. In: INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 38., 2015, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos [...]**. Rio de Janeiro: Intercom, 2015. Disponível em: <https://www.portalintercom.org.br/anais/nacional2015/resumos/R10-3649-1.pdf>. Acesso em: 16 mar. 2023.
  14. KULICK, Don. Animais gordos e a dissolução da fronteira entre as espécies. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 481-508, 2009.
  15. LANDA, Maria Inês. Os corpos da liderança: as tramas da ficção do dispositivo cultural do fitness. **Cad. Cedes**, Campinas. v. 32. n. 87, p. 223-233, 2012.
  16. LE BRETON, David. **A sociologia do corpo**. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 2010.
  17. LANDA, Maria Inês. **Adeus ao corpo: antropologia e sociedade**. 5 ed. Campinas: Papyrus, 2011.
  18. LANDA, Maria Inês. **Antropologia do corpo e modernidade**. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2012.
  19. LIPOVETSKY, Gilles. **A felicidade paradoxal: ensaio sobre a sociedade de hiperconsumo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
  20. MAUSS, Marcel. As técnicas corporais. In: MAUSS, Marcel. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Edusp, 1974. p. 209-233.

21. MONTANARI, Massimo. **Comida como cultura**. 2. ed. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2013.
22. PAIS, José Machado. **Sociologia da vida cotidiana: teorias, métodos e estudos de casos**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2002.
23. POULAIN, Jean Pierre. **Sociologias da alimentação: os comedores e o espaço social alimentar**. 2. ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2013.
24. RODRIGUES, José Carlos. **Tabu do corpo**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1983.
25. ROSE, Nikolas. **A política da própria vida: biomedicina, poder e subjetividade no século XXI**. São Paulo: Paulus, 2013.
26. SABINO, César; LUZ, Madel Therezinha; CARVALHO, Maria Claudia. O fim da comida: suplementação alimentar e alimentação entre frequentadores assíduos de academias de musculação e fitness do Rio de Janeiro. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p. 343-356, abr./jun. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/GHXjqjv3Db93zb738pJRnpf/abstract/?lang=pt> . Acesso em: 16 mar. 2023.
27. SGARBIERI, Valdemiro Carlos. **Proteínas em alimentos proteicos: propriedades, degradações e modificações**. São Paulo: Livraria Varela, 1996.
28. SIMMEL, Georg. Sociologia da refeição. **Estudos Históricos**, cidade, n. 33, p. 159-166, 2004.
29. TURNER, Victor. **O processo ritual: estrutura e anti-estrutura**. Petrópolis: Vozes, 1974.
30. VELHO, Gilberto. **Projeto e metamorfose**. Antropologia das sociedades complexas. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

*Neuza Cristina Gomes da Costa*

Docente do Departamento de Saúde Coletiva da Universidade Federal de Mato Grosso. Doutora em Estudos de Cultura Contemporânea pela Universidade Federal de Mato Grosso. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1749-4580>. Colaboração: Coleta de dados, Análise de dados, Pesquisa bibliográfica, Redação do artigo. E-mail: [neuzacris@hotmail.com](mailto:neuzacris@hotmail.com)

*Juliana Abonizio*

Docente do Departamento de Sociologia e Ciência Política da Universidade Federal de Mato Grosso. Doutora em Sociologia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8361-7262>. Colaboração: Análise dos dados, Redação do artigo. E-mail: [abonizio.juliana@gmail.com](mailto:abonizio.juliana@gmail.com)



# **A**RTIGOS

# A juventude como experiência *liminoide*: uma reflexão a partir das performances políticas de estudantes Sem Terra no Paraná

The youth as a liminoide experience: a reflection based on the political performances of Sem Terra students in Paraná

**Fernanda Marcon**

Universidade Federal da Fronteira Sul, Laranjeiras do Sul, Paraná, Brasil

## RESUMO

O objetivo do artigo é discutir as experiências de jovens Sem Terra no Paraná a partir de pesquisa a respeito das *performances* políticas de estudantes universitários do curso Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas da UFFS *campus* Laranjeiras do Sul/PR. Com base em pesquisa de campo de caráter etnográfico, observaram-se as místicas, encontros, jornadas e outras ações dos jovens Sem Terra no contexto universitário. A pesquisa refletiu sobre o caráter *liminoide* de experiências que evidenciam as tensões geracionais cotidianas dos interlocutores, tanto no âmbito da militância no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) quanto em sua inserção em um curso de graduação na área de Educação do Campo. Nesse sentido, o artigo apresenta uma reflexão sobre a categoria 'juventude', pensada aqui enquanto classificação relacional em que diferentes elementos são acionados e negociados a partir das interações sociais cotidianas, a exemplo dos espaços criados pelo MST e dedicados à juventude do movimento.

**Palavras-chave:** Juventudes, Jovens Sem Terra, MST, Educação do Campo, *Performance*.

---

Recebido em 06 de novembro de 2021.  
Avaliador A: 04 de dezembro de 2021.  
Avaliador B: 20 de abril de 2022.  
Aceito em 21 de junho de 2022.

---



## ABSTRACT

The objective of the article is to discuss the experiences of young Sem Terra in Paraná state based on a research about the political performance of university students from the Interdisciplinary course in Rural Education: Social and Human Sciences at UFFS, Laranjeiras do Sul/PR campus. Based on ethnographic research, *místicas*, encounters, journeys, and other actions of the young Sem Terra in the university context. were observed. The research reflected on the *liminoid* quality of experiences that show the daily generational tensions of the interlocutors, considering the scope of militancy in the Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) and considering their insertion in an undergraduate course in the area of Rural Education. In this regard, the article presents a reflection on the ‘youth’ category, conceived here as a relational classification in which different elements are activated and negotiated based on everyday social interactions, such as the spaces created by MST and dedicated to the youth of the movement.

**Keywords:** Youth, Sem Terra Young, MST, Rural Education, Performance.

## INTRODUÇÃO: ESTUDANDO JUVENTUDES

Apesar de ter sido foco de atenção em diferentes disciplinas das ciências humanas desde o início do século 20, as juventudes se constituíram como objeto de análise em meio ao questionamento sobre uma substancialização da categoria “jovem” ou, como refletiu Bourdieu (2019) com relação às Ciências Sociais, um entendimento de que a divisão das classificações etárias é sempre relacional. Assim, ao iniciar uma pesquisa que tinha como objeto experiências juvenis, busquei situar-me a respeito das contradições do campo de estudos e o lugar de onde eu poderia e gostaria de partir para compreender as *performances* de estudantes universitários ligados ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

A reflexão realizada neste artigo é parte de um projeto guarda-chuva realizado pelo grupo de pesquisa “Antropologia, Jovens e Juventudes” da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)<sup>1</sup>. O trabalho procura dar conta de uma das frentes do estudo e articula a revisão de literatura, observações de campo e entrevistas<sup>2</sup> com jovens militantes do MST no Paraná que

1 O projeto guarda-chuva intitula-se “Resistir no campo: etnografia das performances políticas de jovens indígenas e Sem Terra no Paraná” e foi institucionalizado em novembro de 2018.

2 Devido à pandemia de Covid-19, a pesquisa de campo teve de ser interrompida em 2020. Portanto, entre 2020-

estão matriculados ou graduaram-se no curso Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas – Licenciatura, da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) *campus* Laranjeiras do Sul/PR. Quando utilizo o termo “Sem Terra”, em letras maiúsculas e não em minúsculo ou separado por hífen (*sem-terra*), me aproprio de uma forma pela qual os militantes do MST têm se identificado. O movimento entende que a categoria “Sem Terra” se refere a uma identidade relacionada à luta por reforma agrária, para além do acesso à terra somente. Não ter terra não constitui a substância da identificação com o movimento, e sim a luta por acesso e permanência na terra, além de um outro modelo produtivo e de sociedade.

No intuito de refletir sobre as experiências dos estudantes Sem Terra, julgo necessário apresentar rapidamente o contexto em que os cursos e a universidade foram criados, levando em conta a dinâmica da interiorização das instituições de ensino superior no país: Esse contexto é ainda pouco abordado, porém de grande importância para pensarmos a educação superior e a produção científica nas primeiras décadas do século 21 no Brasil<sup>3</sup>. A proposta de criação dos cursos de Educação do Campo no *campus* de Laranjeiras do Sul-PR atrelou-se a uma demanda dos movimentos sociais pela criação da própria universidade na região, entendendo que para além de uma universidade pública e gratuita, era fundamental a construção de uma universidade popular. Como um dos princípios estruturantes da Educação do Campo, a modalidade de aprendizagem em regime de alternância<sup>4</sup> foi prevista pelo projeto pedagógico do curso para que os estudantes pudessem garantir a permanência do vínculo com suas comunidades de origem, majoritariamente localizadas em assentamentos e acampamentos da reforma agrária, territórios quilombolas e indígenas. Nesse sentido, a proposta pedagógica caracterizou o público contemplado pela oferta do curso, já que o regime de alternância atende principalmente à demanda por educação superior de estudantes que não podem afastar-se por completo de suas comunidades de origem, nem conseguem manter-se financeiramente na cidade, com gastos de moradia e alimentação. Com o edital n.02/2012 – SESU/SETEC/SECADI/MEC do Programa

---

2021 o trabalho contou com entrevistas por telefone e aplicativo de conversas on-line com interlocutores que já haviam sido contactados pela pesquisadora durante a pesquisa de campo.

3 Sobre essa questão, em 2021 foi publicado pela revista *Anuário Antropológico* o dossiê “Novas universidades, novos campi, novas antropologias: docências, alteridades e expansão do Ensino Superior no Brasil”, com organização de Natacha Simeí Leal, Guillermo Vega Sanabria e Diógenes Egídio Cariaga.

4 O regime de alternância é embasado pela chamada “pedagogia do movimento” – pedagogia esta, estreitamente ligada às experiências educacionais do MST. Durante o curso em regime de alternância intercalam-se dois períodos pedagógicos que interagem entre si: o “Tempo Universidade” e o “Tempo Comunidade”. Durante o Tempo Universidade os estudantes permanecem em tempo integral na universidade, cumprindo os componentes curriculares correspondentes ao semestre cursado; no Tempo Comunidade permanecem em suas comunidades de origem realizando trabalhos acadêmicos que se orientam por suas atividades cotidianas. Sobre a “pedagogia do movimento”, ver Caldart, Pereira, Alentejano e Frigotto (2012).

de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (PROCAMPO) e em consonância com o Programa Nacional de Educação do Campo (PRONACAMPO), 360 vagas foram ofertadas para o curso e estudantes oriundos de diferentes comunidades do interior do Paraná (e de alguns de estados vizinhos) ingressaram na UFFS a partir de 2013. A partir de então, em cada etapa do Tempo Universidade, os estudantes convivem e frequentam aulas em período integral em espaços que disponibilizam alojamento e alimentação<sup>5</sup>.

A região onde se localiza o *campus* de Laranjeiras do Sul contempla grandes assentamentos da reforma agrária. O próprio MST foi fundado em 1984 na cidade de Cascavel-PR, distante 140 km de Laranjeiras do Sul. Muitos dos estudantes que hoje frequentam o curso de Educação do Campo vêm justamente destes assentamentos e de alguns acampamentos ainda existentes (e resistentes) na região. O próprio *campus* de Laranjeiras do Sul está localizado dentro de um assentamento da reforma agrária, o assentamento “08 de junho”. Além disso, o local onde funcionava o curso de Educação do Campo em regime de alternância até 2020, o Centro de Desenvolvimento Sustentável e Capacitação em Agroecologia (CEAGRO), está localizado em uma reserva dentro do assentamento “Ireno Alves” (distante 30km do *campus*). O assentamento Ireno Alves constituiu-se da luta de cerca de 10 mil Sem Terras que em 1996 ocuparam parte da fazenda “Pinhal Ralo”, pertencente à madeireira Giacomet & Marodin. A fazenda Pinhal Ralo abrangia parte do território de cinco municípios da região, totalizando 83 mil hectares - um dos maiores latifúndios do sul do Brasil - e pertencia à duas famílias oriundas do estado do Rio Grande do Sul. Aproximadamente 28 mil hectares já estão divididos em três assentamentos: Ireno Alves dos Santos, Marcos Freire e 1º de Maio, somando um total de 1.600 famílias assentadas. O restante da área forma o acampamento “Herdeiros da Terra de 1º de Maio”<sup>6</sup>.

A construção da pesquisa passou por uma reflexão sobre quem são os “jovens Sem Terra” e em que medida esta categoria era mobilizada nas *performances* políticas dos sujeitos

---

5 Até 2020, um desses espaços era o Centro de Desenvolvimento Sustentável e Capacitação em Agroecologia (CEAGRO) - localizado no município de Rio Bonito do Iguaçu – PR. Com a pandemia de Covid-19, as aulas passaram a ocorrer de forma remota, mesclando aulas síncronas e assíncronas. Atualmente, o curso não conta com espaço de alojamento. A solução encontrada pela universidade para manter os estudantes foi a concessão de auxílios estudantis para o pagamento de moradia pelos próprios estudantes..

6 A região do *campus* da UFFS em Laranjeiras do Sul-PR é reconhecida como a que abriga os maiores assentamentos de reforma agrária na América Latina: os assentamentos Marcos Freire, Ireno Alves dos Santos, 1º de Maio, Rio Perdido, Celso Furtado, 08 de junho e Passo Liso. Além destes, há também acampamentos (terras ocupadas e em processo de análise pelo INCRA), alguns com muitos anos de existência, como é o caso dos acampamentos Herdeiros da Terra de 1º de Maio, Don Tomás Balduino, Vilmar Bordin e Recanto da Natureza. O trabalho intitulado “Terra” (1997), do fotógrafo Sebastião Salgado, teve várias fotografias realizadas no processo de ocupação das terras onde hoje estão localizados os assentamentos citados, no município de Rio Bonito do Iguaçu-PR.

com os quais entrei em contato no curso de Educação do Campo. No MST, a categoria parecia se constituir de maneira relacional com os espaços de organização dentro do movimento (“coletivos de juventude”, “jornadas da juventude”). Isto é, ao fazerem parte desses espaços e realizarem atividades específicas ligadas a eles, os sujeitos se diferenciavam de outras pessoas nos acampamentos e assentamentos, para além da questão etária. Apropriando-me da noção de *liminoide* de Victor Turner (1988; 2005a), procurei compreender as experiências relacionadas à categoria “juventude” no contexto da militância do MST, tendo como foco as *performances* políticas de estudantes do curso de Educação do Campo na universidade e fora dela: místicas, encontros, jornadas, ocupações, entre outros. A juventude, no MST e na universidade, pareceu apresentar-se como uma experiência *liminoide*—na medida em que procura constituir e reordenar uma identidade política, ao mesmo tempo em que evidencia a tensão geracional em um movimento social popular no Brasil.

Um clássico da literatura a respeito da construção histórica da infância, mas também da juventude, é o livro de Philippe Ariès (2017), *L’Enfant et la Vie familiale sous L’Ancien Régime*, publicado pela primeira vez em 1960. O autor assinala a historicidade de categorias como “criança” ou “jovem”, desnaturalizando seu entendimento como classificações etárias ou biológicas, uma vez que seriam delimitações sociais modernas. Os estudos antropológicos, por sua vez, há muito têm favorecido este ponto de vista ao descrever ritos de passagem e noções de infância e juventude em diferentes sociedades, a exemplo de Van Gennep (2012) [1909], Evans-Pritchard (2002) [1940], Margaret Mead (2001) [1928] e Malinowski (1983) [1929], entre outros.

Como citado anteriormente, em uma entrevista publicada em 1981, Pierre Bourdieu analisou o que chamou de “arbitrariedade” da divisão entre as idades, pontuando serem a juventude e a velhice categorias “vazias”, isto é, que só poderiam ser entendidas de maneira relacional – “somos sempre o jovem ou o velho de alguém” -, ou seja, como construções sociais (BOURDIEU, 2019, p. 138). Bourdieu chamava a atenção para a dificuldade de apreensão de um objeto que corresponderia a universos sociais muito variáveis, fazendo com que se apresentasse nas pesquisas, muitas vezes, substancializado. Concordo, nesse sentido, com as considerações de Sallas e Bega (2006) de que a categoria juventude deva ser pensada, sobretudo, evidenciando-se suas construções teóricas e metodológicas. Como analisou Castro (2005), mesmo trabalhos preocupados em superar as predeterminações etárias podem incorrer em uma substancialização da juventude por sua adjetivação – “jovens rurais”, “jovens estudantes” –, prescindindo de uma análise das construções nativas da categoria. Os campos temáticos dentro dos estudos sobre juventudes, por vezes, reproduziram os problemas apontados por Castro, como



é o caso dos estudos a respeito das juventudes “do campo/rurais”, em que em alguns casos o foco sobre as mazelas destes jovens – migração, sucessão familiar, masculinização do universo rural – acabaram produzindo o efeito de invisibilizá-los. Weisheimer (2005), em um importante mapeamento a respeito dos estudos sobre juventudes rurais entre os anos de 1990 e 2004, analisou como a baixa produção científica deste campo temático também teria contribuído para a invisibilidade e desconhecimento sobre as experiências dos jovens em contextos rurais. Por outro lado, após 2004 e na década seguinte à observada por Weisheimer, nota-se um aumento significativo de trabalhos acadêmicos produzidos, inclusive, por pesquisadores indígenas, de origem rural e/ou vinculados a movimentos sociais, como salientaram Castro et al. (2009). Como mencionado, o processo de interiorização do ensino superior parece ter contribuído para uma dessubstancialização da categoria juventude, questionando os pressupostos teórico-metodológicos que marcaram o estudo das juventudes, particularmente nas Ciências Sociais<sup>7</sup>.

## **TORNANDO-SE JOVEM NO MOVIMENTO E NA UNIVERSIDADE**

A UFFS se insere na esteira de instituições criadas a partir do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) a partir de 2007. A crescente produção acadêmica por sujeitos que antes do processo de interiorização das universidades públicas e outras políticas tinham pouco ou nenhum acesso ao ensino superior tem colaborado na construção de outros marcos epistemológicos nas ciências sociais, a exemplo dos estudos sobre juventudes, como refleti há pouco. A pesquisa que originou este trabalho voltou-se para estes sujeitos: estudantes universitários militantes do MST que participam das práticas e espaços ligados à “juventude do movimento”, como os coletivos de juventude, comunicação, cultura, LGBTQIA+, entre outros. Jovens que também refletem, a partir do espaço acadêmico, sobre suas próprias experiências na militância. A pesquisa teve início no final de 2018 e previu o levantamento da literatura sobre a organização da juventude do MST, observação participante em diferentes eventos - especificamente voltados à juventude, mas não apenas - e observação e entrevistas abertas com jovens estudantes do curso de Educação do Campo da UFFS que se identificam como “Sem Terra”.

---

<sup>7</sup> Para uma boa revisão sobre as diferentes abordagens sobre o tema das juventudes nas ciências sociais, ver: PEREIRA, Alexandre Barbosa. Muitas palavras: a discussão recente sobre juventude nas Ciências Sociais. Ponto Urbe: revista do núcleo de antropologia urbana da USP [online], 1, 2007.

Entre na UFFS no final de 2017, assumindo imediatamente alguns componentes curriculares que já estavam em curso no final do segundo semestre. As aulas do curso ocorriam fora do *campus* universitário e, devido ao regime de alternância já mencionado, em locais que ofereciam estrutura de alojamento, salas de aula e refeitório. Os estudantes ficam hospedados nestes espaços durante o “tempo universidade” (cerca de 3 semanas) - que ocorre duas vezes por semestre<sup>8</sup> - e o restante do tempo realizavam o chamado “tempo comunidade”, em suas casas. Ao chegar ao CEAGRO pela primeira vez, achei curioso o modo como os estudantes se organizavam em suas atividades diárias. Dividiam-se em “núcleos de base” (NB’s) com diferentes funções: “NB da limpeza”, “NB das místicas e atividades culturais”, “NB da disciplina”, entre outros. Cada núcleo de base era responsável por determinadas tarefas e todos os dias os estudantes se dividiam entre os estudos e as atividades e reuniões dos NB’s: organização e limpeza das salas de aula, do refeitório e dos banheiros, organização da biblioteca, impressora, projetor e outros materiais utilizados pelos professores, além da organização de místicas (falo delas a seguir) e noites culturais. Eu não conhecia a organicidade dos acampamentos, ocupações e encontros do MST, então os NB’s constituíam uma novidade para mim. Também era novidade aquele ambiente universitário alternativo, isto é, um centro de formação localizado dentro de um assentamento, cercado por mata nativa e cheio de murais, bandeiras e quadros ligados ao MST e às lutas dos movimentos sociais rurais.

Eu vinha de um contexto bem diferente e lecionava para estudantes de classe média na cidade. A transformação que tive de operar em minha didática e métodos de ensino foi uma experiência profissional e pessoal profunda, tendo em vista a natureza de uma licenciatura que demandava uma formação intimamente relacionada à luta dos movimentos sociais do campo e comprometida com eles. Essa experiência parece ter contribuído também para uma aproximação com o campo de estudos da *performance*, na medida em que se tratava de colocar meu próprio corpo à disposição do entendimento do vínculo com a militância. Um marco dessa experiência aconteceu no segundo semestre de 2018, dia em que o MST-PR realizou um encontro regional no CEAGRO. Eu não sabia que o evento iria ocorrer naquele dia, mas ao chegar para dar aula, percebi a movimentação e compreendi do que se tratava. Antes do encontro começar foi realizada uma mística no ambiente externo do CEAGRO. Ao final da mística, os participantes cantaram o hino do movimento, colocando-se em “posição de respeito”, tal qual a posição em

---

8 Até 2016, os recursos para manter o curso (alojamento e alimentação) vinham do edital do PRONACAMPO. Com o fim do edital, a universidade teve de buscar novas formas de manter os estudantes cursando e abrir novas turmas. Além de um convênio com a prefeitura do município de Candói-PR, que disponibilizou a estrutura de sua Casa Familiar Rural, a universidade recebeu financiamento da organização alemã “Pão para o mundo” (Brot für die Welt) para que as turmas que estavam em curso no CEAGRO pudessem concluir a graduação.

que se canta o hino nacional. Achei importante acompanhar o evento e juntamente com os estudantes da turma de “Antropologia das populações rurais e indígenas”, me desloquei para o pátio. Tentando imaginar a etiqueta exigida pelo momento, passei a me comportar como as outras pessoas presentes. Ao cantar o hino, os militantes erguem um dos braços com o punho cerrado durante o refrão. Quando percebi, estava com o braço direito em riste, quando os outros tinham o braço esquerdo nessa posição. Baixei o braço direito discretamente e elevei o esquerdo, temendo que a gafe fosse percebida.

Naquele momento, estávamos vivendo no país um cenário político de bastante angústia com relação à democracia e às conquistas populares. Lecionar na Educação do Campo colocou-me no seio do MST e eu sentia que era um privilégio poder observar de perto a organização do movimento. Ao mesmo tempo, gradativamente me dava conta do engajamento político que estava assumindo a partir dessas experiências e que isso inevitavelmente seria parte da reflexão proporcionada pela pesquisa entre os jovens Sem Terra na universidade, ainda que eu pretendesse preservar um certo distanciamento entre as atividades de docência e pesquisa. A atuação no curso exigia um diálogo sensível com as *performances*, demandas e expectativas de estudantes oriundos de movimentos sociais e sua luta por uma educação *do e para* o campo<sup>9</sup>. Era uma demanda estampada nos muitos encontros e jornadas da juventude do MST e alguns estudantes do curso já atuavam como professores das escolas do campo, em acampamentos e assentamentos. Sua docência nestas escolas, da mesma forma que a minha, não estava de modo algum desvinculada das lutas da Educação do Campo e do MST.

Estou certa de que o aprendizado do pesquisador é, sobretudo, corporal. Nesse sentido, é preciso ‘desconstruir’ o corpo para ‘adaptá-lo’ ao ambiente de pesquisa. Cada campo nos possibilita diferentes entradas e diferentes percepções (FERREIRA, 2013, p. 291 apud HARTMANN; LANGDON, 2020, p. 14).

Nas interações cotidianas do curso, observava as trocas e identificações, mas também os conflitos entre as perspectivas políticas dos acadêmicos. No CEAGRO, conviviam não apenas estudantes ligados a movimentos sociais rurais, mas também estudantes indígenas, vindos das

---

<sup>9</sup> De acordo com Molina e Hage (2019), o processo de expansão das Licenciaturas em Educação do Campo ocorreu a partir do Edital SECADI/MEC n.2/2012, do Ministério da Educação, por meio do qual foram selecionados 42 projetos dessa nova modalidade de graduação, entre eles o projeto da UFFS *campus* Laranjeiras do Sul. O edital respondeu às demandas dos movimentos sociais por uma educação diferenciada e que pudesse apoiar e fortalecer as escolas do campo através da formação de professores capacitados a desenvolver propostas pedagógicas de valorização dos saberes dos sujeitos do campo. Com a extinção da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) por meio do Decreto nº 9.465, de 2 de janeiro de 2019, as políticas voltadas ao fortalecimento da Educação do Campo passam a ser esvaziadas.

terras indígenas de Mangueirinha e Rio das Cobras, ambas localizadas no Paraná, e pequenos agricultores da região. Em diversas ocasiões, os estudantes organizavam místicas - como na abertura de seminários, palestras e noites culturais. A mística é uma prática já consagrada pelo MST em suas ações, eventos, congressos e encontros. Moscal (2017, p. 206) a define como um “processo ritual e performativo” no qual diferentes elementos são nele integrados, como a música, o teatro e o discurso. Ainda segundo Moscal, desde a gênese do MST há na mística a influência da dimensão religiosa, seja do catolicismo popular, seja de correntes da Igreja Católica como a Teologia da Libertação, e ainda, movimentos específicos como as pastorais, entre elas, as Pastorais da Terra e da Juventude Rural. Nesse sentido, “[...] a mística é força e poder movente entre os sem-terra” (MOSCAL, 2017, p.17), conferindo à prática uma multiplicidade de elementos performativos de diferentes ordens, não podendo ser compreendida fora desta articulação. A mística também não se reduziria a uma representação da luta dos Sem terra, através de encenações que fariam alusão às ocupações de terra ou à exploração dos trabalhadores pelo grande latifúndio. Para Chaves (2000, p.56), “[...] não é incidental que essa elaboração múltipla receba no MST o nome de mística. [...] a mística no MST não apenas evoca e congrega, ela comunica e faz acontecer”. No CEAGRO, as místicas envolviam também os estudantes indígenas, o que tornava as *performances* ainda mais complexas. Ao participarem das místicas, estudantes kaingang e guarani performavam questões relacionadas às suas cosmologias e à luta dos povos indígenas pela retomada dos territórios originários. Nas místicas, estudantes indígenas e Sem Terra atuavam juntos, trocando experiências e concepções poéticas e estéticas com relação à luta por reforma agrária e demarcação de territórios, mas também sobre a experiência da juventude no contexto universitário, em que diferentes horizontes de atuação política confluem. Obviamente havia negociações conflituosas sobre os “roteiros” das místicas que a princípio eu desconhecia. Aos poucos, os contrastes ideológicos foram ficando mais aparentes, principalmente ao observar outras atividades do curso - como eventos relacionados à questão agrária e semanas acadêmicas - em que os estudantes indígenas diziam não se sentir representados. Eles se referiam comumente à perspectiva teórica marxista, ou a um certo marxismo por parte de palestrantes e professores que, por vezes, ignoravam as discussões sobre as relações étnico-raciais e as especificidades das lutas indígenas, reduzindo-os a “sujeitos do campo” ou “camponeses” – da mesma forma com que se referiam ao público-alvo da reforma agrária.

Em uma das místicas realizadas pelos estudantes do curso para celebrar um acordo de cooperação entre a UFFS, a Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural (ASSESOAR) e a organização alemã “Brot für die Welt” (“Pão para o mundo”) em 2018, ficou evidente a

reprodução, no contexto universitário, de algo já vivenciado pelos estudantes na militância Sem Terra. As místicas e atividades de “animação” – também chamadas de “agitação e propaganda” no MST – eram majoritariamente realizadas pela juventude do movimento. Da mesma forma, na universidade, as místicas não eram organizadas e performadas por professores, demarcando um lugar hierárquico dessas atividades na vida acadêmica. O lugar das aulas e palestras, da política institucional, reservado aos não-jovens, e o lugar da cultura e do lazer, das místicas e ocupações, reservado à juventude. Curiosamente, nesta mística, fui convidada a performar ao lado dos estudantes. Dado o conhecimento de alguns colegas e estudantes de que eu tinha um envolvimento com música (percussão), fui convidada a cantar e a tocar a música “Cio da Terra”, de Chico Buarque e Milton Nascimento, no momento da mística em que indígenas e Sem Terra sofriam o ataque de forças policiais e de fazendeiros. Outro professor, não ligado ao curso, foi convidado para tocar violão durante a mística. No entanto, este professor permaneceu ao lado do palco, em local destacado, como se não fizesse parte da mística, talvez propositalmente. Combinei com os estudantes nossa entrada no auditório com cartazes e ao som de um bombo legüero<sup>10</sup>. Os estudantes indígenas realizaram pinturas corporais e portavam colares e artefatos rituais como o maracá; os estudantes Sem Terra vestiam-se com camisas do MST, chapéus de palha, além de levarem enxadas e balaios com sementes e flores nas mãos. Entramos cantando, o que sem combinação prévia, acabou assemelhando-se a uma procissão religiosa. Subimos no palco e nos posicionamos ao lado dos estudantes que já estavam ali, representando indígenas e Sem Terra executados pelos conflitos de terra. Estes, levantaram-se e passaram a cantar a música conosco. A mística se encerrou com a música e os aplausos do público presente – professores, estudantes, servidores técnicos, direção de campus e coordenação acadêmica. Em seguida, a solenidade do acordo de cooperação teve início, com a retirada dos objetos do cenário da mística e inserção da mesa e cadeiras dos convidados.

Hartmann e Langdon (2020), ao realizarem uma importante revisão a respeito das “encruzilhadas” entre antropologia e *performance* no Brasil, observaram que a antropologia da *performance* se apresenta como um campo interdisciplinar que também nos permite compreender a antropologia *em performance*, isto é, evidenciando o envolvimento entre o pesquisador e os colaboradores da pesquisa.

Constatamos, portanto, que a antropologia da *performance* permite examinar criticamente os eventos sociais como arenas reflexivas, nas quais competem recursos

---

10 O “bombo legüero” é um tambor muito difundido pelos gêneros musicais no cone sul latino-americano, a exemplo da chacareira e da zamba argentinas. A cantora Mercedes Sosa utilizava o bombo legüero em muitas de suas performances nos anos 1970, no contexto do movimento “Nuevo Cancionero”.

estilísticos heterogêneos, significados contextualizados e ideologias conflitantes. Caracterizados por sua dialogicidade, contextualização e intertextualidade, esses eventos são analisados como manifestações e negociações de poder (HARTMANN; LANGDON, 2020, p.19).

A partir dessa mística, passei a refletir sobre as experiências dos estudantes ao resistir às tentativas de enquadramento performático por parte das lideranças do MST e dos próprios professores na universidade. Conforme os relatos dos estudantes, as negociações entre eles sobre os nomes das turmas, a realização de místicas em atividades do curso e o processo de ocupação da universidade em 2016<sup>11</sup> envolveu uma importante abertura para a diversidade de perspectivas e a relativização das premissas ideológicas e organizativas de movimentos sociais rurais, como o MST. As relações estabelecidas por estes estudantes a partir de suas interações cotidianas e as *performances* resultantes deste processo diário de engajamento político no contexto de um curso de licenciatura em Educação do Campo suscitaram questões importantes que me levaram a pensar a militância jovem no MST. Pareceu-me fundamental observar o processo no qual os jovens militantes Sem Terra, inseridos no contexto universitário abriam-se a diferentes pautas políticas, articulando-se aos movimentos negros, estudantis, feministas e indígenas. O que quero dizer é que ao observar as performances e relações estabelecidas entre os estudantes do curso, percebi uma maneira própria destes jovens articularem-se politicamente, acionando, por vezes, elementos performáticos que se comunicavam com outros movimentos, outras pautas políticas, outras juventudes. O contexto universitário não é o principal responsável por essa articulação mais ampla da juventude Sem Terra, mas foi a partir dele que consegui visualizar suas centralidade e importância.

Nesse sentido, chamam a atenção as redes de saberes e práticas tecidas por jovens ligados a diferentes movimentos sociais, onde são compartilhados e negociados discursos, gestos, representações. Como analisou Ilse Scherer-Warren (1999; 2006) a partir do conceito teórico de *rede de movimento social*, há no mundo contemporâneo um processo crescente de articulação entre os diferentes níveis de associativismo que possibilita transcender as questões locais ou específicas dos diferentes grupos, colocando no horizonte político um antagonista comum.

Finalmente, como resultado de todo esse processo articulatório vai se constituindo o que denominamos, enquanto conceito teórico, de *rede de movimento social*. Esta

---

<sup>11</sup> A ocupação da universidade ocorreu no segundo semestre de 2016, quando os estudantes protestaram contra as medidas do Ministério da Educação - principalmente o projeto de reforma do Ensino Médio -, ocupando um dos blocos do *campus* da UFFS em Laranjeiras do Sul durante cerca de 45 dias.



pressupõe a identificação de sujeitos coletivos em torno de valores, objetivos ou projetos em comum, os quais definem os atores ou situações sistêmicas antagônicas que devem ser combatidas e transformadas. (SHERER-WARREN, 2006, p. 113).

Também Feixa (2021), analisando a geração que enfrentou as crises socioeconômicas do início do século 21 (chamada pelo autor de “geração hashtag”), chama a atenção para o caráter “glocal” dos levantes juvenis entre 2011 e 2019. Isto é, ao mesmo tempo que se expandiam em um mundo mediado pelas experiências cibernéticas, as mobilizações juvenis vinculavam-se a questões e demandas em suas próprias comunidades, articulando experiências próximas e distantes em suas mobilizações políticas. As ocupações realizadas por estudantes secundaristas e universitários em 2015 e 2016 são bastante interessantes para pensarmos sobre os movimentos protagonizados por jovens e suas criativas formas de ação, organização, expressão e articulação. Como analisaram Crochi, Corti e Silva (2016) e Crochi e Corti (2018), a ação de ocupação das escolas, em si, configurou uma “nova existência dentro da escola” para os estudantes envolvidos, uma reinterpretação de si mesmos e de suas práticas políticas. De acordo com os autores, “[...] a dimensão performativa das ocupações estudantis é demonstrada pela importância política que o próprio ato de ocupação das escolas adquire [...]” (CROCHIK; CORTI, 2018, p. 4-5).

Ao ocupar a escola, o estudante passa a reconhecer-se como secundarista, ou “secunda”, como observou Dutra (2018). As palavras de ordem, os cantos, os jograis, punhos cerrados e erguidos, o modelo de auto-organização, todo o repertório performático de que lançam mão são parte de uma experiência transformadora. Como analisou Maia (2020), grande parte dos estudos sobre as mobilizações juvenis em espaços escolares enfatizam justamente sua dimensão formativa, como um processo de aprendizado cívico que redefine a experiência escolar dos sujeitos (por vezes conflituosa e traumática) e o engajamento político juvenil. Nesse ponto, Honwana (2021) analisa os jovens moçambicanos e seu ceticismo com relação ao engajamento político formal no início do século 21, sugerindo que é preciso lembrar que a participação engendrada por “não-jovens” ou por esferas de engajamento político coloniais são constantemente questionadas pela juventude, especialmente no sul global, que por vezes vê o espaço cibernético como mais autônomo e livre. Raposo (2014) chama a atenção também para como a própria ocupação de espaços públicos no início do século 21, como ruas e praças - e penso que também as instituições de ensino – configura-se como *performance*, no sentido de dar visibilidade a processos de exclusão e silenciamento das sociedades contemporâneas, assimilando práticas não-hegemônicas de engajamento político.

Elisa Guaraná de Castro (2005; 2008; 2009), ao observar as juventudes e seu engajamento

em movimentos sociais, nota que categorias como “juventude rural” ou “juventude camponesa” seriam historicamente mobilizadas para pensar a atuação política de jovens envolvidos diretamente com as lutas por reforma agrária e políticas públicas para o campo. Isto é, as lutas teriam dado sentido à experiência de ser jovem no contexto rural, tão marcado pela subalternidade e invisibilidade. A autora realizou estudos em contextos de acampamentos e assentamentos da reforma agrária e observou a construção de categorias como “juventude” e “juventude rural” a partir de relações hierárquicas entre as gerações, além da crescente realização de eventos direcionados ao público definido por estas categorias. São espaços construídos sob intensa mobilização e articulação política dos jovens, que passam então a acionar a categoria “juventude” nos eventos, assumindo um protagonismo que não se observa na ordem cotidiana em que a hierarquia entre adultos e jovens se reproduz em práticas veladas ou evidentes de exclusão e subalternidade.

Ao longo do tempo, a juventude passou a ter espaços específicos para sua atuação dentro dos movimentos sociais rurais, a exemplo dos “coletivos da juventude”, “escolas da juventude”, encontros e congressos. Em uma ampla pesquisa sobre a participação de jovens em movimentos sociais rurais, Castro *et al* (2009) observaram que a partir de 2000 ocorre um aumento significativo de eventos e iniciativas organizativas no interior de movimentos sociais rurais voltadas à “juventude”<sup>12</sup>. No MST, o “Coletivo Nacional da Juventude Sem Terra” é responsável pela organização e articulação com os coletivos de juventude estaduais e regionais, construindo as atividades ligadas aos jovens, como a “Jornada da Juventude Sem Terra”<sup>13</sup>, que possui doze edições até agora. Os temas de discussão dos encontros, da mesma forma, são relacionados diretamente a uma espécie de “horizonte temático” da juventude, como a discussão sobre agroecologia, permanência no campo, arte, cultura e participação política<sup>14</sup>.

---

12 Entre os movimentos sociais citados pelos autores estão aqueles ligados à Via Campesina, como o MST, o Movimento de Pequenos Agricultores (MPA), o Movimento de Atingidos por Barragens (MAB), o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul (Fetraf-Sul), a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) e a Pastoral da Juventude Rural (PJR).

13 A última ocorreu em agosto de 2021. Agosto é o mês de referência dos atos e eventos ligados à juventude em decorrência da instituição do dia 12 de agosto como “dia internacional da juventude” pela Organização das Nações Unidas (ONU) a partir de 1999.

14 Em entrevista ao setor de comunicação do MST em 11 de agosto de 2021, Jailma Lopes, integrante do Coletivo Nacional da Juventude Sem Terra, cita o movimento da juventude negra nos EUA, as insurgências da juventude latino-americana, a luta da juventude brasileira contra o vírus e a violência policial como temas a serem debatidos durante a 12ª Jornada Nacional da Juventude Sem Terra, intitulada: “A Juventude quer viver, derrubar o presidente e ver o povo no poder!”. A entrevista está disponível na página do MST pelo endereço: <https://mst.org.br/2021/08/11/12a-jornada-nacional-da-juventude-sem-terra-entrevista-com-jailma-lobes/>. Acesso em: 12 set. 2021.

Moscal (2017) também aponta para o desenvolvimento de um processo efervescente de constituição de encontros, acampamentos, jornadas e outros eventos que seriam fundamentais na produção de espaços múltiplos de atuação da juventude Sem Terra, conquistando um protagonismo performático:

As expressões artísticas, e a música especialmente, nas práticas sem-terra constituem espaços ocupados, em grande parte por sua juventude. Presentes e muitas vezes à frente de produções artístico-culturais, jovens sem-terra tem tentado estabelecer novas linguagens e diálogos, em especial com a juventude urbana, o que traz para dentro de suas práticas, gêneros musicais e comportamentos antes malvistas, tidos como alienados ou nocivos à constituição de seus militantes, principalmente por dirigentes mais antigos (nem sempre com grande diferença geracional) [...] (MOSCAL, 2017, p. 18).

Percebe-se que as performances oriundas destes espaços conquistados pela juventude demarcam o desejo de protagonismo dos jovens com relação à participação no movimento. Durante a 18ª Jornada de Agroecologia, realizada em Curitiba-PR em agosto de 2019, observei que a juventude do MST participou ativamente da organização do evento. Uma das interlocutoras da pesquisa, Camila<sup>15</sup>, já havia comentado comigo que a Jornada de Agroecologia era um dos eventos que mais contava com a participação da juventude do movimento, inclusive sendo aguardada com bastante ansiedade pelos coletivos estaduais e regionais. Fui a Curitiba com alguns estudantes e professores que tinham projetos relacionados à Agroecologia na UFFS, mas sabia que ao chegar lá encontraria outros estudantes da Educação do Campo, acampados desde o início da semana (o evento durou quatro dias, iniciando em uma quinta-feira). Estes estudantes partiram de seus acampamentos e assentamentos com a finalidade de contribuir com os NB's, realização das místicas, alimentação, segurança, montagem de tendas e espaços de palestras e rodas de conversa na região central da cidade. Além disso, sua presença era constante nos shows realizados durante as noites em frente a um dos *campi* da Universidade Federal do Paraná (UFPR), na praça Santos Andrade, interagindo com colegas de NB e jovens de todo Brasil.

A participação ativa em torno de atividades organizativas não deixa de receber críticas por parte de alguns jovens que entendem que os espaços de liderança ainda são pouco ocupados por eles em comparação com as tarefas e atividades “de organização” e “agitação/animação” (montagem de tendas, realização de refeições, preparação das místicas, segurança etc.). Outra questão relatada pelos estudantes da UFFS – mas também pelos jovens entrevistados na pesquisa

---

15 Os nomes de interlocutores da pesquisa que aparecem neste artigo são fictícios.

de Mayara Andrade Ribeiro (2021) em um acampamento do MST no norte do Paraná –, trata das atividades chamadas de “culturais” ou “artísticas”, que acabam sendo imediatamente delegadas aos jovens, como se estes fossem mais aptos a realizá-las. Por outro lado, Ribeiro traz o relato interessante de um jovem que conta sobre a decisão das lideranças do acampamento em criar o coletivo de juventude. A decisão teria partido do argumento de que os jovens estariam “se divertindo de forma inadequada” no interior do acampamento. De acordo com a autora, a forma inadequada de se divertir resumia-se a ouvir música alta e empinar motos, além de relações homoafetivas desaprovadas por outros acampados. Nesse sentido, as atividades culturais e artísticas dos coletivos de juventude também serviriam para “adequar” os comportamentos dos jovens às expectativas do movimento com relação ao lazer e às atividades culturais. Parecia tratar-se de um pragmatismo com relação às atividades desempenhadas pelo coletivo de juventude, entendendo-as como uma forma de controle sobre sujeitos que teriam, por um lado, a responsabilidade pela continuidade do movimento e, por outro, representavam um risco à integração social no acampamento, marcado pela forte presença de igrejas evangélicas. Ainda assim, Ribeiro relata que mesmo depois da criação do coletivo “Filhos do Chê”, continuaram a ocorrer controvérsias em torno das atividades e dos jovens que participavam das atividades - um controle que o próprio nome do coletivo instigava, isto é, uma relação de parentesco que nesse contexto historicamente implicou em subalternidade e pouca autonomia: ser filho de acampado/assentado, como pontuou Castro (2008).

Compreender as experiências dos jovens no MST passa também por entender esse lugar prismado, constituído de diferentes pontos de vista estéticos, morais e políticos. No contexto universitário, a convivência de jovens com diferentes vinculações políticas evidencia a experiência comum de subalternidade e ceticismo quanto à organização política tradicional — protagonizada por “não-jovens” — e a busca por impor outros significados. A luta contra a invisibilidade estrutural da juventude aparece como pano de fundo comum às lutas específicas dos movimentos sociais.

## PERFORMANCE E MILITÂNCIA JOVEM

Me debruço, então, sobre as *performances* que emergem das experiências de jovens Sem Terra. Dawsey (2005) no belíssimo artigo sobre o teatro dos “boias-frias”, repensa a antropologia da performance à luz da “prática de calcular o lugar olhado das coisas”, inspirado

na reflexão de Roland Barthes (1990) sobre o teatro, e reflete sobre a *performance* estar para além da expressão e constituir-se como experiência da margem, do resíduo (DAWSEY, 2005, p. 29). Seguindo Turner, Dawsey chama a atenção para o olhar privilegiado que a liminaridade pode lançar sobre os processos sociais, fazendo emergir o extraordinário da vida cotidiana. O teatro (ou metateatro) dos “boias-frias” descrito pelo autor traz ainda uma importante inversão: torna cotidiano o extraordinário. As experiências dos jovens em diferentes movimentos sociais, articulando em suas *performances* uma série de elementos poéticos e estéticos (BAUMAN; BRIGGS, 2006) de diferentes origens, acabam por questionar as relações hierárquicas dos próprios movimentos sociais e a invisibilidade a que são submetidos cotidianamente, confluindo para uma transformação do movimento, que passa a reinventar suas práticas e espaços de organização e ação. Assim, as experiências jovens são engendradas nos múltiplos espaços de militância<sup>16</sup>, no engajamento político e em constantes negociações sobre seu lugar no movimento, tendo em vista que não apenas no MST, mas em muitos outros contextos, os jovens são compreendidos como “problema” e motivo de preocupação.

A partir da pesquisa, pode observar um processo que envolve o contraste geracional e o envolvimento com atividades e espaços “da juventude”. Para Ianni (1968), o jovem militante é sobretudo um “jovem radical”, aquele que se encontra com a essência das contradições que se apresentam a ele e busca superá-las a partir de um comportamento radicalizado. Além disso, para o autor, o jovem radical só é possível dentro do capitalismo, onde a realidade objetiva das relações de produção impõe esse comportamento e o torna latente. Para Ianni, a juventude não é apenas uma fase da vida, tampouco implica em uma faixa etária específica, mas uma qualidade do ser social que se apresenta sob o capitalismo – o “inconformismo juvenil”. Essa definição se articula à constituição da categoria “juventude” no MST, revelando o desdobramento de uma expectativa com relação ao comportamento político dos jovens: a radicalidade, a revolta, a subversão mediante a consciência gradativa das contradições do sistema capitalista. São atributos desejáveis e amplamente explorados pelo movimento em seus diferentes espaços de formação. No entanto, ao observar o cotidiano dos acampamentos e assentamentos do MST, a tensão entre essa expectativa e a realidade das relações estabelecidas entre as gerações de militantes constitui uma espécie de “drama social”, pensando no clássico conceito de Victor Turner (1974), passível de emergir a qualquer momento.

---

16 A dissertação de mestrado de Carmen Verônica dos Santos Castro (2005), por sua vez, aborda a questão a partir da perspectiva da “mística” para o MST, observando o “tornar-se militante” para jovens que participaram do “I Curso de Realidade Brasileira para jovens do meio rural”, realizado em 1999 em parceria do MST com a UNICAMP.

A antropologia dos ritos e rituais trouxe importantes contribuições para pensar as juventudes e seus processos rituais, especialmente o clássico de Arnold Van Gennep (2012) [1909], *Les rites de passage*. Mais tarde, Victor Turner reinventa o campo de análise a partir do conceito de “drama social” e, direcionando-se ao longo de sua carreira para o teatro e a *performance*, sugere o conceito de *liminoide* para pensar a liminaridade em um mundo pós-industrial, em que as experiências coletivas proporcionadas pelos rituais estariam enfraquecidas. Turner e Van Gennep apontam a importância da passagem, da margem, do momento de liminaridade (risco) promovido pelo ritual, que possibilita à sociedade se reordenar, isto é, fazer emergir a dimensão conflitiva da estrutura social para que possa reorganizá-la. Com o conceito de *liminoide*, Turner volta-se para as experiências contemporâneas em que é possível recriar a experiência promovida pelos rituais, mas em níveis distintos de engajamento social. Na pesquisa, procurei compreender as *performances* de jovens em sua militância no MST e no meio universitário sob a ótica dos gêneros *liminoides* de ação simbólica. Além de Turner, Schechner (2002) também foi fundamental para a compreensão dos diferentes espaços performáticos nos quais a juventude Sem Terra se constitui e questiona hierarquias e papéis sociais, acionando aqui o sentido de Goffman (1985). Na medida em que *coletivos, palavras de ordem, atos, acampamentos, místicas, reuniões, músicas, agitação e propaganda, momentos de animação, jornadas, escolas da juventude*, entre outros espaços e situações, compõem uma profusão de atividades e maneiras de fazer política no MST, previstos em sua organicidade, há por parte dos jovens um entendimento comum de que estes espaços são também momentos de questionamento, interrupção de papéis e protagonismo juvenil.

O drama social envolvendo o conflito geracional parece espreitar a militância: na universidade ou no acampamento, no assentamento ou nos encontros, o “jovem radical” de Ianni, por vezes desprovido de um ritual de passagem importante para o MST, como a participação em uma ocupação de terra ou, ainda, a dificuldade para conseguir trabalho e permanecer no campo, representa um perigo iminente de desarticulação e descontinuidade da luta. Como analisou Castro, há no MST uma percepção geracional que não está atrelada à idade (uma fase da vida), mas ao processo de entrada e participação no movimento:

[...] Para os dirigentes nacionais entrevistados pela pesquisa, o MST é composto de três gerações de *militantes*: a geração fundadora, a geração que se forma a partir da constituição dos primeiros assentamentos e uma geração mais nova que surge mais recentemente e que é composta por filhos de militantes e/ou assentados, e jovens oriundos do meio urbano. O marco definidor, nesse caso, não é a idade, mas, sim a entrada no movimento social. As primeiras duas gerações, em termos de faixa etária são equivalentes. (CASTRO, 2008, p.12, grifo da autora).



Para os militantes mais antigos, a experiência de ter feito parte da “geração fundadora” foi fundamental na relação de engajamento que teriam estabelecido com o movimento e com a luta por reforma agrária. Como nos relatos apontados por Castro e em algumas situações observadas por mim em projetos de extensão da UFFS em escolas do campo, surge uma mesma compreensão por parte de militantes mais antigos: a percepção de que os jovens e crianças “de hoje” teriam crescido em um momento de consolidação do movimento, quando muitos assentamentos já se encontram regularizados e as experiências de ocupação de terra já não são tão frequentes. Há, portanto, uma expectativa dos militantes da “primeira geração” sobre os jovens, que deveriam desenvolver um engajamento gradual com a militância; na medida em que são capazes de compreender as contradições que os cercam e ao ter ao seu alcance uma estrutura de formação que não havia quando a geração fundadora iniciou o movimento. No entanto, como notou Castro, mesmo quando os jovens assumem um papel de destaque na defesa sobre a continuidade da agricultura familiar e camponesa, inclusive assumindo papéis de liderança, há ainda uma percepção sobre a juventude como “pouco confiável” (CASTRO *et al.*, 2009, p. 46). Isto é, paradoxalmente o jovem é percebido, ao mesmo tempo, como a solução e o problema. Há uma forte expectativa sobre sua participação e protagonismo político, mas entende-se que ao mesmo tempo ele é inexperiente e está “em formação”. Há, nesse sentido, um entendimento pelo movimento de que os espaços formativos são essenciais para a continuidade de seu projeto político. Como observou Janata (2012) em sua tese de doutorado sobre jovens egressos de uma escola de assentamento, a formação política dos jovens da chamada “segunda geração de jovens militantes” do MST (aqueles que já cresceram em assentamentos e não participaram das primeiras ocupações de terra) passa fundamentalmente pelas escolas do campo e espaços que reforcem o sentido de coletividade juvenil no movimento. Janata analisa que há inúmeras dificuldades de mobilização entre os jovens pertencentes a assentamentos pautados pela produção agrícola individual e familiar. Segundo a autora, o isolamento causado pelo modelo de produção capitalista em assentamentos da reforma agrária teria contribuído ainda mais para a desmobilização e invisibilização da juventude nesse contexto. A propriedade familiar ou individual nem sempre possibilita uma renda adequada e em muitos assentamentos a produção cooperativa inexistente ou não há políticas governamentais que a fomentem. Assim, os jovens buscam alternativas, como o trabalho assalariado na cidade ou no próprio assentamento, tendo pouco ou nenhum tempo livre para a militância política.

De fato, muitos jovens deixaram o campo nos últimos anos em decorrência do desemprego e más condições de vida, entre eles, jovens residentes em assentamentos da reforma agrária. Além disso, a busca por acesso à educação de nível superior e a liberdade e autonomia com

relação à família se mostraram motivos muito citados pelos jovens, como aponta Weisheimer (2005). Algumas situações - como as que me deparei na pesquisa com jovens Sem Terra no Paraná – mostram que a saída ou permanência no campo tem se apresentado a partir de diferentes motivações. Além disso, nem sempre o jovem simplesmente “sai do campo”. Esta saída pode ser temporária e significar o desejo de “melhorar de vida” e até implicar em um retorno, quando a expectativa não se cumpre. Há jovens da cidade procurando o campo como uma alternativa à pobreza na cidade, como é o caso daqueles que passaram a residir nos acampamentos e assentamentos do MST desde que o movimento surgiu, seja com suas famílias, seja de forma autônoma. Um dos estudantes do curso de Educação do Campo, Josué, contou-me que residia anteriormente na região metropolitana de Curitiba/PR. Ao tomar conhecimento de ocupações na região de Quedas do Iguaçu/PR, em 2015, passou a residir em um acampamento e, mais tarde, ao ingressar na universidade, fixou moradia na cidade de Laranjeiras do Sul. Outro relato importante sobre esse assunto é o de uma outra estudante, Camila, sobre sua “entrada no movimento”:

*Minha experiência, enquanto Sem Terra iniciou desde cedo. Em 1999, quando eu tinha um ano de idade minha mãe estava acampada e fazendo parte do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, no acampamento que era conhecido na época como “bacia”<sup>17</sup>, localizado no município de Rio Bonito do Iguaçu – PR, na fazenda Giacomet. Costumo dizer que eu já nasci pra isso. Passando uns dois anos de acampada, devido alguns problemas pessoais, minha mãe deixou o acampamento e foi morar em Santa Catarina, na cidade de Navegantes. Foi lá onde eu me criei, porém sem nenhuma identidade Sem Terra. No final de 2011, meu pai convidou minha mãe para acampar novamente, mas em um novo acampamento, localizado no município de Ortigueira-PR, na fazenda Santa Maria do Carmo. Eu tinha 13 anos quando novamente me tornei Sem Terra, e foi a partir desse ano que minha luta pelo acesso à terra iniciou.*

Camila contou que sua família deixou o acampamento do município do Ortigueira alguns anos depois e voltou a residir na cidade de Navegantes-SC. Camila decidiu ficar, pois na época já trabalhava na escola itinerante<sup>18</sup> do acampamento. Com o ingresso no curso de Educação do Campo da UFFS em 2016 vislumbrou a possibilidade de dar seguimento à carreira

---

17 Alguns participantes da pesquisa e da ocupação também se referem a essa ocupação pelo termo “buraco”, devido ao relevo do terreno, próximo ao rio Xagu.

18 As escolas itinerantes são escolas instaladas em acampamentos do MST e que se deslocam com os militantes, buscando garantir o acesso permanente à educação pelos filhos de acampados. São escolas geridas por escolas não-itinerantes, também chamadas “escolas-base”, que respondem administrativamente por elas. Sobre as escolas itinerantes, ver: BAHNIUK, Caroline; CAMINI, Isabela. Escolas Itinerantes. In: CALDART, Roseli Salet; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio. Dicionário da Educação do Campo. 2. ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

docente. Outra estudante do curso, Joana, residente no assentamento Marcos Freire, em Rio Bonito do Iguaçú/PR, contou que nasceu no acampamento citado anteriormente por Camila, mas só passou a se engajar efetivamente no movimento por volta dos 15 anos, quando ingressou no curso de formação de professores do Colégio Estadual do Campo Iraci Salete Strozak:

*Morei no assentamento por volta de uns 15, 16 anos, só que não sabia da história... como foi a conquista. Nem sabia do acampamento, porque meus pais não falavam disso e na escola onde eu estudava também não era nada comentado. Aí acho que foi em 2014 ou 2015, eu ingressei no curso de formação de docentes do colégio Iraci, e lá conheci o MST. A escola que me apresentou, me ensinou que movimento que era, e eu comecei a fazer parte então. Aí participei do coletivo da juventude da escola, fui pra encontros do movimento na região, e fui me inserindo aos poucos. Participei de ocupações no Rio Grande e num encontro da Juventude. Então eu digo assim... que já nasci num acampamento, mas a minha inserção mesmo se deu em 2014, 2015, depois que eu entrei no colégio Iraci, onde de fato eu aprendi o que era o movimento e a importância da luta pela terra.*

Janata tem razão em apontar os inúmeros problemas enfrentados pelos Sem terra mesmo após a regularização dos assentamentos, o que pode certamente justificar as dificuldades de engajamento dos jovens assentados com as pautas políticas do movimento. No entanto, ao acompanhar alguns eventos e situações entre os jovens Sem Terra, além de seus relatos com relação ao engajamento na militância, percebo que o drama geracional envolvendo a expectativa de um “jovem radical” se mobiliza justamente por uma configuração social que permite o conflito. Os jovens são entendidos como aqueles que podem dar prosseguimento à luta, ao movimento. Paralelamente, representam o perigo da desintegração social. Durante a pesquisa, pude observar diferentes situações de autonomia de engajamento político nos relatos apresentados, embora a questão da falta de trabalho e da dificuldade em permanecer nos assentamentos não tenha sido ignorada.

As ações desenvolvidas pelo movimento, especialmente aquelas ligadas à formação e à Educação do Campo parecem ter fomentado oportunidades importantes para jovens que não querem deixar os assentamentos e acampamentos, mas que desejam atuar em atividades alternativas à agricultura familiar. Alguns estudantes do curso, em períodos de “tempo comunidade”, voltavam para o acampamento “Herdeiros da Terra de 1º de Maio, localizado em Rio Bonito do Iguaçú/PR, para atuar na “Escola Itinerante Herdeiros do Saber”. Uma característica importante deste acampamento é justamente o protagonismo dos jovens desde a decisão de ocupar uma nova área até a condução pedagógica da escola. São jovens que cresceram no processo de conquista dos primeiros assentamentos da região e hoje protagonizam novas ocupações, além da luta pela Educação do Campo, conforme relata uma estudante em seu trabalho de conclusão de curso:

A conquista da Escola Itinerante Herdeiros do Saber localizada no Acampamento Herdeiros da Terra de 1º de Maio, no município de Rio Bonito do Iguaçu/PR representa o acesso à educação da juventude acampada, por isso se configura como alicerce da luta erguida pelo Acampamento. (SOUZA, 2017, p. 9).

Há uma expectativa ou projeto claro de que os jovens deem continuidade às lutas do MST, e a educação tem sido tomada como fundamental nesse processo, como mostrou Janata, mas também Frigo (2008), que discute a “luta” como elemento simbólico essencial da formação dos militantes do MST, algo que “se aprende na escola”. O protagonismo apresentado pelos jovens, que parece decorrer justamente desse investimento em sua formação, por vezes não parece corresponder suficientemente ao ideal do “jovem radical”, desencadeando conflitos que estruturam as relações sociais não apenas no MST. Lembro especificamente de uma discussão calorosa entre os estudantes do curso sobre o uso de drogas ilícitas dentro dos acampamentos e assentamentos. Um estudante, militante Sem Terra, relatou ter sido ameaçado de ser expulso do acampamento em que morava por fazer uso de maconha. Para este estudante, tratava-se de “moralismo” e “hipocrisia”, pois segundo ele outras drogas seriam socialmente aceitas no acampamento, como o álcool e o cigarro. Alguns colegas justificaram o controle do uso desse tipo de substância por conta da pressão policial que os acampamentos sofrem, devido à sua natureza de ocupação – chamada costumeiramente pela mídia e pelas autoridades de “invasão”. Um dos estudantes, Lucas, residente em um acampamento na cidade de Quedas do Iguaçu/PR, relatou o seguinte sobre um outro acampamento em que residiu no Rio Grande do Sul:

*Professora, quando eu cheguei no acampamento, era proibido jogar futebol, assim, ‘pelada mesmo’. Sabe por quê? Porque não podia ter risco de dar alguma briga. É assim em um acampamento. Não dá pra ter briga, desentendimento interno. Por isso é um controle rígido, muita gente não consegue se adaptar [...].*

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As experiências *liminoides* dos jovens Sem Terra, ao colocar em risco os papéis e as expectativas sobre sua militância e compromisso com o MST e a Educação do Campo parecem constituir-se como uma forma de evidenciar o adultocentrismo cotidiano a que estão submetidos. Como também notou Castro (2008), a mobilização da categoria juventude rural/do campo como ator político pelos movimentos sociais esbarra em imagens contraditórias sobre os jovens que os colocam, ao mesmo tempo, como “futuro do movimento” e “desinteressados pelo meio

rural”. Ao contrário, durante a pesquisa pareceu-me que tanto os estudantes se interessavam pelo meio rural, quanto se engajavam de maneira autônoma com o movimento (sem a mediação dos responsáveis ou outros adultos). Além disso, a articulação com as pautas políticas de outros estudantes no contexto universitário estabelece um produtivo campo performático, fruto de experiências comuns de luta por reconhecimento e autonomia. O tecido da hierarquia social que fundamenta os discursos que os colocam em um lugar desprestigiado, cotidianamente é atravessado por corpos, comportamentos e falas dissidentes, além de confrontado pelo protagonismo com que efetivamente os jovens constroem sua participação política.

Ao analisar pesquisas realizadas pela UNESCO no Brasil entre 1998 e 2000, Sallas e Bega (2006) refletem sobre um quadro investigativo sobre as juventudes que tanto as estabelecem como “problema”, “anomia” (caso das pesquisas realizadas pela UNESCO entre jovens de diferentes capitais do país), como as colocam como integradas aos valores da sociedade de consumo e da indústria cultural. As ciências sociais, de modo geral têm historicamente feito parte deste quadro. Ao refletir sobre um dos eixos temáticos da pesquisa – a cidadania - as autoras questionam a distância entre os modelos de participação ou integração social sugeridos por adultos (incluindo os pesquisadores) e as possibilidades reais dos jovens. A pesquisa com jovens militantes Sem Terra aponta para algo semelhante, no sentido de que é esperado e incentivado que os jovens participem da política, embora tanto o exercício de sua cidadania seja dificultado pelo Estado<sup>19</sup>, quanto suas práticas políticas sejam constantemente criminalizadas ou não legitimadas.

As experiências dos jovens Sem Terra na universidade, no encontro com outras juventudes e outras modalidades de engajamento político, remetem a um processo de contestação de posições sociais que se estabelece desde a participação em espaços “próprios” à juventude dentro do MST. Mesmo nesse contexto - em que pese a busca constante do movimento em criar espaços para as múltiplas demandas dos militantes – ainda estão presentes tentativas de controle e definição da categoria “juventude” entre as distintas gerações do MST. No entanto, como demonstraram Sposito, Almeida e Corrochano (2020, p. 2), os estudos sobre juventude no Brasil coincidem com os movimentos universitários nos anos 1960. Nesse sentido, cabe sinalizar que o engajamento político da juventude a partir do contexto universitário/estudantil é histórico e impossível de ser menosprezado. Por sua vez, as performances dos jovens Sem Terra no contexto universitário apresentam as experiências de diálogo com as lutas de outros

---

<sup>19</sup> A exemplo da extinta Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), criada em 2005 com o propósito de coordenar políticas e ações voltadas para promover a participação econômica e social dos jovens. A Secretaria foi extinta em 2015.

jovens por visibilidade e reconhecimento. Nas místicas, nas ocupações, festas e ciberativismo, colocam em cena os desejos de transformação e desconstrução das hierarquias geracionais.

## REFERÊNCIAS

1. ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2017.
2. BAHNIUK, Caroline; CAMINI, Isabela. Escolas Itinerantes. *In*: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio. **Dicionário da Educação do Campo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012.
3. BAUMAN, Richard; BRIGGS, Charles. Poética e performance como perspectiva crítica da linguagem e vida social. **Ilha — Revista de Antropologia**, v. 8, n. 1-2, 2006, p. 185-229.
4. BOURDIEU, Pierre. A “juventude” é apenas uma palavra. *In*: BOURDIEU, Pierre. **Questões de Sociologia**. Petrópolis: Vozes, 2019. p.137-147.
5. CALDART, Roseli; PEREIRA, Isabel; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012.
6. CASTRO, Elisa Guaraná de. **Entre ficar e sair: uma etnografia da construção social da categoria jovem rural**. 2005. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.
7. CASTRO, Elisa Guaraná de. Processos de construção da categoria juventude rural como ator político: participação, organização e identidade social. *In*: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 26., 2008, Porto Seguro. **Anais [...]**. Porto Seguro: Associação Brasileira de Antropologia, 2008, p. 1-15.
8. CASTRO, Elisa Guaraná *et. al.* **Os jovens estão indo embora?: juventude rural e a construção de um ator político**. Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica: Edur, 2009.
9. CASTRO, Carmen Verônica dos Santos. **A mística de tornar-se jovem no MST - a experiência do I Curso de Realidade Brasileira para Jovens do Meio Rural**. 1999. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.



10. CHAVES, Christine de Alencar. **A Marcha Nacional dos Sem terra**: um estudo sobre a fabricação do social. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.
11. CORTI, Ana Paula; CORROCHANO, Maria Carla; SILVA, José Alves da. Ocupar e resistir: a insurreição dos estudantes paulistas. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 37, n. 137, p. 1159-1176, out./dez. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/CwYd9yX9DVrkJP5p3NbRVwN/abstract/?lang=pt#:~:text=RESUMO%3A-,RESUMO%3A,redes%20sociais%20e%20publica%C3%A7%C3%B5es%20acad%C3%AAmicas>. Acesso em: 14 dez. 2022.
12. CROCHIK Leonardo; CORTI, Ana Paula. O caráter performativo das ocupações estudantis. *In*: SEMINÁRIO CORPO, GÊNERO E SEXUALIDADE, 7.; SEMINÁRIO INTERNACIONAL CORPO, GÊNERO E SEXUALIDADE, 3., 2018, Rio Grande do Sul. **Anais eletrônicos** [...]. Rio Grande do Sul: Universidade Federal do Rio Grande, 2018, p. 1-8.
13. DAWSEY, John. Victor Turner e Antropologia da experiência. **Cadernos de Campo**, v. 13, n. 13, p. 163-176, 2005.
14. DUTRA, Carusa. Juventudes e institucionalidades: notas etnográficas sobre a concepção de “organização” entre os Secundaristas em Luta de São Paulo na ocupação e no pós-ocupação do Centro Paula Souza (São Paulo - SP). *In*: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 31., 2018. **Anais** [...]. Brasília: Associação Brasileira de Antropologia, 2018, p. 1-19.
15. EVANS-PRITCHARD, Edward. **Os Nuer**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2002.
16. MALINOWSKI, Bronislaw. **A vida sexual dos selvagens**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983.
17. FEIXA, Carles. Situação da juventude e desafios pós-pandemia. *In*: MARCON, Frank; NORONHA, Danielle de (org.). **Juventudes e desigualdades sociais em tempos de crise e radicalização política**. Aracaju: Criação Editora, 2021. p. 61-72.
18. FRIGO, Simone. **‘A luta é a nossa escola’**: educação e formação política no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. 2008. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008.
19. JANATA, Natasha Eugênia. **‘Juventude que ousa lutar!’**: trabalho, educação e militância de jovens assentados do MST. 2012. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.
20. HARTMANN, Luciana; LANGDON, Jean. Tem um corpo nessa alma: encruzilhadas da antropologia da *performance* no Brasil. **BIB**, São Paulo, n. 91, p.1-31, 2020. DOI: 10.17666/bib9104/2020. Acesso em: 14 dez. 2022.

21. HONWANA, Alcinda. Que política e política para quem? Juventude e engajamento político em Moçambique. *In*: MARCON, Frank; NORONHA, Danielle de (org.). **Juventudes e desigualdades sociais em tempos de crise e radicalização política**. Aracaju: Criação Editora, 2021. p.17-31.
22. IANNI, Otávio. O jovem radical. *In*: BRITTO, Sulamita de (org.). **Sociologia da Juventude I: da Europa de Marx à América Latina de hoje**. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.
23. LEAL, Natacha; SANABRIA, Guillermo Vega; CARIAGA, Diógenes. Apresentação do dossiê ‘Novas universidades, novos *campi*, novas antropologias: docências, alteridades e expansão do Ensino Superior no Brasil’. **Anuário Antropológico**, v. 46, n.1, 2021.
24. MAIA, Bóris. Do protesto à intervenção: socialização política, cidadania e insurgência em mobilizações estudantis de escolas públicas. **Campos – Revista de Antropologia**, v. 21, n. 2, p. 29-49, 2020.
25. MEAD, Margareth. **Coming of age in Samoa: a psychological study of primitive Youth for western civilization**. New York: Harper Perennial, 2001.
26. MOLINA, Mônica; HAGE, Salomão. **Licenciaturas em Educação do Campo: resultados da pesquisa sobre os riscos e potencialidades de sua expansão (2013-2017)**. Florianópolis: LANTEC/CED/UFSC, 2019.
27. MOSCAL, Janaína dos Santos. **Sentimentos da luta: música e mística no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra**. 2017. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.
28. PEREIRA, Alexandre Barbosa. Muitas palavras: a discussão recente sobre juventude nas Ciências Sociais. **Ponto Urbe: revista do núcleo de antropologia urbana da USP [on-line]**, 1, 2007.
29. RAPOSO, Paulo. Festa e performance em espaço público: tomar a rua! **Ilha – Revista de Antropologia**, v. 16, n. 2, p. 89-114, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ilha/article/view/2175-8034.2014v16n2p89>. Acesso em: 14 dez. 2022.
30. RIBEIRO, Mayara. **Juventude Sem Terra: reflexões a partir do coletivo de juventude do acampamento Maila Sabrina, município de Ortigueira/PR**. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas) – Universidade Federal da Fronteira Sul, Laranjeiras do Sul, 2021. Disponível em: <https://rd.uffs.edu.br/handle/prefix/4637>. Acesso em: 14 dez. 2022.
31. SALGADO, Sebastião. **Terra**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
32. SALLAS, Ana Luisa; BEGA, Maria Tarcisa. Por uma sociologia da juventude – releituras contemporâneas. **Política & Sociedade**, n. 8, abril de 2006.
33. SCHECHNER, Richard. **Performance Studies: an introduction**. London: Routledge,

2002.

34. SOUZA, Rose Riepe de. **Luta pela terra e prática pedagógica**: a experiência da Escola Itinerante Herdeiros do Saber. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas) – Universidade Federal da Fronteira Sul, Laranjeiras do Sul, 2017. Disponível em: <https://rd.uffs.edu.br/handle/prefix/3056>. Acesso em: 14 dez. 2022.
35. SPOSITO, Marilia Pontes; ALMEIDA, Elmir de; CORROCHANO, Maria Carla. Jovens em movimento: mapas plurais, conexões e tendências na configuração das práticas. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 41, e228732, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/ssmN855vJ5bZWdm5cb6HxxN/?lang=pt#:~:text=As%20modalidades%20de%20pr%C3%A1tica%20foram,mobiliza%C3%A7%C3%B5es%20a%20partir%20das%20identidades>. Acesso em: 14 dez. 2022.
36. TURNER, Victor. Dewey, Dilthey e Drama: Um ensaio em Antropologia da Experiência (primeira parte). From Anthropology of Experience. Tradução de Herbert Rodrigues. **Cadernos de Campo**, v. 13, n. 13, p. 177-185, 2005.
37. TURNER, Victor. **From Ritual to Theatre**. New York: PAJ Press, 1982.
38. TURNER, Victor. **O Processo Ritual**. Petrópolis: Vozes, 1974.
39. TURNER, Victor. **The Anthropology of Performance**. Nova York: P. A. J. Publications, 1988.
40. VAN GENNEP, Arnold. **Os ritos de passagem**. Petrópolis: Vozes, 2012.
41. SCHERER-WARREN, Ilse. **Cidadania sem fronteiras**: ações coletivas na era da globalização. São Paulo: Hucitec, 1999.
42. SCHERER-WARREN, Ilse. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 21, n. 1, p.109-130, jan/abr 2006.
43. WEISHEIMER, Nilson. **Juventudes rurais**: mapas de estudos recentes. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2005.

Fernanda Marcon

Professora Adjunta dos cursos de Ciências Sociais (Licenciatura e Bacharelado) e Interdisciplinar em Educação do Campo - Ciências Sociais e Humanas. Doutora em Antropologia Social pela Universidade Federal de Santa Catarina. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5513-0484>. E-mail: [fernanda.marcon@uffs.edu.br](mailto:fernanda.marcon@uffs.edu.br)

# Narrativas em disputa sobre a loucura: da (re) produção discursiva sobre a periculosidade aos agenciamentos das internas em manicômios judiciários no Pará e no Distrito Federal<sup>1</sup>

Disputed narratives about madness: from the discursive (re) production about dangerousness to the agencies of inmates in judicial psychiatric hospitals in Pará and the Federal District

**Beatriz Figueiredo Levy**

Universidade Federal do Pará, Belém, Pará, Brasil

**Érica Quinaglia Silva**

Universidade de Brasília, Brasília, Distrito Federal, Brasil

**Wesley Braga da Rocha**

Universidade de Brasília, Brasília, Distrito Federal, Brasil

## RESUMO

A partir de uma abordagem comparativa, este estudo investigou a realidade das mulheres submetidas a uma medida de segurança no Pará e no Distrito Federal. Para tanto, foi realizada uma etnografia de e em documentos concernentes aos processos de (re) produção discursiva que conduziram às concepções estigmatizadas sobre a relação entre as mulheres e a loucura. Os documentos acessados foram os processos judiciais, laudos psiquiátricos e relatórios psicossociais que retratam as internações e os agenciamentos dessas mulheres no Hospital Geral Penitenciário do Pará e na Ala de Tratamento Psiquiátrico do Distrito Federal. Atentou-se, sobretudo, para a problematização das narrativas sobre a periculosidade atribuída a elas, bem como para as disputas entre os poderes-saberes jurídico e psiquiátrico na gestão dos corpos femininos tidos como desviantes.

**Palavras-chave:** Medida de segurança, Manicômios judiciários, Crime, Loucura, Periculosidade.

<sup>1</sup> Estudo financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, do qual Érica Quinaglia Silva é Bolsista de Produtividade em Pesquisa.

Recebido em 07 de janeiro de 2022.

Avaliador A: 04 de março de 2022.

Avaliador B: 21 de abril de 2022.

Aceito em 19 de julho de 2022.



## **ABSTRACT**

Using a comparative approach, this study investigated the reality of women undergoing a security measure in Pará and the Federal District. For that purpose, an ethnography of and in documents concerning the processes of discursive (re)production that led to stigmatized conceptions about the relationship between women and madness was carried out. The documents accessed were the lawsuits, psychiatric and psychosocial reports that portray the internment and agencies of these women in the General Penitentiary Hospital of Pará and in the Psychiatric Treatment Ward of the Federal District. Attention was given to the problematization of the narratives about the danger attributed to them, as well as to the disputes between the legal and psychiatric knowledge-powers in the management of female bodies considered to be deviant.

**Keywords:** Security measure, Judicial psychiatric hospitals, Crime, Madness, Dangerousness.

## **INTRODUÇÃO**

Embora diferente a depender do contexto sociocultural, algo permanece inalterado em relação à concepção da loucura: o sentido social da exclusão daquelas pessoas consideradas loucas (FRAYZE-PEREIRA, 1994). Essa marginalização se acirra quando a ela se associa a criminalidade, pois passa a recair sobre essa população uma outra noção: a da periculosidade.

Particularmente no Brasil, a legislação estabelece que pessoas que possuem transtornos mentais e cometem uma infração penal não devem ser responsabilizadas pelo ato, sendo consideradas inimputáveis ou semi-imputáveis. O Código Penal (CP) prevê que, apesar de serem consideradas total ou parcialmente incapazes de entender o caráter ilícito do ato que cometeram e/ou de determinar-se de acordo com esse entendimento, por ser atestada a periculosidade, a elas deve ser aplicada uma medida de segurança, que consiste na internação em Estabelecimentos de Custódia e Tratamento Psiquiátrico (ECTPs) – Hospitais de Custódia e Tratamento Psiquiátrico (HCTPs) e, na ausência deles, Alas de Tratamento Psiquiátrico (ATPs) – ou no tratamento ambulatorial nas redes pública ou privada de saúde (BRASIL, 1940). Quando a perícia psiquiátrica comprova a insanidade mental no momento do crime e o juiz acata o resultado pericial, a lei indica que deve ser aplicada, portanto, essa sanção penal.

A partir do século XIX, a Psiquiatria se constituiu como um saber que detinha controle

tanto sobre o corpo individual, por meio de mecanismos disciplinares, quanto sobre a população, com efeitos regulamentadores (FOUCAULT, 2005). Se o saber jurídico apresentou o cárcere como espaço confinatório para o louco-criminoso, o saber psiquiátrico ofereceu o manicômio. De todo modo, ambos se utilizaram do discurso da proteção da sociedade para legitimar as práticas de exclusão e fixação a um aparelho de normalização (FOUCAULT, 2013).

Assim, nas discussões sobre o crime e o criminoso, passou a haver tanto uma reflexão de ordem médico-biológica quanto uma reflexão jurídica. Do cruzamento entre as duas vertentes, surgiram as instituições de caráter médico-legal (CARRARA, 1998). A partir da relação entre esses dois poderes-saberes, foi fundado o manicômio judiciário na década de 20 do século XX como lugar destinado a receber os ditos loucos-infratores. Nesse contexto, a Psiquiatria se constituiu para o Direito Penal como poder complementar da sua ação repressiva (RAUTER, 2003).

Desse modo, por meio do medo da representação da pessoa considerada louca e perigosa, naturaliza-se a atuação do Estado, que a priva de liberdade, enquanto ela aguarda um laudo de cessação da periculosidade, muitas vezes de forma perpétua. A periculosidade associada a essas pessoas desponta no ordenamento jurídico como justificativa para o encarceramento delas, amparada pela ideia da defesa social.

Ora, a internação e o tratamento ambulatorial, consoante o artigo 97, §1º, do CP, ocorrem por tempo indeterminado e têm prazo mínimo de um a três anos (BRASIL, 1940). Esse prazo refere-se ao tempo determinado pelo juízo para que haja uma reavaliação da pessoa com transtorno mental que teve um conflito com a lei para uma possível desvinculação da Justiça, e, então, um retorno ao convívio em sociedade.

Este estudo teve como interlocutoras mulheres internadas em ECTPs no Pará e no Distrito Federal, que, em princípio, não poderiam ser penalizadas. No entanto, mediante decisão judicial que as classificou como perigosas para a sociedade, a elas foi aplicada uma medida de segurança na modalidade de internação, cuja finalidade supostamente seria o tratamento, mas na prática consiste em um enclausuramento em instituições híbridas, que possuem características tanto manicomiais quanto carcerárias.

Essa internação possui uma dupla função: a marginalização e a domesticação de corpos. A partir do momento que entram nos ECTPs, mulheres como as deste estudo são submetidas a novos processos de subjetivação, no qual impõem-se novas verdades sobre elas mesmas, e aquelas concepções sobre suas próprias vidas passam a ser constantemente desacreditadas, em um processo que Goffman (2010) denomina de “mortificação do eu”.

Ao observar o perfil dessas mulheres no Brasil, alguns marcadores relevantes



aparecem. Até 2011, ano em que foi realizado o único *Censo sobre a Custódia e o Tratamento Psiquiátrico no Brasil*, somando-se todos os manicômios judiciários no país, a população nesses estabelecimentos era formada por um contingente de 92% de homens e 7% de mulheres<sup>2</sup>. Ademais, a população feminina era majoritariamente composta por mulheres negras, solteiras, com baixa escolaridade e sem profissão ou com profissões que exigem baixa qualificação. Um número significativo dos crimes praticados por elas foi cometido na rede familiar ou doméstica (DINIZ, 2013).

Em 2001, como marco da reforma psiquiátrica, foi aprovada no país a Lei n. 10.216. Essa lei dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas com transtornos mentais, redireciona o modelo assistencial em saúde mental e faz nascer no ordenamento jurídico o direito dessas pessoas de receber o melhor tratamento ofertado pelo sistema de saúde. Preconiza, portanto, a extinção dos manicômios e de instituições asilares e apoia a oferta de assistência de base comunitária (BRASIL, 2001). Essa lei permitiu que a política nacional de saúde mental fosse revisitada. Assim, as pessoas com transtornos mentais foram por ela amparadas. Contudo, aquelas que tiveram um conflito com a lei permaneceram (e permanecem hodiernamente) desassistidas. A essas pessoas o destino ainda é a instituição total, o manicômio judiciário.

Os ECTPs replicam estigmas e preconceitos pertencentes à lógica macrossocial. Como justificativa para a exclusão e a violência, há uma teia de narrativas discursivas sobre a função declarada das instituições totais que vão desde a lógica da cura de doenças e da ressocialização à preservação da sociedade diante das pessoas tidas como perigosas. A punição se dá não tanto pelo crime em si, mas pela doença mental atribuída àquele indivíduo que o cometeu.

Este estudo teve como objetivo realizar uma análise crítica da medida de segurança a partir de uma etnografia de e em documentos concernentes aos processos de (re)produção discursiva que conduziram às concepções estigmatizadas sobre a relação entre as mulheres e a loucura e ao contexto de surgimento e fortalecimento dos manicômios judiciários no Brasil. A partir de uma abordagem comparativa, foi investigada a realidade das mulheres submetidas a uma medida de segurança no Pará e no Distrito Federal, de modo a apresentar evidências que permitem impulsionar uma revisão da legislação penal à luz das garantias constitucionais e dos direitos fundamentais, visitar a política de saúde mental e colocar a medida de segurança na pauta da agenda política, além de (re)pensar a implementação de serviços e ações de saúde voltados para essas pessoas.

Os documentos acessados foram os processos judiciais, laudos psiquiátricos e relatórios

---

2 Não havia informação sobre o sexo de 1% da população nesses estabelecimentos.

psicossociais que retratam as internações e os agenciamentos dessas mulheres no Hospital Geral Penitenciário (HGP) do Pará e na Ala de Tratamento Psiquiátrico (ATP) do Distrito Federal. Atentou-se, sobretudo, para a problematização das narrativas sobre a periculosidade atribuída a elas, bem como para as disputas entre os poderes-saberes jurídico e psiquiátrico na gestão dos corpos femininos tidos como desviantes. Por meio do levantamento de dados sociodemográficos, de diagnósticos e do percurso penal dessas mulheres, o estudo buscou analisar a aplicação dessa sanção penal à luz das diretrizes da reforma psiquiátrica e da perspectiva feminista.

## **O CAMINHO METODOLÓGICO DA PESQUISA**

As pessoas submetidas a uma medida de segurança na modalidade de internação são encaminhadas ao HGP no Pará e à ATP no Distrito Federal. Muitos seriam os caminhos viáveis para acessar as narrativas que perpassam a trajetória institucional das mulheres internadas nesses espaços. A escolha foi seguir os rastros deixados pelos próprios discursos oficiais, presentes em documentos formais, quais sejam: processos judiciais, laudos psiquiátricos e relatórios psicossociais.

Com essa escolha, ganhou-se a possibilidade de trabalhar diretamente com as narrativas dos poderes-saberes médico e legal e com seus paradigmas, práticas e concepções. Para além dos recortes espacial e de gênero, foi feito um recorte de tempo: as mulheres interlocutoras desta pesquisa são aquelas que cumpriam uma medida de segurança na modalidade de internação entre os anos 2007 (ano de fundação do HGP) e 2019 (ano da coleta de dados) no estado do Pará<sup>3</sup>; e aquelas que cumpriam essa sanção penal na ATP do Distrito Federal em 2020 (ano da coleta de dados)<sup>4</sup>. A coleta e a análise desses dados ocorreram como fruto de uma parceria entre pesquisadores no Pará e no Distrito Federal.

Referente ao HGP, o acesso às mulheres internadas se deu, inicialmente, por meio de uma visita *in loco* à instituição, onde foi possível manusear um livro de registro de entrada e saída de internas. A partir disso, foram realizadas buscas nas plataformas eletrônicas Libra

---

3 No Pará, foram incluídos dados de processos judiciais (extintos e em andamento) de mulheres internadas no HGP no período supracitado.

4 No Distrito Federal, houve indeferimento do juízo de acesso a processos judiciais de mulheres cujas sanções penais já estavam extintas no momento da pesquisa. Assim, embora tenha havido tentativa da equipe de manter o recorte temporal, os dados analisados referem-se apenas a processos judiciais que estavam em andamento quando da realização da pesquisa em 2020.

– Sistema de Gestão do Processo Judicial do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, SEEU – Sistema Eletrônico de Execução Unificado, Infopen – Sistema de Informações Penitenciárias do Pará e Infoseg – Cadastro Geral do Sistema de Segurança Pública, Justiça e Fiscalização. Por fim, foi realizada uma pesquisa documental *in loco* nos arquivos da Defensoria Pública do Estado do Pará.

No livro de registro de entrada e saída de internas, foi encontrado o registro de 123 mulheres que já haviam passado pela instituição ou nela permaneciam. Posteriormente, foram feitas consultas nominais no sistema Libra com o intuito de identificar a modalidade de pena a que essas mulheres foram submetidas. Foram identificadas 16 mulheres cuja sanção penal foi a medida de segurança na modalidade de internação, sendo que 7 processos foram acessados na modalidade eletrônica, e os outros 9 foram encontrados na Defensoria Pública do Estado do Pará, em versões físicas<sup>5</sup>.

Não houve submissão desta etapa do estudo a um comitê de ética, uma vez que a pesquisa envolveu dados de acesso público, encaixando-se na excepcionalidade elencada no artigo 1º, parágrafo único, inciso II, da Resolução n. 510/2016, que dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais quanto a seus aspectos éticos (BRASIL, 2016). Todas as informações que permitissem identificar pessoas foram ocultadas com a utilização de pseudônimos.

Para a realização da pesquisa no âmbito da ATP, foram obtidos dados referentes às mulheres em cumprimento de medida de segurança na modalidade de internação por meio do SEEU perante a Vara de Execuções Penais do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (VEP/TJDFT), após avaliação e aprovação do projeto pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais (CEP/CHS) da Universidade de Brasília (CAAE: 26511419.9.0000.5540). Muito embora também neste caso coubesse a excepcionalidade elencada no artigo 1º, parágrafo único, inciso II, da Resolução n. 510/2016, anteriormente mencionada, houve exigência do juízo de avaliação do projeto por um CEP. A coleta de dados no Distrito Federal ocorreu um ano após o encerramento da pesquisa no Pará. No Distrito

---

<sup>5</sup> Ou seja, 13% das mulheres internadas no HGP tinham recebido uma medida de segurança nessa modalidade. As demais (62%) estavam em prisões cautelares (conceito guarda-chuva que abarca flagrante, preventiva, temporária, ou seja, prisões que não foram consequência de uma sentença proferida por um juiz) ou (24%) cumpriam pena privativa de liberdade (já, portanto, sentenciadas, mas que, no decorrer da execução, apresentaram quadro psiquiátrico com alterações e foram transferidas para a instituição, sem possuir, contudo, laudo pericial que atestasse a insanidade mental). É válido ressaltar que dois nomes não puderam ser localizados. Então, foram feitas buscas no Infopen e no Infoseg, sem êxito. Um dos motivos pode ser o registro incorreto dos nomes no livro, que é, aliás, não raro feito por meio de pseudônimos devido à falta de documentos de internas, conforme foi relatado por funcionários do HGP durante visita *in loco*.

Federal, foram identificados 9 processos de mulheres em cumprimento de medida de segurança na modalidade de internação.

Em ambos os espaços, HGP e ATP, foi possível traçar o perfil sociodemográfico, com informações referentes à idade, à naturalidade, ao estado civil, à raça, à escolaridade e à profissão das mulheres internadas. Além da identificação, informações referentes aos diagnósticos atribuídos a elas e à situação processual (incidência penal) foram colhidas para o levantamento desse perfil. Os dados foram, então, agrupados nestes dois grupos: um referente à identificação, com o perfil sociodemográfico, delas; outro concernente à situação criminológico-psiquiátrica delas.

Ademais, a etnografia dos e nos processos judiciais, laudos psiquiátricos e relatórios psicossociais permitiu problematizar a aplicação da medida de segurança no Pará e no Distrito Federal e, ainda, compreender a (re)produção discursiva dos poderes-saberes psiquiátrico e jurídico. Durante a leitura desses documentos, categorias de análise foram propostas para compreender essa realidade, em torno de cinco eixos argumentativos: as representações da *loucura* associada à *feminilidade*, e a aproximação dessas categorias com a *criminalidade* como legitimadoras da internação de mulheres desviantes em espaços de clausura, os manicômios judiciários; a *periculosidade* como critério de identificação das ditas loucas-infratoras e como resultado da gestão estatal de falta de acesso a direitos; os *poderes-saberes médico e judiciário*, suas controvérsias e disputas, como norteadores do destino dessas mulheres; as *famílias* como agentes fundamentais seja para a permanência seja para a saída dos manicômios judiciários; e os *agenciamentos* das internas, seus modos de subjetivação e estratégias de resistência.

Compreende-se como etnografia não apenas o esforço metodológico e empírico de coleta de dados, como também “uma forma de ver e ouvir, uma maneira de interpretar, uma perspectiva analítica, a própria teoria em ação” (PEIRANO, 2008, p. 6). Como ação, a etnografia produz também significados, que são contextualmente situados. “Importa, assim, quem fala, para quem fala, por que fala, os atributos sociais das pessoas envolvidas, o tempo, o lugar, a ocasião, o objetivo” (PEIRANO, 2008, p. 13).

Nesta pesquisa, abordamos narrativas que partem de diferentes espaços de poder e podem ser dotadas de legitimidade ou de interdição. Procuramos contemplar as disputas entre os poderes-saberes psiquiátrico e jurídico que acompanham grande parte das trajetórias institucionais e os agenciamentos dessas mulheres, que, mesmo sendo mediados pelos documentos, mostram estratégias de resistência diante de produções de verdades impostas a elas.

Os documentos, processos judiciais, laudos psiquiátricos e relatórios psicossociais, são instrumentos escritos que visam a resguardar uma suposta neutralidade. No entanto, “[...] estamos

diante da constituição de um campo eminentemente político, e [...] representações autorizadas sobre o passado e o presente e seus significados para diferentes atores estão particularmente visíveis e sinalizadas nos arquivos” (CUNHA, 2005, p. 9).

Nesse sentido, etnografar esses documentos significa atentar para os discursos de verdade e também para as vozes que emergem dessas fontes: arquivos “falam”, e nós podemos “ouvi-los” e “dialogar” com eles, desde que estejamos atentos às condições de produção dessas vozes (CUNHA, 2004).

## **A MEDIDA DE SEGURANÇA NO PARÁ E NO DISTRITO FEDERAL**

É natural que o histórico da assistência psiquiátrica em regiões distintas guarde particularidades, bem como os contextos de surgimento das instituições que foram objetos desta pesquisa sejam distintos. O HGP e a ATP são marcados por processos políticos e sociais específicos que explicam a perpetuação desses espaços, ainda que em um contexto contemporâneo à reforma psiquiátrica.

No Pará, em que pesem os avanços provenientes da reforma psiquiátrica e da construção de uma rede de atendimento extramuros, ainda subsiste uma instituição de caráter manicomial: o HGP. Inaugurado em 2007, ou seja, posteriormente à Lei n. 10.216/2001, é o lugar destinado a receber pessoas que possuem uma doença mental e tiveram um conflito com a lei. Apesar do seu sentido supostamente terapêutico, é vinculado à Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social do Pará e fica localizado no Complexo Penitenciário de Americano, no município de Santa Izabel do Pará (DINIZ, 2013).

No Distrito Federal, por sua vez, a internação é cumprida na ATP, que está inserida dentro da Penitenciária Feminina do Distrito Federal (PFDF), localizada na Região Administrativa do Gama. As condições desse espaço são congêneres as de uma penitenciária.

Nesses contextos, é possível notar a incongruência entre a finalidade terapêutica e a execução da medida de segurança. Ambos, HGP e ATP, não cumprem o preconizado pela lei da reforma psiquiátrica.

### *O perfil sociodemográfico das mulheres internadas no HGP e na ATP*

Da análise dos dados sobre o universo feminino do HGP e da ATP, foi possível traçar um perfil sociodemográfico das mulheres internadas, a partir do qual emergem diversos marcadores

sociais relevantes, referentes à idade, à naturalidade, ao estado civil, à raça, à escolaridade e à profissão delas<sup>6</sup>.

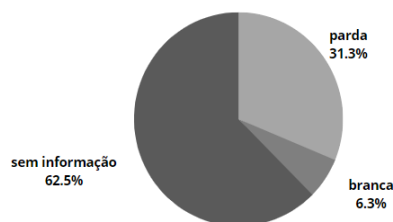
No HGP, os dados mostram que a metade das mulheres internadas tinha entre 20 e 29 anos de idade, o correspondente a 8 mulheres do total de 16; 1 mulher tinha menos de 20 anos; e 7 mulheres tinham entre 30 e 39 anos<sup>7</sup>. No Distrito Federal, os dados apontam que as idades das mulheres variavam de 22 a 38 anos, com idade média de 31 anos<sup>8</sup>. É importante ressaltar que não foi possível encontrar a informação sobre o início do cumprimento da medida de segurança de uma das internas. Assim, essa média de idade apresentada considera o quantitativo de 8 mulheres.

Quanto à naturalidade, das 16 mulheres internadas no HGP, 2 eram provenientes do Maranhão e 2, de Tocantins. Dentre as 12 oriundas do Pará, os municípios catalogados, de onde vieram, foram os seguintes: Juruti, Breves, Ananindeua, Belém (2), Marituba, Santa Bárbara do Pará, Cametá, Capitão Poço, Xinguara, Altamira e Itaituba. Na ATP, os processos apontam que 7 mulheres eram do próprio Distrito Federal, 1 era proveniente do estado de Minas Gerais e 1, do estado da Bahia.

Em relação ao estado civil, no HGP, 8 mulheres eram solteiras; 3 eram conviventes em união estável; e 1 era viúva. Para 4 mulheres não havia informação quanto a este quesito. Na ATP, 7 mulheres eram solteiras e 2 eram divorciadas.

No HGP, dentre os 16 processos analisados, apenas 6 apresentavam registro de raça: em 5, as mulheres foram classificadas como pardas; em 1, como branca.

### **Gráfico 1. Registro de raça das mulheres no HGP**



**Fonte:** Elaboração própria, 2023.

6 Os dados referentes ao perfil sociodemográfico e à situação criminológico-psiquiátrica das mulheres internadas no HGP foram originalmente publicados em QUINAGLIA SILVA; LEVY e ZELL (2020).

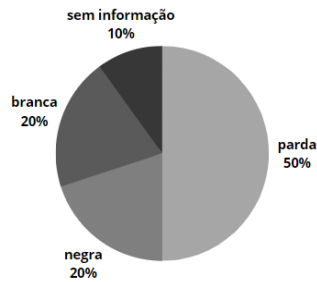
7 Esses dados correspondem às idades das mulheres internadas em medida de segurança no HGP quando da entrada nessa instituição.

8 Esses dados referem-se igualmente às idades dessas mulheres quando da entrada na instituição.



Já na ATP, 5 mulheres foram classificadas como pardas; 2, como negras; e 2, como brancas. Não havia informação sobre a raça de uma das mulheres. Ainda, como se trata de uma heteroclassificação, uma das mulheres recebeu ora uma classificação como parda, ora como branca.

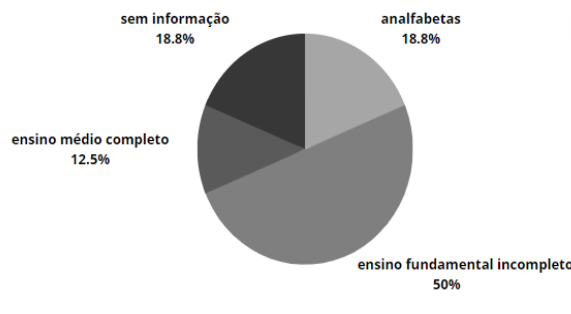
**Gráfico 2. Registro de raça das mulheres na ATP**



**Fonte:** Elaboração própria, 2023.

Sobre a escolaridade das mulheres do HGP, 3 eram analfabetas, 8 tinham o Ensino Fundamental incompleto e 2 tinham o Ensino Médio completo. Não havia informação sobre a escolaridade de 3 mulheres.

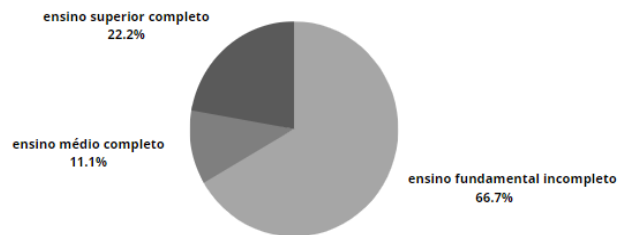
**Gráfico 3. Escolaridade das mulheres no HGP**



**Fonte:** Elaboração própria, 2023.

Na ATP, 6 mulheres tinham o Ensino Fundamental incompleto, 1 possuía o Ensino Médio completo e 2 tinham o Ensino Superior completo.

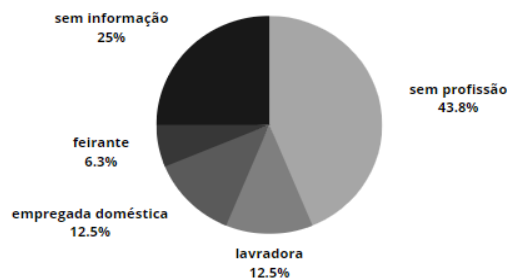
#### Gráfico 4. Escolaridade das mulheres na ATP



Fonte: Elaboração própria, 2023.

Já as profissões refletem a baixa escolaridade apresentada pela maioria das mulheres em ambas as instituições. No HGP, 7 mulheres não possuíam profissão, 2 eram lavradoras, 2 eram empregadas domésticas e 1 era feirante. Em 4 casos, não havia informação quanto a este quesito.

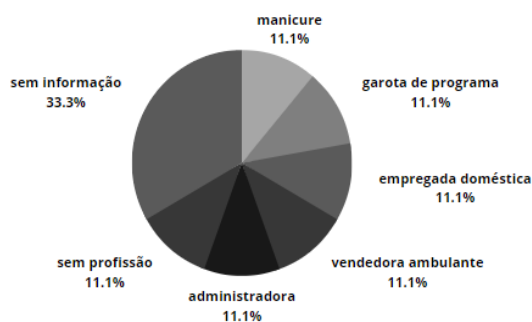
#### Gráfico 5. Profissões das mulheres no HGP



Fonte: Elaboração própria, 2023.

Na ATP, 1 era manicure, 1 era garota de programa, 1 era empregada doméstica, 1 era vendedora ambulante e 1 era administradora de empresa. Em 1 dos casos, a mulher não possuía profissão. Em 3 casos, não havia informação quanto a este quesito.

**Gráfico 6. Profissões das mulheres na ATP**



Fonte: Elaboração própria, 2023.

Esses dados revelam a situação de vulnerabilidade social dessa população, sendo possível inferir que as mulheres que cumpriam uma medida de segurança na modalidade de internação tanto no Pará quanto no Distrito Federal eram, em sua maioria, jovens, solteiras, pardas ou negras, com baixa escolaridade e profissões que exigem pouca ou nenhuma formação técnica ou qualificação. Esses dados refletem o perfil sociodemográfico das mulheres internadas nos manicômios judiciários do país como um todo (DINIZ, 2013).

#### *A situação criminológico-psiquiátrica das mulheres internadas no HGP e na ATP*

No estado do Pará, após exame médico-legal, 5 mulheres foram diagnosticadas com transtornos mentais e comportamentais devidos ao uso de álcool e outras drogas; 4, com esquizofrenia; 2, com retardo mental; 2, com epilepsia; 2, com transtorno afetivo bipolar; 2, com transtornos da personalidade; 2, com transtornos psicóticos; 1, com transtorno mental devido a lesão e disfunção cerebral e a doença física; e 1, com transtornos delirantes. Em 4 processos não havia laudo psiquiátrico, o que salta aos olhos, haja vista ser esse um documento essencial para a aplicação dessa sanção penal. É importante destacar, ainda, que neste quesito a uma mesma mulher foi atribuído mais de um diagnóstico.

No Distrito Federal, os transtornos mentais e comportamentais devidos ao uso de álcool e outras drogas e os transtornos da personalidade foram os diagnósticos mais comuns, aparecendo em 4 casos. Ademais, 3 mulheres foram diagnosticadas com psicose não-orgânica não especificada; 2, com esquizofrenia; 2, com transtorno afetivo bipolar; 1, com mania com sintomas psicóticos; 1, com retardo mental; e 1, com transtorno depressivo. Ressalta-se que também no Distrito Federal, em relação a este quesito, a uma mesma mulher foi atribuído mais de um diagnóstico.

Assim como no HGP, também na ATP, em 1 caso tampouco havia o laudo psiquiátrico

nos autos do processo, e o diagnóstico de história de uso de álcool e outras drogas, associado a uma personalidade agressiva, foi relatado pela equipe multidisciplinar da ATP. Ou seja, trata-se de processos sem laudos que mantêm pessoas internadas. Isso nos permite indagar qual é o peso desses laudos para a manutenção da medida de segurança. O que efetivamente mantém essas e quicá outras mulheres capturadas nessas instituições de sequestro<sup>9</sup> espalhadas pelo Brasil?

Com relação à incidência penal, no HGP, evidenciou-se uma concentração de crimes contra a pessoa (12), seguidos dos crimes contra o patrimônio (4) e dos crimes da Lei Antidrogas (1). Entre os crimes contra a pessoa, 9 foram homicídios; 1 foi uma tentativa de homicídio; e 2 foram crimes de lesão corporal. Os crimes contra o patrimônio incluíam 3 roubos e 1 tentativa de roubo. Quanto a este quesito, ressaltamos que uma mesma mulher respondia por mais de um crime. Ademais, é igualmente importante destacar que 5 dos 9 homicídios foram cometidos contra um membro da família.

Na ATP, observou-se igualmente uma prevalência dos crimes contra a pessoa (10), seguidos dos crimes contra o patrimônio (9), dos crimes contra a administração pública (2) e dos crimes contra a família (1). Também constavam 2 crimes do Estatuto do Desarmamento, sendo 1 porte ilegal de arma de fogo de uso permitido e 1 disparo de arma de fogo. Os crimes contra a pessoa envolviam 4 crimes de lesão corporal; 4 crimes de ameaça; 1 homicídio; e 1 tentativa de homicídio. Entre os crimes contra o patrimônio, 3 foram roubos; 3 foram danos qualificados; 2 foram furtos qualificados; e 1 foi furto. Os crimes contra a administração pública incluíam 1 crime de desobediência e 1 crime de desacato. O crime contra a família consistiu em 1 tentativa de subtração de incapaz.

Também nessa instituição, em relação a este quesito, uma mesma mulher foi enquadrada em mais de uma categoria. Ainda, do universo de 24 crimes cometidos, 9 foram praticados contra membros da família ou pessoas do convívio das mulheres.

Esses dados mostram que, apesar da variedade de diagnósticos, os transtornos mentais e comportamentais devidos ao uso de álcool e outras drogas apareceram como os mais comuns no HGP e na ATP. Ainda, a maioria das mulheres internadas nesses espaços respondia por crimes praticados contra a pessoa. Finalmente, parte significativa desses crimes foi cometida contra um parente ou pessoa próxima.

---

<sup>9</sup> Instituições de sequestro são aquelas que não apenas excluem o indivíduo do círculo social, mas fixam-no a um aparelho de normalização. Trata-se, portanto, de uma inclusão por exclusão (FOUCAULT, 2013).

## **GÊNERO E LOUCURA**

A mulher que atravessa o sistema penal suporta toda a carga de humilhação, discriminação e estereotípiia. É necessário salientar que esse sistema articula processos de criminalização: ao contrário do que sua função declarada promete (combater e reduzir o crime), ele também constrói a criminalidade, de modo seletivo e estigmatizante, reproduzindo as desigualdades sociais de classe, gênero e raça (ANDRADE, 2012).

Esses marcadores se evidenciam quando traçado o perfil sociodemográfico tanto das mulheres internadas no HGP quanto na ATP. Como anteposto, nesses manicômios judiciários, a população carcerária feminina é, na maioria, composta por mulheres jovens, solteiras, pardas ou negras, provenientes de zonas rurais ou periféricas, com baixa escolaridade e profissões que exigem pouca ou nenhuma qualificação.

Nos caminhos trilhados pelos processos delas, os estigmas se mostram norteadores de seus destinos e das motivações atribuídas aos crimes. Como mencionado, os crimes praticados em um contexto doméstico, contra membros da família, se repetem, o que demonstra como a recusa ao dever de cuidado, considerado inerentemente feminino, é associada à loucura. Neste sentido, segundo Zanello (2017, p. 61):

O dispositivo materno, assim como o amoroso, trata-se de uma construção cultural que se deu sobretudo desde o século XVIII: de um lado, pela separação entre um universo público e um privado; de outro, pela criação do discurso ideológico de um “instinto materno” (BADINTER, 1985), naturalizando nas mulheres a capacidade de cuidar (dos outros e das tarefas domésticas, ou seja, relacionadas ao âmbito privado). Cuidar é uma capacidade humana, mas historicamente foi ligada aos corpos procriadores das mulheres e somente nelas interpelado. [...] Mesmo que uma mulher não tenha filhos, será demandada culturalmente a ser cuidadora, a se doar pelos outros, bem que para isso abra mão de si mesma e de seus projetos.

Os processos de adoecimento psíquico também são atravessados pelas questões de gênero. Quando permitido que contassem suas trajetórias, muitas dessas mulheres relatavam um longo histórico de violências doméstica e sexual ao qual foram submetidas. Relatavam, também, a ausência do Estado quando buscaram tratamentos em serviços públicos, que, por outro lado, se fez presente imediatamente no momento da prática criminosa, para aplicar uma punição.

Naturalmente, a socialização feminina se distingue da masculina em uma sociedade sexista como a nossa. As diferenças físicas entre homens e mulheres são transformadas em

desigualdades sociais e de gênero, que se refletem na alocação destas últimas em um lugar hierarquicamente inferior (ZANELLO, 2017).

Sobre a subjetivação de homens e mulheres, Zanello (2017) nos explica que, se para elas há os dispositivos materno e amoroso, marcados pela capacidade de cuidar, seja do ambiente doméstico, seja de pessoas, para os homens, o dispositivo da eficácia, relacionado à virilidade sexual e laborativa, prevalece. Ambos se inserem na divisão sexual do trabalho nos âmbitos privado e público.

Marcados por tais experiências que têm um potencial adoecedor, os estigmas atribuídos à ideia da loucura associada à feminilidade são os que mais norteiam a atribuição de diagnósticos que justificam os processos de sofrimento psíquico de mulheres, bem como seus episódios de “surtos” e “crises”. Esse foi o caso de Ana, com 30 anos, parda, com o Ensino Fundamental incompleto e sem profissão. Em exame médico-legal, o psiquiatra buscou os sintomas de sua doença mental em “antecedentes pessoais”, oportunidade em que ela relatou abandono familiar, a perda precoce do pai por prováveis complicações decorrentes de alcoolismo, a experiência com o uso de drogas desde a adolescência e a vivência de relacionamentos conturbados e violentos. Não obstante, seu adoecimento psíquico foi associado a uma gestação que se deu na adolescência e ao puerpério do filho, considerados marcos a partir dos quais teria passado a manifestar alterações de humor e ansiedade.

Sobre esse relato, é importante recorrer à produção científica ocidental do século XIX que associava a mulher à natureza e às emoções e o homem à cultura e à razão. Isso implica afirmar que a mulher é considerada submissa, frágil, dócil; o contrário disso seria antinatural. Paradoxalmente, os comportamentos desviantes femininos foram associados à condição feminina, que seria mais próxima à loucura. Isso decorre da ideia de que o organismo feminino encontraria em sua fisiologia predisposição à doença mental: aspectos relacionados à menstruação, à gravidez, ao parto e a seus hormônios (ENGEL, 2000). Portanto, na avaliação dos sintomas, os profissionais da saúde atribuem valores e ideais de gênero ao diagnóstico. Isso ocorre porque a formação acadêmica é posterior à compreensão de mundo que também produziu um imaginário social binário nesses profissionais (ZANELLO, 2017).

Explicação parecida é atribuída à Aline, com 34 anos, igualmente parda, com o Ensino Fundamental incompleto e sem profissão. Durante exame médico-legal, conta o laudo psiquiátrico que ela mesma atribuiu a prática criminosa ao fato de estar menstruada à época, afirmando que o seu “sangue subiu à cabeça”. O relatório psicossocial, feito em 05 de janeiro de 2017, também indica que seu primeiro transtorno ocorreu no curso de sua gravidez. A associação que Aline teria feito de seu sofrimento psíquico com o ciclo menstrual mostra que as



mulheres mesmas passam a se reconhecer na descrição científica e compreender suas próprias experiências a partir dela (ZANELLO, 2017).

Nessa mesma perspectiva, Paula, com 39 anos, com o Ensino Fundamental incompleto e doméstica, ao ser submetida a exame médico-legal, foi inquirida sobre sua gravidez e seu puerpério, aos quais atribuiu a sensação de ter ficado “esquisita”. Ainda de acordo com o laudo psiquiátrico, Paula teria narrado que seu marido dizia que ela “não estava normal” após o parto.

Caso semelhante é o de Fernanda, com 28 anos, igualmente com o Ensino Fundamental incompleto e doméstica. Consta de seu exame médico-legal, realizado em 26 de fevereiro de 2010, que teve “depressão pós-parto”, tendo sido inclusive internada em clínica psiquiátrica por esse motivo. Mais de um ano depois, em exame de cessação de sua periculosidade realizado em 22 de novembro de 2011, consta que:

Fernanda – [...] **sempre adoecia após o parto**, exceto no nascimento do 1º filho. Os médicos falavam que ela tinha **depressão pós-parto**. [...] Quanto a sua doença, a pericianda diz que sentia medo, chorava muito, emagrecia, não conseguia dormir e sentia muita tristeza. Diz que ficava muito tempo sozinha, aguentando as coisas ruins em casa. (trecho do laudo psiquiátrico, 2011, grifos nossos).

Fatores sociais podem contribuir para o adoecimento de mulheres após o parto, devido, por exemplo, à sobrecarga no cuidado com o bebê, em consonância com o trabalho, associado, ainda, a questões de classe, raça etc. Esses fatores não raramente foram relatados nas narrativas dessas mulheres. No entanto, não foram abordados como centrais. São os aspectos fisiológicos, como alterações biológicas e hormonais provenientes da gravidez, aqueles tidos como primordiais para o adoecimento e o consequente cometimento de um crime. Essa abordagem reitera um olhar essencialista na perpetuação da ideia de uma loucura feminina.

## **“POR QUE A POLÍCIA VAI ME PRENDER SE EU NÃO QUERO MAIS USAR DROGA?”: A PERICULOSIDADE DAS MULHERES “LOUCAS-INFRATORAS”**

É a periculosidade que ancora as decisões judiciais de manter as mulheres consideradas loucas-infradoras confinadas. Essa noção, atribuída a essas mulheres, reside não apenas nas circunstâncias do crime, mas no desvio ao comportamento esperado. A doença mental em si é criminalizada. Elas são punidas não pelo que fizeram, mas pelo que são (QUINAGLIA SILVA;

LEVY; ZELL, 2020).

A periculosidade é, contudo, uma noção dotada de subjetividade, uma vez que ela lança um juízo para o futuro. Ora, é impossível garantir que uma pessoa represente (ou deixe de representar) perigo para a sociedade. Tampouco há como prever se alguém irá (ou não) cometer um crime futuramente (QUINAGLIA SILVA; LEVY; ZELL, 2020).

Camila, com 25 anos, parda, com o Ensino Fundamental incompleto e garota de programa, era moradora de rua, quando foi internada em 2010. No primeiro exame médico-legal, realizado em 11 de novembro de 2010, foi registrada a “curva de vida” dela:

Camila – Curva de vida: Nunca exerceu atividade laborativa formal. “Sempre fiz programa desde os dez anos.” Já conviveu com quatro companheiros. “Só esse último agora que eu tô morando em casa, os outros foi na rua, não me lembro não (em que períodos).” Conta que teve três filhos, todos foram doados. “Grávida eu fiquei sete vezes, um de cada pai. Não tem nenhum comigo por causa da minha droga, o juiz falou que eu não tenho condição de cuidar. Tem cinco anos que eu moro [...] com [companheiro], ele é aposentado, tem setenta anos. Só não dá muito certo por causa da droga. Ele quer me internar e eu não quero. Eu fico um pouco na rua e um pouco em casa.” [...] Descreve-se como uma pessoa centrada unicamente na obtenção e consumo de drogas. “Sou triste porque não tenho meu pai nem minha mãe, minha irmã mora na rua. Nós é tudo separado. Só uso droga o dia todo, só vivo me drogando. Do mesmo jeito que eu uso em casa, eu uso na rua.”. (trecho do laudo psiquiátrico, 2010).

Camila é considerada perigosa pelo que é, por seus comportamentos transgressivos, associado ao uso de drogas e a uma vida tida como promíscua. Não cuida de si, nem dos filhos que teve, como descrito, com diferentes parceiros sexuais. Aliás, é também devido à dependência química que ela foi considerada como inimputável aos olhos da Justiça. Em outro exame pericial ao qual foi submetida, em 26 de janeiro de 2013, a fim de analisar eventual cessação de sua periculosidade, mediada pelos documentos, ela afirma sua melhora e seus planos concretos para o futuro:

Camila – “Vou na Vara da Infância, pegar meus filhos, estudar e trabalhar. Tô com a mente voltada pra sociedade. Tô cansada de sofrer, de ser presa, de apanhar da polícia. [...] Acho que não preciso, não [dos remédios], mas eu prefiro tomar pra evitar confusão porque quero ir embora daquele lugar. Esses remédios só me dá sono e eu fico só na minha, mas, sem eles, eu sou a mesma pessoa, tranquila. Quando eu sair, não vou tomar, não. Eu usei [drogas] lá [no manicômio judiciário], mas vi que não era o melhor pra mim e pedi a polícia pra me trocar de bloco. Acho que vai fazer uns dois meses [que parou de usar drogas], foi antes do Natal. Estou me sentindo super bem. Queria ver a oportunidade de ir embora hoje. Tô até gorda. Por que a polícia vai me prender se eu não quero mais usar droga?”. (trecho do laudo psiquiátrico, 2013).

O laudo psiquiátrico revela que a periculosidade de Camila continua vinculada ao uso de substâncias psicoativas. Ela é, então, mantida internada. Anos depois, em 11 de outubro de

2017, é submetida a novo exame médico-legal, com a finalidade de verificar, mais uma vez, a possibilidade de desinternação condicional.

Camila – De interesse do exame psiquiátrico como auxiliar para determinar se a apenas possui condições de retornar ao convívio social, **foram avaliados a personalidade, a periculosidade, o arrependimento, além de variáveis ambientais [sic] às quais será a custodiada eventualmente inserida.** Em relação à periculosidade, é importante apontar que o conceito de risco superou aquele, que não pode ser visto, por sua vez, como um traço constante, sendo necessária valoração conjunta de elementos ambientais, situacionais e sociais. Nesse sentido, **foram identificados diversos fatores de risco que se relacionam a pior prognóstico e maior risco de comportamento violento e de voltar a delinquir.** Pode-se apontar, em relação a fatores pré-delito, **história de desajustamento social, abandono escolar e fracasso em manter vínculo empregatício, dificuldade na manutenção de vínculos interpessoais, distúrbios precoces de conduta com comportamento violento prévio, reincidência em práticas criminais, história de doença mental, dependência de drogas e não-aderência a tratamento psiquiátrico.** [...] Em relação às variáveis ambientais, **a pericianda não apresenta um grupo primário de apoio favorável, família constituída frágil e possivelmente um lar pouco afetivo.** Ainda, **não apresenta planos profissionais estruturados e factíveis,** pontuando a importância das situações anteriormente apresentadas de moradia de rua, dependência química e várias passagens pelo [manicômio judiciário] com quebra das regras da desinternação condicional. Os somatórios desses dados permitem concluir que **a apenas apresenta elevado risco de comportamento violento, não sendo possível afastar a possibilidade de que volte a delinquir.** Do ponto de vista de sua doença psiquiátrica, esta persiste, porém encontra-se compensada, especialmente por viver em ambiente protegido, com menor risco de obter substâncias psicoativas. Em ambiente não protegido, há possibilidade concreta de recaídas e recidivas, com manutenção do quadro de dependência e reincidência criminal para mantê-lo. (trecho do laudo psiquiátrico, 2017, grifos nossos).

O caso de Camila nos mostra que a instituição que a capturou não oferece possibilidades reais de tratamento e retomada de sua autonomia. Fora dela, tampouco há condições de acesso a serviços de saúde, além da educação e do mercado de trabalho. Permanecer nela parece ser o destino único a ser traçado por Camila. Ao mesmo tempo, suas “recaídas” se deram dentro do próprio contexto institucional. Logo, emerge nítida a “sinuca de bico” na qual mulheres como Camila se encontram. O objetivo da internação, em última instância, ao contrário do que predispõe a legislação, não é o tratamento, mas tão somente a segregação social.

Outro caso emblemático nesse sentido é o de Helena, com 23 anos, parda, analfabeta e sem profissão. Foi internada em 2008. Em 2014, foi tomada uma decisão judicial favorável à sua desinternação condicional. Entretanto, foi reinternada em 2016 e permanecia na instituição até a finalização desta pesquisa. Helena foi submetida a exame médico-legal em 12 de junho de 2013, que tinha o condão de avaliar eventual cessação de sua periculosidade.

**Helena – Pericianda apresenta transtorno mental orgânico decorrente de doença neurológica (epilepsia), caracterizado por sintomas de agitação psicomotora,**

**heteroagressividade, irritabilidade e instabilidade emocional. Apresenta ainda retardo mental moderado**, sendo esta **condição** resultante de processo patológico durante a fase de desenvolvimento, **irreversível**, caracterizado por limitações no funcionamento intelectual e nas habilidades da vida e tornando o indivíduo sugestível, vulnerável ao uso de entorpecentes e com **baixo repertório de resolução de problemas**, tendendo a reagir com uso de violência. [...] Quanto ao delito cometido **a pericianda não manifesta arrependimento** e acredita que errou apenas por não ter fugido e evitado sua prisão. A crítica é prejudicada quanto a motivação e consequências do ato praticado. Diante do exposto, **conclui-se que não houve cessação da periculosidade, não sendo recomendável o retorno ao convívio social**. (trecho do laudo psiquiátrico, 2013, grifos nossos).

Dois fatores foram centrais para atestar a manutenção da periculosidade de Helena: a ausência de arrependimento pelo crime praticado e o próprio diagnóstico atribuído a ela. Ora, se o próprio perito psiquiatra reconhece que, devido à doença mental, o repertório de solução de problemas de Helena é baixo, como exige que ela tenha crítica para se arrepender do crime como condição para confirmar a cessação de sua periculosidade? Além disso, se não há possibilidade de cura por ser sua doença mental “irreversível”, e a periculosidade é considerada inerente a essa doença mental, isso implica afirmar que sua reclusão pode atingir caráter eterno?

Conforme o conceito de biopoder de Foucault, “fazer viver e deixar morrer” possuem relevantes repercussões para a compreensão da periculosidade na esfera da repressão criminal. O “fazer viver” faz referência à construção de indivíduos a partir de processos de subjetivação alinhados ao regime de mercado (DELUCHEY, 2015). Enquanto “deixar morrer” possui várias implicações, para além da morte física em si ou do “assassinio direto”; manifesta-se com a exposição constante à morte, no fato de o risco de morte ser maior para alguns, mas também em outras formas de morte, como a morte política, a expulsão, a rejeição social etc. (FOUCAULT, 2005).

O racismo se apresenta como elemento central para o biopoder, que define, dentro da população, quem deve viver e quem pode morrer, a partir da desqualificação de certas formas de vida. É por meio do racismo que se naturalizam a função assassina do Estado e a eliminação do inimigo, aquele que foi constituído como perigoso para o corpo social (FOUCAULT, 2005; MBEMBE, 2018).

Dentro dessa lógica, os poderes-saberes também deram conta da construção de uma loucura tipicamente feminina, que não se limitou à Medicina, mas perpassou a Psicanálise, a Psicologia, a Sociologia, a Filosofia, o Direito, entre outros. Essas construções teórico-científicas criam, reforçam e justificam as diferenças entre os sexos, perpetuando o lugar hierarquicamente inferior atribuído às mulheres. É possível fazer um paralelo com as teorias racialistas, que afirmam duplamente a inferioridade biológica das mulheres negras (PASSOS;

PEREIRA, 2017).

Assim, a categoria loucura abrange não somente as mulheres em sofrimento psíquico ou com transtornos mentais, mas aquelas com comportamentos considerados desviantes: prostitutas, lésbicas, mães solteiras. Não à toa são corpos historicamente privilegiados para a captura das instituições manicomiais. Em estudos sobre os hospícios brasileiros, é encontrada nos diagnósticos a associação entre a loucura feminina e fatores como sexualidade desviante, falta de desejo pelo matrimônio e pela maternidade, ao passo que os diagnósticos masculinos são vinculados ao fracasso na função de provedor. Como vimos, essa mesma associação transparece nos documentos referentes às mulheres internadas no HGP e na ATP. Emerge nítido, portanto, que os critérios médicos são atravessados por representações sociais (PASSOS; PEREIRA, 2017; ARBEX, 2018).

## **OS PODERES-SABERES EM DISPUTA NOS DOCUMENTOS**

A relação entre a Medicina e o Direito, firmada por meio dos manicômios judiciários, sempre se deu acompanhada de disputas, mas, em geral, ambos os poderes-saberes psiquiátrico e jurídico caminharam (e caminham) juntos no sentido de manter a exclusão social dos ditos loucos-infratores.

Da leitura dos documentos concernentes às mulheres internadas no HGP e na ATP, foi possível identificar que os laudos psiquiátricos convergem com o poder-saber jurídico e a postura amiúde adotada pelo Ministério Público, sobretudo no que se refere aos discursos sobre a periculosidade delas, fator central para a manutenção ou a cessação da medida de segurança. Há um entendimento comum de que, sob o manto da proteção social, justifica-se a reclusão dessa população.

Em contrapartida, as equipes multidisciplinares que acompanham a trajetória institucional dessas mulheres, de uma maneira bem mais contínua e próxima, costumam sugerir a via do tratamento extramuros, estimulando a retomada dos laços familiares e a reinserção social. Esse posicionamento se materializa nos relatórios psicossociais e nas manifestações da Defensoria Pública tanto no Pará quanto no Distrito Federal.

Das contradições entre esses saberes, costuma sair vencedor o primeiro entendimento, o que certamente contribui para que as internações se alonguem demasiadamente, minando as possibilidades de ruptura com a lógica institucional, manicomial, o que vai de encontro

frontalmente com o disposto na Lei n. 10.216/2001.

Foucault (1979, 2010) defende que os documentos não são matérias inertes. Na análise da textura dos documentos, é necessário colocar em questão o conjunto das relações de poder que subjaz a eles. Nessa perspectiva, deparamo-nos com frágeis e contraditórios registros em relação aos projetos de vida e memórias dessas mulheres nos documentos. Há, por um lado, o acompanhamento das equipes multiprofissionais tanto dos Tribunais de Justiça quanto das instituições manicomiais, que, em seus encontros com essas internas e seus familiares, atravessam as biografias delas, narradas nos processos, ora realizando um atendimento psicossocial, ora se reportando ao juízo. Parece haver nesse acompanhamento um cuidado ético com o que é relatado ao juízo e traduzido no processo e, em seguida, divulgado à sociedade.

Na outra esteira, há os registros de “curvas de vida” descritos pelos peritos nos laudos psiquiátricos. Há, ainda, o registro processual, com as vidas dessas mulheres retratadas pela própria infração penal, que, em última instância, as constitui. Mediados por esses documentos, que produzem verdades sobre as “loucas-infratoras” e sobre seus processos de sofrimento psíquico, transparecem, por fim, os agenciamentos delas.

Assim, as histórias de vidas dessas mulheres são atravessadas pelas lógicas de poder-saber que articulam a Justiça e o campo *psi*. Vemos essas operações em funcionamento e os referidos poderes-saberes em disputa em alguns trechos constitutivos dos processos, nos laudos psiquiátricos e nos relatórios psicossociais, como no caso de Camila, já citada.

Camila – Trata-se de examinada portadora de dependência química grave (equivalente a uma doença mental) atualmente internada compulsoriamente. Em nossa avaliação, pudemos constatar a ausência de uma rede social de apoio, o comportamento inadequado no cárcere, a necessidade de doses elevadas de psicofármacos para contê-la, o relato de uso de drogas mesmo em ambiente “protegido”, o perfil psicológico mal estruturado e a falta de consciência de sua condição clínica. **Neste momento, opinamos pela não desinternação, destacando que a pericianda necessita de tratamento médico e psicológico em regime de internação em local que disponha de estrutura hospitalar do qual não possa evadir-se. Sua periculosidade permanece intimamente vinculada ao uso de substâncias tóxicas.** (trecho do laudo psiquiátrico, 2013; grifos nossos).

Percebemos que a Sra. [Camila] tem consciência das suas limitações e consegue fazer uma reflexão da sua situação processual e de saúde. Mantê-la recolhida na Penitenciária apenas com tratamento medicamentoso, sem tratamento específico para dependência química, não irá auxiliá-la na sua readaptação a ambientes externos. [...] A facilidade de acesso às drogas dentro do presídio é um dificultador para as sentenciadas que têm interesse em abandonar o uso de drogas. [...] **Diante do exposto, e considerando o histórico de dependência química da sentenciada, que necessita de tratamento de forma sistemática e contínua, sugerimos a transferência da Sra. [Camila] para a [outra instituição].** (trecho do relatório psicossocial, 2015, grifos nossos).



Nesse duelo de lógicas de poder-saber, o Ministério Público acompanhou o entendimento do laudo psiquiátrico e se manifestou pelo indeferimento da desinternação condicional. Ressaltou que o prazo máximo da medida de segurança ainda não tinha sido alcançado, devendo o cumprimento dessa sanção penal continuar a prosseguir.

Camila – Verifica-se que a executada possui execuções pela prática de crimes de roubo e furto, **não estando esgotado o prazo máximo de cumprimento da medida de segurança**. Desta forma, **mostra-se precipitada a extinção da medida**. [...] Verifica-se que o exame concluiu pelo elevado risco de comportamento violento, não descartando a possibilidade de reincidência. Registrou-se que a situação da segurada encontra-se atualmente estabilizada por estar em ambiente controlado, existindo possibilidade concreta de recaídas e recidivas caso retorne a ambiente sem vigilância, como já ocorreu diversas vezes no curso da execução da presente medida de segurança. Segundo se infere dos autos, é necessário que a segurada fortaleça os seus vínculos familiares e desenvolva suas estratégias de contenção de recaídas, antes de retornar ao convívio social. Assim, [...] o Ministério Público oficia pelo indeferimento da desinternação condicional. (manifestação do Ministério Público, 2017, grifos nossos).

Embora as narrativas variassem no decorrer do período de internação de Camila, as disputas pareciam se repetir entre os poderes-saberes psiquiátrico e jurídico, ancorados pelo posicionamento do Ministério Público, de um lado, e as manifestações das equipes multidisciplinares, contidas nos relatórios psicossociais, amparadas pelo posicionamento da Defensoria Pública, de outro. Como consequência, até a finalização desta pesquisa, Camila permanecia há mais de 10 anos confinada.

Caso semelhante é o de Fernanda, também já citada. As controvérsias entre os poderes-saberes emergem claras no processo dela. Segundo relatórios apresentados pela equipe multiprofissional, Fernanda apresentava consciência e juízo crítico de sua realidade, demonstrando inclusive arrependimento pelo crime cometido. Contudo, submetida a exame médico-legal com o objetivo de avaliar a cessação de sua periculosidade, as conclusões foram as seguintes:

Fernanda – **A pericianda apresenta doença mental crônica grave. A despeito do tratamento realizado, mantém sintomas delirantes** [...]. De acordo com os elementos obtidos conclui-se que **a pericianda não apresenta no momento condições de retorno ao convívio social; está mantida a periculosidade**. (trecho do laudo psiquiátrico, 2012, grifos nossos).

Por seu turno, o Ministério Público, ao se manifestar, concordou com o laudo psiquiátrico e entendeu que a medida de segurança precisava ser prorrogada. Por outro lado, a Defensoria Pública pugnou pela conversão da medida de segurança da modalidade de internação para o tratamento ambulatorial, por entender que:

Fernanda – [...] **o cumprimento da medida de segurança de internação** compulsória [...], sem os cuidados adequados ao transtorno mental da assistida, **somente contribuirá para o agravamento da enfermidade, corroborando à grave violação do direito à saúde e da dignidade da pessoa humana, pois, de fato, está sendo negado pelo Estado o acesso ao tratamento na rede pública de atenção à saúde mental, de acordo com as diretrizes estabelecidas na Lei nº 10.216/2001** (lei antimanicomial). (manifestação da Defensoria Pública, 2013, grifos nossos).

Em decisão de 11 de julho de 2013, o magistrado determinou a manutenção da medida de segurança na modalidade de internação, com embasamento no laudo psiquiátrico, ainda que sua elaboração tivesse ultrapassado um ano. Esses trechos supramencionados nos alertam para uma certa arbitrariedade na utilização de conceitos que reverbera nos percursos institucionais dessas mulheres.

## **AS FAMÍLIAS COMO AGENTES DA (DES)INTERNAÇÃO**

São também as famílias agentes responsáveis pelas trajetórias das internas. De certo modo, elas têm o poder de (des)internar. Historicamente, Foucault mostra que “tribunais de família” determinavam a internação de pessoas tidas como loucas no século XVIII (FOUCAULT, 2008; FRAYZE-PEREIRA, 1994).

Em nossa sociedade atual, há um dever de cuidado atribuído às mulheres, muito embora, quando necessitam de cuidados, elas sejam com frequência abandonadas (QUINAGLIA SILVA; SANTOS e CRUZ, 2018). Para a extinção da medida de segurança, um dos requisitos é justamente o acolhimento de parentes ou de pessoas que por elas se responsabilizem. Contudo, essas mulheres trazem históricos de abandono familiar ou de violências no âmbito doméstico. Essa fragilidade de laços se intensifica porque, como apresentado, parte dos crimes que cometeram ocorreu no seio familiar. Assim, esse requisito para a desinternação e o tratamento extramuros acaba por não ser cumprido, fator este de manutenção dessas mulheres em reclusão.

Nailde exemplifica a influência da família nos destinos das “loucas-infratoras”. Com 37 anos, analfabeta e lavradora, ela foi internada em 2010. Teve sua sanção penal convertida em tratamento ambulatorial em 2014. Ocorre que em 2017 sua filha, que era a responsável por sua rede de acolhimento, compareceu ao Ministério Público e relatou o seguinte:

Nailde – [...] A filha de [Nailde] passa a relatar QUE em novembro do ano passado ela [Nailde] começou a rejeitar os remédios, não fez mais o tratamento; QUE é muito agressiva com todos que tentam lhe ajudar; QUE o médico [...] deu um laudo para

a requerente onde dizia que sua mãe se nega a ser tratada, disse também que não tem mais condições dela ficar na [cidade onde morava] pois está muito agressiva e descontrolada; QUE a única forma que a requerente e sua família achou pra ela ficar fora de risco foi trancando ela em um quarto, porém ela disse que não é digno dela ficar ali; QUE por esses motivos quer ajuda para mandar sua mãe de volta para [o manicômio judiciário] para retornar os tratamentos pois lá tem cuidados apropriados para esses casos. (manifestação do Ministério Público, 2017).

Com base nesse relato, nesse mesmo ano, o magistrado decidiu pela reinternação de Nailde.

Além dos vínculos familiares fragilizados, é comum que não haja uma rede de apoio para uma possível desvinculação da Justiça. Ao contrário, essas mulheres vêm de contextos com pouco acesso a serviços não somente de saúde, como também de educação e ao mercado de trabalho. Possuem poucos recursos financeiros para viabilizar um acompanhamento terapêutico efetivo. A desassistência estatal culmina com o agravamento do sofrimento mental e o cometimento de um delito, permanece durante o cumprimento da medida de segurança e após a extinção dessa sanção penal. Há ausência de condições de promoção da saúde e de manutenção da própria dignidade humana.

Esse foi o caso de Sofia, com 35 anos, negra, com o Ensino Fundamental incompleto e empregada doméstica. Moradora de rua antes da aplicação da medida de segurança, adveio de um contexto familiar bastante complexo, com os pais e um irmão já falecidos e outros dois irmãos residentes em sua cidade natal. Possuía apenas uma irmã com quem tinha vínculo afetivo. Após permanecer 5 anos internada, em 23 de janeiro de 2017, a Defensoria Pública solicitou sua desinternação condicional, considerando que já havia cumprido o prazo mínimo de internação.

No entanto, em relatório produzido pela equipe da instituição onde estava internada, na data de 10 de fevereiro de 2017, foi observado que “no que diz respeito aos vínculos familiares, estes são fragilizados. A paciente não recebe visitas”. Com subsídio nessa informação, foi proferida decisão judicial em 10 de abril de 2017, indeferindo a sua desinternação condicional.

No mesmo ano, em 29 de novembro de 2017, foi produzido novo relatório pela mesma equipe, que indicou:

Sofia – Destacamos que os vínculos estão em processo de fortalecimento e que no momento a irmã ainda não tem condições de receber a paciente em uma desinternação condicional, entretanto está disposta a receber a paciente em saídas terapêuticas especiais, o que contribuirá para o fortalecimento dos vínculos. (trecho do relatório psicossocial, 2017).

O juízo concedeu as saídas terapêuticas mensais, sem escolta policial, desde que “sob

os cuidados e responsabilidade de familiar maior e capaz da segurada”. Ainda que tivesse boas intenções, a irmã de Sofia informou, em 26 de abril de 2018, que:

Sofia – [...] Apesar de perceber melhoras no estado de saúde da irmã, no momento, não tem condições financeiras de recebê-la. Declarou que terá uma despesa de 12 passagens, considerando que terá que pegar dois ônibus para chegar até a penitenciária [...]. Informou que trabalha como empregada doméstica e ganha um salário-mínimo por mês. Reside em [...] uma casa de três cômodos onde moram 7 pessoas. Ela é a única que está trabalhando. Ademais, ainda cuida da filha da Sra. [Sofia], uma adolescente de 15 anos, mãe de uma criança de 4 meses, que moram em um abrigo. (trecho do relatório psicossocial, 2018).

Posteriormente, a Defensoria Pública requereu, em 14 de maio de 2018, a realização de novo exame pericial para aferição da possibilidade da desinternação condicional de Sofia, mas tanto o Ministério Público quanto o juízo, em decisão datada de 12 de setembro de 2018, entenderam que nem havia necessidade de novo exame médico-legal, uma vez que é considerado primordial fortalecer os vínculos familiares para que se possa considerar a possibilidade de desinternação. Nesse sentido, segundo o Ministério Público:

Sofia – [...] Embora sua situação clínica esteja estabilizada, **o retorno prematuro ao convívio social, antes que seus vínculos familiares estejam fortalecidos, não oferece a segurança necessária de que a interna vá conter impulsos antissociais de forma apropriada.** (manifestação do Ministério Público, 2018; grifos nossos).

A impossibilidade de as famílias assumirem o cuidado dessas mulheres soma-se ao fato de que a internação em ambas as instituições não garante o devido tratamento, nem tampouco condições dignas para a reinserção social. Ao contrário, o ECTP, em sua estrutura, retira da população que nele se encontra a autonomia sobre seus corpos, seu tempo, suas vidas.

Além disso, o estigma a que é submetida diminui significativamente as chances de (re) inserção no mercado de trabalho para viabilizar o resgate da cidadania. Eternamente tuteladas, seja pelo Estado, seja por parentes (em geral, outras mulheres), é comum que, após (e se) postas em liberdade, essas mulheres retornem ao hospital-prisão, depois de cometerem novos delitos e terem novos episódios de sofrimento psíquico ou novas “recaídas” (no caso das usuárias de drogas).

## **“AQUI É O LUGAR QUE O FILHO CHORA E A MÃE NÃO VÊ”: CERCEAMENTO DE DIREITOS, AGENCIAMENTOS E ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA**

A análise da trajetória institucional dessas mulheres revela uma série de violações e cerceamento de direitos, emergindo claro que a estrutura do manicômio judiciário não atende ao objetivo mínimo a que se propõe: o tratamento. Pelo contrário, a realidade desumana à qual são submetidas as internas, sem dúvidas, contribui para a intensificação do sofrimento psíquico.

Quando é dada a oportunidade para que sejam ouvidas, subjazem aos documentos narrativas de insatisfação com os abusos vivenciados. Denise, com 21 anos, com o Ensino Fundamental incompleto e sem profissão, em relatório psicossocial datado do dia 22 de outubro de 2014, relatou ser o manicômio judiciário:

Denise – “um **lugar horrível**, onde as pessoas ficam gritando, jogando suas necessidades nos outros”, dizendo ainda que não gostava de tomar medicação, pois “mexia com os nervos” e que por isso fugiu. Relatando, então, que, após sua recaptura, **sofreu diversas punições**, complementando que “**existem muitas coisas erradas no hospital**” e que, quando reclama, não é ouvida, e por isso se revolta. [...] Perguntada sobre seu comportamento no [manicômio judiciário] informa que **faz de tudo para sair** [dele], que **fica “revoltada** porque peço as coisas (atendimento com o psicólogo) e ninguém faz nada. **Eu sou ciente que não sou doida**”, que pelo menos na [prisão comum] “**estudava, fazia teatro, fazia atividades** e no [manicômio judiciário] não faz nada, fica só trancada”: - “**Aqui é o lugar que o filho chora e a mãe não vê**”. (trecho do relatório psicossocial, 2014; grifos nossos).

Também a “mãe” não ouve o choro de Ana, já mencionada. Igualmente interna, reclamou das condições da instituição onde foi confinada. Essas mulheres lidam com o “pai”, o Estado, e todas as interdições por ele impostas, sem contar com o acolhimento de que necessitam para efetivamente terem a dignidade resgatada. Conforme consta do relatório psicossocial do dia 10 de julho de 2018:

Ana – [Ana] comparece à entrevista em bom estado de higiene e adequadamente trajada, consciente, parcialmente orientada quanto a si e o mundo exterior [...]. A princípio **mostra-se revoltada por continuar presa e das condições do hospital: “é um desacato ao ser humano”** [...]. (trecho do relatório psicossocial, 2018; grifos nossos).

O caso de Nathália é igualmente emblemático. Com 22 anos, parda, com o Ensino Fundamental incompleto e manicure, ela possuía um longo histórico de abusos e cerceamento

de direitos. Os documentos revelam o abandono estatal nas inúmeras tentativas de acesso a um tratamento adequado antes do cometimento de um delito. Em contrapartida, o Estado se fez presente no momento de puni-la, após a aplicação da medida de segurança.

Parte dessa vivência de violências sofridas por Nathália é evidenciada na manifestação da Defensoria Pública de 15 de outubro de 2014:

Nathália – [...] E, mais grave, em lamentável episódio de atentado à integridade física e moral da requerida, eis que, ao evadir-se do tratamento, foi localizada às 3:00h da madrugada do dia 02/02/2011, despida e ferida, na rodovia [...]. Exame do IML [...] indicou ter sido ela vítima de agressão e estupro. [...] Em decorrência da patologia de que padece e da desassistência a que vem sendo submetida, [...] foi recolhida à prisão [...] e, em 03/10/2011, foi submetida à medida de segurança por período não inferior a dois anos. (manifestação da Defensoria Pública, 2014).

A ausência de assistência adequada a expôs a intensas violações, contribuindo para a piora de seu quadro psíquico, que culminou com uma prática criminosa e a posterior internação no manicômio judiciário. Nesse espaço, continuou a sofrer violências, praticadas sob a égide do Estado. Em 2017, já internada, a Defensoria Pública se manifestou no processo pedindo a transferência de cela de Nathália, após o seguinte relato de sua mãe:

Nathália – A cela de sua filha pegou fogo em agosto de 2015 e não reformaram-na, e, **por causa das péssimas condições, sua filha respira fuligem e convive com ratazanas que saem do vaso sanitário durante o dia e, principalmente, durante a noite.** (manifestação da Defensoria Pública, 2017; grifos nossos).

Outra interna, Jéssica, com 38 anos, parda, com o Ensino Superior completo, por meio de sua mãe, fez uma denúncia ao Ministério Público, em 17 de julho de 2019, sobre a realidade enfrentada no manicômio judiciário onde se encontrava:

Jéssica – Em suas declarações, a genitora alega que **a segurada é submetida a tratamento degradante** no estabelecimento penal, **sendo extorquida por outras internas e forçada a trabalhar.** Informa, ainda, que não consegue entregar roupas, dinheiro ou alimentos para a segurada. As medidas, segundo ela, são adotadas pelo Diretor Adjunto e pela Chefe de Pátio daquela unidade. (manifestação do Ministério Público, 2019; grifos nossos).

Em exame médico-legal, realizado no dia 14 de agosto de 2019, Jéssica reiterou a realidade degradante por ela enfrentada.

Jéssica – Conta que atualmente está se sentindo mal porque **o local que se encontra seria violento, que lá é barulhento.** Informa que vê sua filha e sua mãe todas as quintas-feiras, que isso a mantém firme. (trecho do laudo psiquiátrico, 2019; grifos nossos).



Ainda que sob o controle institucional, essas mulheres performam denúncias e demonstram estratégias de resistência contra as violações sofridas nas instituições que as capturaram. A situação de violência é tão gritante que órgãos do próprio Estado chegam a igualmente denunciar esses espaços de clausura e tortura. Em outra manifestação da Defensoria Pública, de 15 de outubro de 2014, referente ao processo de Nathália, há menção a uma ação que foi movida pelo Ministério Público, com as seguintes ocorrências:

Encontravam-se abrigados no [manicômio judiciário], no momento da ação, 106 pacientes, contra sua capacidade máxima de 50 internos; o [manicômio judiciário] é uma ala prisional, atualmente com nove **celas**, todas **superlotadas e sem nenhuma característica de instituição hospitalar estruturada para oferecer tratamento aos internos submetidos à medida de internação; a estrutura física não é adequada para a realização de atividades terapêuticas** nem para os demais serviços de que os internos necessitam; não existe enfermaria para repouso ou para atendimentos emergenciais e sequer há plantão da equipe de saúde durante o período noturno e nos finais de semana; não há separação entre os internos portadores de transtornos mentais e aqueles com dependência química; há, inclusive, internos com transtorno de personalidade antissocial (psicopatas) junto aos demais segurados; a não separação dos internos causa sérios **problemas** tanto para os internos como para os profissionais que trabalham na ala e contribui para que ocorram **atos ilícitos, como tráfico de entorpecentes, homicídios e estupros, além de suicídios; os recursos humanos são insuficientes e os profissionais tanto da área da saúde quanto de segurança não receberam capacitação para trabalhar com os pacientes judiciários; as condições de cumprimento da medida observadas no [manicômio judiciário] não permitem que se atinja sua finalidade, que é o tratamento e a reinserção social do segurado, além de contrariar a Lei 10.216/2001**, que trata da reforma psiquiátrica: constata-se a total distância entre o modelo definido pela Lei e a realidade a que estão submetidos os segurados [...]. **Tal situação, por força dos princípios constitucionais, em especial, o da dignidade da pessoa humana, não pode ser tolerada pelos órgãos encarregados de zelar pela segurança e saúde dos cidadãos.** (manifestação da Defensoria Pública, 2014; grifos nossos).

Diante da realidade acessada nos documentos, é possível afirmar que, embora o HGP e a ATP tragam especificidades, ambos têm em comum o fato de não possuírem condições de oferecer um efetivo tratamento às internas, conforme constitucional e legalmente previsto. Ao contrário, as constantes violações sofridas contribuem para um agravamento do sofrimento delas. O que vemos são instituições superlotadas, com péssimas estruturas e deficiência nos atendimentos.

No HGP, as internações das 16 mulheres variaram entre 2 e 9 anos, sendo que 7, entre elas, encontravam-se internadas na instituição quando os dados foram coletados. Das 9 mulheres que tiveram a sanção penal extinta, 3 foram reinternadas após a soltura, devido às dificuldades de (res)socialização e à reincidência. Na ATP, a média de tempo de internação foi de 5 anos. Podemos constatar que, entre as 9 mulheres internadas, há pelo menos 2 que permanecem na

instituição por aproximadamente 10 anos.

É comum que as internações se alonguem no tempo, o que acarreta um processo de mutilação das identidades dessas mulheres. Por meio dos modos de subjetivação apontados, elas tentam, então, resgatar o estatuto de humanidade delas usurpado.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

É de se notar que no CP doença mental e periculosidade se equivalem, traçando a figura da medida de segurança como uma sanção de natureza potencialmente perpétua. Embora a Lei n. 10.216/2001 tenha trazido avanços de aparato normativo às políticas públicas de atenção à saúde das pessoas com sofrimento mental, o que se compreendeu na prática, consideradas as realidades do HGP e da ATP, foi a falta de aplicabilidade dela no campo da medida de segurança com a oferta de serviços substitutivos à internação de mulheres em manicômios judiciários. Ao contrário, esses espaços se mostraram inaptos a oferecer um tratamento efetivo a essa população. A medida de segurança não atende à sua finalidade institucional, pois perde-se seu caráter terapêutico, principalmente quando imposta por longos períodos de enclausuramento, implicando em agravamento de saúde mental das mulheres. Ademais, essa sanção penal encontra-se fundada na denominada periculosidade, um conceito subjetivo, vago, indeterminado, ultrapassado, carecedor de precisão científica.

O sistema penal acaba por cumprir funções reais que são diametralmente inversas às declaradas pelo seu discurso oficial de combate à criminalidade, proteção de bens jurídicos e promoção da segurança pública: constrói a criminalidade de forma seletiva e estigmatizante e reproduz, nesse caminho, as desigualdades sociais de gênero, raça e classe (ANDRADE, 2012). Não é coincidência que o perfil das mulheres internadas tanto no Distrito Federal quanto no Pará seja de jovens, solteiras, pardas ou negras, provenientes de zonas rurais ou periféricas, com baixa escolaridade e profissões que exigem pouca ou nenhuma qualificação.

É salutar ressaltar, ainda, que o tratamento extramuros por meio da (re)inserção dessas mulheres em redes de acolhimento de base comunitária começaria pela valorização do trabalho das equipes multidisciplinares. Ademais, seria primordial fortalecer vínculos com familiares, agentes da (des)internação.

Finalmente, seria necessário ouvir as vozes dessas mulheres para além dos documentos. Atentar para essas demandas é uma ferramenta para revisitar a medida de segurança de modo

a extinguir definitivamente os manicômios judiciários e implementar e/ou aprimorar políticas públicas de saúde, especificamente daquela voltada à saúde mental, que contemplem as reais necessidades dessa população.

## REFERÊNCIAS

1. ANDRADE, Vera Regina Pereira de. **Pelas mãos da criminologia: O controle penal para além da (des)ilusão**. Rio de Janeiro: Revan, 2012.
2. ARBEX, Daniela. **Holocausto brasileiro**. São Paulo: Geração, 2018.
3. BRASIL. **Decreto-Lei n. 2.848**, de 7 de dezembro de 1940. Código Penal. Diário Oficial da União, 7 dez. 1940.
4. BRASIL. **Lei n. 10.216**, de 6 de abril de 2001. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Diário Oficial da União, 6 abr. 2001.
5. BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução n. 510**, de 7 de abril de 2016. Diário Oficial da União, 7 abr. 2016.
6. CARRARA, Sérgio. **Crime e loucura: o aparecimento do manicômio judiciário na passagem do século**. Rio de Janeiro: EdUERJ; São Paulo: EdUSP, 1998.
7. CUNHA, Olívia Maria Gomes da. **“Do ponto de vista de quem?”: diálogos, olhares e etnografia dos/nos arquivos**. Revista Estudos Históricos, v. 2, n. 36, p. 7-32, 2005.
8. CUNHA, Olívia Maria Gomes da. **Tempo imperfeito: uma etnografia do arquivo**. Mana, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 287-322, 2004. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-93132004000200003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132004000200003&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 03 mar. 2021.
9. DELUCHEY, Jean-François. “O lado ‘B’ da liberdade: reprimir na era neoliberal”. In: LEMOS, Flávia Cristina Silveira *et al* (org.). **Estudos com Michel Foucault: transversalizando em psicologia, história e educação**. Curitiba: CRV, 2015. p. 65-77.
10. DINIZ, Debora. **A custódia e o tratamento psiquiátrico no Brasil: censo 2011**. Brasília: LetrasLivres; Editora Universidade de Brasília, 2013.
11. ENGEL, Magali. **Psiquiatria e feminilidade**. In: PRIORE, Mary Del (org.). **História da Mulheres no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2000. p. 322-361.
12. FOUCAULT, Michel. **A Verdade e as Formas Jurídicas**. 4. ed. Rio de Janeiro: NAU, 2013.

13. FOUCAULT, Michel. **Em Defesa da Sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
14. FOUCAULT, Michel. **História da loucura**. 8. ed. São Paulo: Perspectiva, 2008.
15. FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1979.
16. FOUCAULT, Michel. **Os anormais**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.
17. FRAYZE-PEREIRA, João Augusto. **O que é loucura**. São Paulo: Brasiliense, 1994.
18. GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 2010.
19. MBEMBE, Achille. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte**. São Paulo: n-1 edições, 2018.
20. PASSOS, Rachel Gouveia; PEREIRA, Melissa de Oliveira (org.). **Luta Antimanicomial e Feminismos: discussões de Gênero, Raça e Classe**. Rio de Janeiro: Autografia, 2017.
21. PEIRANO, Mariza. **“Etnografia, ou a teoria vivida”**. *In*: Ponto Urbe, 2, 2008.
22. QUINAGLIA SILVA, Érica; LEVY, Beatriz Figueiredo; ZELL, Flávia Siqueira Corrêa. Mulheres perigosas: A dualidade desviante das loucas infratoras. **Anuário Antropológico**, v. 45, n. 2, p. 28-53, 2020. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/article/view/33784>. Acesso em: 14 dez. 2022.
23. QUINAGLIA SILVA, Érica; SANTOS, Josenaide Engracia dos; CRUZ, Mônica Oliveira da. Gênero, raça e loucura: o perfil das mulheres que cumprem medida de segurança no Distrito Federal. *In*: MALUF, Sônia Weidner; QUINAGLIA SILVA, Érica (org.). **Estado, políticas e agenciamentos sociais em saúde: etnografias comparadas**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2018.
24. RAUTER, Cristina. **Criminologia e subjetividade no Brasil**. Rio de Janeiro: Revan, 2003.
25. ZANELLO, Valeska. Saúde Mental, Gênero e Interseccionalidades. *In*: PASSOS, Rachel Gouveia; PEREIRA, Melissa de Oliveira (org.). **Luta Antimanicomial e Feminismos: discussões de Gênero, Raça e Classe**. Rio de Janeiro: Autografia, 2017.

*Beatriz Figueiredo Levy*

Docente no curso de Direito do Centro Universitário da Amazônia, Doutoranda em Antropologia pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal do Pará. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7554-4075>. Colaboração: Pesquisa bibliográfica, Pesquisa empírica, Análise de dados, Redação e Revisão. E-mail: [bia-levy@hotmail.com](mailto:bia-levy@hotmail.com)

*Érica Quinaglia Silva*

Docente no curso de Saúde Coletiva da Universidade de Brasília e nos Programas de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal do Pará e em Ciências e Tecnologias

*Beatriz Figueiredo Levy*  
*Érica Quinaglia Silva*  
*Wesley Braga da Rocha*

em Saúde da Universidade de Brasília. Doutora em Sociologia, Demografia e Antropologia Social pela Université Paris Descartes (Sorbonne) e Universidade Federal de Santa Catarina, com pós-doutorado em Bioética, Ética Aplicada e Saúde Coletiva pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Fundação Oswaldo Cruz, Universidade Federal Fluminense e Universidade do Estado do Rio de Janeiro. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9526-7522>. Colaboração: Orientação da pesquisa, Pesquisa bibliográfica, Análise de dados, Redação e Revisão. E-mail: [equinaglia@yahoo.com.br](mailto:equinaglia@yahoo.com.br)

*Wesley Braga da Rocha*

Analista em Políticas Públicas e Gestão Governamental do Governo do Distrito Federal, Mestrando em Ciências e Tecnologias em Saúde pela Universidade de Brasília. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1387-2695>. Colaboração: Pesquisa bibliográfica, Pesquisa empírica, Análise de dados e Redação. E-mail: [wesleyrocha83@gmail.com](mailto:wesleyrocha83@gmail.com)

# Uma catedral da modernidade: Patrimônio, Sagrado e Secular na vida social da Catedral da Sé de São Paulo<sup>1</sup>

A modernity Cathedral: Heritage, Sacred and Secular in the social life of São Paulo's Cathedral (Brazil)

**Juliano Florczak Almeida**

Núcleo de Estudos da Religião, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil

## RESUMO

O presente artigo se dedica a analisar o início da trajetória de construção da Catedral Metropolitana de São Paulo, abarcando o fim do século XIX e início do século XX, com o objetivo de refletir sobre como a Igreja Católica vive o processo de secularização. Metodologicamente, trata-se de uma investigação em Antropologia Histórica que se baseia em pesquisa em arquivos, especialmente em jornais do período. Os resultados dessas análises apontam que a derrubada da antiga Catedral estimulou a emergência de movimento em prol da preservação do patrimônio histórico. Por outro lado, a demolição para erguer um novo templo propiciou a construção de um horizonte comum entre as elites eclesiástica e política e econômica, interessadas na “modernização” do país. Como conclusão, afirma-se que, ao fazer crescer religioso e secular simultaneamente no novo edifício, integrantes da hierarquia eclesiástica dialogam com o processo de secularização e modernização para engajar setores da elite e o poder público no projeto da nova catedral.

**Palavras-chave:** Catolicismo, Romanização, Secularização, Patrimonialização, Igreja Católica.

<sup>1</sup> Este trabalho foi produzido durante estágio pós-doutoral realizado no âmbito do Programa de Cooperação Internacional CAPES/COFECUB na École Pratique de Hautes Études (EPHE-PSL) financiado pela CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Agradece-se à CAPES pelo financiamento, aos coordenadores e do projeto, Emerson Giumbelli e Philippe Portier, este último também orientador da pesquisa. Agradece-se particularmente ao orientador brasileiro da pesquisa, Carlos Alberto Steil. Uma primeira versão do texto foi apresentada em uma reunião do programa “Laïcités” do GSLR. Agradece-se aos presentes pelos pertinentes comentários que permitiram melhorias no artigo.

Recebido em 19 de fevereiro de 2021.  
Avaliador A: 22 de abril de 2022.  
Avaliador B: 25 de abril de 2022.  
Aceito em 25 de maio de 2022.





## ABSTRACT

The present article is dedicated to analyze the beginning of the trajectory of the construction of the Metropolitan Cathedral of São Paulo, covering the end of the XIX century and the beginning of the XX century, with the objective of reflecting on how the Catholic Church lives the process of secularization. Methodologically, this is an investigation in Historical Anthropology which is based on archival research, especially in newspapers of the period. The results of this analysis point out that the demolition of the old cathedral stimulated the emergence of a movement for the preservation of the historical heritage. On the other hand, the demolition to build a new temple propitiated the construction of a common horizon among the ecclesiastical, political and economic elites, interested in the “modernization” of the country. As a conclusion, it is stated that, by making religious and secular grow simultaneously in the new building, members of the ecclesiastical hierarchy dialogued with the secularization and modernization process to engage sectors of the elite and the public power in the project of the new cathedral.

**Keywords:** Catholicism, Romanization, Secularization, Patrimonialization, Catholic Church.

## INTRODUÇÃO

No âmbito dos estudos sobre o patrimônio, as análises de tombamentos de templos sagrados de religiões ocupam um lugar de destaque. Uma literatura se desenvolveu sobre processos de patrimonialização dos espaços sagrados. Ao congregarem uma prática estatal com objetos religiosos, esses processos se constituem como *locus* privilegiados para discutir as tramas entre sagrado e secular. Trata-se mesmo de um campo promissor para conhecer os transbordamentos entre sagrado e secular (BALKENHOL; HEMEL; STENGES, 2020), outrora vistos como irreconciliáveis.

Tendo como horizonte essa problemática, o presente artigo se dedica a investigar o início da trajetória de construção da Catedral Metropolitana de São Paulo, abarcando o período entre o final do século XIX e início do século XX, a fim de refletir sobre como a Igreja Católica vive o processo de secularização (LEBNER, 2019). Analisa a derrubada da chamada Velha Sé e o início das obras da nova catedral. A antiga sede da Diocese de São Paulo era uma igreja em estilo barroco que datava do século XVIII (MATTOS, 1986). O prédio foi demolido em 1911 para dar lugar a uma nova catedral, em estilo predominantemente neogótico, cuja primeira

pedra foi colocada em 1913 (MATTOS, 1992).

O texto consiste, pois, no resultado parcial de uma pesquisa mais ampla em Antropologia Histórica<sup>2</sup> que se baseia em consulta a arquivos, especialmente a jornais do período<sup>3</sup>. Na esteira da ideia de seguir a vida social das coisas (APPADURAI, 2008), a análise aqui apresentada se debruça sobre controvérsias em torno da demolição da Velha Sé e da construção da nova catedral, prestando especial atenção aos modos pelos quais os edifícios afetam os atores e os mobilizam a se engajar nessas controvérsias<sup>4</sup>. Foram consultados especialmente os números do periódico *Correio Paulistano* do começo da Primeira República até meados da década de 1910, quando se registraram em larga medida essas controvérsias. Recorreu-se ao jornal *A Lanterna*, para dar conta do ponto de vista anticlerical, bem como a outros jornais oportunamente citados para complementar o argumento.

Seguindo a trajetória das sedes da diocese, argumenta-se que a derrubada da antiga Catedral estimulou a emergência de movimento em prol da preservação do patrimônio histórico. Por outro lado, a demolição para erguer um novo templo propiciou a construção de um horizonte comum entre as elites eclesiástica e política e econômica, interessadas na “modernização” do

---

2 Sob a denominação “Antropologia Histórica”, reúne-se uma coleção de perspectivas e de projetos intelectuais tão díspares como relevantes para suas diversas subáreas de estudos. Um leque plural de pesquisadores que inclui autores como o historiador medievalista Le Goff (2014) e o antropólogo Pacheco de Oliveira (1998) recorreu ao termo para descrever suas *démarches*. Ao lado dessa pluralidade, alguns pontos unem os investimentos intelectuais nesse campo em vias de consolidação. Pode-se afirmar que há uma crescente preocupação com os processos históricos nas pesquisas antropológicas. A obra de Marshal Sahlins (1990) pode ser considerada um marco desse movimento, que enfatiza a necessidade de problematizar diacronicamente os objetos de pesquisa antropológicos, legítima consultas em arquivos, tomadas como análogas à atividade de trabalho de campo (GIUMBELLI, 2002), bem como torna salutar a cooperação com historiadores. Como testemunho desse movimento e para ratificar sua relevância, este texto é parte de uma pesquisa mais ampla sobre edifícios religiosos que permitem lançar luz sobre processos de secularização e laicização e de transformações do culto católico.

3 Devo um agradecimento especial ao diretor técnico do Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo, Jair Mongelli Junior, pela atenção à pesquisa e pela rica troca de conhecimentos. A pesquisa também foi feita na Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

4 A postura que me parece mais produtiva para compreender as controvérsias aqui analisadas consiste, portanto, em seguir a trajetória das coisas, particularmente a Velha e a Nova Catedrais, cujo material, na acepção que Ingold (2012) atribui ao termo, afeta os atores humanos e os organiza. Semelhante postura deve às correntes antropológicas, já em vias de consolidação, que se desenvolveram a partir da chamada virada ontológica (HENARE; HOLBRAAD; WASTELL, 2007). O campo da religião foi revigorado por essa postura, que permitiu ir além de análises antropro ou sociocêntricas (ALMEIDA, 2021). Em outras publicações, pode-se experimentar *démarches* similares à posta em prática neste texto, seja para analisar como a relação com as coisas acionadas em cultos revelam transformações no campo religioso (ALMEIDA, 2016), ou ainda compreender como a “história” agrega-se às paredes de um templo e transforma os modos como o edifício afeta os atores humanos (ALMEIDA, 2018). Desse modo, as disputas em torno dos edifícios cujas vidas são acompanhadas aqui não se dão no nível das representações, mas nos modos como a grossura das paredes barrocas, a altura das catedrais góticas, as maquetes de projetos arquitetônicos, entre outras coisas, afetam e mobilizam os humanos e organizam as suas ações, as políticas públicas, as práticas de patrimonialização.

país. Fazendo crescer religioso e secular simultaneamente no novo edifício, integrantes da hierarquia eclesiástica dialogam com o processo de secularização e modernização para engajar setores da elite e o poder público no projeto da nova catedral, que se constitui como um “sagrado secular”, para usar a expressão de Balkenhol, Hemel e Stengs (2020, p. 5-6).

A fim de dar conta desses debates, o texto é composto por duas partes principais. Na primeira, destaca-se a demolição da Velha Sé e o seu vínculo com a emergência de movimentos de institucionalização da patrimonialização no Brasil. Para compreender essa demolição, apresenta-se um quadro sumário das relações entre política e religião na Primeira República. Esse quadro, a despeito de seu caráter conciso, serve também para refletir sobre o contexto de construção da nova catedral. A segunda parte se ocupa das controvérsias em torno da construção da nova catedral até a colocação da sua primeira pedra. Esses debates permitem ver como religioso e secular crescem simultaneamente no edifício. Começamos então narrando como a antiga sede da Diocese de São Paulo “se tornou” muito velha para um novo Brasil.

## **UMA IGREJA MUITO VELHA PARA UM NOVO BRASIL?**

Vasculhando os arquivos, fica claro que investigar a construção da Catedral da Sé se revela bom para pensar os jogos do processo de secularização no Brasil. Isso porque o novo templo foi concebido e construído durante um período em que as interações entre religião e política no Brasil mudaram profundamente. Trata-se da Primeira República, quando pelo menos três movimentos transformam as relações entre Igreja Católica, catolicismo e Estado Brasileiro.

O primeiro desses três movimentos é a separação formal entre Igreja Católica e Estado. No dia 15 de novembro de 1889, uma comissão escolhida pelo então bispo de São Paulo, D. Lino Deodato Rodrigues de Carvalho, se reúne para iniciar a construção de uma nova sede para a Diocese de São Paulo (MOTA, 1953, p. 79 apud COMISSÃO EXECUTIVA DAS OBRAS DA NOVA CATEDRAL DE SÃO PAULO, 1954). No Rio de Janeiro, entretanto, no mesmo dia, a República é proclamada por um golpe de Estado. A República promove uma transformação do contexto. Influenciada pelo espírito positivista, implanta um Estado não confessional e promove a separação formal entre Igreja Católica e Estado brasileiro (MOURA; ALMEIDA, 2006). De fato, trata-se de uma separação formal, porque o catolicismo mantém, no novo regime, um lugar singular e a Igreja Católica preserva alguns privilégios, segundo a literatura (ORO, 2005).

Como consequência imediata da Proclamação da República, o projeto de construção da nova catedral é adiado.

Outra consequência — esta mais estrutural — da instauração do novo regime é o fim do instituto do padroado. É sabido que o Império Brasileiro recebeu da coroa portuguesa o Padroado Régio. Esse sistema submetia a Igreja Católica ao Império, cuja religião oficial era o catolicismo (ORO, 2005). Todo documento, norma ou decisão emitido por Roma devia ser validado pelo Império, que nomeava também os padres e bispos. O movimento ultramontano, que os bispos brasileiros do século XIX viam com bons olhos, era contra essa mediação, mesmo que em função dela o Estado brasileiro sustentava o culto católico. A República trouxe o fim do padroado, que foi bem recebido por agentes religiosos (ALMEIDA, 2018).

Aproveitando-se do fim desse instituto, a Igreja Católica consolidará sua hierarquia no Brasil durante a Primeira República (MICELI, 1985). É possível citar como exemplo desse processo a elevação de São Paulo à Arquidiocese, elevação que ocorre por um decreto papal de 1908<sup>5</sup>. Dessa forma, durante o processo de construção da nova catedral, ela se tornou a sede de uma arquidiocese.

O quadro contextual sumário que estamos propondo é completado por um terceiro movimento, relativo ao processo de mudanças no culto católico que pode ser observado no mesmo período. Trata-se do que a literatura tem denominado de romanização do catolicismo brasileiro (STEIL, 1996). Conforme os prelados brasileiros da segunda metade do século XIX e início do século XX, havia entre o catolicismo praticado no Brasil e as orientações litúrgicas romanas uma disparidade atribuída às dinâmicas do passado colonial. Diante desse legado, os bispos consideravam necessária uma “modernização” do catolicismo brasileiro, visto como “sincretizado”, imiscuído de “más” crenças e práticas.

Analisando, contudo, as práticas dos agentes da romanização, particularmente religiosos europeus que atendem ao convite dos bispos brasileiros e vêm em missão ao país, não se observam práticas “puras”, nem tampouco “racionais” (ALMEIDA, 2019). Apresentam trocas com outros sistemas de crenças, como o espiritismo, bem como práticas devocionais a santos, que, não raro, são vinculadas ao combatido catolicismo colonial (ALMEIDA, 2019).

A história da construção da Catedral de São Paulo ratifica essa percepção sobre o catolicismo romanizador. Apesar de o novo edifício ter sido concebido, seguindo o espírito da romanização, como um símbolo da “racionalização”, seu projeto foi fruto de um sonho, antítese

---

<sup>5</sup> Para este e outros aspectos da história institucional da Arquidiocese, consultar: <https://arquisp.org.br/historia/da-arquidiocese>.

do racional. Segundo nos conta o antigo secretário do arcebispo Dom Duarte Leopoldo e Silva, prelado que retoma o projeto de construção de uma nova Catedral, em uma noite de 1911, o arcebispo sonhou com um nova catedral construída no estilo gótico:

Foi então que um dia, no silencio noturno do Palácio São Luís, o Arcebispo teve um sonho. Sonhou algo fantástico, trepidante de agulhas pétreas, como o domo de Milão, algo historiado e definitivo, como as três portadas de Nossa Senhora de Paris, algo monumental e denso, como essa catedral de Chartres [...]. Sonhava, pela noite adentro, e no sonho, via a catedral de longe, na roxa ondulação das linhas do horizonte, quando as torres têm o aspecto de mastros [...]. Enquanto São Paulo de 1911, adormecia da fadiga diária, sob o olho vigilante dos seus lampiões amarelos, o Arcebispo continuava a sonhar, agora nos vitrais, nos seus mil jogos de luz [...]. (MATTOS, 1992, p. 7-8).

A demolição da Velha Sé, antiga sede da arquidiocese, pode ser tomada como um símbolo desse processo de romanização. A igreja que servia de cátedra do bispado havia sido erguida em estilo colonial barroco. E, a exemplo das práticas católicas brasileiras, o prédio também era visto como “grosseiro” e “simples” e mesmo despossuído de qualquer “beleza”. Assim, para citar novamente os testemunhos do antigo secretário do arcebispo, a destruição da Velha Sé foi uma consequência natural da modernidade:

Caída a efervescência das campanhas imperiais e dos primórdios republicanos, a velha Sé criara rugas e cabelos brancos, não podendo acompanhar o desenvolvimento da cidade. Ficara para trás, com os ferragoulos de baeta e os saios de melcochado preto com passamanes, os tabuleiros de doces iluminados, à noitinha, por tochas de clarão vermelho, o jogo da morra e da amarelinha, os históricos lampiões a gás, que eram a última palavra do progresso. Eis porque a velha Sé foi demolida em 1911. (MATTOS, 1992, p. 6).

Os jornais da virada de século testemunham que a Velha Sé, em alguma medida, envergonhava as elites paulistas. O templo, “velho” e “tradicional”, inspirava más impressões nos viajantes estrangeiros, o que embaraçava os segmentos sociais mais altos da capital paulista: “É sabido que os estrangeiros que nos visitavam não ocultavam a má impressão produzida ao depara-se-lhes a velha e tradicional catedral de S. Paulo” (A NOVA CATHEDRAL, 1913, p. 1). Era pois o contrário da imagem de uma São Paulo moderna que se gostaria de passar.

Para bem compreender o contexto em que se insere essa demolição e a construção do novo templo, é preciso rememorar que no Brasil do final do século XIX e do início do século XX cultivava-se uma vontade de modernização dos diferentes domínios da vida social. As elites partilhavam um projeto cujo objetivo era eliminar os “retardos” da sociedade brasileira, particularmente de seu povo (STEIL, 2021). Isso implicava uma transformação das práticas religiosas, segundo a alta hierarquia clerical, mas também outras mudanças. Nesse espírito que

os espaços urbanos, por exemplo, são redesenhados segundo os planos de arquitetos europeus, cujas ideias se tornaram políticas públicas em cidades da América Latina (GORELIK, 2018). Tratava-se de “racionalizar” e “higienizar” as cidades. Nessa época, São Paulo ganha avenidas, parques, jardins etc. (D’ELBOUX, 2015). Ganha também um novo “Centro Cívico”, uma nova praça no marco da fundação da cidade na qual a Catedral da Sé viria a ser figura central.

Anos mais tarde, durante a década de 1930, essa onda de demolição seria vista como destruidora do “patrimônio histórico”, categoria que então ganhava força na esfera pública e que desaguardaria na criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) em 1937, já no contexto do Estado Novo (CHUVA, 2009; GONÇALVES, 1996). A demolição da Velha Sé, então, geraria reações contrárias no seio mesmo das elites. Essa e outras demolições se tornam o objeto de críticas e motivam a série de artigos que seguiu ao “Contra o vandalismo e o extermínio” publicado por Paulo Duarte em 1937 no jornal *Estado de S. Paulo*, série que acompanha a emergência da institucionalização do processo de patrimonialização no Brasil (ALCÂNTARA, 2007; CAMPOS, 2006)<sup>6</sup>. Nessa série de artigos, a Velha Sé é citada:

Para nós paulistas é uma verdadeira consolação o movimento que o [jornal] “Estado [de S. Paulo]” está promovendo pela defesa do nosso patrimônio histórico e artístico. [...] Um dos característicos do progresso paulista tem sido, infelizmente, uma certa ânsia iconoclasta de demolir o pouco que existia. Pois essas pequenas igrejas – e o fato é dos nossos dias – foram sendo postas por terra, uma após outra. [...] Depois chegou a vez da velha Sé, que fora construída, mais ou menos, sob o modelo da igreja de São Domingos em Lisboa. Do maior monumento de São Paulo colonial nada resta. Nem mesmo certos ornatos de cantarias que ali existiam. (AZEVEDO apud “Contra o vandalismo e o extermínio,” 1937, p. 10).

---

<sup>6</sup> O fato de essa série de artigos acompanhar a institucionalização do patrimônio cultural no Brasil e, em particular, em São Paulo, se deve à proximidade entre Mário de Andrade, ator central desse processo (CHUVA, 2009), e Paulo Duarte, como mostra Campos: “Mário de Andrade (1893-1945) [...], em 1937, foi nomeado pelo Ministério da Educação assistente técnico da 6ª Regional Administrativa para promover o tombamento dos monumentos históricos paulistas [...]. [Mário de Andrade] deu início então a uma série de excursões pela Capital e pelo interior com o objetivo de efetuar o reconhecimento do patrimônio histórico e artístico do Estado. E para participar da primeira dessas excursões, convidou um grande amigo, o deputado estadual e jornalista Paulo Duarte (1899-1984). [...] Após a primeira excursão, Paulo Duarte publicou no mês de junho de 1937 um artigo no jornal *O Estado de São Paulo*, concitando os intelectuais, os poderes públicos e as associações científicas a se insurgirem contra a onda de vandalismo que ameaçava destruir o então considerado pequeno patrimônio histórico paulista” (CAMPOS, 2006). Deputado na Assembleia Legislativa à época, Duarte encaminhou projeto de lei para criar repartição pública estadual cuja finalidade seria pôr em prática as ações de patrimonialização tal como idealizado com seu amigo, Mário de Andrade, como nos conta Alcântara: “O conjunto de artigos publicados no “Estado de São Paulo” contra a destruição do patrimônio ensejou tal Campanha [“Contra o vandalismo e o Extermínio”] em 1937 e no mesmo ano foi defendido pelo deputado Paulo Duarte na Assembleia Legislativa o projeto de lei nº 279 que criava o Departamento Histórico e Artístico de São Paulo, o qual tinha por base o projeto de lei de criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional elaborado por Mário de Andrade com a ajuda de Paulo Duarte e em atenção ao pedido do Ministro Capanema” (ALCÂNTARA, 2007, p. 49–50).



Em um pequeno intervalo de tempo, os monumentos coloniais provocam outros afetos em parcelas das elites letradas. Se no início do século eram entraves ao progresso da modernização, imbuem processos de salvaguarda a partir da década de 1930. Para utilizar a metáfora da objetificação empregada por Gonçalves (1996), a antiga Catedral, anteriormente tomada como o que a nação não podia ser, passa a objetificar a própria nação. Diante do “vandalismo” e do “extermínio”, que davam mais eco à retórica da perda, era necessário resguardar o pouco que restava do “patrimônio cultural” nacional (1996). O próprio D. Duarte, responsável por ordenar a destruição, mantinha sentimentos dúbios com relação à Velha Catedral. É o que seu secretário testemunha:

Contava Dom Duarte (Memórias) que depois de determinada a demolição da velha Sé, teve que seguir para Roma, a serviço da Arquidiocese. [...] Voltando de Roma, Dom Duarte passando de carro pela Praça da Sé, não mais viu a Sé dos antepassados bandeirantes. Comprimiu-lhe a alma e arcaram-lhe os ombros, sentindo a sua responsabilidade, enorme peso de quem quer demolir, deve fazer coisa melhor. (MATTOS, 1992, p. 53)<sup>7</sup>

O terreno já estava, porém, limpo para a construção da nova catedral. Era preciso angariar apoios e especialmente recursos financeiros para a execução da obra, no qual terá um papel importante a oposição ao passado colonial. No próximo tópico, a análise desse périplo por viabilizar a obra nos mostrará como o religioso e o secular crescem simultaneamente no novo templo.

## **UMA CATEDRAL PARA O CLERO, UM TEMPLO PARA A MODERNIDADE**

A Constituição do Império, de 1824, garantia ao culto católico o privilégio de ser sustentado pelo Tesouro Público (ORO, 2005). Em 1888, o Império havia destinado uma soma de dinheiro para a construção da nova catedral de São Paulo, por meio de uma loteria, uma prática comum à época (MATTOS, 1992). Mas, com a Proclamação da República no ano

---

<sup>7</sup> Historiadores do período salientam que as elites paulistas de então justapunham o velho e o novo. Love (2006, p. 65–66) destaca que uma reivindicada herança aristocrática era conciliada com o estereótipo segundo o qual os paulistas apresentavam uma capacidade singular para o empreendedorismo e o trabalho. Essa justaposição sintetizada na figura do bandeirante, várias vezes mencionada nos textos da época analisada que fazem referência à nova catedral.

seguinte, o dinheiro foi redirecionado à construção de uma escola, a ser construída no terreno da Velha Sé. Em uma seção livre de um jornal do Partido Republicano de São Paulo, um cidadão festeja essa decisão:

Seção livre

Caminhamos!

Há onze meses apenas vivemos sob o benéfico influxo do regime democrático; entretanto, muito se tem feito para traduzir em realidade o que se inscreve em nossa bandeira e que nos augura um belo futuro – Ordem e Progresso. [...] Adaptando tudo isto às circunstâncias, ocupou-se do principal elemento da vida no regime democrático – a instrução popular. Foi com esse fim patriótico que o cidadão governador de S. Paulo não se demorou em transformar nossa Escola Normal, que era um estabelecimento deficientemente organizado, e, o que é mais, onde as convicções eram esmagadas pelos preconceitos políticos ou religiosos que ali imperavam, em uma verdadeira escola, onde se aprende a ser cidadão útil, livre e patriota. Estas reflexões nos foram sugeridas com a agradável impressão de assistirmos hoje ao Solene lançamento da primeira pedra do edifício que o governo mandou construir para a Escola Normal. Uma coincidência feliz a propósito mais nos entusiasmou: a mesma quantia e o mesmo lugar destinados à construção da nova catedral de S. Paulo, vão servir para a de um edifício destinado à Escola Normal. Ainda bem! Caminhamos! (BRILHO, 1890).

A escola era estratégica para os republicanos, especialmente àqueles mais distantes da Igreja Católica. A educação era considerada como o caminho para construir um novo sujeito, o “cidadão útil”.

Na Câmara de Deputados do Estado de São Paulo, os eleitos, porém, se dividiam sobre essa questão da nova destinação dos recursos orçamentários. Os debates sobre o tema, que ocuparam sessões da Câmara, mas também páginas de jornais, revelam três grupos organizados pela controvérsia gerada pela catedral. O primeiro grupo reunia os partidários do — pejorativamente — chamado “clericalismo cristão”. Compreendia elites católicas conservadoras, inclusive a hierarquia católica. O segundo grupo era formado por elites liberais, chamadas “liberais”. Pode-se visualizar um terceiro grupo, constituído por ateus, livres-pensadores, anticlericais e republicanos mais distantes da Igreja Católica, cuja voz é menos escutada nos parlamentos e nos jornais com maior volume de circulação<sup>8</sup>. No início do século XX, havia jornais anticlericais em São Paulo, por exemplo, “A Lanterna”<sup>9</sup>. Nos debates, a postura do terceiro grupo é chamada de

---

8 Cabe precisar que, já na Primeira República, as elites paulistas comandavam a economia nacional, e, em parceria com as elites de Minas Gerais, geravam o poder executivo federal (LOVE, 2006). As elites paulistas se caracterizavam especialmente pela exploração do café, cujos dividendos financiavam uma nascente industrialização. O parque industrial paulista se tornou o mais importante do país por volta de 1920 e passou a ser o setor econômico mais importante do estado (*Ibid.*, p. 59). “[Havia] a convicção, amplamente partilhada, de que São Paulo representava um centro de progresso e civilização num país sul-americano desorganizado” (*Ibid.*, p. 64). Trata-se, pois, de elites de olho na modernidade, mas que também reivindicam um passado aristocrático (*Ibid.*, p. 66).

9 Sobre a história desse periódico, consultar o texto do Centro de Pesquisa e Documentação Contemporânea do

“radicalismo antirreligioso”, “intolerante”. No debate da Câmara do dia 31 de agosto de 1891, o deputado Hypólito da Silva argumentou em defesa da catedral, dizendo que o remanejamento dos valores colocava em risco direito de propriedade, ou seja, sem mobilizar um discurso teológico católico, evitando a pecha de “clericalismo cristão”. A despeito dessa argumentação cuidadosa, a nova destinação do dinheiro público foi aprovada:

Volta à tribuna o sr. Hypolito da Silva e apresenta uma indicação revogando o ato do ex-governador deste Estado no período da ditadura, aplicando na construção de um edifício para nele funcionar a Escola Normal o produto de uma loteria que estava destinado à edificação da nova catedral. Qualifica semelhante ato de injusto, ilegal e atentatório da propriedade. Seu discurso é constantemente interrompido por apartes dos [...] desfavoráveis ao conceito expedido pelo orador e pelos [...] que o apoiam. A indicação do sr. Hipólito da Silva foi rejeitada. (“Sessão de 31 de agosto da Câmara dos Deputados,” 1891).

Diante dessa derrota, anos mais tarde, já nos princípios do século XX, a diocese vai aos tribunais, demandando o dinheiro prometido pelo Império. Como o Governo de São Paulo deseja realizar um acordo com as autoridades eclesiásticas, a Câmara de Deputados analisa novamente o assunto no fim de 1908. As discussões mostram que os liberais eram contra a inclusão da catedral no orçamento público: “A Igreja [Católica], que está separada do Estado, não deve desejar receber favores do Estado”, afirmou o deputado João Martins (“67a Sessão Ordinária da Câmara em 19 de dezembro,” 1908, p. 2). O seu colega Antônio Mercado argumentou da seguinte forma, mencionando novamente as escolas como alternativas mais convenientes para a destinação de recursos do Tesouro:

“V. Ex., na discussão deste projeto [de orçamento do ano de 1909], tem visto negada as verbas insignificantes para construção de grupos escolares [...], instituições destinadas a levar a luz ao espírito das crianças [...]. Entretanto, ao passo que nega essas pequenas migalhas a tais instituições, porque a situação financeira do Estado não comporta o alargamento da despesa, a ilustre comissão propõe que se deem 600:000\$ para edificação de uma catedral! Não é defensável o ato da ilustre comissão. (Antônio Mercado apud “67a Sessão Ordinária da Câmara em 19 de dezembro,” 1908, p. 3).

Mesmo com essas arguições, o parlamento aprova a destinação do dinheiro público para o levantamento da nova catedral, viabilizando o acordo com a autoridade eclesiástica (A CATHEDRAL, 1909). É preciso considerar que a Constituição do novo regime, publicada em 1891, não permitia mais as despesas de recursos públicos para promover cultos religiosos (ORO, 2005). Então, por que nesse espaço de tempo entre um debate e outro na Câmara o

---

Brasil (CPDOC/FGV): <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/LANTERNA,%20A.pdf>

resultado foi diferente? Por diversas razões, entre as quais devem figurar os *lobbies* católicos e as indefinições jurídicas da implantação da República, a especulação imobiliária (SILVA, 2021), mas também a impressão que o projeto da nova catedral causou. O arquiteto responsável, Maximilian Hehl, expos as plantas do projeto no seu escritório, motivando a visita de muitos curiosos, inclusive autoridades e jornalistas (A NOVA CATHEDRAL [Factos diversos], 1910, p. 3). Anos depois, uma maquete da futura catedral foi exposta na vitrine de uma loja, que virou ponto de peregrinação (A NOVA CATHEDRAL, 1915, p. 8). Se antes da apresentação do projeto o jornal republicano dava espaço à crítica da destinação do dinheiro público à Igreja Católica, depois da sua apresentação, nas páginas do mesmo periódico, é possível ler elogios ao “suntuoso” templo, sinal do “progresso” e da “beleza”. Há inclusive uma preocupação em bem localizá-lo na praça, a fim de que o templo tenha “[...] o realce condigno de sua estrutura monumental” (A NOVA CATHEDRAL, 1913, p. 1). Um jornalista chega a prever que “[...] o futuro monumento poderá ser chamado, sem contestação, a catedral mais bela de toda a América do Sul” (JUNIOR, 1915).

Na primeira reunião da Comissão Geral das Obras da Nova Catedral, em 1912, o arcebispo D. Duarte também sublinhou que a nova catedral significava colocar em dia a sede da Arquidiocese, adequá-la à “pujança do nosso progresso”:

Senhores, não é de hoje o pensamento de dotar a opulenta capital de S. Paulo com uma catedral à altura dos nossos créditos de riqueza e civilização. No enquadramento em que atualmente avulta, esplendida e soberba, a velha cidade dos bandeirantes, a alma paulista sentia-se apoucada, ante a mesquinhez de uma catedral que seria magnífica para os tempos coloniais, mas que hoje destoa, por completo, da pujança do nosso progresso. Faltava-nos, na frase de Bouvard, a nota característica da nossa civilização, e os nossos brios de paulistas precisam corrigir essa lacuna, que tanto nos diminui aos olhos do estrangeiro. Não seria oportuno talvez – e é certamente desnecessário – invocar aqui motivos de ordem religiosa para moer-nos a sair dessa vulgaridade, que tanto se afasta do vigor de nossa fé. Não: a vossa presença neste lugar, a gentileza com que acudiste ao meu apelo, acusa um sentimento de patriotismo, que bem condiz com o ensino tradicional da Igreja Católica. [...] nós – católicos e paulistas – queremos uma catedral que seja um monumento de fé e um atestado da nossa grandeza, que seja uma escola de arte e um estímulo a pensamentos mais nobres e mais elevados; queremos uma catedral opulenta que, testemunhando a fartura dos nossos recursos materiais, seja também um hino de ação de graças a Deus Nosso Senhor. (Duarte apud “A nova cathedral de S. Paulo,” 1912, p. 1).

Apesar de um pouco longo, o trecho do discurso do prelado é revelador de como a sacralidade e a secularidade coabitam no projeto da nova catedral. O arcebispo deixa clara a intenção de traduzir a nova catedral como algo moderno, inscrevê-la no movimento de modernização, de modo que o engajamento à construção por motivos religiosos é relegado a um segundo plano. Ao lado da igreja como “monumento de fé”, a catedral seria um “atestado”

da “grandeza” paulista e “uma escola de arte”<sup>10</sup>. O discurso eclesiástico sobre a catedral aciona argumentos seculares para sua construção. A nova catedral se torna uma espécie de “sagrado secular” (BALKENHOL; HEMEL; STENGES, 2020, p. 5-6). O conceito serve para pensar, pois ao ser tomada como um espaço de artes e um símbolo da modernização paulistana, a nova catedral adquire novas funções, vinculadas a um imaginário secular. Nesse processo, não perde, contudo, seu estatuto de espaço sagrado.

E os documentos do período mostram que jornalistas e agentes públicos são afetados por esse “sagrado secular” e incorporam os argumentos do arcebispo em favor da construção da nova catedral. A essa incorporação se deve a aprovação, pela Câmara Municipal, no ano seguinte, da exoneração de alguns impostos à obra. No parecer recomendando a exoneração se escreve que a Prefeitura tem a “obrigação de ajudar” construção de “soberbo monumento”:

Parecer n. 34

A Comissão de Justiça não tem motivos para opor-se ao deferimento da presente petição. E, considerando que a municipalidade tem o dever de auxiliar, quanto possível, a edificação do soberbo monumento, que o povo paulista vai levantar nesta Capital e que há de concorrer sem dúvida para o aformoseamento da cidade, é de parecer que se converta em lei o seguinte projeto:

Art. 1º - Fica a Prefeitura autorizada a dispensar [...]

S. Paulo, 30 de novembro de 1912. – Alcantara Machado, Armando Prado, Arthur Guimarães (“Câmara Municipal: Ordem do dia 28 de março de 1913,” 1913, p. 6).

É preciso destacar esse modo de êmico chamar a catedral: monumento. Não se trata de uma simples igreja. Ela é tomada como um monumento, o que fará a diferença quando a Igreja Presbiteriana demanda a mesma exoneração de impostos para a construção de seu templo. No caso dessa Igreja Evangélica, o parecer contrário à extensão da exoneração sublinha a singularidade do projeto da Igreja Católica:

PARECER N. 32 DA COMISSÃO DE JUSTIÇA

A Igreja Cristã Presbiteriana, projetando construir um templo à rua Helvetia, pede à Câmara Municipal que se lhe estendam as regalias da lei n.1670, de 1913, que dispensou a aprovação das plantas da nova catedral, de todos os emolumentos.

Se se tratasse de um monumento que, pela sua arquitetura, estivesse nas mesmas condições da projetada catedral, a Comissão de Justiça seria favorável ao deferimento, uma vez que não pode a administração pública estabelecer distinções entre os diversos cultos ou igrejas, favorecendo umas sobre as outras, na forma da Constituição Federal, art. 72, parágrafo 7º. Mas a nova catedral está projetada como um monumento de

---

10 Sansi (2005) salientou como as imagens no catolicismo são feitas para serem vistas e justamente de sua visibilidade tiram seu poder. Essa propriedade facilita, segundo o antropólogo (*Ibid.*), uma apropriação estética dessas imagens. Assim, torna-se possível pensar a Catedral como um espaço das artes. Sugere-se que inclusive o edifício da Nova Catedral afetava esteticamente seus apoiadores.

arte que, sendo realizado, constituirá um legítimo orgulho para a cidade, atestando às gerações futuras a capacidade dos atuais munícipes, ao mesmo tempo que concorrerá para o respeito e admiração do estrangeiro, ao nosso progresso e cultura. A Comissão de Justiça, pois, lastimando que a Igreja Presbiteriana não tenha projetado um tempo que igualmente concorra para o embelezamento da cidade, opina pelo indeferimento do pedido e arquivamento da petição.

S. Paulo, 13 de março de 1914. – Joaquim Marra, Rocha Azevedo, Alcântara machado. (“Câmara Municipal: Ordem do dia 18 de abril de 1914,” 1914).

Também em 1913, o jornal republicano afirma que D. Duarte foi o responsável por unir objetivos da Igreja Católica com os das elites laicas: “[...] harmonizando os interesses da Igreja [...] com os sentimentos de amor à querida capital paulista e aos seus florescentes progressos, que, para nós todos, são motivos do mais acrisolado desvanecimento” (CATHEDRAL DE S. PAULO, 1913).

Nem todos os interesses, contudo, foram harmonizados. As páginas do jornal anticlerical *A Lanterna* descrevem todos esses movimentos como “bons negócios”, denunciando as ajudas que o Estado oferece à Igreja Católica:

[...] o governo de S. Paulo [...] propôs-se presentear o amado clero da sua capital com uma nova catedral que vantajosamente substituisse aquele pardieiro dos tempos de Fernão Dias e que atestasse aos que nos visitam que somos um povo eminentemente... clericalizado. (A NOVA CATEDRAL, 1913).

Essa frase do periódico é bastante representativa da controvérsia em tela, especialmente porque propõe um jogo com as opiniões de outros atores da época, cuja posição seria bem resumida pelo trecho, desde que fosse substituída a palavra “clericalizado” por “moderno”. O trecho testemunha então que a hierarquia católica logra engajar segmentos da elite liberal ao projeto da nova catedral, transbordando os sentidos do novo edifício para além do religioso, em um processo de incorporação de valores seculares no seu projeto, sublinhando o caráter artístico e sua coerência com o “progresso” da cidade de São Paulo.

Se esse horizonte comum fica claro ao cotejar o discurso do arcebispo na primeira reunião da Comissão Geral das Obras com os pareceres da Câmara Municipal sobre a exoneração de impostos, ele contrasta com o discurso do então bispo-auxiliar Sebastião Leme da Silveira Cintra na colocação da primeira pedra da nova catedral. Nas palavras proferidas pelo futuro cardeal no evento, do qual participou a convite de D. Duarte, as divergências entre os segmentos conservador da elite e os liberais emergem:

Está lançada a primeira pedra da Catedral de S. Paulo! É um monumento comemorativo de fé, comemorativo de patriotismo! Já não há incrédulos na nossa época, pois passou o tempo em que os arautos da pseudociência negavam em absoluto a existência de



uma divindade. A ciência mesmo reconhece que não ultrapassa as raias desse âmbito visível e guarda silêncio diante dos eternos problemas. Conta-se ou li algures, que, quando os amigos de Spencer, em Londres, levavam o seu cadáver para os fornos da cremação, retornando, um deles exclamara: “Colegas! A estas horas só resta pó do nosso mestre!”, ao que um outro retorquiu: “Não! O seu espírito paira no meio de nós, vagando pelo espaço infinito.” Mas que espaço infindo será esse? Pergunta. Precisa-lo, responde, é uma difícil tentativa. E tosos, no destino do mestre, guardavam um silêncio profundo. Silêncio! Silêncio! Oh, meu Deus! Deixai-me abraçar essa fê, que é a nossa vida, essa fê, que sacia os nossos corações. [...] E S. Paulo compreende, e o afirma nesse granito, que vai ser alevantado para cantar os hinos eternos da grandeza do senhor, que a religião é um imprescindível princípio da paz e do progresso. (Leme Apud. “A Nova Cathedral de S. Paulo: O lançamento da primeira pedra,” 1913, p. 10).

Comparando as falas dos prelados nas duas ocasiões – o discurso de Duarte na primeira reunião da Comissão e o de Leme na bênção da primeira pedra –, podemos vislumbrar dois dos caminhos da Igreja Católica no Brasil. Duarte aqui se aproxima mais dos setores que dialogam com a modernidade e suas ciências e que possibilitam a emergência de um “sagrado secular”. Leme, dos que negam a possibilidade desse diálogo, vendo no catolicismo o meio primordial de acesso à verdade. O futuro Cardeal do Rio de Janeiro, então, questiona a possibilidade de confluir sagrado e secular em uma só categoria<sup>11</sup>. Ambos, contudo, concordam com o projeto romanizador e com a necessidade de reformar as práticas católicas povo brasileiro.

## CONCLUSÃO

No Brasil, a República significou uma grande transformação nas relações entre Igreja Católica e Estado. A Igreja católica, aproveitando a separação formal entre religião e poder estatal, aprofundou seu projeto de romanização do catolicismo brasileiro e consolidou sua hierarquia no Brasil. A construção da nova Catedral da Sé emerge como símbolo desses movimentos.

Graças ao projeto do novo templo, a Igreja Católica trata de alargar os sentidos da catedral, uma igreja que será, simultaneamente, um templo católico, um templo à modernidade e ao progresso, um templo às artes, um monumento. No começo do século XX, havia um

---

<sup>11</sup> Não é à toa, então, que o futuro Cardeal do Rio de Janeiro lançaria uma espécie de manifesto da neocristandade. De fato, sua Carta Pastoral de 1916 assumiu esse papel no debate interior à Igreja Católica no Brasil (Cf. COSTA, 2014, p. 82–85). Por outro lado, a posição de D. Duarte, circunstancialmente diferente da de Leme no debate referente à nova catedral, talvez estruturalmente se aproxime das opiniões do colega de episcopado. Não devemos ignorar que foi a convite de D. Duarte que Leme fez o discurso na colocação da primeira pedra.

sentimento de viver em uma nova época, um sentimento de progresso, que aparece nos debates sobre a nova catedral. Para construir a nossa sede da Arquidiocese, o arcebispo D. Duarte coloca em evidência um horizonte compartilhado com as elites, a saber, a “modernização”, onde ele localizava também sua maneira de ser católico. A Constituição de 1891 havia vedado a promoção de culto religioso pelo poder público. Mas esse horizonte comum da modernização possibilitou o concurso do Estado para construção do edifício. Assim, o poder público e elites de diferentes cores somam esforços para a construção, onde cresceu simultaneamente o religioso e o secular. Para entender essa particular relação entre categorias não raro tomadas como irreconciliáveis, acionamos o conceito de “sagrado secular”, com o qual Balkenhol, Hemel e Stengs (2020) descrevem esses processos por vezes conflituosos de entrelaçamento entre religioso e secular.

Sem dúvida, havia diferenças entre o clero romanizador e as elites liberais, seja no nível dos princípios, seja na definição de seus objetivos (STEIL, 2021). Essas divergências ficam claras em certos discursos de deputados, bem como na fala do futuro cardeal Leme na colocação da primeira pedra da catedral. Entretanto, na Primeira República, essas elites “[...] estabeleceram uma aliança estratégica contra a cultura e o catolicismo populares, vistos como obstáculos no caminho da modernização política e da ordem moral” (STEIL, 2021, p. 154). A nova catedral não é uma escola, mas, segundo as elites que colaboram para sua construção, ela também contribuiria para fazer nascer a nova nação desejada por elas, pois o processo de romanização, do qual a nova catedral é uma expressão, busca eliminar os “retardos” do povo, materializados pela Velha Sé.

Esse movimento de conciliação com a modernidade ganharia mais espaço no seio da Igreja Católica após o Concílio Vaticano II, quando a própria Igreja Católica no Brasil chega a ser vista como secularizada (LEBNER, 2019, p. 142). A partir de então, ao combate do clero contra a “ignorância religiosa” do povo, soma-se a crítica à sua “alienação social e política” (STEIL, 1996, p. 255), proporcionando uma confluência entre os compromissos com a mudança social e do religioso (NOVAES, 2001, p. 63). Novaes (2001, p. 64) chamou a atenção para o paradoxo da importância que tiveram os prelados na difusão da Teologia da Libertação e das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), movimentos que pregavam ironicamente uma Igreja horizontalizada. Segundo a autora, tal era a relevância de certos bispos que suas substituições significaram um enfraquecimento das CEBs.

Em outra ironia do processo histórico, no início do século XXI a nova catedral da Sé, construída a partir de 1913, é objeto de processo de patrimonialização. Depois de ser responsável pela derrubada da Velha Sé, demolição que, como mostramos, torna-se argumento para os primeiros movimentos pela institucionalização da patrimonialização no Brasil, a sede neogótica

da Arquidiocese de São Paulo foi tombada como patrimônio histórico do Estado de São Paulo (GERONAZZO, 2016). Tornando-se patrimônio, são implantadas uma série de evitações e interdições, que fazem lembrar a relação estabelecida com o sagrado. Mais uma vez a noção de “sagrado secular” (BALKENHOL; HEMEL; STENGES, 2020) é útil para pensar a trajetória do prédio. Tanto essas reviravoltas do processo histórico, como o fato de o secular crescer com o religioso, devem nos inspirar a ir além da estreiteza das categorias e pensar diferentemente.

## REFERÊNCIAS

1. 67ª SESSÃO Ordinária da Câmara em 19 de dezembro. **Correio Paulistano**, p. 2–5, 20 dez. 1908.
2. A CATHEDRAL. **Correio Paulistano**, p. 1, 12 mar. 1909.
3. A NOVA catedral. **A Lanterna: Anticlerical e de combate**, p. 1, 5 jul. 1913.
4. A NOVA cathedral. **Correio Paulistano**, p. 1-2, 6 jul. 1913.
5. A NOVA Cathedral. **A Gazeta**, p. 8, 5 out. 1915.
6. A NOVA cathedral de S. Paulo. **Correio Paulistano**, p. 3-4, 26 jan. 1912.
7. A NOVA Cathedral de S. Paulo: O lançamento da primeira pedra. **Correio Paulistano**, p. 2, 7 jul. 1913.
8. ALCÂNTARA, A. A. DE. **Paulo Duarte entre sítios e trincheiras em defesa da sua dama - a Pré-história**. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia, São Paulo, 2007.
9. ALMEIDA, J. F. **Bom jardim dos santos**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016.
10. ALMEIDA, J. F. Notas sobre a vida social do Conventinho de frei Hugolino: de convento a repartição pública, de museu a local de devoção. **Religião & Sociedade**, v. 38, n. 3, p. 113–131, dez. 2018.
11. ALMEIDA, J. F. **Atos dos bons samaritanos - Romanização e medicalização na vida de religiosos católicos**. Tese (Doutoramento em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Porto Alegre: 2019.
12. ALMEIDA, J. F. Nem instituição, nem indivíduo: notas sobre carisma e agência a partir de testemunhos de graças de devotos de dois frades franciscanos. **Revista de Antropologia**, [S. l.], v. 64, n. 3, p. e189654, 2021. DOI: 10.11606/1678-9857.ra.2020.189654. Acesso em: 22 dez. 2022.

13. APPADURAI, A. Introdução: mercadorias e a política de valor. *In*: APPADURAI, A. (Ed.). **A vida social das coisas**. Niterói, RJ: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2008. p. 15-88.
14. BALKENHOL, M.; HEMEL, E. VAN DEN; STENGES, I. Introduction: emotional entanglements of sacrality and secularity - engaging the paradox. *In*: BALKENHOL, M.; HEMEL, E. VAN DEN; STENGES, I. (Eds.). **The Secular Sacred - Emotions of belonging and the perils of nation and religion**. Cham: Palgrave Macmillan, 2020. p. 1-18.
15. BRILHO, C. Caminhamos! **Correio Paulistano**, p. 3, 18 out. 1890.
16. Câmara Municipal: Ordem do dia 18 de abril de 1914. **Correio Paulistano**, p. 5, 16 abr. 1914.
17. Câmara Municipal: Ordem do dia 28 de março de 1913. **Correio Paulistano**, p. 6-7, 26 mar. 1913.
18. CAMPOS, E. Mário de Andrade, Paulo Duarte e a proteção dos bens culturais paulistas. **Informativo Arquivo Histórico Municipal**, v. 2, n. 8, set. 2006.
19. Cathedral de S. Paulo. **Correio Paulistano**, p. 5, 29 abr. 1913.
20. CHUVA, M. R. R. **Os Arquitetos da memória** - Sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940). Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2009.
21. COMISSÃO EXECUTIVA DAS OBRAS DA NOVA CATEDRAL DE SÃO PAULO (ED.). **Documentos para a História da Catedral de São Paulo**. Rio de Janeiro: Jornal do Comércio, 1954.
22. Contra o vandalismo e o extermínio. **Estado de S. Paulo**, p. 10, 24 jun. 1937.
23. COSTA, G. B. F. **Ortodoxia em dois tempos**: Do clericalismo político à secularização estatal. São Paulo: [s.n.].
24. D'ELBOUX, R. M. M. **Joseph-Antoine Bouvard no Brasil**. Os melhoramentos de São Paulo e a criação da Companhia City: ações interligadas. São Paulo: 2015.
25. Factos diversos - A Nova Cathedral. **Correio Paulistano**, p. 3, 8 maio 1910.
26. GERONAZZO, F. Catedral da Sé agora é patrimônio histórico do Estado de São Paulo. **O São Paulo**, 6 jul. 2016.
27. GIUMBELLI, E. Para além do “trabalho de campo”: reflexões supostamente malinowskianas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 17, n. 48, p. 91-107, 2002.
28. GONÇALVES, J. R. S. **A retórica da perda**: os discursos do patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ; IPHAN, 1996.

29. GORELIK, A. La production de la « ville latino-américaine ». **Problèmes d'Amérique latine**, v. 110, n. 3, p. 17, 2018.
30. HENARE, A.; HOLBRAAD, M.; WASTELL, S. Introduction: thinking through things. In: HENARE, A.; HOLBRAAD, M.; WASTELL, S. (Ed.). **Thinking Through Things: Theorising Artefacts Ethnographically**. London and New York: Routledge, 2007. p. 1–32.
31. INGOLD, T. Trazendo as coisas de volta à vida: emaranhados criativos num mundo de materiais. **Horizontes Antropológicos**, v. 18, n. 37, p. 25–44, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ha/a/JRMDwSmzv4Cm9m9fTbLSBMs/>. Acesso em: 14 dez. 2022.
32. JUNIOR, G. Do meu canto. **Correio Paulistano**, p. 2, 23 nov. 1915.
33. LE GOFF, J. **A Idade Média e o dinheiro: Ensaio de uma antropologia histórica**. São Paulo: Civilização Brasileira, 2014.
34. LEBNER, A. On secularity: Marxism, reality, and the Messiah in Brazil. **Journal of the Royal Anthropological Institute**, v. 25, n. 1, p. 123-147, mar. 2019.
35. LOVE, J. Autonomia e interdependência: São Paulo e a federação brasileira, 1889-1937. In: FAUSTO, B. (Ed.). **História Geral da Civilização Brasileira (Tomo III: O Brasil Republicano)**. São Paulo: Bertrand Brasil, 2006. v. 8, p. 58-84.
36. MATTOS, M. S. DE M. **A Nova Catedral de São Paulo**. São Paulo: Mimeografado, 1992.
37. MATTOS, S. DE M. **A igreja matriz da Vila de São Paulo e a Velha Sé**. São Paulo: Mimeografado, 1986.
38. MICELI, S. **A elite Eclesiásticas Brasileira (1890-1930)**. Campinas, SP: [s.n.].
39. MOURA, S. L. DE; ALMEIDA, J. M. G. DE. A Igreja na Primeira República. In: **O Brasil republicano. Sociedade e instituições (1889-1930)**. História Geral da Civilização Brasileira (Tomo III, v. 9). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. p. 348–370.
40. NOVAES, R. A divina política: notas sobre as relações delicadas entre religião e política. **Revista USP**, v. 49, p. 60-81, 2001.
41. ORO, A. P. Religião e política no Brasil. **Cahiers des Amériques latines**, n. 48-49, p. 204-222, 31 jan. 2005.
42. PACHECO DE OLIVEIRA, J. Uma etnologia dos “índios misturados”? situação colonial, territorialização e fluxos culturais. **Mana**, v. 4, n. 1, p. 47-77, 1998.
43. SAHLINS, M. **Ilhas de História**. São Paulo: Jorge Zahar Ed., 1990.
44. SANZI, R. Fetiches e monumentos. Arte pública, iconoclastia e agência no caso dos

- “orixás” do Dique do Tororó. **Religião e Sociedade**, v. 25, n. 2, p. 62-81, 2005.
45. Sessão de 31 de agosto da Câmara dos Deputados. **Correio Paulistano**, p. 2, 1 set. 1891.
46. SILVA, A. C. DA. A antessala da demolição: revisitando o processo da montagem da Praça e Catedral da Sé de São Paulo, em primórdios do século XX. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, v. 29, 2021.
47. STEIL, C. A. **O sertão das romarias**: um estudo antropológico sobre o santuário de Bom Jardim da Lapa. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.
48. STEIL, C. A. PADRE CÍCERO: RECONCILIATION AND MODERNITY. **Sociologia e Antropologia**, v. 11, n. 1, p. 149–169, 1 jan. 2021.

*Juliano Florczak Almeida*

Pesquisador do Núcleo de Estudos da Religião da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Doutor em Antropologia Social pela mesma instituição. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9284-9751>. E-mail: [juliano-florczak@hotmail.com](mailto:juliano-florczak@hotmail.com)



# Uma basílica grande e bela como o Brasil: a fabricação de um catolicismo monumental<sup>1</sup>

A big and beautiful basilica just like Brazil: the making of a monumental Catholicism

**Adriano Godoy**

Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, São Paulo, SP, Brasil

## RESUMO

Neste artigo, a monumentalidade arquitetônica da Basílica Nacional de Nossa Senhora Aparecida (Aparecida, São Paulo, Brasil) é analisada através das suas dimensões religiosas, estéticas e políticas. Tendo como referências documentos, imagens e pesquisas de campo sobre os processos de construção desse templo, são explorados os modos pelos quais o catolicismo brasileiro busca materializar uma nova forma de presença pública no imaginário nacional. Em uma parceria da Igreja Católica com o Estado na busca de uma modernidade católica pautada pela tradição arquitetônica, argumento que o tamanho colossal do edifício se firma como o principal referencial estético de brasilidade na sua fabricação enquanto um monumento nacional.

**Palavras-Chave:** Religião Material, Catolicismo, Monumentos, Basílica de Aparecida.

---

<sup>1</sup> Essa pesquisa foi realizada com auxílio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (processo nº 2015/26487-9, FAPESP).

---

Recebido em 18 de março de 2022.  
Avaliador A: 19 de maio de 2022.  
Avaliador B: 26 de maio de 2022.  
Aceito em 26 de junho de 2022.

---



## ABSTRACT

In this article, the architectural monumentality of the National Basilica of Our Lady Aparecida (Aparecida, São Paulo, Brazil) is analyzed through its religious, aesthetic and political dimensions. Based on documents, images and field research on the construction processes of this temple, I explore the ways in which Brazilian Catholicism seeks to materialize a new form of public presence in the national imagination. In a partnership between the Catholic Church and the State in their search for a Catholic modernity guided by architectural tradition, I argue that the colossal size of the building stands as the main aesthetic reference of Brazilianness in its fabrication as a national monument.

**Keywords:** Material Religion, Catholicism, Monuments, Basilica of Aparecida.

## INTRODUÇÃO<sup>2</sup>

A Basílica de Nossa Senhora Aparecida é grande. Ela pode ser facilmente vista de quase toda a cidade de Aparecida (SP) e, a depender do ponto de observação, até mesmo das cidades vizinhas. O tamanho da igreja e a sua proporção, comparados aos prédios do seu entorno, são difíceis de passarem despercebidos. Próxima a ela está a movimentada Via Dutra (BR-116) que, como um corredor de observação contornando a basílica, oferece aos muitos transeuntes uma vista privilegiada tanto de suas fachadas norte e sul como da fachada leste. Durante o dia, é a sua cúpula esverdeada pelo tempo, com as telhas azuis, além da torre com o relógio, o que mais me chama a atenção. Ao passar por essa rodovia incontáveis vezes durante a minha pesquisa de doutorado (GODOY, 2020), costumava notar a reação das pessoas ao meu redor. Quando dentro de um ônibus, era comum observar os muitos rostos voltados para as janelas com a vista da basílica – olhares muitas vezes acompanhados de disparos fotográficos, de sinais da cruz e mesmo de exclamações em voz alta.

A Basílica de Aparecida é tão grande que é difícil vê-la por inteiro se não for justamente da perspectiva da rodovia ou de alguns mirantes dispostos nos morros vizinhos. É inclusive

---

<sup>2</sup> As primeiras versões desse texto foram debatidas nos *Lunch Meetings* da Universidade Utrecht [Utrecht, Holanda, 2018] e no VII Congresso da Associação Portuguesa de Antropologia [Lisboa, Portugal, 2019]. Agradeço especialmente os comentários de Hugo Ciavatta, Katja Rakow, Laura Belik, Lucas Baccetto, Thais Tiriba e dos pareceristas anônimos da revista.

essa uma das premissas do teleférico que desde os anos 2010 liga a base da igreja até o topo do Morro do Cruzeiro — localizado nas proximidades —, e dá ao viajante uma das vistas mais dinâmicas e privilegiadas do edifício. Do mesmo modo, a ponta da Passarela da Fé, que desde os anos 1970 liga a nova basílica até o centro da cidade, tem outro mirante disputado pelos visitantes interessados em uma fotografia que enquadre as pessoas e a fachada da igreja.

**Figura 1. Romeiros no teleférico observam a basílica**



**Fonte:** Adriano Godoy, 2017.

O tamanho da Basílica de Aparecida é parte constitutiva da experiência religiosa dos romeiros que a visitam. Mais do que isso, ela é também motivo de espanto para alguns que a visitam pela primeira vez, positiva ou negativamente. Assim, dentre as características mais valorizadas na hotelaria da cidade está a vista que se pode ter da basílica a partir do hotel em questão. Ao redor do santuário são muitos os prédios de hotéis com sacadas voltadas para a igreja: altos e continuamente ampliados, na busca de monopolizar a vista da igreja, tapam a visão dos transeuntes. Para Tirapeli, que se propõe a analisar os planos urbanísticos do Vale do Paraíba, a arquitetura da basílica é fundamental para entender transformações espaciais do município que se desenvolve ao redor dela:

A racionalização geométrica é o conceito básico da Basílica Nova, que se ergue como arquitetura monumental. A consciência sobre qual deve ser a mais importante das igrejas brasileiras pode tê-la levado a uma conceituação de domínio. Contudo, tal domínio foi resolvido por meio de massas dantescas de conceito medieval aplicadas em forma românico-bizantina. A opção da forma estereotipada da igreja foi direcionada

pelo clero, ciente de que este tipo arquitetônico cairia no gosto popular. (TIRAPELI, 2014, p. 204).

Em construção contínua desde os anos 1950 e sem um prazo final para as suas obras, a Basílica de Aparecida domina a paisagem urbana. No entanto, diferentemente do crítico de arte, que está interessado no plano urbanístico municipal, o meu interesse de análise dessa “arquitetura monumental” está na sua relação com o campo religioso nacional. Explorarei neste artigo como essa monumentalidade, expressa pela proporção colossal do edifício, foi desejada, planejada e alcançada pelos seus construtores. Para isso, recorro à proposta de Giumbelli (2020) ao considerar a criação de monumentos como “uma forma de presença católica no espaço público”. Assim, neste artigo, o edifício religioso é abordado tanto como “um novo tipo de objeto” quanto um “triunfo da visualidade”, caracterizado principalmente pela grandiosidade das suas formas.

Para investigar os modos pelos quais a basílica é produzida enquanto um monumento, recorro também a proposta de Van de Port e Meyer (2018), segundo a qual a “autenticidade” seria um dispositivo fundamental de análise no campo do patrimônio. Ao não ser dada naturalmente, interessa investigar como essa autenticidade “produz culturalmente o real” através da mobilização de todos os tipos de dispositivos, narrativas e formas materiais por parte dos construtores da Basílica de Aparecida. Como sugerem os antropólogos, analisarei esse processo através de dois conceitos: “políticas de autenticação” e “estéticas da persuasão”. Através do primeiro conceito busco explorar os processos pelos quais a basílica é autorizada em constelações de poder específicas e, para isso, analisarei as relações políticas entre a Igreja Católica e o Estado que ratificaram a autenticação da igreja como uma referência nacional. Já através do segundo conceito, explorarei como a basílica é apropriada e incorporada na experiência vivida e, desse modo, analisarei tanto os projetos arquitetônicos como a cultura visual que dão forma e propagam a sua construção.

## **A MAIOR DO BRASIL**

No ano de 2014, no dia da inauguração do Templo de Salomão na cidade de São Paulo, a Igreja Universal do Reino de Deus passou a se vangloriar de ter “o maior templo cristão do Brasil”. Na sua página oficial da rede social *Facebook* eram publicadas as medidas monumentais que caracterizam o templo enquanto réplica do antigo templo judaico. No mesmo dia, e sem

em nenhum momento mencionar o templo evangélico na mesma rede social, foi a página do Santuário Nacional de Aparecida que começou a publicar as medidas, também monumentais, daquela igreja católica e se vangloriar por ser o “maior santuário mariano do mundo”. Para mim, que seguia as duas páginas oficiais, ficou evidente que se tratava de uma batalha religiosa: uma disputa pública em andamento sobre qual seria o maior templo do país.

**Figura 2. Meme compartilhado no dia da inauguração do Templo de Salomão**



Fonte: Reprodução da rede Facebook, 2014.

Isso ficava mais evidente nos comentários das publicações, já que católicos comentavam a página evangélica e evangélicos comentavam a página católica, discutindo a veracidade dos números divulgados, usando imagens e memes como argumentos. Enquanto uns falavam em altura, outros falavam em metros quadrados construídos, a área do terreno ou ainda a capacidade de público em pé e sentado. O que todos tinham em comum era uma valorização da grandeza: quanto maior, melhor.

A inauguração do Templo de Salomão é abordada no artigo de Montero, Silva e Sales (2018) como uma forma de “fazer religião em público”. Entre os tópicos apontados pelo artigo, fica explícita a busca de visibilidade que a arquitetura do templo almeja na paisagem urbana da cidade de São Paulo enquanto uma “religião-monumento”, que exerce influência pública através da sua imponência. Ora, sendo a Igreja Universal uma minoria religiosa brasileira, as grandes proporções do Templo de Salomão buscam, dentre outras coisas, demandar uma

influência política através da distinção religiosa do edifício.

Como analisado por Tamimi Arab (2013), em um contexto diferente ao aqui abordado, a questão da monumentalidade arquitetônica pode ter grande relevância religiosa e política. A partir de uma pesquisa desenvolvida sobre a inauguração de um templo islâmico em Roterdã, na Holanda, o antropólogo indica a recorrente exclamação de que aquela seria “a maior mesquita da Europa!”. Ao constatar que essa mesma afirmação era repetida em relação a diversas mesquitas e em diversos países do continente, o autor demonstra como a exclamação é usada, inversamente ao contexto brasileiro, como uma categoria pejorativa, de acusação, mas por parte dos não-muçulmanos. No contexto secularizado holandês, há um esforço em negar a essa minoria islâmica a possibilidade de ter destaque na paisagem urbana através de seus templos. No caso brasileiro, há um esforço evangélico em reivindicar um lugar no imaginário nacional tão associado ao catolicismo.

Ao trazer as disputas que observei nas redes sociais, sem desconsiderar todas as implicâncias da escolha da capital paulista para o templo evangélico, interessa nesse artigo essa disputa em nível nacional. Se não restam dúvidas de que tanto o Templo de Salomão como a Basílica de Aparecida são os edifícios religiosos de maiores proporções nas suas respectivas cidades, o que está em jogo nas disputas que descrevo é o lugar ocupado pelas respectivas instituições que os administram no campo religioso e político nacional. E, mais precisamente, de como é que com a construção do Templo de Salomão, a Igreja Universal, em ascensão, desafia o monopólio da Igreja Católica, em declínio. Como desenvolverei no próximo tópico, o tamanho e a monumentalidade da Basílica de Aparecida são emblemáticos para compreender os embates públicos da Igreja Católica na sua busca por protagonismo religioso e político, sobretudo frente a outras denominações religiosas. Não por acaso, como nos casos aqui explorados, a basílica se torna o referencial material e espacial do catolicismo brasileiro. Mais do que apenas se destacar e influenciar a paisagem urbana municipal, como já abordei anteriormente (GODOY, 2017), a Basílica de Aparecida foi construída sobretudo para moldar o imaginário nacional pelas suas formas religiosas.

#### *A maior do mundo*

Para além da percepção ao vê-la presencialmente, o meu interesse em investigar a monumentalidade da Basílica de Aparecida se deu pela contínua evocação de seu tamanho, altura e proporções durante as minhas pesquisas de campo. Com evidente orgulho por parte de meus interlocutores, ouvi com frequência variações da frase: “essa é a (segunda) maior igreja (católica) do mundo”. Longe de querer negar ou confirmar algum desses títulos, eles me



indicaram que ao se tratar de religião, tamanho importa. Já a informação sobre o tamanho de um edifício, aparentemente objetiva, não é tão óbvia quanto parece. Considerando que nas disputas religiosas ocorridas na paisagem urbana “a intenção é parecer maior do que realmente é” (Almeida, 2004:24), há diversos modos de se medir um templo e são muitas as réguas dispostas a fazê-lo: altura, localização, área construída e capacidade de público são apenas alguns deles. Institucionalmente, os meios de comunicação do Santuário Nacional de Aparecida ostentam as dimensões de suas instalações com os seguintes números e títulos:

O maior centro de evangelização católica do Brasil é um espelho da devoção popular brasileira e estrangeira pela Rainha e Padroeira do Brasil, Nossa Senhora da Conceição Aparecida. Para acolher quase 12 milhões de peregrinos por ano, o Santuário Nacional oferece aos devotos área superior a 1,3 milhão de metros quadrados, com quase 143 mil m<sup>2</sup> de área construída. A área específica da Basílica de Aparecida compreende quase 72 mil m<sup>2</sup> [...] que chegam a reunir 30 mil devotos em torno do Altar Central; nas celebrações externas, a capacidade é para 300 mil. (...) A grandiosidade do maior Santuário Mariano do mundo está presente em cada detalhe de sua estrutura: a Torre Brasília mede 109 metros de altura, incluindo a Cruz; a Cúpula Central possui 70 metros de altura; as naves medem 40 metros cada. (SAMPAIO, 2017, p. 163-165).

Assim, oficialmente, o Santuário Nacional assume e propaga que seria “o maior centro de evangelização católica do Brasil”, “o maior santuário mariano do mundo” além de ter “o maior estacionamento da América Latina”. Títulos esses de grandiosidade mundial, continental e nacional que não confirmam e nem negam o lugar que a basílica ocuparia no ranking dos maiores templos católicos. Contudo, tais títulos alimentam os rumores que ouvi entre os aparecidenses de que haveria um esforço proposital, por parte da Igreja Católica, em astutamente omitir que aquela seria a maior igreja do mundo. Como me disse mais explicitamente um comerciante local, essa informação era escondida porque era proibida, afinal o título deveria ser da igreja sede do catolicismo mundial, no Vaticano.

Por ocasião das minhas pesquisas de campo para o doutorado (GODOY, 2020), pude visitar a Basílica de São Pedro algumas vezes. Portando um aparelho lá distribuído e que proporciona uma visita guiada digital oficial, com diferentes áudios acionados em cada lugar do templo, também lá alguns números impressionantes eram continuamente evocados, visando dar a legitimidade religiosa do que é experienciado pelas monumentalidades do edifício. Logo no começo da visita, ainda na porta de entrada, é anunciado ao visitante que ele está prestes a entrar “no maior templo católico do mundo” para, logo em seguida, informar que o segundo e o terceiro maiores templos seriam, respectivamente, a Basílica de Aparecida no Brasil e a Catedral de Sevilha na Espanha.

Com a possibilidade de visitar também a Catedral de Sevilha, optando por uma visita

guiada por um historiador espanhol, quando ele trouxe à tona o terceiro lugar no ranking mundial, em frente a um quadro do *Guinness Book* fixado em uma coluna do templo, questionou os presentes sobre quais seriam as duas primeiras. Um dos turistas do nosso grupo prontamente afirmou que a maior igreja seria a Basílica de São Pedro, porém foi corrigido pelo guia espanhol que disse, abaixando a voz e em tom de segredo, que na verdade a maior igreja do catolicismo era brasileira: a Basílica de Aparecida, para surpresa da maioria das pessoas.

Seja qual for a categoria de medição para os rankings, a evocação do tamanho de um templo indica uma busca comparativa e com ela a disputa por certa distinção. Nos casos que trouxe até aqui, a partir da comparação com outros grandes templos católicos, o tamanho da Basílica de Aparecida é posto em perspectiva em relação ao catolicismo global. Como recapitularei no próximo tópico, junto à distinção do edifício a nível mundial é comparado e disputado o lugar e a influência da Igreja Católica no Brasil. A Basílica de Aparecida foi construída para ser vista pelo Brasil inteiro e para materializar religiosamente essa nação.

## **GRANDE COMO O BRASIL**

A atuação da Igreja Católica no Brasil, sobretudo a partir do final do século XIX, é marcada pela promoção nacional da devoção à Nossa Senhora Aparecida. Como bem explorado por Fernandes (1988), houve esforços institucionais ora mais e ora menos bem-sucedidos, em se criar um forte centro religioso católico no país. Esses esforços se deram a partir da intitulação da santa paulista enquanto rainha e padroeira nacional, mesmo havendo uma tradição consolidada de vários centros regionais pelo país. Dentre outras coisas, essa promoção nacional da padroeira foi feita pelo viés étnico da imagem milagrosa de Aparecida que, ao ser escura, passou a ser associada tanto à negritude como à mestiçagem racial do povo brasileiro (SOUZA, 1996; SANTOS, 2013). Dentro desse mesmo escopo de atuação da Igreja Católica, a elaboração e a construção da nova Basílica de Aparecida também visavam promover esse catolicismo nacional. Contudo, as escolhas estéticas para o novo templo partiram de premissas diferentes daquelas associadas à imagem de Nossa Senhora Aparecida, mesmo que a ela subordinadas. Para abordar a dinâmica da construção do templo, além das representações, também é preciso atenção aos agentes sejam pessoas, instituições ou coisas:

uma investigação sobre formas de agência não está desvinculada de uma atenção às representações e às pessoas – ou seja, de um lado, as concepções e operações simbólicas que acompanham as coisas em sua produção; de outro lado, os demais

agentes que se relacionam com os objetos, em sua formação pessoal e institucional (GIUMBELLI, 2020, p. 228).

Através desse escopo metodológico, o conjunto dos documentos que tive acesso<sup>3</sup> para essa investigação evidenciou que o desejo e os esforços para a construção de um novo templo remontam ao menos ao começo do século XX, quando o templo existente passou a ser categorizado como “insuficiente” (ASV, 1926). A “Basílica Velha”, nome como passou a ser identificada, se mostrava pequena para o fluxo de romeiros.

O Santuário de Aparecida, naquele período, era administrado pela vasta Arquidiocese de São Paulo e, em um contexto transformador e efervescente da cidade, não era uma das prioridades eclesiais. Mais voltado para as demandas impostas pela expansão da metrópole, o arcebispo local se dedicava a administrar a reforma neogótica da Catedral Metropolitana de São Paulo, na Praça da Sé, e não via motivos para construção de outro templo monumental. A empreitada, insistentemente requisitada pelos Missionários Redentoristas que administravam o Santuário de Aparecida, só foi ser acatada pelo arcebispo que o sucedeu.

Creio não ser ousadia da minha parte fazer uma sugestão a V.Emcia. Todos os católicos brasileiros querem a construção da nova Basílica Nacional [...] Agora nada mais impede a realização desse grande desejo do povo brasileiro; precisamos de uma Basílica grande e bela como grande e belo é o Brasil. Ela é nacional; deve, pois, ser construída pela nação. (Padre Oscar Chagas, 02/06/1939 apud CDM, 1992, p. 46).

Neste trecho de uma carta endereçada ao arcebispo do Rio de Janeiro, o então reitor do Santuário de Aparecida apelava para que, com a nomeação de um novo arcebispo em São Paulo, também renascesse “a esperança de construção da nova basílica”. O que de fato viria a ocorrer com os preparativos da construção durante os anos 1940, até a pedra fundamental lançada em 1954, não por acaso o mesmo ano de inauguração da reforma neogótica da Catedral da Sé. Já a escolha desse trecho acima, como inspiração ainda, claro, para o título do presente artigo, dá-se pela sua capacidade de síntese: ele evidencia a sobreposição entre tamanho, beleza e nacionalismo na concepção e construção da Basílica de Aparecida. Não sendo pontual, como demonstrarei com alguns outros casos nas páginas seguintes, esse nacionalismo católico é continuamente evocado tendo como pressuposto uma beleza manifesta pela grandiosidade.

Fruto de um projeto eclesialístico da virada do século no país, inspirado pelo Concílio

---

<sup>3</sup> No intuito de ter uma perspectiva histórica capaz de traçar as origens, motivações e inspirações para o tamanho e as formas daquela igreja, pude fazer uma série de levantamentos nos acervos do Centro de Documentação e Memória do Santuário Nacional (CDM), do Arquivo da Cúria Metropolitana de Aparecida (ACMA), do Arquivo Secreto Vaticano (ASV), da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional (BN) e do Acervo Digital do Arquivo Nacional (AN).

Vaticano I (1869-1870), o movimento pela construção da nova Basílica de Aparecida, em minha avaliação, materializava um ultramontanismo tardio. Dentro de seu respectivo contexto, alarmado pelo crescimento das denominações protestantes no país, os documentos eclesiais (Arruda, 2005; ASV, 1926) trazem justificativas similares àquelas usadas pela Igreja Católica, por exemplo: em relação à Basílica do *Sacré-Coeur*, no temor anticomunista (HARVEY, 1979); ao Cristo Redentor, na proposta modernizante (GIUMBELLI, 2014, p. 50; BAPTISTA, 2002, p. 155-158); e à Catedral da Sé, na reação antissecular (DELELLIS, 2002, p. 23). Contudo, ao não estar em um centro econômico ou político, mesmo que próximo deles enquanto um centro religioso privilegiado de uma periferia do catolicismo mundial, o Santuário de Aparecida só começou a construir o seu esperado “monumento nacional” nos anos 1950.

A necessidade de se construir novo templo, digno do título de basílica nacional, já se impôs de longa data à consciência religiosa dos brasileiros. Múltiplas são as razões que evidenciam esse fato. A atual igreja, destituída da grandiosidade característica das basílicas e desprovida de maior valor artístico, é notoriamente exígua para acolher as levas de romeiros que afluem a Aparecida nos dias festivos. [...] Em Aparecida, a fraternidade da fé revigora os vínculos da unidade política da nacionalidade. Aquêles peregrinos de longínquas regiões verificam ali que todos, em torno do altar da Virgem, falam a mesma língua, tem os mesmos costumes, adoram o mesmo Deus. E de regresso a seus lares, eles vão contar que o Brasil não é apenas, aquele chão e aquela grei, mas uma grande pátria e uma grande família. Temos aí, que Aparecida não é só um templo, mas, ainda, escola de civismo [...] Todos os povos cristãos têm os seus templos nacionais. São monumentos magníficos que dão o testemunho da fé e se integram, assim, no patrimônio artístico e moral da coletividade a que pertencem. A nova Basílica de Aparecida será também um monumento de arte que poderemos nos ufanar. Na majestade das suas linhas arquitetônicas ela dirá não só ao crente, mas ao “touriste” curioso, que o Brasil continua fiel à religião de seus maiores, sob o patrocínio da Senhora Aparecida. (CÉSAR SALGADO<sup>4</sup> apud ACMA, 1952).

Para a comissão de construção da igreja que inaugurou o seu canteiro de obras, a basílica deveria ser, ao mesmo tempo e pelos mesmos motivos, um monumento religioso, majestoso e nacionalista para, assim, ser uma “escola de civismo”. Em outras palavras, o projeto era ensinar, através do templo, que não haveria a nação sem a religião e que para ser brasileiro era preciso ser católico. Como os documentos ressaltam, essa meta só seria alcançada através de formas materiais específicas: com “majestade das suas linhas arquitetônicas” para ser “um monumento de arte que poderemos nos ufanar”. Em um contexto nacional distinto dos monumentos católicos predecessores já inaugurados, mesmo que com justificativas religiosas similares, as formas escolhidas para sua materialização foram também distintas daquelas das capitais, fosse

---

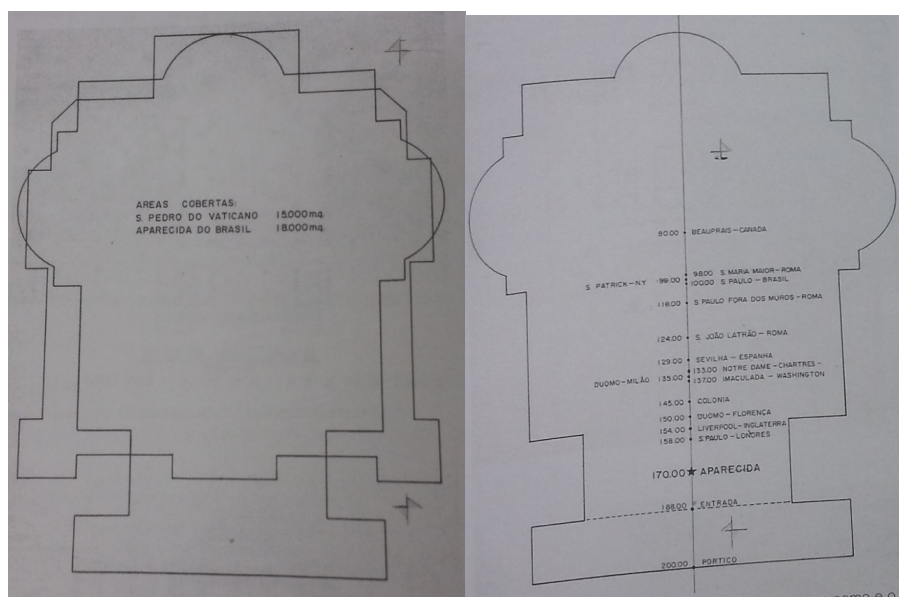
4 José Augusto César Salgado (1894-1979). Na ocasião do documento era membro da comissão de construção da futura basílica, além de Procurador Geral da Justiça do Estado de São Paulo.

do neogótico da Catedral da Sé, em São Paulo, ou da *Art Deco* do Cristo Redentor, no Rio de Janeiro. Ao gosto dessa periferia institucional do catolicismo global, o tamanho é a principal das características. Antes de tudo, era preciso ser grande.

### *Do colonial para o colossal*

Dada a aprovação das obras por parte da hierarquia eclesial foi em 1948 que a Arquidiocese de São Paulo contratou Calixto Neto<sup>5</sup> como arquiteto daquela empreitada. No seu profícuo escritório em São Paulo, ele fez os primeiros projetos para uma Basílica Nacional do Brasil que, segundo a encomenda da Igreja Católica, deveria ter a nacionalidade brasileira expressa principalmente nos traçados arquitetônicos. Com fins de estudo de outros templos para o projeto, Calixto Neto teve viagens à Europa, ao México e aos Estados Unidos financiadas pela mesma arquidiocese. Ao analisar algumas de suas pranchetas desse período, as plantas baixas foram capazes de me evidenciar como o tamanho da futura Basílica Nacional era fundamental.

**Figura 3. Reprodução das pranchetas de Calixto Neto**



Fonte: Amaral Júnior, 2008.

<sup>5</sup> Benedito Calixto de Jesus Neto (1906-1972) era arquiteto especialista em liturgia católica e projetou mais de seiscentos templos pelo país. Não confundir com o seu avô materno: Benedito Calixto de Jesus, o consagrado artista com obras também de temática religiosa.

Comparando lado a lado as plantas dos maiores e mais importantes templos da Igreja Católica, o arquiteto paulista tinha por objetivo declarado contratualmente construir “a segunda maior igreja católica do mundo” (ACMA, 1960). Ou seja, apenas as proporções da Basílica de São Pedro não deveriam ser superadas, uma preocupação que fica evidente em uma série de pranchetas que sobrepõem e enfileiram as duas plantas baixas. Contudo, assim como nas disputas que descrevi anteriormente, o limite de tamanho era maleável também para o arquiteto, a depender do referencial escolhido. Menor em comprimento que a sede da Igreja Católica, a Basílica de Aparecida já era projetada nas primeiras pranchetas de Calixto Neto como sendo maior em área coberta.

Na minha avaliação, essa grandiosidade desejada e requerida por parte da Igreja Católica se configura como a mais significativa expressão arquitetônica da brasilidade almejada. Diferentemente do modernismo arquitetônico brasileiro que firmava na década de 1950, inclusive através de algumas igrejas (BAPTISTA, 2002; OLIVEIRA, 2018), havia na proposta de Aparecida a necessidade de que essa brasilidade estivesse ancorada em outras tradições católicas que não o barroco. Ser grande e monumental foi o requisito escolhido de brasilidade porque estava determinado que o tamanho da igreja materializaria o Brasil enquanto uma “grande pátria”: a nação com a maior população católica do mundo deveria ter também o maior templo nacional do mundo. Nessa proposta, a brasilidade colossal era a superação definitiva da estética colonial.

Com plantas idênticas em tamanho e forma de cruz romana, Calixto Neto fez propostas para quatro fachadas possíveis entre 1948 e 1949. Enquanto uma delas tinha elementos do barroco luso-brasileiro, as outras três fachadas tinham referenciais predominantemente neoclássicos. Foi uma dessas últimas a escolhida pela comissão brasileira. Antes do início das obras, contudo, era necessária a aprovação do projeto arquitetônico pela Pontifícia Comissão Central para a Arte Sacra, sediada no Vaticano:

A minha opinião, que procurei expor aos colegas, é a seguinte: o plano e os desenhos apresentados correspondem bem à finalidade dos edifícios, e no seu conjunto mostram linhas e volumes de nobre harmonia. [...] É uma ideia nova, prática e bela, e a Comissão não hesitou em definir “genial” (o que, dada a prudência com que habitualmente usam exprimir-se os órgãos do Vaticano, constitui um grande elogio). [...] A escolha do estilo foi também discutida pela Comissão, parecendo a alguns de seus membros que talvez o chamado “Colonial”, por ser tipicamente brasileiro, fosse o mais acertado, ao passo que o “Românico” não tem precedentes originais no País. Não concordei com o colega que levantava essa objeção, mostrando-lhe que, antes de tudo, o estilo do projeto apresentado não era propriamente românico senão num sentido muito genérico, fundindo-se nele elementos das mais características arquiteturas sacras dos séculos de ouro da arte cristã (góticos, bizantinos, beneditinos e outros ainda), e que, em segundo lugar, o colonial – isto é, o barroco luso-brasileiro – é um estilo



tão claramente “datado” e definido, que não se prestava a ser modernizado (como o românico do projeto), mas só podia ser imitado servilmente. Da fusão daqueles vários estilos, animada por um espírito moderno e por uma fé viva, pode nascer um estilo novo, de hoje, que seja apto a ser decorado por artistas originais do nosso tempo, em uma linguagem estética da nossa época, embora não desligada da tradição; coisa esta impossível com o colonial. Além do mais, as capelas sacramentais, que tanto agradaram à Comissão, seriam impensáveis naquele estilo, elegante, mas não monumental nem grandioso, como deveria ser o de uma Basílica Nacional, centro de peregrinação do Brasil inteiro. (Redig de Campos<sup>6</sup> apud ACMA, 1949).

Nesse relato do diretor da Pinacoteca do Vaticano, enviado para o Cardeal Motta<sup>7</sup>, chamo atenção para o embate que teria ocorrido com seus colegas em torno do barroco. Enquanto a comissão romana defendia que a Basílica de Aparecida deveria ter formas da arquitetura colonial brasileira, foi o brasileiro quem defendeu as formas “românicas genéricas”. Sem desmerecer o barroco luso-brasileiro, Redig de Campos ressalta como seria “elegante, mas não monumental nem grandioso”. Na sua avaliação positiva, a chave para a construção do templo nacional parece ser mais a expressão de criatividade, inspiradas na tradição católica mais ampla dos “séculos de ouro da arte cristã”, do que uma reprodução estilística ou “imitação” exclusiva da arquitetura nacional. Assim, a fundição de elementos góticos, bizantinos e beneditinos, na análise do crítico de arte, não foi tratada como pastiche e sim como “original” e um “estilo novo” que não se desligava da tradição católica. Mais uma vez, a monumentalidade e a grandiosidade estavam em primeiro plano para uma Basílica Nacional, na qual o “elegante” parece ser secundário, e Calixto Neto havia alcançado isso com louvor, afinal ela era “animada por um espírito moderno”.

Nesses momentos de sua elaboração, tal qual descritos nos documentos, o tamanho daquela igreja católica busca materializar o tamanho almejado pela Igreja Católica no país. Em outras palavras, a grandiosidade da basílica era uma declaração pública, por parte do catolicismo institucionalizado, sobre o lugar de distinção que disputava entre os monumentos do imaginário nacional. Ao concordar que na ereção de monumentos religiosos “é um novo objeto que se cria, que tem mais a ver com a monumentalização do que com a religião” (GIUMBELLI, 2020, p. 227), considero que esse projeto do catolicismo institucional para uma basílica nacional buscou se firmar política, religiosa e esteticamente não pela replicação da tradição colonial luso-brasileira e sim através das formas neoclássicas associadas ao catolicismo. A “produção

---

6 Deoclecio Redig de Campos (1905–1989) tinha formação em história da arte e exerceu longa carreira profissional no Vaticano. Não confundir com o seu irmão: Olavo Redig de Campos, expoente da arquitetura modernista brasileira.

7 Dom Carlos Carmelo Vasconcellos Cardeal Motta (1890-1982) foi por quase quatro décadas a principal autoridade eclesial do Santuário Nacional, inicialmente como Arcebispo de São Paulo (1944-1964) e depois como o primeiro Arcebispo de Aparecida (1964-1982).

de visibilidades” da sua arquitetura colossal, não só fortaleceria a devoção nacional a Nossa Senhora Aparecida, como também ampliaria o seu escopo de atuação sociopolítica. A ambição era que a Basílica Nacional fosse também um monumento autenticamente brasileiro, uma referência estética moderna e patrimonial que fosse católica e se integrasse e diluísse no imaginário nacional.

O tamanho, contudo, mesmo sendo o elemento mais evidente e literal dessa busca por protagonismo católico, não era suficiente. Para ser uma das “grandezas da nossa Pátria”, essa associação entre o tamanho da igreja e a nação também recorria a outros elementos estéticos de brasilidade. Assim, no decorrer do tempo e das obras, o projeto original passou pelas mais diversas modificações. Em um esforço comparativo entre a maquete de Calixto Neto dos anos 1950 e o que estava construído no início dos anos 1990, a comissão responsável pela construção da basílica busca elencar quais foram as mudanças mais estruturais em um relatório (ACMA, 1994: 2). Como ressaltado, a abside da igreja projetada inicialmente para a nave sul foi extinta e, em seu lugar, erguida uma fachada igual às demais.

**Figura 4. Maquete feita nos anos 1950, com destaque para a abside que não foi construída na nave sul**



Fonte: ACMA, 1956; 1994.

Essa grande alteração fez com que a nave sul ficasse com dezesseis metros a mais de comprimento e a planta baixa da igreja, antes em forma de cruz romana, fosse transformada em uma cruz grega<sup>8</sup>. As motivações dessa empreitada são narradas, minuciosamente, em um dossiê que compila as memórias das pessoas envolvidas:

---

<sup>8</sup> É reconhecida como “cruz grega” aquela cujos quatro braços tem o mesmo tamanho, enquanto a “cruz romana” é reconhecida por ter o braço inferior mais longo que os demais.

Sempre ouvi falar que a maior igreja do mundo era a Basílica de São Pedro em Roma. Conversando com o Calixto [Neto] sobre isso, perguntei: “por que não fazer a maior igreja do mundo aqui?”. Ele olhou admirado e sorriu. O Calixto [Neto] era um sonhador, vivia fazendo planos mirabolantes e de realização impossíveis. Insisti na opinião: “O que falta para ser a maior do mundo e o que precisa fazer? Não dá para ampliar uma nave ou coisa semelhante? Não será capaz de fazer isso?”. Sentindo-se ferido em seu orgulho de arquiteto, ficou de estudar a possibilidade. Na próxima semana já trouxe uns rascunhos e um plano de ampliação. Eis porque é hoje a Basílica de Aparecida a maior igreja do mundo. A nave do fundo (ala sul), onde fica a imagem, foi ampliada em extensão por 16 metros a mais que a original. Observando-se a planta original, ou a maquete original, logo se vê que foi modificada. Em vez de ábside repetiu-se a mesma fachada de outras naves. Pensando bem hoje, não sei se foi um bom palpite, pois quando se tratou de terminar as galerias e compô-las com o fundo da Basílica houve dificuldades de estética. Qual seria o fundo da igreja, pois todas as naves eram iguais. [...] Certo que é a maior do mundo, mas ficou bem mais cara a obra devido ao aumento e as modificações necessárias. Nesses anos todos, cheguei à conclusão: tudo o que se fazia de construção, com o tempo e o uso, se tornava pequeno. Assim, a ampliação da nave não foi talvez o ideal, mas ajudou a aliviar o movimento. Não sei se adiantou ser a maior do mundo, porque os romeiros, admirados pelo tamanho, perguntavam e respondiam: “Esta é a segunda igreja do mundo em tamanho, porque não pode ser maior que a de São Pedro. É proibido”. (Padre Sotillo apud CDM, 1992, p. 237-238).

Nesta narrativa em primeira pessoa do sacerdote que supervisionava as obras, ele indica que a extensão do projeto original teria partido de uma provocação sua, feita ao arquiteto contratado, para construir “a maior igreja do mundo”. Contudo, na sua reflexão dos prós e contras dessa empreitada de colossalidade, mesmo acomodando melhor o fluxo de pessoas, tal mudança não teria sido ideal, porque o seu tamanho seguiria sem ser reconhecido pelos romeiros, justamente por essa hierarquia obrigatória, presumida entre as basílicas do Brasil e do Vaticano. Ao ter superado a Basílica de São Pedro em tamanho, permaneciam as “dificuldades de estética” para alcançar o “triunfo da visualidade” almejado.

## **BELA COMO O BRASIL**

Uma vez aprovado o projeto arquitetônico para a nova basílica, a Igreja Católica passou a divulgar massivamente a empreitada não só nos meios de comunicação religiosos, mas também na grande imprensa nacional. Além da descrição e das declarações das pessoas envolvidas nas obras, em tom celebratório, essa divulgação se dava sobretudo pelas reproduções imagéticas das plantas baixas, dos esboços das fachadas e de fotografias de uma detalhada maquete do novo templo.

Figura 5. Recortes de jornais dos anos 1950



Fonte: Arquivo Biblioteca Nacional, 2022.

Antes mesmo do edifício começar a ser construído, as suas formas arquitetônicas já ilustravam reportagens, estampavam produtos religiosos e cartões postais. Ao dar as primeiras formas àquilo que era imaginado e almejado, para além de registrar as obras em andamento, a divulgação de imagens da “futura basílica” foi parte fundamental dos esforços das instituições católicas na “persuasão estética” (VAN DE PORT; MEYER, 2018) do templo como um monumento nacional.

Figura 6. Material de divulgação da nova basílica



Fonte: CDM, 1957.

Nas duas propagandas selecionadas fica evidente o esforço em vincular a monumentalidade do templo a certa brasilidade justamente através do “triunfo da visualidade”. Enquanto na primeira a grandiosidade da basílica é ressaltada pelo edifício alcançando o espaço sideral, na segunda isso se dá pela proporção da basílica ser superior ao morro do Pão de Açúcar no Rio de Janeiro. Do mesmo modo, enquanto na primeira propaganda a basílica tem como base o território e a bandeira brasileira, na segunda imagem o templo flutua no céu da então capital federal, logo abaixo da padroeira nacional. Corroborando essa percepção, no ano seguinte ao das propagandas, afirmava o Bispo-Auxiliar de São Paulo:

No futuro, quando estiver concluída a Basílica da Padroeira do Brasil, os livros e os observadores, ao falarem da grandeza da nossa Pátria, não citarão apenas o Rio Amazonas, a Cachoeira de Paulo Afonso, a Baía de Guanabara, a Metrópole Paulista, e o Cristo Redentor do Corcovado. Citarão também a Basílica Nacional de Aparecida. (Dom Macedo<sup>9</sup> em entrevista ao jornal católico *A Cruz* em 25/01/1958 – Fonte: BN).

Lidas em conjunto com os demais documentos do período, as propagandas conseguem expressar visualmente o que a Igreja Católica almejava: mais uma vez, que a Basílica de Aparecida se atrelasse ao imaginário nacional através de uma estética da grandiosidade. Em um processo mais amplo de modernização do catolicismo brasileiro que se intensifica nos anos 1950 (GIUMBELLI, 2012), a ambição era criar um referencial estético nacional novo. Na proposição de um Brasil que fosse moderno sem deixar de ser católico, a escolha foi pela diferenciação do movimento arquitetônico do mesmo período, buscando “combater a herança *kitsh* do XIX ao mesmo tempo em que previne contra os exageros das formas modernas” (BAPTISTA, 2002, p. 162). Ao renegar a arquitetura modernista brasileira pelas suas formas consideradas extravagantes e seculares, a Igreja Católica buscava também reagir ao Estado brasileiro, em uma ofensiva para reconquistar o monopólio do processo criativo arquitetônico de seus templos e “tomar para si a iniciativa de projetar um espaço para realização de atividades especificamente religiosas” (OLIVEIRA, 2018, p. 264). Em outras palavras, a Basílica de Aparecida é uma materialização da resistência católica frente ao modernismo arquitetônico secularizado.

---

<sup>9</sup> Dom Antônio Ferreira de Macedo (1902-1989) foi o coordenador das obras da Basílica de Aparecida enquanto Bispo-Auxiliar da Arquidiocese de São Paulo (1955-1964) e Arcebispo-Auxiliar da Arquidiocese de Aparecida (1964-1977).



**Figura 7. Cartão Postal ColonVist, dos anos 1950, com destaque para a fachada norte da maquete da basílica**



Fonte: Acervo do autor, 2022.

De todo modo, em meados dos anos 1990, as organizações católicas ainda buscavam definir histórica e teologicamente o “estilo arquitetônico” daquela igreja, tentando responder às recorrentes críticas durante as quatro primeiras décadas de obras.

As duas maiores críticas em relação ao projeto da basílica foram, de um lado, de que se trataria de um plágio do templo “National Shrine” da Imaculada, de Washington; e, de outro, de que era excessivamente grande e nunca seria totalmente usada. Esta última crítica desfez-se sozinha pelos próprios acontecimentos; à medida que se terminava alguma parte da construção, passava imediatamente a ser totalmente usada. (ACMA, 1994, p. 1-2).

Enquanto a utilidade do tamanho colossal era uma questão superada, dado o grande fluxo de pessoas que a ocupavam, permaneciam abertas as “dificuldades de estética”. Em uma autoavaliação da comissão de construção, é feito um vasto levantamento crítico e elogioso que reafirmava as “formas românicas” como ideais para o objetivo almejado da monumentalidade do templo nacionalista. Porém, a sua autenticidade era questionada pela acusação de que a Basílica Nacional brasileira seria um plágio da estadunidense.

### *Um plágio ultramontano?*

A identificação e a acusação de plágio no projeto arquitetônico românico foram uma preocupação constante no desenvolver das obras, um tema recorrente na documentação que pesquisei. Segundo o argumento dos sacerdotes envolvidos na administração das obras



(CDM, 1992), Calixto Neto teria “copiado o projeto” estadunidense na sua visita de estudos na Basílica de Washington. Tratando-se de dois monumentos ufanistas, a crítica se dava porque a originalidade vinculada à nacionalidade dos projetos arquitetônicos eram características primordiais de autenticidade a serem respeitadas.

Ao retomar toda a trajetória de elaboração, construção e usos daquela igreja estadunidense, Thomas Tweed (2011) faz uma vasta e refinada abordagem sobre a sua produção. Com o primeiro projeto em 1913, o início das obras em 1920 e a inauguração final em 1959, a Basílica de Washington também é um fruto do movimento ultramontano por parte da Igreja Católica que disputava o imaginário nacional dos Estados Unidos da América (EUA). Desde os primeiros esboços, o intuito dos arquitetos e do clero envolvidos na concepção da Basílica de Washington era que “não teria o modelo de um único edifício e não empregaria nenhum estilo único. Seria distintamente americana” (TWEED, 2011, p. 24, *tradução livre*). Contudo, foi justamente essa busca que lhes conferiu liberdade criativa. Como não haveria nenhuma tradição arquitetônica vinculada à identidade nacional dos EUA, seu ponto de vista poderia “ser chamado de tradicionalismo eclético ou contramodernismo seletivo” (TWEED, 2011, p. 25, *tradução livre*). Por um lado, um monumento conservador que selecionava tradições estéticas propagadas pelo catolicismo global, contra a modernidade secular do começo do século XX, mas que ao mesmo tempo ornava com as tradições de prédios públicos e neoclássicos da capital estadunidense.

Ao serem escolhidas formas “romanesco-bizantinas”, dentro da genealogia arquitetônica apresentada, a declaração pública se tornava, ao mesmo tempo, religiosa e política. Diferente da Basílica do *Sacré-Coeur*, através da qual católicos franceses saudavam o período monárquico (HARVEY, 1979), os católicos estadunidenses buscavam conciliar e convergir as múltiplas tradições estéticas e gloriosas da Igreja Católica – no Império Romano e no Império Bizantino – com a tradição democrática e republicana dos EUA. Isso se dava também pelo tamanho como uma das faces de sua originalidade, já que “é o maior espaço de culto católico romano na América do Norte e uma das dez maiores igrejas do mundo” (TWEED, 2011, p. 23. *Tradução livre*).

O tamanho e a forma foram motivo de controvérsias por lá. A Basílica de Washington seria classificada entre intelectuais e especialistas dos EUA como “neofeia”, “moderna de Beverly Hills”, “mistura incomum” ou simplesmente “uma monstruosidade arquitetônica”. Em um guia da paisagem arquitetônica de Washington, feito pelo Instituto de Arquitetos Americanos, é afirmado ainda que a basílica de Washington seria uma “imitação pobre da Basílica de São Marcos” em Veneza, na Itália (TWEED, 2011, p. 1-3; p. 23-26). De todo modo, como indica o

historiador, mesmo com as recorrentes críticas locais, aquele projeto arquitetônico foi aprovado com louvor pelo Vaticano. Pela cronologia indicada por Tweed (2011), as obras da Basílica de Washington estavam mais sincronizadas com os demais monumentos ultramontanos do período, abordados anteriormente. Já na fase final de construção, após uma pausa durante a Segunda Guerra Mundial, foi em 1948 que Calixto Neto pôde visitar o canteiro de obras em Washington, além de se reunir com as autoridades eclesiais locais. Justamente nesse período pós-guerra nos EUA é que Calixto Neto abraça o neoclássico como referencial estético para o projeto de Aparecida. A Basílica de Aparecida foi criada nas pranchetas de Calixto Neto tendo como modelo a monumentalidade da Basílica de Washington, mas aumentando a sua escala para além da grandiosidade da Basílica de São Pedro.

Para a Igreja Católica, através da sua comissão de especialistas em arte em Roma que supervisionava a construção de monumentos ufanistas no “novo mundo”, os projetos arquitetônicos de ambas as basílicas nacionais cumpriam com sua missão política e religiosa: se contrapor esteticamente ao secularismo do início do século XX. Dadas as pretensões monumentais do ultramontanismo, a “produção cultural do real” do catolicismo se deu justamente por “persuasões estéticas” do templo acopladas ao tamanho e, assim, as formas neoclássicas se mostraram as mais apropriadas: no caso de Washington havia maior margem de criatividade dada a ausência de uma tradição arquitetônica católica no país, mas no caso de Aparecida, o diálogo com a tradição barroca luso-brasileira era cobrado e imposto. Enquanto no modernismo brasileiro “A proposta é de resgate da nacionalidade interrompida pelo hiato neoclássico, reconhecendo-se no Barroco outra instância de arte genuinamente nacional” (BAPTISTA, 2002, p. 178), a modernidade católica materializada na Basílica Nacional de Aparecida buscava se contrapor ao secularismo justamente através das formas neoclássicas e pela superação do barroco. Essa diferença marcante entre criação e tradição, materializada no neoclássico, impacta a persuasão almejada entre o projeto estadunidense e o brasileiro.

Análises mais recentes sobre os monumentos incentivados pelo catolicismo ultramontano avaliam quais têm sido as suas persuasões nos espaços públicos onde almejavam destaque. A Basílica de Washington, com árduo esforço institucional para esse fim, conseguiu conquistar lugar de destaque entre os edifícios mais famosos da capital dos EUA. Apesar disso, sua cúpula é raramente identificada como um monumento nacional referenciado pelo Capitólio, como era desejado pelos líderes católicos (TWEED, 2011). Já a Basílica do *Sacré-Coeur*, mesmo com sua inegável proeminência na paisagem e no turismo, não tomou o lugar da Catedral de *Notre-Dame* enquanto referência nacional francesa, como havia sido planejado pelos construtores (HARVEY, 1979).

Nos outros casos do sudeste brasileiro, a Catedral da Sé, na cidade de São Paulo, é considerada um dos grandes referenciais arquitetônicos da capital paulista, enquanto um monumento intimamente vinculado à história política e religiosa da capital paulista, na sua transformação em metrópole (DELELLIS, 2002, p. 23-25). Ela se difere, porém, do Cristo Redentor, que, além de intimamente vinculado à cidade do Rio de Janeiro, consegue ser um referencial nacional brasileiro por excelência, a ponto de extrapolar suas motivações propriamente católicas e religiosas, inaugurando uma tradição de grandes estátuas no país (GIUMBELLI, 2014; 2020). Ao poder ser localizada nessa mesma esteira dos monumentos colossais, a Basílica de Aparecida inaugura a linha dos mega templos brasileiros. Porém, mesmo com as pretensões de autenticidade similares a de seus predecessores, a construção optou por caminhos distintos.

#### *A fabricação de um monumento*

Um olhar atento à fonte de recursos das primeiras décadas de construção indica um forte investimento de dinheiro público. Nas memórias dos construtores e nas crônicas dos Redentoristas (CDM, 1992), bem como na historiografia oficial (BRUSTOLONI, 1998), não restam dúvidas de que as primeiras décadas da construção da Basílica de Aparecida se deram também através do apoio não só do governo estadual, mas também do governo federal. Em uma parceria da Igreja Católica com o Estado, a Basílica de Aparecida foi oficialmente categorizada enquanto “monumento de utilidade pública” nos três âmbitos de esferas governamentais (CDM, 1992, p. 194-195). Por intermédio de presidentes, governadores e prefeitos, mais ou menos simpáticos à causa religiosa, o Estado brasileiro financiou as obras do novo templo enquanto um monumento nacional: seja diretamente na construção de partes do edifício, seja indiretamente na infraestrutura ao seu redor.

**Figura 8. No canteiro de obras da futura basílica, Calixto Neto e Cardeal Motta apresentam imagem da maquete ao Presidente Kubitschek**



Fonte: Fundo Correio da Manhã do Arquivo Nacional, 2022.

O próprio arquiteto ressalta como as amizades e os objetivos em comum, entre autoridades eclesiais e estatais, pautavam a reciprocidade das suas ações:

[...] o governo federal está muito interessado em se “promover” no exterior e uma grande promoção para o governo seria conseguir que o Papa visitasse o Brasil em 1972, ano em que se vai comemorar os 150 anos da Independência. E, para que o Papa cá viesse, nada melhor que “dourar” a pílula dizendo a Sua Santidade que “a maior Basílica do mundo, levantada em honra de Deus e da Bem-aventurada Virgem Santíssima, invocado no Brasil com a sua padroeira, a Virgem Aparecida, estaria, em 1972, em condições de receber de Sua Santidade a bênção litúrgica...” Evidente que a idéia de trazer o Papa ao Brasil se apresentou ao Cardeal como a realização de um de seus mais caros sonhos, o de ver o Papa em Aparecida antes de sua morte (morte do Cardeal). Como sempre, ninguém pensou nas consequências de tudo isto. Ninguém pensou que Aparecida não tem o mínimo de condições de receber quem quer que seja, muito menos o Papa. (Calixto Neto [16/09/1971] apud CDM, 1992, p. 599-600).

Ao elencar todos os impasses estruturais e financeiros que impossibilitavam finalizar as quatro alas da basílica em um ano, o arquiteto indica como o tamanho da “maior basílica do mundo” seria um chamativo religioso e político de interesse do clero e do governo ditatorial brasileiro para se promoverem internacionalmente. Considerando que “a estética está enredada no poder e vice-versa” (VAN DE PORT; MEYER, 2018, p. 22. *Tradução livre*), o plano para essa promoção seria conseguir sobrepor o calendário republicano e católico, em uma inauguração da igreja colossal que contasse com o Papa Paulo VI nas celebrações da Independência do Brasil,

no auge da ditadura militar. Mesmo com os esforços no sentido de promover uma “autenticação” do edifício pelos poderes religiosos e políticos, nem a visita papal nem a inauguração da basílica ocorreram naquele ano, mas as parcerias continuariam e se intensificariam no tempo. Nas décadas seguintes, com o desenvolver das obras, são recorrentes e abundantes as imagens em que a basílica em construção está acompanhada da bandeira e do mapa do Brasil.

**Figura 9. Cartões postais dos anos 1970 e 1990, respectivamente**



Fonte: Acervo do autor, 2022.

Como busco demonstrar com uma seleção dessas imagens das décadas de 1950, 1970 e 1990, por gerações a basílica segue sendo reproduzida sobreposta aos símbolos nacionais. Mais do que mera ilustração, essa cultura visual católica é parte do argumento aqui desenvolvido, afinal “a persuasão opera em parte a nível consciente, mas também através da exposição repetitiva, no sentido de uma penetração dos sentidos e corpos das pessoas em virtude de ser parte de um determinado ambiente político-estético” (VAN DE PORT; MEYER, 2018, p. 23. *Tradução livre*). Retomando as categorias mobilizadas nesse artigo, demonstrei como a brasilidade da Basílica de Aparecida foi continuamente fabricada tanto pelas “políticas de autenticação” promovidas pelas parcerias da Igreja Católica com o Estado como, concomitantemente, pelas “estéticas de persuasão” das formas arquitetônicas, incluído aí o próprio edifício assim como as suas reproduções sobrepostas aos símbolos nacionais. No último tópico exploro alguns reflexos dessa empreitada, pontuando o abismo entre a intenção na produção e a reação na recepção.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS: MONUMENTAL E BELA PARA QUEM?

Para além da intenção dos criadores, as pessoas “precisam ser seduzidas, cativadas, convencidas e mobilizadas para ver formas como seu patrimônio: algo que lhes pertence e que sustenta seu pertencimento, e, portanto, faz parte de sua identidade” (VAN DE PORT; MEYER, 2018, p. 20. *Tradução livre*). Com esse propósito, fora do campo religioso a Basílica de Aparecida não é identificada como um monumento nacional ou como um referencial estético proeminente: o edifício raramente é comparado a monumentos seculares ou tem suas formas elogiadas por especialistas em arte, sejam eles católicos ou não. Retomando a avaliação de Tirapeli (2014), o tamanho monumental da igreja seria apenas “uma conceituação de domínio”, o que justificaria suas formas “estereotipadas” e de “gosto popular”. No mesmo sentido, nas oportunidades que tive de mostrar alguma fotografia das fachadas da igreja àqueles que nunca a tinham visto, sobretudo em eventos acadêmicos não-religiosos, reações de desgosto se repetiam e, por isso, passei a anotar as adjetivações que lhe eram dadas: “pastiche”, “cafona”, “feia”, “kitsch”, “medonha”, “brega”, “horrenda”, “triste” e “fake” foram alguns dos termos usados.

Contudo, baseado em minhas pesquisas de campo, posso afirmar que, depois da própria imagem de Nossa Senhora Aparecida, as imagens mais replicadas são as fachadas da basílica, não só pela cidade, como também mais amplamente na cultura visual daquela devoção. Com alta popularidade comercial, elas são capazes de provocar visível fascínio entre aqueles que visitam a cidade: seja em forma de fotografia, escultura, bordado, desenho ou pintura, atualmente as fachadas da Basílica de Aparecida estampam, por exemplo, mochilas, bolsas, chaveiros, relógios, almofadas, camisetas, bonés, guarda-chuvas, porta-chaves, capas de chuva, capas de celular, canecas, copos, calendários, cartões postais, dentre tantas outras coisas. Como também está em muros, *outdoors*, vitrais, recepções de hotéis, cômodos residenciais, latarias de ônibus, panfletos de propagandas e boleia de caminhões, apenas para citar algum dos exemplos possíveis. Na percepção daquelas pessoas com quem eu interagia em Aparecida, a basílica era caracterizada como “maravilhosa”, “belíssima”, “magnífica”, “linda”, “espetacular”, “exuberante”, “bonita”, “perfeita”, “glamurosa”, “gloriosa” e “fenomenal”.



**Figura 10. Fotografias familiares em frente às obras da basílica nos anos 1960 e 1980, respectivamente**



**Fonte:** Acervos familiares de Lis Blanco e Brunela Succi, 2022.

Como registrado nos arquivos, essa admiração do público vem de longo tempo, já que o edifício passou a ser usado concomitantemente à sua construção. A cada um dos passos de edificação, como, por exemplo, a nave norte entre andaimes, a torre em esqueleto metálico e a cúpula ancorada, o foco de atenção e interesse dos romeiros era expresso pelas fotografias. O enquadramento das fachadas das basílicas de Aparecida é tema recorrente em álbuns fotográficos de famílias católicas do sudeste brasileiro (TEIXEIRA; AMBROGI, 2016), além de ser uma prática devocional consolidada (PIMENTA, 2012) que se estabelece nos limiares entre o ex-voto e o souvenir. Com a democratização e proliferação de dispositivos fotográficos durante a década de 2010, como já narrei na introdução deste artigo, as fotografias em frente à basílica seguem como prática amplamente compartilhada entre os seus visitantes: essas imagens produzem visibilidades, criam memórias familiares e assim dão pistas das relações de pertencimento que os visitantes estabelecem com o edifício religioso.

**Figura 11. Romeiros no mirante fotografam e observam a basílica**



**Fonte:** Adriano Godoy, 2013.

Com formas que podem ser categorizadas como românicas, bizantinas, estadunidenses, neoclássicas e aparecidenses, mas sempre católicas, a grandiosidade daquele templo se projeta inequivocamente enquanto um monumento de grande alcance, seja geográfica ou popularmente. Não se trata da única referência, sendo sua influência mais ou menos forte a depender da região do país, mas é um monumento que consegue aglutinar sobretudo o catolicismo e a política mais institucionalizados: visitada frequentemente por autoridades eclesiais como papas, cardeais e bispos; ou políticas, como presidentes, senadores, deputados e governadores, a Basílica de Aparecida é recorrentemente apontada como a sede do catolicismo nacional. Em obras contínuas e aceleradas, como já demonstrei em outras ocasiões (GODOY, 2021; GODOY, 2022), os seus empreendimentos artísticos e arquitetônicos mais recentes seguem pautados pela busca de autenticidade, modernidade e hegemonia no campo religioso nacional (OOSTERBAAN; GODOY, 2020).

Na minha avaliação, os esforços e as parcerias entre a Igreja Católica e o Estado brasileiro nas suas “políticas de autenticação” da basílica como um “monumento nacional” nunca alcançaram os objetivos inicialmente almejados. Ao não ser “esteticamente persuasiva” enquanto um referencial de brasilidade, de modo mais segmentário, a Basílica de Aparecida se tornou um dos grandes referenciais estéticos do catolicismo brasileiro. Como explorei ao longo deste artigo, a sua ampla replicação em adornos e em novos edifícios católicos indicam que ela se trata de um referencial estético de beleza pelo cultivo das suas formas. Ao mesmo tempo, o

reconhecimento e a admiração de seu tamanho a situam em disputas de prestígio e hegemonia tanto com outras denominações religiosas no Brasil como no catolicismo global.

## REFERÊNCIAS

1. ACMA. **Carta de Deoclécio Redig de Campos para o Cardeal Dom Carlos Carmelo de Vasconcellos Motta**. 09 de junho de 1949.
2. ACMA. **Dados históricos da futura Basílica de Aparecida templo nacional do Brasil**. 1952.
3. ACMA. **Seta Magazine - Edição Especial: Basílica Nacional de N. S. Aparecida**. 1956.
4. ACMA. **Projeto da Basílica Nacional de Nossa Senhora Aparecida por B. Calixto de Jesus Netto**. 9 de março de 1960.
5. ACMA. **Memória da construção da Basílica de Aparecida e relatório do projeto**. 1994.
6. ALMEIDA, Ronaldo de. Religião na metrópole paulista. **Revista brasileira de ciências sociais**, v. 19, n. 56, p. 15-27, 2004.
7. AMARAL JÚNIOR, Carlos Costa (org.). **Basílica Nacional de Nossa Senhora da Conceição Aparecida - projeto e construção**: Benedicto Calixto de Jesus Netto. São Paulo: Editora Belas Artes; Centro Universitário Belas Artes, 2008.
8. ARRUDA, Marcelo Pedro de. **Triunfo Católico no Calendário Republicano: N. S. Aparecida no Calendário Secular [1930-1980]**. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.
9. ASV. **La question du Sanctuaire de “Nossa Senhora Aparecida” à l’Archidiocèse de S. Paulo**. 1926.
10. BAPTISTA, Anna Paola. **O eterno ao moderno: arte sacra católica no Brasil, anos 1940-50**. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.
11. BRUSTOLONI, Julio. **História de Nossa Senhora da Conceição Aparecida: a imagem, o santuário e as romarias**. Aparecida: Editora Santuário, 1998.
12. CDM. **Ecos Marianos**. 1957.
13. CDM. **Construção da Nova Basílica - Documentário e Notícias**. 1992.
14. DELELLIS, Rosana (org.). **Catedral da Sé: arte e engenharia na recuperação do patrimônio**. São Paulo: FormArte, 2002.

15. FERNANDES, Rubem César. “Aparecida: nossa rainha, senhora e mãe, saravá!”. *In: Brasil & EUA: Religião e identidade nacional*. Rio de Janeiro: Graal, p. 85-112, 1988.
16. GIUMBELLI, Emerson. Religiões no Brasil dos anos 1950: processos de modernização e configurações da pluralidade. **PLURA - Revista de Estudos de Religião**, v. 3, n. 1, p. 79-96, 2012. Disponível em: <https://revistaplura.emnuvens.com.br/plura/article/view/325>. Acesso em: 14 dez. 2022.
17. GIUMBELLI, Emerson. **Símbolos religiosos em controvérsias**. São Paulo: Terceiro Nome, 2014.
18. GIUMBELLI, Emerson. Monumentos religiosos como um novo tipo de objeto: genealogia e atualidade de uma forma de presença católica no espaço público. **GIS - Gesto, Imagem e Som - Revista de Antropologia**, v. 5, n. 1, 2020. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/gis/article/view/165595>. Acesso em: 14 dez. 2022.
19. GODOY, Adriano. O Papa é o melhor prefeito que a cidade já teve: uma etnografia da paisagem urbana na capital da fé. **Religião & Sociedade**, v. 37, n. 2, p. 38-63, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rs/a/SMrZtmDbBw9bXpSsTYhBzcm/?lang=pt#:~:text=foram%20devidamente%20limpas,-A%20Capital%20da%20F%C3%A9,que%20a%20cidade%20j%C3%A1%20teve%E2%80%9D>. Acesso em: 14 dez. 2022.
20. GODOY, Adriano. **Cultivando a Casa de Maria: materialidades da Basílica Nacional de Aparecida**. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2020.
21. GODOY, Adriano. “Com quantos tijolos se faz uma igreja” *In: MENEZES, Renata; TONIOL, Rodrigo (org.). Religião e Materialidades: novos horizontes empíricos e desafios teóricos*. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens, 2021. p. 61-93.
22. GODOY, Adriano. A modernização neobizantina da imagem de Aparecida. **GIS - Gesto, Imagem e Som - Revista de Antropologia**, v. 7, n. 1, p. e185690, 2022. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/gis/article/view/185690>. Acesso em: 14 dez. 2022.
23. HARVEY, David. Monument and myth. **Annals of the Association of American Geographers**, v. 69, n. 3, p. 362-381, 1979.
24. MONTERO, Paula; SILVA, Aramis; SALES, Lilian. Fazer religião em público: encenações religiosas e influência pública. **Horizontes Antropológicos**, n. 52, p. 131-164, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ha/a/TrCF6zMf8Y7B95WHVJkVFsf/abstract/?lang=pt#:~:text=Resumo-,Resumo,reconfigura%C3%A7%C3%A3o%20recente%20do%20secularismo%20brasileiro>. Acesso em: 14 dez. 2022.
25. OLIVEIRA, Paola Lins de. Religião, arte e política na controvérsia pública da Igrejinha da Pampulha. **Revista de Antropologia**, v. 61, n. 1, p. 241-268, 2018.
26. OOSTERBAAN, Martijn; GODOY, Adriano. “Samba Struggles: Carnival Parades, Race and Religious Nationalism in Brazil”. *In: BALKENHOL, Markus; HEMEL, Ernst van den; STENGES, Irene (org.). The Secular Sacred: Emotions of Belonging and the Perils of Nation and Religion*. Cham: Palgrave Macmillan, 2020. p. 107-125

27. PIMENTA, Denise. **Ensaio sobre a promessa**: circulação de devotos, palavras, graças e objetos. 2012. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.
28. SAMPAIO, Jorge. Aparecida em números. *In*: Academia Marial de Aparecida (org.) **Aparecida**: 300 anos de fé e devoção. Aparecida: Editora Santuário, 2017. p. 163-167.
29. SANTOS, Lourival dos. **O enegrecimento da Padroeira do Brasil**: religião, racismo e identidade. Salvador: Editora Pontocom, 2013.
30. SOUZA, Juliana Beatriz Almeida de. Mãe negra de um povo mestiço: devoção a Nossa Senhora Aparecida e identidade nacional. **Estudos Afro-Asiáticos**, n. 29, 1996.
31. TAMIMIARAB, Pooyan. “The Biggest Mosque in Europe! A Symmetrical Anthropology of Islamic Architecture in Rotterdam”. *In*: VERKAAIK, Oskar (ed.). **Religious Architecture**: Anthropological Perspectives. Amsterdam: Amsterdam University Press, 2013. p. 47-61.
32. TEIXEIRA, Matheus Henrique; AMBROGI, Ingrid. A fotografia votiva e a construção de uma memória familiar. **PROA: Revista de Antropologia e Arte**, n. 6, p. 90-103, 2016. Disponível em: <https://ojs.ifch.unicamp.br/index.php/proa/article/view/2652/2069>. Acesso em: 14 dez. 2022.
33. TIRAPELI, Percival. **Arquitetura e urbanismo no Vale do Paraíba do colonial ao eclético**. São Paulo: Editora Unesp; Edições Sesc, 2014.
34. TWEED, Thomas. **America’s church**: the National Shrine and Catholic presence in the national capital. Oxford: Oxford University Press, 2011.
35. VANDEPORT, Mattijs; MEYER, Birgit. “Heritage Dynamics: Politics of Authentication, Aesthetics of Persuasion and the Cultural Production of the Real: Introduction”. *In*: Birgit Meyer & Mattijs van de Port (ed.). **Sense and Essence**: heritage and the cultural production of the real. New York: Berghahn Books, 2018. p. 1-39.

*Adriano Godoy*

Pesquisador de Pós-Doutorado do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento como membro do Programa Internacional de Pós-Doutorado e do Núcleo de Religiões do Mundo Contemporâneo. Doutor em Antropologia Social pela Universidade Estadual de Campinas. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2347-5311>. E-mail: [adriano.godoy@cebrap.org.br](mailto:adriano.godoy@cebrap.org.br)

**T** RAJETÓRIAS  
**E PERSPECTIVAS**



# O pós-humanismo convidado ao jantar: explorando o potencial de uma perspectiva mais-que-humana em food studies<sup>1</sup>

Posthumanism invited to dinner: exploring the potential of a more-than-human perspective in food studies

**Sarah Elton**

Department of Sociology, Toronto Metropolitan University, Toronto, Ontário, Canadá

**Janice Alves Trajano** (tradutora)

Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil

## RESUMO

O presente texto visa apresentar uma tradução para o artigo *Posthumanism invited to dinner: exploring the potential of a more-than-human perspective in food studies*, escrito por Sarah Elton, e publicado originalmente em língua inglesa. A autora tem como propósito, neste ensaio, incentivar pesquisadoras e pesquisadores da área dos estudos da alimentação a incorporar debates pós-humanistas em seus trabalhos, descentrando os humanos e contemplando os não-humanos. Um dos principais argumentos defendidos é o de que o pós-humanismo possibilita repensar a comida, ao romper com o modelo de consumo e de produção “de conquista”, o que permite que sejam desenvolvidas relações humano-natureza mais justas.

**Palavras-chave:** *Food studies*, Pós-humanismo, Sistemas agroalimentares.

---

<sup>1</sup> Tradução de ELTON, Sarah. Posthumanism invited to dinner: exploring the potential of a more-than-human perspective in food studies. *Gastronomica*, v. 19, n. 2, p. 6-15, 2019. [N.T.]: Os agradecimentos constam no texto original e também foram traduzidos.

---

Recebido em 10 de outubro de 2022.

Aceito em 21 de dezembro de 2022.

---



## **ABSTRACT**

This text aims to offer a translation for the article *Posthumanism invited to dinner: exploring the potential of a more than human perspective in food studies*, written by Sarah Elton, and originally published in English. The author's purpose with this essay is to encourage food studies researchers to incorporate post-humanist debates into their work, decentering humans and contemplating non-humans. Amidst the main arguments, it is explained that post-humanism rethinks food, disrupting the "conquest" model of consumption and production, which allows more just human-nature relationships.

**Keywords:** Food studies, Posthumanism, Agrifood systems.

Um prato de comida à espera. Uma coxa de frango temperada com pitadas limonadas de sumagre. Ao lado, arroz cozido com pequenas lentilhas marrons cobertas por cebola, frita até ficar dourada e crocante. Vegetais cozidos no vapor com sal, regados com azeite de oliva. O que está acontecendo aqui? Bem, a comida espera o comensal, um humano<sup>2</sup> faminto, deseja nutrir o corpo e satisfazer as papilas gustativas. A comida será provada, digerida e transformada por funções corporais em nutrientes e resíduos. Ou talvez não.

O que acontece na mesa de jantar quando trazemos uma perspectiva pós-humanista e consideramos a agência dos não humanos? "Pós-humanismo" é o termo que utilizo para agrupar as teorias e visões que buscam remover os humanos de um papel autoconferido de ator supremo no planeta Terra e reconhecem significado e agência em outras formas de vida – até em fenômenos e na matéria. O pós-humanismo eleva o campo de ação – nivela a ontologia – e fornece uma estrutura para um mundo de redes, assembleias, companheirismo, relações e inter-relações radicalmente diferentes.

Os estudos sobre alimentação ainda precisam considerar plenamente a agência não humana. Um aspecto típico dos estudos de alimentação é o que Benett (2007, p. 133) chama de "modelo de consumo de conquista", uma concepção sobre o comer que envolve humanos consumindo e digerindo matéria inerte. Eu acrescento a produção a esse modelo, uma vez que a concepção prevalente da agricultura e de sistemas agroalimentares elenca os humanos como cultivadores, produtores e transformadores da comida, como notado por Goodman (1999).

---

<sup>2</sup> Ao utilizar a palavra "humano", não tenho a intenção de implicar que a supremacia humana é uma visão de mundo universalmente aceita por todas as pessoas, um tópico que retomarei num ensaio posterior. Utilizo a palavra "humano", aqui, para distinguir animais humanos de animais não humanos.

Esse modelo de consumo de conquista sobre a produção e o consumo despreza a agência dos vegetais ou animais, das bactérias, da biota do solo, das bacias hidrográficas, do clima e de todas as coisas não humanas e todos os sistemas que atuam, influenciam, moldam e possibilitam a comida para humanos – ou não. A estrutura teórica do pós-humanismo refuta muito do que sabemos e pensamos sobre comida, a maneira como é produzida e transformada e inclusive o que acontece quando comemos. Transforme a sua ontologia, e o frango do jantar no prato, com aquelas lentilhas potencialmente flatulentas, os carboidratos simples do arroz branco, que elevam o índice glicêmico, e os vegetais folhosos embalados com o ferro de que o corpo precisa para levar oxigênio até o cérebro – sem mencionar a *Salmonella* potencialmente escondida em alguma dobra mal cozida da carne – se tornam mais do que matéria inerte. Tudo que é comestível está atuando no humano, causando efeitos e proporcionando evidências suficientes de agências não humanas, além de todas as causas e efeitos não humanos que ocorrem ao longo da cadeia alimentar.

Meu objetivo neste artigo é encorajar os estudiosos da área de alimentação a explorar o pós-humanismo e avançar no debate que descentraliza os humanos e contempla os não humanos. A oportunidade é ontológica – nivelar a ontologia de alguém e colocar-se no plano do frango que você assou é nunca mais ver o jantar da mesma forma (porém, interessante, isso não necessariamente leva ao veganismo [ver Haraway, 2008]). A oportunidade é também política. Muito tem sido escrito sobre desigualdade e injustiça – por exemplo, Raja, Ma e Yadav (2008), Tarasuk, Dachner e Loopstra (2014) e Weis (2013) –, bem como sobre a insustentabilidade do atual sistema alimentar industrial global. O pós-humanismo oferece outro caminho, capaz de direcionar essas sérias injustiças, o que também é importante. Nós vivemos na época do Antropoceno, a atual era geológica, chamada assim pelo impacto da atividade humana no registro geológico. O Antropoceno é o produto de projetos coloniais destrutivos (DAVIS e TODD, 2017) assim como da Revolução Industrial, combinada a uma visão de mundo que enxerga a biosfera como um recurso natural a ser explorado. Braidotti (2017), escrevendo sobre o pós-humanismo na era do Antropoceno, observa que o período é também entrelaçado com rápidas mudanças tecnológicas e a ascensão de desigualdades, que hoje fazem do pós-humanismo um projeto tão proeminente. Ela escreve que “discutir o pós-humanismo também é encarar o abismo da desumanidade dos nossos tempos” (BRAIDOTTI, 2017, p. 84).

As vias de investigação pós-humanista são particularmente relevantes para aqueles de nós que têm bastante comida para comer, porque nós estamos implicados nesse lamaçal. Quando publicamos em redes sociais a torta de carne que *procrastinamos*, o sistema alimentar que nos trouxe a farinha multiuso e a carne moída contribui substancialmente com a

degradação ambiental e com as mudanças climáticas (STEINFELD, 2006). Contar com nossa cumplicidade no sistema, enquanto comensais, é um projeto político que o pós-humanismo pode ajudar a fermentar. Primeiro sintetizarei ideias fundamentais para o discurso pós-humanista e observarei como eles têm sido explorados nos estudos sobre alimentação até agora. Discutirei as perspectivas para acadêmicos que buscam aplicar essas ideias e demonstrarei como uma estrutura pós-humanista muda suposições comuns que fazemos quando pensamos a comida, ao aplicar essa teoria à ideia de comida saudável. Eu concluo argumentando que uma compreensão ecológica da alimentação saudável poderia levar a sistemas alimentares mais sustentáveis e equitativos nesta era de futuros ecológicos incertos.

## **COMER, NA TEORIA**

Cada vez mais teorias pós-humanistas têm sido exploradas e aplicadas em disciplinas em várias das ciências humanas e sociais, incluindo a filosofia (BRAIDOTTI, 2018), a geografia (WHATMORE, 2002) e a saúde pública (ROCK, DEGELING e BLUE, 2014). O novo materialismo, as teorias não representacionais, as etnografias multiespécie e mais-que-humanas, a(s) natureza(s)-cultura(s) e as linhas de pesquisa pós-qualitativas – todas exploram as possibilidades epistemológicas, ontológicas e metodológicas de enxergar o mundo e todas as suas formas num emaranhado de relações. Essas aproximações são fundamentadas no trabalho de teóricos como Haraway (2008), Latour (1993), Deleuze e Guattari (2004), Barad (2003), Ingold (2000) e Braidotti (2017).

O pós-humanismo rejeita a visão de mundo ocidental dominante, que estabelece a natureza como algo que existe à parte da humanidade. Como Haraway (2008, p. 65) escreve, “a natureza não é outro (nem mãe)”. Nem os humanos são uma espécie excepcional para a qual a terra foi criada. Em vez disso, em um cenário pós-humanista, a humanidade existe em relação com todas as outras vidas e matérias aqui no planeta Terra. Este é um mundo multiespécie onde todas as formas de relacionamento nos ligam a micróbios (HELDKE, 2018), cogumelos (TSING, 2012), cães (HARAWAY, 2008) e abelhas (MOORE e KOSUT, 2014). Algumas dessas relações são de parentesco (HARAWAY, 2008), outras são relações de dependência (YONG, 2016). No entanto, mudar a ontologia de alguém e trabalhar para apagar a fratura ontológica entre humanos e não humanos não se trata de adotar uma ecotopia. Os humanos e os não humanos também existem em relações de antagonismo e batalha, vida e morte –

relações repletas de dinâmicas de poder em que o humano não está no topo (LORIMER, 2016; STANDLEY e BOGICH, 2013).

O pós-humanismo contribui para os discursos que problematizam a categoria “humano”, que incluem as teorias feministas, os estudos da deficiência e os trabalhos antirracistas e anticoloniais (DECKHA, 2012; GOODLEY e LAWTHOM; RUNSWICK, 2014; LUCIANO e CHEN, 2019; WYNTER, 2003). Pensadores como Wynter (2003) e Plumwood (1993) registram que essa categoria de humano – ou, mais especificamente, de homem – tem sido utilizada para separar o homem da natureza. De um lado do dualismo homem-natureza está o homem europeu; do outro lado, a natureza, as mulheres e o resto da humanidade. Enquanto o homem tem sido associado à razão e à cultura, a contrastante “categoria ‘natureza’ é um campo de múltiplas exclusões e de controle, não somente de não humanos, mas de vários grupos de humanos e de aspectos da vida humana que são elencados como natureza” (PLUMWOOD, 1993, p. 4). O pós-humanismo, em alguns casos, se constitui nesse trabalho e olha para o que tem sido construído como o outro e deixado nas marginalidades acadêmicas. Ao ampliar a vista, um mundo mais complexo e inclusivo é revelado. Sundberg (2014) lembra aos acadêmicos que trabalham nessa área o quão imperativo é não universalizar a rasura europeia dos mais-que-humanos. A cisão ontológica entre os humanos e a natureza não implica um ponto de vista humano universalmente aceito, como Ingold (2000), Theriault (2017) e Todd (2015) demonstram em suas pesquisas. É importante reconhecer que, enquanto o pós-humanismo oferece uma perspectiva alternativa à epistemologia e ontologia europeia dominante, existem outras formas de conhecimento que criam um dualismo entre natureza e cultura. Tallbear (2011), por exemplo, convida colegas para incluir filosofias indígenas à discussão. Por reconhecer que o pós-humanismo é apenas uma perspectiva entre outras ontologias adotadas por diferentes culturas e religiões – ver Gethmann e Ehlers (2003) –, neste artigo me esforço para não reproduzir o que Sundberg (2014) descreve como as “formas de conhecimento coloniais”, ao mesmo tempo que reconheço a necessidade de mais trabalhos nessa área.

## **AGÊNCIAS NÃO HUMANAS PARA O ALMOÇO**

A visão pós-humanista de que humanos não são uma espécie excepcional com um papel de protagonismo contrasta com as raízes das hipóteses da filosofia ocidental, que afirmam que os humanos estão neste mundo como os atores principais – sendo, além disso, os únicos atores

neste planeta que possuem agência. Humanos, ao contrário de formas de vida não humanas como árvores, são vistos na tradição europeia ocidental como os únicos atores com agência significativa, que atuam com intenção (JONES e CLOKE, 2002); ver também Watts (2013), que explora uma perspectiva indígena das agências não humanas e argumenta que o colonialismo tem trabalhado para reprimir concepções indígenas da terra como “viva e pensante” (WATTS, 2013). Em uma estrutura pós-humanista, mais-que-humanos também possuem agência. Eles podem fazer coisas acontecerem, a gatilhos, influenciar desfechos. Uma linha fundamental de questionamento: se humanos não são os únicos agentes neste mundo, então que tipo de agência pode ser atribuída a outras formas de vida e até coisas? Quais formas não humanas possuem a capacidade de agir umas sobre as outros, causando acontecimentos? Acadêmicos como Bennett (2010), Haraway (2008) e Whatmore (2002) tensionam a natureza relacional da agência e muitas vezes usam comidas para ilustrar suas afirmações. Whatmore descreve uma “concepção heterogênea de vida social” onde a agência é algo que “gira” entre atores sociais. A comida, escreve, é um “mensageiro pronto de conectividade” e “um dos vetores mais potentes dos ‘imperativos corporais’ que nos enredam no tecido material e diversificam a companhia da ‘vivência’” (WHATMORE, 2002, p. 4). Bennett (2007) identifica agência no que muitas vezes é descartado como inerte e vê humanos e não humanos numa assembleia agente – “humanos, biota e abiota” expressando sua agência em relação a outros actantes (BENNETT, 2007, p. 133). A comida em si, sustenta a autora, é uma coparticipante. Isso fica evidente nas formas como a comida afeta o humor, o corpo ou até a capacidade de aprendizagem de alguém. Sayes (2014), em sua investigação da teoria ator-rede de Bruno Latour, não olha para a comida em si, mas reconhece apropriadamente a relação constante que se dá na multiplicidade do nosso mundo quando escreve que “não humanos não possuem agência *por eles mesmos*, porque eles não estão *nunca* sozinhos” (SAYES, 2014, p. 144). Extrapolando esse raciocínio para a comida, isso significa que você nunca está a sozinho com o frango do jantar, mesmo se você estiver jantando sozinho.



Figura 1. O sistema alimentar global visto em um supermercado, Toronto, Canadá



Fonte: Elton (2019).

Essa teoria aplicada à comida também desafia hipóteses sobre a agência humana implícitas no modelo de produção e consumo de conquista. Uma perspectiva pós-humanista, de acordo com Steel (2018, p. 160), implica resistir a “práticas culturais da supremacia humana”. Ele escreve que nós “devemos contrariar a ideia do ‘comedor não comido’, exigindo um reconhecimento da imanência compartilhada, pelo menos dos nossos corpos e suas capacidades, interdependências desiguais” (STEEL, 2018, p. 161). Heldke (2018) considera que essas interdependências desiguais são emaranhadas através da comida e do comer, como quando você ingere um parasita junto com a sua refeição ou a sua bebida – oh céus. Considerando que esse parasita adentra o trato intestinal, ele explora a ontologia relacional que estabelece que comer é tão central ao ser quanto ser comido. “O indivíduo é a soma não somente de suas relações benéficas, como de todas as relações nas quais ele está emaranhado”, ela explica (HELDKE, 2018, p. 249).

Estruturas mais-que-humanas têm sido desenhadas para aproximar muitos outros aspectos da comida e do sistema alimentar em formas disruptivas. Por exemplo, os *animal studies* críticos envolvem ideias pós-humanistas (ver Buller, 2014, 2015, 2016). Acadêmicos

dessa área problematizam a indústria pecuária, que fornece laticínios e carne, questionando um sistema que faz não humanos “matáveis” (Haraway, 2008) e os torna mercadorias vivas, respirando, seres sencientes. Coulter (2016) aproxima relações humano-animal através das lentes do trabalho e se volta para a reprodução social dos animais, incluindo animais de fazendas, criticando sua exploração e repressão. Wadiwel (2018) também aborda o trabalho dos animais que nos alimentam, especificamente as galinhas, e reflete sobre a resistência delas ao capitalismo. Essas críticas são baseadas na rejeição do dualismo promulgado pela agropecuária industrial, que separa os humanos da natureza e perpetua a crença de que humanos são animais superiores em relação a porcos e galinhas, criados para matar e para comer. Animais, entre eles os bovinos, são entendidos como seres e atores com a capacidade de amar, trabalhar e até resistir – seres que expressam suas agências de muitas formas.

Outros acadêmicos levam a ruptura com o dualismo natureza/humano mais além não apenas por tomar os animais sencientes como iguais ontológicos, mas também por atribuir agência para coisas que têm pouco em comum conosco, como as plantas produtoras de alimentos (MARDER, 2013) e os insetos. Fleming (2017) usa uma abordagem pós-humanista para compreender como as noqueiras no Quirguistão são atores que possuem efeitos políticos. Brice (2014) observa a agência de videiras na Austrália, onde, entre outras coisas, o tempo de amadurecimento das plantas – não o relógio do vinicultor – determina a colheita. Teorias pós-humanistas também têm sido utilizadas para entender o que acontece em um jardim (POWER, 2005) e para fortalecer a rede de pesquisas sobre alimentos alternativos (SARMIENTO, 2016). Tsing (2012) encontra relações interespecies fundamentais para a comensalidade ao longo da história humana, da domesticação dos cereais à economia escravagista da *plantation* de cana-de-açúcar. É notório o que ela escreve: “a natureza humana é uma relação interespecies” (TSING, 2012, p. 141).

A diversidade de tópicos nas ciências sociais e humanas demonstra a destreza teórica do pós-humanismo. Existem muitas oportunidades esperando pelos acadêmicos que buscam aplicar essa perspectiva aos *food studies*. Como Heldke (2018, p. 254) escreve,

[...] imagine como seriam profundamente diferentes nossas rotinas, e o quão distintamente nós construiríamos nossas políticas sociais e sistemas econômicos, no qual não seríamos criaturas que devem apenas comer e eliminar.

E esse mundo parece muito diferente quando você busca agências para além do reino humano. Podemos levantar questões como: as plantações e os rebanhos que humanos domesticaram cerca de 12.000 anos atrás eram realmente o produto de fazendeiros engenhosos,

trabalhando as plantas e os animais com maestria? Ou foi uma coprodução ou mesmo uma expressão direta de agência com relação às plantas, como Pollan (2002) sugeriu? Ao encarar o ato de cozinhar a partir de uma perspectiva relacional, é possível questionar se o frango artisticamente empratado e capturado no Instagram é verdadeiramente uma criação do *chef* que o preparou. Poderia ser uma colaboração multiespécie? Se a natureza humana consiste na relação multiespécie, o que isso significa para a produção de alimentos, bem como para a culinária e para a comensalidade? Significa nunca atuar sozinho?

**Figura 2.** Um *agropónico* na zona rural de Cuba



**Fonte:** Elton (2019).

A consciência de uma agência mais-que-humana nos *food studies* poderia nos levar a uma compreensão profunda de questões sobre poder, que são essenciais para entender os sistemas alimentares. Marchand (2018) nota que, quando a agência não humana é descontada, a chamada natureza fica impotente. No entanto agências não humanas produzem efeitos, como



moldar sociedades humanas, e exercem poder em sistemas agroalimentares. Observamos isso no trabalho de Besky e Padwe (2016), que argumentam que plantas como o trigo têm participado vastamente da criação de território, em particular no contexto colonial. Eles escrevem que “plantas são tanto vítimas quanto agentes de ‘violência lenta’, exigida por décadas, e até séculos, sobre paisagens e seus ocupantes” (BESKY e PADWE, 2016, p. 22). Mitchell (2002) também revela como uma assembleia de agências humanas e não humanas – mosquitos, água, cana-de-açúcar e engenheiros, entre outros – moldaram juntas e profundamente as políticas do Egito na década de 1940, contrariando a narrativa dominante dos eventos<sup>3</sup>. Esses eventos levantam a importante questão do modo como a agência não humana desfaz a intenção humana, no que diz respeito aos sistemas alimentares. Onde humanos e não humanos suportam *vis-à-vis* podridão, ervas daninhas, pragas, toxicidade, seca e inundação? E o que acontece quando agências não humanas e humanas trabalham juntas? Ao admitir a agência dos não humanos, nós ganhamos uma compreensão aprofundada sobre como os sistemas alimentares são construídos e um entendimento sobre a forma como as noções que temos sobre comida são produzidas – a exemplo do que faz uma comida ser saudável ou não.

## PÓS-HUMANISMO APLICADO À ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL

Na área da saúde, pode ser vista uma maneira que o pós-humanismo perturba as antigas noções sobre a comida. Atualmente, existe um forte estímulo na sociedade norte-americana para que os indivíduos façam escolhas alimentares saudáveis<sup>4</sup>. A comunidade médica, a saúde pública e as áreas do jornalismo voltadas a estilo de vida e saúde – todas promovem a ideia de que escolhas alimentares saudáveis nos ajudarão a enfrentar o que é caracterizado como um estilo de vida relacionado a doenças crônicas. O guia alimentar do governo dos Estados

---

3 Certamente, acadêmicos têm utilizado por muito tempo a comida como uma lente para compreender o poder e a política, incluindo Sidney Mintz (1985). Estudiosos interessados em questões do poder e da política em sistemas agroalimentares têm recorrido à ecologia política para considerar as interações entre política, economia e ecologia. No entanto a ecologia política, em geral, parou de considerar a agência não humana, algo que Sundberg (2011) pretende modificar, articulando uma ecologia política pós-humanista.

4 Ver Crawford (1980) e trabalhos subsequentes sobre o salutarismo, a ideia de que a medicalização da saúde na América do Norte desde os anos 1970 tem concebido a saúde como uma responsabilidade do indivíduo e como um “super valor” que despolitiza a saúde. Ver também Mayes e Thomson (2014) para uma crítica do discurso sobre alimentação saudável.

Unidos, o “*Dietary Guidelines for Americans 2015-2020*” descreve como a dieta saudável é aquela que inclui frutas e vegetais, alguns grãos integrais, e menos açúcar e gordura saturada do que se observa na dieta estadunidense padrão. O novo guia alimentar canadense declara de forma similar que uma dieta saudável é amplamente baseada em alimentos vegetais (HEALTH CANADA, 2019). O conteúdo nutricional da comida não é o único aspecto da alimentação saudável. Os hábitos alimentares ou o ambiente habitual<sup>5</sup> também moldam a saúde. O termo “ambiente obesogênico”, por exemplo, descreve as influências biológicas, comportamentais e ambientais que contribuem para a determinação do tamanho do corpo humano<sup>6</sup>, e ambientes alimentares que proporcionam pouco acesso a alimentos saudáveis ou muito acesso a alimentos não saudáveis – chamados respectivamente de desertos e pântanos alimentares (veja Elton, 2018, para uma crítica) – também são conhecidos por causar problemas de saúde.<sup>4</sup> Essas abordagens convencionais da alimentação saudável sustentam a ideia de que uma boa nutrição é possível para quem tem fácil acesso a frutas, vegetais e grãos integrais acessíveis, dinheiro para comprar esses alimentos e autocontrole para deixar de comer açúcares e gorduras saturadas em excesso. No entanto, numa perspectiva pós-humanista, o que se inclui na alimentação saudável é uma questão mais complicada.

**Figura 3. O ambiente alimentar no Centro Esportivo Panamericano de Toronto**



**Fonte:** Elton (2019).

Uma abordagem pós-humanista da saúde a vê como relacional (COHN e LYNCH 2017); NADING, 2013). Aplicada a comida, a abordagem pós-humanista da alimentação saudável

---

<sup>5</sup> Note que “ambiente” nesses exemplos (“ambiente obesogênico” e “hábitos ou ambiente alimentar”) refere-se apenas ao ambiente antropogênico, ao contrário dos ecossistemas ou o que alguns poderiam chamar de “ambiente natural”.

<sup>6</sup> Veja, por exemplo, Egger e Swinburn (1997) e Smith e Cummins (2009).

olha além do prato e considera as relações, as redes, os sistemas e as assembleias que fazem aquela comida. “Saudável” não é meramente uma propriedade de um produto que você compra ou ligada a um bairro onde você faz o mercado. Em vez disso, o termo “saudável” é uma confluência de tudo que acontece ao longo da cadeia alimentar, entre as sementes e o solo, os insetos e os sistemas hídricos, os nutrientes em ciclo nos ecossistemas, o solo e assim por diante. A saúde coletiva, em termos de alimentação e nutrição, estende-se para além do corpo, para além do ambiente, para todas as relações e para a biosfera. Se uma parte do sistema é danosa à saúde, o sistema inteiro fica comprometido. O conceito de determinantes ecológicos de saúde (CPHA, 2015), surgidos das abordagens ecossistêmicas do discurso da saúde nos estudos de saúde pública, faz essas conexões. De acordo com o CPDHA<sup>7</sup>, a água, o ar e os alimentos são os três principais determinantes ecológicos da saúde, uma vez que são a base da vida. Outros determinantes ecológicos que se relacionam especificamente com a alimentação incluem os sistemas que limpam e desintoxicam a água, fornecem irrigação e servem de *habitat* para alimentos colhidos de ecossistemas marinhos e de água doce; os ciclos do nitrogênio e do fósforo, dos quais a agricultura depende; e um clima estável. De uma maneira similar ao modo como marcadores sociais de saúde (como racialização, gênero e classe socioeconômica) moldam a saúde coletiva, os determinantes ecológicos de saúde conectam diretamente o bem-estar humano à natureza não humana. Sua saúde depende de ecossistemas saudáveis e de uma biosfera saudável, e seu bem-estar é determinado pelo ambiente.

---

<sup>7</sup> Canadian Public Health Association



Figura 4. Cabaça em uma horta urbana de Toronto



Fonte: Elton (2019).

Uma abordagem pós-humanista da alimentação saudável não apenas invoca uma concepção relacional da saúde como também abre espaço para a agência não humana. Sistemas não humanos e seres não humanos (sencientes e não sencientes) são atores do sistema alimentar (GOODMAN, 1999). Água, solo, nematódeos, plantas e animais – todos contribuem para o cultivo de alimentos usados na nutrição dos humanos. Cada vez mais formas de vida não humanas, portanto, participam com produtores e cozinheiros da transformação de ingredientes *in natura* em comidas saborosas – basta pensar em todo o trabalho que precisamos que os micro-organismos como o *Lactobacillus sanfranciscensis* performem no preparo do pão de fermentação natural ou nas diferentes bactérias que nos dão o Camembert, o Pecorino e o *nattō*. Não humanos são mais do que atores-chave no sistema alimentar – também são participantes diretos da produção de saúde humana. Sem esses atores, nós não teríamos alimentos nem,

consequentemente, saúde – nem vida para o que importa. Nosso frango do jantar e os vegetais cozidos que o acompanham podem ser considerados uma escolha saudável durante o mês de janeiro por muitos dos habitantes do hemisfério norte. Ao avaliar, no entanto, aquele jantar a partir de uma perspectiva pós-humanista, as coisas mudam. Quão saudáveis realmente são aqueles vegetais cultivados em campos irrigados que diminuem as águas de um aquífero do hemisfério sul, enviados em estufas dentro de veículos emissores de gases e refrigerados que usam a eletricidade produzida em uma usina de carvão? Podemos dizer que o arroz é saudável, se as plantas foram borrifadas com pesticidas que matam insetos dos quais os patos e peixes dos arrozais precisam para se alimentar? Mesmo que a comida forneça os nutrientes necessários ao corpo e afaste as doenças, se a produção de alimentos danifica os sistemas de águas e contribui para as mudanças climáticas, nós não podemos continuar a considerar essa comida saudável, se adotarmos uma noção relacional de saúde. Isso é importante para os estudos de alimentação, porque, primeiramente, questiona os valores imbricados na produção de conhecimento e nas hipóteses frequentemente implícitas em ideias sobre da comida e das vias alimentares. Além disso, nos leva na direção de um sistema alimentar mais sustentável e equitativo.

**Figura 5. O agroecossistema arroz-peixe-pato em Yunman, na China**



Fonte: Elton (2019).

## **MUDANÇA POLÍTICA PÓS-HUMANISTA**

Outro tema comum na literatura pós-humanista e relevante para os estudos de alimentação é a visão de que, para reconhecer os mais-que-humanos e suas relações com os humanos, podemos nos direcionar a uma nova forma mais ética e justa de ser (BENNETT, 2007, 2010; BRAUN 2005). Bawaka Country *et al* (2015) são um grupo de escritores e pesquisadores que traçaram a ontologia *Yolŋu* na Austrália. Essa forma de compreender o mundo pertence aos *Yolŋu*, um povo indígena da Austrália ao qual alguns membros da equipe de pesquisadores pertencem. Os *Yolŋu* oferecem uma perspectiva relacional tão profunda que os escritores humanos do grupo

de estudos Country *et al* (2015) compartilham a autoria de seus artigos com o país em que eles trabalham (COUNTRY *et al.*, 2014, 2015, 2018). Por dar a primeira autoria a “Country” (país), eles reconhecem a terra em si – o país está tão envolvido com a criação quanto os humanos. Eles chamam isso de “cotornar-se” e usam a comida para demonstrar como isso acontece. Eles situam seus trabalhos no contexto da escolaridade pós-humanista e dos esforços para descentralizar o humano e reconhecer a agência não humana. No ensaio intitulado “Cotornando-se Bawaka”, o leitor é convidado a cavar a terra para coletar inhames, numa tentativa de compartilhar o que significa entender o espaço e o lugar a partir da perspectiva deles. Particularmente relevante, aqui, é que os autores sustentem que o ato de cotornar-se em mais-que-humanos, com tudo que os cerca, conduz a uma ética do cuidado. A “emergente relacionalidade do cuidado” deles é descrita como uma ontologia da natureza segundo a qual você não está cuidando da natureza, do país, do outro, de outra coisa; em vez disso, você cuida *junto com* todas as outras vidas. Eles escrevem: “ Não é... uma questão de cuidar *do* país, mas cuidar *como* país” (COUNTRY *et al.*, 2015, p. 14).

É nesse sentido que uma ontologia pós-humanista oferece a promessa de repensar radicalmente os sistemas alimentares e a comida em si nos estudos sobre alimentação. Se uma ontologia relacional conduz a essa “relacionalidade do cuidado”, como Country *et al.* (2015) demonstram, isso fornece um contexto que reconsidera relações muitas vezes ignoradas, dadas como certas ou até exploradas no sistema alimentar. O modelo de produção e consumo de conquista é substituído por uma visão colaborativa e relacional da comida e dos sistemas alimentares. O pós-humanismo alerta ao comensal toda relação e interação que ocorre por causa da comida, conectando quem come não apenas com o frango (o quão bem eles vivem e quanto eles ganham?) e com os ecossistemas que apoiam toda a vida (quão sobrecarregados estão?). O comensal é convidado a cuidar não somente do frango, do trabalhador e dos ecossistemas, mas em vez disso, cuidar – *cuidar com* o frango, o trabalhador, os ecossistemas. Nesse sentido, é possível começar a ampliar a definição de comida saudável em conjunto com linhas pós-humanistas.

Um pensamento chave que o pós-humanismo oferece aos estudos de alimentação e estudos agroalimentares é a ideia de que o que se tem entendido como natureza inanimada, está, na verdade, trabalhando, regulando, causando, parando, fazendo coisas acontecerem em cada estágio da cadeia alimentar. Romper fundamentalmente com o modelo de produção e consumo de conquista é repensar a comida. Considerando o Antropoceno e o papel do sistema alimentar industrial nas mudanças climáticas, uma perspectiva pós-humanista oferece a possibilidade de repensar o dualismo humano-natureza de tal forma que possa levar à criação de uma relação

humano-natureza mais justa do que relação na qual atualmente estamos inseridos.

## AGRADECIMENTOS

Sou grata a todos os revisores pelos comentários, particularmente os relacionados às questões perspicazes e à sugestão de leitura do segundo revisor: o ensaio de Timothy Mitchell (2002) “Os mosquitos podem falar?”, que oferece um exemplo brilhante de como o reconhecimento da agência não humana perturba narrativas políticas.

## REFERÊNCIAS

1. BARAD, Karen. Posthumanist performativity: toward an understanding of how matter comes to matter. **Signs: Journal of Women in Culture and Society**, [s.l.], v. 28, n. 3, p. 801-831, mar. 2003. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1086/345321>. Acesso em: 6 fev. 2023.
2. BENNETT, Jane. Edible matter. **New Left Review**, [s.l.], v. 45, p. 133-145, mai./jun. 2007.
3. BENNETT, Jane. **Vibrant matter: a political ecology of thing**. Durham: Duke University Press, 2010.
4. BESKY, Sarah; PADWE, Jonathan. Placing plants in territory. **Environment and Society**, [s.l.], v. 7, n. 1, p. 9, 2016. Disponível em: <https://link.gale.com/apps/doc/A503309251/AONE?u=anon~e7c1b847&sid=googleScholar&xid=1ea62f3e>. Acesso em : 15 fev. 2023.
5. BRAIDOTTI, Rosi. Critical posthuman knowledges. **South Atlantic Quarterly**, [s.l.], v. 116, n. 1, p. 83-96, 1 jan. 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1215/00382876-3749337>. Acesso em: 6 fev. 2023.
6. BRAIDOTTI, Rosi. A theoretical framework for the critical posthumanities. **Theory, Culture & Society**, [s.l.], v. 36, n. 6, p. 31-61, 4 maio 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1177/0263276418771486>. Acesso em: 6 fev. 2023.
7. BRAUN, Bruce. Environmental issues: writing a more-than-human urban geography. **Progress in Human Geography**, [s.l.], v. 29, n. 5, p. 635-650, out. 2005.



Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1191/0309132505ph574pr>. Acesso em: 6 fev. 2023.

8. BRICE, Jeremy. Attending to grape vines: perceptual practices, planty agencies and multiple temporalities in Australian viticulture. **Social & Cultural Geography**, [s.l.], v. 15, n. 8, p. 942-965, 5 fev. 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/14649365.2014.883637>. Acesso em: 6 fev. 2023.
9. BULLER, Henry. Animal Geographies I. **Progress in Human Geography**, [s.l.], v. 38, n. 2, p. 308-18, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0309132513479295>. Acesso em: 15 fev. 2023.
10. BULLER, Henry. Animal Geographies II: Methods. **Progress in Human Geography**, [s.l.], v. 39, n. 3, p. 374-84, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0309132514527401>. Acesso em: 15 fev. 2023.
11. BULLER, Henry. Animal Geographies III: Ethics. **Progress in Human Geography**, [s.l.], v. 40, n. 3, p. 422-30, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0309132515580489>. Acesso em : 15 fev. 2023.
12. COHN, Simon; LYNCH, Rebecca. Posthumanist perspectives: relevance for a global public health. **Critical Public Health**, v. 27, n. 3, p. 285-92, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/09581596.2017.1302557>. Acesso em : 15 fev. 2023.
13. COULTER, Kendra. Beyond human to humane: a multispecies analysis of care work, its repression, and its potential. **Studies in Social Justice**, [s.l.], v. 10, n. 2, p. 199-219, 19 dez. 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.26522/ssj.v10i2.1350>. Acesso em: 6 fev. 2023.
14. COUNTRY, Bawaka; WRIGHT, Sarah; SUCHET-PEARSON, Sandie; LLOYD, Kate; BURARRWANGA, Laklak; GANAMBARR, Ritjilili; GANAMBARR-STUBBS, Merrkiyawuy; GANAMBARR, Banbapuy; MAYMURU, Djawundil. Working with and learning from Country: decentring human authority. **Cultural Geographies**, [s.l.], v. 22, n. 2, p. 269-283, 20 jun. 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1177/1474474014539248>. Acesso em: 6 fev. 2023.
15. COUNTRY, Bawaka; WRIGHT, Sarah; SUCHET-PEARSON, Sandie; LLOYD, Kate; BURARRWANGA, Laklak; GANAMBARR, Ritjilili; GANAMBARR-STUBBS, Merrkiyawuy; GANAMBARR, Banbapuy; MAYMURU, Djawundil; SWEENEY, Jill. Co-becoming Bawaka. **Progress In Human Geography**, [s.l.], v. 40, n. 4, p. 455-475, 30 jun. 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1177/0309132515589437>. Acesso em: 6 fev. 2023.
16. COUNTRY, Bawaka; BURARRWANGA, Laklak.; GANAMBARR, Ritjilili.; GANAMBARR-STUBBS, Merrkiyawuy.; GANAMBARR, Banbapuy.; MAYMURU, Djawundil.; LLOYD, Kate.; WRIGHT, Sarah.; SUCHET-PEARSON, Sandie.; HODGE, Paul. Meeting across ontologies: grappling with an ethics of care in our human-more-than-human collaborative work. *In*: Haladay, Jane.; Hicks, Scott. **Narratives of educating for sustainability in unsustainable environments**. Michigan: Michigan



State University Press, 2018. p. 219-243.

17. CPHA - CANADIAN PUBLIC HEALTH ASSOCIATION. **Global Change and Public Health**: addressing the ecological determinants of health, 2015. Ottawa, Ont.: Canadian Public Health Association. Disponível em: [https://www.cpha.ca/sites/default/files/assets/policy/edh-discussion\\_e.pdf](https://www.cpha.ca/sites/default/files/assets/policy/edh-discussion_e.pdf). Acesso em: 23 set. 2022.
18. CRAWFORD, Robert. Healthism and the medicalization of everyday life. **International Journal of Health Services**, [s.l.], v. 10, n. 3, p. 365-388, jul. 1980. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.2190/3h2h-3xjn-3kay-g9ny>. Acesso em: 6 fev. 2023.
19. DAVIS, Heather; TODD, Zoe. On the importance of a date, or Decolonizing the Anthropocene. **ACME: An International Journal for Critical Geographies**, [s.l.], v. 16, n. 4, p. 761-780, 2017. Disponível em: <https://acme-journal.org/index.php/acme/article/view/1539> . Acesso em : 15 fev. 2023.
20. DECKHA, Maneesha. Toward a postcolonial, posthumanist feminist theory: centralizing race and culture in feminist work on nonhuman animals. **Hypatia**, v. 27, n. 3, p. 527-545, 2012. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/23254839>. Acesso em : 15 fev. 2023.
21. DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **A thousand plateaus: capitalism and schizophrenia**. 6 ed. London: Continuum, 2004.
22. EGGER, Garry.; SWINBURN, Boyd. An “ecological” approach to the obesity pandemic. **Bmj**, [s.l.], v. 315, n. 7.106, p. 477-480, 23 ago. 1997. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1136/bmj.315.7106.477>. Acesso em: 6 fev. 2023.
23. ELTON, Sarah. Reconsidering the retail foodscape from a posthumanist and ecological determinants of health perspective: wading out of the food swamp. **Critical Public Health**, [s.l.], v. 29, n. 3, p. 370-378, 16 maio 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/09581596.2018.1468870>. Acesso em: 6 fev. 2023.
24. ELTON, Sarah. Posthumanism invited to dinner: exploring the potential of a more-than-human perspective in food studies. **Gastronomica**, v. 19, n. 2, p. 6-15, 2019.
25. FLEMING, Jake. Toward vegetal political ecology: Kyrgyzstan’s “walnut” fruit forest and the politics of graftability. **Geoforum**, [s.l.], v. 79, p. 26-35, fev. 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1016/j.geoforum.2016.12.009>. Acesso em: 6 fev. 2023.
26. GETHMANN, Carl Friedrich; EHLERS, Eckart. **Environment across cultures**. Berlin: Springer, 2003.
27. GOODMAN, David. Agro-food Studies in the “Age of Ecology”: nature, corporeality, bio-politics. **Sociologia Ruralis**, [s.l.], v. 39, n. 1, p. 17-38, jan. 1999. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1111/1467-9523.00091>. Acesso em: 6 fev. 2023.
28. GOODLEY, Dan; LAWTHOM, Rebecca; COLE, Katherine Runswick. Posthuman disability studies. **Subjectivity**, [s.l.], v. 7, n. 4, p. 342-361, 3 nov. 2014. Disponível em:

<http://dx.doi.org/10.1057/sub.2014.15>. Acesso em: 6 fev. 2023.

29. HARAWAY, Donna. Jeanne. **When species meet**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2008.
30. HEALTH CANADA. **Canada's Dietary Guidelines for Health Professionals and Policy Makers**. Ottawa, Ont.: Canadian Public Health Association., 2019. Disponível em: <https://food-guide.canada.ca/en/guidelines/>. Acesso em : 15 fev. 2023.
31. HELDKKE, Lisa. It's chomping all the way down: toward an ontology of the human individual. **The Monist**, [s.l.], v. 101, n. 3, p. 247-260, 8 jun. 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1093/monist/ony004>. Acesso em: 6 fev. 2023.
32. INGOLD, Tim. **The perception of the environment: essays on livelihood, dwelling and skill**. London: Routledge, 2000.
33. JONES, Owain; CLOKE, Paul. **Tree cultures: the place of trees and trees in their place**. Oxford: Berg, 2002.
34. LATOUR, Bruno. **We have never been modern**. Cambridge (MA): Harvard University Press, 1993.
35. LORIMER, Jamie. Gut buddies. **Environmental Humanities**, [s.l.], v. 8, n. 1, p. 57-76, 1 jan. 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1215/22011919-3527722>. Acesso em: 6 fev. 2023.
36. LUCIANO, Dana; CHEN, Mel. Queer inhumanisms. **Glq: A Journal of Lesbian and Gay Studies**, [s.l.], v. 25, n. 1, p. 113-117, 1 jan. 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1215/10642684-7275600>. Acesso em: 6 fev. 2023.
37. MARCHAND, Jeffrey Scott. Non-human agency. In: BRAIDOTTI, Rosi; HLAVAJOVADS, Maria (ed.). **Posthuman Glossary**. London: Bloomsbury Academic, 2018. p. 292-295.
38. MARDER, Michael. Is it ethical to eat plants? **Parallax**, v. 19, n. 1, p. 29-37, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/13534645.2013.743291>. Acesso em: 15 fev. 2023.
39. MAYES, Christopher.; THOMPSON, Donald. Is nutritional advocacy morally indigestible? A critical analysis of the scientific and ethical implications of "healthy" food choice discourse in liberal societies. **Public Health Ethics**, [s.l.], v. 7, n. 2, p. 158-169, 19 jun. 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1093/phe/phu013>. Acesso em: 6 fev. 2023.
40. MINTZ, Sidney. **Sweetness and power: the place of sugar in modern history**. New York: Viking, 1985.
41. MITCHELL, Timothy. **Rule of experts: Egypt, techno-politics, modernity**. Berkeley: University of California Press, 2002.

42. MOORE, Lisa Jean; KOSUT, Mary. Among the colony: ethnographic fieldwork, urban bees, and intra-species mindfulness. **Ethnography**, [s.l.], v. 15, n. 4, p. 516-539, 27 set. 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1177/1466138113505022>. Acesso em: 6 fev. 2023.
43. NADING, Alex. Humans, animals, and health: from ecology to entanglement. **Environment And Society**, [s.l.], v. 4, n. 1, p. 1-20, 1 jan. 2013. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.3167/ares.2013.040105>. Acesso em: 6 fev. 2023.
44. PLUMWOOD, Val. **Feminism and the mastery of nature**. London: Routledge, 1993.
45. POLLAN, Michael. **The botany of desire**. New York: Random House, 2002.
46. POWER, Emma. Human-nature relations in suburban gardens. **Australian Geographer**, v. 36 n. 1, p. 39-53, 2005.
47. RAJA, Samina; MA, Changxing; YADAV, Pavan. Beyond food deserts. **Journal of Planning Education and Research**, [s.l.], v. 27, n. 4, p. 469-482, 24 jan. 2008. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1177/0739456x08317461>. Acesso em: 6 fev. 2023.
48. ROCK, Melanie; DEGELING, Chris; BLUE, Gwendolyn. Toward stronger theory in critical public health: insights from debates surrounding posthumanism. **Critical Public Health**, [s.l.], v. 24, n. 3, p. 337-348, 25 set. 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/09581596.2013.827325>. Acesso em: 6 fev. 2023.
49. SARMIENTO, Eric. Synergies in alternative food network research: embodiment, diverse economies, and more-than-human food geographies. **Agriculture and Human Values**, [s.l.], v. 34, n. 2, p. 485-497, 28 nov. 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1007/s10460-016-9753-9>. Acesso em: 6 fev. 2023.
50. SAYES, Edwin. Actor–Network Theory and methodology: just what does it mean to say that nonhumans have agency? **Social Studies of Science**, [s.l.], v. 44, n. 1, p. 134-149, 30 dez. 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1177/0306312713511867>. Acesso em: 6 fev. 2023.
51. SMITH, Dianna; CUMMINS, Steven. Obese cities: how our environment shapes overweight. **Geography Compass**, [s.l.], v. 3, n. 1, p. 518-535, 11 dez. 2009. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1111/j.1749-8198.2008.00198.x>. Acesso em: 6 fev. 2023.
52. STANDLEY, Claire; BOGICH, Tiffany. International development, emerging diseases, and ecohealth. **EcoHealth**, v. 10, p. 1-3, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s10393-013-0820-z>. Acesso em: 6 fev. 2023.
53. STEEL, Karl. Food. In: BRAIDOTTI, Rosi; HLAVAJOVA, Maria (eds.). **Posthuman Glossary**. London: Bloomsbury Academic, 2018. p. 160-162.
54. STEINFELD, Henning. **Livestock's long shadow: environmental issues and options**. Roma: Food and Agriculture Organization of the United Nations, 2006. p. 416.

55. SUNDBERG, Juanita. Diabolic *Caminos* in the desert and cat fights on the *río*: a posthumanist political ecology of boundary enforcement in the United States-Mexico borderlands. **Annals of the Association of American Geographers**, [s.l.], v. 101, n. 2, p. 318-336, 16 mar. 2011. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/00045608.2010.538323>. Acesso em: 6 fev. 2023.
56. SUNDBERG, Juanita. Decolonizing posthumanist geographies. **Cultural Geographies**, [s.l.], v. 21, n. 1, p. 33-47, 26 abr. 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1177/1474474013486067>. Acesso em: 6 fev. 2023.
57. TALLBEAR, Kim. **Why interspecies thinking needs indigenous standpoints**. Toronto: 2011. Disponível em: <https://culanth.org/fieldsights/why-interspecies-thinking-needs-indigenous-standpoints>. Acesso em: 23 set. 2022.
58. TARASUK, Valerie; DACHNER, Naomi; LOOPSTRA, Rachel. Food banks, welfare, and food insecurity in Canada. **British Food Journal**, [s.l.], v. 116, n. 9, p. 1.405-1.417, 26 ago. 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1108/bfj-02-2014-0077>. Acesso em: 6 fev. 2023.
59. THERIAULT, Noah. A forest of dreams: ontological multiplicity and the fantasies of environmental government in the Philippines. **Political Geography**, [s.l.], v. 58, p. 114-127, maio 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1016/j.polgeo.2015.09.004>. Acesso em: 6 fev. 2023.
60. TODD, Zoe. Fish pluralities: human-animal relations and sites of engagement in Paulatuuq, Arctic Canada. **Études/Inuit/Studies**, [s.l.], v. 38, n. 1-2, p. 217-238, 25 fev. 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.7202/1028861ar>. Acesso em: 6 fev. 2023.
61. TSING, Anna. Unruly Edges: mushrooms as companion species. **Environmental Humanities**, [s.l.], v. 1, n. 1, p. 141-154, 1 maio 2012. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1215/22011919-3610012>. Acesso em: 6 fev. 2023.
62. WADIWEL, Dinesh. Chicken harvesting machine. **South Atlantic Quarterly**, v. 117, n. 3, p. 527-49, 2018.
63. WATTS, Vanessa. Indigenous place-thought and agency amongst humans and non-humans (first woman and sky woman go on a European world tour!). **Decolonization: Indigeneity, Education & Society**, v. 2, n. 1, p. 20-34, 2013.
64. WHATMORE, Sarah. **Hybrid geographies: natures, cultures, spaces**. London: Sage, 2002. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.4135/9781446219713>. Acesso em: 6 fev. 2023.
65. WEIS, Tony. The meat of the global food crisis. **Journal of Peasant Studies**, [s.l.], v. 40, n. 1, p. 65-85, jan. 2013. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/03066150.2012.752357>. Acesso em: 6 fev. 2023.
66. WYNTER, Sylvia. Unsettling the coloniality of being/power/truth/freedom: towards the

*Sarah Elton*  
*Janice Alves Trajano*

human, after man, its overrepresentation – an argument. **The New Centennial Review**, [s.l.], v. 3, n. 3, p. 257-337, 2003. Project Muse. <http://dx.doi.org/10.1353/ncr.2004.0015>.

67. YONG, Ed. **I contain multitudes**: the microbes within us and a grander view of life. 1 ed. New York: Ecco, 2016.

*Sarah Elton*

Professora assistente no Department of Sociology da Toronto Metropolitan University. PhD pela Dalla Lana School of Public Health, University of Toronto, Social and Behavioural Health Sciences. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2196-4170>. E-mail: [sarah.elton@torontomu.ca](mailto:sarah.elton@torontomu.ca)

*Janice Alves Trajano*

Doutoranda em Antropologia Social e Cultural pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pelotas. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7444-7532>. E-mail: [janicetrajano@live.com](mailto:janicetrajano@live.com)

**R** **ESENHA**



**VERDUM, Ricardo; DE PAULA, Luís Roberto (org.).**  
***Antropologia da política indígena - Experiências e***  
***dinâmicas de participação e protagonismo indígena***  
**em processos eleitorais municipais (Brasil - América**  
**Latina). Rio de Janeiro: Associação Brasileira de**  
**Antropologia, 2020.**

## **Sociedade junto ao Estado: política indígena, voto e eleições**

Society with the state: indigenous politics, voting and elections

**Marcos Pereira Rufino**

Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil

### **RESUMO**

O livro explora a ampla gama de situações enfrentadas pelos indígenas do Brasil, da Colômbia, do Peru, da Argentina, do México e do Equador na tentativa de penetrar as estruturas políticas de representação não indígenas - especialmente os processos eleitorais no âmbito municipal. A grande maioria dos trabalhos são de natureza etnográfica e alguns outros se apoiam na análise estatística de dados eleitorais e no diálogo com as teorias do voto e processos eleitorais. Ao longo da obra, os vários autores elencam os principais obstáculos e dificuldades que devem ser superados por essa forma de política indígena, exploram o diálogo com uma incipiente antropologia voltada ao estudo do voto, das eleições e dos partidos políticos e, por fim, destacam a importância de uma perspectiva multidisciplinar no estudo do fenômeno.

**Palavras-chave:** Protagonismo indígena, Candidaturas indígenas, Eleições, Processo eleitoral, Antropologia política.

---

Recebido em 13 de dezembro de 2022.

Aceito em 18 de janeiro de 2023.

---



## ABSTRACT

The book explores the wide range of situations faced by indigenous peoples in Brazil, Colombia, Peru, Argentina, Mexico, and Ecuador as they attempt to penetrate non-indigenous political representation structures, particularly municipal-level electoral processes. The majority of the chapters results from ethnographic research, and some others rely on statistical analysis of election data and dialogue with theories of voting and electoral processes. Throughout the work, the various authors list the main obstacles and difficulties that must be overcome for this form of indigenous politics, explore dialogue with an emerging anthropology focused on the study of voting, elections, and political parties, and finally highlight the importance of a multidisciplinary perspective in studying the phenomenon.

**Keywords:** Indigenous protagonism, Indigenous candidacies, Elections, Electoral process, Political anthropology.

A ação política indígena diante do Estado e outras instituições tem recebido a atenção da antropologia brasileira e latino-americana há ao menos cinco décadas. Essa atenção, num primeiro momento, concentrou-se na reação dessas populações diante das políticas indigenistas oficiais de seus países, bem como em relação às frentes econômicas de expansão que adentravam seus territórios. Indigenistas, sertanistas, antropólogos e organizações de apoio à causa indígena ocupavam posições de destaque nessas análises, eventualmente dividindo o espaço com lideranças indígenas de um povo ou outro. A partir da década de 1980, sobretudo no Brasil, diversas pesquisas dirigem seu olhar à constituição do movimento indígena, cujo resultado mais flagrante tem sido a construção de organizações indígenas dispostas em um amplo leque de variações – estruturadas em níveis locais, regionais ou nacionais; representando grupos inteiros ou segmentos específicos, como professores ou mulheres; estruturadas para a defesa dos direitos da comunidade ou para a gestão de projetos específicos, e assim por diante. Os primeiros anos desse movimento indígena organizado ainda guardava um espaço mais do que relevante aos “amigos da causa indígena”, como o Conselho Indigenista Missionário (Cimi), que organizou as primeiras assembleias indígenas nos anos 1970, por meio da aproximação de lideranças dos grupos com os quais atuavam na região Centro-Oeste do Brasil (MATOS, 1997). Após a promulgação da Constituição de 1988, o protagonismo indígena cresce a passos largos, lançando os aliados da causa indígena ao segundo plano. Esse movimento indígena conduzido por agentes políticos nativos revela um novo quadro social cujo centro é deslocado

da política indigenista ou de um indigenismo impulsionado por forças aliadas para uma política propriamente indígena (RUFINO, 2022).

A ação política indígena em defesa de seus interesses ganha outra dimensão que, todavia, extrapola os limites da atuação de suas organizações. Ela passa a fitar as instituições republicanas dos não indígenas, procurando participar diretamente das políticas públicas que afetam os destinos e o cotidiano de seus povos. Dentre as esferas institucionais do poder republicano nos países latino-americanos, as casas legislativas municipais têm sido um objeto de atenção e investimento especial por parte desses grupos, de suas lideranças e organizações.

Neste volume, organizado por Ricardo Verdum e Luís Roberto de Paula, pesquisadores do Brasil, da Colômbia, do Peru, da Argentina, do México e do Equador discutem alguns casos dessa forma de atuação política indígena nos processos eleitorais municipais, revelando experiências ilustrativas de uma nova modalidade de luta política e organização supragrupal. Há um claro predomínio de pesquisas voltadas ao contexto brasileiro, que ocupam toda a primeira parte do livro (são 13 capítulos na primeira parte e 6 na segunda, dedicada às experiências de outros países). Nos limitaremos, por razões de espaço, a apenas alguns desses trabalhos, na esperança de destacar a natureza da obra.

Começamos pelo artigo de Luís Roberto de Paula, um dos organizadores do volume, que dá o tom dessa abordagem particular da participação indígena nos processos eleitorais. De Paula, em “A participação indígena em eleições municipais no Brasil (1976 a 2016): uma sistematização quantitativa preliminar e alguns problemas de investigação”, levanta a primeira grande questão que colocamos ao depararmos com um trabalho antropológico sobre processos eleitorais: o que a antropologia tem a oferecer acerca de um tema já tão explorado pela ciência política, além de explorar o mero fato de se tratar de uma relação entre os povos indígenas e o Estado nacional? A pergunta é respondida por intermédio de Moacir Palmeira e Márcio Goldman (1996) que, em um trabalho seminal, sugerem retirar a eleição do cerne da análise e pensar as tramas mais amplas que se escondem sob as relações entre voto e representação política, esforço que mobiliza necessariamente a prática etnográfica e a reflexão sobre a vida cultural dos grupos, o que costumeiramente foge ao olhar da análise política convencional. De Paula, ao discutir os 583 mandatos indígenas municipais entre 1976 e 2016, sugere que o caso particular dos povos indígenas exige um aporte multidisciplinar e conexões entre as metodologias qualitativas e quantitativas.

Num livro voltado à presença indígena nos processos eleitorais municipais não poderiam faltar análises sobre o município de maior presença indígena do país, São Gabriel da Cachoeira (AM), no noroeste amazônico. São dois os artigos dedicados à cidade, que reúne 26 grupos

étnicos distintos e se sobrepõe a sete terras indígenas (TIs) demarcadas: o primeiro é de Aline Fonseca Iubel, “Políticas e(m) terra indígena: eleições em São Gabriel da Cachoeira”; o segundo é de Franklin Paulo Eduardo da Silva e Valkíria Apolinário, “Política indígena na política não indígena: experiências de participação e protagonismo indígena nos processos eleitorais de São Gabriel da Cachoeira”. O primeiro texto explora a complexidade da ação política dos agentes, sustentada por um quadro de grande diversidade étnica em diversos pleitos eleitorais no século XXI, revelando o movimento ascendente da atuação indígena na política partidária. O segundo, de autoria de indígenas baniwas, faz uma interessante radiografia das vitórias indígenas no município de São Gabriel (não apenas no Legislativo, mas também na prefeitura e em suas secretarias), mostrando o impacto dessa atuação política nos municípios vizinhos. Indígenas baniwas, Franklin e Valkíria são eles mesmos protagonistas de uma estratégia política que almeja alcançar a Assembleia Legislativa do estado e o Congresso Nacional.

Destaco ainda dois capítulos da seção “brasileira” da obra que trazem questões conceituais relevantes acerca da participação indígena nos processos eleitorais. “A participação dos Tenetehara nas eleições de 2018”, de Florbela Almeida Ribeiro, traz para o centro da discussão o problema da representação política, ao analisar o comportamento de eleitores Tenetehara de duas TIs no Maranhão no contexto das disputas locais, mas também diante da candidatura de Sônia Guajajara, outra indígena maranhense, à vice-presidência da República, em uma conjuntura tecnopolítica de forte presença das redes sociais nas comunidades indígenas. “Política indígena e ‘política dos brancos’: o protagonismo dos Potiguara nos processos eleitorais na cidade de Baía Traição (PB)”, de José Glebson Vieira, investiga a maneira como os Potiguara constituem categorias culturais próprias para pensar a política e, por meio delas, produzem uma classificação das relações que distingue, no contexto local, a “política dos brancos”, materializada na política partidária, da “política indígena”, expressa na política indigenista.

Limito-me a dois dos capítulos que tratam da participação indígena em processos eleitorais fora do Brasil. Oscar Espinosa, em “*Participación electoral indígena en la Amazonía peruana*”, traz um estudo de caso um tanto surpreendente: apesar de sua importância sociocultural, econômica e demográfica, membros da população indígena peruana ingressam na política eleitoral, na condição de eleitores e candidatos, apenas no início da década de 1980. O capítulo reúne informações importantes sobre os vários pleitos ocorridos de 1980 até 2018, como os trechos sobre os muitos obstáculos à participação indígena no processo eleitoral, a criação do Movimento Indígena de la Amazonía Peruana e a participação de candidatos indígenas em partidos políticos não indígenas. Em “*Gobierno local en territorio indígena: Conflictos y territorialidades en disputa en el caso de Pastaza, Amazonía Central de Ecuador*”,

Pablo Ortiz-T. nos apresenta um cenário muito conhecido por quem estuda a implementação de projetos de desenvolvimento econômico que afetam populações indígenas no Brasil, marcado por uma perspectiva econômica desenvolvimentista, produtivista e etnocêntrica. O autor discute a complexa relação das comunidades indígenas com os temas da governança territorial, do planejamento, da gestão pública, bem como os conflitos oriundos dessa relação, com atenção especial para a ação política dos Kichwa contra a aliança entre o Estado equatoriano e a indústria de extração de petróleo. Nessa luta por fazer valer seu modelo de planejamento territorial, os indígenas pleiteiam uma reestruturação do sistema político local e o direito a uma forma de autogestão integrada à administração do Estado nacional.

A diversidade das pesquisas reunidas neste livro revela a importância crescente do tema para quem observa as transformações do protagonismo indígena e a pressão que a ação desses povos impõe sobre a política indigenista e sobre as instituições republicanas que respondem por nosso sistema de representação. Como salienta de Paula, é urgente o fortalecimento dessa agenda de pesquisa, que ainda vive seus primeiros momentos. Temas como a difícil apropriação nativa de nosso sistema eleitoral ou a resistência dos partidos a lidar com a diversidade indígena merecem maior atenção dos antropólogos. Em um contexto social de grande resistência política dos povos indígenas diante dos ataques e do anti-indigenismo característico do governo Bolsonaro, a publicação deste livro salienta, muito apropriadamente, a importância de consolidar e recrudescer esse “novo” canal de atuação das lideranças e organizações indígenas. Mesmo que este governo tenha chegado ao fim, tendo sido superado por forças políticas minimamente solidárias ou sensíveis à causa indígena, esta obra nos ensina que os desafios enfrentados pelo protagonismo indígena nos processos eleitorais ou na condução de mandatos parlamentares é uma das últimas fronteiras na luta pelos direitos indígenas. E que a sua análise, por parte das investigações que exploram o tema de maneira ainda incipiente, é crucial para que possamos entender a complexidade e a diversidade das formas de política indígena no presente.

## REFERÊNCIAS

1. MATOS, Maria Helena Ortolan. **O processo de criação e consolidação do movimento pan-indígena no Brasil (1970-1980)**. 1997. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 1997.
2. PALMEIRA, Moacir; GOLDMAN, Márcio (org.). **Antropologia, voto e representação**

**política**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1996.

3. RUFINO, Marcos Pereira. Protagonismo, direitos e política indigenista no Brasil contemporâneo. *In*: MACHADO, André; MACEDO, Valéria. **Povos indígenas entre olhares**. São Paulo: Editora da Unifesp: Editora do Sesc, 2022. p. 45-76.
4. VERDUM, Ricardo; DE PAULA, Luís Roberto (org.). **Antropologia da política indígena** - Experiências e dinâmicas de participação e protagonismo indígena em processos eleitorais municipais (Brasil - América Latina). Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Antropologia, 2020.

*Marcos Pereira Rufino*

Professor na Universidade Federal de São Paulo. Doutorado em Ciências - Antropologia Social (2002) pela Universidade de São Paulo. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0364-5037>.  
E-mail: [mrufino@unifesp.br](mailto:mrufino@unifesp.br)